



# Escola de Altos Estudos em História FURG-UNICAP



ANALIS



Adriana Kivanski de Senna  
Wagner Feloniuk  
*Organizadores*

# Anais do I Encontro da Escola da Altos Estudos em História FURG-UNICAP



Rio Grande  
2023

© Dos autores.

2023

Arte da capa, diagramação da capa, formatação e diagramação:  
Adriana Kivanski de Senna; Wagner Feloniuk.

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E562 Encontro da Escola de Altos Estudos em História FURG-UNICAP  
[recurso eletrônico] (1. : 2023 : Rio Grande).  
Dados eletrônicos

Anais do I Encontro da Escola de Altos Estudos em História  
FURG-UNICAP, 13 a 15 de junho de 2023 / Encontro da Escola de  
Altos Estudos em História FURG-UNICAP; organizadores Adriana  
Kivanski de Senna e Wagner Silveira Feloniuk. - Porto Alegre :  
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2023.

Modo de Acesso: < <https://eash.furg.br> >  
ISBN 978-65-86542-09-7

1. História. 2. Historiografia. 3. Cultura. 4. Memória. 5. Ensino.  
I. Senna, Adriana Kivanski de. II. Feloniuk, Wagner Silveira. III.  
Título.

CDU: 930

Catalogação na Publicação: Renata Braz Gonçalves CRB 10/ 1502

A revisão e todas as opiniões e informações expressas em cada  
um dos artigos são de inteira responsabilidade de seus respectivos  
autores.

# **I Encontro da Escola de Altos Estudos em História FURG-UNICAP**

## **Coordenação Geral**

Adriana Kivanski de Senna - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Helder Remigio de Amorim - Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

## **Comissão Organizadora**

José Carlos da Silva Cardozo - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Júlia Silveira Matos - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Tiago da Silva Cesar - Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

Wagner Feloniuk - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Haila Vilar de Paiva - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

## **Realização**

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

# SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO** 8

**PROGRAMAÇÃO** 10

## PARTE 1

### PRÁTICA E PESQUISA NO ENSINO DE HISTÓRIA

DISCIPLINA DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO POPULAR:  
educação histórica na prática da educação popular - *Gabriel  
Brasil Lopes* 13

TRAUMA TRANSGERACIONAL DA ESCRAVIDÃO: a  
influência na educação e no processo de construção da  
consciência histórica de jovens negros - *Juan Carlos Brandão* 30

A IMPORTÂNCIA DA ORALIDADE: uma necessidade  
dentro e fora da sala de aula - *Fernando Selagem Barros* 57

PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O  
ENSINO DE HISTÓRIA: relato de experiência - *Shana C.  
Dornelles Vidarte Velasco* 74

RECURSO DIDÁTICO EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS:  
as potencialidades da Catedral de São Pedro em Rio  
Grande/RS - *William Adão Ferreira Paiva e Renata Braz  
Gonçalves* 96

EXPLORANDO METODOLOGIAS ATIVAS DE  
GAMIFICAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA: uma análise  
de sua efetividade na aprendizagem escolar - *Silas do Amaral  
Bichet* 113

O ENSINO DE HISTÓRIA E OS MUSEUS VIRTUAIS  
ENQUANTO FERRAMENTAS DIGITAIS DE APOIO À  
PRÁTICA PEDAGÓGICA - *Alvanir Ivaneide Alves da Silva* 127

## **PARTE 2**

### **RELAÇÕES DE PODER, POLÍTICA E INSTITUIÇÕES**

DA REVOLUÇÃO DO PORTO À CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL: trajetória e influência da Constituição de Cádiz no liberalismo luso-brasileiro - <i>Wagner Feloniuk</i>	147
CORRUPÇÃO NO GOVERNO DA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ (1869-1889) - <i>Gisele Mendes Camarço Leite</i>	176
OSCAR MELLO: de funcionário público a repórter criminal (1917-1936) - <i>Valeska Maria Ferreira da Silva</i>	204
SOCIEDADE FAMILIAR E DE PODER: o cangaço uma questão de família? (1922-1926) - <i>Rita de Cássia Santana Gonçalves da Silva e Tiago da Silva Cesar</i>	216
LAS POLÍTICAS PENITENCIARIAS ARGENTINAS EN CLAVE LOCAL: de las reformas justicialistas a la Ley Penitenciaria Nacional (Tucumán, 1943-1958) - <i>Luis González Alvo</i>	232
A HISTÓRIA DAS INFÂNCIAS NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DO EXERCÍCIO DO DIREITO ÀS VAGAS EM CRECHES - <i>Taíssa Nascimento Bastos</i>	258
A LUTA PELO DIREITO À MORADIA NO LOTEAMENTO GRANDE RECIFE, NO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE: a disputa entre cidadãos e o Estado por um território da cidade - <i>José Marcondes de Araújo Bezerra</i>	272

## **PARTE 3**

### **SOCIEDADES, TRABALHO, CULTURA E MEMÓRIA**

AS REPRESENTAÇÕES DAS FESTIVIDADES DO ROSÁRIO DOS PRETOS ATRAVÉS DE JORNAIS ENTRE OS ANOS DE 1830-1850 - <i>Tiago dos Santos Silva e Lídia Rafaela do Nascimento Santos</i>	313
---	-----

OS MESTRES DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SERGIPE (1930-1960) - <i>Maria José Torres Lima</i>	329
"VAMOS FATURAR UM MILHÃO QUANDO VENDERMOS TODAS AS ALMAS DOS NOSSOS ÍNDIOS NUM LEILÃO": o processo de apagamento cultural dos povos originários (1960-1970) - <i>Mario Guilherme de Oliveira e Paulo Henrique Fontes Cadena</i>	345
"MOVIMENTO DE ESCRITORES INDEPENDENTES DE PERNAMBUCO – 1980/1988", DE FRANCISCO ESPINHARA: uma análise - <i>Luiz Augusto Andrade da Costa</i>	362
VIVÊNCIAS E SABERES QUE FAZEM HISTÓRIA: memória da Escola Estadual de Ensino Fundamental Seival em Candiota-RS - <i>Daiana de Moura Etcheverria e Renata Braz Gonçalves</i>	385
FORMAÇÃO TERRITORIAL E IDENTIDADE: REFLEXÕES SOBRE A EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SIRINHAÉM - <i>Álvaro Gabriel dos Santos Pinho</i>	397
A SOCIABILIDADE NAS FESTAS DA ASSOCIAÇÃO DE CULTURA NIPO-BRASILEIRA DE PELOTAS - <i>Breadelyn Corrêa Pires</i>	410
ANÔNIMOS DAS LADEIRAS: os bonecos gigantes de Olinda - <i>Cláudia Maria Xavier Eloy Neves</i>	427
ROMARIAS E PEREGRINOS NA CULTURA POPULAR - <i>Antonio José Villarim Alves da Silva</i>	447

#### **PARTE 4**

#### **PODER E MINORIAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

DENUNCIANTES E DENUNCIADAS: as mulheres na visitação do Santo Ofício em Pernambuco (1593-1595) - <i>Mônica Maria Dias de Queiroz</i>	463
PRETOS, PARDOS E CRIoulos E A CRIMINALIDADE NO RECIFE IMPERIAL (1842-1850) - <i>Elania Nunes Bezerra</i>	480

ESTRATÉGIAS E PERCURSOS DE CONTESTAÇÃO A PARTIR DAS PETIÇÕES DE SENHORES E ESCRAVIZADOS ENVIADAS AO EXECUTIVO PROVINCIAL PERNAMBUCANO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX - <i>Joyce Conceição de Mesquita</i>	512
O PENSAMENTO POLÍTICO DE ALCIDES CRUZ: conceitos, separação de poderes, atuação estatal - <i>Wagner Feloniuk</i>	538
A GATA DA NOITE: relações institucionais, cotidianas e a presença feminina na Casa de Detenção do Recife (1955) - <i>Lucas Vieira da Silva Santos</i>	602
CONTANDO HISTÓRIAS, LUTAS E RESISTÊNCIAS: as representações negativas da Comunidade do Tururu (Paulista/PE) nos jornais pernambucanos e o contraponto por parte dos habitantes (1979-1990) - <i>Gilmara Silva dos Santos</i>	616
MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA: onde tudo começou? - <i>Valéria Santos Paulo</i>	635



## **Apresentação**

Estes anais reúnem os trabalhos apresentados e os organizadores do I Encontro da Escola de Altos Estudos em História FURG-UNICAP, que ocorreu entre os dias 13 e 15 de junho de 2023, numa parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Foi um evento voltado para fomentar a cooperação acadêmica, o intercâmbio de conhecimentos entre discentes e docentes, o desenvolvimento dos programas de pós-graduação das instituições e, sobretudo, contribuir com a historiografia das áreas temas do evento.

Pernambuco e Rio Grande do Sul estiveram próximos, ainda que em um evento virtual, durante a apresentação dos cinco Simpósios Temáticos, nos quais um total de 38 apresentações foram realizadas. Além delas, houve duas conferências, quatro workshops e uma mesa-redonda.

Deste esforço, foi publicado um livro de resumos do evento e, agora, uma segunda publicação é feita com os trabalhos, após o prazo para correções e melhorias decorrentes das discussões nas bancas. A divisão do livro é semelhante à do evento, ainda que condensada em

apenas quatro grupos, proporcionando uma melhor harmonia na distribuição de temas.

Os trinta capítulos deste livro, portanto, estão divididos nas seções "Prática e pesquisa no ensino de História", "Relações de poder, política e instituições", "Sociedades, Trabalho, Cultura e Memória" e "Poder e minorias na sociedade brasileira". Desta forma, tentou-se contemplar os principais temas do evento e alguns dos mais importantes para aqueles pesquisadores que se dedicam à história e, especialmente, ao Ensino de História.

Assim, desejamos aos leitores, autores e participantes do evento uma ótima leitura, com votos de que novas iniciativas entre as universidades floresçam a partir deste esforço. Neste contexto, é fundamental estarmos reunidos, refletindo sobre nossa identidade, nosso ofício e discutindo sobre nossa responsabilidade ética.

Rio Grande/RS, setembro de 2023.

Profa. Dra. Adriana Kivanski de Senna e Prof. Dr. Wagner Feloniuk  
Organizadores

# **Programação do I Encontro da Escola de Altos Estudos em História FURG-UNICAP**

**Dia 13/06/2023 - Terça-feira**

***19h – Boas-Vindas da FURG e UNICAP***

***19h – Conferência de Abertura***

Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo (UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto e Presidente da ANPUH-Brasil) - Conferência: *As vocações da historiografia profissional no século XXI*

**Dia 14/06/2023 - Quarta-feira**

***9h – Workshops 1 e 2***

Workshop 1: *Patrimônio Alimentar, Turismo e Desenvolvimento*

Coordenação: Profa. Dra. Mayara Roberta Martins (FURG), Profa. Dra. Cristina Fachin (UNICAMP) e Profa. Dra. Ximena Lagos (UDELAR)

Workshop 2: *Literatura de Cordel e Xilogravuras*

Coordenação: Profa. Dra. Maria do Rosário da Silva (UNICAP)

***14h – Simpósios Temáticos***

Simpósio Temático 1: *Prática e pesquisa no ensino de História*

Coordenação: Profa. Dra. Rita de Cássia Grecco dos Santos (FURG) e Prof. Dr. Hélder Remigio de Amorim (UNICAP)

Simpósio Temático 2: *Relações de poder, política e instituições*

Coordenação: Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar (UNICAP) e Prof. Dr. Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Simpósio Temático 5: *Poder e minorias na sociedade brasileira*

Coordenação: Prof. Dr. José Carlos da Silva Cardozo (FURG) e Profa. Ma. Glênia Caetano Freitas Alves (FURG)

### ***19h – Mesa-redonda***

Ensino de História e História Local

Prof. Dr. Flavio José Gomes Cabral – UNICAP - Palestra: *As múltiplas faces para o ensino da História Local: experiências docentes fora das quatro paredes da sala de aula*

Profa. Dra. Julia Silveira Matos - FURG - Palestra: *As contribuições da Didática da História para um ensino de História significativo: olhares o local*

## **Dia 15/06/2023 - Quinta-feira**

### ***9h – Workshops 3 e 4***

Workshop 3: *Patrimônios culturais, memória e ensino de história*

Coordenação: Profa. Dra. Lídia Rafaela Nascimento dos Santos (UNICAP)

Workshop 4: *A importância da Propriedade Intelectual*

Coordenação: Bel. Noberto Pardelhas de Barcellos (Sócio Administrador do escritório N. Barcellos - Marcas e Patentes) e Prof. Dr. Wagner da Silveira Feloniuk (FURG)

### ***14h – Simpósios Temáticos***

Simpósio Temático 3 – *Sociedades, Trabalho, Cultura e Memória*

Coordenação: Prof. Dr. Walter Valdevino do Amaral (UNICAP) e Profa. Dra. Renata Braz Gonçalves (FURG)

Simpósio Temático 4 – *Campos e linguagens da História*

Coordenação: Profa. Dra. Carmem C. Burgert Schiavon (FURG) e Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena (UNICAP)

### ***19h – Conferência de Encerramento***

Profa. Dra. Cristiani Bereta (UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina) - Conferência: *Ensino de História e formação docente nos Programas de Pós-Graduação Profissionais da área*

**PARTE 1 - PRÁTICA E PESQUISA NO ENSINO DE  
HISTÓRIA**



# **DISCIPLINA DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO POPULAR: EDUCAÇÃO HISTÓRICA NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR**

**GABRIEL BRASIL LOPES**

## **Introdução**

Este artigo pretende apresentar um pouco das propostas centrais do projeto de pesquisa intitulado “Disciplina de História na Educação Popular: Educação Histórica na prática da Educação Popular” e principalmente, iniciar uma reflexão referente a uma de suas questões importantes ligadas a sua base teórica e metodológica. O projeto se encontra em seus primeiros passos, no entanto, desde que a ideia de unirmos estes dois campos surgiu, a percepção de que ambos tinham concepções que entravam em convergência já era vista como um dos pontos centrais para a pesquisa.

O projeto nasceu dentro de um dos contextos de Educação Popular da cidade do Rio Grande chamado Preparatório Fênix. O curso é ligado ao Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnicos e Superiores (PAIETS) criado pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e conta com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da FURG. Assim como o Fênix, o programa conta também com outros cursos espalhados pela cidade, desenvolvendo seus trabalhos principalmente com seus respectivos bairros.

O Fênix se originou em 2007, tendo como principal finalidade o ingresso e a permanência de pessoas em vulnerabilidade social e econômica em instituições

públicas de ensino técnico e superior. A partir de 2009, suas atividades passaram a ser desenvolvidas dentro da FURG, tendo como princípio a Educação Popular e dando preferência para pessoas que moram próximas à universidade. O mesmo desenvolve seu trabalho no período diurno e conta com uma coordenação e equipe de educadores e educadoras voluntárias, se organizando em disciplinas ligadas aos campos das Ciências da Natureza, das Ciências Humanas, das Linguagens, da Matemática, de Atualidades e de Orientação Vocacional, sendo trabalhadas em sala de aula, em oficinas e em eventos organizados dentro do contexto e em conjunto com outros cursos da cidade.

Desde o princípio, a pesquisa tem como objetivo fomentar projetos que abordem a temática da Educação Popular, bem como buscar e propor formas didático-pedagógicas relacionadas ao ensino de História inseridas no contexto da Educação Popular. Considerando sua complexidade como campo teórico e sua forte identidade, a Educação Popular é compreendida como uma prática político-pedagógica dirigida a favor das classes populares, com uma tarefa histórica de realizar transformações sociais por meio da educação (BRANDÃO, 1985, p. 22).

Com isso, a Educação Histórica, que vem crescendo no Brasil como campo de pesquisa, que oferece base teórica, metodológica e sobretudo de intervenção pedagógica, desde o princípio, foi escolhida não somente por seu importante arcabouço teórico conceitual inspirado na Didática da História<sup>1</sup>, mas também por sua convergência de visões e concepções em comum com a

---

<sup>1</sup> Retomada no âmbito acadêmico por Jörn Rüsen durante a segunda metade do século XX, e também tendo como base as contribuições de outros pesquisadores e teóricos como Peter Lee, Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, dentre outros.

Educação Popular. Sobretudo ao pensar a pesquisa não somente como uma simples coleta e análise de dados, mas um campo que a partir disso, propõe ações a fim de buscar mudanças concretas no âmbito da prática educativa. Característica esta muito importante para pesquisas de cunho popular:

Em todas as partes do Brasil e em outros países da América Latina (TORRES, 2021; PAULO, 2021) pessoas comprometidas com trabalhos de Educação Popular se indagam, refletem e propõem processos metodológicos participativos e dialógicos (PAULO, 2018). Então, a questão da metodologia pertence a grupos que buscam realizar práticas de Educação Popular que tenham por objetivo mudanças verdadeiras e significativas na vida das pessoas. Mudanças objetivas (concretas) e subjetivas (ideias, posicionamentos, comportamentos). (PAULO & GONÇALVES, 2022, p. 3).

Como bem esclarece o autor, o entendimento de que propostas metodológicas inseridas na perspectiva da Educação Popular precisam ir além da simples coleta de dados e informações ou com algum objetivo que esteja vinculado à realidade e contexto dos sujeitos da pesquisa, é um dos elementos básicos para o campo da Educação Popular. O mesmo podemos afirmar sobre a Educação Histórica, que visa não apenas compreender os processos de ensino e aprendizagem da História, mas principalmente propõe um ensino significativo que proporcione aprendizagens para a vida prática.

Com isso, o projeto de pesquisa passou a tomar como base teórica e metodológica, ao lado da Educação Popular, a Educação Histórica, com a pretensão de desenvolver em seus primeiros passos a ligação entre ambos os campos do conhecimento. Sobretudo por conta de sua grande proximidade e convergência no entendimento de educação, de conceitos e em seus



objetivos fundamentais, como concepções ligadas a criticidade e consciência histórica dos educandos e educandas. Como indica Isabel Barca em relação a Educação Histórica:

Para que o ensino de História não seja a "regurgitação do passado", o professor deve estimular o pensamento crítico de seus estudantes adotando alguns procedimentos específicos, como investigar as idéias que eles já possuem, possibilitando que reflitam sobre diferentes hipóteses em História; exercitar com seus alunos a seleção das diferentes respostas historiográficas para aquele contexto histórico; estimulá-los a construir novas hipóteses investigativas, ou seja, novas questões de investigação (BARCA, apud CURITIBA, 2006a, p.152).

Conceitos estes centrais não só para a Educação Histórica mas também para a Educação Popular. Tomando estes primeiros passos, a pesquisa hoje está em desenvolvimento dentro do Programa de Pós Graduação da FURG e conta com a orientação da professora e doutora Júlia Silveira Matos, aos quais eu já deixo aqui meu agradecimento por terem aceitado contribuir e fazer parte do projeto.

Com isso, no seguinte subtítulo, temos como pretensão uma introdução inicial sobre o que é Educação Popular e Educação Histórica, um pouco de suas principais características, assim como uma reflexão geral sobre suas conexões e relações, como campos teóricos e metodológicos.

### **Educação Popular e Educação Histórica: uma perspectiva geral**

Um pouco antes do florescimento da Educação Histórica, a Educação Popular se desenvolvia, sobretudo

durante o período da primeira metade do século XX. O processo de formação da Educação Popular foi, no Brasil, desde o princípio, sendo forjada na prática, por indivíduos e movimentos sociais que viram na classe popular o potencial de mudança e concretização de seus ideais. Tal movimento convergiu com o contexto brasileiro que buscava pensar como sua educação poderia ser desenvolvida.

Isto se dava principalmente por conta de um momento de urbanização do país, onde boa parte da população, que se encontrava no meio rural, migrava para trabalhar no meio urbano, que, por sua vez, passava por um processo de fortalecimento e desenvolvimento de sua indústria:

Caracterizado o contexto, parece claro que foi no clima de ebulição social característico da década de 1920 que, no campo educacional, emergiram, de um lado, as forças do movimento renovador impulsionado pelos ventos modernizantes do processo de industrialização e urbanização; de outro lado, a Igreja católica procurou recuperar terreno organizando suas fileiras para travar a batalha pedagógica. (SAVIANI, 2007a, p. 193).

Neste contexto, a Educação Popular era vista somente como uma extensão da educação formal, para pessoas que na maioria das vezes não tinham o benefício de ter acesso a mesma e que viviam em áreas periféricas e rurais. No entanto, este processo passa por mudanças, sobretudo com o crescente desenvolvimento de grupos preocupados não só com a alfabetização das massas, mas justamente com a forma com que isso aconteceria:

É associada aos movimentos civis e lutas pela democratização do ensino brasileiro que a expressão *educação popular* aparece com aspas em Celso de Rui Beisiegel (1974, p. 34-58) e, sem elas, em Vanilda Pereira Paiva (1987, p. 53-87), quando ambos discutem as relações entre o Estado, a sociedade civil e a

educação das classes populares no país. (...) Uma “luta pela educação” é então dirigida ao “combate ao analfabetismo” e à expansão imediata da rede escolar – centralizada agora pelo governo republicano federal – a todas as pessoas, em todos os lugares. É comum educadores e estudiosos do assunto hoje em dia chamarem o que aconteceu entre os anos de 1920 e 40 de “entusiasmos pela educação.” (BRANDÃO, 2009, p. 16-17).

Estes movimentos, caracterizados pelo nome de *Movimento de Cultura Popular*, foram dando origem aos primeiros conceitos e paradigmas que irão compor a concepção de Educação Popular. Cujo nascimento já estava fortemente ligado a politização e visão emancipatória da população, se posicionando com críticas diretas ao que iriam chamar de Educação Bancária<sup>2</sup>:

Educação Popular, originalmente chamada aqui no Brasil e na América Latina de Educação Libertadora, opunha-se ao que Paulo Freire qualificava como Educação Bancária. Desde um primeiro momento, ela surge como uma proposta situada dentro de todo um processo e um movimento bastante mais amplo, que tomou o nome de Cultura Popular. (BRANDÃO, p. 12, 2013).

A oposição se dava justamente contra as percepções que a política educacional do Brasil se direcionava e pensava sua Educação de base, ao observar a necessidade de adaptar o grande contingente de pessoas que se encontravam em processo de urbanização. A Educação de base, nesta perspectiva, era vista como um meio de formação de uma classe trabalhadora preparada para a demanda que a industrialização necessitava,

---

<sup>2</sup> “(...) faz do processo educativo um acto permanente de depositar conteúdos. Acto no qual o depositante é o ‘educador’ e o depositário é o ‘educando’. A concepção bancária, ao não superar a contradição educador-educando, mas, pelo contrário, ao enfatizá-la, não pode servir senão à ‘domesticação’ do homem”. (FREIRE, 1974, p. 14).

sobretudo com o desenvolvimento de uma mão de obra com acesso ao mínimo de alfabetização, socialização e disciplina.

A Educação Popular, de forma contrária, se concretizou na troca e no aprendizado da prática educativa com as classes populares, sobretudo com a figura de Paulo Freire como uma de suas lideranças: “Paulo Freire e sua equipe, em 1963, ficou reconhecida nacional e internacionalmente pelo fato de que em 40 horas conseguiram alfabetizar 300 trabalhadores(as) rurais” (FEITOSA, 2008, p. 35). Freire, desde o início, passou a ter um papel central neste contexto, não somente como figura que procurou propor concepções que até hoje são pilares firmes da Educação Popular, influenciando diversas outras áreas, principalmente relacionadas ao ensino, mas como uma figura que cristalizou seu arcabouço teórico e metodológico ao lado das classes populares:

- 1) constitui passo a passo (“aos tropeços”, dirão os seus críticos) uma nova teoria, não apenas de educação, mas das relações que, considerando-a a partir da cultura, estabelecem novas articulações entre a sua prática e um trabalho político progressivamente popular das trocas entre o ser humano e a sociedade, e de condições de transformação das estruturas opressoras desta pelo trabalho libertador daquele;
- 2) fundou não apenas um novo método de trabalho “com o povo” por meio da educação, mas toda uma nova educação libertadora, por meio do trabalho do/com o povo sobre ela (...).
- 3) definiu a educação como instrumento político de conscientização e politização, por meio da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva, a sujeitos e grupos populares (...)
- 4) afasta-se de ser tão somente uma atividade “de sala de aula”, de “escolarização popular”, e busca alternativas de realizar-se em todas as situações de práticas críticas e criativas entre agentes educadores “comprometidos” e sujeitos populares

“organizados”, ou em processo de organização de classe;” (BRANDÃO, 2009, p. 29-30).

O convite e diálogo com o povo fez florescer novas concepções e conceitos importantes para a Educação Popular, surgindo propostas como *educação para a liberdade* (cf. FREIRE, 1974) e a partir disto, a chamada *conscientização histórica*, propostas que aspiravam ser transformadoras da sociedade e da história, com práticas de cunho participativo e com identidade política: “aspirávamos criar, viver e difundir uma experiência pedagógica revolucionária a serviço de um processo de revolução social transformadora e libertadora” (BRANDÃO, 2013, p. 16).

Essa experiência de alfabetização, a partir dos princípios da educação para a liberdade, procurava superar a educação domesticadora, ou Educação bancária como assim denominou. Para Freire, a Educação popular seria um espaço em que o homem ultrapassaria sua situação de homem-objeto a homem sujeito-histórico transformador. O que se pretendia era a construção de um projeto político que possibilitasse superar a dominação do capital sobre o trabalho e, assim, reformular a forma de organização da sociedade. (PEREIRA & PEREIRA, 2010, p. 77).

O Século XX é, em essência, o desenvolvimento dos principais conceitos que compõem a Educação Popular como um movimento de mudança social. Mesmo durante períodos de repressão, característicos da ditadura militar, onde foi criado, por exemplo, o Mobral<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Criado sobretudo “(...) com objetivos políticos de silenciamento dos movimentos de Educação popular, em 1967 (...). Esse movimento estimulava o individualismo e a adaptação à vida moderna, enfatizando a responsabilidade pessoal pelo êxito ou fracasso e tentando afastar a possibilidade de resistência ao modelo instalado. (PEREIRA & PEREIRA, 2010, p. 78)

(Movimento Brasileiro de Alfabetização), que fazia restrições diretas às concepções político-filosóficas defendidas por Paulo Freire, sendo para os militares: “as ideias que vinham sendo difundidas nos grupos de cultura e Educação popular poderiam tornar o processo político incontrolável; por isso rotularam de subversivos os que estavam engajados nessas formas de atuação política” (PEREIRA & PEREIRA, 2010, p. 78), desarticulando vários movimentos de Educação Popular; e, posteriormente, no momento de redemocratização do país, principalmente com a criação da Constituição cidadã<sup>4</sup> em 1988, onde ocorreu uma grande retomada e crescimento da organização popular, com a esperança de maiores participações políticas no Brasil, a Educação Popular, movido por grupos de resistência, continuou construindo seus paradigmas que compõem sua identidade, se mantendo vivo, mesmo diante de diversas dificuldades.

Assim, imbuída em propostas que influenciaram diversos outros campos do ensino, como o da História, sobretudo com elementos e conceitos, não só ligados a autonomia e liberdade, mas também de conscientização histórica, criticidade e valorização do (a) educando (a)

---

<sup>4</sup> Estabelecendo uma legislação educacional que determina até os dias atuais a organização didático-pedagógica do país. Dentro deste processo se encontra a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que, embora tenha sido criada na década de 60 do século XX, foi reativada, tomando como função a organização da Educação Básica e Superior, regulamentando as diretrizes a serem seguidas; a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) onde se encontra os direitos e deveres da criança e do adolescente, preconizando o direito que os mesmos têm a educação em qualquer circunstância; as DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais), criada com o foco mais específico nas questões relacionadas às disciplinas e do currículo; o PNE (Plano Nacional de Educação), que estabelece objetivos claros a serem superados na Educação brasileira (MOCELIN, 2019, p. 34).

como seres históricos e detentores de conhecimento. A Educação Popular se propôs a pensar o ensino como algo que se articula e se propõe a reflexão do contexto social, político e cultural do educando, com o intuito de rejeitar discriminações (ou seja, uma educação transformadora, emancipadora e não conservadora: sem contribuir para a manutenção da dinâmica social discriminatória e desigual), tendo por embasamento o diálogo, rigor metodológico, respeito ao saber dos (as) educandos (as) e ética nas ações:

Para esse paradigma, que é político, mas que também é didático, a história é de essencial importância para contextualizar as lutas e, conseqüentemente, colaborar com os mais diversos grupos sociais na valorização do sentimento de pertencimento e na construção de suas identidades sociais. Freire (2002) alerta para a importância da conscientização no processo educativo, para que este não seja um fenômeno historicamente autônomo, mas sim vinculado às realidades, sempre.

Para esse autor, deve-se relacionar o texto com o contexto, e a escola deve aproximar o que se ensina com o que se vive. A leitura da palavra não deve ser uma prática distante da leitura do mundo (Freire, 2002). Freire valoriza a história e a historicidade como uma área essencial para uma educação libertadora e dialógica, para ele a importância do ato de ler é a importância de ler e compreender o mundo, de ler e entender a sua própria história. (SOUZA; SILVA, 2016, p. 189)

A concepção de criticidade e consciência histórica inseridas no ensino são talvez um dos maiores elos que a Educação Popular e a Educação Histórica têm, não como elementos a serem criados nos educandos, mas a percepção de que cada aluno já chega no mundo escolar com conhecimento prévio e, sobretudo para a Educação Histórica, já com consciência histórica, mas que por meio do ensino e orientação do educador, poderão se tornar

mais aprofundadas e sofisticadas: “buscar entender que o aluno é o agente de sua formação com ideias prévias e experiências diversas, assim como o professor torna-se um investigador social e organizador de atividades problematizadoras (BARCA, 2004, p. 134).

Essas características da Educação Histórica, foram sendo cristalizadas inicialmente por influência de Jörn Rüsen<sup>5</sup>, durante as últimas décadas do século XX, no que o mesmo vai chamar de “mudança de paradigma” no âmbito dos estudos de História, inicialmente na Alemanha Ocidental, com o objetivo de reaproximar a História “acadêmica” com a Didática da História (LEAL, 2011, pg. 1). Rüsen foi uma forte influência, como dito anteriormente, no desenvolvimento da Educação Histórica no Brasil, desde a defesa do ensino como objeto de estudo e também na elaboração de um arcabouço teórico a fim de fundamentar essas pesquisas.

Conceitos relacionados à *orientação temporal*<sup>6</sup> e *consciência histórica*, são pilares fortes disso. Sendo eles, sobretudo o da consciência histórica, não só para Rüsen, mas também para os teóricos da Educação Histórica, uma condição que todos já possuem, independente de sua origem, sendo o ambiente escolar o ideal para o melhor desenvolvimento da mesma. Para Rüsen, consciência histórica seria “o grau de consciência entre passado, presente e futuro”, e o professor teria um papel elementar

---

<sup>5</sup> Seu interesse por questões envolvendo o ensino de História começou muito cedo, segundo Estevão Martins (2010) a cátedra que Rüsen ocupou em Bochum incluía em suas diretrizes programáticas a preocupação com a didática da História, daí suas reflexões e críticas acerca dos processos de aprendizado da História. (LEAL, 2011, p. 2).

<sup>6</sup> “Para Rüsen a principal função da consciência histórica no estudo de História é fornecer ao aluno as ferramentas que o permitam compreender o passado como uma construção histórica capaz de orientá-lo no tempo.” (LEAL, 2011, p. 6).



na melhor articulação desta conexão, principalmente entre passado e presente<sup>7</sup>. Seria, portanto:

(...) o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida (RÜSEN, 2001 pg.58-59 Apud GEVAERD, 2009. p. 101).

Sendo esta, uma forma de compreensão dos processos e contextos do passado, para a melhor compreensão da realidade do presente. Para Rusen, neste caso, a consciência histórica seria dividida em 4 tipos:

(...) são eles: tradicional, uma posição em relação ao passado em que as narrativas tradicionais são responsáveis por fornecer valores em um modelo de tradição estável; exemplar, que vê, no passado como um todo, uma reunião de regras de conduta e moral utilizáveis no presente, essas lições do passado podem provir de tradições diferentes, não se vinculando apenas de uma tradição fixa; crítica, uma postura crítica diante de qualquer um dos tipos anteriores, seja desafiando a capacidade de orientação das narrativas tradicionais ou relativizando os valores morais provenientes da experiência do passado e genética, que tem uma postura para além da afirmação ou negação das três últimas formas de consciência histórica, a mudança é central para o passado e da diferentes significados a história, diferentes pontos de vista são aceitos para comporem

---

<sup>7</sup> Essa competência de "dar sentido ao passado" pode ser definida em três elementos que, juntos, constituem uma narração histórica: forma, conteúdo e função. Em relação ao conteúdo está-se falando da "competência para a experiência histórica"; em relação à forma, da "competência para a interpretação histórica"; e, em relação à função, da "competência para a orientação" (RÜSEN, 1992, p.30). (GEVAERD, 2009. p. 100).

essa perspectiva de mudança temporal (RÜSEN, 2007). (LEAL, 2011, p. 6).

Mesmo que para Rüsen cada tipo não tenha uma hierarquia evolutiva e podem coexistir, segundo o mesmo, somente a forma genética é que ocorre a aceitação de diferentes pontos de vista, desenvolvendo a capacidade de ver toda a complexidade da vida social, se libertando e dando o sentido de temporalidade a todas as coisas. Segundo Lídia Baumgarten (2022), uma formação escolar embasada na consciência histórica genética, possibilitaria a formação de estudantes que “possam encontrar nos caminhos da memória histórica, formas de se orientar na vida cotidiana, identificando atitudes discriminatórias, desiguais, preconceituosas, que se reconheçam como sujeitos históricos.” (BAUMGARTEN, 2022, p. 171).

Relacionando este ponto com a Educação Popular, para Freire, a conscientização histórica é um elemento central no ensino, sobretudo como uma atitude crítica na formação de indivíduos agentes de sua própria história: “A conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. (...) A conscientização, como atitude crítica dos homens na história. (FREIRE, 1980, p. 27).

Essas concepções teóricas de Rüsen, se tornaram parte dos elementos centrais dentro da Educação Histórica, levando a mesma a procurar pensá-las de forma prática e útil no campo do ensino. Por meio de outros conceitos que dão forma e estrutura a esse campo, sobretudo pela contribuição dos estudos de nomes como Peter Lee, ao propor os conceitos substantivos e de segunda ordem<sup>8</sup>, e

---

<sup>8</sup> “(...) conceitos substantivos são os que se referem a conteúdos da história, que podem ser considerados a substância da história, como

também contribuições de Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marilene Cainelli, dentre outros, que procuram trabalhar ideias concretas inseridas no contexto da sala de aula.

Dentre essas questões, a concepção de aprendizagem histórica<sup>9</sup>, é também um exemplo elementar da prática metodológica no âmbito da Educação Histórica que entra em convergência com a Educação Popular. Principalmente na ideia de que a necessidade de interpretar o mundo conceitual do educando, “não para de imediato o classificar em certo/errado, completo/incompleto”, mas para que esse entendimento possa ajudar “a modificar positivamente a conceitualização dos alunos, tal como o construtivismo social propõe” (BARCA, 2018, p. 78-79 Apud BAUMGARTEN, 2022, p. 168), e a partir disso, instigar os alunos a agir como seres críticos e detentores de historicidade. Muito próximo da visão de Educação de Paulo Freire ao colocá-los “como um ato de intervenção no mundo”, olhando a história “como possibilidade e não como determinação”, na formação de pessoas que não se vejam como “objetos da história, mas seu sujeito igualmente” (FREIRE, 2015, p.106-107). Conforme

---

datas e eventos, Revolução Francesa, Ditadura militar, Escravidão, por exemplo. E conceitos de segunda ordem são os que se referem à natureza da história, como narrativa, explicação, interpretação, compreensão, entre outros (LEE, 2001, p. 15, 20).” (GEVAERD, 2022, p. 42)

<sup>9</sup> "a consciência humana se relacionando com o tempo, experimentando o tempo para ele ter algum significado, adquirindo a competência de dar sentido (significado) ao tempo e desenvolvendo esta competência". (RÜSEN, 1993, p. 85 Apud GEVAERD, 2009, p. 65).

também salienta Lídia Baumgarten, em um de seus estudos no campo da Educação Histórica:

Os (as) estudantes, geralmente esperam receber o conteúdo pronto, se aproximando assim, da concepção bancária da educação, de Paulo Freire (1983). (...) Dessa forma, é oportuno afirmar que aprendizagem histórica não ocorre por transmissão e assimilação dos conteúdos. Ou ainda, por apresentar aos (às) estudantes a História como verdade absoluta, pronta, acabada e imutável. Pelo contrário, a aprendizagem histórica é mediada pela ação de duvidar, questionar e perguntar, para que, assim, compreendam o passado e suas ações no presente, sejam baseadas na reflexão desse passado, com perspectivas para o futuro. (BAUMGARTEN, 2022, p. 168)

A mesma continua:

Assim, potencializamos a reflexão dos (as) estudantes, o confronto de diferentes ideias e concepções e a formação da sua consciência histórica crítico-genética, o que resultará numa aprendizagem histórica que os (as) orientará a tomar decisões na sua vida cotidiana, e que terá como resultado efetivo o compromisso social e ético da e na sociedade brasileira. (BAUMGARTEN, 2022, p. 170)

Assim, partir do pressuposto de que todo o indivíduo tem consciência histórica e de que detém conhecimento, não só isso, colocar o (a) educador (a) no papel de condutor e não somente um depositário de conhecimento, ou seja, aquele que incentiva o (a) educando (a) a aprofundar ainda mais o conhecimento que o mesmo já tem, sem o intuito de determinar o que ele e ela deve ou não pensar, mas, ao contrário, o conduzir a ampliar e desenvolver sua criticidade e autonomia e chegar às suas próprias conclusões, é, justamente, gerar um encontro, na prática educativa, das chamadas Educação Popular e Educação Histórica.

## Considerações finais

O texto procura apresentar de forma inicial a proposta de pesquisa “Disciplina de História na Educação Popular: Educação Histórica na prática da Educação Popular”, mas principalmente trazer como ponto central a conexão entre suas bases teóricas e metodológicas.

A convergência entre Educação Popular e Educação Histórica pode ser vista sob diversos aspectos, assim como a ideia de que esta conexão tem lastro para mais profundidade e análise. Mesmo sendo o princípio de uma proposta de diálogo entre tais campos, isso possibilita a percepção de que mesmo sendo sim, campos teóricos com identidade própria, podem convergir e quem sabe, serem trabalhados na prática, de forma a contribuir para os seus propósitos de ver o ensino com potencial de mudança social.

## Referências

- BRANDÃO, C. R. *A Educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora* / Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assumpção. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Educação popular antes e agora*. Centro de Educação e Letras da UNIOESTE, vol. 15, Foz do Iguaçu, 1º semestre de 2013.
- BARCA, Isabel. *Aula oficina: um projecto à avaliação*. In BARCA, Isabel, org. – *Para uma educação histórica com qualidade*. Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho. p. 131-144, 2004.
- BAUMGARTEN, L. *Formação inicial e continuada: a educação histórica como forma de construir a consciência histórica de estudantes e professores(as) do Estado de Alagoas*. in: SCHMIDT,

M. A. & BARCA, I. *Pensamento Histórico e Humanismo*. Curitiba: WAS Edições, 2022. p. 161-172.

CURITIBA. *Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba*. Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba: Secretaria Municipal da Educação, 2006.

FREIRE, P. *Uma educação para a liberdade*. Porto/Portugal: Textos Marginais, 1974.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* / Paulo

Freire - 52<sup>o</sup> ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 1<sup>o</sup> ed: 1996.

\_\_\_\_\_. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Moraes, 1980.

FEITOSA, Sonia C. S. *Método Paulo Freire, a reinvenção de um legado*. Brasília: Liber Livros Editora, 2008.

GEVAERD, R. T. F.. *A narrativa histórica como uma maneira de ensinar e aprender história: o caso da história do Paraná* / Rosi Terezinha Ferrarini Gevaerd – Curitiba, 2009.

MOCELIN, Márcia Regina. *Gestão e docência: perspectivas epistemológicas* / Márcia Regina Mocelin, Wilson da Silva. Curitiba: InterSaberes, 2019.

PAULO, F. S., & GONÇALVES, P. S. *Metodologias da educação popular: Paulo Freire e os desafios da interdisciplinaridade na educação não escolar*. Revista Diálogo, vol. 51, p. 01-10. Canoas: Editora Unilasalle, junho de 2022.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira & PEREIRA, Eduardo Tadeu. *Revisitando a história da Educação popular do Brasil: Em busca de um outro mundo possível*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 72-89, dezembro de 2010.

LEAL, F. M.. *Educação histórica e as contribuições de Jörn Rüsen*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores associados, 2007a.

SOUZA, Israel Soares de; SILVA, Severino Bezerra. *Por um ensino de História referenciado na Educação Popular*. Revista História Hoje, v. 5, ed. 9, 2016.

# **TRAUMA TRANSGERACIONAL DA ESCRavidÃO: A INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO E NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DE JOVENS NEGROS**

**JUAN CARLOS BRANDÃO**

## **Introdução**

O Brasil é o país com maior população negra fora da África no mundo – aproximadamente 120 milhões de pessoas. E também o último a abolir oficialmente a escravidão. Embora já tenham decorrido 134 anos do seu fim, questões como o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), preconceito, os déficits educacionais correlatos, aliado a pior condição socioeconômica dos negros no Brasil em comparação às pessoas brancas, permanecem latentes, incômodas e desafiadoras. Principalmente, levando-se em consideração que os autodeclarados negros e pardos correspondem a 55% da população, segundo o IBGE (2010).

Partindo da realidade triste destes fatos, amplamente documentados (DAMASCENO, 2018), inclusive do próprio Estado Brasileiro (PNADc, 2018). Que quando cotejadas, só confirmam a premência do tema, cauterizada numa realidade inaceitável, vergonhosa e avassaladora. Estudos estes que denotam ainda mais o fato, de que um número próximo da metade da população inteira de um país – não qualquer país, estamos falando da décima segunda economia do mundo de acordo com a revista Exame (2022). Devido a cor da pele, não gozam de maneira equânime do mesmo amparo, representação social e oportunidades profissionais que as demais. Sendo

tratadas por parte expressiva da sociedade como pessoas de “segunda classe” (para as quais a violência, pobreza, insucesso pessoal e moral são socialmente aceitáveis, compreensíveis e, infelizmente, para uma parcela ainda mais hostil, justificáveis).

Ainda que experimentemos todo desenvolvimento da quarta revolução industrial (SCHWAB, 2016) e os desdobramentos “pseudodigitais”, assentados em bases Técnico-científico informacionais de uma sociedade pulsante e toda a sua pretensa inclusão digital, porém, marcada pela gritante desigualdade social (SANTOS, 1990). Tal situação, expõe de fato, a enormidade da distorção e o abismo social brasileiro de forma ainda mais explícita. Onde àquele racismo centenário e deletério encontra o terreno fértil para continuar a irromper no tecido social como uma pústula – agora nominado como “estrutural” (ALMEIDA, *op.cit.*), dado o caráter transversal e institucionalizado do seu processo. Que insiste em tragar de forma irrefreável, as pessoas negras para um turbilhão de desventuras e insucessos, perpetuando de maneira desumana o ciclo de horror e as violências que começaram três séculos atrás. Mas, que continuam a reverberar sob muitas formas, sendo uma delas, o processo conceitualmente chamado de Trauma Histórico Intergeracional ou Transgeracional (GOMES, 2017).

Um processo incessante, retroalimentado pela pobreza, racismo, discriminação, violências, vinculado aos traumas e complexos psíquicos. Difusamente imiscuído no tecido social e nas suas instituições. Caracterizado pelo trauma psicológico profundo infligido a uma determinada população, o Trauma Histórico Transgeracional, pode decorrer de guerras, genocídios, atos terroristas ou calamidades, a exemplo dos traumas indiretamente absorvidos pelos descendentes de campos de concentração



do holocausto, sobreviventes, familiares das vítimas da Segunda Guerra Mundial ou da escravidão, mas que transcendem, consciente ou inconscientemente por meio das memórias coletivas, até os dias atuais (GOMES, *ibid.*).

Sofrimentos que podem provocar alterações neuropsicológicas, cujos sintomas e manifestações, além das doenças do cérebro-mente, podem gerar transtornos emocionais e déficits cognitivos, que, em última análise, concorrem para lhes negar saudáveis condições de desenvolvimento, evolução e justiça de oportunidades, nas mesmas bases das pessoas brancas. Legando, em função disso, aos jovens descendentes do povo africano, as decorrentes e injustas marcas psicológicas, recalcadas e aprofundadas, inclusive, pelo insucesso socioeconômico que, de certa forma, retroalimenta todo o processo.

Processo este que se torna ainda mais delicado no campo educacional, exigindo do docente que lida diariamente com as consequências desse quadro, uma postura didática, psicologicamente assertiva e extremamente técnica. Contudo, sem prescindir jamais da humanidade e empatia pois, muitas vezes será na aula de História, que o aluno será exposto a conteúdos e informações potencialmente sensíveis, que pode tornar a aquisição daquele conhecimento uma experiência negativa, que pela autonegação e dissociação identitária, talvez possa afastá-lo da formação da sua consciência histórica, como aquela proposta por Jörn Hüsen<sup>1</sup>, nas três principais operações cognitivas de apropriação de

---

<sup>1</sup> A consciência histórica tem uma função prática: confere à realidade uma direção temporal, uma orientação que pode guiar a ação intencionalmente, através da mediação da memória histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org). Jörn Hüsen e o ensino de História. Curitiba: UFPR, 2010, p.58.

conhecimento, a saber: Experiência, Interpretação e Orientação (MARRERA, 2013).

Diante desse cenário, o presente artigo pretende propor uma reflexão sobre o assunto, voltado de forma mais específica, para as questões referentes à implicação do THT (Trauma Histórico Transgeracional) na aprendizagem e construção da consciência histórica, balizado pelo contexto da Educação Básica e pública dos jovens negros no Brasil. E, seguindo a lógica transdisciplinar da ciência histórica de Lefebvre e Bloch, lançar mão das ferramentas da Neurociência e da Sociologia, oferecendo uma abordagem que contemple, além das questões, históricas, filosóficas e políticas, fatores psicológicos que, adicionalmente, ajudem a conectar lógicas aparentemente distintas como a histórica, social e a neuropsicológica, intrinsecamente imbricadas, de forma a enriquecer e ampliar o debate acerca do tema.

## **Trauma Histórico Transgeracional**

O Trauma Histórico Transgeracional (GOMES, *op.cit.*), é como a ondulação provocada por uma pedra arremessada na superfície plácida de um lago num dia calmo e sem vento. Ainda que não tenhamos testemunhado o momento exato do impacto da pedra contra a água, ainda assim, mesmo que distante no tempo, reconheceremos naquelas pequenas ondas, cíclicas e omnidirecionais como o resultado de um evento violento. Neste caso, a pedra foi a escravidão.

E ainda acompanhando tal lógica alegórica, uma ou várias daquelas ondulações correspondem aos negativos efeitos históricos, psicossociais e neuropsicológicos imanentes a escravidão. Pois:

A violência sofrida pelos membros de um grupo social pode ser retransmitida, de maneira simbólica, aos indivíduos das gerações subsequentes, que atualizam não só o núcleo do trauma, como podem produzir a sintomatologia correspondente. Diversos pesquisadores trabalham com a transmissão transgeracional do trauma. O primeiro a abordar o tema da transmissão intergeracional do trauma foi Sigmund Freud em “Totem e Tabu” e em “Moisés e o Monoteísmo”. (...) Carl Gustav Jung tratou desse tema quase na mesma época, em sua obra “Símbolos da Transformação da libido”, publicada em 1911-1912. Recentemente, o tema da transmissão intergeracional do trauma tem ocupado lugar de destaque na pesquisa sobre a transmissão do trauma na família (GOMES, *op.cit.*, p. 28).

A escravização em massa de africanos foi uma tragédia humanitária e social sem precedentes, que atingiu negativamente vários países. Sendo o Brasil, um dos maiores, se não, o mais impactado. A partir de meados do século XVI, até a metade do século XIX. Milhões de homens, mulheres e crianças foram arrancados do seu lugar, da sua cultura, das suas famílias, amores e amigos, para sofrerem as maiores e mais intensas humilhações e violências infringidas a um ser humano. Esse é um fato histórico que jamais deve ser esquecido ou relativizado.

Um drama indizível originador de sofrimentos psicológicos violentíssimos e quadros depressivos tão profundos, que poderiam muito bem ser diagnosticados como distímia (forma mais crônica de depressão que continua pelo menos por dois anos). Um quadro tão infame, que redundava em suicídios reiterados, numa quantidade tal, que mereceu por parte dos capitães da época, estratégias específicas de mitigação de prejuízo – a maior parte delas baseadas no terrorismo psicológico (GOMES, 2019). Sem dúvida um trauma enorme. Contudo, que não ficou circunscrito ao passado. Mas, que ainda reverbera, pois, uma parte daquele Brasil insepulto

resiste, influenciando e contaminando com a abjeta semente do neofascismo e do neonazismo a realidade do país de agora.

Foram séculos de castigos e martírios, físicos e psicológicos. E, muito embora àquelas pessoas negras fossem aos poucos se incorporando, mesmo que de forma silenciosa, a cultura e a sociedade que dali em diante ajudariam a construir – num primeiro momento pela miscigenação decorrente da prática indiscriminada de estupros, que por qualquer outro motivo (FREYRE, 1963). Tal fato não se deu sem deixar profundas amarguras, pois a única certeza que tinham era que a cor da pele, orgulho em sua terra natal e dos seus antepassados, naquela nova realidade, constituía-se num estigma. Uma sentença ligada a estagnação social, que vinculava a pessoa negra ao nível mais baixo do estamento.

“O Brasil tem seu corpo na América e sua alma na África”, afirmava o padre jesuíta Antônio Vieira. Esta é uma frase profética que se torna cada vez mais verdadeira. Maior território escravocrata do hemisfério ocidental, o Brasil recebeu cerca de cinco milhões de cativos africanos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América ao longo de três séculos e meio. Como resultado o país tem a maior população negra do planeta, com exceção apenas da Nigéria (*apud*, GOMES, 2019, p.480).

Mesmo passados quase quatrocentos anos da presença negra no Brasil, permanecem os que insistem em perpetuar ou enaltecer retrógradas formas de pensamento e atitudes de discriminação, racismo e violência. Segundo Gomes (2020, p. 29), falando do “problema negro”, “[...] Oficialmente a escravidão acabou em 1888, mas o Brasil jamais se empenhou, de fato, em resolver ‘o problema negro’, mesma expressão usada por Raymundo Nina

Rodrigues (médico e escritor maranhense, pioneiro no estudo da África brasileira).

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontentáveis serviços à nossa civilização [...], há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo. [...] Consideramos a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva à nossa nacionalidade (NINA RODRIGUES, “Os Africanos no Brasil”, 1890, p. 24).

O fato é que pensamentos como este, ainda subsistem, diluídos sob todas as formas de discriminação, descaracterizados, distorcidos ou abrandados no seu *ethos*, de forma a torná-los socialmente palatáveis, polidos e dignos de algum crédito. Contudo, ainda que revestidos dos mais mirabolantes argumentos, a hipocrisia que carregam, não resistem ao primeiro questionamento e o axioma aristocraticamente arranjando - como o da citação anterior ou mais recentemente, no debate pela justeza das “cotas”. Se derrete revelando todo o veneno e hipocrisia, que por séculos intoxica a vida de pretos e pardos no Brasil.

Cabe ressaltar, que o embasamento do artigo ora apresentado, também passa pela a experiência de um homem negro, filho de empregada doméstica. Da sua história de vida e experiência com o racismo, discriminação e o testemunho da potência do racismo estrutural como fator dificultador ao pleno desenvolvimento das pessoas negras no Brasil. Bem como, a importância da educação e os efeitos, ainda que sutis, do Trauma Histórico Transgeracional que, de acordo com a família ou ecossistema social, se apresenta sob as mais distintas formas, com os mais variados resultados. Que podem ser potencializados ou atenuados de acordo com uma série enorme de fatores. Contudo, para o artigo em

questão, proponho principalmente a abordagem dos históricos, sociais e neuropsicológicos.

Contudo, além da historicidade e análise metodológica do problema, transversalmente também incorpora as abordagens e elementos da psicologia, neuropsicologia e sociologia, como ferramentas auxiliares na *práxis* didática, voltadas à interpretação e a melhor definição do quadro de distorções e desigualdades no ensino-aprendizagem de jovens negros. Ligados direta ou indiretamente ao evento histórico da escravização de pessoas, sendo o ponto de conexão e convergência estabelecido pelo Trauma Histórico Transgeracional. Nessa mesma perspectiva, Fanon, em “Pele Negra Máscara Branca” (2008), também chamou a atenção para a relevância das memórias coletivas, o resultado negativo do recalque inconsciente de tais lembranças e a possível ressonância em psicopatologias e neuroses, ao escrever:

As escolas psicanalíticas estudaram as reações neuróticas que nascem em certos meios, em certos setores da civilização. Obedecendo a uma exigência dialética, deveríamos nos perguntar até que ponto as conclusões de Freud ou de Adler podem ser utilizadas em uma tentativa de explicação da visão de mundo do homem de cor (FANON, *ibid*, p. 129).

Desta forma, o constructo argumentativo proposto assenta-se em três elementos principais. No campo Neuropsicopedagógico, pela pior performance escolar de jovens pretos e pardos em comparação aos alunos brancos submetidos a condições semelhantes (SOARES, 2003). Situação relativamente bem documentada por órgãos de controle, responsáveis pela aquisição e tratamento dos dados estatísticos relativos à educação. A possível conexão desse fato, com problemas ligados a cognição, memória, faculdades superiores e raciocínio, decorrentes

de perturbações neuropsicológicas (DAMASCENO, *op.cit.*).

O relacionado ao Trauma Histórico Transgeracional, ao demonstrar seu papel de transmissão potencial de informações e narrativas por meio de memórias coletivas ou sociais, história oral e a conseqüente influência nas alterações cérebro-mente, induzindo perturbações psicológicas associadas ao recalque inconsciente dos traumas, *stress* pós-traumático, majoritariamente entre pretos e pardos mais velhos, até os descendentes daqueles africanos nos dias atuais. Suas possíveis influências em alterações psicológicas, neurofisiológicas e neuropsicopedagógicas que ajudem ou concorram para a explicação da discrepância na aprendizagem tão acentuada neste grupo étnico específico, bem como na alienação ou construção de uma consciência histórica fraturada e refratária, contaminada por um ambiente socialmente tóxico. Considerando para tal, o pensamento e Jung quanto à potência psicológica de transmissão de afetos através do inconsciente coletivo. Que diferente da postulação freudiana de etiologia sexual, entendia plausível que o núcleo de um complexo cultural poderia ser um trauma histórico.

Jung considera o inconsciente coletivo como aquele caudal inesgotável da cultura dos povos, a fonte das produções míticas, artísticas e religiosas dos povos. Nesse sentido, o grande tronco cultural de onde brota os ramos das produções artísticas (literatura, música, pintura, escultura, etc.) é o inconsciente coletivo. Assim, o inconsciente coletivo manifesta-se, na cultura, por meio dos sonhos, da fantasia, da religião, etc. Com o conceito de inconsciente coletivo, Jung transformou a relação do homem com o passado e o inseriu na teia da história cultural (GOMES, *op.cit.*, p.35).

E, por último, no papel importantíssimo da *práxis* do educador-historiador em associação com a Neuropsicologia aplicada à História, de pesquisar, analisar e problematizar todas essas questões, de forma a incorporar além das teórico-metodológicas do ensino, também uma dimensão mais acurada da psicopedagogia, baseada na sensibilidade, considerando tanto o espectro psicológico e neuropsicológico, quanto a conformação crítica da consciência histórica dos seus alunos. Sendo que a complexidade e disparidade do cenário educacional brasileiro, mais do que isso, a missão de educar de maneira igualitária a todos os alunos, sugere um entendimento mais aprofundado dessas questões complexas, que talvez demandem uma incursão que se aventure além das dimensões técnicas, fórmulas e proposituras convencionais.

A atual conjuntura político-social enseja um momento mais que apropriado para a discussão e compreensão de como os traumas históricos relacionados as pessoas negras, traumas coletivos e traumas culturais afetam o cérebro-mente, distorcendo e degradando a percepção e a consciência histórica desses grupos (SCHMIDT, 2010). Alterações por vezes sutis, mas que podem provocar importantes, concretas e mensuráveis anomalias tanto na neurofisiologia, estruturas neuronais, capacidade cognitivas e conativas, quanto na *psique*, podendo, de fato, compor um novo *locus* para o profissional de educação e historiador.

### **A questão educacional**

Num país como o Brasil com graves e urgentes desigualdades sociais, amargadas principalmente pela parcela mais pobre da população. A educação como o principal fator de florescimento humano, deveria ser o



mais importante pilar no sentido de se alcançar um melhor avanço social. O farol norteador a influenciar toda a filosofia das políticas públicas de uma nação que almeja, verdadeira e integralmente, ser melhor e mais justa para todos. Contudo, a menos que sejamos ingênuos ou nos julgemos partícipes daquela minoria dominadora, sabemos como a educação ou melhor a sua ausência, refletida na pobreza cultural e a odienta prática do fomento à ignorância como política de Estado. Infligida, sobretudo aos mais desprovidos é há séculos, criminosamente usada como umas das melhores e mais eficientes armas de dominação político-social. Nas palavras de Paulo Freire, em *Ação Cultural para a Liberdade*, [...] “Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica” (FREIRE, 1981, p.74).

Ao contrário, a educação deveria ser a principal força na promoção do crescimento individual e social e a mais profícua das políticas públicas, de forma a proporcionar pelo mérito, as chances de oportunizar a todos o acesso às melhores condições de vida. Não obstante aos grandes avanços educacionais das últimas décadas – porém, muito abaixo das expectativas, demandas e das enormes urgências educacionais. O sistema educacional ainda não é capaz, de forma equânime, de garantir a aprendizagem de todos dentro do sistema público de ensino. Sendo enorme a gravidade dessa situação, mais ainda, o fato da sociedade não se insurgir contra isso.

Entretanto, no contexto de desimportância histórica dada à cultura e à educação, de forma vergonhosa, principalmente se tratando de um país etnicamente plural como o Brasil, existem grupos ainda mais afetados e

desprezados, tais como os povos originários, mulheres e os negros. Sendo esse último, especialmente afetado pelo Trauma Histórico Transgeracional e o foco do artigo em questão.

Apesar do inegável papel da educação para abrir portas e ampliar as oportunidades da população negra, num caminho contrário ao justo, ao necessário, esperado e urgente, levando-se em conta o passivo centenário e a dívida histórica do país para com as pessoas negras. O racismo estrutural, se apresenta como um obstáculo desumano ao desenvolvimento dessas pessoas em todo seu potencial. Se interpõe ao curso natural da vida como fosso pantanoso, dificultando o caminhar, porém, mesmo com toda a sua viscosidade, não é impossível de ser transposto.

O racismo estrutural se manifesta muito antes sequer do jovem negro se sentar na sua carteira em sala de aula. E continua, por toda a vida escolar e, infelizmente, muito depois dela. São raros os espaços em que as pessoas negras podem prescindir da sua “armadura mental”, situação que ao longo da vida, devido ao peso psicológico desse fardo, cobrará o seu preço.

Segundo o Observatório de Educação, embora a taxa de evasão escolar global esteja diminuindo, a desigualdade racial ainda fica evidente ao se analisar melhor os números, pois a quantidade de alunos negros que abandonam os estudos, principalmente, no Ensino Médio, de acordo com o relatório do Observatório, chega a quase três pontos percentuais de diferença em comparação aos jovens brancos. E continua:

Em 2019, apenas 65,1% dos jovens pretos e 66,7% dos pardos de 15 a 17 anos frequentavam o Ensino Médio, frente a 79,2% dos brancos. Já a conclusão dessa etapa até os 19 anos era uma realidade para apenas 58,3% dos jovens pretos e 59,7% dos pardos em 2019, contra 75% dos jovens brancos” (Fonte: Observatório de Educação, 2020).

Soma-se aos dados acima, o déficit de aprendizagem entre alunos negros e pardos no 5º ano do Ensino Fundamental. Em língua portuguesa, de acordo com o Inep, em 2017, apenas 41,4% dos negros e 62,5% dos pardos possuíam aprendizagem adequada. Já os alunos brancos na mesma condição contabilizavam 70%. Tendências que se repetiam em matemática, sendo que 29,9% dos pretos, 49,2% dos pardos e 59,5% dos brancos tinham aprendizagem adequada (LEAL *et al*, 2018, p. 7). Uma vez que:

[...] pretos e pardos, que têm acesso a escolas com piores infraestruturas e, estatisticamente, vêm de famílias mais vulneráveis, possuem índices menores em comparação aos brancos. Ao final do 9º ano do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa, 51,5% dos brancos tinham aprendizagem adequada, frente a 36,3% dos pardos e 28,8% dos pretos. Em Matemática, 32%, 17,9% e 12,7%, respectivamente. Dados também de 2017 (LEAL *et al*, *ibid.*, p).

Se no Ensino Fundamental o país conseguiu garantir o acesso global independentemente da cor, a última etapa da Educação Básica apresenta os maiores desafios e desigualdades nesse quesito. Em 2019, apenas 65,1% dos jovens pretos e 66,7% dos pardos de 15 a 17 anos frequentavam o Ensino Médio, frente a 79,2% dos brancos. Já a conclusão dessa etapa até os 19 anos era uma realidade para apenas 58,3% dos jovens pretos e 59,7% dos pardos em 2019, contra 75% dos jovens brancos (Observatório de Educação, *op.cit.*).

Situação que, infelizmente, se repete no Ensino Médio, impactando diretamente na dificuldade de acesso e performance no Ensino Superior. Todas essas desigualdades durante a idade escolar culminam em uma escolaridade média das populações pretas e pardas de 18 a

29 anos de 11 anos, quantidade 1,3 ano menor que a branca.

Os dados estatísticos, embora muito úteis na análise e projeções, na sua frieza cartesiana, podem, em alguma medida, causar um distanciamento acadêmico que talvez obstaculize a visão e a percepção da dimensão humana destas distorções. Entretanto, obedecendo a lógica do constructo argumentativo aqui desenvolvido, embasado principalmente em questões históricas e neuropsicológicas, propõe-se que o cerne da discussão ressalte, não o componente estatístico - embora reconhecendo sua importância na esfera da gestão e controle. Mas, a pessoa, a criança, o jovem e o docente, expostos ao Trauma Histórico Transgeracional.

O triste fato é que, pelos dados gerados pelo próprio Governo ou entidades autônomas, independe da região, Estado ou cidade brasileira, os jovens negros, na média, têm expectativas educacionais piores. São os que apresentam performance inferior, abandonam primeiro a escola, são o grupo no qual a progressão escolar leva mais tempo e tem índices deficitários de aproveitamento nas disciplinas basilares, de acordo com testes e programas de avaliação aplicados pelo governo. (Todos Pela Educação: Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2020).

As razões que nos fizeram chegar nessa situação são inúmeras e complexas e não existem respostas ou abordagens simplistas que possam, de fato, dar conta de um problema tão enorme. Entretanto, fica claro que não se trata apenas de uma questão factual ou aleatória, que por trás da indecência desses números, existe, além de fatores socioeconômicos, históricos, políticos, étnico-raciais que ajudem a compreender esse quadro, fatores psicológicos e neuropsicológicos associados e que têm no espectro do Trauma Histórico Transgeracional um componente poderoso que pode lastrear esta recente linha de

pensamento acerca da sua influência na cognição e, por conseguinte, no desempenho educacional global, na construção de uma consciência histórica vívida e as decorrentes influências na vida desse jovem como um todo.

A enormidade da importância de todas estas questões não pode impedir que nos esforcemos, enquanto atores e operadores do ensino-aprendizagem, de individualizar e particularizar o ensino, focando prioritariamente no aluno e no professor todos os nossos esforços para a melhoria de um quadro educacional tão injusto. No universo escolar e sob o escopo das melhores práticas fica ainda mais evidente o ambiente adverso ao qual os jovens negros são muitas vezes submetidos. Situações tão corriqueiras que acabam por serem incorporadas ao fazer de sala de aula. Práticas psicologicamente nocivas naturalizadas e invisibilizadas pelo racismo estrutural ou diluídas no *bullying*, no dia a dia das escolas mais acanhadas pelo Brasil a fora. Mas que nem por isso são menos dolorosas. É como se para transpor a jornada educacional que se inicia, oferecessem aos jovens negros sapatos de chumbo.

Aparentemente, estes jovens estariam alheios aos desígnios pouco auspiciosos do macro universo que os aguarda. Mais focados nas interações sociais e no relacionamento com os pares - imperativos evolutivos que naquele momento da juventude são tão importantes e significativos e que de maneira inequívoca construirão suas mais potentes memórias individuais, as quais definirão sua identidade e personalidade para toda a vida. Naquele contexto, o microuniverso escolar é o que realmente conta.

Situações vexatórias ou a invisibilidade (requerida ou não), os poucos amigos, o fundo da sala de aula, a menor atenção que recebem dos professores, o *bullying*

dos colegas, o fato de nunca ser escolhido para figurar com representatividade nos eventos escolares. A menor paciência dos educadores com as estripulias infantis comparada aos colegas brancos ou o fato de não se enxergar representado na sua cor, nas pessoas em posição de destaque, tais como diretores e professores (Leal *et al*, *op.cit.*). Todas essas são situações que podem passar despercebidas no cotidiano caótico das escolas públicas – mas não deveriam, principalmente pelos educadores e pelo aparato psicopedagógico da escola.

Contudo, na maioria das vezes, não é o que acontece. Esse é, dentre outros fatores, o resultado de docentes assoberbados, sem perspectivas profissionais ou estímulos intrínsecos e extrínsecos, que os movam positivamente na direção do aprimoramento. Fazendo que não atuem para mitigar ou reverter tal quadro. Na atual situação de desesperança a qual está entregue boa parte do magistério público, talvez, não tenham condições, energia mental, nem de reconhecer o problema ou mesmo de agir.

Sem dúvida é um ambiente ácido para essas crianças, um racismo que o amadurecimento psicossocial irá aos poucos revelar dolorosamente. Uns serão tragados pelos imperativos da sobrevivência, outros perseverarão. Contudo, outros tantos, certos do gasto desnecessário de energia numa luta visivelmente inglória para alcançar um lugar que da sua perspectiva não os pertence e sequer tentarão.

### **Trauma, estresse pós-traumático e as implicações na cognição**

Em última análise, este artigo anseia tratar as tessituras traumáticas presentes no inconsciente cultural ou memória ancestral, como identificou Jung (PINTO, 2006), da associação entre fatores socioculturais e a sua

influência na trajetória escolar dos jovens negros. A possível correlação entre o fato deste grupo étnico em particular apresentar um desempenho pior em relação aos jovens brancos em condições análogas e o Trauma Histórico Transgeracional.

A realidade é que não há como se dividir a vida de uma pessoa, no que se refere ao contínuo tempo. A não ser se aplique a lógica de Descartes para fins de análise ou pesquisa, mas como já foi percebido, tal abordagem não se adapta de maneira desejável ao comportamento humano, dado a sua lógica relativística, no que se refere às questões históricas ou as do cérebro e da *psique*.

Na vida do jovem, o período escolar é apenas uma fase no *continuun* da sua existência. Entretanto, uma das mais prolíficas e representativas. Trazendo consigo uma farta dose de experientiação e a produção de uma quantidade enorme de memórias episódicas que servirão de base afetiva de comparação, consubstanciando-se em imprescindíveis ferramentas comportamentais para lidar com aquela nova realidade e com o futuro, mais que isso, é um tempo das descobertas tão importantes para a construção da sua identidade.

Memórias conscientes e inconscientes que não podem nem devem ser ignoradas. Ou seja, tudo que viveu, viu, ouviu ou sentiu até ali, além das impressões que continuam a ser computadas no sistema aberto da memória (NICOLELLIS, 2020). E as marcas que esses afetos imprimiram e continuarão a imprimir na sua *psique*, serão as bases psicológicas requisitadas para nova e desafiadora interação social que se apresenta. Constitui-se em um momento único e delicado para qualquer jovem. Sendo naturais os conflitos e incertezas, potencializados pela imaturidade cerebral, inexperiência social que se manifesta muitas vezes na ansiedade e insegurança típicos dessa idade.

Todavia, devemos nos perguntar que tipo de memória cultural os jovens negros trazem como bagagem? Podemos partir do ponto de onde o indivíduo começa a se reconhecer como parte de um grupo social específico. Da formação da sua consciência enquanto indivíduo. Primeiro nas células sociais mais basilares, como a família, amigos e religião. Essa ideia de consciência e pertencimento, de auto identificação socioafetiva do *Self*, provoca uma profunda sensação de compartilhamento e vinculação grupal, que na presença de violências ou injúrias recebidas por outrem, podem provocar afetos tão intensos, quanto se fossem dirigias a própria pessoa. Esse fenômeno indutivo de encadeamento e a decorrente somatização, estão na base da transmissão do trauma emocional intergeracional.

Segundo a psicóloga Roberta Maria Frederico, Diretora do Núcleo de Psicologia Educacional e autora no Instituto Sankofa Psicologia e Educação, o trauma baseado na raça, configura um desafio profissional ainda maior para o seu tratamento, pois sequer consta nos manuais de psicologia ou no DSM-V da Associação Americana de Psiquiatria.

Em termos psicológicos, o trauma é uma resposta emocional a um evento perturbador, como um desastre natural ou um crime violento, por exemplo. Seguindo esse raciocínio, o trauma racial é uma reação a experiências de racismo, incluindo violências ou humilhações, e que também pode ser chamado de trauma ou estresse traumático baseado na raça. Todos os tipos de trauma, incluindo o racial, podem contribuir para o desenvolvimento do transtorno de estresse pós-traumático, uma condição marcada por uma série de efeitos mentais e físicos e que pode ser desafiadora do ponto de vista do tratamento (FREDERICO, *ibid.*, p. 1).

Contudo, cabe ainda uma ressalva. As memórias que no século passado eram transmitidas quase que



exclusivamente através da cultura autóctone e da oralidade, muito mais que por outros canais - devido à exclusão cultural dos negros e a dificuldade de acesso a diversificados meios de informação. Na atualidade, com a imersão no compósito cibertecnológico, recebeu um acréscimo exponencial. Tanto pela pluralidade desses meios, quanto pela velocidade e abrangência da informação. Tal situação implica, que havendo a sensação de vinculação, individual ou grupal, o afeto do trauma histórico pode ser absorvido e partilhado, tanto no contexto de uma chacina de jovens favelados no Rio de Janeiro, numa situação de racismo vivida por um parente próximo em um supermercado em Porto Alegre, quanto por uma de igual ou maior intensidade, sofrida por um homem negro asfixiado até a morte, nos Estados Unidos da América. Inexiste um modelo específico para a compreensão da transmissão do trauma intergeracional nem das suas consequências. Contudo, já há o consenso no meio científico que um trauma histórico pode provocar modificações profundas no funcionamento do grupo e de seus indivíduos, com a conseqüente retraumatização dos seus membros (IDOETA, 2020).

Situações de violência e abusos podem gerar trauma e o trauma gera alterações neurofisiológicas e neuropsicológicas. Não importa se aconteceram agora, ou há três gerações anteriores. Se sobreviveram na memória coletiva ou cultural de um grupo, com intensidade e relevância suficientes para serem transmitidas à descendência é porque carregam uma forte dose de energia psíquica. Que pela empatia e somatização podem integrar um conjunto de componentes endógenos que concorram para provocar transtornos, desregulações ou perturbações do cérebro-mente, ainda mais se forem intensificados por eventos recentes e reafirmadores.

Episódios diários de racismo, desde ser alvo de preconceito até assistir a casos de violência sofridos por outras pessoas da mesma raça, têm um efeito às vezes "invisível", mas duradouro e cruel sobre a saúde, o corpo e o cérebro de crianças. A conclusão é do Centro de Desenvolvimento Infantil da Universidade de Harvard, que compilou estudos documentando como a vivência cotidiana do racismo estrutural, de suas formas mais escancaradas às mais sutis ou ao acesso pior a serviços públicos, impacta "o aprendizado, o comportamento, a saúde física e mental" infantil (IDOETA, *op.cit.*,p. 1).

Segundo o Centro de Desenvolvimento Infantil da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, quando os sistemas de estresse dos jovens ou crianças ficam ativados em alto nível por longo período de tempo, há um desgaste significativo nos seus cérebros em desenvolvimento e outros sistemas biológicos (IDOETA, *ibid.*).

Na prática, áreas do cérebro dedicadas à resposta ao medo, à ansiedade e a reações impulsivas podem produzir um excesso de conexões neurais, além da produção demasiada de neurotransmissores associados ao estresse. Ao mesmo tempo em que áreas cerebrais dedicadas à racionalização, ao planejamento e ao controle de comportamento, principalmente no córtex pré-frontal, vão produzir menos conexões neurais.

Em resposta às experiências traumáticas, o sistema límbico associado ao sistema somático e visceral, ativam impulsos corporais de luta, fuga ou paralisia do corpo, desencadeando a liberação de hormônios do estresse, cortisol e adrenalina, que causam uma série de alterações neurofisiológicas, incluindo aumento da frequência cardíaca e alerta mental elevado. É uma resposta evolutiva de autopreservação e sobrevivência para lidarmos com ambientes potencialmente perigosos. Em situações normais, encerrada a experiência o organismo gradualmente retorna ao estado mental de equilíbrio.

Contudo, a constante convivência e a hipervigilância geradas por ambientes racialmente hostis, podem desencadear ou asseverar diversos sintomas, tais como, ansiedade, depressão, apreensão. Assim como pesadelos, *flashbacks*, que na imunidade e uma maior suscetibilidade ao abuso de substâncias psicoativas como fumo, álcool ou drogas ilícitas (IDOETA, *ibid.*).

A longo prazo, a vivência constantemente em ambiente de racismo sistêmico e discriminação cotidiana, podem comprometer o aprendizado, favorecendo o desenvolvimento de comportamentos autodestrutivos, como agressividade, desesperança e o desamparo aprendido (IDOETA, *ibid.*).

Há, ainda, uma incidência possivelmente maior de problemas de saúde mental: de cada dez suicídios em adolescentes em 2016, seis foram de jovens negros ou pardos e quatro de brancos, segundo pesquisa do Ministério da Saúde publicada no ano passado. "O adoecimento (pela vivência do racismo) é constante, e vemos nos dados escancarados, como os da violência, mas também na depressão, no adoecimento psíquico e nos altos números de suicídio", afirma a psicóloga Cristiane Ribeiro (IDOETA, *ibid.* p. 2).

Os componentes principais para que traumas referentes ao racismo se instalem, estão relacionados a existência de um ambiente hostil, pessoas ou situações que provoquem injúrias mentais e o mais importante, a autoconsciência da vítima. Esta percepção de que aquela violência, situação constrangedora ou injustiça foi dirigida a ela ou seu grupo social proximal, em função da sua origem ou cor da pele nem sempre é instantânea. Primeiro, por que existem vários níveis de racismo, muitos deles tão sutis que dificultam a sua identificação imediata. Quanto a autoconsciência, ela está intimamente ligada a consciência histórica, étnica e social do indivíduo. Mas, também a uma

condição mínima de maturidade do cérebro-mente, que varia de pessoa para pessoa, idade, cultura e grupo social.

## **Educação, consciência histórica e identitária**

A autoconsciência é um processo e a noção do racismo uma construção. É a angústia da incerteza que os ruídos, ainda que incômodos, mas que pareciam distantes, como o marulho de um mar revolto, podem, de uma hora para outra, transformarem-se num maremoto na sua própria vida. Como dito antes, a consciência histórica caminha irmanada com o amadurecimento psicológico do indivíduo, que por sua vez está ligado a evolução anatomofisiológica do cérebro, além de profundamente influenciada pelos contextos cultural e social. De acordo com as fases de desenvolvimento cognitivo propostas por Piaget (OLIVEIRA, 2014), essa autoconsciência se inicia no estágio Pré-operatório (2 a 6 anos), se intensificando, contudo, na fase do Operatório concreto (6 a 11 anos). Nesse estágio, a criança começa a perceber a realidade concreta e a lógica, desenvolvendo as noções de moral e abstrações mentais suficientes para começar a compreender a realidade que o cerca, inclusive o contexto histórico e social.

Nesse mesmo sentido, o ambiente psicossocial a qual a criança está inserida tem uma enorme relevância, dado bombardeio incessante de notícias, relatos orais, conversas paralelas relacionadas ao crime de racismo, casos de discriminação e injúrias que cada vez mais vem sendo veiculados, infelizmente. Uma realidade que vem recebendo maior destaque nas diversas mídias e que a criança, apenas por partilhar o mesmo espaço social, tem contato direto ou indireto. Mas, o fato de não demonstrar interesse aparente ou compreensão mediata, não significa dizer, que não sofra algum grau de contaminação.

Pois, como já foi predito, a construção e a aquisição das memórias é um processo impregnante e contínuo. A memória é um sistema aberto num incessante processo de arquivamento, sobreposição, e erosão de informações. No qual o indivíduo introjeta, de acordo com filtros muito particulares, influenciados pelo meio ambiente social, mas também pela consciência histórica, uma visão única de mundo.

Todas essas questões compõem um caldal extremamente complexo que pode culminar com recalque inconsciente das lembranças negativas amplificadas de acordo com apelo social e cultural a elas relacionadas. Sendo que eventos ou situações potencialmente traumáticas, ocorridas com o próprio indivíduo ou pessoa próxima, antes mesmo de um amadurecimento cognitivo suficiente para compreendê-las, mesmo que não somatizadas imediatamente, poderiam, assim que compreendidas, de maneira tardia, tornarem-se o núcleo de um trauma. O que pode ocorrer anos ou décadas depois. E serão estes indivíduos únicos e heterogêneos, das origens e histórias de vida mais diversas que serão recebidos em sala de aula.

Neste contexto, cabe uma ressalva. Pois, sabedores da existência de um ambiente estranho e pouco amistoso, existem os que, consciente ou inconscientemente negam sua origem, cor e etnia. Situação relativamente comum entre crianças que quando instadas sobre o seu fenótipo, se definem como “cor de café com leite”, “chocolate”, “moreninho”, “marrom bombom” e etc. Estaria na suavização um mecanismo de distanciamento, a negação como um estranhamento ou autodefesa a uma condição considerada negativa do ponto de vista psicossocial. Um fenômeno também verificado em adultos. Uma distorção apenas resolvida com a adequada conscientização histórica.

## **Considerações finais**

Com a propositura do tema, tivemos a intenção de ensinar a reflexão, de como a Neuropsicologia aplicada à História pode contribuir como ferramenta de aparelhamento didático dos professores e profissionais ligados à educação, partindo de uma abordagem transdisciplinar, oferecer mais subsídios no sentido de um entendimento dos problemas de desempenho educacional dos alunos, em especial, de alunos negros. E a partir do conhecimento de fatores históricos, neuropsicológicos e psicossociais ligados a aprendizagem, ajudar na composição de estratégias pedagógicas que visem a melhoria da interação professor-aluno e a consequente melhoria do ensino.

Também vale à pena destacar, que a extensão do Trauma Histórico Transgeracional, profundidade e potencial, dependem de inúmeros fatores com sobreposições, encadeamentos e interações, componentes exógenos e endógenos, intrínsecos e extrínsecos que podem compor um mosaico psicológico de enorme complexidade que requerem uma redobrada acuidade científica, que fogem a proposta do artigo em questão.

Contudo, fica evidente que as desigualdades entre brancos e negros são muito mais profundas e deletérias do se poderia imaginar, indo muito além do ambiente escolar ou familiar ao qual esse jovem está inserido. E dentro desse conjunto de esforços de mentes comprometidas em proporcionar a equalização e a justiça de oportunidades, aliado a família e a escola, o docente e o pesquisador de História tem um papel preponderante, na problematização, no entendimento e na busca por respostas, contudo sem abrir mão da empatia em sala de aula, dedicação aos alunos e ao ensino. Pois, num país como o Brasil de tantas

vicissitudes, um ensino de qualidade, humano, isento de discriminações e preconceitos de quaisquer naturezas, dependem mais do que a qualificação técnica, pesquisa e aprimoramento continuado, engajamento social, também de princípios humanos básicos, afeto e empatia. E como afirmou Paulo Freire, muito amor no ato de ensinar.

## Referências

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. 2ed. São Paulo: Jandaíra, 2019.

AZEVEDO, F. de. *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ed. Brasília: UnB, 1963.

BIRMAN, J. Jung. *A psicologia analítica e o resgate do sagrado*. In: PINTO, G. C. (Org.) *Viver mente e cérebro. Carl Gustav Jung, o resgate do sagrado*. 2ed. rev. e atualizada. São Paulo, 2006. Brasileira, 2005.

CAPISTRANO, A. João. *Capítulos de história colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ed. Brasília, UnB, 1963.

CÉREBROS expostos a sensações traumáticas na infância têm marcas físicas na fase adulta. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/saude/cerebros-expostos-sensacoes-traumaticas-na-infancia-tem-marcas-fisicas-na-fase-adulta-7301341>> Acesso em: 20 nov, 2022.

CIENTISTAS descobrem como experiências traumáticas afetam o cérebro. - Disponível em <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2018/02/20/cientistas-descobrem-como-experiencias-traumaticas-afetam-o-cerebro.htm>> Acesso em: 24 nov, 2022.

CORDELLAT, Adrián. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-09-10/como-a-violencia-inclusive-leve-afeta-o-cerebro-das-criancas.html>> Acesso em: 01 dez, 2022.

DAMASCENO, M.G. *Saúde mental e racismo contra negros: Produção bibliográfica dos últimos quinze anos*. Universidade Federal de Brasília, DF: 2018

EXPERIÊNCIAS traumáticas na infância podem alterar estrutura do cérebro. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/saude/experiencias-traumaticas-na->

*infancia-podem-alterar-estrutura-do-cerebro/https://veja.abril.com.br/saude/experiencias-traumaticas-na-infancia-podem-alterar-estrutura-do-cerebro/> Acesso em: 08 dez, 2022.*

FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Centro de Estudo Afro-Orientais. Editora da Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA. EDUFBA, 2008.

FLORENTINO, M. et al. *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização

FREDERICO, Roberta. *Trauma racial: Quando o racismo deixa suas marcas*. Disponível em <<https://saude.abril.com.br/coluna/saude-negritude-atitude>>. Acesso em: 24 nov, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. 12ed. Brasília: UnB, 1963.

GOMES, A. M. de A. “Melhor que o Mel, só o Céu”: *Trauma Intergeracional, Complexo Cultural e Resiliência na Diáspora Africana*. 2017. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

GOMES, Lauretino. *Escravidão*. v.1, São Paulo, Globo, 2018.

HAMERMÜLLER, Amanda; UCHOA, Thayse. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/humanista/2018/01/22/discriminacao-racial-pode-levar-ao-desenvolvimento-de-problemas-psiquicos-na-populacao-negra/>> Acesso em: 09 dez, 2022.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 12ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

IDOETA, P. A. *Quatro efeitos do racismo no cérebro e no corpo de crianças, segundo Harvard*. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-55239798>> Acesso em: 7 dez, 2022.

MARRERA, F.M.; SOUZA, U. A. *A tipologia da consciência histórica em Rüsen*. *Revista Latino-Americana de História*, v.2, nº6, agosto de 2013, Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2013.

MOTA, C. G. da. *Ideologia da Cultura Brasileira – 1933-1974*. 9ed. São Paulo: Ática, 1994.

PESSOA, Marcelo. *Roteiro de Análise e Indicadores Educacionais – Abandono e Evasão Escolar*. Disponível em <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/>> Acesso em: 15 dez, 2022.



*PIMENTA, Tatiana. Disponível em*

*<<https://www.vittude.com/blog/racismo-estrutural-como-afeta-o-fator-psicologico/>> Acesso em: 15 dez, 2022.*

*RIVEIRA, Carolina, Brasil fecha 2022 como a 12ª economia do mundo, empatado com Irã. Disponível em <https://exame.com/economia/brasil-fecha-2022-como-a-12a-economia-do-mundo-ranking/> Acesso em: 22 mai, 2023.*

*SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico 1990. 5ed. São Paulo: USP, 2008.*

*SCHMIDT, M.A; BARCA, I; MARTINS, E.R. Jörn Hüsen e o ensino de História. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. p.59. Universidade Federal do Paraná, 2010.*

*SOARES, J.F. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. Artigo Revista Educação e Pesquisa, 29 ed. p.147-165. Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.*

*TOLEDO, Karina. Disponível em*

*<<https://emails.estadao.com.br/noticias/geral,trauma-pode-modificar-cerebro,311587>> Acesso em: 01 dez, 2022.*

*TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.*

*Disponível em <<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/programas-projetos-e-acoess/pro-vida/dicas-de-saude/pilulas-de-saude/racismo-e-saude-emocional-como-o-trauma-afeta-as-vitimas>> Acesso em: 28 nov. 2022.*

# **A IMPORTÂNCIA DA ORALIDADE: UMA NECESSIDADE DENTRO E FORA DA SALA DE AULA**

**FERNANDO SELAGEM BARROS**

## **INTRODUÇÃO**

A cabeça de um historiador é uma panela de pressão, dentro dessa panela contém inúmeras engrenagens que trabalham infinitamente, em alta velocidade e calor, em todo instante ela fica fervilhando de pensamentos e reflexões, sempre está cheia de ideias para produções de artigos e de textos sobre os mais variados assuntos possíveis, porém um dos primeiros obstáculos que surge a sua frente, está relacionado com as fontes.

Primeiramente pensamos em qual será nossa fonte ideal para podermos elaborar o trabalho de pesquisa, conseguirmos deixar do jeito mais científico possível e também pensarmos de que modo vamos utiliza-las. No caso deste artigo, vamos abordar sobre a oralidade, portanto já é uma temática que sempre acaba dando algumas polêmicas em rodas de conversas de historiadores, tudo por conta de as fontes orais contarem com a existência de suas possíveis distorções e interferências sociais e temporais que a memória do ser humano carrega durante períodos de longo prazo que podem se passar, desde o fato acontecido, até o relato ser recolhido.

A memória é algo extremamente instigante, não podemos toca-la, é difícil imagina-la e é muito mais difícil contextualiza-la, no sentido científico sobre sua atuação.

Porém, para o historiador a memória pode ser essencial, fundamental. Com ela em pauta, temos a ferramenta perfeita para polirmos a existência da história, e visse e versa. A memória cataloga todas nossas visões, percepções, audições, sentidos, tudo, de maneira global e guarda dentro do nosso cérebro, as vezes guarda tão bem que nunca mais lembramos, até sentir um cheiro característico, ou um som inconfundível e toda memória que achávamos estar esquecida brota no nosso subconsciente e remete a inúmeros sentimentos dos mais diversos possíveis, como a raiva, a tristeza, a saudade, o carinho e diversos outros. Inacreditável é a palavra perfeita para definir a memória, e com muita clarividência podemos responsabiliza-la pela existência da história e é nesse ponto que tudo fica muito mais interessante, pois se a memória cataloga em nosso subconsciente tudo aquilo que vemos, ouvimos e sentimos, a História também é capaz de catalogar, mas no físico e não mais só no imaginário, portanto, a história tem a destreza de colocar no papel e automaticamente no mundo palpável, tudo aquilo que a memória guarda no cérebro, com a utilização de metodologias, debates teóricos, análises e críticas em cima de diversas fontes, para só assim estar consumado, registrado, catalogado, e quando outras pessoas acessarem esses materiais, irão remeter a imaginação de memórias que não eram delas, podendo sentir a raiva, a frieza, o amor, a atenção, e outros diversos sentimentos. Stephanou (2005) afirmará que:

“A memória é uma espécie de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas e formas. Movemos tudo isso incessantemente e a cada movimento do caleidoscópio a imagem é diversa, não se repete, há infinitas combinações, assim como, a cada presente, ressignificamos nossa vida. Esse

ressignificar consiste em nossos atos de lembrar e esquecer, pois é isso a Memória, os atos de lembrar e esquecer a partir das evocações do presente” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 420).

Stephanou afirma que a memória é o ato de lembrar e esquecer a partir de convocações do presente, portanto, só existirá a lembrança do que é passado de acordo com o que o presente demandará, mas o que o presente demandará terá milhares de fatores envolvidos, que são os ciclos sociais em que o indivíduo portador da memória estará ligado, o ciclo familiar, o ciclo profissional e o ciclo cultural sendo um dos mais importantes e cruciais por sua interferência na vida prática, sem contar em outras escalas, como a situação política em que o país está imerso, ou até mesmo as situações do mundo. No entanto, podemos afirmar que somos fruto do momento histórico e esse interfere na nossa formação. (SITTA, 2005).

Sabendo que a memória é extremamente complexa e fascinante, tornando-se um dos pilares para a História científica que conhecemos nos dias atuais, a oralidade é tão científica quanto os documentos oficiais, pois até mesmo os documentos oficiais passam por um prisma único de um sujeito encarregado de autenticá-los, e esse sujeito também carrega seu prisma advindo de toda uma formação cultural, social e política, que reúne todas as características empíricas no decorrer de sua vivência e experiências cotidianas na vida prática em que seu cérebro constrói e seu subconsciente sustenta de acordo com o nível de sua consciência histórica<sup>1</sup>, no momento de pôr em

---

<sup>1</sup> Consciência histórica pode ser entendida como uma representação social que uma coletividade adquire advinda de seu desenvolvimento no espaço e no tempo. O elemento que permite ao homem compreender a dimensão da própria história, sem o qual o homem não poderia compreender quem ele é ou o que foi. (Rüsen, 2015).

pauta uma oficialização documental. Portanto, podemos refletir que não é nada muito distinto de uma entrevista, na qual as pessoas entrevistadas dialogam com os entrevistadores rememorando situações de sua própria vivência, contando com emoções e sentidos que nos levam de volta a décadas e séculos passados, ou seja, é a própria utilização da “mãe” pela “filha” — da memória pela história —.

[...] a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE, apud LE GOFF, 1996, p. 540).

Deste modo, temos a consciência de que o historiador pode ter em sua mesa de trabalho qualquer tipo de fonte, tanto oral quanto material e com isso, conseguirá produzir seu próprio mel, ou seja, conseguirá fazer uma pesquisa histórica e científica com o que tiver em mãos. Sob o mesmo ponto de vista, no caso da oralidade, consegue entender situações, vivências e experiências do passado através do diálogo, ou seja, através da rememoração ao ouvir e montar a historicidade da história de uma pessoa, de um povo, ou de uma cidade inteira, utilizando o que destaca o ser humano de outras espécies, o que colocou o ser humano no topo da cadeia alimentar, pois se a habilidade de comunicação também é História, porque não a utilizar?

No caso das fontes orais, soma-se o fato de conseguirmos registrar não só o que procuramos, mas também uma gama de vertentes e ramificações que o entrevistado poderá nos oferecer, como por exemplo, a familiaridade com sua cidade, sua visão sobre os acontecimentos próximos a ele, como ele percebeu as situações, como atuou em relação a esses eventos, também teremos em evidencia a sua religiosidade e até que ponto isso interfere no seu discurso e no seu ponto de vista. Fora essas questões, também teremos que estar atentos para filtrar suas memórias, caso haja sobreposições de memória de entes próximos para com a sua própria memória, o que é comum no momento em que instigamos o entrevistado, pois por ele querer expor suas memórias e não a tê-las de antemão tão claramente, acabara por contar memórias de um filho, um irmão, ou até mesmo um vizinho, mas essa filtragem do historiador não pode ser confundida com a memória coletiva, que é outro ponto na História Oral.

Memória coletiva é um conceito historiográfico definido como um repositório abstrato de informações referentes a um grupo, lugar ou comunidade, constituído pelas memórias dos indivíduos presentes durante as interações sociais que ocorreram em sua conjuntura, como por exemplo, todos que sofreram com a ditadura militar no Brasil (1964-1985) obtém uma memória coletiva, na qual se entrevistarmos um por um, veremos inúmeras ligações em suas memórias que, no referente caso, remontaria uma “única” memória existente daquele grupo, lugar ou comunidade para que o historiador possa catalogar e utilizar dessa narrativa para identifica-la como memória coletiva e registra-la como história.

“No contexto de uma compreensão da História como sucessão de estruturas, o papel da memória coletiva adquire extrema relevância, exatamente porque pode cumprir uma função social

de religar tradições e reestabelecer continuidades que a historiografia não oferece e que a História-Efetiva pode contestar através de circunstâncias acidentais.” (BARROS, 2011, p. 325).

Igualmente, o historiador no ato da entrevista com o entrevistado deve saber e entender seus limites no momento das perguntas para que as respostas não saiam dos limites do objetivo da pesquisa, tendo uma linha tênue entre esses limites, ou seja, o historiador poderá tirar o máximo proveito de sua fonte, sem que aconteça uma indisposição por parte do entrevistado, mas sempre de acordo e embasado em métodos científicos ensinados pela academia.

## **AS NUANCES DA MEMÓRIA**

Além do diálogo estabelecido entre o historiador e sua fonte oral, também se deve ter a clareza das relações em que a oralidade a estabelece no ato de narrar a história, pois essas relações são importantes para entendermos o significado de uma consciência histórica. Segundo Oldimar Cardoso apud Rüsen (2008): “a consciência histórica não é o acúmulo do saber histórico, mas sim o “modo simbólico” de elaborar o contingente de informações reunidos nesse saber para orientar-se na temporalidade do passado, presente e futuro”. Rüsen (2015) afirma que mesmo sem o indivíduo saber, a consciência histórica está presente, só que não está formulada unindo-a em sua própria consciência, justamente por não ter o saber histórico, porém esse assunto continuaremos em outro momento da escrita.

No ato de narrar as suas memórias, por parte do entrevistado, muitas ramificações históricas ficam amostras, muitas relações pessoais também ficam

evidentes, como por exemplo, em relação ao diálogo existente entre o historiador e o entrevistado com assuntos paralelos sendo comentados e refletidos por ambos. Também ficará evidente a relação do passado com o presente, no sentido de o entrevistado rememorar seu passado para jogá-lo no presente e assim podermos registrá-los. Com isso posto, temos a mais bruta utilização da história, pela memória, para se explicar o seu uso na vida prática do ser humano, o mesmo ser humano que vive em uma geração mais atual, que ao ter o contato com a Educação Histórica interligada em um trabalho de História Oral, acaba por conhecer seu próprio passado e entender os processos atuais em que vive, advindos de conjunções históricas antepassadas ao nascimento dele, ou não, na qual o entrevistado participou e atuou com veemência ou não.

A memória reflexionada a identidade, em relação ao indivíduo estar expondo suas atuações pessoais dentro de grupos sociais a partir de suas lembranças e vivências totalmente empíricas, ocorrem as já comentadas possíveis distorções da memória, mas que fazem parte de todo um processo temporal, civil, social e até mesmo político, em que o sujeito está inserido, porém, essas distorções, tem seus significados, elas ocorrem por inúmeros motivos, devido as inúmeras situações adversas, traumas, ou até mesmo junções com a memória coletiva em que todo ser humano vem a percorrer e vivenciar. Por conta desses fatores de relações no momento da produção da História Oral, temos a combinação perfeita para entendermos a consciência histórica, pois o sujeito entrevistado está em uma situação de “transe”, digamos assim, pois está estabelecendo uma situação de ligação direta em que utiliza de sua memória, advinda de uma demanda do presente — a entrevista, por si própria — para buscar em seu passado materiais necessários para doar ao historiador



e ajuda-lo a entende e contextualizar situações atuais em que estão todos inseridos, ou seja, o presente.

Dando continuidade à reflexão acerca de Rüsen, mesmo sem o entrevistado ter noção, está utilizando de sua consciência histórica, ou seja, inconscientemente está doando “tijolos” para a construção da história, e isso é lindo na teoria, mas na prática é uma lástima, pois o indivíduo deveria ter a plena noção do que está fazendo, e não ser algo totalmente “automático” no ser humano. Então nos perguntamos de onde vem esse problema, e as respostas indicam que o problema vem da base, vem da formação escolar, no ato de não dar ao sujeito em formação, a Educação Histórica necessária para que ele entenda como apropriar-se melhor dessa consciência histórica e ter a clareza do uso do passado para sua vida prática, em nosso cotidiano.

A história é um dos campos mais interdisciplinares que conhecemos, pois ela caminha e dialoga com diversos temas, assuntos e ciências, porém, a sociedade desconhece esse fato, e isso é um erro que vem da Educação Básica, porém, passam-se os anos e a matéria escolar de História é cada vez mais jogada para um canto obscuro, junto com as outras ciências sociais o que faz tornar o seu próprio conteúdo quase inalcançável.

## **A NOVA BNCC**

Em 2022 entrou em vigor a nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular), mas ela não surgiu atualmente, surge em seus primórdios após o fim da ditadura militar. Esta base nasce com a ideia de padronizar o ensino brasileiro, no entanto, desde lá o ensino vem se modificando apenas no papel, porque na teoria nada muda, não chega para os profissionais de educação em sua formação acadêmica, os moldes corretos que precisam ser

ensinados para os alunos, de acordo com os novos documentos normativos estipulados para o Ensino Básico, ou seja, as práticas e metodologias de ensino continuam as mesmas, mesmo tendo a clareza de que dentro das escolas essas normativas vem se alterando repentinamente durante décadas, porém em contrapartida, dentro dos sistemas escolares, ou seja, dentro das escolas públicas, as metodologias de ensino também continuam as mesmas, pois não se tem como modificar e consumir todo conteúdo desejado, combinado com a carga horária escassa em que os professores tem atualmente para realizar um belo trabalho, um trabalho com reflexões a partir de respostas e uma troca mais detalhada e intensa sobre pensamentos cognitivos de seus próprios alunos. Ainda assim, os governantes querem de uma forma extrema alterar do fim para o início e não ao contrário, como deveria ser.

Com essas práticas de mudanças “sem pé e nem cabeça” o ensino acaba por se deturpar, e com o ensino de história não seria diferente, fora isso, com a nova BNCC mudando todo sistema de ensino, alterando o Livro Didático e morfando o ensino médio, temos a clarividência de que o ensino de história será mais deturpado ainda, principalmente porque a nova Base estipula que todas matérias se agrupem e dividam-se por áreas de conhecimento, como por exemplo, Linguagens e suas Tecnologias abrange Artes, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa. A segunda área é a Matemática que ficará em um estado de “carreira solo”, a terceira é a área de Ciências da Natureza que abrange Biologia, Física e Química. Por último e jamais menos importante, temos a área das Ciências Humanas que abrange História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Na teoria, essas ideias são excelentes, mas como os professores trabalhariam? Como eles dariam suas aulas

envoltos a outros profissionais e outras matérias? Como avaliariam seus alunos?

São inúmeras perguntas norteadoras, e essas perguntas alarmam o grande problema situacional em que a Educação brasileira está imergida, e a solução nos moldes do governo é começar pelo fim e tentar terminar pelo início, pois na prática continuará tudo igual, os professores precisam trabalhar dentro do seu prazo e não podem esperar que “caia do céu” uma nova forma de trabalhar, portanto, a tendência é, automaticamente continuar do jeito que sempre foi e isso evidencia uma crise sem precedentes sobre nosso Ensino Básico, porém não só sobre ele, mas também sobre o Ensino de História e a utilização da Consciência Histórica em prática e em lucidez no cotidiano da sociedade.

Explicada a crise no Ensino Básico e no Ensino de História, também devemos nos preocupar e alarmar a sociedade sobre o possível e provável dano colateral que também afetará os povos originários, pois a oralidade é um fator de extrema importância para suas histórias e para a história em geral, pois essa oralidade advém de uma consciência histórica que atualmente é não-lúcida, ou não razoável, segundo Rüsen (2015), e essa consciência histórica não-lúcida afeta no entendimento da função e objetivo do ensinamento de história das salas de aula para a vida prática cotidiana. Um exemplo claro desse dano colateral é cada vez mais ouvirmos jovens e adultos afirmando que não sabem porque aprendemos História, ou pior, já afirmam que História não serve para nada, todavia é lamentável ouvir essas afirmações, porém, são frutos dessa crise na educação básica, e essa crise não começa em 2022, mas sim, décadas atrás.

## ORALIDADE E RESISTÊNCIA

É indiscutível que a miscigenação resultante da escravidão tanto dos povos que já residiam aqui quanto dos povos sequestrados do continente africano para o trabalho forçado na nova terra e a imigração europeia, acabou por gerar uma das maiores, senão a maior diversidade étnica que conhecemos nos dias atuais, e isso foi resultado da combinação desta imensa diversidade de culturas e ancestralidades existentes desde um período conhecido como pré-colombiano, pois data de antes da chegada dos europeus no continente americano. Juntamente com esta imensa variedade, incontáveis tipos de conhecimentos ancestrais de diversos povos originários acabaram se perdendo com o passar dos anos, porém o que pode ser preservado ao passo que o tempo avançava, se fez através da oralidade que resistiu ao tempo e as mazelas do período da escravidão.

A importância e a resistência que implicam em passar seus conhecimentos para seus descendentes através de histórias e ensinamentos, é imprescindível e imensurável. Culturas inteiras existem ainda nos dias de hoje, justamente pela resistência em manterem vivas suas memórias através dos contos e histórias passados de mãe para filha, tia para sobrinha, avô para neto, e chegaram nos dias de hoje, aos ouvidos de historiadores (as), em formato de entrevista.

Para estudar histórias como advindas de realidades como estas, de povos que foram subjugados como os povos africanos, é necessária a utilização das técnicas que permeiam o ofício da ciência que envolvem as fontes orais, sem dúvida, pois sabemos que a imposição através da força exercida pelos europeus era também uma agressão patrimonial e deixava poucos resquícios físicos das culturas por onde passava. Sendo assim, a dificuldade

para encontrar e escrever sobre a História de povos africanos e descendentes reside na falta de fontes escritas (Alves e Filho, 2017, pag. 4), e caso as fontes orais não fossem uma opção ou passem pelo preconceito da falta de autenticidade que a memória pode perpassar, nada seria escrito em relação aos povos afro-brasileiros que residem aqui no Brasil.

Portanto, a importância da oralidade não deveria mais nem ser discutível entre os historiadores, e já poderia estar sendo trabalhada em sala de aula durante o ensino fundamental quando os alunos aprendem sobre fontes e monumentos históricos. Pois o maior monumento de um povo é o seu conhecimento que passa geração para geração e continua viva para sempre mesmo que acabe por se modificar através dos tempos, a cultura permanece viva enquanto for passada adiante.

A exemplo local, temos o Quilombo Macanudos localizado na Vila da Quinta em Rio Grande, RS. O Quilombo Macanudos foi o primeiro da cidade reconhecido pela Fundação Cultural Palmares. Teve seu resgate histórico possibilitado através de rodas de rememoração com os remanescentes da família Amaral e, com isso, historiadores da FURG foram convidados a resgatar, pesquisar e remontar a história da família conhecida popularmente como Macanudos (Goulart, 2013, pag. 5). O Quilombo existia na localidade onde hoje é conhecida como Quitéria, mas a prefeitura de Rio Grande removeu as famílias daquela região e os realocou em uma vila que hoje conta, não só com os descendentes da família Amaral, mas com outras diversas famílias que firmaram moradia na localidade que é conhecida como Quintinha, na Vila da Quinta.

“Que mesmo que não residam mais nas terras originais onde o Quilombo existia, e que não exerçam mais as tarefas de

agricultura, criação de animais e pesca que estavam acostumados a exercer nas antigas terras, devido ao tamanho diminuto dos terrenos fornecidos pelas prefeituras, as famílias continuam juntas e compartilhando os conhecimentos transmitidos pelos seus antepassados. Portanto, mesmo depois de serem retirados de suas terras, a comunidade continua existindo e a proximidade das famílias remanescentes contribui para que esta ancestralidade continue sendo repassada através da proximidade existente entre as famílias mais novas com os parentes mais antigos, e esta ancestralidade continua viva através deles.” (GOULART, Treyce Ellen, 2013, pag. 7)

Conforme o referenciado artigo da colega historiadora Trayce Ellen, a história do Quilombo Macanudos, só foi resgatada e reconhecida pela Fundação Palmares, através de um trabalho realizado por historiadoras da Universidade de Rio Grande (FURG), pois uma pesquisa foi realizada através da oralidade, sendo assim, devidamente averiguada através de métodos necessários para atestar qualquer resquício de veracidade sobre os relatos coletados dentro da comunidade. Portanto, caso a História Oral não fosse uma possibilidade, mais uma família quilombola teria sido esquecida e seus direitos referentes as terras que lhes foi tirada seria esquecido para sempre.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Além do desafio de vencer o preconceito, tanto para com a ciência da oralidade quanto para com as culturas indígena e quilombola que representam uma diversidade imensurável, a nova lei que obriga que a cultura afro seja trabalhada em sala de aula, não capacitou os professores para tal realização. Já não existe tempo suficiente para trabalhar todos os assuntos que precisamente seriam necessários trabalhar para a formação

dos jovens brasileiros, pois o currículo da História nas escolas públicas e privadas, conta com um tempo de aula semanal que beira ao ridículo com uma ou duas horas aula apenas. Torna-se realmente difícil elaborar temas com maior profundidade e envolvimento como seria necessário para elaborar e trabalhar de forma satisfatória sobre as culturas afro-brasileira, indígena e os resquícios maliciosos da escravidão que ainda nos rodeiam nos dias de hoje, e provavelmente ainda nos assombrarão por muito tempo.

Porém, torna-se mais que necessário que os novos cidadãos que estão se formando nas escolas públicas e privadas, sejam ensinados sobre a diversidade cultural que forma o povo brasileiro e aprendam a respeitar o próximo a partir desses ensinamentos presentes em toda aula condizente com as ciências humanas. Ver o colega como um igual e saber que todos os seres humanos tem o mesmo valor é o mínimo que se espera do ser humano, e a escola continua tendo um papel fundamental, e talvez até maior do que deveria, na formação do caráter das crianças e adolescentes quando se fala em interação social.

Mesmo que o cenário esteja muito melhor do que era a dez anos atrás, ainda é imprescindível que cada vez mais se reitere o fato de que os professores precisam de apoio também por parte do governo para que mais materiais sejam produzidos, além de auxiliar na capacitação daqueles que não tem o preparo para trabalhar temas como cultura afro e indígena e também para lidar com a inconveniência dos diversos preconceitos que, infelizmente, existem e estão sendo cada vez mais comuns nos dias de hoje. Infelizmente vivemos em um país em que a educação não é tratada como primordial, pois continua sendo mais conveniente que a população continue desinstruída e longe dos locais de poder, ou seja, levada ao caminho inverso da educação e da ciência, para

que se mantenha e defenda que continue sendo dominada e explorada, como espera-se de grande parte da população de países de terceiro mundo.

A sala de aula é um ambiente de aprendizado e de troca, portanto, ao mesmo tempo que o professor precisa estar preparado para ensinar, precisa estar aberto a aprender e se libertar de certos estereótipos que a sociedade implanta nos indivíduos através dos anos.

“ORALIDADE – Muitas vezes preferimos ouvir uma história que lê-la, preferimos falar que escrever... Nossa expressão oral, nossa fala é carregada de sentido, de marcas de nossa existência. Faça de cada um dos seus alunos e alunas contadores de histórias, compartilhadores de saberes, memórias, desejos, fazeres pela fala. Falar e ouvir podem ser libertadores.” (SOUSA, Andréia, 2005)

Em vista dos argumentos apresentados, podemos exemplificar e resumir que os professores necessitam de mais ferramentas para produzir um trabalho excepcional para com os indivíduos sociais em formação, não no formato em que a nova BNCC está estipulando para o futuro da Educação no país, mas sim um formato digno que valorize tanto a profissão, quanto o ensino-aprendizagem em Ciências Humanas, e mais especificamente em História. Os professores necessitam destes instrumentos para conseguir elaborar e pôr em prática um trabalho que seja inesquecível enquanto uma forma de aprendizagem para os seus alunos. Além dessa questão, também se deve ter condições para estas questões possam ser postas em prática, como por exemplo, a integralidade no Ensino, na qual se tenha tempo para ensinar aos alunos a importância da História Oral nos meios sociais do nosso país e principalmente para os povos originários, que se utilizam dela para reviver suas culturas, costumes e dogmas.



Sendo assim, a importância da oralidade e da ciência da História Oral vai muito além de apenas contar histórias para crianças na sala de aula, pois é através da oralidade que culturas e crenças inteiras resistem e persistem até hoje e podem ser passadas adiante para as novas gerações dentro e fora das comunidades indígenas e quilombolas. Quando em contato com fontes orais, os alunos também podem participar de fato do acontecimento que é o trabalho do historiador ao analisar, aprender e apreender através do simples ato de ouvir relatos, cruzar dados e sintetizar aprendizados diferenciados através da vivência de outros. Universos inteiros podem ser descobertos através de fontes orais, pois cada pessoa possui sua própria galáxia de interações e vivências, e a riqueza presente nisto é inimaginável.

## REFERÊNCIAS

- A BASE. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: BARROS, José D'Assunção. "Tempos e lugares da memória – Uma relação com a História." *Historiæ* 8.1 (2017): 9-30.*
- CARDOSO, Oldimar. "Para uma definição de Didática da História." *Revista Brasileira de História* 28 (2008): 153-170.*
- FILHO, Eudaldo Francisco dos Santos; ALVEZ, Janaína Bastos, A TRADIÇÃO ORAL PARA POVOS AFRICANOS E AFROBRASILEIROS: RELEVÂNCIA DA PALAVRA - Revista da ABPN • v. 9, Ed. Especial - Caderno Temático: Saberes Tradicionais • dezembro de 2017, p.50-76*
- GOULART, Treyce Ellen Silva, Identidade negra e quilombola no Rio Grande do Sul: estudo de caso sobre a primeira comunidade quilombola de Rio Grande – XXVII Simpósio Nacional de História, AMPUH, 2013*
- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> . Acesso em: 26 jul. 2022.*
- Le Goff, Jacques. "História e memória." (2003).*
- RÜSEN, Jörn Teoria da história: uma teoria da história como ciência /; tradução de Estevão C. de Rezende Martins. -- Curitiba: Editora UFPR, 2015. 324 p.: il. - (Série Pesquisa; 270)*

*SOUSA, Andréia Lisboa de - Valores afro-brasileiros na  
educação -BOLETIM 22, NOVEMBRO 2005*

# **PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**SHANA C. DORNELLES VIDARTE VELASCO**

## **1 Introdução**

Os mestrados profissionais visam formar profissionais capazes de enfrentar situações ou mesmo problemas oriundos do seu campo profissional de atuação. E um dos requisitos para a titulação se constitui na elaboração de um produto além da dissertação.

Nesse sentido, esse trabalho tem como intuito relatar o processo de construção do produto desenvolvido na pesquisa referente ao mestrado profissional do Programa de Pós- graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) realizada no período de 2017 a 2019. O produto elaborado trata-se de dois materiais didáticos, os quais se constituem em guias de orientações à pesquisa escolar no ensino de História, resultantes da dissertação defendida “Pesquisa escolar e uso de fontes de informação no ensino de História: o caso de duas escolas do município do Rio Grande – RS”,

Cabe salientar que os mestrados profissionais são cursos que visam:

[...] uma formação profissional altamente qualificada e também de uma produção intelectual com forte cunho de aplicação imediata, diferenciando-se daquela fundamentalmente acadêmica em função da clientela preferencial e do produto final a ser obtido (BARROS; VALENTIM; MELO, 2005, p. 130).

Depreende-se assim que os produtos elaborados pelos mestrandos têm como característica a aplicação dos conhecimentos a fim de contribuir na solução dos problemas observados na pesquisa. Nesse contexto, a proposta da referida dissertação bem como dos materiais didáticos elaborados resulta da percepção sobre a situação encontrada no contexto escolar que muitas vezes carece de práticas sistematizadas de incentivo ao uso da biblioteca e pesquisa em diferentes fontes informacionais.

A pesquisa objetivou investigar como são desenvolvidas práticas de pesquisa escolar e uso de fontes de informação por professores de História e bibliotecários de duas escolas públicas da rede municipal de ensino da cidade do Rio Grande-RS. Por intermédio desta investigação, foi realizado um trabalho em conjunto entre os professores e bibliotecárias das escolas analisadas e a pesquisadora, o que resultou na elaboração dos seguintes guias: "Proposta de Programa de pesquisa escolar no ensino de História: orientações para professores", e "Como fazer um trabalho de pesquisa de História na escola?: orientações para estudantes",<sup>1</sup> ambos voltados ao ensino de História e fundamentados no modelo de Competência em Informação Big6 (c2014).

## **2 Contextualização da pesquisa**

A pesquisa-ação foi escolhida como abordagem metodológica por entender que a mesma, nesse caso, tem um grande potencial para contribuir na melhoria dos processos educativos que compreendem as práticas docentes, sendo assim considerada a proposta mais

---

<sup>1</sup> As obras são de distribuição gratuita e podem ser baixadas no site da Editora Casa Letras: <https://www.casaletras.com/tutoriais>

adequada (THIOLLENT, 1996). A pesquisa foi realizada com professores (as) do sexto ano do ensino fundamental e com os bibliotecários (as) de duas escolas localizadas no município do Rio Grande. As escolas selecionadas foram: Escola Municipal de Ensino Fundamental Clemente Pinto e Escola Municipal de Ensino Fundamental Cidade do Rio Grande (CAIC).

A forma de coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante. As entrevistas foram analisadas pelo método de Análise de Conteúdo conforme proposto por Bardin (2011). Com relação à observação participante, essa foi realizada pela pesquisadora como forma de avaliar as tarefas desenvolvidas pelos estudantes no decorrer da atividade de pesquisa escolar efetuada.

Como principal evidência, observou-se que não há uma cultura de pesquisa sistematizada, coordenada e coletiva de elaboração de práticas de pesquisa escolar no ensino de História nas duas escolas investigadas. Não obstante, percebeu-se a dedicação dos professores e bibliotecárias participantes deste estudo em realizar práticas de pesquisa produtivas e satisfatórias com os estudantes e a disposição destes em adaptar seu trabalho de acordo com os princípios da Competência em Informação (CoInfo).

Entende-se que a Competência em Informação é um tema fundamental na sociedade atual, pois se constitui a base para a aprendizagem permanente e abrange todas as disciplinas, ambientes de aprendizagem e níveis de ensino (GASQUE, 2012). Belluzzo (2005, apud BELLUZZO, 2018a, p.18) afirma que a CoInfo:

constitui-se em processo contínuo de interação e internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades específicas como referências à compreensão da informação e

de sua abrangência, em busca da fluência e das capacidades necessárias à geração do conhecimento novo e sua aplicabilidade ao cotidiano das pessoas e das comunidades ao longo da vida.

Diante disso, compreende-se que programas de CoInfo possibilitam que o aluno possa aprender com autonomia e ao longo da vida. Acerca disto, Gonçalves e Cuevas-Cerveró (2016, p. 120) afirmam que um programa de Competência em Informação consiste em um: “[...] conjunto de atividades formativas sistematizadas que tem por objetivo formar indivíduos capazes de saber que tipo de informação necessitam, além de saber como localizá-la, avaliá-la e comunicá-la de maneira ética”.

Tais programas de Competência em Informação são criados com base em padrões e indicadores bem como em modelos que visam fornecer os elementos necessários para o desenvolvimento de habilidades informacionais.

Os estudos voltados para Competência em Informação estão direcionados à construção de modelos teóricos; desenvolvimento de padrões e diretrizes que sejam catalisadores para os modelos; aplicação dos padrões em situações reais; e articulação das melhores práticas e dos fatores críticos resultantes de experiências já comprovadas e que tenham obtido êxito de acordo com métodos de avaliação adotados (BELLUZZO, 2018b, p. 35).

Cabe esclarecer que os padrões e indicadores da CoInfo indicam na prática como as competências informacionais podem ser aplicadas e posteriormente avaliadas ao passo que os modelos são de natureza teórica e servem como base para o desenvolvimento da Competência em Informação (BELLUZZO, 2018b).

Mediante as diferentes técnicas de coleta de dados aplicadas, foi possível concluir que os elementos da Competência em Informação podem ser desenvolvidos de

modo eficaz no ensino de História mediante a ação conjunta de professores e bibliotecários em qualificar as práticas de pesquisa escolar e uso de fontes de informação. Compreende-se que o trabalho integrado desses profissionais constitui o primeiro passo para favorecer a implementação e desenvolvimento de programas de Competência em Informação no contexto escolar.

Cabe salientar que os materiais didáticos desenvolvidos foram produzidos em virtude do trabalho em conjunto realizado pela pesquisadora e sua orientadora com o suporte dos docentes e bibliotecárias das escolas, os quais contribuíram de modo significativo para o desenvolvimento de todas as etapas da referida pesquisa, configurando, desse modo, a pesquisa-ação (THIOLLENT, 1996).

### **3 Processo de construção dos materiais didáticos**

Um dos objetivos específicos da dissertação se constituía na elaboração de uma proposta de programa de Competência em informação aplicado ao ensino de História. Entende-se que essa etapa foi cumprida, pois foram executadas algumas ações da proposta, o que favoreceu a análise e avaliação da eficácia das atividades planejadas e conseqüentemente contribuiu para o seu aperfeiçoamento.

Dessa forma, foi elaborado o “Programa de pesquisa escolar no ensino de História: orientações para professores”, o que culminou na produção de um segundo material didático: “Como fazer um trabalho de pesquisa de História na escola? orientações para estudantes”, o qual pode servir de guia para os estudantes na realização de suas pesquisas. O processo de construção dos referidos materiais didáticos são descritos a seguir.

### 3.1 Programa de pesquisa escolar no ensino de História: orientações para professores

O programa foi construído para ser desenvolvido em um trabalho de pesquisa escolar relacionado à disciplina de História. Para tanto, é importante frisar que tais atividades sejam realizadas em sala de aula, oportunizando aos estudantes receber o devido suporte na realização da pesquisa escolar por parte dos profissionais capacitados como o próprio docente, o bibliotecário, pedagogo, técnico de informática ou outro profissional capacitado que trabalha no laboratório de informática das escolas. Sobre isso, Blank e Silva (2017, p. 140) ressaltam que: “na prática, o pleno desenvolvimento da pesquisa escolar inicia-se com o espaço destinado a essa atividade nas aulas”.

Consoante a isso, as atividades elencadas foram planejadas para ocorrer no horário das aulas. Primeiramente foram definidos oito encontros, mas em razão das práticas realizadas com os estudantes, percebeu-se a necessidade de dedicar um tempo maior para a realização de algumas etapas. Por isto, decidiu-se por realizar onze encontros de 45 minutos. Porém, em virtude do número de aulas destinado à disciplina de História ser reduzido, sugere-se integrar essa proposta a um trabalho interdisciplinar associado às demais disciplinas.

A proposta de programa de pesquisa escolar fundamentou-se nos padrões da Competência em Informação conforme propostos por Beluzzo (2007 apud FERES, 2015) e os indicadores, os quais se referem às habilidades a serem desenvolvidas. A seguir apresenta-se um quadro, que descreve os cinco padrões da Competência em Informação e seus respectivos indicadores.



## Quadro 1 - Padrões e indicadores da Competência em Informação

Padrões	Indicadores
1. A pessoa competente em informação determina a natureza e a extensão da necessidade de informação.	1.1 Define e reconhece a necessidade de informação. 1.2 Identifica uma variedade de tipos e formatos de fontes de informação potenciais. 1.3 Considera os custos e benefícios da aquisição da informação necessária.
2. A pessoa competente em informação acessa a informação necessária com efetividade.	2.1 Seleciona os métodos mais apropriados de busca da informação. 2.2 Constrói e implementa estratégias de busca. 2.3 Busca a informação via eletrônica ou com pessoas utilizando uma variedade de métodos. 2.4 Reformula e melhora a estratégia de busca, quando necessário. 2.5 Extrai, registra e gerencia a informação e suas fontes.
3. A pessoa competente em informação avalia criticamente a informação e as suas fontes.	3.1 Demonstra conhecimento da maior parte das ideias da informação encontrada. 3.2 Articula e aplica critérios de avaliação para a informação e as fontes. 3.3 Compara o novo conhecimento com o conhecimento anterior.
4. A pessoa competente em informação, individualmente, ou como membro de um grupo, usa a informação com efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado.	4.1 É capaz de sintetizar a informação para desenvolver ou completar um projeto. 4.2 Comunica os resultados do projeto com efetividade.
5. A pessoa competente em informação compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente.	5.1 Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas e socioeconômicas que envolvem a informação, a comunicação e a tecnologia. 5.2 Cumpre as leis e políticas institucionais e as normas relacionadas ao acesso e uso às fontes de informação. 5.3 Indica as fontes de informação nas comunicações do produto ou resultados.

Fonte: Belluzzo (2007 apud FERES, 2015, p. 95).

Ademais, para delinear os passos da pesquisa escolar a serem seguidos pelos alunos, foi utilizado o

modelo de pesquisa Big6, desenvolvido em 1988, nos Estados Unidos, Por *Mike Eisenberg e Bob Berkowitz*:

O modelo *Big6 skill* tem sido usado, em muitos casos, como um modelo de pesquisa comum no universo escolar de modo a favorecer a uniformização de critérios e procedimentos, para que os alunos se habituem gradualmente com a metodologia e o rigor do processo de pesquisa e tratamento da informação (FURTADO, 2014, p. 61).

Desse modo, o Big6 pode ser aplicado no contexto escolar, em qualquer nível de ensino, pois as tarefas são divididas em passos simples, o que o torna viável de ser utilizado até mesmo por crianças. Portanto, entende-se que essa metodologia pode ser facilmente entendida por estudantes que estão iniciando o processo de pesquisa, como os alunos do sexto ano das escolas analisadas.

O Big6 é uma metodologia utilizada para ajudar alguém a usar a informação para resolver problemas ou tomar decisões em seis etapas: 1. Definição da tarefa, 2. Estratégias de busca da informação, 3. Localização e acesso, 4. Uso da informação, 5. Síntese e 6. Avaliação (do processo e do produto) (CASARIN, 2017). Cabe ressaltar que tais etapas são flexíveis, não sendo necessário realizar as tarefas na sequência que estão além de não haver tempo determinado para o cumprimento das mesmas (EINSENBERG; BERKOWITZ, 2001 apud FURTADO, 2014). Além disso, em cada uma das etapas, objetivam-se ser desenvolvidas competências específicas relacionadas aos padrões da Competência em Informação, conforme delineadas no quadro 1. O quadro a seguir, descreve as etapas e respectivas atividades do modelo Big6.

## Quadro 2 - Estágios e atividades do modelo Big6

Etapas	Atividades
1. Definição da tarefa	Definir o problema de informação; Identificar a informação necessária para realizar a tarefa.
2. Estratégias para buscar a informação	Determinar todas as fontes possíveis; Definir estratégias de para buscar a informação nas diferentes fontes.
3. Localização e acesso	Acessar a informação nas diferentes fontes.
4. Uso da informação	Extrair a informação relevante. (Compreender, ver, ler, escutar).
5. Síntese	Organizar e apresentar a informação
6. Avaliação	Avaliar o produto e se a informação encontrada respondeu a pergunta inicial.

Fonte: Adaptado de Big6(c2014)

O 1º estágio da proposta destina-se a solicitação do trabalho de pesquisa por parte do professor. Nessa primeira etapa é fundamental que o docente ajude os estudantes a definir o foco da pesquisa, além de certificar-se de deixar claras as seguintes informações:

- Tema da pesquisa;
- Conteúdo;
- Formato: Trabalho escrito, elaboração de material audiovisual, participação em discussão, pôster ou cartaz, etc.
- Data de entrega;
- Recursos necessários para a realização da pesquisa.

Ademais, nesta etapa é importante mostrar ao estudante a abrangência do universo informacional e as diversas fontes de informação disponíveis para a pesquisa em História. As habilidades que visam ser desenvolvidas

estão relacionadas ao primeiro padrão da CoInfo: ‘Determinar a natureza e a extensão da necessidade de informação’. O quadro a seguir descreve as orientações e atividades a serem realizadas nessa etapa.

Quadro 3 - Etapa 1: definição da tarefa

Atividades	Habilidades/competências a serem desenvolvidas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Solicitação do trabalho de pesquisa em História. Temática: A critério do professor.</li> <li>- Apresentar os passos da pesquisa conforme o modelo Big6.</li> <li>- Entrega de uma cópia impressa do conteúdo da apresentação;</li> <li>- Realização da primeira atividade “Definição da tarefa” que envolve ajudar os estudantes a identificar o foco ou a pergunta da pesquisa, quais os conhecimentos prévios que possuem sobre o assunto, para a partir disso, pensar a busca de novas informações;</li> </ul> <p>Mediador: Professor</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definir um problema ou pergunta para pesquisa.</li> <li>- Identificar as informações que necessita.</li> <li>- Considerar quais recursos precisará e o período de tempo que a pesquisa deve abranger.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

O 2º estágio do programa intenciona auxiliar os estudantes a selecionar as fontes que serão mais úteis para realizar a tarefa solicitada, bem como definir estratégias para buscar a informação nas diferentes fontes. E visto que essa etapa antecede a busca de informações, é fundamental esclarecer aos estudantes as questões éticas e legais que compreendem a pesquisa escolar.

Tais atividades fazem parte do primeiro, segundo e quinto padrões da CoInfo, os quais abrangem determinar a natureza e a extensão da necessidade de informação, acessar a informação necessária com efetividade e de maneira ética e legal. O quadro 4 demonstra as atividades e competências planejadas para a segunda etapa.

Quadro 4- Etapa 2: estratégias para buscar as informações

Atividades	Habilidades/competências a serem desenvolvidas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lembrar da importância de consultar diferentes fontes de informação para a pesquisa em História.</li> <li>- Auxiliar os alunos a definir quais fontes de informação serão utilizadas para a realização da pesquisa;</li> <li>- Explicar o que é plágio e a gravidade dessa prática.</li> </ul> <p>Mediador: Professor</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer o universo informacional e as diversas fontes disponíveis para a pesquisa em História.</li> <li>- Reconhece e diferencia os diferentes tipos de fontes;</li> <li>- Selecionar as fontes que podem ser úteis para a pesquisa;</li> <li>- Entender o que é plágio e quais as suas consequências.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

Em seguida, ocorre a realização da busca e posterior registro das informações por parte dos estudantes, atividades referentes às etapas 3 e 4 do Big6: Localização/acesso e Uso da informação. Decidiu-se unir essas duas fases pois ao localizar as informações que necessita para a pesquisa, é fundamental que o estudante identifique e registre os pontos principais encontrados.

Para tanto, dividiu-se essas etapas em três atividades: Na biblioteca; no laboratório de informática e em outro local a definir para a pesquisa em fontes históricas. As atividades mencionadas objetivam

desenvolver nos estudantes as competências incluídas no segundo, terceiro e quarto padrões da CoInfo que envolvem o acesso, avaliação e o uso da informação e de suas fontes.

A primeira aula relativa à essa etapa consiste em uma visita à biblioteca da escola, na qual o professor, com o auxílio do bibliotecário, ajuda os estudantes a consultar diferentes materiais, de acordo com as informações explicitadas no quadro a seguir:

Quadro 5 - Etapa 3 e 4: localização e acesso/ uso da informação: atividade na biblioteca

Atividades	Habilidades/competências a serem desenvolvidas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Explicar aos estudantes como será realizada a busca ou levantamento de informações na biblioteca;</li> <li>- Orientar os alunos a ‘fazer uso’ das informações por ler atentamente e registrar a informação relevante por meio de anotações, fotos, xerox, dentre outros.</li> <li>- Lembrar aos estudantes a anotar as informações da fonte de informação que retiraram a informação.</li> </ul> <p>Mediadores: Professor e bibliotecário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar como o conhecimento está organizado no acervo da biblioteca;</li> <li>- Definir termos e estratégias de busca no catálogo da biblioteca;</li> <li>- Identificar as informações mais importantes através do contexto geral como leitura do sumário, subtítulos, palavras em negrito;</li> <li>-Tomar notas ou registra as informações relevantes;</li> <li>- Comparar o novo conhecimento com o que já sabe sobre o assunto;</li> <li>- Anotar as informações sobre os materiais utilizados: autor, título, data e tipo de material.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

A atividade seguinte está prevista para ocorrer no laboratório de informática da escola. Nessa etapa é essencial a presença do professor e do bibliotecário ou ainda de um profissional capacitado em informática que

auxilie os estudantes a realizar buscas em bases de dados com eficácia. Podem ser considerados com os estudantes alguns critérios para avaliar fontes de informação na internet e sugestões de fontes de informação on-line para pesquisa em História. O quadro adiante aponta as atividades a serem realizadas bem como as competências que visam ser adquiridas pelos estudantes.

Quadro 6 - Etapa 3 e 4: localização e acesso/ uso da informação: atividade no laboratório de informática

Atividades	Habilidades/competências a serem desenvolvidas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Explicar aos estudantes alguns critérios para realizar a avaliação de fontes de informação na internet e sugerir fontes de informação para pesquisa em História;</li> <li>- Orientar os alunos a ler atentamente e registrar a informação relevante por tomar nota ou salvar os arquivos.</li> <li>- Lembrar aos estudantes de anotar as informações da fonte que retiraram a informação.</li> </ul> <p>Mediadores: Professor e bibliotecário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definir termos e estratégias de busca na internet;</li> <li>- Utilizar critérios para avaliar a informação e suas fontes na internet;</li> <li>- Comparar o novo conhecimento com o que já sabe sobre o assunto;</li> <li>- Identificar as informações mais importantes através do contexto geral como leitura do sumário, subtítulos, palavras em negrito;</li> <li>-Tomar notas ou registrar as informações relevantes;</li> <li>- Anotar as informações sobre as fontes utilizadas: autor, título, data e tipo de material.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

A próxima atividade é reservada para o trabalho com fontes específicas em História - fontes visuais, materiais, orais, como por exemplo, entrevistas, palestras, filmes, visitas à museus e outros. A inclusão dessa atividade no trabalho de pesquisa dos estudantes aumenta o interesse pela temática além de diversificar as atividades

em sala de aula. O quadro 7 apresenta as informações relativas a essa aula:

**Quadro 7 - Etapa 3 e 4: localização e acesso/ uso da informação: atividade com fontes informacionais em História**

Atividades	Habilidades/competências a serem desenvolvidas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar algumas das atividades elencadas abaixo com os estudantes:</li> <li>- Visitas a museus e prédios históricos;</li> <li>- Incentivar os alunos a trazerem vestimentas ou objetos específicos para o estudo de determinado povo ou cultura;</li> <li>- Assistir um vídeo ou filme em sala de aula;</li> <li>- Realização de entrevistas;</li>   <li>- Lembrar aos estudantes de anotar as informações da fonte de informação que retiraram a informação.</li> </ul> <p>Mediadores: Professor</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprender a consultar informações de diferentes fontes de informação para a pesquisa em História</li>   <li>- Tomar notas ou registrar as informações relevantes;</li>   <li>- Anotar as informações sobre as fontes utilizadas: autor, título, data e tipo de material.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

No estágio seguinte ‘Reflexão e síntese das informações’, os estudantes são ajudados a organizar suas anotações e/ou arquivos resultantes da coleta de dados para elaborar um produto gerado pela apropriação da informação.

As habilidades concernentes à essa etapa contemplam o quarto padrão da CoInfo, que reside em usar a informação com efetividade para obter um resultado. O quadro 5 descreve as atividades e competências relativas a esse estágio.



### Quadro 8 - Etapa 5: reflexão e síntese das informações

Atividades	Habilidades/competências a serem desenvolvidas
<p>- Orientar os estudantes a realizar uma síntese das informações recolhidas.</p> <p>Mediadores: Professor e bibliotecário ou profissional que trabalha no laboratório de informática.</p>	<p>- Descrever os pontos principais encontrados e ser capaz de formular um texto com suas próprias palavras;</p> <p>- Produzir um resultado gerado pela apropriação da informação: trabalho escrito, participação em discussão, elaboração de um material audiovisual, etc.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Em conclusão, segue a realização da última etapa do trabalho, que compreende a avaliação do processo de pesquisa e do trabalho final. Conforme Pires e Terra (2018), nessa fase é relevante incentivar os estudantes a refletir sobre o que aprenderam com o trabalho e se já tem informação suficiente para responder à pergunta de pesquisa. Caso ainda não tenha, o estudante deve ser orientado a voltar à etapa anterior e identificar outras fontes de informação para dar continuidade à pesquisa.

Nessa etapa, o professor e o bibliotecário podem ensinar aos estudantes a elaborar referências simples das fontes consultadas e considerar com esses alguns exemplos de referências de obras diversas. Por fim, o professor realiza uma avaliação das etapas efetuadas bem como do trabalho final realizado pelos alunos, de modo a perceber quais as principais facilidades e dificuldades encontradas. O quadro 9 descreve as atividades e competências concernentes à essa etapa.

### Quadro 9 - Etapa 6:avaliação do processo de pesquisa e do trabalho final

Atividades	Habilidades/competências a serem desenvolvidas
<p>- Incentivar os estudantes a refletir sobre o que aprenderam. Se já tem informação suficiente para responder à pergunta de pesquisa. Se não tiver, o estudante deve ser orientado a voltar à ETAPA 3 e identificar outras fontes de informação.</p> <p>- Ensiná-los a elaborar referências minimamente de acordo com a NBR 6023 vigente.</p> <p>- Avaliar o processo de pesquisa e o produto final desenvolvido pelos estudantes. Destacar os pontos positivos e negativos.</p> <p>Mediadores: Professor e bibliotecário</p>	<p>- Avaliar se o trabalho responde a pergunta inicial e apresenta as exigências solicitadas pelo professor (a);</p> <p>- Revisar as anotações acerca dos materiais utilizados e demonstrar empenho em elaborar as referências bibliográficas.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nas etapas do programa descrito, foi planejada uma tarefa de pesquisa escolar a ser desenvolvida com os alunos dos sextos anos das escolas,

com o objetivo de aplicar algumas atividades contidas na proposta, o que resultou na análise desta e como consequência, alterações e aperfeiçoamentos foram necessários.

### 3.2 Como fazer um trabalho de pesquisa de História na escola? orientações para estudantes

Assim como o Programa, o guia “Como fazer um trabalho de pesquisa de História na escola? orientações para estudantes” constitui-se em uma construção entre a pesquisadora e sua orientadora sendo que os professores e bibliotecários investigados colaboraram na elaboração destes materiais através de consultoria diante de todas as atividades planejadas. Ademais, o material foi elaborado para ser utilizado pelos estudantes ao participarem no Programa de pesquisa escolar proposto para ocorrer nas escolas. O guia objetiva apresentar aos estudantes um passo a passo para realizar uma pesquisa escolar na disciplina de História.

Com respeito à primeira etapa, ‘Definição da tarefa’, esta busca sanar as dúvidas que os estudantes apresentam em delimitar o foco da pesquisa. Através das entrevistas com os professores e bibliotecários e por intermédio das atividades realizadas com os estudantes, constatou-se que estes possuem muitas dificuldades em definir o assunto da pesquisa.

Desse modo, o passo 1 contido no tutorial visa estimular o estudante a definir uma pergunta para a pesquisa, refletir sobre o que já sabe e ainda necessita saber sobre determinado assunto. Além disso, adicionou-se no tutorial a lista de perguntas que os estudantes podem fazer referente ao trabalho, tais como: ‘Quando?; Por que?; Como? e Onde?’. Esse método já é utilizado pelo professor Fábio, como mencionado anteriormente. Tal metodologia se harmoniza com o modelo Big6, no qual os alunos são incentivados a definir quais perguntas o

trabalho deve dar resposta. Essa etapa se relaciona com o primeiro padrão da CoInfo: Determinar a natureza e a extensão da necessidade de informação.

No segundo passo, o estudante cria um plano para buscar a informação. Nessa fase, é importante pensar em todas as fontes disponíveis sobre um assunto e selecionar a mais útil para a realização da pesquisa. Apresentou-se no tutorial as fontes de informação em História citadas por Schmidt e Cainelli (2009) como fontes escritas, visuais, materiais, orais e eletrônicas. Nessa fase, o estudante pode adquirir diferentes habilidades representadas pelo primeiro, segundo e quinto padrões da CoInfo, que abrangem o acesso, avaliação e uso ético e legal da informação.

O terceiro passo da pesquisa implica localizar e acessar as informações necessárias. Para tanto, o estudante precisa ir às bibliotecas, o que inclui a biblioteca da sua escola. Os estudantes podem consultar bases de dados na internet, coletar dados com pessoas, visitar museus, arquivos, construções e outros. Após isso, é necessário definir termos ou palavras-chave para realizar a busca. Tal tarefa envolve o segundo padrão da CoInfo - Acessar a informação com efetividade.

Em continuidade à pesquisa, depois de possuir as informações em mãos, o aluno deve efetuar uma leitura geral das fontes, de modo a identificar a informação relevante. Dessa forma, o quarto passo do guia orienta os alunos a fazerem anotações e registrarem a informação selecionada para posteriormente utilizá-la na construção do trabalho. Essa fase compreende a etapa: 'Uso da Informação', conforme o Big6. O guia ainda lembra aos estudantes de anotar as informações referentes às fontes utilizadas para posteriormente realizar as citações e referências do texto. Desse modo, é propiciado que o estudante desenvolva habilidades referentes ao terceiro e

quarto padrão da CoInfo - Avaliar e fazer uso da informação para obter um resultado.

Na quinta etapa do Big6, o estudante realiza uma síntese das informações. Contudo, já que produzir um texto é uma tarefa complexa, utilizou-se no guia a sugestão de Kuhlthau (2010), que apresenta a técnica de elaboração de um esquema ou estrutura que auxilia na redação do trabalho. Este esquema é composto pelos tópicos principais identificados nas anotações e seus respectivos subtópicos, que correspondem aos fatos ou conceitos inclusos em cada tópico.

Depois de elaborar o esquema, os estudantes podem acrescentar os detalhes e ideias ao lado de cada subtópico. Tal estrutura facilita a produção do texto a partir das informações descritas, dado que os estudantes das duas escolas apresentam dificuldade nessa etapa.

Foram elencadas no tutorial alternativas aos estudantes de como apresentar o trabalho final como, por exemplo: por meio de textos escritos, apresentações em *power point*, cartazes ou outros formatos conforme solicitados pelo professor. Nessa etapa, se insere as competências do quarto e quinto padrão da CoInfo - Usar a informação com efetividade para alcançar um objetivo e de modo ético e legal.

Por fim, a última etapa compreende a avaliação da pesquisa, em que o estudante avalia o trabalho realizado bem como as atividades realizadas no decorrer do processo de pesquisa. Além disso, essa etapa envolve se certificar de listar todas as fontes utilizadas, respeitando assim, os direitos do autor. Para essa etapa, é utilizado o último padrão da CoInfo, que consiste em utilizar a informação de maneira ética.

O guia elaborado também contém orientações sobre o plágio e exemplos de referências elaboradas

segundo a NBR 6023 vigente, para que os estudantes aprendam a elaboração de referências.

Visto que os professores mencionaram que a internet é a fonte de informação preferida dos estudantes, o tutorial fornece algumas dicas para avaliar sites na internet, além de informar algumas fontes de informação úteis em História como revistas, enciclopédias e sites específicos. Tais fontes foram sugeridas pelos docentes e bibliotecários participantes da pesquisa.

#### **4 Considerações finais**

O trabalho realizado pela pesquisadora em consonância com os professores e bibliotecários das escolas resultou no processo de criação, aplicação e análise dos materiais didáticos elaborados. Diante disso, os materiais elaborados como produtos finais do mestrado profissional visam preencher a lacuna encontrada em ambas as escolas investigadas, que demandam a realização de mais atividades sistematizadas de pesquisa em especial na disciplina de História.

Cabe enfatizar que a pretensão para a elaboração dos referidos materiais não é apontar modelos definitivos a serem seguidos, em que todas os passos ou atividades elencadas devam ser realizados assim como está descrito. Na medida em que as atividades forem sendo executadas, novos desafios surgirão e como resultado, serão necessárias modificações ou adaptações de acordo com as demandas de cada turma de estudantes. Dessa forma, os materiais didáticos elaborados foram construídos como uma sugestão a ser utilizada, podendo ser adaptados ao contexto de cada turma de alunos.

Dessa forma, intenciona-se que os materiais didáticos elaborados possam servir de subsídios para que os professores de História e bibliotecários das escolas

possam desempenhar de modo mais amplo e significativo as atividades de pesquisa, imprescindíveis para a construção do conhecimento pelos estudantes.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: *informação e documentação: referências: elaboração*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Elionara Cavalcanti de; VALENTIM, MárciaCristina; MELO, Maria Amélia Aragão. *O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições*. Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v.2, n.4, p.124-138, jul.2005. Disponível em: <http://ojs.rbpq.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/84>. Acesso em: 6 abr. 2019.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. *Competência em Informação: cenários e espectros*. Memória e Informação, v. 2, p. 29-50, 2018b.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. *Competência em informação no Brasil: cenários e espectros*. São Paulo: Abecin, 2018a. 215 p. Disponível em: [http://abecin.org.br/data/documents/E-Book\\_Belluzzo.pdf](http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Belluzzo.pdf). Acesso em: 20 maio 2018.

BIG6. 2014c. Disponível em: <http://big6.com>. Acesso em: 11 set. 2018

BLANK, Cintia Kath; SILVA, João Alberto da. *A pesquisa escolar a partir da sala de aula: conceitos, atitudes e procedimentos*. Cadernos de Educação, Pelotas, v. 1, n. 56, p.131-149, jan. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/7755>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CASARIN, Helen de Castro Silva. *Competência informacional e midiática e a formação de professores de ensino fundamental: um relato de experiência*. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 13, n. , p.301-321, jul. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/649>. Acesso em: 05 jun. 2018.

*FERES, Glória Georges. Competência em Informação: Interface entre as redes de conhecimento, criatividade e inovação. In: BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges; VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). Redes de conhecimento e competência em Informação: interfaces da gestão, mediação e uso da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. Cap. 7. p. 215-245.*

*FURTADO, Renata Lira. Desenvolvimento e formação de Competência em Informação: um mapeamento de modelos, padrões e documentos. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.*

*GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Unb, 2012. 181 p. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO\\_Letramento\\_o\\_Informacional.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_o_Informacional.pdf). Acesso em: 13 abr. 2017.*

*GONÇALVES, Renata Braz; CUEVAS-CERVERÓ, Aurora. Políticas e práticas de desenvolvimento de programas de competência em informação em bibliotecas espanholas. Ciência da Informação, Brasília, v. 45, n. 2, p.118-130, maio 2016. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3884/3360>. Acesso em: 01 jun. 2018.*

*KUHLTHAU, Carol. Como orientar a pesquisa escolar: estratégias para o processo de aprendizagem. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.*

*PIRES, Michelle Claudino; TERRA, Uíliam Teixeira. Letramento informacional por meio da pesquisa escolar: relato com uma oficina com o 5º ano do ensino fundamental. Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 189-205, jul. 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1344>. Acesso em: 06 nov. 2018.*

*SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009. 198 p.*

*THIOLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 108 p.*



# **RECURSO DIDÁTICO EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: AS POTENCIALIDADES DA CATEDRAL DE SÃO PEDRO EM RIO GRANDE/RS**

**WILLIAM ADÃO FERREIRA PAIVA  
RENATA BRAZ GONÇALVES**

## **Introdução**

As instituições de memória, a exemplo dos Museus, Bibliotecas, Arquivos e até mesmo os Templos, são responsáveis pela guarda, manutenção e acesso aos seus acervos, uma vez que apresentam papel fundamental em uma sociedade. São os seus registros, na maioria das vezes, que revelam os fatos ocorridos e motivados por uma ação causada no tempo. Essa relação entre documento e informação acaba sendo orgânica e, muitas vezes, inevitável, pois educação, memória e história se tornam indissociáveis no que diz respeito às vivências de cada indivíduo assim como da coletividade.

Consoante à temática ligada à Educação Patrimonial, bem como ao ensino da História Local também ao Patrimônio Cultural, pretende-se corroborar para que a história e a memória não sejam esquecidas pela falta de registros ou de informações, que porventura não venham a ser explanadas dentro do ambiente escolar. Aquilo que se deixa hoje, enquanto aprendizado e educação, necessitará ser compartilhado com as demais pessoas que queiram saber, por exemplo, os fatos atinentes a um passado e presente.

Para Apolinário (2012, p. 63) “[...] o ensino de História é um espaço rico de possibilidades de se

trabalhar com a Educação Patrimonial. Desde a primeira fase escolar é possível falar de história, memória, cidadania”, sendo esses considerados alguns dos temas mais relevantes, para fins de composição da educação da criança. Sabe-se ainda que a Educação Patrimonial poderá servir ao ensino de História, como uma metodologia desenvolvida para aliar-se ainda mais na construção desse próprio ensino.

Ainda sobre a relação existente entre a Educação Patrimonial e o ensino de História, cabe destacar que ela não pode ser meramente uma ação, de apenas “repassar” os conhecimentos do professor ao aluno de forma mecânica ou utilizando o próprio método cartesiano para se ensinar. Entretanto, a metodologia da Educação Patrimonial deverá levar os alunos ao processo de conhecimento sobre os bens culturais, identificando o significado que cada um possui através dos tempos e da própria historicidade que o envolve. Somente assim será possível que esse educando se sinta herdeiro dessa memória coletiva e responsável pela construção da história que o circunda. (APOLINÁRIO, 2012).

Nesse sentido, o principal objetivo do estudo foi o de contribuir para o desenvolvimento do ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental em Rio Grande/RS, a partir de uma proposta de Educação Patrimonial.

## **A Catedral de São Pedro como Patrimônio Histórico e Cultural do Rio Grande/RS**

No dia 25 de agosto de 1755 nascia a igreja mais antiga do Rio Grande do Sul, pertencente a cidade do Rio Grande. Tanto a população quanto as autoridades não mediram esforços, para que sua construção pudesse

ser concretizada. A então Catedral de São Pedro<sup>1</sup> passou a representar um lugar de memória, ou seja, um repositório natural de lembranças individuais e coletivas atinentes ao patrimônio histórico (ALVES, 2004).

Segundo Torres (2007), ela teve sua construção autorizada pelo então governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, que recebeu por carta o título de Conde de Bobadela no dia 20 de outubro de 1758. Ressalta-se que a Catedral possui como dimensões 15 metros de largura por 30 metros de comprimento, comportando em seu espaço interno aproximadamente 300 pessoas.

A Catedral de São Pedro é um bem cultural<sup>2</sup> reconhecido e apresenta sua inscrição no Livro Tombo das Belas Artes (Nº inscr.: 071; Vol. 1; F. 013; Data: 17/05/1938), de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Está sob a inscrição “Matriz de São Pedro e Capela de São Francisco, contígua” e o nome de “Igreja Matriz de São Pedro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco”. Ela é considerada um Monumento Histórico Nacional, sendo que este mesmo livro diz respeito às coisas atinentes a Arte Erudita Nacional ou Estrangeira.

Já no ano de 1756, a conhecida “Matriz de São Pedro” dá início a administração dos sacramentos e das atividades paroquiais. Também serviu de abrigo aos enfermos, no período de invasões e guerras. No século

---

<sup>1</sup> Segundo Torres (2008, p. 10), é o “Prédio que permanece em uso desde sua construção. Nesta situação é a edificação mais antiga do Rio Grande do Sul. Em seu interior ocorriam sepultamentos”.

<sup>2</sup> Consoante a Lista dos Bens Culturais inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/guia%20de%20bens%20tombados%20atualizado%20em%202012.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

XX foram apresentados diversos projetos com a intenção de reformular o aspecto da matriz, mas foi em 1937 com a Lei do Tombamento sobre aquilo considerado como Patrimônio Histórico e Artístico é que, de fato, ocorre a sua preservação (ALVES, 2004).

A Catedral de São Pedro, ao longo de sua trajetória, foi adquirindo caráter simbólico junto à comunidade, sobrevivendo as muitas intempéries pela qual passou. Tal valorização pode ser observada quando Alves (2004) nos diz que:

Diversos projetos chegaram a cogitar a sua demolição, para erguer-se um outro templo, mais coadunado com os novos tempos, principalmente na virada do século XIX e nas primeiras décadas da centúria seguinte. Entre o utilitário/funcional, em contraste com o simbólico/histórico, venceria o segundo, de modo que ao final dos anos trinta se daria o tombamento da Igreja de São Pedro, a qual se transformaria em Catedral algumas décadas depois. O velho templo conquistara seu lugar na história e seu valor junto aos homens. (ALVES, 2004, p. 20)

Sua simbologia vai além de uma mera representatividade social. Ela teve por função representar a cidade do Rio Grande, sendo que foi reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural por toda a região e ainda mais evidente pelo Estado do Rio Grande do Sul. Segundo Alves (2004) isso ficou visível para o Campo da História ao falar que:

Numa época em que o próprio passado deixava de ser valorizado, a Catedral de São Pedro foi cada vez mais imbuída de uma função social muito bem definida, a de representar um importante repositório da memória coletiva dos rio-grandinos. Progressivamente, a figura do templo passaria a constituir verdadeiro símbolo da cidade do Rio Grande, chegando a incorporar em si a representatividade de um lugar. Único prédio remanescente do século em que foi criada a comunidade

rio-grandina, a velha Matriz constitui com plenitude a noção de um monumento histórico, ou seja, uma criação arquitetônica que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. (ALVES, 2004, p. 120)

Ao abordar a importância do mais antigo e ainda existente templo, que é considerado como Patrimônio Histórico-Cultural da cidade, Alves (2004) comenta que ele fez parte da construção de memórias e narrativas acerca das vivências históricas da sociedade, apresentando vários significados em decorrência dos momentos históricos vividos na cidade. Apesar de todas as adversidades ocorridas na época, a Catedral foi capaz de superá-las e se manter erguida através dos tempos, conforme o que o autor nos relata:

O tempo transcorreria das carências desatinadas à pujança comercial e à abundância industrial e destas, às constantes incertezas de uma crise atrás da outra. E o templo? Este foi “catedral”, Igreja, Matriz, para depois confirmar-se como Catedral propriamente dita. Povoado/vila/cidade – trata-se do Rio Grande. Templo/matriz/catedral – estes compreendem a Igreja do Padroeiro. Cidade e Matriz de São Pedro, um lugar e um prédio, mas muitos significados. (ALVES, 2004, p. 15)

A história do templo reflete a história da cidade. Pelo fato de as lembranças estarem muito presentes na comunidade, que por vezes, utilizou aquele espaço do templo de alguma forma, seja através da religiosidade, da evocação do poder da fé, da sua própria construção ou até mesmo pelos processos que levaram a sua posterior restauração, sua importância é inquestionável. Para além disso, a cidade esteve envolta nessa ligação cultural, proporcionada pelo histórico de lutas da Catedral enquanto um bem patrimonial do município.

Estas percepções são entendidas através de Alves (2004) ao expor que:

Ponto chave do patrimônio histórico local, regional, nacional e, por que não, internacional, a matriz de São Pedro consiste num formidável depositário de vivências históricas que, de modo indelével, atuou e interagiu num processo histórico de construção de memórias coletivas. As lembranças de rio-grandinos, rio-grandenses, brasileiros e estrangeiros que estiveram no interior ou à sombra da Igreja amalgamam-se num cadinho multifacetado de inter-influências, ou seja, templo e homem interagiram entre si, cada qual mexendo com a história do outro. (ALVES, 2004, p. 15)

É pertinente ressaltarmos a importância que o Patrimônio Cultural possui enquanto um bem simbólico na sociedade, pois ele é uma potente ferramenta de sensibilização, diante dos próprios bens culturais já existentes. Não se pode esquecer que por trás desses monumentos existe a figura humana, que é a principal responsável pelas ações pautadas na preservação e até mesmo frente às escolhas (sejam elas políticas, econômicas ou sociais) que imperam nesse sistema. Para complementar essa continuidade do pensamento, Rodrigues (1996) ao falar sobre o poder que o patrimônio evoca, afirma também que:

O patrimônio se destaca dos demais lugares de memória uma vez que o reconhecimento oficial integra os bens a este conjunto particular, aberto às disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de poder. Mais que um testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural [...]. (RODRIGUES, 1996, p. 195)

Por todas essas razões é que se propôs a criação de um material didático, que pudesse evidenciar a

importância desse patrimônio e proporcionar aos educandos mais conhecimento sobre a Catedral, conforme apresentamos a seguir.

## **A Cartilha enquanto Recurso didático ao Processo educacional**

Destaca-se que a atividade ligada ao ensino de História se torna fundamental, para que assim haja a compreensão dos processos históricos ocorridos e sua articulação com os fatos inseridos na atualidade. Ainda é possível pensar que esta área abrange outras categorias e temáticas, que acabam por intervir na produção historiográfica, nos documentos legais, na formação dos professores, na produção dos materiais didáticos e nos demais componentes envolvidos pelo mesmo espaço em que é desenvolvida a prática escolar. A interação entre todos estes fatores é essencial, de modo a compreender que o ensino de História vai muito além de apenas conteúdos simplificados, pois seus cruzamentos fazem parte do saber no espaço escolar (ABUD, 2007).

Já na aprendizagem dos alunos sobre os conteúdos de História, o professor é quem assumirá o compromisso de escolher os meios pelos quais se dará a sua prática. De acordo com Fonseca (2003):

[...] o professor de história, com sua maneira própria de ser, pensar, agir e ensinar, transforma seu conjunto de complexos saberes em conhecimentos efetivamente ensináveis, faz com que o aluno não apenas compreenda, mas assimile, incorpore e reflita sobre esses ensinamentos de variadas formas. (FONSECA, 2003, p. 71)

Complementando essa relação de sentidos, Wachowica (1995, p. 15) diz que “[...] o método didático necessário é aquele capaz de fazer o aluno ler

criticamente a prática social na qual vive”, enfatizando assim a importância acerca da utilização dos diversos recursos metodológicos no espaço escolar. Sobre a elaboração de materiais voltados para o ensino do patrimônio, sabe-se que muitas das ações que englobam as atividades de Educação Patrimonial versam por dois caminhos, sendo um deles a própria divulgação dos conceitos básicos sobre o universo do patrimônio cultural e do tombamento; e o outro, referente às questões preservacionistas desse mesmo patrimônio. Como estratégia para essa finalidade, podem ser elaborados e distribuídos diversos materiais didáticos, como por exemplo, uma Cartilha (OLIVEIRA, 2011).

No tocante a falta de materiais didáticos que abordem os diversos tipos de patrimônio, Teixeira (2008) nos traz uma importante informação ao expressar que:

As escolas sofrem grande carência de material didático para que os professores possam trabalhar as questões referentes ao patrimônio cultural, histórico e arqueológico em sala de aula, pois poucos pesquisadores no contexto universitário estão preocupados em atingir esse público de leitores (comunidade e escola do ensino fundamental e médio). (TEIXEIRA, 2008, p. 209)

Nessa passagem, a autora acaba por complementar o propósito de criação desse recurso didático, potencializando-o ainda mais diante do próprio ensino de História e auxiliando também a própria instituição escolar nesse processo. No entanto, sabe-se que os conteúdos referentes à riqueza patrimonial, que estão envoltos pelo espaço da cidade, não são facilmente encontrados pelos professores em livros e/ou outros materiais básicos da disciplina. Por meio desse viés, Barbosa (2006) destaca a falta de materiais



utilizados para abordar a História Local, como visto a seguir:

a análise da produção teórica, bem como do material didático de história e, em especial de história local, existente nos municípios ou sobre eles, indicou a situação de escassez e inadequação dos mesmos. O ensino de história local se apresenta na forma de matéria dirigida à memória e, às vezes, à imaginação, não levando em consideração qualquer outra propriedade intelectual do aluno e do próprio professor [...]. (BARBOSA, 2006, p. 64)

Mais além do próprio ensino de História, os materiais didáticos produzidos refletem uma importância ainda maior para o Ensino Fundamental das escolas, no que concerne ao processo educacional em sua completude. Colaborando a isso, Barbosa (2006, p. 66) também nos remete a pensar que:

o ensino de história local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir e de prenunciar a formação de um raciocínio histórico que contemple não só o indivíduo, mas a coletividade, apreendendo as relações sociais que ali se estabelecem, na realidade mais próxima. (BARBOSA, 2006, p. 66)

Tratando agora sobre o propósito de construção das Cartilhas, comenta-se que elas tiveram por fundamento auxiliar os profissionais da educação e os alunos das escolas do município do Rio Grande/RS, com vistas a corroborar ainda mais nas práticas ligadas ao ensino de História. As Cartilhas podem ser utilizadas, mais precisamente, como uma proposta de trabalho através da Educação Patrimonial na Catedral, englobando ainda todas as Etapas já mencionadas no Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial

(Observação, Registro, Exploração e Apropriação), proposto pela autora Evelina Grunberg (2007). Ressalta-se ainda que os recursos didáticos foram elaborados para atingirem diversos públicos, uma vez que poderão ser usados como fontes em diferentes Níveis de Aprendizagem, tanto no Ensino Formal quanto no Ensino Não Formal.

Acompanhando as ideias de Soares e Klamt (2008), as cartilhas que foram propostas têm por finalidade contribuir para o processo de educação patrimonial, no qual:

[...] os alunos são levados a conhecer a história de sua cidade, os prédios históricos, etc. A ênfase é dada, sobretudo, em dois aspectos: o reconhecimento do educando enquanto sujeito histórico e o binômio identificação-valorização dos patrimônios, desde o individual até o coletivo. (SOARES; KLAMT, 2008, p. 151)

É significativo dizer ainda que as Cartilhas podem servir como uma nova fonte metodológica para o ensino de História, mais especificamente sobre o estudo do patrimônio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Essa proposta acompanha a prerrogativa de Bittencourt (2008) que entende que:

Uma concepção mais ampla e atual parte do princípio de que os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição do conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina – no nosso caso específico a História. (BITTENCOURT, 2008, p. 296)

É pertinente discutir ainda que, para que seja possível acontecer a elaboração bem como a produção de um material didático, a exemplo da Cartilha, alguns critérios necessitam ser observados frente a esse

processo. Conforme apontado por Silva e Silva (2015), o planejamento dos conteúdos é muito importante nessa construção, levando em conta também a linguagem que está sendo utilizada e o público-alvo a quem será destinado o recurso didático. Ele deverá responder aos objetivos educacionais propostos, servindo como facilitador, motivador e o mais importante, que seja visto como mediador para o conhecimento no espaço escolar.

Para Preti (2010) o texto que constitui o material deverá apresentar uma interligação com o assunto principal, através de um sentido claro, conciso e com uma intencionalidade que responda ao propósito de sua criação. Nele poderá ser utilizado diversos recursos visuais, tais como imagens, gráficos, ícones entre outros. Ele tem caráter didático, pelo fato de ser produzido com a intenção de ensinar e facilitar a aprendizagem de conteúdos, por exemplo.

Sobre a sugestão de atividades ao público que fará uso do material, Preti (2010, p. 23) relata que “propõem-se atividades para que o estudante atue ativamente na leitura e possa realizar autoavaliação de sua aprendizagem, tendo o cuidado para que estas atividades não sejam excessivas, mas propostas no texto no momento adequado”. Sendo assim, elas irão proporcionar que o conhecimento seja adquirido de uma forma lúdica, enriquecendo ainda mais a proposta educacional da Cartilha.

No que concerne às ilustrações, Preti (2010, p. 24) comenta que elas podem ser compostas de “imagens, fotos, diagramas, tabelas, [...]”. São utilizados ativamente, como recurso didático para melhor explicar determinado conteúdo ou para propor ao estudante atividades de reflexão, de análise, de comparação, de interpretação”. Nessa parte, a própria fotografia pode

ser entendida como um recurso de grande importância, já que será a responsável por aproximar o texto da imagem, no momento em que fizer tal referência.

Esperamos que as Cartilhas recebam destaque nas discussões circundadas pelo ensino de História, mais expressamente sobre aquelas que fazem alusão a uma proposta de Educação Patrimonial, tendo como objeto a Catedral de São Pedro em Rio Grande/RS. Através da riqueza atribuída às suas diversas imagens, motivo pelo qual se justifica o uso das mesmas nas Cartilhas, acreditamos que será possível fazer com que os alunos a conheçam, desenvolvam um sentimento de pertencimento e também reflitam sobre a sua importância, tendo em vista que a Catedral é considerada Patrimônio Histórico e Cultural do município. Nas palavras de Otto (2008, p. 34) “[...] ensinar História pressupõe um trabalho consciente e sistemático também com a cultura, com as experiências dos alunos”.

Já em relação aos conteúdos que estão presentes nas Cartilhas, optou-se por fazer um direcionamento voltado tanto para a aprendizagem dos professores quanto para a aprendizagem dos alunos, com base numa proposta de Educação Patrimonial através da Catedral de São Pedro. Por meio desses recursos didáticos é possível fazer uma visita ao templo, conhecendo assim as suas principais características arquitetônicas, a sua grande importância cultural na cidade do Rio Grande/RS e ainda aprender diversos conceitos ligados ao patrimônio e ao ensino de História.

A principal motivação para que pudesse haver a elaboração das Cartilhas foi a carência de outros materiais, que tratassem de abordar aspectos referentes aos patrimônios do município e principalmente sobre a História Local, de modo a auxiliar os professores em

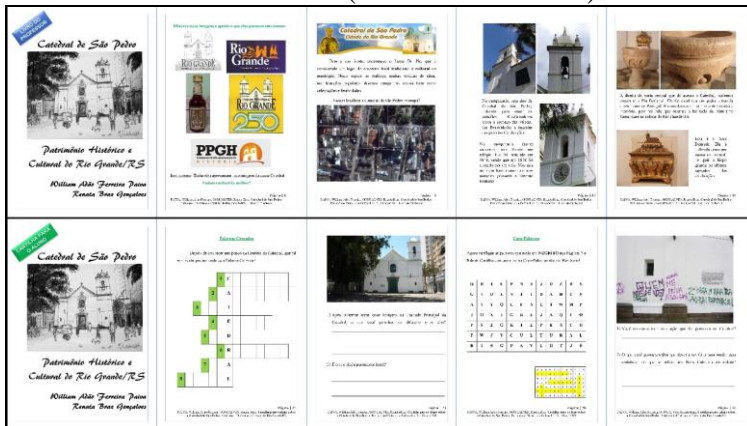
suas práticas escolares no ensino de História e também os alunos. Devido a toda importância histórica da Catedral, pensou-se então na construção destes recursos, que passarão a servir como fontes para que os alunos conheçam um pouco mais da história deste bem cultural.

A primeira Cartilha, voltada para as Práticas Pedagógicas dos Professores, apresenta ao todo 42 páginas, sendo composta de imagens externas (fachada, laterais, fundos) e imagens internas (santidades, altares, objetos) da Catedral de São Pedro; de alguns conceitos importantes ligados ao patrimônio cultural; do próprio histórico de criação do templo na cidade e também informações sobre a sua localização, contatos e horários para atendimento ao público. Já a segunda Cartilha, que foi elaborada como proposta aos Alunos pertencentes aos Anos Iniciais, possui 36 páginas em que se apresentam atividades sobre cada uma das quatro etapas da Educação Patrimonial (observação, registro, exploração e apropriação), de modo a fixar os conteúdos que estão dispostos no referido material sobre a Catedral.

O processo de criação dos materiais foi cuidadosamente planejado, pelo fato deles serem inéditos até o momento e uma fonte adequada, entendida aqui como proposta, para ser utilizada como recurso didático pelos professores e pelos alunos da rede de ensino de Rio Grande/RS. Procurou-se destacar as principais características da Catedral, tendo como enfoque as imagens da sua arquitetura em estilo barroco, as diversas santidades que fazem parte do templo, tais como São Pedro, Nossa Senhora da Conceição, São Miguel Arcanjo, São José bem como os objetos que são utilizados nas práticas religiosas do templo.

Na sequência, a imagem sintetiza parte dos conteúdos elaborados nas Cartilhas:

**Figura 1 – Proposta de Conteúdos e Atividades das Cartilhas (Professor e Aluno)**



Fonte: Dados da Pesquisa, 2023<sup>3</sup>.

## Considerações Finais

A Catedral de São Pedro possui uma grande representação na Cidade do Rio Grande/RS, sem deixar de ressaltar também que ela é considerada como Patrimônio Histórico e Cultural do município, através da legislação que a preserva. Ela é considerada como um importante instrumento de valoração histórica,

<sup>3</sup> As referidas cartilhas encontram-se junto aos apêndices da Dissertação de Mestrado nominada “A Catedral de São Pedro e a Educação Patrimonial na cidade do Rio Grande: uma proposta de abordagem para o ensino de História”, sob orientação da Professora Dra. Renata Braz Gonçalves. O texto completo está disponível para consulta em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/btd/0000012118.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

aliado ao ensino de História nas escolas, pelo fato de sua própria historicidade fazer parte também da História Local da cidade. Esse entendimento foi muito valioso na construção das Cartilhas, já que elas são uma fonte adicional para se explicar os diversos aspectos ligados a Educação Patrimonial na Catedral de São Pedro em Rio Grande/RS.

Para se efetivar as práticas pedagógicas no ensino de História, é importante ainda investir não somente nos materiais didáticos e nos outros recursos metodológicos, mas também na formação e nas condições de trabalho dos profissionais da educação. Investimentos são importantes para qualquer área, desde que sejam bem planejados e embasados numa proposta educacional sólida, no tocante ao ambiente escolar. Assim, o compromisso e a responsabilidade que cada profissional da educação tem com seus alunos, será alcançado efetivamente, fomentando assim a busca por um ensino de melhor qualidade e com respeito a historicidade dos patrimônios.

## Referências

ABUD, Katia Maria. *A História nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula*. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2007.

ALVES, Francisco das Neves. *Uma igreja, uma comunidade: os 250 anos de história da Catedral de São Pedro*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2004.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Reflexões sobre a Educação Patrimonial e experiências da diversidade cultural no ensino de história*. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

BARBOSA, Vilma de Lourdes. *Ensino de História local: redescobrimos sentidos*. In: SAECULUM – Revista de História [15]; João Pessoa, jul./dez. 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2ª Ed. São Paulo. Cortez, 2008.

BRASIL, Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 25 jun. 2023.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto; PENHA, Maria Angélica Pereira; PESTANA, Marlon Borges. *Arqueologia na cidade do Rio Grande*. In: ALVES, Francisco das Neves. *Coleção pensar a História Sul-Riograndense – Volume 26*. Rio Grande: FURG, 2004

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. *Educação patrimonial no Iphan*. 2011. Monografia (Especialização) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011.

OTTO, Clárcia. *Ensinar história: experiência e sentido*. In: SEARA, Izabel Christine; DIAS, Maria de Fátima Sabino; OSTETTO, Luciana Esmeralda; CASSIANI, Suzani (Org.). *Práticas pedagógicas e estágios: diálogos com a cultura escolar*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008.

PÉREZ LÓPEZ, Sara; MARÍN CEPEDA, Sofía. *Programas singulares de educación patrimonial: investigar para innovar*. In: FONTAL MERILLAS, Olaia (Coord.). *La Educación Patrimonial: Del patrimonio a las personas*. España: Trea, 2013.

PRETI, Oreste. *Produção de Material Didático Impresso: orientações técnicas e pedagógicas*. Cuiabá: UAB/UFMT, 2010.

RODRIGUES, Marly. *De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo*. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, p. 195-203, Rio de Janeiro, 1996.



*SILVA, Andreza Regina Lopes da; SILVA, Daiana da. Guia do professor conteudista (Capacitação – Produção de Materiais Didáticos). Florianópolis: IFSC, 2015.*

*SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sérgio Célio. Educação Patrimonial e a Interdisciplinaridade em Sala de Aula: um estudo de caso. In: SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sérgio Célio (orgs.). Educação Patrimonial: teoria e prática. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.*

*TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A Educação Patrimonial no Ensino de História. BIBLOS. v.22, n. 1, p. 199-211, 2008.*

*Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/868/347>. Acesso em: 25 jun. 2023.*

*TORRES, Luiz Henrique. Rio Grande: imagens de espaços públicos que contam a história. Rio Grande: FURG, 2007.*

*WACHOWICA, LÍlian Anna. O método dialético na didática. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995 (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).*

# **EXPLORANDO METODOLOGIAS ATIVAS DE GAMIFICAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DE SUA EFETIVIDADE NA APRENDIZAGEM ESCOLAR**

**SILAS DO AMARAL BICHET**

## **INTRODUÇÃO**

A busca por novos meios e estratégias no ensino de História é constante, visto que a sociedade está em constante movimento e transformação. Tradicionalmente, as aulas de História costumam ser baseadas em abordagens didáticas convencionais, como a leitura de textos, exposição oral do professor e atividades escritas. Embora essas práticas tenham sua importância, e não devem ser substituídas, é necessário reconhecer que a geração atual de estudantes nasceu, cresceu e cresce, no mundo digital, possuindo um relacionamento íntimo com dispositivos eletrônicos e mídias digitais. Nesse contexto, a sala de aula não pode ser vista como algo do passado. É dever, portanto, do educador acompanhar essa movimentação e buscar diferentes abordagens para que a sala seja capaz de alcançar o aluno e que ele não veja o ambiente escolar como algo do passado ou que não seja atrativo, onde ele apenas senta e recebe conhecimento. É necessário, portanto, criar um ambiente mais enriquecedor, atrativo e dinâmico, com interações que fazem parte do universo do estudante como: Jogos, vídeos interativos, aplicativos de celular. etc. Estabelecendo assim uma conexão da escola não só com o tempo presente, mas como parte da realidade do universo dos nossos alunos.

É importante reforçar que no uso da tecnologia como ferramenta educacional, é necessário considerar cada contexto escolar e adaptar-se de acordo com a realidade da escola e da comunidade.

## **METODOLOGIAS ATIVAS**

Seguindo o caminho oposto ao modelo tradicional de ensino, em que o professor é o detentor do conhecimento e transmite informações aos alunos de forma passiva, as Metodologias Ativas colocam o estudante como protagonista do próprio processo de aprendizagem, favorecendo a construção de forma mais autônoma, reflexiva e crítica. Nesse sentido, os autores; Souza, Iglesias e Pazin-Filho<sup>1</sup> sustentam que:

É a partir de uma maior interação do estudante no processo de construção do próprio conhecimento, que se constrói a principal característica de uma abordagem por metodologias ativas de ensino. O aprendiz passa a ter mais controle e participação efetiva na sala de aula, já que exige dele ações e construções mentais variadas, tais como: leitura, pesquisa, comparação, observação, imaginação, obtenção e organização dos dados, elaboração e confirmação de hipóteses, classificação, interpretação, crítica, busca de suposições, construção de sínteses e aplicação de fatos e princípios a novas situações, planejamento de projetos e pesquisas, análise e tomadas de decisões. (SOUZA, C. da S.; IGLESIAS, A. G: PAZIN-FILHO, 2014, p. 284)

Dentre as principais vantagens da utilização de Metodologias Ativas em sala de aula, está a maior retenção do conhecimento por parte do aluno, uma vez que

---

<sup>1</sup> Antônio Pazim-Filho e Iglesias atuam ambos no campo da Medicina, porém contribuem também como pesquisadores de ensino em suas respectivas áreas de atuação.

o aprendizado é mais envolvente e contextualizado, construído não só pelo professor, mas com o aluno também, que acaba encontrando um significado e propósito no ensino.

A utilização de Metodologias Ativas, principalmente se trabalhado com atividades em grupos, também desenvolvem habilidades sociais tão necessárias em um mundo pós isolamento social, como; Comunicação, liderança, estimulando a criatividade na resolução de problemas. Todos esses fatores contribuem para um maior engajamento e motivação dos estudantes, que se sentem mais envolvidos e pertencentes na construção do conhecimento.

Este método, além de possuir um imenso potencial no ensino de uma forma geral, consegue também encontrar abrigo para contribuir especificamente no ensino de História:

Em que os estudantes possuem postura passiva de recepção de teorias, o método ativo propõe o movimento inverso, ou seja, passam a ser compreendidos como sujeitos históricos e, portanto, a assumir um papel ativo na aprendizagem, posto que tenham suas experiências, saberes e opiniões valorizadas como ponto de partida para construção do conhecimento. Com base nesse entendimento, o método ativo é um processo que visa estimular a autoaprendizagem e a curiosidade do estudante para pesquisar (DIESEL, Aline; BALDEZ; Alda MARTINS; Silvana. 2017. pg 271)

Percebe-se aqui, a oportunidade de mesclar a própria Metodologia Ativa com o ensino de História, destacando o aluno como, não só um sujeito histórico, mas como um agente transformador da história, contribuindo na formação de um aluno mais autônomo, visto o enfoque na autoaprendizagem. Como o aluno é o protagonista na

busca do conhecimento<sup>2</sup>, o método valoriza também a curiosidade, característica natural para todo o estudante de história, que se vê envolvido na construção do saber, visto que isso permite para o aluno, uma conexão com o conteúdo de uma maneira mais empolgante, pessoal e profunda, bem como a uma maior retenção e transferência do conhecimento para outras situações.

Como dito anteriormente, vivemos em um contexto completamente digital e recheado de informações fragmentadas e cada vez mais imediatistas como áudios e vídeos acelerados, diversas abas abertas no celular e a possibilidade de trocar de conteúdo ou fonte caso este não seja do nosso interesse, tudo isso disponível o tempo todo na palma da mão. Tudo isso, com certeza, pode representar algo vantajoso para poupar o nosso tempo, mas pode também gerar diversos efeitos negativos que já se mostram presentes na sala de aula, onde encontramos alunos que se sentem rapidamente entediados e que a perdem a atenção o foco rapidamente, pois são incapazes de acelerar ou de trocar de aula, como fazem com a internet.

Sendo assim, é preciso que haja uma mudança, não mais somente aquela educação tradicional que foca em uma educação onde o aluno é um indivíduo passivo, na qual o professor transmite conhecimentos e o aluno é o receptor inativo dessas informações. Mas de uma educação mais potente, transformadora, própria dos dias atuais, onde o aluno é o protagonista do conhecimento. E, se por um lado os nossos alunos encontraram na internet uma presença cada vez mais ativa como meio de acesso ao conhecimento, por outro, eles tiveram, nos anos de

---

<sup>2</sup> Utilizarei aqui o conceito que foi difundido pela “Escola dos Annales” que renovou a historiografia e que entende que todo indivíduo é um agente transformador e atuante da história.

isolamento social em decorrência da COVID-19<sup>3</sup>, uma grande ausência do professor, nesse sentido, Vigotski (2001) nos alerta: “o mestre deve viver na comunidade escolar como parte inalienável dela e, nesse sentido, as suas relações com o aluno podem atingir tal força, transparência e elevação que não encontrarão nada igual na escola social das relações humanas” (p.455) por isso, é necessário repensar a metodologia de ensino para torná-la mais ativa, atual e envolvente. António Nóvoa, em sua obra: O professor e a sua formação, destaca:

Do mesmo modo que a metamorfose da escola implica a criação de um novo ambiente educativo (uma diversidade de espaços, práticas de cooperação e de trabalho em comum, relações próximas entre o estudo, a pesquisa e o conhecimento), também a mudança na formação de professores implica a criação de um novo ambiente para a formação profissional docente. (NÓVOA, 2002, p. 7)

É, portanto, papel do professor, moldar o ambiente de ensino aprendizagem às novas mudanças da sociedade, de forma a adaptar-se às necessidades desse novo perfil de aluno, vale destacar que o professor também vivência diariamente mudanças tecnológicas, portanto, é dever do docente, não só, trazer essa metamorfose de novas tecnologias para sala de aula, como usá-las de modo a aprimorar cada vez mais as suas práticas enquanto educador. Ainda sobre as mudanças da nossa sociedade, a autora Bassalobre observa que:

Em oposição às experiências pedagógicas “sólidas” e conteudistas, as atuais demandas sociais exigem do docente

---

<sup>3</sup> Apesar do isolamento social ter ocorrido de forma descentralizada de uma maneira generalizada, podemos dizer que ele durou o ano de 2020 inteiro, a partir de março, após o registro dos primeiros casos positivos de COVID-19

uma nova postura e o estabelecimento de uma nova relação entre este e o conhecimento, uma vez que cabe a ele, primordialmente, a condução desse processo. Com efeito, essas exigências implicam em novas aprendizagens, no desenvolvimento de novas competências, em alteração de concepções, ou seja, na construção de um novo sentido ao fazer docente, imbuído das dimensões ético e política. (BASSALOBRE, 2013, p. 311)

Nesse sentido, as metodologias ativas surgem como uma alternativa para promover a participação dos alunos na aula e, conseqüentemente, melhorar seu aprendizado, mudando a postura do professor, de transmissor de conhecimento, para facilitador de aprendizagem, permitindo assim, que os estudantes tenham um papel mais ativo na construção do conhecimento.

## **GAMIFICAÇÃO**

A Gamificação<sup>4</sup> como proposta pedagógica também pode se caracterizar como uma abordagem presente dentro das Metodologias Ativas. De acordo Kevin Webach (2012), a Gamificação é quando usamos elementos de jogos em determinados ambientes para engajar, motivar e envolver um público específico. A gamificação já atinge outros setores da sociedade.”Com frequência cada vez maior, esse conjunto de técnicas tem sido aplicado em campos variados, tais como saúde, educação, políticas públicas e esportes.” Acesso em: 20 de fev.2023. Podemos citar alguns exemplos como os diversos aplicativos de lojas, bancos, etc com o sistema de recompensas, de acúmulo de pontos em trocas de descontos. É utilizado

---

<sup>4</sup> O termo é derivado do inglês “gamification”, que surgiu na década de 2000 como uma forma de descrever a aplicação de elementos de jogos em outras áreas.

também em softwares de saúde, de maneira a recompensar e motivar os usuários a manterem hábitos alimentares saudáveis, incluindo desafios de controle de porções, lembretes de hidratação, rastreamento de calorias, etc.

Dentro da Gamificação, existem diversas opções que podem ser trabalhadas, uma alternativa simples, mas não menos eficiente no que se refere ao engajamento, diversão e que também ajuda na retenção de conhecimento é o site *Kahoot!*<sup>5</sup> nele, o professor cria um questionário virtual, e os alunos reunidos em equipes, possuem um tempo determinado pelo professor para ir respondendo, a equipe que acertar a pergunta acumula pontos, motivando os alunos não somente à competitividade e diversão, mas ao compartilhamento de seus conhecimentos com a equipe.

## **MINECRAFT COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA**

Outra abordagem possível de se trabalhar é a gamificação em si, utilizando o jogo *Minecraft*<sup>6</sup>, o game é conhecido por ser um lego virtual<sup>7</sup>, pois o jogador cria um mundo em 3D feito de blocos. Nele, o jogador é livre para andar, construir e compartilhar seu mundo à vontade. Como o jogo não possui regras específicas para vencer, o jogador é motivado a ser criativo. Para a construção do

---

<sup>5</sup> O *Kahoot!* é um site de educação baseado na criação de testes de múltipla escolha, a plataforma passa por constantes atualizações e adições em suas funções, permitindo também a criação lúdica de apresentação de slides.

<sup>6</sup> É um jogo eletrônico que têm como uma das principais características, a construção em blocos de um mundo em 3d, atualmente se encontra disponível em diversas plataformas como; Tablets, celulares, computadores e video games.

<sup>7</sup> Linha de brinquedos com blocos coloridos de plástico e outras peças que podem ser montadas para criar modelos que quase qualquer coisa imaginável como: carros, aviões, castelos, navios, edifícios, etc.



mundo é necessário que o jogador crie e busque materiais, por exemplo: Para se construir uma casa é necessário buscar madeira, para se fazer uma espada é necessário buscar ferro, para se construir uma armadura mais resistente é necessário buscar outros tipos de minerais como ouro e diamante e etc.

Outras atividades no jogo incluem a exploração, a recolha de recursos, a elaboração e o combate. Vários modos de jogabilidade estão disponíveis, incluindo um modo de sobrevivência onde o jogador deve adquirir recursos para construir seu mundo e manter sua saúde e sobrevivência, um modo criativo onde os jogadores têm recursos ilimitados para construir e habilidade para voar, um modo de aventura onde os jogadores podem usar mapas personalizados, criados por outros jogadores e um modo de espectador onde os jogadores podem se mover livremente por todo o mundo sem serem afetados pela gravidade ou por colisões. A versão do jogo para computador é conhecida pela comunidade dedicada que cria novas mecânicas de jogos, itens e recursos para o jogo. (GAMEPEDIA, 2011, p. 1).

Como visto, o jogo se baseia na construção, por isso, a criatividade é constantemente aguçada, o conhecimento e utilização de diferentes materiais para construção, e o senso de aventura e brincadeira, visto que a maior parte desses materiais não é entregue ao jogador, é necessário buscar e coletar dentro do mundo do game.

Durante o jogo, é possível estudar conceitos matemáticos, físicos, arquitetônicos, geográficos e de outras disciplinas que envolvem volume, área, gravidade, relação entre substâncias, probabilidade, entre outras disciplinas e conteúdo. Apesar de não ter sido criado para fins educacionais, muitos educadores enxergaram no jogo a possibilidade de ensinar diversas matérias a partir da ludicidade da construção. (KNITTEL, 2017, p.791).

Como dito anteriormente, o jogo possibilita e incentiva o trabalho em equipe, na construção de mundo, na visita à mundos construídos por outros jogadores. Toda essa vivência nesse meta mundo<sup>8</sup> é feita através de um avatar<sup>9</sup> criado pelo jogador, é possível vestir o personagem com roupas criadas com materiais, tudo isso, motiva e engaja os usuários dentro uma de estética única e atrativa. (figura 1)



**Fonte:** Site oficial do jogo no Brasil:

<https://www.minecraft.net/pt-br> acesso em: 29/06/2023

**Figura 1.** Arte promocional

---

<sup>8</sup> Mundo paralelo ao mundo físico que vivemos que integra mundo digital e mundo real.

<sup>9</sup> Personagem criado no mundo digital

Antes de discutirmos sobre o game e sobre seu potencial pedagógico, vale a pena destacar que, desde o seu lançamento, em 2011, o jogo é extremamente popular entre crianças e adolescentes sendo jogado tanto por meninos quanto por meninas, o jogo também, tem um acesso bem diversificado, sendo disponível em: Celulares, Tablets, Computadores e Video Games.

Dentro da disciplina de História, há diversas possibilidades:

1. Recriação de épocas históricas: O jogo pode ser usado para recriar ambientes virtuais que representem épocas históricas específicas. Os alunos podem construir cidades, edifícios e estruturas de uma determinada época. Já utilizei este método em diversas oportunidades ao longo da minha caminhada e, além de sempre ser realizado com grande empolgação por parte dos alunos, outro aspecto positivo dessa proposta é a socialização dos trabalhos realizados, onde todos querem mostrar aos colegas o que fizeram e como realizaram.

2. Simulações de batalhas: Os alunos podem trabalhar em equipes para criar fortificações, armas e outras estratégias de combate ou mesmo, simular como foi determinada batalha de um período escolhido.

3. Exploração de monumentos históricos: Os alunos podem construir modelos virtuais de monumentos e explorá-los.

4. Criação de histórias: Aqui, os estudantes podem um mundo e personagens para simular os eventos do conteúdo estudado em sala de aula.

O *Minecraft* possui um grande potencial na possibilidade de promover um ambiente de aprendizagem estimulante para os alunos. Savi e Ulbricht (2008) destacam que:

Como facilitador do aprendizado, os jogos digitais têm a capacidade de facilitar o aprendizado de várias áreas do conhecimento. Ao serem utilizados como um recurso de representação de um determinado assunto, os jogos auxiliam no processo de entendimento do que está sendo ensinado, por isso a importância dos professores utilizarem jogos na sua prática pedagógica porque os jogos além de facilitarem a aquisição de conteúdo, contribuem também para o desenvolvimento de uma grande variedade de estratégias que são importantes para a aprendizagem. (SAVI e ULBRICHT, 2008, p.3).

Um dos grandes potenciais desse jogo é a criação de um mundo imersivo<sup>10</sup>, dando a oportunidade do estudante criar e entrar no mundo estudado em aula, tornando-se então, uma ferramenta lúdica, atrativa e divertida. Nos anos em que realizei a atividade, o engajamento dos alunos foi algo muito empolgante pois foram capazes de transformar dentro do mundo digital, um tema “preso” nos livros didáticos. (figura 2 e 3)



**Fonte:** Produção de atividade escolar realizada pelos alunos da Rede Bom Jesus. Capturada e promovida pelo autor.

---

<sup>10</sup> No jogo também é possível compartilhar o mundo criado com outros jogadores, potencializando a sua capacidade de socialização.

**Figura 2.** Exterior de uma estrutura feudal da Idade Média



**Fonte:** Produção de atividade escolar realizada pelos alunos da Rede Bom Jesus. Capturada e promovida pelo autor.

**Figura 3.** Interior de uma estrutura feudal da Idade Média

Importante destacar que a Gamificação também se apoia no trabalho em grupo. Há a valorização do relacionamento social, a troca de conhecimentos, o debate de ideias e conceitos, o trabalho em equipe na resolução de problemas e construção do conhecimento, etc. Vygotsky ainda sustenta que: "A interação social é a chave para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais dos indivíduos" (Vygotsky, 2007, p. 89). Nesse sentido, é possível perceber que Vygotsky defendia a ideia de que o aprendizado não acontece apenas pela aquisição de informações, mas sim, a partir de um processo que envolve a participação ativa dos participantes, é um processo que valoriza a troca de cultura e saberes.

Neste sentido, podemos entender que a motivação não parte apenas da relação professor-aluno, mas os próprios estudantes, ao notarem a construção do conhecimento eles percebem que estão fazendo progresso

e aprendendo coisas novas, isso pode os levar a sentir uma sensação de realização e satisfação, essa motivação pode, por sua vez, influenciar positivamente outros membros do grupo, criando, assim, um ambiente de sala de aula mais motivador e produtivo.

## REFERÊNCIAS

BASSALOBRE, J. *Ética, Responsabilidade Social e Formação de Educadores. Educação em Revista. Belo Horizonte*, v. 29, n. 1, p. 311-317, mar. 2013.

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda; MARTINS, Silvana. 2017. *Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica;*

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4650060/mod\\_resource/content/1/404-1658-1-PB%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4650060/mod_resource/content/1/404-1658-1-PB%20%281%29.pdf). Acesso em: 29/06/2023

GAMEPEDIA. *Minecraft Wiki*. 2011. Disponível em: [https://minecraft.fandom.com/pt/wiki/Minecraft\\_Wiki](https://minecraft.fandom.com/pt/wiki/Minecraft_Wiki). Acesso em: Nov. 2023.

HMELO-SILVER, C. E. *Problem-Based Learning: What and How Do Students Learn? Educational Psychology Review*, v. 16, n. 3, p. 235-266, 2004.

KAPP, K. *The Gamification of Learning and Instruction: Game-based Methods and Strategies for Training and Education*. Pfeiffer, 2012.

MEDINA, B. et al. *Gamification, Inc.: como reinventar empresas a partir de jogos*. Rio de Janeiro: MJV Press, 2013.

NÓVOA, Antônio (2002). *O professor e a sua formação*. Porto: Porto Editora.

SAVI, R. S.; ULBRICHT, V. R. *Jogos Digitais Educacionais: Benefícios e Desafios. RENOTE*, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/renote/article/view/47/30>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SOUZA, C. da S.; IGLESIAS, A. G; PAZIN-FILHO, A. *Estratégias inovadoras para métodos de ensino tradicionais - aspectos gerais. Medicina*, v 47, n 3, p. 284-292, 2014.

TORP, L.; SAGE, S. *Problems as possibilities: problem-based learning for K-16 education*. Alexandria: ACSD, 2002.

VIGOTSKY, L. S. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

*KNITTEL, T.; SANTANA, L.; PEREIRA, M.; MENUZZI, M. Minecraft: experiências de sucesso dentro e fora da sala de aula. In: SBGames, 16., 2017, Curitiba, PR. Anais [...]. Curitiba, PR, 2017.*

# **O ENSINO DE HISTÓRIA E OS MUSEUS VIRTUAIS ENQUANTO FERRAMENTAS DIGITAIS DE APOIO À PRÁTICA PEDAGÓGICA**

**ALVANIR IVANEIDE ALVES DA SILVA**

## **INTRODUÇÃO**

Neste texto serão abordadas as concepções desenvolvidas a partir da pesquisa de Mestrado em História Social da Cultura Regional vinculada a linha de Ensino de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), cuja investigação procura analisar o uso dos museus virtuais como método ativo de aprendizagem, atrelado ao ensino de História na educação básica, de maneira mais precisa nos anos finais do ensino fundamental.

Dentre os espaços não formais de ensino destacamos os museus como produtores de conhecimentos culturais e patrimoniais, que contribuem significativamente à aprendizagem histórica, “assim, o papel social dos museus é definido, na atualidade, por sua função educativa” (ABUD et al. 2010, p.127), e compreender algumas questões relacionadas a esta dimensão, constitui-se assim, um dos enfoques possíveis neste artigo, já que pensamos as mídias digitais como auxiliaadoras na produção do conhecimento.

Haja vista que a modalidade virtual dos museus os torna espaços de mediação que podem ser acessados por meio da internet. A utilização dessas plataformas digitais de museus contribui significativamente à interdisciplinaridade do conhecimento e de aulas inovadoras, que segundo Schmidt (2014), ocorrem a partir



da interligação do uso das tecnologias digitais pelos espaços educativos.

Os museus virtuais segundo Henriques (2018), podem ser representados em duas modalidades: uma seria um museu essencialmente virtual existente apenas em rede, já a outra versão seria uma modalidade complementar dos museus físicos, existindo tanto presencialmente quanto virtualmente. Dessa forma, é possibilitado que o público acesse de qualquer lugar e espaço, já que “o museu virtual é um verdadeiro laboratório de experimentação que se manifesta especificamente na maneira como a tecnologia determina a própria forma da experiência” (MUCHACHO, 2015, p. 1546).

Henriques (2018), também aponta que “o museu virtual é um espaço virtual de mediação e de relação do patrimônio com o seu público. [...] paralelo e complementar que privilegia a comunicação como forma de envolver e dar a conhecer determinado patrimônio” (HENRIQUES, 2004, p. 67).

Com aulas utilizando ferramentas digitais como a visitação a museus virtuais que abordem a temática histórica que esteja trabalhando em classe, o professor tem possibilidades de desenvolver aulas ativas por meio do apoio tecnológico, proporcionando uma mediação de diferentes espaços, ao mesmo tempo em que desenvolve uma prática pedagógica diversificada e em comum com a realidades digital dos alunos.

Nesse contexto, nosso objetivo central visa pensar as dimensões possibilitadas pelo uso das tecnologias no Ensino de História, levando em consideração nosso tempo presente. Além disso, é focado no uso dos museus virtuais na educação básica, mais preciso em anos finais do ensino fundamental, como mais

uma ferramenta inovadora de contribuição à continuidade da compreensão histórica e cultural pelos alunos.

## **1 O ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS NA PRÁTICA DO ENSINO APRENDIZAGEM DIANTE DAS DEMANDAS DO TEMPO PRESENTE**

Segundo Hartog (2006), a relação que a sociedade contemporânea estabelece com seu tempo de presentismo é uma característica típica dela mesma, tendo em vista que essa relação é agravada pelo avanço da sociedade do consumo, pelos debates das identidades nacionais e pelo fortalecimento da globalização enquanto processo de espaço tempo.

os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados e uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança (MESZÁROS, 2007, p. 196).

Além disso, “as pandemias contribuem para o aceleração das tecnologias, promovem proximidades e modificam os valores da sociedade, alterando critérios pré estabelecidos e gerando profundas transformações no âmbito social” (SILVA, 2021, p. 3).

Se por um lado elas demandam mudanças sociais e culturais na sociedade, por outro elas desencadeiam um aceleração nos recursos tecnológicos como forma de adaptação e melhoria das relações humanas na sociedade, sendo assim, é a partir dessas duas problemáticas apontadas que visamos tecer as discussões deste tópico com foco no ensino de história.

Sabemos que o sistema educacional de nível básico no Brasil organiza seu currículo por componentes, dentre eles, o de História, que entende a competência dos discentes de desenvolverem um conjunto de saberes, desde os conteúdos escolares, até a interdisciplinaridade com o seu cotidiano, com outras áreas e temáticas sociais ou culturais, assim como com suas ações na sociedade a qual estão inseridos.

A partir da década de 80 do século XX, Bittencourt (2008) destaca que foram pautadas no Brasil reformulações curriculares no ensino de História, objetivando especificidades no desenvolvimento social dos discentes, reconhecendo a capacidade dos educandos de terem conhecimentos próprios, desenvolvidos pela história de vida e pela aprendizagem adquirida na escola.

Fonseca (2003) também destaca que os finais das décadas do século XX constituíram:

um rico momento de debates, elaboração e implementação de propostas curriculares, de novos materiais didáticos e de repensar das práticas educativas no Brasil. Do movimento historiográfico e educacional ocorrido nesse período, é possível apreender uma nova configuração de ensino de história. Houve uma ampliação dos objetos de estudo, dos temas, dos problemas, das fontes históricas utilizadas em sala de aula. (FONSECA, 2003, p. 36)

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB) e com as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 (PCNs), os quais se estenderam para todos os níveis de ensino e de disciplinas curriculares, também demonstram que houve mudanças significativas pelo implemento de novos conteúdos históricos, como o ensino da cultura e história afro-brasileira, tendo como base em seu compromisso de formação, uma cidadania democrática.

Com os PCNs foi dado foco à perspectiva de que os educandos podem ter acesso ao conhecimento e ao aprendizado em diferentes espaços, levando em consideração sua realidade diária, tais como o convívio social e familiar, a cultura local, regional ou nacional, assim como pelos meios de comunicação, já que são os nascidos na era digital.

Nesta perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), também destaca que “o ensino de História se justifica na relação do presente com o passado, valorizando o tempo vivido pelo estudante e seu protagonismo, para que ele possa participar ativamente da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2017, p. 414).

Partindo dessa premissa, “os jovens sempre participam, a seu modo, do trabalho de memória, que sempre recria e interpreta o tempo e a História” (BRASIL, 1998, p. 38), e ao adentrar à sala de aula, eles agregam às suas vivências, informações, explicações e valores com os conteúdos curriculares. Assim sendo, as informações e questões históricas, podem ser incorporadas significativamente pelos discentes, que podem relacioná-los e confrontá-los.

Os conhecimentos prévios dos educandos devem ser valorizados para que venham ser relacionados ou confrontados com os novos conceitos adquiridos no ensino da História, dessa forma, por meio do uso de métodos ativos de aprendizagem o professor pode proporcionar um ambiente que desperte nos alunos a necessidade de emergirem e compartilharem as suas percepções sociais e culturais.

Dessa maneira, a “história escolar suscita discussões a respeito do conhecimento que deve ser ensinado, assim como de quais agentes e grupos sociais devem ser representados na educação básica” (BICHARA,

2020, p. 194). Tendo em vista que o ensino de história tem a intenção de que os discentes desenvolvam:

A capacidade de observar, de extrair informações e de interpretar algumas características da realidade do seu entorno, de estabelecer algumas relações e confrontações entre informações atuais e históricas, de datar e localizar as suas ações e as de outras pessoas no tempo e no espaço e, em certa medida, poder relativizar questões específicas de sua época. (BRASIL, 1998, p. 40)

Possibilitando que na educação básica o discente tenha plena formação e permanência na escola, se tornando apto e preparado para exercer a sua cidadania, atuando ativamente enquanto cidadão crítico e reflexivo. Haja vista que “a disciplina escolar História deve contribuir para a formação de pessoas, balizada por princípios éticos, estéticos e de cidadania” (BRASIL, 1996).

Partindo dessa concepção, Bittencourt (2008) destaca a defesa de que a união entre método e conteúdo é de suma importância, pois possibilita uma aprendizagem em História mais interdisciplinar. Nesta perspectiva, a História enquanto ciência e disciplina escolar, na sua prática de ensino necessita de metodologias que sejam estimulantes e capazes de relacionar a realidade escolar com a realidade cotidiana dos educandos, a fim de contribuir para a formação social, cultural e histórica do aluno.

Desse modo, apontamos aqui para um ensino de história focado em um viés inovador, que de acordo com Schmidt (2014), é um ensino onde as práticas pedagógicas utilizam o uso das tecnologias digitais ligadas a relação passado/presente com a realidade dos alunos. Partindo dessa premissa, a prática docente em História pode desenvolver-se a partir de propostas ativas, que estimule

os discentes a desenvolverem um conhecimento que seja capaz de compreender as percepções sociais.

Além disso, com a elaboração dos PCNs em 1998, foi introduzido no documento a necessidade do uso de ferramentas digitais no contexto escolar brasileiro. O documento aconselha aos docentes a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como recursos didáticos, pois essas ferramentas ao serem inseridas na realidade dos alunos, possibilitam que a escola e a sala de aula acompanhem as transformações da sociedade.

Na LDB também encontramos as TICs sendo apontadas como ferramentas capazes de mediar diferentes modalidades e níveis da educação. Esses dispositivos tecnológicos se configuram como novas necessidades e condições fundamentais à formação do sujeito. Já a BNCC, em uma de suas competências Específicas de História para o Ensino Fundamental, encontramos citada a necessidade de “produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais” (BRASIL, 2017, p. 400).

Nesse contexto, Bacich e Moran (2017) defendem que “a metodologia ativa se caracteriza pela inter-relação entre educação, cultura, sociedade, política e escola, sendo desenvolvida por meio de métodos ativos e criativos, centrados na atividade do aluno com a intenção de propiciar a aprendizagem” (BACICH; MORAN, 2017, p. 17)

Além disso, Bacich e Moran (2017) enfatizam que é importante que os métodos estejam ligados com as particularidades e especificidades de cada turma. Tendo em vista que é fundamental engajar os alunos na participação mútua, transformando a sala de aula em um

espaço de aprendizado significativo e que desencadeia estímulos.

Em complemento, entendemos que através da utilização de métodos ativos os educandos passam a ter contato com atividades diversificadas, que contribuem para uma variação de aulas e desenvolvimento de aprendizado mediado pela atratividade de métodos pedagógicos, que se constituem em um ambiente que oferta a disciplina de História, onde os conhecimentos epistemológicos são fundamentados pela prática.

Todavia, para pensarmos aqui nas diversas possibilidades de práticas de ensino que as tecnologias digitais desencadeiam, é necessário também pensar um ensino de História frente às mudanças educacionais que se perpetuam com o passar dos anos, mas especificamente, frente as mudanças do então tempo presente.

Tendo em vista que desde 2020 o sistema educacional assim como as práticas pedagógicas, necessitaram se reinventar em um contexto essencialmente desafiador, e docentes que até então resistiam a interdisciplinaridade dos recursos digitais, passaram a ver que era imprescindível não os utilizar.

Nas palavras de Nóvoa e Alvim (2021):

Em 2020, tudo mudou. Com a pandemia, terminou o longo século escolar, iniciado 150 anos antes. A escola, tal como a conhecíamos, acabou. Começa, agora, uma outra escola. A era digital impôs-se nas nossas vidas, na economia, na cultura e na sociedade, e também na educação. Nada foi programado. Tudo veio de supetão. Repentinamente. Brutalmente. (NÓVOA; ALVIM, 2021, p. 2)

Com a chegada do coronavírus (Covid-19) no Brasil, as escolas tendo que se reelaborar, passaram a aderir o ensino virtual, utilizando indispensavelmente os recursos tecnológicos para ofertar o processo de

aprendizagem, mediado pelos espaços digitais, tendo em vista que o digital já era uma realidade diante de nossa humanidade digital, mas que ainda sofriam problemas para sua aplicação no meio escolar, seja por plena resistência de uso ou por escassez de oferta digital nas instituições públicas.

A pandemia tornou muito visível o declínio do modelo escolar, algo que os historiadores vinham assinalando há vários anos, e a necessidade de abrir um novo tempo na vida da escola. A pandemia acelerou a história e colocou-nos perante decisões que, agora, são inevitáveis [...] O fato é que muitas das questões sobre a crise da escola, afloradas com a pandemia, vêm num processo mais alargado temporalmente e vivem atualmente a tensão da aceleração de seu processo no tempo histórico. (HONORATO; NERY, 2020, p. 2)

Essa transição também revelou a crise vivenciada no sistema educacional, tendo em vista que no setor público, muitas escolas não possuíam acesso à internet, não portavam de laboratórios de informática suficientes para a demanda de alunos e muitos docentes ainda não estavam aptos ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em sala e da incorporação de novos métodos digitais nas aulas.

Nesta perspectiva, este momento histórico revelou o quanto o sistema de ensino precisava se desenvolver em comum acordo com as especificidades do tempo presente e também como um caminho aberto para apresentar uma diversidade de métodos de aprendizagens que vinham sendo desenvolvidos na educação básica e que merecia ganhar voz e ser compartilhado com outras instituições.

Haja vista que, as práticas docentes e de ensino aprendizagem vão modificando-se e adaptando-se ao longo dos tempos, e com o período pandêmico não foi diferente, a oferta de uma educação a nível básico passou



a ser repensada de maneira indispensável e “o modelo escolar foi posto em causa pelo combate contra a Covid-19” (NÓVOA; ALVIM, 2021, p. 6). O novo modo de ensinar desencadeou a quebra de algumas permanências estruturais, mostrando que a educação pode ser produzida em diferentes meios e espaços.

Esta fase histórica acabou revelando que o uso de metodologias ativas digitais (SCHMIDT, 2014) no ensino aprendizagem em História era indispensável, tendo em vista que:

No ensino de História, a inovação faz-se ainda mais urgente, por ser esta uma disciplina crucial na construção de uma sociedade democrática e cidadã, que conecta o passado e o presente, direcionando o olhar para um futuro a ser construído. Desse modo, é mister um novo modelo de escola e de ensino, que se harmonize com as transformações causadas pelas tecnologias e as inúmeras possibilidades pedagógicas que elas oferecem. (TAMANINI; SOUZA, 2018, p. 143)

Nesta perspectiva, se as tecnologias estão postas como uma demanda da atualidade, podemos usá-las com maestria nas práticas pedagógicas, especialmente no ensino de História, para o qual, é possível utilizar vídeos, documentários, jogos digitais, quiz, dentre outros, no entanto, temos dado foco como objeto de pesquisa aos museus virtuais (HENRIQUES, 2018), que com o contexto pandêmico ganharam mais visibilidade, assim como acesso.

Através deles é possível interligar as aulas de história com a educação patrimonial, tendo em vista que estaremos interligando espaços não formais de ensino por meio das TICs como um método ativo, proporcionando então um ensino inovador, onde os alunos também estarão sendo estimulados a acessarem outros museus em espaços extraescolares.

## **2 OS MUSEUS VIRTUAIS E AS POSSIBILIDADES DE USOS NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Em linhas gerais, nossa pesquisa de Mestrado tem fundamentado para este trabalho os museus virtuais como espaços de experiências que podem relatar e partilhar conteúdos históricos diversos, contribuindo com a educação e com a cultura, sendo então um recurso importante na construção de aulas e do saber em História.

Tal realidade colabora no processo de ampliar as possibilidades e discussões da escola, desafiando-a a relacionar-se e produzir possibilidades de diálogo e produção de conhecimento com as mídias digitais, realidade inerente a dinâmica do mundo globalizado na qual estamos inseridos, colaborando assim para que a sala de aula ocupe o papel de um ambiente de experiências de aprendizagem mais vivo e relevante para os alunos da cultura digital.

Através do Google Arts and Culture ou sites de museus, o professor pode ter acesso aos mais variados tipos de plataformas para melhor utiliza-las e sugeri-las para os alunos, a fim de dar prosseguimento de forma lúdica e educativa a temática que esteja trabalhando, assim como, desencadeando neles a visão de valorização e de relevância que o patrimônio tem na nossa sociedade, pois “a identificação com o conhecimento provoca uma alteração no modo de ver e perceber as coisas e o mundo” (MEDEIROS, SURYA, 2009, p. 7).

Com isso, as coleções, os objetos materiais, as imagens, as fotografias, os depoimentos orais e os acervos de músicas expostos em museus, transmitem mensagens e significados históricos que permitem análises, interpretações e (re) construções de narrativas nas aulas de História, com isso os saberes expostos nos museus se

tornam variadas alternativas para compartilhar informações em relação aos temas, eventos e situações históricas.

O virtual possibilita que o visitante tenha uma interatividade mais dinâmica com o espaço, seguindo o percurso expositivo com liberdade de fruição, de visualização e de análise. “O visitante deixa de ser um sujeito passivo, que apenas reage à mensagem transmitida, passando a ser incentivado a participar e interagir com o espaço.” (MUCHACHO, 2015, p. 1543).

Os lugares de memória como os museus podem ser espaços de experiência estudantil, e sendo atrelados ao conhecimento histórico, possibilitam um apoio à História e às diferenças dos sujeitos presentes. Os museus históricos estimulam a percepção de que a história é um conjunto de narrativas sobre o passado, o qual pode ser compreendido através de evidências históricas.

Nesse ponto, de acordo com Bittencourt (2008), os museus são ótimas oportunidades para que seja desenvolvido um ensino de história interdisciplinar, por serem lugares de memória histórica que expressam a cultura histórica de uma sociedade. Os museus históricos são meios de percepção fundamentais para a construção da identidade histórica dos sujeitos e da sociedade.

## 2.1 REFLEXÕES SOBRE O MUSEU DOS MEMES



Imagem 1: Página inicial do Museu dos Memes  
Fonte: <https://museudememes.com.br>

A partir do contato com diversas plataformas de museus virtuais durante nossa pesquisa, foi escolhido o Museu do Memes para apresentá-lo neste artigo. Ele é essencialmente virtual, foi desenvolvido em parceria com pesquisadores e estudantes do Laboratório de Pesquisa em Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração (coLAB), vinculado à Universidade Federal Fluminense.

Podendo ser acessado pelo link < <https://museudememes.com.br> >

O museu organiza oficinas e exposições com o intuito de preservar a memória dos memes da internet e objetiva possibilitar o acesso e o aprendizado de vários conteúdos históricos de forma lúdica e humorada, mostrando que os memes podem ser recursos visuais desenvolvidos para estimular uma reflexão crítica social.

Além disso, como defendido por Oliveira (2005, p. 27), no mundo contemporâneo não se pode mais dividir, “o que pertence ao mundo dos museus e o que pertence ao visual cotidiano de todos os cidadãos”, nessa perspectiva, o museu do memes além de salvaguardar as memórias dos memes produzidos em rede, também é um meio que faz parte diariamente da realidade digital dos discentes.

O uso da imagem através do museu disponibiliza uma diversidade enorme de memes, sendo separados por temática e coleção, possibilitando um acesso prático e rápido ao seu público. Além disso, com o Museu dos Memes o professor pode utilizá-lo de diferentes formas, realizando debates em sala, trabalhando conteúdos históricos, problematizando (pré) conceitos existentes, além disso, podendo instigar nos alunos a perspectiva de que o ensino de História pode ser desenvolvido com interatividade ao transmitir um marco e uma carga cultural e artística de determinado espaço tempo social.

Nesta perspectiva, frisamos que apenas o simples acesso ao meme não quer dizer que será produzido uma ligação de saberes, é necessário a mediação do docente, como defendido por Souza (2019), onde ela frisa que para que ocorra um entendimento e uma compreensão do meme é fundamental a participação do professor, pois é ele quem irá previamente destacar o conteúdo em sala, provocar questionamentos, a fim de criar meios onde os discentes possam relacionar o significado com o significante, proporcionando que o aluno estude o conteúdo exposto e interprete o contexto de informação desenvolvido.

O ensino de história desenvolvido de forma participativa, estimulando a autonomia do estudante, alcança um público maior de pessoas e ainda contribui como mais uma ferramenta para a mudança do (pré) julgamento de que a história é uma disciplina pautada em memorização de datas e distante da realidade. Mostrando as possibilidades de compreensão do mundo a partir do conhecimento e reflexão histórica, em razão que, “uma sala de aula, assim experienciada, implica em reconhecer os saberes envolvidos em contato e em dialogo” (FERREIRA, 2018, p. 30).

Dessa forma, “os memes encontrados no ciberespaço podem ser utilizados como um suporte pedagógico, é necessário nos situarmos em meio a um debate um pouco mais amplo, referente a maneira a qual estudantes se relacionam com os recursos digitais” (SILVA, 2019, p. 174).

O museu dos memes conta com colaboradores que desenvolvem exposições e curadorias de coleções online, de acordo com temáticas específicas, como políticas, territoriais, sociais e culturais ou assuntos da atualidade que acabam caindo na popularidade do público.

Nessa perspectiva, a produção memética se articula com os conteúdos históricos, proporcionando um ambiente que compartilha uma educação diversa em saberes, onde o ensino humanizado é capaz de contribuir com a formação intelectual e social, já que a “História escolar não pode ignorar os conceitos espontâneos formados por intermédio de tais experiências” (BITTENCOURT, 2008, p. 189).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do nosso objetivo que pretendeu caracterizar a necessidade das tecnologias digitais

atreladas ao ensino de História na educação básica, como mais uma ferramenta de contribuição à continuidade da compreensão histórica e cultural pelos alunos, dando foco ao acesso e democratização dos espaços museológicos.

É perceptível que no percurso do ensino de História, faz-se necessário uma interligação com diversos espaços educativos de produção de saberes, seja ele formal ou não formal. Sendo assim, as tecnologias digitais tem nos auxiliado a realizar mediações possíveis desses espaços, de forma prática e facilitadora.

Utilizar as plataformas virtuais nessa nova etapa da educação é fundamental, no entanto, vale ressaltar que devem ser atreladas a uma metodologia ativa digital, que possibilite a constituição de uma prática docente de qualidade, que media e contribui com um aprendizado que estimula o desenvolvimento de competências próprias dos alunos.

Dessa maneira, a utilização de museus virtuais como método ativo na prática de ensino, dando enfoque ao de História, é útil quando aplicada adequadamente, tornando-se meios para uma interdisciplinaridade de tempo e espaço, pois o docente como mediador carece realizar de forma imprescindível um planejamento que leve em consideração o uso das ferramentas digitais em suas aulas, proporcionando que os alunos desenvolvam aprendizagens na prática.

Por meio do Museu dos Memes, através do contato com os objetos museológicos, neste caso, as produções meméticas, é possível que narrativas possam ser repensadas e debatidas, já que estará sendo realizado uma interatividade entre a temática histórica e o espaço museal de memória.

## REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. ALVES, Ronaldo Cardoso. SILVA, André Chaves de Melo; *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso Editora, 2017.

BICHARA, Taissa Cordeiro. *O Irreconciliável Nos Editais Do PNL D: Eurocentrismo, Cidadania e Ensino de História*. In: *Revista Escritas do Tempo*. v. 2, n. 6, pp. 193 - 220. 2020

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez Editora, 2 ed., 2008.

BRASIL, Presidente da República. *Decreto lei n. 9.394. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) como política de Estado*. Brasília, 1996.

BRASIL, Presidente da República. *Ministério da Educação: Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, 2017.

BRASIL, Presidente da República. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1998.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *Qual a relação entre a história pública e o ensino de História?* In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 29 – 48.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizagens*. São Paulo: Papyrus, 2003.

HARTOG, François. *Tempo e patrimônio*. Tradução: José Carlos Reis (UFMG). *Varia História*. Belo Horizonte: vol. 22, nº 36. Jul/Dez 2006.

HENRIQUES, Rosali. *Os museus virtuais: conceitos e configurações*. *Cadernos de Socio museologia*. Lisboa: v. 56, n. 12, 2018. p. 53-70.

HONORATO, Tony. NERY, Ana Clara Bortoleto. *História da Educação e Covid-19: crise da escola segundo pesquisadores africanos, americanos e europeus*. *Acta Sci. Educ.*, v. 42, 2020.



MEDEIROS, Mércia Carréra. SURYA, Leandro. *A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

MESZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2007.

MUCHACHO, Rute. *Museus virtuais: A importância da usabilidade na mediação entre o público e o objecto museológico*. Departamento de Ciências da Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Livro de Actas - 4º SOPCOM. 2015.

NÓVOA, António. ALVIM, Yara Cristina. *Covid-19 e o fim da educação 1870 – 1920 – 1970 – 2020*. In: *Revista História da Educação*, v. 25, 2021.

OLIVEIRA, Sandra Ramalho. *Imagem também se lê*. São Paulo: EPU, 2005

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Cultura histórica e aprendizagem histórica*. *Revista NUPEM: Campo Mourão*, v. 6, n. 10, 2014.

SILVA, André Fabrício. *Pandemia, museu e virtualidade: a experiência museológica no “novo normal” e a resignificação museal no ambiente virtual*. *Anais Do Museu Paulista*. São Paulo: Nova Série, v. 29, 2021. p. 1-27.

SILVA, Diego Leonardo Santana. *Os memes como suporte pedagógico no ensino de história*. In: *Revista Periferia*, v.11, n. 1, 2019, p. 162-178.

SOUZA, Maria Alice de Souza. *Memes de internet e educação: uma sequência didática para as aulas de História e Língua Portuguesa*. *Revista Periferia*, v. 11, n. 1, 2019, p. 193-213.

TAMANINI, Paulo Augusto. SOUZA, Maria Do Socorro. *As Tecnologias Digitais No Ensino De História No Brasil. Um Mapeamento Das Pesquisas Acadêmicas*. *Revista Docência e Ciberultura*. Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 2018. p. 141 – 158.



**PARTE 2 - RELAÇÕES DE PODER, POLÍTICA E  
INSTITUIÇÕES**



# **DA REVOLUÇÃO DO PORTO À CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL: TRAJETÓRIA E INFLUÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO DE CÁDIZ NO LIBERALISMO LUSO-BRASILEIRO**

**WAGNER FELONIUK**

## **Introdução**

Este é um trabalho sobre a influência da Constituição de Cádiz a partir do momento de ocorrência da Revolução do Porto, especialmente por uma perspectiva de pessoas no Brasil que se viram às voltas com o retorno de Dom João VI em abril de 1821. O objetivo é mostrar a influência da Constituição sobre outros países europeus, sobre as revoluções liberais portuguesas e, depois, o apogeu de sua influência no Brasil, que ocorre entre a negociação para a volta de Dom João VI à Portugal, a partir do final de 1820, e a elaboração da Constituição do Império do Brasil, de 1824. Ela faz da Espanha um país relevante para o constitucionalismo brasileiro, que nascia no final do século XIX, e impactou movimentos políticos e sociais em Portugal e Brasil, além das constituições dos dois países.

O Brasil teve sete constituições - 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. O número é alto quando comparado aos Estados Unidos, que tem apenas uma; ou a Alemanha, com suas três. É eventualmente lembrado que haveria ao menos mais uma, pois uma Constituição espanhola vigeu no Brasil antes de qualquer outra (o que não é correto, como veremos), e sem adaptação alguma, posta integralmente em vigor por ordem direta de Dom

João VI, no dia 21 de abril de 1821<sup>1</sup>. Mais impactante ainda foi que isso tenha ocorrido por demanda da população do Rio de Janeiro, inconformada com a volta do rei a Portugal. Por fim, "coroando" a situação incomum da Constituição da Monarquia Espanhola de 1812, a Constituição de Cádiz, ela vigeu no Brasil por menos de um dia, pois foi revogada no final da manhã do dia seguinte, pelo mesmo Dom João VI<sup>2</sup>.

Esse fato cria uma situação aparentemente contraditória, para não dizer bastante surpreendente. Em reação aos movimentos liberais que se espalharam do Porto para toda Portugal, uma parte da sociedade brasileira, sem poder político, reagiu contra esse "liberalismo" com seu próprio "liberalismo", exigindo ter no Brasil, vigendo como Constituição, o principal símbolo do liberalismo na Europa de então. Uma Constituição bastante influente também em Portugal naquele momento. Não apenas exigiu, como foi inicialmente atendida. E "tanto liberalismo", nos dois países, foi alimentado em parte pela causa, aparentemente pouco liberal, de ter um monarca reinando em seu território.

Em verdade, esses acontecimentos aparentemente difíceis de compreender estão plenamente conectados ao ambiente vivido em Portugal e no Brasil a partir de 1815, com a queda de Napoleão em uma Portugal que via crescer a importância das ideias liberais, mas não via

---

<sup>1</sup> MELLO MORAES, Alexandre José. História do Brasil-reino e Brasil-imperio compreendendo: A história circunstanciada dos ministerios, pela ordem chronologica dos gabinetes ministeriaes, seus programmas, revoluções politicas que se derão, e cores com que apparcerão, desde a dia 10 março de 1808 até 1871. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C., 1871, p. 47.

<sup>2</sup> BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Textos Políticos da História do Brasil. Volume I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012, p. 494.

voltar seu rei, que se demorava em terras brasileiras. Pode haver surpresa em a Constituição de Cádiz ter efetivamente entrado em vigor em meio a um levante popular, mas não há surpresa em ela ser a norma escolhida pelos revoltosos. Ela era um forte símbolo do pensamento liberal, influenciava o comportamento social, político e a produção normativa dos dois lados do Atlântico.

Ela deve ser lembrada como um dos elementos que compunham as ideias de pessoas muito diferentes. Havia aqueles que possuíam poder político - deputados, juristas, nobres, militares, clero - no Brasil e em Portugal. Igualmente, influenciava os alfabetizados em geral, dessas classe e outras, estes também eram poucos, mas podiam lê-la e efetivamente demandavam por ela, pois dados indicam que ela era vendida pelo Brasil e aparecia em bibliotecas junto a tantos outros livros e autores liberais do período (Rousseau, Voltaire, Diderot, Montesquieu, Constant, Burke, Bentham, Du Pradt). A circulação desses autores no Brasil remonta, pelo menos, a meados dos 1700<sup>3</sup> e as ideias espanholas impactaram na medida em que a norma foi elaborada e difundida como símbolo liberal. Assim, pessoas afastadas da corte, mas que eventualmente tinham influência em locais mais distantes do Brasil, recebiam algum influxo, como será visto com exemplos bastante impactantes relacionados à Revolução do Porto.

E, por fim, em uma medida ainda mais difícil de definir, a Constituição de Cádiz existia também para aqueles destituídos de poder político, ao menos no Rio de

---

<sup>3</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Corcundas e constitucionais. A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Revan, 2003, p. 36-39.

Janeiro, que ouviam sobre ela em panfletos e versos<sup>4</sup> colados pelas cidades, exigindo por ideias liberais das mais diversas formas. Essa influência teve aparente impacto, inclusive, no movimento popular que levou à sua breve vigência no Brasil.

## **1 A Constituição de Cádiz e sua posição de influência em 1820**

A ideia de escrever uma Constituição de conteúdo liberal permeava o pensamento político espanhol desde o século XVIII, como ocorria com a maior parte da Europa. A principal fonte era o pensamento liberal francês<sup>5</sup>, que se fizera politicamente muito marcante com a Revolução de 1789 e tinha produzido textos de grande influência décadas antes disso. No entanto, vindo de fora, também havia a história de crescente sucesso dos Estados Unidos, e o exemplo do *rule of law* inglês. Na Espanha, essas ideias eram adaptadas localmente, em um conjunto que buscava unir elas às tradições legal, política e filosófica existentes, que tinham forte apoio<sup>6</sup>.

Essas novas ideias não estavam criando riscos ao poder real nas vésperas da Constituição de Cádiz ser escrita. O que despertaria a necessidade de se escrever uma Constituição foi a invasão de Napoleão. O mesmo motivo que pouco tempo depois levaria também a Casa de Bragança ao Brasil (a chegada dos portugueses às

---

<sup>4</sup> CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello [org.]. *Às Armas, Cidadãos! Panfletos Manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 168-170.

<sup>5</sup> SANCHEZ AGESTA, Luis. *Historia del Constitucionalismo Español*. Madri: Instituto de Estudios Politicos, 1955, pp. 46-47.

<sup>6</sup> CLAVERO, Bartolomé. *Evolución Historica del Constitucionalismo Español*. Madri: Editorial Tecnos S. A., 1986, p. 20-25.

américas foi em 22 de janeiro de 1808). No caso Espanhol, as tropas francesas haviam sido inicialmente autorizadas a passar pelo território, por meio do Tratado de Fontainebleau, de 27 de outubro de 1807. O tratado, no entanto, progrediu para uma situação de controle francês do território e comunicações. Neste contexto de agressão externa, Fernando VII, então Príncipe das Astúrias, entrou em disputa aberta pelo trono com seu pai, o Rei Carlos IV, e ambos buscaram o apoio de Napoleão no início de 1808. Nesse processo, foram obrigados a abdicar da coroa, que seria entregue ao irmão de Napoleão, José Napoleão<sup>7</sup>. Assim, em 25 de maio de 1808, o general francês Murat foi designado governante interino da Espanha, no processo que conduzia a essa sucessão.

A partir desse momento, inicia a resistência espanhola contra o governo imposto pelos franceses. José I, irmão de Napoleão, tenta aplicar políticas que poderiam ter apoio popular, como reformas sociais e administrativas, mas falha em pacificar o território. No vácuo crescente, formas autônomas de governo se instalaram nas cidades, isso ocorre com apoio da população, mas também de militares, clero, juristas, médicos, comerciantes. Ao todo, são formadas dezoito juntas. Em geral, elas negavam a validade das renúncias e reconheciam Fernando VII como rei<sup>8</sup>. Esse é o palco da resistência espanhola a partir de 1808.

---

<sup>7</sup> DIAZ DE BAEZA, D. Juan. Historia de la Guerra de España contra el Emperador Napoleon. México: Imprenta de I. David, 1852, p. 1-25.

<sup>8</sup> CHUST CALERO, Manuel. La cuestión federal en el primer liberalismo doceañista. Circunstancia, Año 3, Número 9, jan. 2006, p. 1. Detalhamentos específicos da formação das juntas do país Basco, ilustrando o processo em CLAVERO, Bartolomé. Jornadas sobre Cortes, juntas y parlamentos del Pueblo Vasco. Historia y presente. São Sebastião: Eusko Ikaskuntza, 1989.



A organização alcançada por essas juntas foi notável e é parte do simbolismo de heroísmo e resistência exercido pela Constituição de Cádiz sobre Portugal, Brasil, Itália, e tantos locais da Europa, na década seguinte. Um dos exemplos mais contundentes foi a Batalha de Bailén, ocorrida em 19 de julho de 1808<sup>9</sup>. Dois exércitos de mais de vinte mil homens se enfrentaram, o lado espanhol organizado pelas Juntas de Governo de Sevilha e Granada. A vitória foi dos espanhóis, a primeira derrota de um exército francês em terra naquele período.

Essas juntas se organizaram, afinal, em 25 de setembro de 1808, em Aranjuez<sup>10</sup>. A *Junta Suprema Central y Gubernativa del Reino* passou a deter o poder de legislar e governar, atuando em nome de Fernando VII. Essa junta foi que, por decreto, criou as *Cortes Extraordinarias y Constituyentes*, em 22 de maio de 1809, que dentre vários trabalhos, deu origem à Constituição de Cádiz<sup>11</sup>. Cadiz cidade escolhida para receber as cortes constituintes a partir do início de 1811, em função dos avanços franceses.

A Constituição representava, então, no imaginário de muitos, o resultado de uma luta popular contra um grande poder presente na Europa, Napoleão e a França. Um poder que, embora liberal em muitos aspectos, inspirava pouco os outros movimentos liberais europeus (Portugal incluído). E a norma, em si, tinha se inspirado

---

<sup>9</sup> GUZMÁN, Eduardo de. Las ocho constituciones de España: Cádiz, 1812: dramáticos orígenes de la vida parlamentaria española. Tiempo de historia. Prensa Periodica, Madri, Ano I, número 10, set. 1975, p. 28.

<sup>10</sup> CLAVERO, Bartolomé. Evolución Historica del Constitucionalismo Español. Madri: Editorial Tecnos S. A., 1986, p. 34.

<sup>11</sup> DIAZ DE BAEZA, D. Juan. Historia de la Guerra de España contra el Emperador Napoleon. México: Imprenta de I. David, 1852, p. 252.

nos ideais da Revolução Francesa, na distribuição de competências favorecendo o Parlamento, tinha direito declarados, era efetivamente uma importante materialização das ideias liberais do período. Quando Napoleão cai, em 1814, a situação simbólica da Constituição de Cádiz é elevada ainda mais no imaginário liberal europeu. Em abril de 1814, Luis XVIII, um Bourbon, retornou ao trono e iniciou o processo de restauração da dinastia.

Essa situação política francesa duraria até 1830. O que faz com que o período no qual explode a Revolução do Porto e ocorre a Independência do Brasil seja marcado por ideias liberais, como ocorria por toda a Europa, mas um "exemplo central" de liberalismo em outros anos, a França, estivesse particularmente prejudicado e a Espanha tivesse, com a Constituição de Cádiz, um exemplo normativo e político muito influente. O exemplo espanhol era forte na Península Ibérica em especial. Ainda havia a proximidade de Portugal com a Espanha, os contatos culturais intensos e até uma simpatia que vinha de uma Constituição feita pela sociedade espanhola resistindo contra um inimigo comum a ambas, a França.

## **2 Breves considerações sobre a Constituição de Cádiz**

Não seria possível negar a importância do pensamento liberal francês, ele foi o principal elemento durante a elaboração da norma espanhola<sup>12</sup>. Ele seria o mais importante para Portugal e Brasil também. Sobre o contexto de ideias diversas do liberalismo francês na Espanha, ideias ligadas à monarquia britânica e de

---

<sup>12</sup> VARELA SUANZES-CARPEGNA, Joaquín. La Constitución de Cádiz y el Liberalismo español del Siglo XIX. Revista de las Cortes Generales, Número 10, 1987.

manutenção de uma tradição jusnaturalista espanhola também eram defendidas, como já citado, especialmente pelos mais próximos da monarquia, e estes seriam muito numerosos na constituinte, mas não foram predominantes no texto, afinal, aprovado<sup>13</sup>.

Por outro lado, apesar da grande influência francesa, a Constituição de Cádiz estava sendo elaborada por um país naquele momento invadido pela França. Por mais que não fossem ser negados os ideais vindos dos vizinhos nem naquele momento, havia diferenças textuais e de tratamento de diversos assuntos jurídicos, algumas pelo expreso cuidado dos constituintes em não fazer o mesmo que a França. Apesar disso, esta era efetivamente uma Constituição com características típicas do liberalismo francês da época revolucionária. Varela Suanzes narra a influência de Locke, Montesquieu, Rousseau, provavelmente Sieyès, em meio a um respeito à tradição social e jurídica local<sup>14</sup>.

Alguns assuntos que foram pouco abordados em constituições francesas, mas eram importantes para a Espanha, acabam formando campos de grande diferença em relação à França, como o reconhecimento político das sociedades na América e a situação de um grande número de escravos e seus descendentes. Normas ligadas às tradições sociais e religiosas espanholas também diferem. No entanto, em outros momentos de grande importância, ela apresenta um viés liberal facilmente reconhecível e presente até hoje em constituições. Poderes separados e

---

<sup>13</sup> VARELA SUANZES-CARPEGNA, Joaquín. O Constitucionalismo Espanhol e Português Durante a Primeira Metade do Século XIX (Um Estudo Comparado). *História Constitucional*. Número 11, 2010, p. 242.

<sup>14</sup> VARELA SUANZES-CARPEGNA, Joaquín. La Constitución de Cádiz y el Liberalismo español del Siglo XIX. *Revista de las Cortes Generales*, Número 10, 1987.

com atribuições diversas, declaração de direitos, o modo de estruturar o texto da Constituição, um poder real limitado pelo parlamento.

Aliás, esta última característica acabaria por ser, na Espanha e em tantos locais em que a norma foi influente, uma fonte central, possivelmente a mais importante, de divergências. Foi o motivo de abandono de sua influência no Brasil. Quando algum monarca se fortalecia politicamente e desejava exercer mais poder, "la Pepa" se tornava um entrave. Foi por causa desse modelo de parlamento tão fortalecido perante o rei, que então começava a ser exercido no Brasil recém-independente, que Dom Pedro I dissolve a constituinte de 1823 após uma série de embates e reinicia os trabalhos criando uma Constituição bastante afastada desse modelo.

A fala do jovem Dom Pedro, ao abrir os trabalhos da constituinte (que ele mesmo dissolveria meses após) mostra claramente isso. Ao discordar do modelo de distribuição de poder adotado, e concluindo um discurso tão solene, ele afirma que o modelo francês criaria primeiro a anarquia, ao ter o poder exercido por muitos, isso levaria ao caos político e, ao fim, ascensão de um déspota. Referia-se, provavelmente, à França, à Revolução e ao Napoleão, e às constituições com várias características criticadas, por vezes, sob a expressão "teóricas", por um conjunto de fundamentos doutrinários e modos de aplicação de ideias filosóficas liberais. Dentre as características específicas desse período, o amplo poder conferido ao Legislativo. Ele cita a Espanha como segundo exemplo desse mesmo modelo. Isso reforça a importância do modelo francês de 1791 de parlamento fortalecido, também ressalta a Constituição de Cádiz, que servia, naqueles anos, como um meio importante de chegada desse pensamento ao mundo ibérico e, também, como fonte normativa efetivamente utilizada por

assembleias constituintes, inclusive no Brasil e em Portugal. Dom Pedro I fala, com clareza, no discurso histórico:

**Todas as Constituições, que á maneira das de 1791 à 1792** tem estabelecido suas bases, e se tem querido organizar, a experiência nos tem mostrado que são totalmente **theóricas e metaphysicas, e por isso inexequíveis: assim o prova a França, a Hespanha, e ultimamente Portugal.** Elas não tem feito, como devião, a felicidade geral, mas sim, depois de huma licenciada liberdade, vemos que em huns paizes já appareceu, e em outros ainda não tarda a apparecer, **o despotismo em hum, depois de ter sido exercitado por muitos,** sendo consequência necessária ficarem os povos reduzidos á triste situação de presenciarem e sofrerem todos os horrores da anarchia. Longe de nós tão melancólicas recordações: ellas enlutarião a alegria e júbilo de tão fausto dia. Vós não as ignorais, e eu, certo de que a firmeza nos verdadeiros princípios constitucionaes, que tem sido sanccionados pela experiência, caracteriza cada hum dos deputados que compõem esta illustre assembléa, espero que a Constituição que façais mereça a minha Imperial aceitação; seja tão sabia e tão justa, quanto apropriada á localidade e civilização de povo brasileiro; igualmente, que haja de ser louvada por todas as nações; que até os nossos inimigos venhão a imitar a santidade e sabedoria de seus princípios, e que por fim a executem”<sup>15</sup>.

### **3 A Revolução do Porto e a influência da Constituição de Cádiz**

A Revolução do Porto foi fundamental para a independência do Brasil. Foi o momento onde ocorre a primeira movimentação liberal bem-sucedida, as anteriores não lograram êxito. Ela se espalharia por

---

<sup>15</sup> ARMITAGE, John. Historia do Brazil desde a chegada da real familia de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp, 1837.

Portugal, levaria à exigência do retorno de Dom João VI, o que ocorreu, e, logo após, à exigência de retorno também do príncipe Dom Pedro. Este resolve ficar, era o Dia do Fico, e o aumento de tensões a frente levaria à Independência. Foi um acontecimento multifacetado e que se acelerou deste a volta de Dom João VI. Houve a tentativa de desmontar a burocracia real que permaneceu no Brasil após o retorno, reestabelecer vantagens comerciais existentes antes da vinda da Família Real, e era latente a incapacidade dos representantes vindos do Brasil de influenciar a formação das novas leis sendo produzidas pela constituinte portuguesa de 1821. Em suma, Portugal tentou um conjunto de atos que geraram uma resistência que ela não foi capaz de conter, dado o crescimento da sociedade, da economia e da capacidade política deste lado do Atlântico - e o lento surgimento de uma sociedade que se via a partir de uma perspectiva "brasileira".

Os que ficavam deste lado também eram capazes de ler a conjuntura, estavam banhados nas mesmas ideias liberais, tinham recursos financeiros e políticos - e estabeleceram resistências contra esses movimentos que limitavam o Brasil e soavam como uma volta ao passado. No final das contas, e contando com a permanência de Dom Pedro, essas forças acabaram fazendo sua vontade prevalecer. A Independência foi sendo desenhada a cada novo acontecimento desse período.

A influência espanhola, e especificamente da Constituição de Cádiz, pode ser sentida nos movimentos portugueses desse período. Era a influência que ocorria em outros locais da Europa, mas bastante intensa. Marcia Regina Berbel narrou como isso inclusive superava a circulação apenas de ideias. Os acontecimentos prévios à revolução envolviam contatos constantes com os revolucionários espanhóis e até auxílio militar espanhol foi pedido. Fernando VII foi contra o envolvimento

espanhol nos acontecimentos que se desenvolviam no Porto e eventuais pretensões de uma aventada união com a Espanha<sup>16</sup>. Narra Berbel, se apoiando também em M. Valentim Alexandre:

Era o desembargador Fernandes Tomás que, segundo Pando, se mostrava disposto a explorar a disposição dos governantes espanhóis: «o exemplo de Nápoles sugeriu a idéia de adotar desde logo a Constituição espanhola, salvo as modificações que se julguem convenientes as Cortes que serão imediatamente congregadas pela Junta. Não se trata agora de reunião a Espanha. Os direitos da Casa de Bragança serão respeitados, se conviesse em reinar constitucionalmente em Portugal. [...] No caso em que a Família Real não quisesse admitir a Constituição nem regressar a Portugal, não estariam muito longe de inclinar-se à união com a Espanha. [...] a opinião daquelas províncias está decidida a sacudir um jugo tão duro como vergonhoso e que existe uma grande corrente inclinada à fusão completa de ambos os países»<sup>17</sup>.

Como amplamente conhecido, o sucesso na volta do monarca e a sua sujeição a um governo liberal parte dos movimentos iniciados na cidade do Porto. A Junta do Porto se propôs a governar até que a redação de uma nova Constituição fosse completada. Inicialmente, a Regência, situada em Lisboa, se opôs ao movimento. No entanto, isso duraria muito pouco, a comunicação estabelecida levou à adesão formal ao movimento no início de setembro de 1820, com uma regência propondo mudanças mais moderadas, apoio renovado ao rei, mas unindo-se aos

---

<sup>16</sup> BERBEL, Marcia Regina. La Constitución española en el mundo luso – americano (1820-1823). Revista de Índias, Volume 68, Número 242, 2008, p. 229.

<sup>17</sup> BERBEL, Marcia Regina. La Constitución española en el mundo luso – americano (1820-1823). Revista de Índias, Volume 68, Número 242, 2008, p. 229-230.

revolucionários. As Cortes do Reino seriam convocadas em Portugal ainda em 1820, após muito tempo. O objetivo central era a criação de uma constituição liberal, na qual permaneceria a monarquia, e não faltavam votos de fidelidade ao rei nos discursos proferidos<sup>18</sup>, mas ela seria limitada, conforme as novas ideias. Também não faltavam, nestes discursos, referências à Espanha, e esperanças de apoio. Cairú narra, inclusive, que em 15 de outubro de 1820, um dos membros da Junta Provincial do Porto propõe a adoção temporária da Constituição de Cádiz em Portugal, enquanto não era concluída a norma portuguesa, o que acabou não ocorrendo<sup>19</sup>.

Para a escolha dos representantes das Cortes, após a adesão da regência, mais um sinal da influência espanhola - desta vez, com impactos relevantes para história política brasileira. As instruções sobre como seriam convocadas as cortes foram apresentadas em 31 de outubro de 1820. Insatisfeitos com o sistema em dois graus previsto, nova movimentação foi feita exigindo que a Constituição de Cádiz fosse posta em vigor. O General Teixeira, em 11 de novembro, levou a frente esse movimento. A Constituição de Cádiz não entrou em vigor em Portugal, mas foi alterado o sistema eleitoral a ser aplicado para as cortes<sup>20</sup> - foi estabelecido o sistema de quatro graus da Constituição de Cádiz, que independia de posição social, rendas ou propriedades, mas excluía descendentes de africanos. Este sistema era feito a partir de um sistema de províncias,

---

<sup>18</sup> CAIRÚ, José da Silva Lisboa, Visconde de. *Historia dos principaes successos políticos do Imperio do Brasil (Parte X)*. Rio de Janeiro: Na Typographia Imperial e Nacional, 1827, p. 22-30.

<sup>19</sup> CAIRÚ, José da Silva Lisboa, Visconde de. *Historia dos principaes successos políticos do Imperio do Brasil (Parte X)*. Rio de Janeiro: Na Typographia Imperial e Nacional, 1827, p. 31.

<sup>20</sup> FERRANDO BADÍA, Juan. *Proyección exterior de la Constitución de 1812*. *Revista Ayer*, número 1, 1991, p. 227.



e foi adotado no Brasil quando Dom João VI, afinal, adere ao movimento e aceita volta.

Uma alteração que imporia esse novo nome, províncias, modificações políticas e nas hierarquias militares, e que seria mais tarde incorporado e adaptado mais concretamente às necessidades brasileiras pela Constituição Imperial. Assim acabou a divisão do Brasil em capitanias<sup>21</sup>. Apesar de o efeito dessa troca não ter sido permanente no Brasil naquele momento revolucionário, essa mudança tinha um conteúdo político relevante, pois a composição das cortes era baseada na população, o que impactava na representação das cortes. Além disso, na percepção de alguns políticos fora da capital Rio de Janeiro, ela abria espaço para mais independência política local. Isso era percebido pelos revolucionários portugueses e utilizado como incentivo para que províncias rapidamente se rebelassem contra Dom João VI e aderissem ao movimento mesmo antes de ele se posicionar, o que de fato, de maneira limitada, ocorreria naqueles meses.

As eleições para as cortes em Portugal foram realizadas em dezembro. A primeira reunião, em 26 de janeiro de 1821. O trabalho inicial foi a criação das "Bases da Constituição da Monarquia Portuguesa". As bases são iniciadas pelos direitos individuais, parte bastante influenciada pela Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão e por constituições francesas, especialmente a de 1791. Porventura o artigo 14, sobre o meio de exercer o Direito de Petição, esteja ligado ao Direito espanhol. A

---

<sup>21</sup> FELONIUK, Wagner. A Instauração das Províncias no Brasil através da Influência Espanhola da Constituição de Cádiz. In: Giordano Bruno Soares Roberto, Gustavo Silveira Siqueira, Ricardo Marcelo Fonseca. (Org.). História do direito. 1 ed. Florianópolis: FUNJAB, 2014.

segunda parte é composta por vinte e dois artigos e trata da organização dos reinos. Nesta, há muitas conexões com o a Constituição de Cádiz, o texto gaditano é extensivamente utilizado como fonte sobre a qual os portugueses trabalharam e introduziram suas próprias necessidades e tradições - doze artigos, mais da metade do total, parecem ter conexão com a Constituição de Cádiz em algum nível (artigos 16, 18, 19, 25, 27, 28, 30, 33, 34, 35, 36, 37)<sup>22</sup>.

#### **4 O posicionamento de províncias em revolta e a adesão da monarquia**

As notícias desses acontecimentos revolucionários do Porto chegavam ao Brasil, mas até hoje não há precisão sobre quando Dom João VI tomou conhecimento. Comunicações formais a respeito só vieram depois que a notícia circulava há muito pelos portos e já impactava acontecimentos no Brasil. Mostrando a ocorrência de um cenário em que pessoas de grande influência política interagiram com outras, bastante menos conhecidas, o primeiro movimento com repercussão relevante sobre os acontecimentos no Porto parecem ser quando um estudante brasileiro em Coimbra, Filippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, volta ao Brasil ainda em dezembro de 1820. Ele conseguiu iniciar um movimento de adesão à Revolução do Porto em sua terra natal, o Grão-Pará - até mesmo um representante do movimento tão precoce foi recebido em Lisboa meses depois<sup>23</sup>. O

---

<sup>22</sup> FELONIUK, Wagner. A Constituição de Cádiz: influência no Brasil. 1. ed. Porto Alegre: DM, 2015, p. 126-129.

<sup>23</sup> CAIRÚ, José da Silva Lisboa, Visconde de. Historia dos principaes successos politicos do Imperio do Brasil (Parte X). Rio de Janeiro: Na Typographia Imperial e Nacional, 1827, p. 38-43.

Grão-Pará virou, por essa via, a primeira província brasileira, declarada assim pelos revolucionários de Portugal. Em fevereiro, uma trajetória semelhante ocorreria com a Bahia. Pernambuco também tentaria, mas foi impedido pela força militar local<sup>24</sup>.

Todas essas adesões feitas sem referendo real eram relevantes para o projeto iniciado no Porto, esses movimentos eram aceitos e as províncias passavam a ser tratadas, pelos revolucionários, com os mesmos traços, normas e representatividade política que os portugueses. Era uma importante maneira de pressão sobre a monarquia, um sinal de que o Brasil também poderia aderir ao movimento a despeito do que decidisse Dom João VI.

Até o momento de aprovação das bases Dom João VI não tinha se posicionado, um elemento central para a legitimidade e aceitação desses movimentos pela sociedade de Portugal. Temia-se que o rei decidisse permanecer no Brasil ou se posicionasse contra os movimentos liberais, trazendo imprevisibilidade sobre os acontecimentos e novas dificuldades aos revolucionários<sup>25</sup>.

O tema se resolveria, no entanto, na direção desejada pelos portugueses. Em 21 de fevereiro de 1821, Dom João VI publica manifesto indicando que enviaria Dom Pedro a Portugal com poderes de tratar com as cortes. Afirma também que iria adotar as partes da nova Constituição que fossem aplicáveis ao Brasil<sup>26</sup>. Essa adesão condicional, que demonstrava relutância, levou a uma reação por parte

---

<sup>24</sup> LEAL, Aurelino. História Constitucional do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 8.

<sup>25</sup> BERBEL, Márcia Regina. Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22). In: A independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 186.

<sup>26</sup> LEAL, Aurelino. História Constitucional do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 9-12.

de militares portugueses no Rio de Janeiro. José Murilo de Carvalho narra que o movimento militar fez três exigências: o rei deveria jurar incondicionalmente a nova Constituição, a demissão de alguns membros do governo e a adoção temporária da Constituição de Cádiz<sup>27</sup>. O rei acata os dois primeiros pedidos, mas não aceita proclamar a norma espanhola - ainda.

Deste período data um dos panfletos que demonstram a circulação das ideias e acontecimentos políticos entre os grupos mais afastados do poder no Rio de Janeiro. Materiais para difusão popular, muitas vezes lido em voz alta, pois muitos não eram alfabetizados. Ele é de 1821, sem data definida, e adverte Dom João por meio de versos que ele deve retornar a Portugal e assinar uma nova Constituição. O panfleto diz que o monarca deveria olhar o exemplo de seu vizinho (a Espanha). E adverte, sem nenhuma sutileza, ao rei, sobre o que se passara na França revolucionária - um trecho diz: "Que o contrário te encareça, Uma vez ao Mundo mostra, Qu'inda tens uma cabeça"<sup>28</sup>.

Pouco tempo depois, as cortes portuguesas exigem o retorno imediato do rei. Em 7 de março, ele declara a intenção de voltar<sup>29</sup>. Dom Pedro viraria príncipe regente. O modo de escolher os representantes brasileiros seria o

---

<sup>27</sup> CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello [org]. Às Armas, Cidadãos! Panfletos Manuscritos da Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 17.

<sup>28</sup> CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello [org]. Às Armas, Cidadãos! Panfletos Manuscritos da Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, pp. 168-170.

<sup>29</sup> BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Textos Políticos da História do Brasil. Volume I. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2012, pp. 491-492.

mesmo em uso: o sistema eleitoral da Constituição de Cádiz. É assim que, na história brasileira, as primeiras eleições liberais realizadas foram com um sistema eleitoral espanhol. O sistema de províncias estabelecido, naquilo que fosse aplicável às eleições, passou a valer em todo o Brasil.

Eleições não eram novidade no Brasil, as Ordenações Filipinas aplicadas havia três séculos previam pleitos para os oficiais das câmaras - o que marca a tradição de autonomia municipal do Brasil até hoje, um raro país, talvez único, que reconhece em cada município um ente federado, na mesma hierarquia que a União e os estados-membros. Mas, como escreveu Raymundo Faoro, essas eleições escolheriam representantes da nação pela primeira vez, e sob as luzes e ideias liberais. Nas palavras do renomado historiador, o liberalismo no Brasil deixava de ser uma doença com a qual deveria se conviver sem ceder. Ele seria parte permanente das instituições a partir desse momento<sup>30</sup>.

Importa notar, na construção do constitucionalismo brasileiro, que esse decreto significa a adesão do Brasil ao movimento iniciado no Porto e, por consequência, às Bases portuguesas. Essa adesão era uma situação inclusive prevista na norma. Dessa forma, se as bases forem aceitas como Constituição provisória, como elas próprias se declaram ao final do documento<sup>31</sup>, elas podem ter sido, a partir desse momento, a primeira constituição a vigorar em um sentido técnico e formal no Brasil, e não a Constituição de Cádiz - como com frequência sugerido<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2001, p. 418.

<sup>31</sup> PORTUGAL. Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1821. Lisboa: Tipografia de J. F. M. de Campos, 1821.

<sup>32</sup> FELONIUK, Wagner. Tecnicamente, a primeira Constituição do Brasil. História e Cultura, v. 4, p. 204-233, 2015.

## **5 A vigência da Constituição de Cádiz no Brasil e o declínio de sua influência**

O decreto de 7 de março de 1821, então, determinou um sistema eleitoral espanhol e o Brasil passou a organizar suas primeiras eleições. O sistema em quatro graus não exigia renda ou patrimônio, os cidadãos homens residentes estavam aptos, salvo os descendentes de africanos. Sobre essa última regra, especialmente após o Ciclo do Ouro, o Brasil vira adentrar na sociedade, política e em recursos econômicos pessoas com essa ascendência. Excluí-los das eleições gerou protestos até das mais altas autoridades de algumas províncias, como o ex-governador de Minas Gerais e, posteriormente, Vice-Rei da Índia, Dom Manuel de Portugal e Castro<sup>33</sup>. Ainda assim, ela foi aplicada, com efeitos significativos para a história de ambos os países, pois é só com o uso dessa norma que a população brasileira acabou, para fins de representação, inferior à de Portugal - motivo pelo qual o Brasil não teria maioria nas cortes constituintes.

O sistema, em algum patamar, foi adaptado às necessidades portuguesas e brasileiras, a base eleitoral foi alterada em relação à da Espanha, os nomes nos quatro graus passaram a ser compromissários, eleitores de freguesias, eleitores de comarca e eleitores de província. O sistema, no restante, continuou muito semelhante. Com tais características, eleições começaram a ser feitas também no Brasil.

---

<sup>33</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. Entre Cádiz, Lisboa e Minas Gerais. Repercussões do Constitucionalismo à luz do contexto social mineiro (1820-1822). Revista de Historia Iberoamericana, Volume 5, Número, 2012, p. 48.

A Constituição de Cádiz foi outorgada no Brasil neste momento. Os primeiros dois graus da eleição haviam sido aplicados. Era preciso ainda escolher os eleitores de comarca, para que estes escolhessem os de província, e a eleição dos deputados se completasse. No Rio de Janeiro, esta terceira fase foi marcada para o dia 21 de abril de 1821, na Praça do Comércio, em um prédio luxuoso, recém-construído, e que iria ser usado para o comércio vindo de outros países.

Os detalhes dos acontecimentos no dia podem ser encontrados em outras obras publicadas<sup>34</sup>. A população se reuniu para ver as eleições e estava bastante insatisfeita com a volta de Dom João VI, com sua escolha de novos ministros, além da volta de parte da burocracia e recursos financeiros possuídos pela coroa. Tudo isso levou a uma manifestação durante a reunião, com demandas ao rei e a proclamação da Constituição de Cádiz. O resultado foi que Dom João VI disse que ainda voltaria à Portugal, levaria o "dinheiro", mas que acatava com a proclamação da Constituição de Cádiz pelos revoltosos, e ela valeria no Brasil enquanto a nova Constituição era feita em Portugal.

A resposta dos revoltosos era de que eles não aceitavam essas condições e continuariam no prédio. Após isso, ao longo da noite, toda a região foi cercada por militares. Houve uma reação violenta após alguns episódios menores de atrito e dezenas de pessoas foram mortas. No dia seguinte, próximo ao meio dia, o decreto foi revogado por outro, que criticava duramente os

---

<sup>34</sup> FELONIUK, Wagner. Violência na Praça do Comercio de 21 de abril de 1821. In: Cybele Crossetti de Almeida Alfredo de; Jesus Dal Molin Flores; Wagner Feloniuk; Gerhard Lubich; Anderson Zalewski Vargas. (Org.). Violência e Poder: reflexões brasileiras e alemãs sobre o medievo e a contemporaneidade. 1ed. Porto Alegre: DM, 2017, p. 225-247.

revoltosos<sup>35</sup>. As mortes foram investigadas, mas não houve punições. Não era normal, no Brasil, a morte de um grande número de pessoas em uma situação política deste tipo. Isso causou um impacto negativo, seria lembrado ao longo de todo o século XIX. O prédio sequer pôde ser usado para sua finalidade e acabou designado para uso de um órgão público. Dom João VI, aparentemente, perdeu um sensível apoio popular para que ficasse em função do ocorrido. O navio com o rei partiu apenas quatro dias depois das mortes, em 26 de abril de 1821. Era o início do governo sob o então Príncipe Regente, Dom Pedro.

A respeito dessa reunião, recaem dúvidas da intencionalidade ou espontaneidade do movimento. Igualmente, há dúvidas sobre o formato da reunião, o local, as pessoas que se revoltaram, o modo como reagiram as autoridades após tudo começar, os interesses de aliados do príncipe regente. Independentemente disso, o desastre ali ocorrido acabou servindo para reforçar a volta de Dom João VI, que parecia não ter se decidido em definitivo na visão de alguns historiadores<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Textos Políticos da História do Brasil. Volume I. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2012, p. 494.

<sup>36</sup> CAIRÚ, José da Silva Lisboa, Visconde de. Historia dos principaes successos politicos do Imperio do Brasil (Parte X). Rio de Janeiro: Na Typographia Imperial e Nacional, 1827, p. 78-82; MELLO MORAES, Alexandre José. Historia do Brasil-reino e Brasil-imperio comprehendendo: A historia circumstanciada dos ministerios, pela ordem chronologica dos gabinetes ministeriaes, seus programmas, revoluções politicas que se derão, e cores com que apparacerão, desde a dia 10 março de 1808 até 1871. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C., 1871, p. 45; LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 211; ARMITAGE, John. Historia do Brazil desde a chegada da real familia de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp, 1837, p. 211; FRANCO, Afonso Arinos de



O restante das eleições ocorreu de maneira não uniforme no Brasil. Ao longo de sua aplicação em graus, afloravam quase exclusivamente as pessoas com mais educação e importância social. Era o efeito dos graus serem quatro, o que dispensavam critérios de propriedade ou rendas tão comuns no século XIX e chegava ao mesmo efeito, pois as escolhas em cada grau progressivamente escolhiam pessoas de um determinado perfil político e social. O grupo de representantes foi de vinte e três advogados, vinte e dois desembargadores, dezenove clérigos, sete militares, três médicos e outros<sup>37</sup>.

Desses, apenas quarenta e quatro efetivamente chegariam a Lisboa. Os demais, por diversos motivos, permaneceram no Brasil. É interessante notar que se todos os deputados a que o Brasil tinha direito tivessem participado, Portugal não teria o quórum de dois terços, necessário para aprovar propostas na nova Constituição em elaboração. Pode-se prever que haveria uma negociação mais constante e difícil do que houve. Porventura, os ânimos entre Portugal e Brasil não tivessem se acirrado cada vez mais nessas vésperas da Independência se só fosse possível resolver os impasses com o apoio significativo dos representantes do Brasil. No entanto, chegaram apenas esses, e de maneira fracionada, ao longo de 1821.

Os representantes chegavam enquanto Portugal dava os primeiros movimentos para a retomada de poder político no Brasil - e continuaram chegando ao longo do ano, na medida em que as eleições provinciais eram encerradas. As tentativas de pacificar as relações entre

---

Mello. O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, 1994, p. 22.

<sup>37</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil. Colônia e Império. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010, pp. 50-51.

Portugal e Brasil ocorreram de diversas formas e com muito esforço. Apesar disso, ao longo do ano, não se mostravam exitosas. Afinal, quando Portugal demanda também a volta de Dom Pedro, em um decreto de setembro de 1821, ocorre o Dia do Fico, em um ambiente conturbado e no qual essa decisão tinha uma importância simbólica grande para quem estava no Brasil.

Ainda antes da independência, com o argumento de criar um colegiado que representasse melhor as necessidades do Brasil na futura Constituição do Reino Unido, Dom Pedro aceitou criar o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias, o primeiro embrião de uma assembleia constituinte no Brasil. O deferimento para sua criação foi em 16 de fevereiro de 1822, e esse colegiado passou a aconselhar, na prática, também em assuntos internos. O momento já era de franca, pública, e bem conhecida tentativa, por parte dos que estavam no Brasil, de não deixar ressurgir em Portugal um controle sobre a sociedade local. Em um documento célebre da história brasileira, de 23 de maio, além de fazer essa demanda sobre limitar Portugal, foi pedido que o conselho dos procuradores fosse transformado em Assembleia Geral de Províncias do Reino, isso veio com o apoio do próprio conselho, e acabou acatado por Dom João.

Poucos meses depois, em 3 de junho, ele manda criar em seu lugar a Assembleia Luso-Brasiliense, com novas eleições (agora sob o sistema de dois graus, sem utilizar a Constituição de Cádiz - talvez um sinal de declínio do prestígio). Esta é a Assembleia já citada neste trabalho, com a solenidade de abertura na qual Dom Pedro critica o modelo francês, espanhol e português. Ela começa a atuar em 17 de abril de 1823, com forte influência das constituições desses países. É um trabalho que inicia como apoio às cortes portuguesas e, com a Independência, se transforma nos trabalhos constituintes

para a Constituição do Império do Brasil. A Assembleia, no entanto, não apenas atuava com um modelo abstratamente contrário às ideias de Dom Pedro (com o modelo de parlamento forte francês e espanhol), mas ela passou a atuar criando legislação ordinária, muitas vezes em conflito aberto com o jovem monarca<sup>38</sup>. Por tudo, cabe citar uma norma ordinária que explica muito sobre a situação que se apresentava no Brasil: a assembleia proibiu o rei de vetar os decretos da própria assembleia.

Em uma disputa de poder com grande repercussão no Brasil, Dom Pedro e Assembleia continuaram em atritos até que, após incidentes violentos<sup>39</sup>, muitas críticas na imprensa, e a deterioração contínua da capacidade de comunicação, levaram ao cercamento da Assembleia por militares e, por fim, sua dissolução. Assim é que o Brasil viu sua primeira Constituinte ser dissolvida, em um presságio muito lembrado do futuro político da nação que surgia.

É também, neste momento, que declina de importância o modelo da Constituição de Cádiz e das constituições da Revolução Francesa no Brasil. A assembleia constituinte utilizava ela junto de diversas outras normas - portuguesas, francesas, espanholas, até inglesas. A nova Constituição a ser elaborada, que, nas palavras do imperador, deveria ser "duplamente mais liberal", não foi feita por meio de outra constituinte e nem sob essas mesmas influências<sup>40</sup>. Essa seria a nova Constituição do Império do Brasil, a mais longa das

---

<sup>38</sup> BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. História Constitucional do Brasil. Brasília: Paz e Terra, 1989, p. 43.

<sup>39</sup> LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 313-333.

<sup>40</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Mello. O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, 1994, p. 26-27.

constituições até hoje elaboradas, e vigeu a partir de 1824. Suas influências são outras, o pensamento de Benjamin Constant, em especial, foi importante, em um processo de adaptação de sua ideia para o momento presente, ele mantinha o Poder Executivo e o Poder Moderador sob os auspícios do imperador e, na prática, dava a ele uma ascensão impactante sobre a política e o Poder Legislativo.

O novo projeto de Constituição, no entanto, não descartou completamente os trabalhos da Assembleia Constituinte e, por essa via estreita, há alguns locais nos quais os textos franceses, espanhóis e portugueses permaneceram e entraram na tradição constitucional brasileira em definitivo. Ainda que sem centralidade para a política, matérias sobre o Judiciário, o Supremo Tribunal de Justiça, o tratamento da Família Real, alguns direitos declarados ainda podem ser reconectados a essa tradição e, dessa forma, ingressaram de maneira permanente nas instituições e normas brasileiras. Em influência, o texto gaditano também diminuiria muito a partir desse momento. Como exemplo, em uma das revoluções mais relevantes enfrentadas pelo império brasileiro nem tanto tempo depois, a Revolução Farroupilha, de 1835, a norma espanhola é vista como um símbolo de um momento anterior, mas sem o vigor ou a capacidade de influenciar decisões e a produção normativa brasileira<sup>41</sup>. O Brasil, nessa altura, já avançava para um novo momento, de crescente influência do Direito e pensamento político dos Estados Unidos. A preocupação principal com a divisão interna de poder político e o exemplo desse momento do

---

<sup>41</sup> ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico. A Influência da Constituição de Cádiz na Revolução Farroupilha. [24 e 28 de janeiro de 2013]. Porto Alegre. Entrevistas concedidas a Wagner Silveira Feloniuk.

liberalismo, sobretudo, era pouco aplicável aos problemas que surgiram depois dos anos 1820.

### **Considerações Finais**

Este curto trabalho buscou rever um dos momentos mais importantes da história brasileira e portuguesa tendo especial consideração pela Constituição de Cádiz. A Revolução do Porto e os efeitos trazidos por ela, que podem ser sentidos ao longo de toda a década de 1820, foram permeados por essa influência espanhola. Ela servia de símbolo liberal, como ideia que circulava, de influência na produção de normas e de ponte com uma tradição francesa que, naquele momento, estava desgastada. A Constituição de Cádiz influenciou o início do constitucionalismo em Portugal e no Brasil e deve ser lembrada como parte da história do período, um texto com especial importância para a História do Direito e campos da história que busquem a construção de ideias, instituições e o pensamento das elites.

A norma parece ter tido algum papel também no imaginário popular do Brasil, na construção da visão política da população do Rio de Janeiro e, porventura, outras cidades. Nesse aspecto, trabalhos profundos já foram produzidos sobre o liberalismo em geral, e eles corroboram a percepção de que o pensamento liberal influenciava o modo de agir de partes da população afastadas do poder e dos grandes acontecimentos nas cidades. Panfletos e o próprio comportamento dos revoltosos da Praça do Comércio, no dia em que a Constituição vigeu no Brasil, parecem concordar com isso.

Este trabalho não buscou fazer uma análise jurídica dos efeitos da Constituição de Cádiz, objeto já abordado

anteriormente<sup>42</sup>, mas contribuir sobre seus efeitos e influências em nível político, social e de ideias, em Portugal e no Brasil, nos poucos e turbulentos anos que separam a Revolução do Porto e a Constituição do Império. Foi um período no qual a norma espanhola, em um dos seus momentos de mais influência, impactou a história dos dois países - um aspecto relativamente pouco conhecido do constitucionalismo ibérico.

## Referências

ARMITAGE, John. *Historia do Brazil desde a chegada da real familia de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp, 1837.

BERBEL, Marcia Regina. *La Constitución española en el mundo luso – americano (1820-1823)*. *Revista de Índias*, Volume 68, Número 242, 2008.

BERBEL, Marcia Regina. *Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22)*. In: *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil. Volume I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012*.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. *História Constitucional do Brasil*. Brasília: Paz e Terra, 1989.

CAIRÚ, José da Silva Lisboa, Visconde de. *Historia dos principaes successos politicos do Imperio do Brasil (Parte X)*. Rio de Janeiro: Na Typographia Imperial e Nacional, 1827.

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello [org]. *Às Armas, Cidadãos! Panfletos Manuscritos da Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

---

<sup>42</sup> FELONIUK, Wagner. *Influências da Constituição de Cádiz na Constituição do Império do Brasil*. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis: Anpuh, 2015.

CHUST CALERO, Manuel. *La cuestión federal en el primer liberalismo doceañista. Circunstância, Ano 3, Número 9, jan. 2006, p. 1. Detalhamentos específicos da formação das juntas do país Basco, ilustrando o processo em CLAVERO, Bartolomé. Jornadas sobre Cortes, juntas y parlamentos del Pueblo Vasco. Historia y presente. São Sebastião: Eusko Ikaskuntza, 1989.*

CLAVERO, Bartolomé. *Evolución Historica del Constitucionalismo Español. Madri: Editorial Tecnos S. A., 1986.*

DIAZ DE BAEZA, D. Juan. *Historia de la Guerra de España contra el Emperador Napoleon. México: Imprenta de I. David, 1852.*

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico. *A Influência da Constituição de Cádiz na Revolução Farroupilha. [24 e 28 de janeiro de 2013]. Porto Alegre. Entrevistas concedidas a Wagner Silveira Feloniuk.*

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.*

FELONIUK, Wagner. *A Constituição de Cádiz: influência no Brasil. 1. ed. Porto Alegre: DM, 2015.*

FELONIUK, Wagner. *A Instauração das Províncias no Brasil através da Influência Espanhola da Constituição de Cádiz. In: Giordano Bruno Soares Roberto, Gustavo Silveira Siqueira, Ricardo Marcelo Fonseca. (Org.). História do direito. 1 ed. Florianópolis: FUNJAB, 2014.*

FELONIUK, Wagner. *Influências da Constituição de Cádiz na Constituição do Império do Brasil. In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis: Anpuh, 2015.*

FELONIUK, Wagner. *Tecnicamente, a primeira Constituição do Brasil. História e Cultura, v. 4, p. 204-233.*

FELONIUK, Wagner. *Violência na Praça do Comercio de 21 de abril de 1821. In: Cybele Crossetti de Almeida Alfredo de; Jesus Dal Molin Flores; Wagner Silveira Feloniuk; Gerhard Lubich; Anderson Zalewski Vargas. (Org.). Violência e Poder: reflexões brasileiras e alemãs sobre o medievo e a contemporaneidade. 1ed. Porto Alegre: DM, 2017.*

FERRANDO BADÍA, Juan. *Proyección exterior de la Constitución de 1812. Revista Ayer, número 1, 1991.*

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, 1994.*

GUZMÁN, Eduardo de. *Las ocho constituciones de España: Cádiz, 1812: dramáticos orígenes de la vida parlamentaria española.*

*Tiempo de historia. Prensa Periodica, Madri, Ano I, número 10, set. 1975.*

LEAL, Aurelino. *História Constitucional do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2002.*

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.*

MELLO MORAES, Alexandre José. *Historia do Brasil-reino e Brasil-imperio compreendendo: A historia circunstanciada dos ministerios, pela ordem chronologica dos gabinetes ministeriaes, seus programmas, revoluções politicas que se derão, e cores com que apparacerão, desde a dia 10 março de 1808 até 1871. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C., 1871.*

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Corcundas e constitucionais. A Cultura Política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: FAPERJ; Revan, 2003.*

PORTUGAL. *Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1821. Lisboa: Tipografia de J. F. M. de Campos, 1821.*

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil. Colônia e Império. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.*

SANCHEZ AGESTA, Luis. *Historia del Constitucionalismo Español. Madri: Instituto de Estudios Políticos, 1955.*

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Entre Cádiz, Lisboa e Minas Gerais. Repercussões do Constitucionalismo à luz do contexto social mineiro (1820-1822). Revista de Historia Iberoamericana, Volume 5, Número, 2012.*

VARELA SUANZES-CARPEGNA, Joaquín. *La Constitución de Cádiz y el Liberalismo español del Siglo XIX. Revista de las Cortes Generales, Número 10, 1987.*

VARELA SUANZES-CARPEGNA, Joaquín. *O Constitucionalismo Espanhol e Português Durante a Primeira Metade do Século XIX (Um Estudo Comparado). História Constitucional, Número 11, 2010.*



# **CORRUPÇÃO NO GOVERNO DA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ (1869-1889)**

**GISELE MENDES CAMARÇO LEITE**

## **INTRODUÇÃO**

A discussão sobre corrupção na seara acadêmica é de grande valia para o campo científico e social, posto que coloca em relevo a questão, abrindo espaço para análises e interpretações diversas nessa área específica do conhecimento, no intuito de dar visibilidade e fundamento para políticas públicas e para o aprofundamento do debate. Nesse sentido, o artigo em questão se destina a historicizar o sentido do termo corrupção na sociedade da Província do Grão-Pará, entre os anos 1869 e 1889, nos 20 anos que antecederam a Proclamação da República, momento em que o Brasil e, conseqüentemente, a província passavam por mudanças econômicas, políticas e sociais importantes, oportunidade em que se poderá revelar aspectos significativos dos jogos políticos, disputas partidárias e anseios sociais, jogando luz sobre a dimensão que o tema corrupção alcançava dentro do governo.

A corrupção no âmbito político é um tema em voga e de ampla e crescente discussão no Brasil e no mundo, em face dos malefícios trazidos pela sua prática, como a desigualdade social e econômica. Acredita-se que revelar os meandros e funcionamento do governo no período imperial na Província do Grão-Pará, através das fontes produzidas por homens, especificamente quando envolvidas práticas corruptas ou, pelo menos, entendidas como corruptas naquele momento, poderá abrir um

incipiente campo de estudo dentro da história cultural da província.

Nesse contexto, indaga-se: É possível reconhecer a ocorrência de corrupção no período imperial? A sociedade da época se sensibilizava com práticas corruptas no âmbito do sistema eleitoral e do funcionalismo público? Como eram detectadas tais práticas?

O objetivo do artigo é de mostrar, através das fontes, a corrupção no governo no período compreendido entre os anos de 1869 e 1889.

O artigo está dividido em três seções, além da introdução e conclusão. Na primeira seção, abordar-se-á a fonte jornalística, em face de sua preponderância neste artigo, analisando suas peculiaridades no contexto do século XIX. A segunda seção traz consideração sobre o conturbado momento político no período compreendido entre 1869-1889, com queda do gabinete progressista e ascensão do conservador, que se manteve por 10 anos no poder, bem como os seus reflexos na Província. Finalmente, na terceira, a abordagem da corrupção eleitoral e no governo constantes nas fontes pesquisadas.

## **FONTE JORNALÍSTICA NO SÉCULO XIX**

Ao iniciar a pesquisa historiográfica, há necessidade de uma consciência histórica por parte do historiador, que só advém de um distanciamento do objeto, olhando o passado como uma paisagem, conforme ensina John Lewis Gaddis:

Quando pensamos o passado como uma paisagem, a história é o modo pelo qual a representamos, e é este ato de representação que nos diferencia do familiar, deixando-nos

vivenciar através de outrem o que não podemos experimentar diretamente: uma visão mais ampla<sup>1</sup>.

Ademais, o historiador deve estar sempre atento à interpretação e à compreensão do passado. Nas palavras de Gadamer:

Compreender é operar uma mediação entre o presente e o passado, é desenvolver em si mesmo toda a série contínua de perspectivas na qual o passado se apresenta e se dirige a nós. Nesse sentido radical e universal, a tomada de consciência histórica não é o abandono da eterna tarefa da filosofia, mas a via que nos foi dada para chegarmos à verdade sempre buscada. E vejo na relação de toda compreensão com a linguagem a maneira pela qual se revela a consciência da produtividade histórica<sup>2</sup>.

A partir de tais reflexões, necessário se fazer uma ressalva quanto ao uso das fontes jornalísticas utilizadas, em face de suas características, bem como do contexto em que foram produzidas.

Conforme Marialva Barbosa:

A imprensa, sobretudo durante o Período Regencial e o II Reinado, é repetidas vezes caracterizada como violenta e por não poupar críticas aos governantes. Em decorrência disso é “exaltada”. Segundo Lima (2008, p. 57), essa caracterização pode revelar o fato de se constituir como ator principal das disputas políticas, nas quais está envolvida a classe senhorial do período. Mas nesse cenário, em que múltiplos atores desempenham papéis específicos, observam-se também os diferentes grupos intermediários da sociedade que buscam se fazer representar com personagens políticos. Para a autora, a

---

<sup>1</sup> GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro. Campus. 2003. p. 19.

<sup>2</sup> GADAMER, Hans-Georg. “Esboço dos fundamentos de uma hermenêutica”. In: FRUCHON, Pierre. *O problema da consciência histórica*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003.

proliferação dos periódicos já é um bom indicativo das mudanças das relações de poder, em função dessa nova função que a imprensa passa a ter na sociedade... O fato de a política assumir a cena pública motiva o aparecimento dos jornais, lugar privilegiado para a discussão das ideias que circulam pelas ruas. Há nitidamente o espraiamento de uma cultura política para além dos grupos dominantes e incluídos nos debates aqueles que são quase que naturalmente o público dos periódicos: militares, profissionais diversos, membros do clero<sup>3</sup>.

Assim, podemos extrair dois pontos principais quanto aos jornais produzidos entre 1800 e 1880, primeiro, a política assumindo a cena pública, e, segundo o acirramento dos debates e críticas feitos aos governantes, não podendo deixar de ponderar que os jornais costumavam pertencer a partidos políticos, o que acalorava ainda mais o discurso. Em razão disso, devemos ter certa acuidade ao discorrer e empregar as fontes jornalísticas na elaboração de trabalho histórico.

No entanto, não se pode olvidar que o aparecimento da imprensa foi de grande valia para a discussão de ideias e, em que pese escrito e lido apenas por quem teria acesso à educação (sabe ler e escrever), não se pode discordar que a circulação de periódicos entre os não letrados, difunde informação, posto que ela pode ser lida aos não letrados.

Não se tem dúvida de que os periódicos circulantes são um tipo de representação do pensamento de uma sociedade em dado momento histórico. Em *História & História Cultura*, Sandra Jatahy Pesavento:

O fazer-se de uma classe implicava observar modos de vida e valores, implicara entrar nos caminhos da construção de uma

---

<sup>3</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro. Mauad X. 2010. pp. 55-56.

cultura de classe. O historiador passava a explorar, assim, os chamados silêncios de Marx, nos domínios políticos, dos ritos, das crenças, dos hábitos. Para surpreender essas mudanças, do cotidiano da vida e do trabalho, era preciso encarar novas fontes: jornais, processos criminais, registros policiais, festas etc<sup>4</sup>.

A autora acima citada, na mesma obra fala sobre uma terceira corrente muito atual, que se apresenta nos domínios da História Cultural, relativa a uma releitura do político pelo cultural:

Fala-se mesmo em uma História Cultural do Político, mobilizada pelos estudos que se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do políticos, sobre os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas do poder simbólico de coesão social.<sup>5</sup>

Diante do exposto, ponderada a importância da fonte jornalística para tratamento do tema dentro do contexto da história cultural, o trabalho se desenvolverá, sem olvidar às ressalvas já mencionadas, que serão expostas, conforme citadas as fontes nas seções seguintes, no contexto em que forem apresentadas.

---

<sup>4</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 3ª Ed. 1 reimp. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2014. p. 29.

<sup>5</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 3ª Ed. 1 reimp. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2014. p. 75.

## **OS CONTORNOS DA CONTURBADA SITUAÇÃO POLÍTICA E ELEITORAL NO BRASIL A PARTIR DE 1869**

O ano de 1869 marca o início do declínio do império<sup>6</sup>, a queda do último ministério progressista em julho de 1868, organizado em agosto de 1866 por Zacarias de Vasconcellos, ocasionou um acordo entre os liberais tradicionais e os progressistas na oposição ao novo ministério que assumia, da ala conservadora.

O Partido Liberal tinha dentre os seus princípios fundamentais, o de que o rei reinava e não governava, a descentralização administrativa e independência do Poder Judiciário. Além disso, trazia um programa em que previa cinco necessidades básicas, dentre as quais, reforma eleitoral, reforma policial e judiciária, abolição do recrutamento, abolição gradual da guarda nacional e emancipação dos escravos<sup>7</sup>.

Os conservadores, alinhados ao governo, tinham dentre suas premissas, a centralização política e, dentre seus princípios, a exequibilidade dos atos do Poder Moderador, sem a referenda e sem a responsabilidade dos ministros e o imperador impera, governa e administra<sup>8</sup>.

Além dos princípios e objetivos díspares, a partir de 1869, há um acirramento nas discussões e disputas entre conservadores e liberais, tanto em face da queda do ministério progressista, quanto das demandas da guerra,

---

<sup>6</sup> DE HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE. “Crise do Regime”. *O Brasil monárquico, v. 7: do Império à República*. 7 ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 13.

<sup>7</sup> MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. “Os programas dos partidos e o Segundo Império”. Brasília: Senado Federal: Rio de Janeiro. Fundação Casa Rui Barbosa. 1878. pp. 33-39.

<sup>8</sup>MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. “Os programas dos partidos e o Segundo Império”. pp. 12-14.

posto o revés da situação financeira do país, após o fim da Guerra do Paraguai. Holanda aduz que a situação de penúria advinda da guerra exige especial atenção para se ter uma boa compreensão da história nas duas últimas décadas que antecedem a Proclamação da República<sup>9</sup>.

Em se tratando da província do Grão-Pará, em que pese sofrer os abalos econômicos da guerra como o restante do País, viveu a partir de 1879 a efervescência da extração da borracha que trouxe alguma riqueza material, desenvolvimento e progresso para a província. No entanto, havia reclamações de desvios dos benefícios em favor do governo central, insurgindo-se membros do Partido Liberal, pleiteando uma maior descentralização, a fim de corrigir a injusta distribuição da receita e poder político<sup>10</sup>.

As fontes revelam a percepção de um certo privilégio das províncias sulistas em relação às do norte. O jornal Diário de Notícias de 23 de janeiro de 1884 ressalta:

Gram-Pará – Começou n'estes termos seu artigo – Espertesa dos governos: N'estes dias em que a imprensa partidária fala tanto de esperteza, elevando a palavra à categoria de uma tática política, uma arranjo, uma mágica, pela qual se preparam as maiores e se empalmam legítimos diplomas, é bem empregada essa palavra para explicar um dos muitos actos que só o nosso paternal governo revela o amor e a dedicação que nos consagra. Copiamos estes períodos: <Urgido pelas reclamações em prol das exportações de gêneros nacionaes, ao mesmo tempo que sobrecarregava a importação com mais de 10% reduzia 2% no café, algodão, assucar e herva-mate, ficando de parte a borracha e o cacao que, no dizer dos ministereaes do sul, ainda podem suportar mais alguns por cento. > O Pará, instando para entrar no número dos que desejavam 10% para

---

<sup>9</sup> DE HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE. “Política e Guerra”. p. 64.

<sup>10</sup> WEINSTEIN, Barbara. “A política da prosperidade”. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, - (Estudos Históricos:20). p. 123.

si, recusou se a pedir, pois não queremos auxílio algum a custa de novas imposições, mas também ninguém se lembrou d'lle para estudar a redução de 2% aos seus produtos de borracha onerada a 26% de direitos. Mas o governo fez a conta, e, como tinha em mãos os balanços e os cálculos, pensou que era chegada a vez de tirar-nos mais um quinhão, e conseguiu<sup>11</sup>.

No jornal O Liberal do Pará Edição n. 66 de 24 de março de 1875, a Comissão da Praça do Comércio peticiona à Assembleia Legislativa Provincial, contra os onerosos encargos que pesavam sobre a agricultura e indústria extrativa da província<sup>12</sup>.

Observa-se, nesse ponto, que na Província do Grão Pará a centralização causava um grande desconforto quanto à distribuição de receitas, percebendo-se pela análise das fontes o sentimento do norte de que as províncias do sul e sudeste eram privilegiadas em certos pleitos, como no caso dos impostos, que foram reduzidos quanto aos gêneros produzidos naqueles locais, permanecendo a borracha, produto genuíno das províncias do norte, onerada em 26%.

No que pertine ao sistema eleitoral, a Constituição de 1824 continha a base sistema eleitoral imperial, prevendo eleições indiretas, censitárias, onde eleitores de primeiro grau escolhiam os eleitores de 2º grau, aptos a sufragar os representantes nacionais.

O Decreto n. 157 de 04 de maio de 1842 dava instruções sobre a maneira de se proceder às Eleições Gerais e Provinciais no País, prevendo a formação de uma junta, em cada paróquia, composta pelo Juiz de Paz, como Presidente, o Pároco e um Fiscal, que será o Subdelegado. A junta formava duas listas contendo o nome dos cidadãos

---

<sup>11</sup> Jornal: Diário de Notícias de 23 de janeiro de 1884. Edição 19, pág. 2, 6ª coluna.

<sup>12</sup> Jornal: Liberal do Pará, 24 de março de 1875, edição n. 66.



ativos que poderiam votar nas eleições primárias, e ser votados nas eleições provinciais<sup>13</sup>.

Os cidadãos ativos seriam aqueles com direito a voto na eleição primária, conforme art. 91 e 92 da Constituição de 1824. Em suma, poderiam votar nas eleições primárias todos os brasileiros maiores de 25 anos, com renda líquida anual maior de cem mil réis e os naturalizados. Poderiam ser eleitores e votar nas eleições para Deputados, Senadores e Membros do Conselho da Província, ditas secundárias, todos os que votar na Assembleia Paroquial (eleições primárias), com exceção dos que tinham renda mínima inferior a 200 mil réis anuais, os libertos e os criminosos pronunciados em querela ou devassa.

Após, houve alteração do sistema com a Lei 387 de 19 de agosto de 1846 que regulava a maneira de proceder às eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembleias Provinciais, Juízes de Paz e Câmaras Municipais<sup>14</sup>, primeira lei promulgada pelo poder legislativo. O Decreto n. 565 de 10 de julho de 1850 declarava que os eleitores de Paróquia<sup>15</sup>, uma vez eleitos na conformidade da Lei 387 de 19 de agosto de 1846,

---

<sup>13</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1842 - vol. 001 (p. 224, col. 1). Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/386137/publicacao/15633544>>. Acessado em: 27 de jun. 2022.

<sup>14</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - 1846, Página 13 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-387-19-agosto-1846-555122-publicacaooriginal-8\\_3186-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-387-19-agosto-1846-555122-publicacaooriginal-8_3186-pl.html)>. Acessado em: 27 de jun. 2022.

<sup>15</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 250 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-565-10-julho-1850-559727-publicacaooriginal-82075-pl.html>>. Acessado em: 27 de jun. 2022.

seriam competentes para proceder a todas as eleições de Senadores durante a respectiva legislatura, alterando a composição da junta.

Após, dois decretos significantes procederam reforma no sistema eleitoral, tais quais, o Decreto n. 2.675 de outubro de 1875, conhecido também por Lei do Terço<sup>16</sup> e o Decreto n. 3.029 de 09 de janeiro de 1881, conhecido por Lei Saraiva<sup>17</sup>.

A Lei do Terço, cujo objetivo era assegurar representação da minoria, mas com a continuação do sistema indireto de votação, implicava na escolha pelos eleitores dos nomes de dois terços da bancada da província, garantindo um terço dos assentos ao partido de oposição. No entanto, conforme Sérgio Buarque, parece não ter alcançado tal finalidade a referida lei, posto o escasso número de representantes da oposição eleitos na 13ª legislatura.<sup>18</sup>

Ribeiro afirma que o resultado da legislação não foi o esperado e, na primeira eleição após a sua vigência, a oposição liberal angariou menos lugares que o terço almejado, despertando o clamor inicial voto direto, tornando-se insustentável a permanência do sistema indireto de votação<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - 1875, Página 156 Vol. 1 pt I (Publicação Original). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2675-20-outubro-1875-549763-publicacao-original-65281-pl.html>>. Acessado em: 27 de jun. 2022.

<sup>17</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - 1881, Página 1 Vol. 1pt1 (Publicação Original). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-norma-pl.html>>. Acessado em: 27 de jun. 2022.

<sup>18</sup> DE HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE. “Novo Sistema Eleitoral”. p. 222.

<sup>19</sup> RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*.

No jornal *O Liberal do Pará* edição n. 184, de 18 de junho de 1878, aparece no trecho sob o título *questão do dia*, a seguinte afirmação:

Não havendo um só liberal com assento na Assembleia Provincial, apesar da lei do terço, e da incalculada tolerância conservadora na sua dominação passada, não admira que fossem aceitos os motivos apresentados, embora claramente improcedentes<sup>20</sup>.

Ribeiro, em sua dissertação, referindo-se ao período de 1868-1884, por exemplo, afirma que fora um período de inevitáveis modificações, inquietante atividade política, com intenso debate público desde temas como organização do pleito eleitoral, até considerações sobre separação de poder e o caráter centralizador do Estado, enxergando ainda a partir de 1880 um processo de popularização da política e crescente pressão pela democratização<sup>21</sup>.

A Lei Saraiva, que implementou o voto direto, mantendo, no entanto, o voto censitário e a exclusão dos analfabetos, ainda era insuficiente em termos de garantia de ampla cidadania.

Exime de dúvida de que o recorte temporal abordado fora um período problemático política, econômico e socialmente.

---

2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>20</sup> *Jornal Liberal do Pará* edição n. 184, de 18 de junho de 1878. pág 1, coluna 1.

<sup>21</sup> RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas*. p. 7

## **CORRUPÇÃO GOVERNAMENTAL – SISTEMA ELEITORAL E FUNCIONALISMO**

O Jornal O Liberal do Pará, em sua edição 48 de 02 de março de 1877, citando texto publicado do Diário da Bahia, onde descreve que a triste realidade de corrupção foi reconhecida até mesmo pelo Imperador Dom Pedro II, quando na fala do trono de 1875, denunciou e lamentou a corrupção no regime eleitoral, mediante a qual se organizam no país as câmaras legislativas. Vejamos o trecho do periódico:

Não há desconhecer nem é possível assás lastimar a decadência profunda de nossas instituições parlamentares. No Brazil o parlamento rebaixa-se a corrompe-se de dia em dia. Viciado em sua origem, pois que deriva d'um systema eleitoral eivado de falsidade e mentira, de todo perdeu elle a independência e cada dia cerca-se mais de desprestígio. Constituído a imagem do governo, que arbitrariamente o designa, organizado à feição discricionária dos ministérios cominantes, não a representação do paiz mas uma comissão do poder, é o que verdadeiramente significa entre nós o parlamento. Esta tristíssima verdade já foi reconhecida e confessada até pelo Sr. Dom Pedro II, quando na fala do throno de 1875 Sua Magestade denunciou e lamentou a corrupção do regime eleitoral, mediante a qual se organização no paiz as câmeras legislativas<sup>22</sup>.

Nas Falas do Trono pode-se verificar que na Abertura da Assembleia Geral em 21 de dezembro de 1872, Dom Pedro II discorre nos seguintes termos sobre a necessidade de reforma eleitoral:

As reformas da lei eleitoral, da Guarda Nacional e do recrutamento merecem toda a vossa solicitude. Estou certo de que estas importantes questões receberão de vossas luzes e

---

<sup>22</sup> Jornal Liberal do Pará, em sua edição 48 de 02 de março de 1877, pág. 2, coluna 1.

patriotismo a mais conveniente solução. Nossa própria experiência e a de outros povos ensinam que os lamentáveis abusos que muitas vezes têm perturbado e viciado o processo eleitoral nascem principalmente do estado dos costumes políticos, que só o tempo pode melhorar. Sendo, porém, essencial aos governos representativos que as eleições exprimam fielmente a opinião e a força do voto popular, releva que procuremos cercá-las de novas e mais providentes garantias. Este resultado, que todos desejamos, depende em muito não só da verdade das qualificações e estrita observância da lei pelas mesas paroquiais, mas ainda da segurança que todo o processo eleitoral ofereça assim às maiorias como às minorias consideráveis, que pelo sistema atual são quase sempre privadas da representação a que aspiram<sup>23</sup>.

Observa-se que a corrupção e o reclamo da ausência de moralidade são traços que marcavam o período, percebendo-se o incômodo que a situação causava no seio social, ainda que muitas das vezes alimentada por disputas eleitorais e partidárias.

A bibliografia sobre o tema aponta que o sistema que se formou no Brasil, após a abdicação de D. Pedro I, era o de constante negociação entre as elites das províncias, representadas pelos dois grandes partidos, Liberal e Conservador, bem como o constante debate em torno do modo de realização das eleições no decorrer de todo o período imperial<sup>24</sup>, com ingerência do monarca e seu poder pessoal, próprio do regime, quando se opõe ao

---

<sup>23</sup> Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária: é [sic] de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas Câmaras e competente histórico / coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados; prefácio de João Bosco Bezerra Bonfim e Pedro Calmon. - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

<sup>24</sup> RIBEIRO, Filipe Nicoletti. Império das incertezas. p. 25.

voto direto, alegando falta de preparo e educação da sociedade brasileira para o exercício da cidadania, conseguindo que não fosse aprovado em 1875 (Lei do Terço), mas apenas em 1881, com a Lei Saraiva, ainda assim, com bastante ressalva, tornando o eleitorado brasileiro ínfimo, em face da exclusão do voto do analfabeto.<sup>25</sup>

Pois bem, o apanhado de fontes permite vislumbrar variáveis formas de se reportar à corrupção no sistema eleitoral brasileiro, advindo na maioria das vezes de disputa política entre partidos e elites.

Tito Franco de Almeida, um dos políticos mais notáveis do Estado do Pará, eleito por diversas vezes Deputado à Assembleia Legislativa Provincial da Província, e, em 1856, eleito membro da Câmara Temporária da Nação, da qual foi merecidamente escolhido 1º Secretário por unanimidade de votos, membro do partido liberal<sup>26</sup>, escreveu na edição do jornal O Liberal do Pará, de 09 de janeiro de 1870, a seguinte matéria, a fim de demonstrar ocorrências do período, quanto às anulações de eleições:

INTERIOR – Rio, 24 de Dezembro de 1869 – Negócios do Pará. VII. O *Diário Oficial* de 22 do corrente dá notícia de dois avisos do ministro do império, relativos ambos à eleição municipal de setembro do ano passado na província do Pará. O primeiro declara valida a eleição de vereadores e juizes de paz da parochia de Bragança, anulada pelo Sr. Conego Siqueira Mendes, porque – diz o governo imperial – o motivo invocado para aquella anulação, além de *improcedente* como fundamento da anulação da eleição de vereadores está *satisfatoriamente explicado* nas próprias actas e na informação

---

<sup>25</sup> DE HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE. “Novo Sistema Eleitoral”. p. 208.

<sup>26</sup> CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Paraenses Illustres*. 3 ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura. p. 142.

prestada pela câmara municipal. A anulação, portanto, d'aquella eleição foi unicamente ditada pelo espirito faccioso d'aquelle presidente, cujo préstimo *destruidor* só podia o gabinete 16 de julho lembrar-se de aproveitar no primeiro momentos de sua dominação, quando procurou apenas janizaros e cossacos que tudo levassem a ferro e fogo (...) O Sr. Conego Siqueira Mendes anulou a eleição municipal do Mojú à pretexto de que o livro das actas fora falsificado. Entretanto, provei com o exame a que o próprio conego mandara proceder, que se os liberaes haviam vencido a eleição no Mujú, e o livro das respectivas actas apparecia falsificado, fora-o pelos conservadores tanto que a *folha falsificada estava rubricada por um dos membros do grêmio conservador!* (...) E o senhor Ministro do Império nada decide quanto à eleição do Mujú, parecendo indeciso entre a moralidade e a immoralidade, entre os liberaes expelidos das cadeiras municipaes em que os collocaram os votos dos seus concidadãos e os conservadores intrusos à custa da prepotência do Sr. Conego Siqueira Mendes, à custa da inércia do governo municipal<sup>27</sup>.

O Conego Manoel José de Siqueira Mendes, citado na matéria<sup>28</sup>, exerceu o cargo de Deputado à Assembleia Geral Legislativa, e provincial, tendo ocupado o lugar de Presidente. Foi nomeado primeiro Vice-Presidente da Província e, neste caráter, esteve três vezes à frente da administração. Assim, o Deputado Tito Franco, liberal, reportar-se à anulação da eleição de Bragança efetuada por Siqueira Mendes, quando ocupava o cargo de Presidente da Província, validada pelo Ministro do Império, questionando, após, o motivo de não decidirem sobre a eleição de outro Município (Moju) no qual a anulação se deu sob a alegação de falsificação do livro das atas, sendo que, no entanto, as eleições foram vencidas pelo partido liberal, mas o livro está assinado por membro do partido conservador. Presume-se, conforme a fonte, que

---

<sup>27</sup> Liberal do Pará, de 09 de janeiro de 1870. Edição 06.

<sup>28</sup> CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Paraenses Illustres*. p. 128.

se houve ilegalidade, não fora praticada pelos liberais que ganharam a eleição, essa é a contestação.

Por outro lado, no Jornal Constituição, órgão do partido conservador, edição 106 de 13 de maio de 1878, há transcrição do discurso pronunciado na sessão de 09 de outubro de 1877 pelo cônego Manoel J de Siqueira Mendes, onde em certo trecho narra os imbróglgios da eleição na paróquia de Anajás, nos seguintes termos:

Nesse mesmo dia, na parochia de Anajás fazia-se pela terceira vez a eleição da câmara. A primeira vez foi anulada. Na segunda vez o presidente mandou para lá um subdelegado militar para ver se continha os desordeiaos; mas enganou se porque os liberaes, apenas virão que a eleição estava perdida, lancarão a urna ao rio. Pela terceira vez foi o próprio chefe, e quando os liberaes virão depois de contadas e emmaçadas as cédulas, que perdido um grupo de homens armados de facas atacam a mesa, tomarão a urna e a lancarão n'água. A urna foi tirada d'agua, fez-se corpo de delito, reconheceu-se intacta, foi depositada e consta que o presidente mandou fazer a apuração<sup>29</sup>.

As fontes mostram a crescente disputa política entre liberais e conservadores, denotando que o funcionamento do sistema eleitoral dava azo a inúmeras reclamações, em face da desorganização, subsumindo-se das fontes grande ingerência nas eleições.

Observa-se que na maioria das vezes as fraudes e irregularidades ocorriam em face da vitória ou possibilidade de vitória do partido contrário, que levava à anulação das eleições, como no primeiro caso, ou desordens, como no segundo caso, onde se jogou a urna no rio.

---

<sup>29</sup> Jornal Constituição, edição 106 de 13 de maio de 1878, página 1, colunas 3, 4 e 5.



De outra banda, a centralização administrativa era outra questão que suscitava os reclamos das províncias quanto à corrupção governamental.

No de 1840, sob o domínio do regente conservador Araújo Lima, foi instituída a Lei de Interpretação, Lei n. 105, de 12 de maio de 1840. A partir desta lei se iniciou no Brasil um processo de recentralização político-administrativa, que revogou o direito legislativo das províncias e estabeleceu que a Polícia Judiciária e a distribuição de empregos fossem controladas pelo Poder Executivo Central<sup>30</sup>.

No período imperial não se tinha normas reguladoras claras e precisas do exercício do funcionalismo público, nem mesmo da forma de investidura num cargo público, posto que, as nomeações eram deixadas a cargo do poder central, que repassava a tarefa aos presidentes de províncias que ficavam responsáveis pela missão, colocando em tais cargos, na maioria das vezes, indicados e “apadrinhados”.

A ausência de normas claras levava o cargo público a servir de moeda para a troca de favores dos mais diversos tipos, inclusive no período eleitoral, incrementando a prática da corrupção no meio político, como bem descreve Francisco Belisário Soares de Souza, à época deputado pelo Rio de Janeiro:

Nas últimas eleições e multiplicadas eleições na província do Rio de Janeiro para senadores e deputados, o governo, ora demitindo dos cargos públicos locais os conservadores e nomeando os liberais, ora demitindo estes e reintegrando aqueles, ia obtendo de uns e de outros votações para os seus

---

<sup>30</sup> SOUSA, Rainer Gonçalves. "O ato adicional de 1834"; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/o-ato-adicional-1834.htm>>. Acessado em: 04 de jun. 2022.

candidatos, conforme vencida a eleição primária esta ou aquela parcialidade.<sup>31</sup>

José Coelho da Gama Abreu, nascido em 12 de abril de 1832, conhecido como Barão de Marajó, autor da obra acima mencionada, foi presidente da Província do Amazonas, Presidente da Província do Grão Pará, deputado e intendente (hoje correspondente ao cargo de prefeito) de Belém. O autor ataca a centralização do poder, raiz de alguns males existentes na província, como ingerência nas eleições e em nomeações para cargos públicos.

Abreu descreve:

Se um presidente for pouco exaltado por este ou aquelle partido político, a acção do governo central torna-se então sensível até nos menores detalhes; pela acção das autoridades locais, pela recusa ou pela concessão de favores, muitas vezes transforma a expressão do voto de qualquer localidade; se foi nomeada uma câmara municipal cuja feição lhe desagrade, lá está a suspensão de um certo número de vereadores ou de todos eles, como meio para dar entrada aos immediatos que ordinariamente são de outro centro político<sup>32</sup>.

Abreu, descreve o poder que a centralização possui na questão das nomeações, nos seguintes termos:

As nomeações para os diferentes empregos eis a grande alavanca com que o governo tudo alcança; desde o mais elevado cargo até o obscuro lugar de carcereiro de qualquer

---

<sup>31</sup> DE SOUZA, Francisco Belisário Soares. *O Sistema Eleitoral no Império; com apêndice contendo a legislação eleitoral no império 1821-1889*. Brasília: Senado Federal, 1979. p. 9.

<sup>32</sup> ABREU, José Coelho da Gama e Barão de Marajó. *A Amazônia: as Províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brazil*. Lisboa: Typographia Minerva, 1883. pp. 119 - 123.

cadeia, todos dependem do governo geral; desde o chefe de polícia até o suplente de sub-delegado, desde o bispo até o capelão do regimento, desde o Presidente da Relação até o escrivão, desde o inspetor da thesouraria até o escripturário, tudo está directa ou indirectamente sujeito ao governo central e ao seu delegado, ou seja pela nomeação ou pela demissão, pela remoção, pela reforma, pelo provimento de recursos, pode-se dizer que todo brasileiro empregado geral, provincial, ou municipal depende do governo geral, e sabemos todos quão grande é o Brazil. Não é somente aos empregados de todas as classes e categorias que a ação do poder centralizador se faz sentir, mesmo àquelles e àquillo que parece deve ser-lhe extranho, esse poder estende sua influência<sup>33</sup>.

Continua atacando outro problema que a centralização acarretava que era a interferência entre os poderes, exemplificando-se algumas formas de ingerência no Poder Judiciário nos seguintes termos:

A mesma independência do poder judicial, que parece segura com a inamovibilidade, não existe tal como parece, pois para tudo tem armas o governo geral quando queira ferir. Aos juizes municipaes pôde não reconduzir inutilizando-lhes o tempo que perderam na judicatura, forçando-os para não sofrerem privações a iniciarem uma nova carreira, assim como pôde querendo conserval-o no seu logar ou fazel-o subir na hierarchia judicial. Ao juiz de direito pode conservar indefinidamente em uma comarca sertaneja no qual o isola, no qual não pode educar os filhos ou casar as filhas, ou poder tiral-o de uma comarca em que estava para outra mesmo de superior instancia, mas para a qual a mudança é para elle a ruína. Pode prontamente fazel-o desembargador, e mesmo desembargador mandal-o para uma comarca que seja um bem, ou para outra que seja um desterro para ele<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> ABREU, José Coelho da Gama e Barão de Marajó. *A Amazônia*. p. 117.

<sup>34</sup> ABREU, José Coelho da Gama e Barão de Marajó. *A Amazônia*. p. 118.

O Barão do Marajó via na centralização do poder brecha para práticas indevidas, tanto no funcionalismo público, quanto no processo eleitoral, posto que os cargos públicos eram providos pelos apoiadores do governo, que deveriam garantir o voto nas eleições. Assim, a fim de garantir o emprego público, era de bom alvitre o apoio nas urnas. No entanto, conforme se alternavam os partidos no poder, modificavam-se também os empregados públicos.

No Jornal Diário de Belém, edição n. 1 de 1º de janeiro de 1881 há denúncia de corrupção por parte dos liberais, quando Gama e Abreu, o Barão do Marajó, escritor do livro acima citado e que reclama tanto da centralização do poder e de seu uso para concessão de cargos, nomeia 2 dúzias de parentes para o governo, dentre eles um filho, segundo consta no jornal, menor de idade, para officiar na guarda nacional<sup>35</sup>. Em consulta no jornal Liberal do Pará de 31 de dezembro de 1880, na secção do expediente do governo, se localizou a nomeação de Jayme Pombo da Gama Abreu, constando na secção que o nomeado possuía a idade de 21 anos à época.

Consta na terceira coluna da segunda página do jornal o parágrafo:

Apezar, porem, do que fica exposto é bom declarar que o Sr. Gama e Abreu findou o anno prestando um relevante serviço à sua patria e à sua provincia – nomeou duas duzias de parentes entre elles um filho de menor idade para officiaes da guarda nacional!<sup>36</sup>

Diante disso, observa-se que, em que pese a percepção de que a centralização do poder levava à ingerência nas nomeações para cargos públicos, o que

---

<sup>35</sup> Jornal: Diário de Belém, edição n. 1 de 1º de janeiro de 1881.

<sup>36</sup> Jornal: Liberal do Pará de 31 de dezembro de 1880, pág. 2, coluna 3.

poderia acarretar perseguições e na utilização de tal mecanismo para favorecimentos e abusos, geralmente, as alternâncias de poder levavam a quem assumia o poder agir de idêntica maneira, utilizavam-se dos mesmos artifícios para empregar parentes e amigos, sem buscar uma alternativa condigna e moral para a questão.

Assim, através das fontes levantadas, vislumbra-se o modo como ocorria a corrupção no período imperial, seja através das eleições que tramitavam sem a devida regularidade que o processo exigia, com ataques entre facções políticas diversas quanto às ilegalidades praticadas, bem como no funcionalismo público, em face da centralização, com a conseqüente concentração dos atos de nomeação para os cargos públicos em torno de quem ocupava o poder, sem olvidar, repito, para o clima de intensa disputa entre os partidos.

Observa-se e deixa-se pontuado que grande parte da historiografia liga as “redes” e “boas relações” para o acesso a cargo público como características próprias de sociedades pré-industriais, conforme pontua Luciana Marinho Batista, nos seguintes termos:

Por outro lado, o estabelecimento de relações sociais entre os grupos ligados às duas atividades mencionadas, particularmente no decorrer do século XIX, constituía-se, na verdade, em alianças estratégicas que lhes possibilitariam tanto a consolidação de seus negócios, quanto o acesso aos benefícios a serem obtidos junto à administração provincial<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-c.1870*- Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. p. 162.

A mesma autora cita o seguinte caso, em que não reconhece como corrupção, em face de se tratar do cotidiano da época, nos seguintes termos:

Se o prestígio político de uma pessoa, dentro da já mencionada “economia do dom”, está relacionado à capacidade da mesma em prestar benefícios, bem como à retribuição dos benefícios recebidos, o entendimento das atitudes tomadas por Antônio Lacerda de Chermont, perante a administração paraense, juntamente com o arremate, pelo mesmo, de algumas obras públicas na cidade de Belém, ganham um significado especial. Logo após ter participado da subscrição destinada às obras em estradas da Capital, o Visconde arrematou, por exemplo, em 1851, o aterro da rua Nova do Imperador, orçado em R\$ 3:000\$000, no prazo de oito meses. No ano de 1852, por sua vez, ficou responsável pelo aterro de duas docas ao lado da Ponte de Pedra, por R\$ 5:400\$000. No entanto, na década de 1860, como se viu, Antônio irá novamente dispor de parte do seu cabedal em benefício da Presidência da Província. É certo que não estou fazendo aqui uma simples relação de interesses materiais entre o Barão e a administração paraense. Para o primeiro, se havia a expectativa de ganhos econômicos, para além disso, considero que estava em jogo o seu prestígio social e, por extensão, da sua família. Para a segunda parte envolvida, obviamente não atribuo um sentido pejorativo, corrupto mesmo, ao privilegiar aquele que lhe prestara benefícios, quando concede ao mesmo determinadas obras públicas<sup>38</sup>.

Não se está aqui a negar os fatos colocados pela autora, quanto às “redes” de relações entre o público e o privado, conforme exposto neste artigo com o uso de nossas próprias fontes. Em contrapartida, essas fontes demonstram que parte da sociedade não normalizava tal prática, a ponto de considerar tais relações a lógica do período.

Adriana Romeiro, ainda se referindo ao século XVIII afirma:

---

<sup>38</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais*. p 162

Este livro é resultado de uma primeira incursão pelo assunto. De certa forma, retoma e aprofunda questão abordadas em trabalhos anteriores, com os quais me deparei com uma surpreendente frequência ao longo dos últimos 20 anos. Durante a realização da pesquisa que deu origem ao livro *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*, chamaram a minha atenção as graves suspeitas de enriquecimento ilícito que então pairavam sobre os primeiros governadores de Minas Gerais. Mesmo um magistrado escolhido a dedo pela Coroa portuguesa, como era o superintendente José Vaz Pinto, tido por todos como modelo de retidão moral, acabaria por ser acusado de regressar a Portugal com uma grande fortuna em ouro. Não foram tantas as práticas em si, mas sim as denúncias que haviam suscitado, que me levaram a refletir sobre a existência de limites de tolerância a determinados comportamentos, o que parecia apontar para um repertório de noções daquilo que se considerava justo e injusto no ato de governar<sup>39</sup>.

Concluindo, na mesma esteira do que foi citado pela autora acima, as fontes pesquisadas no período compreendido entre os anos de 1869 e 1889 nos jornais e livros publicados na Província do Grão Pará, deixaram claro que a sociedade letrada nesta região possuía limite de benevolência com as práticas consideradas abusivas, no que se refere ao sistema político como um todo, não havendo aceitação pacífica e normalização, em que pese, repito, as disputas partidárias envolvidas na questão.

No entanto, o fato é que não podemos desvalorizar a força de todas as vozes do passado,

---

<sup>39</sup> ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII*. 1ªed. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2017. p. 12.

colocando-as todas sob a mesma denominação, imputando a todas uma intenção escusa.

## CONCLUSÃO

Após pesquisa empírica com as fontes históricas abordadas concentrou-se o artigo científico na temática sobre corrupção no sistema eleitoral e no funcionalismo público, em face da abrangência quantitativa e qualitativa do material pesquisado.

Constatou-se denúncias de corrupção nas instituições, sendo possível encontrar até mesmo na fala do Imperador Dom Pedro II, conforme registro nos anais da história, a problemática no sistema eleitoral brasileiro. A comunidade política, no geral, conhecia a corrupção dentro do sistema eleitoral, fazendo suas críticas nos periódicos que circulavam, bem como nos livros publicados, em que pese utilizar-se das brechas da lei quando possível.

A manipulação das fontes apontou ainda a corrupção no funcionalismo público que se dava, principalmente, conforme consta, em face da centralização do poder. Os cargos públicos, no século XIX, não eram providos por concurso público, mas havia um senso comum de que o funcionário público deveria contar com algum mérito para ocupá-lo. No entanto, o que se ver, diante da centralização do poder, é que o provimento dos cargos públicos se davam conforme o interesse pessoal do governante, através de “apadrinhamento” e, em época eleitoral, era utilizado para compra de voto, bem como, conforme alternância de poder, serviam a parentes e amigos de quem ocupava cargo político, com posição de mando para nomeação.

As fontes utilizadas, conforme expostas no desenvolvimento deste artigo, mostraram todo o



desenrolar destas relações, tanto no processo eleitoral, com as anulações injustificadas e ilegítimas de eleições, quanto no funcionalismo público, com nomeações parciais de funcionários públicos e insegurança quanto ao exercício de cargos como o de juiz, que teriam a garantia de inamovibilidade garantida constitucionalmente, mas que, dependendo da vontade do governante, poderiam tê-la afetada ao bel-prazer do governante.

É importante deixar registrado que não podemos desconsiderar que essas sementes lançadas no passado, através dos reclamos sociais constituem-se de certa forma a força motor que possibilitou mudanças na legislação e na forma de provimento de cargos públicos, bem como controle e fiscalização de atos administrativos que temos atualmente, ainda que com todos os problemas atuais existentes.

Assim, há uma satisfação em percorrer o caminho das fontes históricas e observar a paisagem do século XIX, localizando nela, com todas as ressalvas e peculiaridades que a situação requer, atores sociais que lançaram luzes sobre a questão, enxergando a corrupção no sistema eleitoral e no funcionalismo público, a fim de que, após um longo caminho percorrido, a sociedade passasse por modificação em prol do bem comum, sendo de crucial importância que o homem, sujeito histórico por excelência, motor do desenvolvimento social, permaneça tendo papel preponderante na evolução da sociedade.

Diante disso, vislumbro ter alcançado a finalidade do trabalho, obrando com as fontes históricas, no contexto do século XIX, confrontando-a com a bibliografia sobre o tema, a fim de demonstrar que, sob o enfoque da história cultural, como o homem (políticos e jornalistas) que vivia na Província do Grão-Pará no período compreendido entre 1869 e 1889 vislumbrava a corrupção política e discorria sobre ela, no âmbito público.

## REFERÊNCIAS

### Escrita

ABREU, José Coelho da Gama e Barão de Marajó. *A Amazônia: as Províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil*. Lisboa: Typographia Minerva, 1883. 112 p.

*Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1842 - vol. 001* (p. 224, col. 1). Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/386137/publicacao/15633544>>. Acessado em: 27 de jun. 2022.

*Coleção de Leis do Império do Brasil - 1846, Página 13 Vol. 1 pt. I (Publicação Original)*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-387-19-agosto-1846-555122-publicacaooriginal-83186-pl.html>>. Acessado em: 27 de jun. 2022.

*Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 250 Vol. 1 pt. I (Publicação Original)*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-565-10-julho-1850-559727-publicacaooriginal-82075-pl.html>>. Acessado em: 27 de jun. 2022.

*Coleção de Leis do Império do Brasil - 1875, Página 156 Vol. 1 pt I (Publicação Original)*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2675-20-outubro-1875-549763-publicacaooriginal-65281-pl.html>>. Acessado em: 27 de jun. 2022.

*Coleção de Leis do Império do Brasil - 1881, Página 1 Vol. 1pt1 (Publicação Original)*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-norma-pl.html>>. Acessado em: 27 de jun. 2022.

SOARES DE SOUZA, Francisco Belisário, 1839-1889. *O sistema eleitoral no Império: com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889*. Brasília, Senado Federal, 1979.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Brasília. Senador Federal. Rio de Janeiro

*Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária: é [sic] de diferentes informações e esclarecimentos*

*sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas Câmaras e competente histórico / coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados; prefácio de João Bosco Bezerra Bonfim e Pedro Calmon. - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.*

## **Jornais**

*O Liberal do Pará de 08/01/1870, Edição n. 5, página 02*  
*O Liberal do Pará de 09/01/1870, Edição n. 6, página 01*  
*O Liberal do Pará de 19/01/1871, Edição n. 15, página 01*  
*O Liberal do Pará de 31/12/1880, sem número da edição, página 01*  
*O Liberal do Pará de 02/03/1877, Edição n. 48, página 02*  
*Diário de Belém de 1º/1/1881, Edição n. 1, páginas 02 e 03*  
*Diário de Belém de 21/03/1871, Edição n. 64, página 02*

## **Bibliografia**

*BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa. Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro. Mauad X. 2010.*

*BATISTA, Luciana Marinho. Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-c.1870- Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.*

*CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. Paraenses Illustres. 3 ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura.*

*DE HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE. O Brasil monárquico, v. 7: do Império à República. 7 ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.*

*GADAMER, Hans-Georg. O problema da consciência histórica; organizador: Pierre Fruchon; tradução: Paulo César Duque Estrada. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003.*

*GADDIS, John Lewis. Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado; tradução de Maria Rocha Motta. Rio de Janeiro. Campus. 2003.*

*MOTA, Carlos Guilherme e Adriana Lopez. História do Brasil: uma interpretação. São Paulo. Editora 34, 2015, 4ª Edição.*

*PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. 3ª Ed. 1 reimp. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2014.*

*RIBEIRO, Filipe Nicoletti. Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.*

*ROMEIRO, Adriana. Corrupção e Poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII. 1ªed. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2017.*

*SOUSA, Rainer Gonçalves. "O ato adicional de 1834"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/o-ato-adicional-1834.htm>. Acesso em 04 de junho de 2022.*

*WEINSTEIN, Barbara. A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920); tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, - (Estudos Históricos:20).*

## OSCAR MELLO: DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO A REPÓRTER CRIMINAL (1917-1936)

VALESKA MARIA FERREIRA DA SILVA

Oscar Felix de Mello nasceu no Recife, em 29 de maio de 1896, sendo o filho mais novo de Francisco Felix de Mello e Olympia Francisca de Mello. Parte de sua trajetória escolar se deu no Ginásio Pernambucano, quando ainda se grafava com “y”, apresentando, ao que parece, bom desempenho nos exames.<sup>1</sup> Também é possível supor que Mello demonstrara desde cedo interesse pela leitura e pela escrita, uma vez que com 15 anos, já presidia sessões no Centro Literário Maciel Monteiro.<sup>2</sup> Em 1917, aos 21 anos, ingressou na Diretoria de Viação de Obras Públicas, onde trabalhou por 49 anos até se aposentar. Neste mesmo ano, já sendo funcionário público, Mello deu seus primeiros passos como repórter criminal no jornal *A Província*, tendo posteriormente atuado na mesma especialidade *Jornal Pequeno*. Ainda não sabemos ao certo por quanto tempo Mello se dedicou à função em

---

<sup>1</sup> Sob o título “Ensino Público”, se publicava no *Diario de Pernambuco* as notas alcançadas pelos alunos do Ginásio Pernambucano nos exames realizados. Veja-se, por exemplo, o número do *Diario* de 6 de novembro de 1910.

<sup>2</sup> A participação de Mello no referido Centro Literário aparece em alguns jornais sob a rubrica “Vida Social”, como, por exemplo, no número do *Diario* de 17 de julho de 1911. O Centro Literário recebeu o nome do pernambucano Maciel Monteiro (1804-1868), que foi jornalista, diplomata e poeta, patrono da cadeira nº 27 da Academia Brasileira de Letras. O Centro localizava-se no segundo andar da rua Augusta nº 180, participavam dele Fructuoso Dantas, Frederico Albuquerque, Ribeiro da Silva, entre outros, publicando sobre arte de literatura.

cada um dos periódicos referenciados, mas, por outra parte, podemos afirmar que foi por meio deles que acabou tornando-se o que chamaríamos hoje de um jornalista profissional, ganhando notoriedade, talvez, com suas reportagens policiais. Tudo indica que a experiência amalhada enquanto repórter criminal, função que certamente lhe obrigava aguçar o olhar para o *mundo do crime* e para a aprendizagem de técnicas de investigação policial-criminal, foi o que lhe garantiu conhecimento suficiente para escrever a primeira edição do livro *Recife Sangrento*, lançado em 1937. Embora não seja ainda o momento de analisá-la, faz-se necessário, por outra parte, adiantar que a referida obra teve uma calorosa acolhida, certamente beneficiada pelas boas relações de seu autor com a imprensa pernambucana, mas não menos com a elite letrada e política da cidade do Recife. O fato é que Mello viu sua obra, com pouco mais de 90 páginas, esgotar o primeiro milheiro de exemplares em apenas quinze dias.<sup>3</sup> O sucesso de vendas e a suposta boa recepção do livro, o encorajou a empreender uma segunda edição, que veio a lume em 1938.

Não obstante, o recorte temporal deste trabalho corresponde precisamente ao período em que Oscar Mello entra para a Diretoria de Viação e Obras Públicas, iniciando assim sua carreira como funcionário público, até o ano de aparecimento da primeira edição do *Recife Sangrento*, motivo pelo qual Mello se manteve nas páginas dos jornais. Embora a presente pesquisa se encontre em estágio incipiente, pode-se afirmar que Oscar Mello se relacionava com pessoas influentes e/ou com um excelente capital simbólico, recorrentemente mencionado em encontros da *boa* sociedade recifense da época. Sabe-se, por exemplo, que era membro do conhecido clube

---

<sup>3</sup> *Jornal Pequeno*, 7 de abril de 1937, p. 1.

carnavalesco *Dragões de Momo*, e que ingressara em 1932 para a diretoria do Clube de Alegorias e Críticas Dragões de Momo, como 2º Secretário.<sup>4</sup>

Não cabe dúvida de que Mello circulava com desenvoltura entre a elite e intelectualidade pernambucana, apesar de contas havia estudado em um dos melhores colégios de sua época, participara desde muito jovem de clubes literários, carnavalescos, além de ter trabalhado em jornais conceituados de então.<sup>5</sup> Pouco se sabe sobre o seu percurso na Diretoria de Viação e obras Públicas, mas é possível supor que os anos de serviço público tenha-lhe rendido outras redes de sociabilidade e amizades. Os comentários, mesmo a posteriori, são sempre

---

<sup>4</sup> *Diário de Pernambuco*, 12 de março de 1932, p. 4.

<sup>5</sup> *Jornal Pequeno* um dos mais populares jornais em circulação na capital pernambucana. Intitulado originalmente *Pequeno Jornal*, nasceu no final do século XIX e tornou-se de grande circulação durante a primeira metade do século XX. Segundo o seu próprio editorial, “teve seu primeiro número impresso em 1 de julho de 1898, utilizando as oficinas do Jornal do Recife. Permaneceu utilizando aquelas instalações até o dia 20 de julho de 1899, quando foi despejado, interrompendo sua tiragem” (JORNAL PEQUENO, 1899, p. 1). “O jornal *A Província* lançado em 6 de setembro de 1872, por José Mariano Carneiro da Cunha, tinha cunho abolicionista e reuniu expoentes da época em sua tipografia. Com um ideal de combate à escravidão, a folha tinha discurso acirrado na defesa dos escravos e acabou ganhando a devida atenção da opinião pública na campanha abolicionista em Pernambuco. O jornal parou de circular em 27 de novembro de 1878 para ser novamente editado seis anos mais tarde, voltando a ser publicada como órgão do Partido Liberal, em 1 de dezembro de 1885, instalada na rua do Imperador. Sem interromper sua circulação, uma nova e importante fase *d’A Província* foi iniciada em 19 de agosto de 1928, quando assume sua direção os jornalistas Gilberto Freyre e José Maria Belo. Em suas capas vinham a seguinte frase, “*A Província* é a folha de maior circulação do norte do Brasil.” Disponível em: <<https://observatoriodaimpressalocal.wordpress.com>>. Acesso em: 10/06/2023.

abonadores, tal como o de Severino Barbosa, jornalista do *Diário de Pernambuco*, que em uma de suas notas para o jornal referiu-se a Oscar Mello como um “funcionário público dos mais autênticos”.<sup>6</sup>

Em 1937 Oscar Mello publicou a primeira edição do *Recife Sangrento*, com o subtítulo “Crimes Sensacionais do Recife Antigo, e seus protagonistas, antigas autoridades, notas de um antigo “repórter” – Dialeto dos Gatunos”. Como já se disse, após uma boa recepção, o livro ganhou uma segunda edição, saída a lume em 1938. Sua vivência-experiência como repórter criminal já é visível pela escolha temática, e mereceria aqui um maior aprofundamento, mas acreditamos que outros aspectos de ordem política estejam relacionados a intenções e objetivos partidários ou de afinidade política sua e de sua família. Numa entrevista intimista concedida em 1973 por Oscar Mello, ao jornalista Severino Barbosa, para o *Diário de Pernambuco*, se deixa entrever que apesar da trajetória de funcionário público, repórter criminal e autor de um livro bastante vendido, Mello manteve sua vida pessoal bem reservada. Além dessa apreciação, vale-se do próprio prefácio do livro *Recife Sangrento*, escrito pelo advogado criminalista José de Brito Alves, para reforçar a importância de sua experiência enquanto repórter criminal, nunca como um especialista:

Oscar Mello nem era criminólogo, nem jamais tivera a veleidade de “dissertar a respeito da análise, ‘in loco’, do fenômeno criminal”, ele apenas reportava no livro o repórter, narrador fiel dos fatos esquecidos. Assim fazendo, restabelecia os fatos a luz do seu conhecimento profissional, além de reaviva-los na memória dos futuros leitores. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13/02/1973, p. 4).

---

<sup>6</sup> *Diário de Pernambuco*, 23 de junho de 1967. p.11.



Nesta mesma entrevista Oscar Mello afirmara que pretendia lançar um novo livro e que estava na construção de seu último capítulo, dessa vez sobre o Governo de Manoel Borba. Barbosa ainda lhe sugeriu uma última edição do *Recife Sangrento*, pois ele “não tratava exclusivamente de crimes e seus executores”, como se referiu, pois também “aparecem ‘bedegüebas’ da administração, políticos proeminentes e tipos populares”. Comentários e indícios que reforçam nossas desconfiças de que a política foi um elemento importante em sua vida e talvez na de toda a sua família, influenciando a escolha de alguns casos que vieram a integrar as sucessivas edições de sua obra.

Certamente não foi mera coincidência que, além de introduzir novos crimes na segunda edição, alcançando um número de quarenta casos, aproximadamente, tenha destinado um capítulo exclusivo sobre a “Campanha Dantista de 1911”.<sup>7</sup> Cogitamos que seu conhecimento e interesse acerca de crimes mais antigos possam se dever a uma memória coletiva local, viva através da oralidade, mas também não descartamos que essas histórias tenham marcado sua memória afetiva, por exemplo, em rodas de conversa de família durante a infância e juventude, ou, ainda, levantadas via pesquisa, simplesmente. Para se poder entender como Oscar Mello idealizou seu *Recife Sangrento*, essas e outras questões de cunho biográfico são de fundamental importância, pois entendemos que elas ajudam a compreender como suas experiências marcaram seu interesse pela temática, e não para ver o autor já em sua infância ou juventude, incorrendo no que Bourdieu chamou de *ilusão biográfica*. Acreditamos que nas sucessivas edições isso tudo tenha continuado a se fazer

---

<sup>7</sup> *Jornal Pequeno*, 20 de maio de 1937. p. 2.

presente, mas talvez seu conhecimento *in situ* e de pesquisa (embora não referencie nunca suas fontes) esteja mais visível.

Embora, como já se disse anteriormente, não seja o foco deste texto avançar na análise do livro propriamente dito, vale como informação complementar dizer que todas as edições tiveram acréscimos e supressões, como a terceira edição de 1953, que ganhou quatorze novos capítulos, e a quarta e última, de 1956, com 22 capítulos e as últimas modificações das “Gírias dos Gatunos”. O apelativo sanguinolento, assim como os cenários do crime e dos ambientes associados ao seu submundo são visíveis nas escolhas de capas, conforme se pode ver abaixo na 1ª, 3ª e 4ª edição, respectivamente.

### **Imagem nº 1: Capas das edições do livro Recife Sangrento de 1937, 1953 e 1956.**



Fonte: Seção de Obras Raras da Biblioteca Pública de Pernambuco. MELLO, Oscar. *Recife Sangrento*, Recife, ed.1937, 1953, 1956.

Uma rápida olhada nas respectivas capas bastaria para reforçar a necessidade de se saber mais sobre o autor antes da escrita do *Recife Sangrento*. Foi somente a

experiência enquanto repórter criminal que lhe deu a expertise e conhecimento necessário para tratar da temática do livro, ou talvez haja de se buscar ademais em uma cultura mais ampla, oral por excelência, que valorizava e repercutia crimes violentos e de sangue? Oscar Mello certamente já nascera e se criara dentro de uma cultura sensacionalista dos grandes crimes, promovida não exclusivamente, mas principalmente pela imprensa periodística, entre finais do século XIX e início do XX. Pingos e manchas explícitas de sangue, cadáveres estendidos no chão, armas brancas e de fogo, inclusive ângulos da quase centenária Casa de Detenção aparecem em primeiro plano nas capas acima reproduzidas.

No Recife, a princípios do século XX, parecia haver um entendimento compartilhado de que a cidade havia alcançado um alto índice de criminalidade e que a cidade tinha se tornada insegura. O crime e os criminosos ocupavam as páginas dos jornais e alimentavam um discurso e um mercado sensacionalista que consumia *fait divers* desde há bastante tempo. Por *fait divers* (em francês), nos referimos “à seção no jornal em que são narrados fatos cotidianos, apenas com expressão local, dizendo respeito sobretudo a crimes, acidentes, etc.” (MOLLIER, 2008, p. 181). Jornais, folhetins, livros... traduziam medos e seduziam leitores ávidos pelas notícias do cotidiano, mas ajudavam também a construir esses mesmos objetos sociais, como a ideia de crime e de criminoso e suas representações. Como observou Dominique Kalifa para a França da Belle Époque (2019):

“O *fait divers* e a narrativa policial de larga difusão possuem uma função social bem precisa. Produzem memória, fornecem pontos de orientação, oferecem material para discussão, para troca, a populações aparentemente desenraizadas, vindas das províncias, produtos do êxodo rural, arriscadas a perder toda a identidade na grande cidade onde procuram trabalho. Pela


leitura cotidiana do fait divers e dos romances de investigação, elas não apenas apagam ficticiamente suas individualidades e, momentaneamente, suas diferenças, mas encontram uma nova identidade ao se integrar à nação, a seus medos e a seus fantasmas” (MOLLIER, 2008, p. 189-190).

Em uma matéria de teor laudatória publicada na sessão “Retrato da Cidade”, do *Diario de Pernambuco*, 23 de junho de 1967, o jornalista Severino Barbosa comenta acerca da trajetória de Oscar Mello, desde sua entrada na Diretoria de Viação e Obras Públicas à sua saída, 49 anos depois, recebendo homenagens dos chefes e auxiliares do Departamento de Estradas e Rodagem, reconhecido como *velho amigo e companheiro*. Apesar de ter atuado também como jornalista, Mello (pelas mãos de Barbosa) é mais lembrado pelo livro *Recife Sangrento*. Ele próprio é responsável de ter dado uma renovada visibilidade à obra de Oscar Mello ao ter se baseado nela para escrever os textos para a sessão de “Fatos e Figuras do Recife Antigo”, destacando, por exemplo, em uma página inteira personagens marcantes do *Recife Sangrento*, tal como o “Nascimento Grande”, um dos “antigos valentes do Recife”, ou como dizia a matéria, “O Rei dos Valentões”.

# Imagem nº 2: Trecho da reportagem “Fatos e figuras do Recife Antigo”, publicado no Diário de Pernambuco, baseado no livro Recife Sangrento


12 — Terceira Coluna — DIÁRIO DE PERNAMBUCO — Recife, domingo, 6 de janeiro de 1974

REPORTAGEM




“... Eu tinha ouvido falar no facinora, terror da cidade e arredores, que estava sendo procurado pela polícia segundo uns e, segundo outros, protegido por ela. Achava-se foragido — dizem — no Sertão, em Alagoas ou na Paraíba. Tudo me poderia ter passado pela cabeça naquele instante, menos que aquele indivíduo ali na minha frente na praça deserta e na noite escura fosse o famoso bandido cujo nome, só, fazia tremer o povo. Mas era. Era Nascimento Grande. E ele o confirmou.

Então produziu-se o inesperado, Relpameju



dentro de mim, como num espelho, um fabulante poje de luz: o homem era Nascimento Grande... Era NASCIMENTO GRANDE!  
— “Menno, você não tem medo não?”  
Venci as costas sem responder e deslumbrei a correr. Cheguei ao DIÁRIO com a língua de fora num fôlego encurtado. Não mencionei o encontro. Esperei as minhas comidinhas noturnas e nas que ainda fiz tomou outras mas.

Gilberto Amado — MINHA FORMAÇÃO NO RECIFE



**Fatos e figuras do Recife Antigo - 1**

Uma das características marcantes, embora deprimentes, dos princípios deste século no Recife, era a impudência que gozavam os protetores dos chefes políticos da época. Os que agrediam, espancavam, feriam e até matavam, não sofriam pelas seus crimes, que eram muitos, um padre-ouso da política, isto porque sobre eles descaíam as bênçãos sacerdotais das madões e todo-poderosos daquele tempo.

Contra essas valentões, que chegaram a ganhar fama e até se imortalizaram na pena de escritores renomados como Eustórgio Wanderley, Gilberto Freyre, Mauro Mota, Luiz da Câmara Cascudo, Gilberto Amado e o nosso sempre estimado Oscar Melo, não se levantaram os temíveis “rabo de galo” da nossa militância e não valiam, as ineficazes “posturas” das mais legítimas autoridades competentes de então.


No seu “Recife Sangrento”, Oscar Melo aponta o nome de dezenas de braços que tremulavam a cidade naqueles dias, que aterrorizavam a população pacata dos nossos subúrbios, destacando:

“João Mica”, “Alonso Preto”, “João Negro”, “Henri Gemes”, “Artur Borborema”, “José dos Marchanti”, “João São-Tudo”, “Mamul da Jacinta”, “Santos Fimbo”, “Juvino dos Coelhos”, “Zeme de Santo Amaro”, “Nicolau do Peço da Panela”, “Neco Torres”, “João Valdeino”, “João Cândido Araújo”, “João Duato”, “Chico Cândido”, “Marcelino da Rua da Junguá”, “Anastácio Preto”, “Lúcio Carneiro”, “Jemino Abicaxi”, “Mamul Coxo”, “Adama”, “Mamul Cura”, “Apolinário da Capanga”, “Artur Juarez”, “Mamul Batista”, “Antônio Padroeiro”, “Carro-Hora”, “Cabeço da Yamarana”, “João Grande da Aldeia”, “José Penusua”, “Antônio Quatreze”, “Sete Bão”, “Betebo”, “Machadinho”, “Sergento Vigário”, “José Bala”, “Perreta” e “José dos Coqueiros”.

Fonte: Diário de Pernambuco, 6 de janeiro de 1974, p. 12.

# Imagem nº 3: Fragmento da reportagem “Fatos e figuras do Recife Antigo”, publicado no Diário de Pernambuco, com ilustração de “Nascimento Grande, o Rei dos Valentões”

# NASCIMENTO GRANDE, O REI DOS VALENTÕES




Para esta edição de aniversário que começa a circular no próximo domingo, de aniversário que tem 100 anos, o Diário de Pernambuco apresenta de novo ao leitor uma obra de grande importância histórica e documental: o livro “Fatos e Figuras do Recife Antigo”, de Oscar Melo, publicado pela editora do Diário de Pernambuco, sob a direção de Antônio Carlos de Sá. Este livro é uma obra de grande importância histórica e documental, que traz para o leitor uma visão clara e objetiva da história do Recife Antigo, desde o período colonial até o presente. O livro é dividido em duas partes: a primeira, “Fatos”, que trata da história política e social da cidade, e a segunda, “Figuras”, que trata da história dos personagens mais importantes da cidade. O livro é escrito de forma clara e objetiva, e é uma leitura obrigatória para quem quer conhecer a história do Recife Antigo.

Este livro é uma obra de grande importância histórica e documental, que traz para o leitor uma visão clara e objetiva da história do Recife Antigo, desde o período colonial até o presente. O livro é dividido em duas partes: a primeira, “Fatos”, que trata da história política e social da cidade, e a segunda, “Figuras”, que trata da história dos personagens mais importantes da cidade. O livro é escrito de forma clara e objetiva, e é uma leitura obrigatória para quem quer conhecer a história do Recife Antigo.

**CONTEÚDO DO LIVRO**

O livro é dividido em duas partes: a primeira, “Fatos”, que trata da história política e social da cidade, e a segunda, “Figuras”, que trata da história dos personagens mais importantes da cidade. O livro é escrito de forma clara e objetiva, e é uma leitura obrigatória para quem quer conhecer a história do Recife Antigo.

Tudo de SEVERINO BARBOSA



Fonte: Diário de Pernambuco, 6 de janeiro de 1974, p. 12.

Oscar Felix de Mello, enquanto funcionário público aposentado, repórter e escritor, pessoa bastante relacionada na cidade do Recife, casado com Maria Alves de Mello e pai de sete filhos, faleceu em 18 de agosto de 1979, aos 83 anos.

## REFERÊNCIAS

- BARROSO FILHO, Geraldo. *Crescimento urbano, marginalidade e criminalidade: o caso do Recife – 1880 a 1940. (dissertação) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 1985.*
- BESSONE, Tania. *A História do livro e da leitura: novas abordagens. Floema, Ano III, nº 5 A. 2009. p. 97-111.*
- BRETAS, Marcos Luiz. *Entre Crimes e Leis: Imaginação e a história brasileira do crime. In: VENDRAME, Maíra Ines; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.) Crime e Justiça: Reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa. São Leopoldo: OIKOS; Editora Unissinos, 2018. p. 13-32.*
- CABRERA, Miguel Ángel. *Historia, lenguaje y teoría de la sociedad. 1º ed. Madrid: Catedra, 2001.*
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Caminhos da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.*
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun/Roger Chartier. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.*
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações. 2ª. ed. Miraflores: Portugal, 2002.*
- CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação. Estudos Avançados. São Paulo, V.5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.*
- DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.*
- DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História. 2º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.*
- FERREIRA, Antônio Celso. *Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Orgs.) O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto 2012. p. 61 a 88.*
- FERREIRA, Ascenso. *Os "brabos do Recife". Recife, Boletim da cidade e do porto do Recife, nº 5-6, 1942.*

*FREYRE, Gilberto. Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife. 1934.*

*KALIFA, Dominique. A Tinta e o Sangue: narrativas sobre crimes e a sociedade da Bele Époque. São Paulo: Editora UNESP, 2019.*

*KALIFA, Dominique. OS BAS-FOND: História de um Imaginário. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.*

*LIMA, Ivaldo Marciano de França. Adama e Nascimento Grande: valentes do Recife da Primeira República. Cadernos de Estudos Sociais (FUNDAJ), v. 22, p. 49-61, 2006.*

*MOLLIER, Jean-Yves. A leitura e seu público no mundo contemporâneo: Ensaio sobre a história cultural. Belo Horizonte: Autentica, 2008.*

*NASCIMENTO, Luiz do. História da Imprensa em Pernambuco. Vol. I. 2ª. ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco: Imprensa Universitária, 1968.*

*NASCIMENTO, Luiz do. História da Imprensa em Pernambuco. Vol. V. Recife: Universidade Federal de Pernambuco: Imprensa Universitária, 1970.*

*OZANAM, Israel. Brabos ou capoeiras? Repensando a repressão republicana no Recife. Revista Tempo Histórico, v. 2, p. 01-17, 2010.*

*OZANAM, Israel. Eu vou-me embora porque Apolônio da Capunga já anda na Boa Vista querendo prender gente?: capoeira e polícia no Recife no início da República. In: XXVI SNH, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.*

*PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). Fontes Históricas. 3º ed. São Paulo: Contexto, 2014.*

*PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Orgs.). O Historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2015.*

*PORTO, Ana Gomes. Confeccionando ficções criminais: os arquivos e a literatura do Crime. História Social, nº 22 e 23, 2012. p. 143-163.*

*REZENDE, Antonio Paulo. (DES)encantos Modernos: Histórias da cidade do Recife na década de vinte. 2º ed. Recife: Ed. UFPE, 2016.*

*SILVA FILHO, Aluizio Medeiros da. Cotidiano violento no Recife: controle social na redemocratização (1946-1964). (doutorado), UFPE, 2014.*

*TEIXEIRA, Flávio Weinstein. As cidades enquanto palco da modernidade. O Recife de princípios do século. 1995. 193 f.*

*(Dissertação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas-  
Universidade Federal de Pernambuco/Recife.*

*VENDRAME, Máira Ines; MAUCH, Cláudia; MOREIRA,  
Paulo Roberto Staudt (Orgs.) Crime e Justiça: Reflexões, fontes e  
possibilidades de pesquisa. São Leopoldo: OIKOS; Editora Unissinos,  
2018.*



# **SOCIEDADE FAMILIAR E DE PODER: O CANGAÇO UMA QUESTÃO DE FAMÍLIA? (1922- 1926)**

**RITA DE CÁSSIA SANTANA GONÇALVES DA  
SILVA  
TIAGO DA SILVA CESAR**

## **1 Negócios de família: as várias faces do cangaço**

Como proposto em simpósio temático de apresentação trazemos à tona várias perspectivas para explicar que o cangaço foi sim uma questão de família, mas como assim “uma questão de família” partimos do ponto de que já haviam famílias conhecidas por estarem na vida de bandoleirismo há muito tempo como o caso do Cabeleira que por um curto período agiu junto do seu pai<sup>1</sup>, com o passar dos anos algumas famílias permaneceram nesse “negocio” agindo então como capatazes e outras formas, mas quando voltamos nossos olhares para o período em que lampião nasce até ele se tornar um cangaceiro, o governador dos sertões vemos que uma incidência maior de famílias com nomes famosos que deram seus homens para o cangaço quase que todos, podemos citar aqui a *Família Domingos* que em minha pesquisa necessariamente três dos integrantes que conseguimos mapear até o momento rastrear, está família em particular era de Coiteiros de Floresta que é outro ponto a ser falado aqui, sendo que três de seus homens que acabaram indo para o cangaço e se aliando as fileiras do

---

<sup>1</sup> Para saber mais consultar o livro O Cabeleira de Franklin Távora.

famoso Lampião, outro caso bastante interessante a ser comentado aqui é o caso dos cangaceiros *Zé Sereno, Zé Baiano e Volta Seca* que eram da mesma família, tio e sobrinhos o Zé Sereno entra para o cangaço após sua família ser duramente agredida por soldados da volante e ele achar aquilo errado e acabar por ir para o cangaço e esses três acabam sendo também de outra família um tanto famosa na historiografia do cangaço que é *Família dos Engrácia* esses últimos estavam presentes nos primeiros ataques de Lampião quando este começou no Cangaço.

Como podemos observar as relações de família e cangaço são extremamente estreitas e até algumas que apenas eram família de coiteiros que eram pessoas que davam guarida a esses homens quando passavam por determinado lugar acabam por vezes mandando seus homens para essas trincheiras, e podemos observar também que a relação dos coiteiros com não só lampião mais sim dos cangaceiros em si era uma relação de “via de mão dupla” onde se dava a guarida e a proteção mas também haviam favores a serem feitos como guardar armamento, buscar alimentos e outros pertences na cidade, fazer festas em uma propriedade, buscar e levar informações, alimentar os bando e tantos outros serviços que uma família de coiteiros desempenhava. No presente artigo analisaremos o caso de apenas três famílias, a *Família Domingos*, a *Família Leite de Sá* e a *Família Ferreira*.

## 2 Uma Família Tradicional de Nazaré do Pico

*Figura 1 Clara Otília de Souza Ferraz, acervo Pessoal da Família.*



A imagem acima é da matriarca da família Leite de Sá, foi casada com Laurentino Leite de Sá e ainda muito nova teve seus primeiros filhos, donos da fazenda Impueiras no hoje distrito de Nazaré do Pico, família que segundo relatos de uma das descendentes da família era uma família que fornecia coito para lampião.<sup>2</sup>

A localização da fazenda Impueiras é um local de estratégia pura para lampião na época, ao ficar entre as localidades de Serra Talhada<sup>3</sup> e floresta, na região da Ema então sabendo disso podemos concluir que não só existia uma relação de amizade como foi falado em entrevista pela Ana, mas sim um interesse de que essa fazenda era

---

<sup>2</sup> As informações acima foram fornecidas por Ana Paula, bisneta do Laurentino e da Clara Otília em entrevista a mim.

<sup>3</sup> Anteriormente na época de Lampião chamada de Villa Bela.

um coito de muita estratégia para lampião que ligava a sua cidade natal, fica perto de floresta que é outra localidade de bastante interesse de lampião, fora que ele também mantinha algumas relações mesmo que conturbadas em Salgueiro e flores, o ataque que ele quisesse fazer em alguma cidade próxima seria benéfico ter um coito como era o da Fazenda Impueiras, em minha pesquisa encontrei indícios de que antes ou após o ataque na fazenda Barreiros em Salgueiro ele pode ter ido se refugiar em Nazaré mesmo que como bem se sabe a cidade de Nazaré formará uma das volantes que mais perseguiu lampião, os chamados nazarenos e em entrevista de Ana descobrimos que alguns de seus familiares também fizeram parte deste levante contra o cangaceiríssimo.

Mas em outrora visto dizer que eles eram coiteiros de lampião, mas por que acabaram indo pro lado de uma das volantes que mais perseguiu o mesmo segundo relato da entrevista Ana conta que Clara Otília já estava viúva e contava com seus vinte e tantos anos e o seu filho queria se alistar as volantes, sendo que se isso acontecesse estariam entre a cruz e a espada e o acordo firmado lá atrás com o Laurentino perderia e a fazenda poderia se tornar um ponto de saque e todo tipo de atrocidades, os nazarenos estavam no encalço de Lampião e a cidade estava sendo visava e o resumo da ópera é breve! O filho de Clara Otília foge com os tios para se alistar nas volantes e perseguirá lampião.

Era comum na época que fossem “contratados” homens para dentro das volantes, homens sem experiência até e iam para combates sangrentos e até resultava em morte. A questão aqui apresentada é duas pontas de um mesmo objeto: O Poder, o poder é um objeto de cobiça e fascino quase como um “de poder a uma pessoa e veja quem é ela” Foucault em sua obra nos mostra que o poder molda e gera pessoas totalmente diferentes umas das

outras, buscando entender esses pontos a minha pesquisa nortear um ponto bastante delicado da época: o poder político de Pernambuco da época era falho, assim como o poder Policial não entrava nos sertões causando todo tipo de situação, as revoltas, as secas, o poderio de famílias dominantes causaram o que poderíamos falar sobre a vida do Lampião, um descontentamento e a própria revolta interna que não só ele carregava assim como os outros que aderiram sua causa, quando o mesmo parou de servir ao poder político e policial aí, sim, houve a entrada de um poder que se sobressaia aos do cangaço e o fim todos nós já conhecemos.

### **3 Coiteiros e Cangaceiros: a Família Domingos e seus mistérios**

Figura 2 Benedito, Pirolito e Guará. foto recortada do Livro do secretário de segurança pública do estado de Pernambuco do ano de 1928, armazenado no APEJE.



Acima estão três dos cangaceiros que foram preso na CDR<sup>4</sup> no ano de 1928, o que está ao centro é o meu objeto principal da pesquisa de mestrado ao qual viso contar sua história, os três são de Floresta e integrantes de uma família que mais tarde em pesquisa descobrir ir bem além do que “simples cangaceiros”, seguindo o padrão encontrado de sobrenome conseguir encontrar que os mesmos faziam receptação de armamento e munição para Lampião ainda durante os anos de 1925 – 1928 quando os três acima foram presos e alguns integrantes da família torturados para falar sobre o paradeiro do Lampião e informar sobre o armamento encontrado com eles, torturados foram:

1. David Dudu;
2. Manoel Domingos;
3. Manoel Lucindo.

Esses se encontravam em uma fazenda em Floresta<sup>5</sup> e logo depois foi preso um grupo em Serra da Uman em que se encontrava justamente o Pirolito e seu irmão e primo. Vemos aqui o contrário da história que contei acima onde a família de coiteiros acabou virando da volante e aqui eles viraram cangaceiros, mas um fato que é importante ser mencionado é que a família domingos já participava de alguns assaltos, ser bandoleiro já estava em cheque e que possivelmente eram uma família de nome no cangaço, para se conhecer esses homens da família domingos é preciso entender os anos de 1927 e 1928 (como já mencionei).

Pois é nesses dois anos que a política pernambucana está uma bagunça e o Brasil enfrenta uma guerra com o que chamavam de ameaça comunista e também os

---

<sup>4</sup> Casa de Detenção do Recife, hoje é a Casa da Cultura de Pernambuco.

<sup>5</sup> Município do Sertão do Pajeú em Pernambuco.

problemas sociais presentes, com isso Estácio Coimbra e Eurico de Souza Leão decidem “arrochar” ainda mais o cerco contra os cangaceiros e nesse meio tempo é preso mais de 100 cangaceiros aqui no estado e na época haviam 2 presídios de segurança máxima no nordeste um na Bahia e outro aqui em Pernambuco que se dividia em dois, a CDR (como já bem mencionado também) e o presídio Agrícola de Fernando de Noronha<sup>6</sup> e nisso alguns destes foram mandados para o presídio agrícola e outros ficaram na CDR e aí que teremos como eram esses homens no cárcere e a partir desse ponto volto mais um pouquinho fazendo um traçado de sua vida, o que resultou no meu atual projeto de mestrado e que venho pesquisando mais a fundo essas relações nos lugares que o Pírolito passou, o que também é de suma importância entender também as relações e rotinas no cárcere já que também é um espaço social ao qual ele passou mesmo que por pouco tempo.

---

<sup>6</sup> Neste eram apenas presos condenados de 6 anos em diante ou com penas de trabalhos agrícolas, fora a isso permaneciam ainda na Casa de Detenção do Recife.

Figura 3 Imagem recortada do Jornal A Província de 1929, na imagem o Grupo de Cangaceiros presos na Casa de Detenção do Recife





#### **4 “Eu sou Lampião, governador do sertão”: a Família Ferreira e seu célebre cangaceiro**

Figura 4 Lampião - Benjamin Abrahão/Acervo Instituto Moreira Salles



Seria realmente a família Ferreira uma família de cangaceiros? Tendo em vista que muitos historiadores procuram a origem do pai de Lampião, inúmeras histórias

falam que ele era um bandoleiro em outro estado do Nordeste e outros apenas afirmam que ele era apenas um almocreve (ensinou o seu filho também a mesma profissão), mas nenhum chega à conclusão de suas origens.

Sabemos que nos anos de 1917 Lampião já estava imerso a uma vida de um Bandoleiro inexperiente junto a seu tio(que, na verdade, era um homem casado com sua prima) o *Antônio Matilde* que acabou sendo a ponte entre Lampião e seus irmãos ao cangaço, ele esteve presente no seu primeiro tiroteio, esteve presente também quando Lampião decidiu vingar a morte de seu pai o *José Ferreira da Silva*, Antônio Matilde já era conhecido naquelas bandas do Sertão do Pajeú como de fato um bandido e quando Lampião “virou sua chave” e aqui cabe novamente lembrar os dizeres e ensinamentos do Achille Mbembe enquanto ao seu termo *Necropolítica* troquemos aqui os personagens para exemplificar o tempo e espaço. Os coronéis do sertão tinham uma “licença para matar” salvaguardo pelos poderes políticos maiores que eles que também eram dos seus, tendo ideia dessa política de morte e sabendo que havia “n” motivos para a miséria do sertão causadas por secas, falta de comida, saneamento etc. a “chave” de Lampião tenha virado aí e apenas estava esperando um pequeno motivo para que transparecesse seu descontentamento com a vida que estava levando.

De início no cangaço e aqui separaremos por família para se entender como verdadeiros bandos que acabaram se juntando para o primeiro ataque de Lampião. Da família Ferreira de início apenas 3 de seus 5 integrantes haviam entrado para o cangaço que foram:

1. Virgulino Ferreira da Silva,  
Lampião
2. Antônio Ferreira
3. Levino Ferreira

Com o passar dos anos o quadro da família Ferreira foi acrescentado pelos nomes de Ezequiel Ferreira e *Antônio Rosa* que era um irmão de criação de lampião cujo novamente suas origens são incertas, mas mantemos o foco no início do cangaço da família Ferreira, neste primeiro ataque contra o coronel *José Lucena Albuquerque Maranhão* e *Amarílio Batista Vilar* estavam aliados a eles: Antônio Matilde que era seu tio e os cangaceiros:

1. Luís Fragoso
2. José Fragoso

Ou como eram conhecidos os Irmãos Fragoso, também foram mapeados os:

1. Antônio Porcino
2. Pedro Porcino
3. Manoel Porcino

Estes eram os Irmãos Porcino, eram primos dos Fragosos e acabaram se tornando amigos dos Ferreira (lembrando aqui que o Antônio Matilde também de certa forma fazia parte dos Ferreira). E por último, mas também não menos importante, veio os Marcelinos e Pequenos:

1. Manoel
2. José
3. João

grosso modo não tenho tantas informações sobre os homens acima citados, a não ser pelos, Ferreiras, o que possivelmente carece de mais pesquisas, mas esse foi o “bando” inicial que de fato levou Lampião para o cangaço e posteriormente se tornando chefe de bando com seu primeiro bando formado no ano de 1923, ele recebe de Senhor Pereira a chefia do cangaço em 1922, mas só forma um bando inteiramente seu no ano seguinte e

Aqui já podemos dizer haver relações com as duas famílias que já comentamos em tópicos anteriores e principalmente a *Família Domingos* já que seus homens

também foram para o cangaço, e dizer por que esses homens foram para o cangaço independente se eram os porcinos ou Domingos é difícil manter um mapa do qual diga um panorama único de fatores, mas podemos afirmar aqui que o fator era quase sempre uma vingança e sempre será um fator externo que mude o caminho desses homens.

#### **4.1 “Cariri pra rapadura\ Pajeú pra Valentão!”: qual explicação pra região do Pajeú ter tantos indícios de cangaceiros e bandoleiros;**

Figura 2 Lampião e seu bando em posição de tiro - Benjamin Abrahão/Acervo Instituto Moreira Salles



Tenhamos em mente que um menino do sertão na época quando se fazia lá seus 11\ 14 anos ganhava uma garrafa do que chamamos aqui de água-ardente e uma peixeira para levar na cintura, o pai também levava-o ao prostíbulo para que aquele garoto virasse homem e assim era a vida de um jovem do sertão em meados de 1920. Tendo este pequeno contexto que volto a pergunta do título deste tópico que é do porquê a região do Pajeú deu

tantos bandoleiros, na historiografia desde quando as cidades ao redor de Serra Talhada foram fundadas, por exemplo, começaram a ter uma incidência enorme de criminalidade, os donatários já não sabiam o que fazer, se formos analisar a formação desses lugares podemos de fato encontrar uma em um milhão de fatos que explique em partes o porquê de uma região ser tão brava, de certa forma. Desde os tempos remotos da história Pernambucana que a região do *Sertão do Pajeú* é conhecida por seus homens bravos e valentes, analisamos o trecho do Cantador Nordestino Manoel Moreira da cidade de Atalaia em Alagoas:

“Tive medo\ De descer o Pajeú\ Que é pasto dos urubu,  
\ Terra de morre, mata! \ Cabra de lá\ é macho na lazarina, \ No  
fuzil, na carabina\ No cacete e no punhá.”

O cantador descreve que o Pajeú seria terra onde se mata e morre e que os homens de lá sempre estariam de armas na mão e de fato a região na década de vinte havia inúmeras brigas de famílias, o contrato de homens que faziam serviços “sujos” entre várias faces de uma região que hoje é uma das mais prósperas do estado de Pernambuco, onde as cidades ditas da região do Pajeú só têm a crescer, mas o fato que me traz aqui hoje é a formação desse lugar.

## **5 Uma conclusão não muito fácil de dar: cangaço é uma questão de família.**

Quando afirmo que Cangaço é uma questão de família eu não apenas estou querendo dizer que essa tal questão seja o que levaram eles para o cangaço o que eu particularmente chamo de *motivo primal*, mas sim, aqui cabe afirma sendo uma questão de família quando eles muitas vezes eram influenciados a irem para o cangaço

por que algum parente foi ou sua família já tinha uma relação muito próxima com lampião tornando-se coiteiros e por querer, os meninos novos se acharem aptos homens a enfrentar tiroteios sangrentos, etc. eles iam, afirmo com certeza que muito dos vários homens que se alistaram as fileiras de lampião, do cangaço o motivo muitas vezes era a família.

Em uma sociedade que era patriarcal como muitas vezes vemos nas leituras sobre o assunto, a voz do homem era sempre ouvida e tomada como lei e não seria em questão do cangaço, onde o meio ambiente que ele coexistiu era lei a palavra do rei, o Lampião, as mulheres ao entrarem para este meio os seus motivos o que as levaram para o cangaço é passível de traçar um padrão, como o caso do ato de “cobrir uma fêmea” muitas vezes esse termo era não só para designar o fazer sexo como tomar uma mulher para si, ou simplificando: o estupro. É um tópico sensível de falar e muitas vezes passível de cometer anacronismos, mas em quase todas às vezes a mulher a ir para o cangaço era levada e não foi por conta própria e dá para listar quais foram por querer e diferentemente os motivos que levaram essas mulheres a irem por querer são extremamente diferentes do que levou a esses homens, neste caso até o momento não consigo apontar qual teria ido por alguma questão de família(lembrando que questão de família é o que já bem comentamos aqui onde havia relação mutua).

Por fim, trabalhar essas relações familiares é de suma importância de compreender para conseguirmos ligar pontos e montar uma rede, quase como uma cadeia onde é imprescindível entender em particular os seus pontos de ligação e saída, em meu caso, por exemplo, onde tenho em vista entender o *Pirolito* como pessoa e não somente como cangaceiro de Lampião entendo que antes e até mesmo durante seu tempo no cangaço(liberdade) ele

tinha uma família, família essa que como comentado em tópico anterior era ligada a Lampião e esse por sua vez ligado a uma infinidade de famílias, histórias e pontos, sendo um elo que dele se saem inúmeras linhas de histórias.

Deixo para você leitor um trecho de uma carta da Olivia Leite, filha da Clara Otília onde ela fala sobre Lampião:

“Cada um que puxe sardinha para sua brasa e contam mais suas próprias vidas do que a de Lampião e o assunto é a vida de Lampião e não vantagens dos outros, com exceção da família Ferreira que estão ligados a própria história e vida dele.”

Essa carta foi obtida através do acervo pessoal da família Leite de Sá onde foi fornecido alguns livros e fotografias e no meio desse material foi encontrado uma carta, onde a Ana Paula me contou sobre as memórias da Olivia, filha da Clara Otília.

## Referências

ARAÚJO, B. *Goytacazes. A Instabilidade Política na Primeira República Brasileira. Juiz de Fora: Ibérica. 2009.*

BARROS, Souza. *Década de 20 em Pernambuco: (uma interpretação). Rio de Janeiro: [s. n.], 1972. 318 p.*

BEZERRA MACIEL, Frederico. *Lampião, Seu tempo e seu Reinado: As Origens. Rio de Janeiro: Vozes, 1985. 213 p.*

BONESANA, Cesare Beccaria. *Dos delitos e das Penas. 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 2014. 118 p. ISBN 978-85-7232-820-3.*

DA SILVA CESAR, Tiago. *A Ilusão Panóptica: Encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888). Pernambuco: OIKOS, 2015. 303 p.*

DE MELO, Frederico pernambucano. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no nordeste do brasil. 5 edição. ed. atual. São Paulo: A Girafa, 2013. 521 p. v. 1. E-book.*

*FACÓ, Ruy. Cangaceiros E Fanáticos: gêneses e luta. 8. ed. São Paulo: BERTRAND BRASIL, 1988. 228 p. E-book.*

*FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.*

*NETO, Antônio; SOBRINHO, José Alves. Pegadas de Um Sertanejo: Vida e memórias de José Saturnino. Recife: Bagaço, 2016. 318 p. v. 2.*



# **LAS POLÍTICAS PENITENCIARIAS ARGENTINAS EN CLAVE LOCAL: DE LAS REFORMAS JUSTICIALISTAS A LA LEY PENITENCIARIA NACIONAL (TUCUMÁN, 1943- 1958)**

**LUIS GONZÁLEZ ALVO**

## **Introducción**

La historia social argentina abordó las cárceles del peronismo por primera vez a comienzos de este siglo. En 2002, Lilia Caimari planteó varias de las líneas de investigación que continúan desarrollándose hasta la actualidad sobre la gestión de Pettinato al frente de la DGIP. Analizó la política –y retórica– reformista de la “democratización del bienestar” extendida hacia los penados y los agentes penitenciarios y, al mismo tiempo, un conjunto de continuidades con la agenda penitenciaria de los gobiernos conservadores de la década de 1930 y con la ideología correccional del positivismo criminológico de fines del siglo XIX (Caimari, 2002). Posteriormente, otros autores continuaron profundizando en algunos aspectos de esta tensión entre transformaciones y permanencias. José Daniel Cesano y Jeremías Silva abordaron los procesos de “humanización del castigo” para los penados masculinos adultos alojados en las cárceles de la DGIP<sup>1</sup>, que

---

<sup>1</sup> *Dirección General de Institutos Penales de la Nación*. En la Argentina, en virtud de su constitución federal, cada provincia cuenta con su propia administración penitenciaria, mientras que el gobierno de la Nación administraba las cárceles de la Capital Federal y de los denominados “territorios nacionales”, a través de la DGIP.

albergaban, en esos años, más de un tercio de la población carcelaria total del país (Cesano, 2006; Silva, 2011).

Aquellas mejoras de las prisiones de la órbita nacional se hicieron visibles en múltiples aspectos: alimentación, salud, sexualidad –avanzando en la implementación de las visitas íntimas, fortalecimiento de los vínculos con las familias, promoción de la actividad física regular, condiciones de trabajo, actividades culturales, publicación de periódicos. Entre los principales avances de la época se han señalado: la implementación del Régimen Atenuado de Disciplina en la Penitenciaría Nacional, el cierre del Presidio de Ushuaia, la eliminación del estigmatizante traje a rayas, los grillos para los traslados y la reglamentación de la Ley 11.833 de Organización Carcelaria y Régimen de la Pena. Asimismo, en los primeros años del gobierno peronista, por una serie de indultos y conmutaciones de penas tuvo lugar un notable descenso en la población penada y en los índices de encarcelamiento (García Basalo, Núñez y Olaeta 2020).<sup>2</sup> Asimismo, también los agentes penitenciarios se vieron beneficiados por las reformas, en especial los que ocupaban los lugares más bajos del escalafón, a través del dictado del Estatuto Penitenciario, los aumentos salariales (procurando equiparlos con los de la Policía Federal), la construcción de barrios cercanos a las cárceles, régimen de licencias, sistema de pensiones y retiros, nuevos uniformes, los beneficios de la obra social penitenciaria, la creación de la Escuela Penitenciaria, entre otros aspectos.

---

<sup>2</sup> Sin referirse a la reforma justicialista en particular, Laura Mingolla y Carmen Rodríguez López abordaron las condiciones de vida de las penadas durante la administración religiosa de la Cárcel de Mujeres de Buenos Aires en los años peronistas (Mingolla 2010, 2013 y Rodríguez López 2015).

En los trabajos hasta aquí mencionados existe cierto consenso respecto a que las continuidades se vincularían con una agenda penitenciaria preexistente: la supresión de la Cárcel de Ushuaia, la eliminación del traje a rayas y la mejora de los establecimientos y penados. Es decir, se trataría de preocupaciones que ya estaban presentes en los gobiernos conservadores e incluso en parte de la opinión pública, aunque no se hubiesen hecho efectivas. La otra gran continuidad es la vinculada al conjunto de ideas que conformaron el paradigma criminológico positivista y sus propuestas de tratamiento de la delincuencia.<sup>3</sup> Recientemente, Jorge Núñez planteó su discrepancia con ese consenso ya que, consideró, se había tendido a enfatizar más las continuidades que las rupturas en la gestión de Pettinato (Núñez, 2019). La discusión acerca de las transformaciones y permanencias en las reformas encabezadas por Pettinato dista de estar zanjada. En ese sentido, nuevas miradas deben dirigirse hacia la proyección internacional –y en especial latinoamericana– del penitenciarismo justicialista, hacia el estudio de la prisión política y la tortura durante el peronismo<sup>4</sup> y hacia el impacto de la reforma justicialista en las administraciones provinciales. Entre esa variada y compleja gama de posibilidades de investigación, este trabajo se orienta hacia el abordaje de esta última perspectiva, desde el mirador de la provincia de Tucumán,

---

<sup>3</sup> Gual ha señalado que la literatura que le endilga “no haber roto con el correccionalismo parece olvidar que aquél gozó de buena salud en todo occidente hasta veinticinco años más tarde, cuando a nivel discursivo y programático el ideal rehabilitador cayó en desgracia junto al Estado de Bienestar que le servía de sostén” (Gual, 2020).

<sup>4</sup> Sobre la prisión política, la historiografía no ha investigado el papel de Pettinato y de la DGIP en la detención y tortura de dirigentes –principalmente radicales, socialistas y comunistas– sino de la Policía Federal y de la Secretaría de Inteligencia (Kabat, 2016; Luna, 2018).

una de las pocas provincias que, cuando comenzó el fenómeno de ascenso demográfico penitenciario, contaba con una “cárcel modelo” y una estricta separación entre condenados y procesados. Se parte de la hipótesis de que, más allá de la mejora de las condiciones de vida durante el peronismo, también se produjeron otros cambios que condujeron a la militarización de las administraciones, al incremento de la población encarcelada, al abandono de la separación entre condenados y procesados y al empleo de comisarías como lugares de cumplimiento de condenas. Se abre el estudio en 1943 con la intervención militar de la administración tucumana y se cierra en 1958 cuando se sanciona la Ley Penitenciaria Nacional, que tuvo como objetivo homogeneizar la ejecución penal a nivel nacional y revertir procesos advertidos con preocupación por los actores de la época. Cabe aclarar que este escrito forma parte de un trabajo en proceso, por lo que aún está pendiente incorporar la discusión con la historiografía latinoamericana que ha abordado el período 1940-1960.

### **La situación carcelaria tucumana a comienzos de los ‘40**

A comienzos de la década de 1940, la provincia de Tucumán era la quinta más poblada de la Argentina. Su presupuesto anual era uno de los más altos del interior y su Universidad era una de las más prestigiosas. Incluso su administración penitenciaria podía jactarse de tener una de las cárceles más modernas, el Penal de Villa Urquiza, inaugurada en 1928. Sin embargo, según los testimonios de la época, no era sino un oasis en medio de un gran desierto. Fuera de aquel establecimiento, que distaba enormemente de los demás en presupuesto e infraestructura, la situación general de la mayor parte de su población privada de la libertad dejaba mucho que

desear. Las principales críticas giraban en torno al estado de los edificios –antiguos y mal construidos–, la falta de formación del personal, la ausencia de espacios de trabajo y educación y los altos niveles de hacinamiento.

En un informe elevado en 1943 al interventor militar de la provincia –coronel Juan R. Alvelo–, el presidente de la Corte Suprema de Justicia, Juan Heller, afirmó que, luego de la visita general de cárceles había vuelto “con el corazón entristecido y la convicción de que las causas y factores tantas veces señalados en ocasiones análogas siguen colaborando en la criminalidad de Tucumán” (Heller 1945: 537). Para Heller, el problema era relativamente simple, demasiadas personas se hacinaban en las cárceles de la provincia, de las cuáles más de la mitad vivían en “completa inacción”. Para el presidente de la Corte no sería justo buscar personalizar la crítica ya que la culpa “era común a todos” desde la organización administrativa y judicial, hasta la legislación y la “indiferencia social” (Heller 1945: 537). El mayor problema no se hallaba en el Penal de Villa Urquiza cuyo plantel, según Heller, era excelente y no tenía superpoblación (albergaba 308 reclusos). No obstante, no ahorró críticas para sus directores cuya “falta de nervio e inspiración”, hacía que la actividad cotidiana del establecimiento “aunque normal y correcta” fuera rutinaria y nada creativa (Heller 1945: 539). Aunque marcó como preocupante el número de tuberculosos, la destacó como la mejor cárcel de la provincia, sin comparación posible con las demás. El mayor problema se hallaba en la Cárcel de Encausados de la Capital, que ocupaba el vetusto edificio de la primera penitenciaría provincial, erigida en 1886 (González Alvo, 2013). Allí se hacinaban 656 personas, en “completa inacción”. A pesar de su denominación, aquella cárcel albergaba un alto número de penados (214), “detenidos por vagancia” (56) e infractores a la “ley de

juegos” (12). El resto estaba constituido por 374 procesados, cuya mayoría eran reincidentes, razón por la cual no podían ser excarcelados. A pesar del alto nivel de hacinamiento, sorprendió a Heller el “estado sanitario de la población, relativamente bueno; la atención de la enfermería, esmerada y eficaz” (Heller 1945: 539).

El tercer establecimiento en cantidad de detenidos era la Cárcel de Encausados de Concepción, principal ciudad del sur provincial y cabecera de la Segunda Circunscripción Judicial.<sup>5</sup> Allí se alojaban 266 hombres de los cuales 201 eran procesados (mayoría de reincidentes) y 65 penados. A diferencia de las otras dos cárceles, ésta no había sido edificada para ese fin, sino que había funcionado durante tres décadas como hospital.<sup>6</sup> Su estado sanitario, como en Encausados de la Capital, fue evaluado como bueno y poseía una considerable biblioteca, recientemente donada por el Rotary Club de la ciudad. A Heller le impresionó negativamente el hecho de que el director de aquella cárcel se ocupase de preparar “raciones para alcanzar a la familia de algunos procesados y penados”. Según había entendido la Corte Suprema se trataba de un accionar “impropio” ya que “multiplica las erogaciones, facilita el abuso y propende al predominio de sentimiento en un delicado problema social que reclama otras directivas que las secundarias de la ternura y otras proyecciones [que] ya señaló el Tribunal en numerosas sentencias, memorias e informes que ningún legislador recogió y que tampoco comprendió ningún director de

---

<sup>5</sup> En esta época, la provincia de Tucumán estaba dividida en dos circunscripciones, una con cabecera en la capital y la otra con cabecera en la ciudad de Concepción.

<sup>6</sup> En 1939 el gobierno provincial inauguró un nuevo hospital en Concepción y la cárcel (que hasta entonces funcionaba frente a la plaza principal) fue trasladada al antiguo hospital Lamadrid, que había sido habilitado en 1919 (González Alvo 2018).

nuestras prisiones”. (Heller 1945: 538) El trabajo, como en Encausados de la Capital era mínimo y estaba conformado principalmente por pequeños trabajos individuales de “talla y calado de madera, fantasías de asta y hueso”.

Respecto a la Cárcel de Mujeres, ubicada en el edificio de la Congregación del Buen Pastor en la intersección de las calles Salta y Mendoza, Heller consignó que tenía “sólo” 20 penadas y 20 procesadas mayores de edad. El resto de la población estaba constituido por 405 menores. Si bien su desenvolvimiento fue caracterizado como “normal”, el presidente de la Corte consideró fundamental la urgente reforma de su plantel y régimen interno. De hecho, en febrero de 1943 había comenzado a construirse una nueva Cárcel de Mujeres en Tucumán.<sup>7</sup> Sin embargo, al inaugurarse en 1951, en lugar de usarse con ese fin, se instaló allí una nueva cárcel de Encausados para varones y se demolió la antigua penitenciaría de la Avenida Sarmiento donde se alojaban los procesados. Por esa razón, la situación de las mujeres recluidas continuaría siendo enormemente precaria por décadas (González Alvo, 2018, p. 295). Finalmente, en lo que constituía una de las mayores preocupaciones del tribunal supremo, Heller advirtió que resultaba alarmante la frecuencia con la que se podía encontrar penados y procesados en las comisarías de la Capital. La “internación en comisarías”, sostuvo, debía limitarse a casos excepcionales, como era el caso de empleados policiales procesados (Heller 1945: 538). En todos los demás casos debería evitarse y, sin embargo, era un fenómeno cada vez más común. Es probable que esa fuera la razón por la que finalmente la nueva cárcel de mujeres terminó siendo empleada como cárcel masculina para encausados.

---

<sup>7</sup> *Revista Penal y Penitenciara* (en adelante *RPyP*), 1942, p.331, *RPyP*, 1943, p.398.

En conclusión, para el presidente de la Corte, la situación no tenía la apariencia de ser irresoluble. Sin embargo, mientras los directores de las cárceles tucumanas carecieran de “nervio e inspiración” no podría resolverse. Agrega también que la “capacidad o técnica del cargo” también faltaba y que era “suplida por el sentimentalismo”. Como forma de solucionar esa carencia técnica y “vocacional”, señaló cómo fundamental “cimentar las vocaciones con el escalafón de estímulo en la carrera” (Heller 1945: 540).<sup>8</sup> Heller no lo dice, pero se desprende de su análisis, que era fundamental, para mejorar la situación de las cárceles provinciales, la creación de una superintendencia de instituciones de reclusión que pudiera uniformar políticas administrativas y acortar las gigantescas distancias que separaban a Villa Urquiza de las demás cárceles de la provincia, tanto para los reclusos como para los agentes penitenciarios. Precisamente, la ley que impulsó Bianco en 1949 – sancionada en 1950– dispuso en su artículo 21° la creación de cursos de preparación y perfeccionamiento para el personal y el establecimiento de escalafón, condiciones de ingreso y estabilidad.<sup>9</sup> Una reducida parte de la población

---

<sup>8</sup> En su informe, Heller también se preocupó por la situación de los menores varones detenidos, que se dividían en dos instituciones. Unos 400 se alojaban en la Colonia de Menores de la Capital dirigida por el padre Jorge María Paiporta. Aproximadamente 40 “preferentemente penados” se alojaban en la Colonia Agrícola de Tafi Viejo.

<sup>9</sup> El artículo 34° establecía salarios mensuales que iban de \$ 1.500 para el Director General a \$ 320 para ordenanzas. *Diario de Sesiones. Cámara de Senadores de Tucumán*, 2° período legislativo, 27 de diciembre de 1949, Tucumán, pp.394-395. Como punto de comparación, el salario más alto de la administración provincial era el del gobernador (\$ 3.000). *Boletín Oficial de la Provincia de Tucumán*, martes 1 de julio de 1947, p.6. En 1947, el salario mínimo de la Dirección General de Cárceles de Córdoba era de \$200. *Mañana*, Buenos Aires, 3 de julio de 1947. El salario del gobernador de



penal se albergaba en Villa Urquiza, aproximadamente un cuarto de la población total de mayores detenidos en cárceles. Si sumamos el número de menores reclusos y estimamos una cifra tentativa de detenidos en comisarías – alrededor de 600– ese porcentaje se reduciría a poco más del diez por ciento de la población privada de libertad.

### **“Un verdadero reformatorio humano”. Retórica y política penitenciaria justicialista en Tucumán (1947-1955)**

El 8 de julio de 1947, Perón y el presidente chileno Gabriel González Videla llegaron a la ciudad de Tucumán, acompañados de una importante comitiva y fueron recibidos por el gobernador, el mayor Carlos Domínguez. Al día siguiente se realizó un gran desfile militar por la Avenida Benjamín Aráoz que culminó con el ingreso del presidente a la Casa Histórica de la Independencia.<sup>10</sup> En “una ceremonia de extraordinario relieve se declaró en Tucumán la independencia económica” rezaba la portada del diario para penados *Mañana*.<sup>11</sup> Perón declaró “la independencia económica de la Argentina de todos los poderes de la tierra” para “consumar su emancipación económica de los poderes capitalistas foráneos que han

---

Córdoba era de \$ 2.000. *Provincia de Córdoba. Presupuesto General (rectificado) para el año 1945*, p.37 (fue válido para 1946). En 1948 el salario del gobernador fue aumentado a \$3.000. *Provincia de Córdoba. Presupuesto General para el año 1948*, p.49.

<sup>10</sup> *Mañana*, Buenos Aires, 3 de julio de 1947.

<sup>11</sup> *Mañana*, Buenos Aires, 10 de julio de 1947. Sobre este periódico carcelario y su antecesor, *El Domingo*, puede verse Núñez, Jorge (2017). “Una primera exploración sobre los periódicos para la población carcelaria en la Argentina. Algunas observaciones sobre El Domingo (1938) y Mañana (1947)”, en *Revista Delito y Sociedad*, v.1, n.43, pp.53-90.

ejercido su tutela y control y dominio, bajo la forma de hegemonías económicas condenables”. Al finalizar el acto, Perón recibió un diploma honoris causa de la Universidad Nacional de Tucumán, de manos de su interventor, Horacio Raúl Descole. Entre la numerosa comitiva también se hallaba Roberto Pettinato, quien seguramente se hizo un tiempo para conocer la penitenciaría provincial, aunque no quedase reflejado en la prensa.

No mucho tiempo después, en diciembre, se aprobaron los primeros “Cursos de especialización para el personal de Institutos de Reeducción y Rehabilitación” en Tucumán, con una selección de contenidos que podría haber sido influida por las ideas –o al menos la retórica– de Pettinato, cuyas iniciativas en la DGIP comenzaban a replicarse en las administraciones penitenciarias de Córdoba, Santiago del Estero y Santa Fe. Los cursos contemplaban contenidos "de carácter médico, psicológico, pedagógico y jurídico, que abarquen temas generales y psiquiátricos, de psicología general y aplicada, de pedagogía contemporánea y correccional, y de derecho penal y del menor respectivamente, tendientes a aumentar la competencia y la preparación del personal”.<sup>12</sup> También en 1947, Pettinato que participó de la intervención federal de Córdoba, se encargó de llevar “al seno de las cárceles cordobesas el ritmo revolucionario, que es agilidad y acción constructiva, y las directivas y el pensamiento del Excelentísimo Señor Presidente de la Nación, General Juan Perón, sobre el problema del hombre que delinque y el papel que deben desempeñar las instituciones penitenciarias y que si fueron impartidas en el orden federal deben tener vigencia en el ámbito de la Nación”.<sup>13</sup> El mayor anhelo de Pettinato, compartido con muchos de

---

<sup>12</sup> RPyP, 1947 p.565-566.

<sup>13</sup> RPyP, 1947 p.556.

sus antecesores y predecesores, fue, sin duda, la unificación de todas las cárceles del país bajo una misma ley y una misma administración.

Para 1949, la situación carcelaria tucumana era comparable a la de un desierto en el que un oasis –Villa Urquiza– representaba el único espacio habitable. El periódico universitario peronista *Trópico*, caracterizaba aquel penal como un “verdadero reformatorio humano”. Orgullo de la provincia, la colocaba a “la vanguardia en materia penal”, al menos en esa institución, centrada en la “readaptación” mediante “el trabajo y la educación moral y religiosa”. Eran, no obstante, los ejes históricos de la “regeneración” del penitenciarismo clásico.<sup>14</sup> Su director, Óscar Alfredo Walter, sería posteriormente designado al frente de la Dirección General de Cárceles, en donde se desempeñó, al menos, hasta 1951.<sup>15</sup> Entre las novedades introducidas por el Walter desde 1949 se encontraba la sección especial denominada como “Régimen de Pre-liberación (en adelante, RPL)”, vinculada al Régimen de Disciplina Atenuado que Pettinato comenzó a implementar en 1947 en la Penitenciaría Nacional de Buenos Aires. Dicha sección, establecida en un pabellón especial con capacidad para 50 personas, constituía “lo más interesante y lo más revolucionario” de la administración

---

<sup>14</sup> *Trópico*, Universidad Nacional de Tucumán, 21 de febrero de 1949. En la nota se deja constancia de los talleres existentes: escobería, mimbtería, imprenta, panadería, granja modelo con criaderos de cerdos, aves, pavos (producen para abastecer los hospitales) zapatería, sastrería, mosaiquería, entre otros. Sobre la organización del trabajo, *Trópico* sostiene que: “se elabora con entusiasmo y se produce de verdad. Sin sindicatos, pero con orden y acuerdos honorables para el hombre que trabaja [...] Todo recluso está obligado a trabajar y recibe un buen peculio [entre sesenta centavos y tres pesos diarios]”. El subrayado es nuestro. Agradecemos a Alejo García Basalo la remisión del documento.

<sup>15</sup> RPyP, 1951, p.593.

penitenciaria tucumana. Sin embargo, se trataba de un régimen especial al que no cualquier penado podía acceder, ya que para poder hacerlo se requerían mínimamente tres años de excelente conducta y un término de condena a cumplir menor a tres años. En el RPL, se buscaba que la vida de los reclusos fuera lo más parecida posible a la vida en libertad, con el objetivo de que pudieran ir retomando responsabilidades y autonomía. Las celdas estaban abiertas tanto de día como de noche y no había necesidad de ingresar a ellas sino hasta una hora después del toque de queda general. Estaban provistas de muebles que daban, según *Trópico*, un cierto “calor de hogar” que tenía como objetivo “desfigurarse en lo posible el ambiente carcelario”. A diferencia del resto del penal, en la sección de RPL los penados comían en mesas comunes de hasta seis personas con autorización para emplear cubiertos comunes (cuchillos y tenedores, a los que no tenían acceso los demás reclusos). Asimismo, podían leer revistas y diarios seleccionados por la administración y jugar al ajedrez y a las damas.<sup>16</sup>

Imbuida de retórica justicialista, la nota de *Trópico* transmite sintonía con el discurso reformista del peronismo: los hombres que habían delinquido, por error, ignorancia o desesperación, debían ser encaminados hacia una meta de común de bienestar general y felicidad. Según el mismo diario –aunque la estadística no está presentada– la reforma era exitosa, ya que “la delincuencia tiende a mermar sensiblemente en Tucumán. Así lo demuestra en forma palpable la estadística. Con relación hace 5 o 6 años

---

<sup>16</sup> Los reclusos en los pabellones comunes tenían derecho a educación y deporte al aire libre: fútbol, basquetbol y bochas. Sobre la lectura, *Trópico* señala que “todo penado puede hacer uso de la biblioteca, nutrida con muchos volúmenes”. El Consejo General de Educación de la provincia impartía la educación primaria y el capellán la instrucción moral y religiosa.

se nota una baja notable”.<sup>17</sup> Los únicos datos presentados son los de la población del Penal que, con una capacidad para 320 personas, sólo alojaba 270, de los cuales 62 eran procesados. No se menciona, sin embargo, la superpoblación que sufrían los condenados y procesados que se hallaban en la Cárcel de Encausados de la Avenida Sarmiento, probablemente la antítesis del Penal de Villa Urquiza. También, sin quererlo, *Trópico* da cuenta de la discontinuidad de una política lograda con mucha dificultad de no incorporar procesados a la población de condenados.<sup>18</sup> El propio periódico informa que hasta 1945 todas las celdas estaban ocupadas por penados, es decir, que fue durante la gobernación Domínguez que se comenzó a introducir encausados en el Penal.

Otras reformas que podrían vincularse a las impulsadas por Pettinato a nivel nacional puede mencionarse la práctica regular de deporte al aire libre, la abolición de la “celda oscura” como castigo y la ampliación de las “visitas íntimas”. Desde su inauguración en 1928, la Penitenciaría de Villa Urquiza se distinguía a nivel nacional por haber sido la primera –y única por mucho tiempo– en permitir visitas conyugales. Estas habían sido introducidas como una forma de combatir “el problema sexual” en las cárceles (se referían a la homosexualidad y, en menor medida, el onanismo). Reglamentadas en 1931, las visitas estuvieron reservadas, en sus primeros tiempos, sólo para penados casados y con conducta ejemplar. A partir de 1946, dado que las prácticas homosexuales persistían –y se atribuían a la exclusión de los solteros del beneficio– y el elevado número de presos que contraía matrimonio sólo para

---

<sup>17</sup> *Trópico*, Universidad Nacional de Tucumán, 21 de febrero de 1949.

<sup>18</sup> Desde su habilitación en 1928, la Penitenciaría de Villa Urquiza se había destinado exclusivamente a condenados (González Alvo, 2018)

obtener el beneficio, la visita íntima se extendió a “compañeras, concubinas y amigas” (González Alvo 2018: 374). En 1947, José Berenguer, director del penal en aquel momento, informó que la ampliación había sido “contemplada y resuelta con criterio superior y liberal, buscando la eliminación casi total del gravísimo mal generalizado en las cárceles de la pederastia [sic: por homosexualidad] y el onanismo”.<sup>19</sup> Cuando la visita era realizada por “amigas”, se les exigía “certificado de sanidad y buena salud”. Asimismo, como a las esposas y concubinas, se les requería que sólo visitasen a un penado. El número de visitas por mes que cada penado podía recibir variaba según la conducta: a mejor conducta, mayor cantidad de visitas permitidas. Según Berenguer, estaba probado el beneficioso “efecto que causa sobre la psiquis del individuo la satisfacción de las necesidades fisiológicas, atemperando sus pasiones y haciendo desaparecer ese estado de sobreexcitación tan común a los hombres colocados bajo la acción de la justicia”.<sup>20</sup>

En lo que respecta a la alimentación, según informaban las autoridades, las comidas eran racionadas por médicos especialistas en pos de una “científica labor alimenticia”. Según el periódico se debía al considerable presupuesto anual que recibía la institución, muy superior a las demás cárceles de la provincia.<sup>21</sup> Asimismo, en lo que representa un continuidad histórica casi invariable, la

---

<sup>19</sup> Berenguer emplea equivocadamente el término pederastia ya que no había menores en Villa Urquiza.

<sup>20</sup> Informe de J. Carlos García Basalo sobre antecedentes de las visitas conyugales, 12 de diciembre de 1950). DGIP, Exp.456. I.1950 (Archivo J. Carlos García Basalo).

<sup>21</sup> Según el *Trópico*, el presupuesto del penal es de 991.750 pesos. Contrasta enormemente con los 303.900 pesos que le asignaba el presupuesto del año 1947. *Boletín Oficial de la Provincia de Tucumán*, 1° de julio de 1947, p.22.

mayoría de los reclusos tenían un buen comportamiento. Según *Trópico* se había “logrado con disposiciones humanas” que el 90% de la población tuviera una conducta ejemplar. La nota concluía que el Penal de Villa Urquiza constituía “un modelo entre sus similares del país y ejemplo de constante recuperación humana” y que sus estadísticas revelaban “que cuando el Estado se preocupa, la delincuencia disminuye. Y que cuando la moral consigue suplantar a la violencia se obtienen resultados más provechosos en el difícil arte de readaptar al individuo descarriado”.<sup>22</sup> Lo que la nota no mencionaba era el pésimo estado de las demás cárceles de la provincia, que estaban muy lejos de ser “reformatorios humanos”. Pocos meses después, por esa razón, en diciembre de 1949, el senador peronista Raimundo Bianco presentó su proyecto de ley de creación de la DCP, basado en el presentado por Pettinato en Córdoba (1947) y la Ley Nacional 11.833 (1933).<sup>23</sup>

Sin mayores discusiones, en febrero de 1950, se sancionó la Ley Provincial n°2.308 que estableció la aplicación del régimen progresivo en las cárceles tucumanas. Se seguían las etapas previstas en la Ley Nacional 11.833: observación; reclusión (con trabajo al interior del establecimiento); orientación (con posibilidad de trabajo al exterior del establecimiento) y prueba (en “campos de semilibertad”).<sup>24</sup> De manera casi idéntica, el artículo 10° de la ley tucumana definió los cuatro grados de la siguiente manera: la observación estaba destinada “al

---

<sup>22</sup> *Trópico*, Universidad Nacional de Tucumán, 21 de febrero de 1949.

<sup>23</sup> Implementado en Córdoba por Decreto N°127 de 30 de junio de 1947.

<sup>24</sup> La Ley 11.833 contemplaba una quinta etapa, de “reintegración”, que se cumplía fuera del establecimiento penal, sólo para los casos de liberación condicional. Esa etapa no fue incluida en la ley tucumana de 1950.

estudio de la personalidad del recluso, bajo el contralor del Instituto de Criminología, y con la finalidad de su clasificación Criminológica y pronóstico de readaptabilidad social”; la reclusión era la “fase correctiva y rectificación por introspección anímica del recluso”; la orientación contemplaba “proseguir la reeducación instructiva, laboriosa y cultural del recluso” y, finalmente, el grado de prueba, tenía como finalidad “comprobar la medida de la creación, rectificación o ampliación del mundo moral del recluso y de prepararlo para su reintegro a la vida libre, de forma que este resulte natural y sin violencias”.<sup>25</sup> Los grados previstos por la ley no llegaron, sin embargo, a cumplirse en ninguna de las instituciones, ni siquiera en Villa Urquiza donde el mayor logro fue la creación de un espacio para la implementación – intramuros– del grado de “prueba”. Asimismo, en su artículo 21º la ley encomendaba a la DCP que estableciera el escalafón, condiciones de ingreso del personal y que asegurase su estabilidad.

En lo que respecta a la población penal masculina, cuando la DCP fue creada, la población ya había descendido considerablemente respecto a la señalada por Heller en 1943. De 1.230 en aquel año, pasó a 560 en 1951, lo que podría relacionarse con el ya señalado descenso de la población penal argentina en los primeros años del peronismo. Parte importante del descenso también se puede atribuir al traslado de la cárcel de encausados masculina que, hasta 1951 funcionó en un edificio mucho mayor (la vieja Penitenciaría) que el flamante edificio que fue le asignado a los encausados en lugar de funcionar como Cárcel de Mujeres. Asimismo, parte importante de la población de procesados iba a parar

---

<sup>25</sup> *Diario de Sesiones. Cámara de Senadores de Tucumán*, 2º período legislativo, 27 de diciembre de 1949, Tucumán, p. 393.



a las comisarías y no entraba en las estadísticas carcelarias oficiales. A partir de 1951, la población comenzó a crecer, sin llegar al nivel de 1943, pero sí aumentando de manera sostenida año a año. La población media de Villa Urquiza, si bien desde 1949 albergaba procesados y penados, se mantuvo en un promedio considerablemente inferior al que sostenía desde su inauguración (descendió de 298 [1929-1941] a 269 [1951-1954]).<sup>26</sup>

A lo largo de los años, Roberto Pettinato se mantuvo conectado con la administración tucumana y sus visitas se incrementaron con el paso del tiempo. En 1952 fue designado miembro correspondiente de la Sociedad de Ciencias Criminales y Medicina Legal de San Miguel de Tucumán y en 1953 recorrió todo el noroeste argentino para dictar conferencias sobre “los aspectos penitenciarios del Segundo Plan Quinquenal”.<sup>27</sup> Los gobiernos de Tucumán, Salta y Jujuy lo declararon huésped oficial. En Tucumán, Pettinato fue recibido en el aeropuerto por el gobernador Luis Cruz, el jefe y subjefe de policía, el director general de prisiones y el presidente de la Sociedad de Ciencias Criminales Isaac Freidenberg.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> De 1929 a 1941, siguiendo el informe estadístico provisto el último día de cada año, la población media fue de 298 condenados (González Alvo, 2018). Siguiendo el mismo criterio, la RPyP provee estadísticas entre 1951-1954 que muestran un significativo descenso de la población media a 269, aunque mixta. Debe recordarse, no obstante que era corriente aún la práctica de indultar parte de la población penal en fechas patrias o religiosas.

<sup>27</sup> *Mañana*, Buenos Aires, 4 de agosto 1953. “El Director General de Institutos Penales disertó en Tucumán”. La Sociedad de Ciencias Criminales y Medicina Legal lo incorporó como miembro correspondiente”.

<sup>28</sup> En sintonía con las políticas penitenciarias provinciales y nacionales, Freidenberg propuso en 1950 “como plan inmediato, hasta tanto se concreten los anhelos de regionalización por la Nación, que las Provincias del Noroeste Argentino sancionen leyes de inspiración

Posteriormente visitó la Penitenciaría, rindió homenaje a Eva Perón en un busto colocado en el hall del establecimiento, recorrió las distintas dependencias, observó los talleres e “hizo una arenga a los penados, recordándoles sus deberes y que ésta era una etapa de su vida en la que debían esforzarse para adquirir conocimientos que al volver a la vida libre le serían útiles para tener una existencia digna”. Los penados “lo escucharon conmovidos”, según *Mañana*. Luego Pettinato visitó la Unidad Hogar Buen Pastor para menores huérfanas, contraventoras, procesadas y la Escuela de Readaptación Eva Perón para menores “desadaptados y anormales”. Finalmente disertó en el Salón de Actos de la Biblioteca Alberdi sobre “Aspectos del penitenciarismo justicialista”. A la conferencia asistieron “altas autoridades políticas, judiciales y penitenciarias”.<sup>29</sup> Al presentar a Pettinato antes de su conferencia, el presidente de la Sociedad de Ciencias Criminales, señaló que ya había pasado “la época en que los organismos penales eran para aplicar penas y para seguridad de la sociedad [...] hoy asume una importancia central la reeducación social del delincuente y su readaptación gradual al medio colectivo”. Freidenberg ponderó las reformas que Pettinato había impulsado a nivel nacional –y en algunas provincias– desde el cierre del Penal de Ushuaia hasta las mejoras en la vida cotidiana de presos y penitenciarios y la introducción del régimen de pre-egreso, entre otras.<sup>30</sup>

---

semejante a la recientemente sancionada por la Provincia de Tucumán que lleva el título de 'Dirección Provincial de Cárceles'. *RPyP*, 1950, pp. 673.

<sup>29</sup> *Mañana*, Buenos Aires, 18 de agosto 1953. “Ecos de la visita del Señor Pettinato a varias provincias”.

<sup>30</sup> *Mañana*, Buenos Aires, 18 de agosto 1953. “La Sociedad de Ciencias Criminales de Tucumán agasajó al Director Nacional de Institutos Penales”.

La última visita registrada de Pettinato a Tucumán fue en septiembre de 1954, cuando asistió a las Primeras Jornadas Médico-Legales-Criminológicas organizadas por la Sociedad de Ciencias Criminológicas y Medicina Legal de Tucumán y realizadas en el lujoso Hotel Savoy de la Avenida Sarmiento, a pocos metros de la vieja Penitenciaría provincial, entonces Cárcel de Encausados de la Capital. En esa ocasión presentó una ponencia sobre “Factores negativos de la privación de libertad y las soluciones a través de la reforma penitenciaria justicialista”. A pesar del mayor énfasis social del análisis de Pettinato, el influjo del positivismo criminológico, en algunos sectores de la medicina tucumana, se rehusaba a desaparecer. En 1951, Carlos J. San Román, médico tucumano que había sido jefe del servicio sanitario de cárceles, publicó a través de la editorial universitaria tucumana una obra que él mismo incluyó dentro de una “criminología justicialista”. El título era tan resonante como extravagante: *Sistema Terapéutico-Penal. Una nueva concepción penal, eminentemente científica y profundamente humana, ofrecida por la Argentina Justicialista, para toda la humanidad*. En aquella obra, según Cesano, es notoria la influencia del médico fascista Nicola Pende ya que San Román proponía organizar un sistema terapéutico basado en un Instituto de Psicopatología Penal, que realizaría el estudio “clínico psicopatológico penal de los internos” y su correspondiente tratamiento médico que derivaría en la “neo-integración del ciclo inter-psicosocial, o sea, la resocialización experimental” (Cesano, 2011). Siguiendo a Pende, San Román sugería focalizar toda acción terapéutica sobre el sistema neuroendócrino para suprimir toda “fisiopatología delictual”. Según el esquema “Crono-fenomenológico” de San Román, era posible “constituir una visión panorámica del estado delictual, desde sus

orígenes hasta su éxito en los casos favorables” (San Román, 1951: 56). El delito era, en suma, evitable y suprimible y, en un futuro no muy lejano, podría suprimirse completamente. En su estudio sobre los discursos desde la Sociedad Argentina de Criminología en las décadas de 1930 y 1940, Mariana Dovio señaló que el método de Pende había sido ponderado ya por Carlos Capelli en un artículo titulado “Criminalidad orgánica”. Allí Capelli distinguió el método de Pende de cualquier otro ya que procuraba “más especialmente establecer las relaciones entre la morfología y las secreciones internas”. Buscaba en las glándulas endócrinas “registros del reloj de la vida” (Dovio, 2019: 11). El discurso de San Román se emparentaba con el de otros funcionarios vinculados a la reforma penitenciaria justicialista que postulaban una suerte de positivismo *aggiornado* (Cesano, 2011). En 1952, en una nota publicada en Córdoba, San Román presentó su “promisoria cirugía penal” como un “efectivo coadyuvante”. Mediante su sistema penal, “estrictamente científico y profundamente humanista”, se llegaría finalmente a la “anhelada y necesaria solución del problema terapéutico en los delincuentes”. Sin precedentes a nivel mundial, la meta de San Román era verlo impuesto en la Argentina Justicialista, “como una demostración más del nuevo ideal de la argentinidad y para ejemplo del mundo entero”.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Córdoba, 7-4-1952, s/n. Recorte tomado del Archivo J. Carlos García Basalo.

## **A modo de cierre. ¿Fueron las cárceles uno de los límites de la “desperonización” de la “Revolución Libertadora”? (1955-1958)**

El 16 de septiembre de 1955, Perón fue derrocado por un golpe militar que intentaría, a toda costa, “desperonizar” la Argentina. Todas las provincias fueron intervenidas militarmente para llevar a cabo el arduo –e imposible– proceso de “eliminar” el peronismo. Las cárceles no debían ser, en teoría, la excepción. Sin embargo, los avances experimentados en las cárceles no pudieron ser borrados por la dictadura que gobernó el país hasta 1958. Tampoco se mejoraron los aspectos que, desde antes del peronismo, aquejaban a las cárceles tucumanas. El panorama en 1955, cuando asumió el gobierno militar, visto de un modo general, parecía no haber cambiado sustancialmente respecto de los ‘40, más allá del descenso inicial de la población encarcelada (y que comenzó a revertirse a partir de 1951). Para quien mirara la imagen de conjunto de las cárceles tucumanas, luego de nueve años, la penitenciaría de Villa Urquiza parecía seguir constituyendo un oasis en un desierto hostil ya que, de las cuatro principales cárceles, dos permanecían en muy mal estado, carecían de talleres y sufrían altos niveles de hacinamiento. Parecía que “la revolución” había llegado sólo a Villa Urquiza, que continuaba siendo la nave insignia del penitenciarismo tucumano, más distanciada aún de las demás cárceles provinciales, luego de la implementación de su régimen de pre-liberación, la ampliación de las visitas íntimas y la práctica regular de deportes y de diversas actividades culturales. También se había logrado una significativa mejora de las condiciones de los procesados, aunque a expensas de la situación de las mujeres y en detrimento de la separación con los

condenados, en el caso de los que eran destinados a Villa Urquiza. La habilitación de la nueva Cárcel de Encausados de la Capital en febrero de 1951, que pasó a funcionar en el edificio proyectado originalmente para Cárcel de Mujeres, significó el definitivo abandono de la vetusta penitenciaría de fines del siglo XIX y la mejora sustancial de las condiciones de vida de los procesados.<sup>32</sup> Los cambios operados en las dos cárceles de varones de la capital hicieron mejor la vida de esa parte mayoritaria de la población penal, aunque, como contrapartida, continuaron ampliando la enorme distancia que separaba esos establecimientos de los demás.

Por otra parte, a nivel administrativo, la creación de la DPC pareció no haber ido más allá de una declaración de intenciones puesto que no fue reglamentada, razón por la cual siguió sin implementarse escalafón ni se establecieron condiciones de ingreso y estabilidad para los penitenciarios. En suma, podría decirse que las mayores innovaciones introducidas en el período analizado fueron la aplicación del régimen de pre-liberación en Villa Urquiza, la ampliación de las visitas íntimas y la introducción de ciertos aspectos retóricos que, aunque abstractos, dotaban de importancia simbólica a la cuestión penitenciaria. Quizás las mayores frustraciones fueron el fracaso de la puesta en marcha efectiva de la DPC, de la implementación de escalafón y condiciones de ingreso y estabilidad para los penitenciarios y la relegación de la mejora de las condiciones de detención de mujeres y

---

<sup>32</sup> El informe oficial del acto de inauguración señaló que “añadiéndose a la serie de actos cuya finalidad fue la de recordar dignamente el gran triunfo electoral obtenido por el peronismo el 24 de febrero de 1946, se inauguró el día en que se cumplía un nuevo aniversario de esa fecha el edificio construido por el gobierno de la provincia para Cárcel Correccional de Mujeres y en el cual funcionará provisoriamente la Unidad de Encausados de la capital [...]”. *RPyP*, 1951, p.593.

menores. Ante esta agenda de “deudas”, el gobierno de facto que administró la provincia y sus cárceles entre 1955 y 1958, no llevó adelante ningún programa específico o, al menos, no ha quedado registro siquiera de declaraciones de intención al respecto. Por otro lado, tampoco se intentó retroceder en los avances que, tanto internos como agentes penitenciarios, obtuvieron en los años previos. Las principales acciones del gobierno militar se relacionaron a la habilitación de la cárcel de mujeres de Concepción en un antiguo edificio, hacia fines de 1955. En 1957 se habilitó un pabellón para madres en el Hogar del Buen Pastor. Finalmente, a nivel nacional, el 14 de enero de 1958 se sancionó el decreto-ley n. 412, que sería ratificado por el Congreso de la Nación en septiembre de ese mismo año, mediante la Ley n. 14.467. Denominada “Ley Penitenciaria Nacional”, perfeccionó la ley vigente desde 1933 en cuanto a la progresividad del régimen, incorporó las Reglas Mínimas para el Tratamiento de los Reclusos de las Naciones Unidas en su articulado y tuvo carácter de complementaria del Código Penal, lo cual significó la unificación de la ejecución penal en toda la República.<sup>33</sup>

## Referências

CAIMARI, Lila (2002), “*Que la revolución llegue a las cárceles*”: el castigo en la Argentina de la justicia social (1946-1955)”, en *Entre pasados. Revista de Historia*, pp. 27-48.

CAIMARI, Lila (2004), *Apenas un delincuente. Crimen, castigo y cultura en la Argentina, 1880-1955*, Buenos Aires, Siglo XXI, p.27.

CESANO, José Daniel (2006), “*El sistema penal durante el primer peronismo (1946-1955): a propósito de ciertas interpretaciones*”, en *Boletín Americanista*, n°56, 2006, pp. 69-88.

CESANO, José Daniel (2011), *La política penitenciaria durante el primer peronismo, 1946-1955*, Córdoba.

---

<sup>33</sup> Tal carácter se mantuvo hasta 2017 cuando fue dejado de lado al sancionarse la ley n. 27.375.

CESANO, José Daniel (2020), "Entre el leproscario y la cárcel Un episodio de la historia penitenciaria argentina (1946)", en *Doctrina Práctica*, n.72, pp. 257-264.

DOVIO, Mariana Ángela (2019), "Discursos desde la Sociedad Argentina de Criminología, Buenos Aires, 1933-1945", en *Historia y Justicia*, Santiago de Chile, n.13.

GARCÍA BASALO, Alejo y OLAETA, Hernán (2020), *Juan José O'Connor: Censo Carcelario y Proyecto de Cárcel Mínima*, Tucumán, INIHLEP-UNT.

GARCÍA VIDELA, Carlos (1932) "El problema sexual en las prisiones", en *Revista de Identificación Penal y Ciencias Penales*, n.5, La Plata, correspondiente a septiembre de 1932.

GUAL, Ramiro (2020), "La prisión porosa. Representaciones oficiales sobre la cárcel federal en el primer peronismo", en Vacani, Pablo Andrés y Jorge Núñez (coordinadores), *El castigo en la conformación de los saberes penales y penitenciarios*, Buenos Aires: Editores del Sur.

HELLER, Juan (1945), "Sobre el problema penitenciario", en *Jurisprudencia de Tucumán*, v XVII, años 1932-1944, Tucumán, Tip. de la Cárcel Penitenciaria.

HORAIKI, Yamila (2016), "La conformación de la legislatura durante el primer Gobierno Peronista en Tucumán, 1946-1950", ponencia presentada en el V Congreso de Estudios sobre el Peronismo.

KABAT, Marina (2016), "El peronismo, los orígenes de la SIDE y de la 'maldita policía'", en *Razón y Revolución*, n.29, pp.1-44

LUNA, Marcial (2018), *Telefonistas. Las obreras torturadas durante el primer gobierno de Perón*, Buenos Aires, Ediciones Razón y Revolución.

MINGOLLA, Laura (2010), "Cárcel de Mujeres de Buenos Aires: Relaciones de sociabilidad entre religiosas y delincuentes (1945-1955)", ponencia presentada en el II Congreso de Estudios sobre el Peronismo.

MINGOLLA, Laura (2013), "La mirada peronista en la educación: el caso de la Cárcel de Mujeres de Buenos Aires (1945-1955)" en *PolHis*, Buenos Aires, a.6, n.11, pp.236-249.

NÚÑEZ, Jorge (2016), "La reforma penitenciaria peronista vista desde España: análisis de la gestión de Roberto Pettinato en la Revista de la Escuela de Estudios Penitenciarios (Madrid, 1947-1958)", en *Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales*, Ministerio de Justicia, España, 2016, Tomo LXIX, n° MMXV.



NÚÑEZ, Jorge (2017), *Una primera exploración sobre los periódicos para la población carcelaria en la Argentina. Algunas observaciones sobre El Domingo (1938) y Mañana (1947)*”, en *Revista Delito y Sociedad*, volumen 1, n°43, Primer semestre 2017, pp.53-90.

NÚÑEZ, Jorge (2018), “Juan José O’ Connor: alma, mente y nervio del sistema penitenciario argentino”, en *Revista de Historia del Derecho*, n.56, pp. 75-104.

NÚÑEZ, Jorge (2019), “La exportación del penitenciarismo justicialista. Roberto Pettinato y el asesoramiento técnico en la construcción de la Penitenciaría del Litoral (Ecuador, Mayo-Septiembre de 1954)”, en *Revista da Faculdade de Direito, Universidad Federal de Minas Gerais*, n°74, a.2, p.311-351.  
Disponível em:

<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1987>

NÚÑEZ, Jorge; GARCÍA BASALO, Alejo y OLAETA, Hernán (2020), “La política carcelaria de Juan Domingo Perón y Mauricio Macri en perspectiva comparada” en *Diké. Revista de investigación en Derecho, Criminología y Consultoría Jurídica*, Puebla, a.14, n.27.

OLAETA, Hernán y CANAVESSI, Juan José (2019), “Los saberes penitenciarios. Análisis comparativo de los congresos penitenciarios realizados en 1914, 1953 y 1954 en la República Argentina” en *Revista de Historia de las Prisiones*, n.8, pp. 22-56.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, Carmen (2015), *La Cárcel Correccional de Buenos Aires (1860-1978)*, Buenos Aires.

SILVA, Jeremías (2012), “Las cárceles de la ‘Nueva Argentina’: Administración del castigo y catolicismo durante el peronismo clásico” en *Trabajos y Comunicaciones*, n.38, pp.57-86.

SILVA, Jeremías (2013), “El sistema penitenciario del Estado Nacional entre 1930 y 1943”, en SALVATORE, Ricardo y BARRENECHE, Osvaldo (Eds.), *El delito y el orden en perspectiva histórica*, Prohistoria, Rosario, 2013, pp.227-250

SILVA, Jeremías (2017), “Abandonad toda esperanza, vosotros los que entráis’. Proyectos, legislación y políticas penitenciarias en Argentina (1916-1938)” en CAIMARI, Lila y SOZZO, Máximo (2017), *Historia de la cuestión criminal en América Latina*, Rosario, Prohistoria, pp.317-356.

VILLARREAL, Daiana, “Roberto Pettinato ‘El hombre detrás del hombre’: políticas y prácticas penitenciarias en el primer peronismo”, en *Sociales y Virtuales*, volumen 5, número 5, septiembre 2018.

*ZAFFARONI, Eugenio Raúl y Miguel Alfredo Arnedo, Digesto de codificación penal argentina, Buenos Aires, AZ editora, 1996.*

# **A HISTÓRIA DAS INFÂNCIAS NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DO EXERCÍCIO DO DIREITO ÀS VAGAS EM CRECHES**

**TAÍSSA NASCIMENTO BASTOS**

## **INTRODUÇÃO**

A história das infâncias no Brasil é um estudo extremamente pertinente, pois, se relaciona com nossa cultura, que foi oriunda de uma imensa pluralidade no que diz respeito às peculiaridades das crianças existentes ao longo dos anos, tais como – elites, povos originários, escravizados. Um campo para se discutir chama-se visibilidade, no início da história contada do Brasil, a partir de sua colonização, as taxas de mortalidade infantil eram imensas, os corpos infantis eram meramente descartáveis.

Muitos autores têm abordado a criança não simplesmente como um objeto de estudo, mas também como sujeito histórico, que ao passar dos anos foi percebida e entendida de diversas maneiras pela sociedade.

Como tornar visível a infância, será que criança e infância são a mesma coisa? A criança sempre foi um sujeito de direitos desde a colonização, mas a infância atrelada a um ser de direitos é um construção social,

Crianças sempre existiram sempre, desde o primeiro ser humano – a propósito da qual se construiu um conjunto de representações sociais e de crenças e para qual se construiu um conjunto de representações sociais e de crenças e para qual se

estruturaram dispositivos de socialização e controle que a instituíram como categoria social própria (SARMENTO; PINTO, 1997, p.1).

Com a colonização do Brasil a partir de 1.500, houve um choque de culturas dos colonizadores em relação aos povos originários, estes por sua vez escravizavam outros povos e os traziam para o Brasil, em embarcações de navios negreiros junto a adultos e crianças, que sofriam demais com os longos trajetos, com violências de todos os tipos, trabalhos forçados, constante risco de morte. Entende-se que, as que sobreviviam à trágica viagem, se distanciavam da infância, numa situação de pequenos adultos, restando poucas perspectivas para o futuro. Observamos a fragilidade desses pequenos seres que necessitavam de muito cuidado e proteção, mas recebiam justamente o contrário, inclusive pela visão de serem “adultos em corpos infantis”, estariam entregues à própria sorte.

Ainda nesse período, além do abandono moral e constantes abusos, as crianças eram levadas a ficarem sob a catequização dos missionários jesuítas, que se dedicaram à infância indígena; não podemos deixar de registrar que este também era um tipo de violência, pois os religiosos negavam suas crenças e costumes, tentando discipliná-las aos seus modos, impondo casamento monogâmico, confissão de pecados, medo do inferno.

Essa ideia de enxergar a criança como um “papel em branco”, era fruto de novas concepções vindas da Europa, que contribuiu para que a Companhia de Jesus se enquadrasse em um novo pensamento, e construísse, junto ao Estado, condutas específicas em relação às crianças.

Vê-se o início da construção do conceito de criança no Brasil, que viria a partir de influências do “Velho

Mundo”, sob forte atuação da Igreja nas políticas educacionais e assistencialistas; nesse momento não eram muito díspares a educação despreendida entre as crianças pobres a às mais abastadas.

As elites tinham muitas obrigações com disciplina, mas gozavam de inúmeros momentos de lazer, passeios, viagens, com uma construção social dentro e fora de casa, bem diferente dos escravizados.

As crianças escravas não ficavam com suas mães, eram vendidas mesmo ainda estando na primeira infância; só em 1869 que foi instituída uma lei que proibia a separação de família escravas por meio da venda, mas isso não eram cumprido; aos 04 anos lhes eram encaminhados serviços leves, aos 12 mais pesados, e aos 14 já lhes era destinado trabalhos exaustivos semelhantes aos dos adultos.

Às crianças escravizadas: se se salvassem da morte dentre tantas doenças e maus tratos, eram destinadas a uma vida dura e bastante cruel de trabalho duro, com uma única esperança de alcançar a liberdade.

De acordo com as ideias de Priore (2010), retrata que as crianças no Brasil colônia e império foram marcadas por instabilidade, visto que eram consideradas como “meúdos”, “ingênuos” e “infantes”, não possuindo personalidade. A infância ia sendo construída socialmente, aonde as crianças ficavam sob os cuidados das famílias até aos 7 anos e depois já começavam a trabalhar, na maioria das vezes, estudavam em casa através de preceptores e iniciavam a aprendizagem de algum ofício.

Muitas doenças, hoje controladas como sarampo, sarna, lombrigas, eram extremamente comuns desde a metade do século XVI aumentavam constantemente, os índices de mortalidade infantil eram enormes; os que sobrevivam eram cuidados, embalados em xales por mães de ancestralidade africana e em berços de madeira.

Também sofriam castigos físicos, tais como palmatória, para promover a aprendizagem.

As crianças negras eram ignoradas, viviam a margem da sociedade, suas mortes, seus corpos, não tinham valor, eram apenas substituídas por outras; eram um mero objeto. Elas chegavam em navios negreiros e vinham com sigo várias doenças, sendo sujeitas a tratamentos terríveis para impressionar seus compradores, mesmo assim, não eram consideradas um bom investimento, “a maior serventia das crianças nascidas no lugar era o fato de tornar possível a existência de uma ama de leite para alimentar seus filhos (SCRANO, 201, p.105). A necessidade do filho da escrava permanecer vivo não era necessária, e sim, virar ama de leite para os filhos dos brancos.

Muitas crianças cresciam sem os pais, sem vivenciar uma infância de fato e as crueldades e violências não mudaram quando se instaurou a República, veio um século de experiências traumatizantes, tanto no seio familiar, como no trabalho precoce, atuação do crime organizado, violência policial.

O século XX veio com toda uma carga de mudanças sociais e econômicas, havendo necessidade de valorização da vida das crianças brasileiras, emergindo a urgência de frentes de reivindicações e políticas de direitos.

No Brasil Império houveram grandes transformações na sociedade e no cotidiano familiar, advindos de vários europeus vindo morar no Brasil – manutenção da classe senhorial com as elites agrárias, cafeicultores, funcionários públicos, tendo sempre como base uma elite branca.

Essa elite consolidava costumes europeus e a educação dessa elite era usada para a transformação de

uma sociedade civilizada; a educação era concebida no lar, cabendo à escola somente a instrução.

Nesse momento o Estado buscava incorporar ideais europeus de modernização, na busca do futuro da nação e a urbanização, com a lei de abolição da escravatura, muitos ex-escravizados migravam para as cidades em busca de trabalho e moradia, aumentando a população. Nesse sentido, houve uma preocupação em colocar essas pessoas nas periferias, negando novamente assistência em termos de políticas públicas voltadas para as famílias e a infância.

Para os meninos abastardos a instrução ia até os 7 anos e depois ia estudar fora do Brasil, voltando com título de “Doutor”, geralmente advogados; já para as meninas, reservava-se os trabalhos manuais, dotes sociais; só em meados de 1870 é que implementaram ao currículo da instrução um conjunto de disciplinas.

O cenário era de muitas dificuldades e muitas crianças se encontravam em situação vulnerável e de abandono, a solução foi que a Educação implantaria uma política de proteção e assistência à criança, por meio do Decreto 16.272 de novembro de 1923, mas só a partir de 1930 com os avanços nos estudos do bem-estar social e a aceleração da industrialização que se aceleraram as políticas sociais,

Nesse momento, a criança passa a ser valorizada como um adulto em potencial, matriz do homem, não tendo vida social ativa. A partir dessa concepção, surgiram vários órgãos de amparo assistencial e jurídico para a infância, como o Departamento Nacional da Criança em 1940, Instituto Nacional de Assistência de 1942, Projeto Casulo e vários outros (NETO, 2000, p. 110).

## **UM MARCO IMPORTANTE: CRIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 se torna um marco na história dos Direitos Humanos, pluralmente concebido através de diversas representações da sociedade, com propostas que suficientes para assegurar todos os direitos necessários para a vivência de uma infância segura, mas, infelizmente esses Direitos não se efetivam, aonde ainda perduram o trabalho infantil, que acontece desde a colonização brasileira.

Outro momento histórico de violação de Direitos das crianças foi a época da Ditadura Militar, que durou de 1964 a 1985, não foram poupadas violências e torturas, muitas delas foram mortas, usadas como modo de pressão para suas famílias torturadas, roubando-lhes mais uma vez a sua infância.

Em sentido de reparação histórica que surge a Constituição Federal de 1988, marcada pela forte participação de grupos populares, de cunho democrático em sua elaboração, com ela se instaurou uma nova ordem jurídica, denominada “constituição cidadã”, promovendo garantias humanas.

As crianças e adolescentes passaram a receber garantias constitucionais, sendo dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente os direitos à – vida, saúde, educação, alimentação, lazer, profissionalização, cultura, igualdade, respeito, liberdade, bem como proteção de quaisquer tipos de violência.

Visando a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente que foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, mediante a Lei nº 8.069/90, assegurando os direitos fundamentais da pessoa humana, facilitando assim para todo o desenvolvimento global.



É nítido que os diversos marcos das criações das legislações precedem um avanço para a proteção dessas infâncias, que tanto foram negligenciadas ao longo dos tempos. Muitas vivem sem possuir seus direitos fundamentais, de acordo com a UNICEF (2018), no mundo, 18 milhões de crianças vivem sem ter condições de adquirir um cesta básica, com um renda *per capita* insuficiente para suas necessidades mínimas.

No Brasil, a violação dos direitos perpassa pelos homicídios– a cada dia, 31 crianças e adolescentes são assassinados, quase todos negros e moradores de comunidades, segundo a UNICEF (2018), muitas vezes pela ação violenta dos policiais.

Nosso país detém as legislações mais avançadas do mundo, porém, se faz necessário adotar política públicas eficazes para combater e tentar superar essas desigualdades; através da educação se possibilitou os primeiros avanços quanto a visibilidade, e que poderá contribuir ainda mais, pois, como nos traz Freire (2006), “ela deve ser trabalhada intencionalmente para humanizar o mundo por meio de uma formação cultural de da práxis transformadora de todos os cidadãos sujeitos da sua história”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sabe-se que a educação institucionalizada para crianças de zero a seis anos não é um fato novo. Ao longo da história dessa organização, vários nomes designaram tais equipamentos, entre eles: jardins da infância, escola maternal, sala de asilo, escola de tricotar, creche, pré-primário, pré-escola etc.

A expansão deste tipo de educação, bem como sua importância, tem crescido desde o final da década de

1960, na Europa e na América, com um novo impulso recente nos Estados Unidos, e, no Brasil, a partir de 1970.

A década de 1980 passou por um momento de ampliação do debate a respeito das funções das instituições infantis para a sociedade moderna, que teve início com os movimentos populares dos anos 1970.

O final da década de 70 e a década de 80 foram marcados por diversas mobilizações da sociedade civil que demandavam a extensão do direito à educação para as crianças pequenas: movimentos de bairro e sindicatos nas grandes cidades lutavam por acesso a creches; grupos de profissionais e especialistas da educação mobilizavam-se no sentido de propor novas diretrizes legais; prefeituras procuravam dar resposta à demanda crescente por creches e pré-escolas, criando e/ou ampliando o atendimento. (KRAMER, 1995). CAMPOS relata esse momento histórico:

No âmbito dos movimentos sociais, a demanda por creches era vista da perspectiva do direito da mãe trabalhadora; em outro espaço de mobilização, os movimentos pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes lutavam principalmente pelo atendimento a crianças de famílias consideradas em situação de risco (CAMPOS, 1997, p. 52)

É durante o regime militar, que tantos prejuízos trouxeram para a sociedade e para a educação brasileiras, que se inicia a nova fase da educação, a preocupação com a baixa qualidade da educação infantil trouxe a criança para o centro das discussões: percebia-se que era necessário basear o atendimento no respeito aos direitos da criança, em primeiro lugar, para que fosse possível mostrar a legisladores e administradores a importância da garantia de um patamar mínimo de qualidade para creches e pré-escolas. (KRAMER, 1995).

Foi principalmente no âmbito da atuação de grupos ligados à universidade e aos profissionais da educação que se formularam os princípios que seriam acolhidos pela nova Constituição Federal de 1988 e que foram em grande parte mantidos na LDB de 1996.

Nesta norma utilizou-se a expressão educação infantil para designar todas as instituições de educação para crianças de zero a seis anos. Este fato, em si, denota que a criança pequena passou a ter um espaço próprio de educação para o exercício da infância, assim a legislação nacional passa a reconhecer que as creches e pré-escolas, para crianças de zero a seis anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica. (SANCHES, 2003).

A compreensão da especificidade do caráter educativo das instituições de educação infantil não é natural, mas historicamente construída uma vez que ocorreu a partir de vários movimentos em torno da mulher, da criança e do adolescente por parte de diferentes segmentos da sociedade civil organizada e dos educadores e pesquisadores da área em razão das grandes transformações sofridas pela sociedade em geral e pela família em especial, nos centros urbanos, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho. (SANCHES, 2003).

Desta feita, a crescente urbanização, a participação e inserção cada vez maior do trabalho feminino, a luta dos movimentos sociais, a antecipação crescente da escolarização de crianças, o fim das repetências (progressão continuada), a necessidade de antecipar a escolarização para colocar as crianças em melhores condições no ensino fundamental, as lutas pelo direito da criança à educação (consubstanciada no ECA/1990), são algumas das razões que contribuíram para essa expansão e que acabaram resultando ou sendo afirmada, de maneira inédita no Brasil, na já referida LDB, Lei nº 9.394/96, que

ratifica a educação infantil como dever de Estado. No entanto, sabemos que esse direito ainda não se concretizou, e que há um contingente enorme de crianças pequenas sem acesso à escola.

A principal mudança foi a definição da educação infantil como primeira etapa da educação básica (composta também pelo ensino fundamental obrigatório de nove anos e pelo ensino médio), o que significou, na prática, a exigência de que prefeituras e outras instâncias governamentais transferissem para o âmbito dos órgãos de educação a responsabilidade pelas redes de creche (SANCHES, 2003).

Ao estudar o que Piaget (1896-1980) queria dizer com o período sensório motor e Vygostky (1896-1934) ao afirmar que o bebê é um sujeito social, não encontrou nos estudos realizados, dados que demonstrem que os pequenos precisam aprender a contar ou segurar o lápis. Por isso a proposta pedagógica de creche deve ter espaço para formações de valores, constituição da criança como sujeito, as relações sociais e as questões de vínculos, segurança e afetividade.

No Plano Nacional de Educação (PNE), anunciado em 2001 para o período de 10 anos, há o objetivo de aumentar a taxa bruta de matrícula de crianças de zero a cinco anos em creche para 30% em cinco anos, mas como sabemos já em 2006 essa meta teria sido cumprida. Porém, os relatos comprovam que ela está longe de ser alcançada, mesmo sendo dever de o estado garantir que as crianças de zero a cinco anos o atendimento em creche e pré-escola, conforme preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (SANCHES, 2003).

Já Kramer (1995, p.98) afirma que a creche de fato não é apenas um serviço para as famílias que necessitam de atendimento para os próprios filhos, mas é “um lugar público de educação infantil”, uma instituição

legitimamente educativa, mesmo não tendo – e não querendo ter – as características de uma escola.

No que tange à educação, as ações sugeridas no ECA responsabilizam o poder estatal na consecução das políticas. Em relação ao atendimento em creches e pré-escolas são sugeridas aplicações judiciais, caso o acesso à educação das crianças de 0 a 05 anos seja violado, como corrobora o artigo 208 da referida Lei:

*Art. 208: Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular:*

*I - do ensino obrigatório;*

*II - de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;*

*III - de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;*

*(Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Cap. VII, Art. 208)*

Outro importante aparato legal posterior ao ECA, que confirma a legitimação da Educação da primeira infância como direito da criança e dever do Estado, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Contudo, aponta uma contradição, por não considerar como obrigação do poder estatal.

A situação das creches que emergem das organizações comunitárias é ainda pior, pois ficam à mercê de doações da sociedade civil e esforços voluntários de membros da comunidade, muitas vezes, sem o devido preparo para o trabalho com as crianças. Por outro lado, essas instituições procuram suprir uma evidente necessidade de suas comunidades: a construção de creches. Por isso, é preciso reverter à concepção de creche e pré-escola como uma dádiva do Estado para repensá-la

como um direito social do cidadão em crescimento, como afirma Sanches:

As marcas desse processo histórico trazem no seu bojo, muitas vezes, preconceitos, estigmas, mascarados por teorias científicas, discursos modernistas e liberais, que na concepção subjacente estão impregnados de uma visão paternalista, de ajuda, de favor, de uma dádiva àqueles que são necessitados. (SANCHES, 2003, p.70)

A criança precisa de viver a infância plenamente, as brincadeiras pertinentes a cada etapa do seu desenvolvimento devem ser respeitadas. Antecipar aprendizagens, não fará dela um gênio. Percebê-la como sujeito que interage conosco é extremamente relevante nas ações de educar e cuidar no cotidiano das instituições de Educação Infantil. As crianças aprendem com seu jeito peculiar, cabendo a nós, adultos, acompanhá-las como parceiros do processo de estruturação da sua personalidade, cidadania e autonomia. (SANCHES, 2003).

Pudemos, através desse artigo, adentrar na história brasileira, dando luz às invisíveis crianças brasileiras, invisíveis esses que só se tornam visíveis através de um caminho, de muita luta e persistência da sociedade, que atravessa o Brasil Colônia, república e consolida os direitos legislativos a partir da Constituição Federal, 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

Apesar desses avanços, as crianças não possuem seus direitos resguardados em sua plenitude, nem todas as crianças estão visíveis para os olhares da sociedade, fazendo-se necessários a criação de mais espaços e ações da sociedade civil e do Estado para conferir visibilidade para a infância, de modo que de fato, esses direitos, venham a ser garantidos.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre, Imagens e Autoimagens*. 6ª edição, Petrópolis: Vozes, 2002.
- BACH, E. L.; PERANZONI, V. C. *A história da educação infantil no Brasil: fatos e uma realidade*. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, v. 19, n. 192, 2014. Disponível em: <[www.efdeportes.com/efd192/a-historia-da-educacao-infantil-no-brasil.htm](http://www.efdeportes.com/efd192/a-historia-da-educacao-infantil-no-brasil.htm)>. Acesso em: maio, 2023.
- BALESTRA, Maria Marta Mazaro. *A psicopedagogia em Piaget: uma ponte para a educação da liberdade*. 1 ed. Curitiba: Ibpx, 2007.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <[www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: maio, 2023.
- BRASIL. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcadas pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2009. Disponível em: <[www.mpgp.mp.br/portalweb/hp/41/docs/direito\\_a\\_memoria\\_e\\_a\\_verdade\\_-\\_historia\\_de\\_meninos\\_e\\_meninas\\_marcados\\_pela\\_ditadura.pdf](http://www.mpgp.mp.br/portalweb/hp/41/docs/direito_a_memoria_e_a_verdade_-_historia_de_meninos_e_meninas_marcados_pela_ditadura.pdf)>. Acesso em: maio, 2023.
- BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 04 jun. 2020.
- CAMPOS, Maria Malta. *Educação Infantil: O debate e a pesquisa*. *Cad. Pesq. N. 101*. P. 113-127. Brasília. Julho de 1997.
- GÓES, J. R.; FLORENTINO, M. *Crianças escravas, crianças dos escravos*. In: PRIORE, M. D. (org.). *Histórias das Crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 164-179.
- GOUVÊA, Maria Cristina Soares. *A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno*. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. L. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- KRAMER, Sonia. *O papel social da pré-escola*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58, p. 181, agosto, 1995.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Quantitativo – Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?* Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo> Acesso em abril de 2023.

NETO, João Clemente de Souza. *História da Criança e do Adolescente no Brasil*. Revista.

ONU. *Declaração dos Direitos da Criança*. 1959. Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos. Universidade de São Paulo, USP. Disponível em:

<[www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html](http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html)>. Acesso em: abril, 2023.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em:

<[www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em: abril, 2023.

PASSETI, E. *Crianças carentes e políticas públicas*. In: PRIORE, M. D. (org.). *Histórias das Crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 328-282.

PINTO, M.; SARMENTO, M. J. *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Universidade do Moinho, 1997.

PRIORE, M. D. *O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império*. In: PRIORE, M. D. (org.). *Histórias das Crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 79-98.

SANCHES, Emília Cipriano. *Creche: realidade e ambiguidade*. Petrópolis, RJ: vozes, 2003.

SCARANO, J. *Criança esquecida das Minas Gerais*. In: PRIORE, M. D. (org.). *Histórias das Crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 99-125.

UNESCO. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br> Acesso em outubro de 2022.

UNICEF. *Pobreza na infância e na adolescência*. 2018. Disponível em:

<[www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza\\_na\\_Infancia\\_e\\_na\\_Adolescencia.pdf](http://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza_na_Infancia_e_na_Adolescencia.pdf)>. Acesso em: abril, 2023.

UNIFEO, *Revista Semestral do Centro Universitário FIEO*. v. 2. n. 3. 2000.

ZITKOSKI, J. J. *Paulo Freire e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.



# **A LUTA PELO DIREITO À MORADIA NO LOTEAMENTO GRANDE RECIFE, NO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES- PE: A DISPUTA ENTRE CIDADÃOS E O ESTADO POR UM TERRITÓRIO DA CIDADE**

**JOSÉ MARCONDES DE ARAÚJO BEZERRA**

## **1 Direito à moradia como Direito à cidade**

O Direito à moradia é uma das expressões do Direito à cidade, demonstrando o tanto que a cidade é acima de tudo política, uma vez que construir e morar em cidades implica viver de forma coletiva. Sempre havendo na cidade uma dimensão pública de vida coletiva, a ser organizada. (ROLNIK: 1994:20). Em “*A produção do Espaço*”, Henri (LEFEBVRE: 1991: 18) aponta que “*Espaço (social) é um produto (social)*”. Para este autor, o espaço é produzido por relações sociais e as reproduz, não existindo um espaço em si mesmo, como uma realidade material independente. Uma vez que as relações sociais são determinadas por distintos poderes, ao mesmo tempo em que tais relações incidem sobre as formas e manifestações de poder, o espaço urbano está profundamente implicado, e é conformado, no processo em que hierarquias sociais se concretizam em um dado momento histórico. (ROCHA: 2022). Nestes termos, todos os espaços urbanos são produtos de lutas históricas de poder, e as relações sociais derivadas de tais lutas se tornam espacializadas de acordo com a ordem política hegemônica. (ELIAS: 1994).

O Direito à Cidade é nestes termos um direito humano e coletivo, que diz respeito

tanto a quem vive na cidade hoje quanto às futuras gerações. É um compromisso ético e político de defesa de um bem comum essencial a uma vida plena e digna em oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas. O conceito de “*direito à cidade*” foi cunhado por Henri (LEFEBVRE: 2008:52) em 1968, ao perceber que as cidades haviam se convertido no espaço de reprodução das relações capitalistas. O autor foi também otimista ao apontar que naquele espaço a resistência poderia constituir formas de superação criativa desse modelo. Nestes termos, “o direito à cidade” constitui o direito dos cidadãos e dos grupos que eles fazem parte, de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas que o espaço da cidade constitui.

Nas palavras de David (HARVEY: 2014) o direito à cidade, “é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados”. Para Harvey, o direito à cidade é um conceito que expressa o exercício de poder sobre os processos de urbanização que, na atualidade, vem sendo exercido pelo capital, denotando que o conceito pode ser aplicável a ambas as classes sociais em disputa (burguesia e proletariado), conforme o estágio da luta de classes. Para o autor, o direito à cidade consiste também em uma etapa integrante da luta anticapitalista e que, portanto, precede uma possível revolução urbana.

Entre as tantas formas de segregação dos cidadãos no espaço da cidade, a falta de moradias para todos é um dos principais problemas enfrentados por governos, pois

mediante sua complexidade, atravessa questões como especulação imobiliária, bem como, a ausência ou limitação de políticas públicas afirmativas no que diz respeito a esse direito. Tanto é assim, que de acordo com as estimativas do déficit habitacional brasileiro para os anos de 2016 a 2019, calculadas a partir da nova metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional no Brasil em 2019 era de 5.876.699 habitações. Na região metropolitana do Recife, não é muito diferente, pois temos um déficit habitacional de 113.275 habitações, também segundo as estimativas do déficit habitacional brasileiro para os anos de 2016 a 2019<sup>1</sup>.

Em nosso estudo de caso, é notável que exista uma situação de conflito, vivenciada entre os moradores da área ocupada e o poder público, nestes termos, cidadãos que vivem no Loteamento Grande Recife e os representantes da Escola Estadual Senador Petrônio Portela, que vai além das questões técnico judiciais, atingindo aspectos da noção de coletividade no bairro, fazendo com que todos os atingidos, pela determinação judicial, se unam na luta contra o próprio Estado e toda sua representação, onde este último ingressa com uma ação judicial para garantir a posse da área pública que lhe pertence, e do outro lado, moradores da comunidade, que lutarão pelo direito à moradia, demonstrando de forma inequívoca o problema da necessidade do acesso à moradia e a falta de sensibilidade, desse mesmo Estado, através de seus representantes, que ao invés de procurar alternativas para solucionar aquela situação da melhor forma possível e tentando evitar situações traumáticas optou em ingressar com uma medida judicial para impor a

---

<sup>1</sup> <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil-2016-2019/>. Acesso 26/05/23.

retirada dos ocupantes da área e que só teve seu problema agravado, uma vez que as ocupações se iniciaram em meados de 1996 e a impetração da ação judicial só veio se dar no primeiro semestre do ano de 2001.

### **1.1 As Vivências do autor e suas conexões com o Conflito pelo território do Estado.**

A primeira formação acadêmica do autor deste trabalho foi à graduação em História, já a segunda, no curso de Direito. Seu primeiro cargo público se deu na função de Oficial de Justiça, e desde que foi aprovado em concurso público e nomeado passou a atuar na região metropolitana do Recife, e, quando assumiu o cargo na Comarca de Jaboatão dos Guararapes, à época, atuava em 14 Comarcas, que abrangiam a Região Metropolitana do Recife e por trabalhar, na maioria das vezes, em área de regiões periféricas, principalmente, na comarca de origem, no município de Jaboatão dos Guararapes, se viu muitas vezes à frente de situações em que teve de fazer o cruzamento da experiência de historiador com a atuação profissional, como servidor público incumbido de dar materialidade às decisões proferidas e estampadas nas ordens judiciais. Unir essas duas vivências o fez perceber e analisar um mesmo fenômeno sob diferentes prismas.

Nesse sentido, não há como não colocar a vivência acadêmica e atuação profissional no momento de executar as Ordens judiciais; desde as “mais simples”<sup>2</sup>, intimação/notificação<sup>3</sup>, até as mais complexas: como o

---

<sup>2</sup> Entre aspas, pois nunca sabemos o que pode ocorrer no cumprimento de uma ordem judicial.

<sup>3</sup> Em uma linguagem simples é um comunicado de um ato processual destinado às partes que estão nele envolvidas, seja a parte autora -

cumprimento de um Mandado de Reintegração de Posse<sup>4</sup>, que é uma medida de extrema correção estatal, e da qual foram destinatários os ocupantes da área da escola. E o que faz um oficial ou oficiala de justiça? Para os leigos é um (a) servidor(a) público(a) a que leva mensagens judiciais nas casas das pessoas, porém, na prática, suas atuações vão bem além disso. É importante deixar claro, para nossa pesquisa, que a forma de atuação desses profissionais pode ter um grande impacto nas vidas do(a) destinatário(a)s dessas ordens judiciais, que ao final são, na qualidade de cidadãos e cidadãs nossos verdadeiros patrões e patroas.

Sendo assim, se faz necessário narrar como se deu a escolha do tema e do objeto dessa pesquisa. Por ter participado do cumprimento do mandado de reintegração de posse, naquela comunidade, e pelo desfecho que acabou tendo essa atuação, que entendo só ter se dado daquela forma, graças a nossa experiência profissional e a percepção histórica que carregamos devido a nossa formação acadêmica, é que foi possível entender e atuar da forma que atuamos.

Pois, cumprir a ordem judicial de forma fria e pragmática sem nenhuma intervenção da nossa parte diante da ordem superior, poderia ter levado a um resultado imprevisível para as partes envolvidas, principalmente para aquela comunidade, haja vista, que a determinação recebida para o cumprimento do mandado, pelo juízo, foi no sentido de entrar em contato com um procurador do Estado, pegar o reforço policial, da Tropa

---

aquela que entrou com a ação-, seja a parte ré- aquela contra quem se entra com a ação.

<sup>4</sup> É um tipo de ação judicial especial que visa devolver a posse de um bem para alguém, visto que essa pessoa perdeu, por algum motivo, a posse completa do bem em questão.

de Choque,<sup>5</sup> cumprir o Mandado de Reintegração de Posse, de forma imediata, ou seja, na manhã seguinte, e demolir todos os imóveis que estivessem na área da Escola. Nesse sentido, o oficial de justiça agiria apenas como mero executor do mandado judicial. Porém, nossa formação acadêmica, calcada na percepção histórica e nossa formação profissional, dentro da essência de servidor público (Servindo de fato ao público), nos levou a agir, de forma legal, mas, cautelosa, dentro da razoabilidade e da perspectiva e compreensão dos movimentos sociais. Nos fez atuar, levando em consideração o respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.<sup>6</sup>

As disputas pelo espaço da Escola Estadual Senador Petrônio Portela se iniciam quando o pesquisador, devido a sua atividade profissional como oficial de justiça, foi levado a dar cumprimento a uma ordem judicial de despejo, nessa comunidade. E, assim, se deparou com a seguinte situação. O Loteamento Grande Recife – LGR é uma comunidade, situada dentro do Bairro de Sucupira, na cidade de Jaboatão dos Guararapes. Aquele município fez uma doação, nessa comunidade, no ano de 1978, de uma área de 12.050,00 m<sup>2</sup>, ao Estado de Pernambuco, para construção da Escola Estadual Senador Petrônio Portela, que acabou sendo inaugurada em 04 de fevereiro de 1982, praticamente quatro anos após a doação do terreno, para

---

<sup>5</sup> A polícia de choque é uma unidade ou corpo policial especializado em controlar e dispersar multidões em manifestações inconstitucionais. Outra função da tropa de choque é fazer cumprir mandados de reintegração de posse de imóveis ocupados.

<sup>6</sup> O princípio da dignidade da pessoa humana pode ser entendido como a garantia das necessidades vitais de cada indivíduo. É um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e tem sua previsão no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal.

atender aquela comunidade, tendo como público alvo, alunos do primeiro grau.

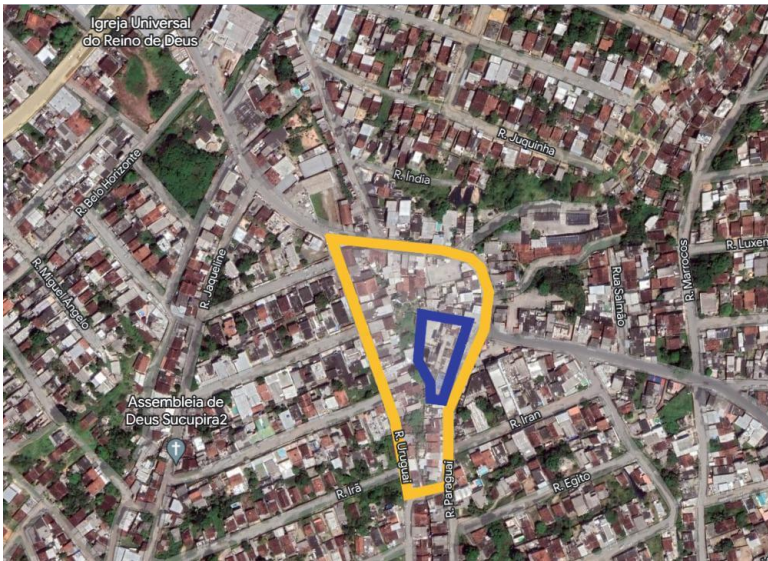


Figura 1: Área em amarelo representa o terreno ocupado pela comunidade e pertencente legalmente à Escola; área em azul, terreno onde foi construída a Escola.

Ocorre que, no ano de 2001 a Procuradoria do Estado de Pernambuco, moveu uma ação de despejo contra pessoas dessa comunidade, por elas terem invadido um terreno da referida escola que havia sido doado pelo Estado. O conflito se inicia em junho de 1996 com a invasão do terreno público, porém a contenda judicial se inicia no ano de 2001, como protocolo da Petição Inicial<sup>7</sup> e a atuação profissional, nesse processo, por parte daquele oficial de justiça, se dá, primeiramente, em 2010 ao cumprir um mandado de intimação destinado à

---

<sup>7</sup> A petição inicial é o documento escrito, documento em que a parte autora (aquela parte que entra com a ação), faz suas alegações para propor uma ação.

Procuradoria do Estado de Pernambuco e concretamente em 2011, quando lhe é dada a missão de despejar, de forma imediata, todas as famílias que invadiram essa área pública. E tudo isso com um agravante: a determinação era para que houvesse reforço policial, e dar cumprimento à retirada de todos os ocupantes daquela área do colégio, no dia seguinte ao recebimento da ordem judicial.

Por possuir certa prática nesse tipo de atividade, sabia o servidor público, que não poderia cumprir a ordem judicial dessa forma, nessa velocidade, o que, certamente, acarretaria um conflito com aquela comunidade, com consequências imprevisíveis. Sabendo disso, só restou agir com cautela e razoabilidade, solicitando ao magistrado um prazo para que aquelas pessoas pudessem desocupar o local em um espaço de tempo minimamente razoável. O que demandou muito jogo de cintura na interlocução com o magistrado, pois, a determinação judicial não vinha direto do juiz local, mas do próprio tribunal de Justiça. Por fim, o juiz entendeu que para assegurar o cumprimento da medida de forma menos traumática para aqueles moradores, dos quais a maioria, sequer, sabia da existência de uma ação, aquela seria a melhor forma.

Então, foi concedido um prazo de dez (10) dias para dar ciência aos ocupantes da área para sua desocupação. Ao diligenciar, para intimar os moradores daquele local, lhes informando que havia contra eles uma ordem de despejo, na qual havia conquistado um prazo para que desocupassem a área de forma “voluntária”, foi o servidor público, tomando ciência da situação fática e conseguindo subsídios para cumprir seu trabalho da melhor forma possível.

Com a descoberta que o Loteamento Grande Recife, pertencia ao Bairro de Cavaleiro e que este Bairro fazia parte de uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), ou seja, são áreas protegidas, por serem:



“destinadas para a moradia digna à população de baixa renda, por meio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental, regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares e a construção de habitação de interesse social” (Art. 17 da LEI) <sup>8</sup>. E embora a área ocupada fosse uma área pública se fazia necessário informar que ela estava dentro de uma ZEIS. Além disso, outros aspectos foram levados em conta e por questões técnicas ao final do prazo o despejo não foi efetuado.

De qualquer forma, com o passar do tempo e a permanência daquelas pessoas naquele local surgiu o interesse nesse projeto de pesquisa e o interesse em desvendar as histórias por trás daquele despejo que não foi realizado e como se deu a permanência daqueles ocupantes naquela área até os dias de hoje? Nessa busca por respostas nos indagamos de que forma iremos encontrar como diria Michel de Certeau, em seu livro a *“Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer”*, as “histórias empilhadas”, nesse lugar?

Sem nos aprofundarmos na parte técnica do Direito propriamente dito, se faz necessário fazer alguns esclarecimentos para que nosso leitor entenda como se chegou ao ponto de termos um mandado judicial de reintegração de posse, que determinava a retirada imediata de todas aquelas famílias e comerciantes, além da destruição daqueles imóveis que estavam na área pertencente ao Estado, sem que os ocupantes do local, sequer, tivessem a mínima noção do que os aguardava.

---

<sup>8</sup> Art. 17 - As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - são áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária.

Isso se deve ao fato de que o cumprimento dos mandados de citação, ou seja, chamamento da parte ré, (ocupantes do terreno) para responder na justiça, sobre a ação que havia contra eles não chegou à parte interessada. Essa etapa é de fundamental importância, pois, como as pessoas, normalmente, não conhecem a sistemática processual e seus ritos, acabam pensando que se não forem encontradas pela justiça, através do (a) servidor (a) público (a) responsável pelo cumprimento desse ato formal (que se dá da seguinte forma: o oficial ou oficiala de justiça se dirige ao local que é indicado como endereço da parte ré – nesse caso, os ocupantes da área indicados no mandado judicial, e após encontrar o destinatário ou destinatários do mandado de citação, lhe dá ciência, ao cumprir o mandado, que há uma ação contra aquela pessoa, ou pessoas, e que existe um prazo legal, que é de 15 dias corridos, para que o(s) réu(s) apresente(m) sua(s) versão(ões) sobre o que a parte autora, nesse caso a Escola, representada pela procuradoria do Estado, está alegando para entrar com aquela demanda judicial.

Ocorre que os servidores que atuaram para proceder com a citação das pessoas indicadas, na ordem judicial, não lograram êxito em encontrar tais pessoas no local. E, isso se dá, na maioria das vezes, pelo fato das pessoas preferirem se esconder da justiça, achando que assim nada vai lhes acontecer.

Porém, o que boa parte das pessoas não sabem é que, se elas não forem encontradas por esse(a)s servidore(a)s público(a)s, a parte autora, no caso o Estado, representando à Escola, solicita em juízo, em face da não localização dos demandados, (ocupantes da área indicados

no processo), que eles sejam citados por edital<sup>9</sup>, ou seja, ao invés do(s) réu(s) tomar(em) conhecimento de que uma ação é movida contra eles, diretamente pelo oficial ou oficiala de justiça, tomará(ão) conhecimento que lhe(s) move(em) uma ação através de um edital publicado, à época, no Diário Oficial do Estado de Pernambuco<sup>10</sup>. E qual é, na prática, o grande problema em ser citado, ou seja, chamado à juízo para responder uma ação, através de um edital? As pessoas, normalmente, não leem editais e o processo corre à revelia<sup>11</sup>, em outras palavras: perde-se o prazo para fazer a defesa, e o processo<sup>12</sup> será julgado sem que o réu se pronuncie.

E foi justamente isso que aconteceu no caso em estudo, as pessoas se ocultaram, para não ter contato com os oficiais de justiça e acabaram sendo citadas por edital, perdendo o processo judicial sem, sequer serem ouvidas. E depois do processo julgado, chegou a hora da retirada dos ocupantes da área do terreno. Cabendo ao narrador desses fatos a incumbência profissional de cumprir a ordem de retirada daquelas pessoas de seu local de moradia. Nesse ponto a percepção de historiador facilitou e muito a

---

<sup>9</sup> Nos termos do artigo 256 do Código de Processo Civil, a citação por edital é medida excepcional, cabível quando o réu estiver em local ignorado, incerto ou inacessível.

<sup>10</sup> DOE PE é o Diário Oficial de Pernambuco, destinado à publicação de assuntos e atos oficiais que tenham interesse público.

<sup>11</sup> Quando o réu é comunicado oficialmente do processo e não se defende. O artigo 344 do Código de Processo Civil, descreve a revelia como o ato de o réu deixar de se defender, mesmo tendo sido citado, ou oficialmente informado, por ato da justiça, da existência de um processo judicial contra ele.

<sup>12</sup> Em matéria cível os fatos são alegados como verdadeiros, pela falta da contestação Art. 341. Da Lei nº 13.105/2015: Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas...”

atuação do servidor público, que conseguiu desempenhar seu papel de forma crítica, se pondo na condição daqueles sujeitos, que, sem o conhecimento do Direito, bem como, de seus direitos enquanto cidadãos iriam ficar sem um lar.

## 1.2 Questões Metodológicas do Percurso

Para desenvolver este estudo de caso tomamos como referencia os trabalhos de Michel de Certeau. Autor de obras que tratam do cotidiano, bem como dos espaços vividos pelos sujeitos, sua obra aponta as complexidades de analisar tal objeto, uma vez que o espaço urbano é significado de forma distinta por cada sujeito que usufrui, vive, percorre esta espacialidade. O lugar é seu tema em diversas obras, o autor aponta que “Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em sí, dos passados roubados à legibilidade por outros tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças...” (p. 176). Nosso quebra cabeça é contar a história, desde o surgimento do Loteamento Grande Recife, nos anos de 1970<sup>13</sup>, local onde se dá a pesquisa, no Bairro de Cavaleiro/Sucupira, e que não está na cidade do Recife, como pareceria óbvio, e, sim, em uma das cidades da Região Metropolitana do Recife, no Município de Jaboatão dos Guararapes<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Como afirma o Sr. Joel Florentino dos Santos, 73 anos de idade e que chegou no LGR no ano de 1975. O que também é corroborado por outro entrevistado em nossas pesquisas, o Sr. José Luiz dos Santos, Presidente da Associação de Moradores do Loteamento Grande Recife, que tem 63 anos e que chegou, naquela comunidade em 1979, quando ainda era um jovem de 18 anos.

<sup>14</sup> Área Territorial: 258,724 km<sup>2</sup> [2022]; População estimada: 711.330 pessoas [2021]; Densidade demográfica: 2.491,82hab/km<sup>2</sup> [2010];

Nossa análise sobre a questão processual buscará destrinchar de forma didática e clara usando elementos argumentativos e linguagem acessível, não se atendo a um vernáculo restrito ao círculo jurídico. A análise do processo judicial se faz necessária para entender o percurso histórico realizado por essas pessoas, que mesmo sendo leigas, principalmente no que diz respeito à área do direito, tiveram que aprender todo um emaranhado de regras e ritos judiciais, tiveram que enfrentá-lo. E, que bom seria se lhes fosse dado o direito de ter uma linguagem fácil e acessível para compreensão da situação em que foram envolvidas. Para tanto, as fontes dão autenticidade a uma história contada, sendo esta sujeita à interpretação a qual seu analista fornece ao conjunto de documentos. O cruzamento de fontes diversas enriquece uma narrativa, uma vez que tencionam os diversos discursos em torno de um mesmo fenômeno.

Por outro lado, parte significativa de nossas fontes de pesquisa serão as memórias dos entrevistados, elas nos revelarão como chegaram até aqui nessa luta pelo direito à moradia. Além disso, buscaremos informações em matérias de jornais da época, fotos que possam ser cedidos por órgãos públicos e entrevistados.

As fontes Oraís, que nos permitiu acessar memórias, pontos de vista de um fenômeno aos quais os documentos tradicionais não permitiriam. A História Oral é uma metodologia de pesquisa que se expandiu nas últimas décadas, provavelmente pelo grande volume de pesquisas sobre o presente, tendo muitos sujeitos que foram testemunhas oculares ou mesmo viveram o processo, vivos. Enfatiza-se através da metodologia em

---

Escolarização 6 a 14 anos: 96,8% [2010]; IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal: 0,717 [2010] (IBGE, 2023).

questão, a importância da elaboração e da trajetória da memória social como objeto de investigação que possibilita uma nova inteligibilidade do passado recente. Assim, reconhece-se a subjetividade como uma nova fonte de pesquisa.

Como metodologia de pesquisa, a História Oral se ocupa em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade, como os padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou os laços do cotidiano. Os dados para o encadeamento são obtidos através de conversas com pessoas (relatos orais) que, ao focalizarem suas lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem, ponderando esses fatos pela sua importância na vida desses indivíduos.

A metodologia em análise, prima para registrar a memória viva, as emoções, as paixões, o olhar, a perspectiva peculiar e os sentimentos de indivíduos das mais diversas origens socioculturais. Muitas vezes o fato de detectar estas memórias, que podem ser denominadas de subterrâneas, significa delinear aspectos relevantes que de outra forma ficam à margem da história oficial ou das evidências objetivas dos historiadores. Através deste esforço e rigor de pesquisa pretende-se construir uma metodologia que permita recuperar ou trazer à luz imagens do passado e do presente, que permitirão uma abordagem abrangente e dinâmica. Muitos dos relatos obtidos por fontes orais dizem respeito a fatos não registrados por outros tipos de documentos, a fatos cuja documentação se deseja completar ou abordar por ângulo diverso. A busca de dados através de narrativas, como parte imprescindível para a elaboração do documento de pesquisa, coloca uma importante questão: a veracidade das informações obtidas. (CASSAB: 2004).

A História Oral possibilita que indivíduos pertencentes a segmentos sociais geralmente excluídos da história oficial possam ser ouvidos, deixando registros para análises futuras de sua própria visão de mundo e aquela do grupo social a que pertencem. Ou seja, “oportuniza ao povo que se movimente e fale por si mesmo. É a oralidade assumindo e conferindo ao sujeito o seu direito e seu papel de centralidade no ato de narrar uma história (...)” (OLIVEIRA: 1997: 3). A classe hegemônica tem na escrita o seu marco essencial, o seu suporte para contar e interpretar a história, e não permite à classe não-hegemônica as mesmas condições para desenvolver o dom da escrita e contar os percalços sobre sua vida. Neste sentido, acreditamos que nossos sujeitos, através de seus relatos possam produzir uma contra-história.

É necessário destacar algumas dificuldades da nossa pesquisa de campo. Ao chegar ao local para ter os primeiros contatos com moradores da ocupação, na busca por entrevistados, nos identificamos como aluno do mestrado da Universidade Católica de Pernambuco, pois sabíamos das dificuldades que teríamos ao tocar no tema da pesquisa e, principalmente se nossa atividade profissional (Oficial de Justiça) acabasse sendo descoberta, bem como nossa participação no processo, podendo dificultar que alguns moradores se dispusessem a narrar e compartilhar suas histórias.

Não só pelo medo de se expor, bem como pela desconfiança natural em “mexer no que está quieto”, afinal, lutar contra o Estado e sair vitorioso é algo muito difícil, principalmente nessa questão da ocupação de um espaço que pertence na forma da lei, ao próprio Estado. Nosso receio era inibir ou mesmo afugentar entrevistados, o que não demorou a acontecer. Logo em um dos nossos primeiros contatos com pessoas que residem

próximo à escola, uma das pessoas olhou para o pesquisador e afirmou conhecê-lo de algum lugar. Nessas conversas sobre o conteúdo do objeto da pesquisa, outra pessoa olhou para o pesquisador e disse: “Você é o oficial de justiça que estava com o mandado de despejo e reuniu a gente na quadra da escola para explicar a situação do despejo”.

Então, foi necessário destacar que ali, naquele momento, não havia o oficial de justiça e, sim, um pesquisador, aluno do mestrado em História e que estava naquele local, para realizar uma pesquisa de campo, portanto, o profissional, servidor público, que atua no judiciário, não se confundia com o aluno do mestrado em História. Neste sentido, o que aproximava os dois profissionais seria a sensibilidade pessoal do sujeito que via naquele objeto de pesquisa uma perspectiva potencial que poderia ser historiada através de suas fontes. Mesmo assim, o receio de algumas pessoas em lembrar o ocorrido e o medo de “reacender” a questão falou mais forte. Acabamos por realizar até o momento sete entrevistas, e mais três pessoas se disponibilizaram a ser entrevistadas. O que deve ocorrer mais a frente para fechar os levantamentos da nossa pesquisa.

Em contraponto as dificuldades, o pesquisador possuía em seus arquivos pessoais cópia digital dos atos por ele praticado no processo, quando atuou no mesmo enquanto oficial de justiça, os dados de identificação do mesmo<sup>15</sup> foram facilmente localizados, o que viabilizou o início da busca física do processo na íntegra. Apesar de indicar localização na Segunda Vara da Fazenda Pública de Jaboatão dos Guararapes, de posse do processo físico, o

---

<sup>15</sup> Processo Nº 0004427-56.2001.8.17.0810; Classe: Reintegração de Posse; Segunda Vara da Fazenda Pública de Jaboatão dos Guararapes.



pesquisador contratou a digitalização pela CEPE<sup>16</sup> e devolveu o processo. Desta forma, temos o processo judicial digitalizado como uma das fontes do trabalho. Em relação a mapas e fotos dos poderes públicos, estamos à espera da resposta das solicitações feitas por tais materiais, que se forem fornecidos em muito enriquecerão nosso trabalho.

Tivemos que recorrer, como ponto de partida, para nossas entrevistas de campo as duas entidades de defesa da comunidade, solicitando entrevista do Presidente da Associação de Moradores do Loteamento Grande Recife, o senhor José Luiz dos Santos, popularmente conhecido como Zé Luiz, que hoje tem 63 anos, e que chegou muito jovem ao loteamento, à época com 18 anos de idade, assistiu de perto ao desenvolvimento da comunidade, a construção do colégio, o crescimento do comércio local, a ocupação do terreno da escola e a luta da comunidade para permanecer naquele local.

O representante da outra entidade, que atua na comunidade é o Presidente do Conselho de Moradores do Loteamento Grande Recife – CONLOGRAN, fundado em 2004, Sr. Salatiel Francisco da Silva, Idade não fornecida, homem simples que chegou a aquele local no ano de 1981, é conhecido na comunidade como Tié. Ele, além de ter visto o surgimento da escola e a ocupação do seu terreno, atuou diretamente no processo judicial, fornecendo declarações para os moradores afetados pela ação de reintegração de posse.

---

<sup>16</sup> Companhia Editora de Pernambuco.

### **1.3 As Múltiplas vozes sobre o Loteamento Grande Recife**

O Loteamento Grande Recife, espacialidade de nossa pesquisa, está atrelado a dois bairros, Sucupira e Cavaleiro, sendo esse primeiro um desmembramento do segundo. Além do mais, o bairro de Cavaleiro, pertence a uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social)<sup>17</sup>. Essa ambiguidade entre esses dois Bairros (Sucupira e Cavaleiro), no ano de 2011, levou o executor da ordem judicial a acreditar que o LGR se encontrava abrangido pela ZEIS 14 (Cavaleiro), o que também, o fez ter ainda mais cautela no cumprimento da ordem judicial, da qual estava incumbido.

Um dos nossos primeiros entrevistados foi o senhor Edmilson José dos Santos, que embora residisse no Bairro de Cavaleiro, teve sua infância e adolescência marcadas profundamente pelo LGR, e quis a vida que ele quando adulto viesse a trabalhar na regional de Cavaleiro como assessor do presidente daquela regional, e mesmo nos dias de hoje aos 51 anos de idade recorda de fatos ligados a aquela comunidade. Sobre a origem do LGR assim nos relata nosso entrevistado, Sr. Edmilson:

“Aquela área ali do Loteamento Grande Recife era uma área assim, que tinha muito mato. Por isso que eu digo que ele (LGR), é anterior a data do meu nascimento (1971)”.

Outro entrevistado, Sr. Zé Luiz conta como a comunidade foi ganhando suas feições:

---

<sup>17</sup> Assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados, onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e a sua integração na estrutura urbana. (art. 14, II, da LEI Nº 14.511/1983).

“A ponte, a ponte que tem na frente (onde era o açude e hoje é o motel), quem fez foi a comunidade, foi um presidente da associação chamado José Amaro, a comunidade dá um tijolo, o outro dá areia e outro da outra coisa”, “...tendo sido construído com apoio da comunidade, e com o Prefeito Geraldo Melo. A Pereira Carneiro é uma Avenida<sup>18</sup>, conseguiu fazer avenida, no final teve uma parceria com o governo do Estado era Miguel Arraes de Alencar<sup>19</sup> à época, depois veio a parte de iluminação, a parte de iluminação foi conseguida com Zé Amaro, foi conseguida em 85 (referência ao ano de 1985). A iluminação pública aqui era poste de ‘gambiarra’”.<sup>20</sup>

Nesses relatos dos moradores descobrimos a existência de um açude que servia a região:

“...quando cheguei aqui em 1979, jovem, estava com 18 anos, hoje estou com 63 anos.” E continua: “Quando chegamos aqui tinha um açude Pereira Carneiro<sup>21</sup>, era um açude em que em todo domingo era ‘meio mundo’ de gente que vinha aqui tomar banho e do lado de cá ...

Também nos foi revelado, o que hoje seria considerado um crime ambiental de grande repercussão: o aterramento do Açude Conde Pereira Carneiro e seu fim:

---

<sup>18</sup> Avenida em Homenagem ao Conde Pereira Carneiro, nascido em Jabotão dos Guararapes, em 1877, e falecido no Rio de Janeiro em 1957. Foi Jornalista, empresário e político brasileiro. Fonte: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernesto-pereira-carneiro>

<sup>19</sup> Miguel Arraes de Alencar, notório político pernambucano, Governador à época dos fatos narrados, período de 1987 até 1990.

<sup>20</sup> Extensão elétrica, de fio comprido, com uma lâmpada na extremidade, que permite a utilização da luz em diferentes localizações dentro de uma área relativamente grande.

<sup>21</sup> Açude Conde Pereira Carneiro era localizado onde funciona atualmente o Motel Champagne.

“Carlota<sup>22</sup> era o vereador que aterrou o açude Pereira Carneiro, o vereador da época era Carlota ... foi na época da construção do metrô, (Se refere ao Metrô de Cavaleiro)<sup>23</sup> e aí o dono da serraria tinha conhecimento, o chefe conseguiu trazer todo o material do metrô e aterraram o açude.”

O surgimento da Associação de moradores, que tem um cunho recreativo, bem como de defesa dos interesses da comunidade, aconteceu em princípio, fruto de um advento cultural, que acabou despertando o interesse da população, também, para questões de organização e defesa da comunidade, seu presidente nos conta como ela teve seu início:

“... começou através da Quadrilha Gente Nova, quadrilha junina de Zé Amaro... trabalhava na Microlite<sup>24</sup>, era uma quadrilha de São João, quadrilha junina.”

Ele nos conta que:

“... o local onde hoje tem a praça (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) era um estabelecimento de seu Zé da Barraca.... E aí seu Zé Amaro começou a fazer a Quadrilha Gente Nova, surgiu de lá fizeram uma praça, o palanque...”

O entrevistado nos reporta que: “depois da Quadrilha Gente Nova é que começou a se mover a comunidade e a associação...” Ele nos fala onde foi o primeiro local da associação:

---

<sup>22</sup> José Francisco Carlota, conhecido por “Carlotinha”, ex-vereador de Jaboatão, falecido em 2020. fonte: Câmara de Vereadores de Jaboatão. Dados passados pelo procurador geral da câmara municipal de vereadores de Jaboatão dos Guararapes: Paulo Thiago Bezerra Ribeiro Varejão.

<sup>23</sup> O Metrô de Cavaleiro foi inaugurado em 29/08/1987.

<sup>24</sup> Fábrica de Pilhas Rayovac, situada no Bairro do Curado IV, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

“(ela) começou na parte de cima, uma barraca de tábua ali da frente do motel champanhe”, (apontando em direção ao referido estabelecimento), mas logo esclareceu que: “lá na frente pegava muito mal” (risos).

Em relação ao surgimento do prédio atual da Associação e sobre outros diretores, nos disse ele:

“... foi na época que Zé Amaro fazia bico na comunidade (que) conseguiu construir o prédio atual da associação. Ele foi o primeiro presidente da associação dos moradores do Loteamento Grande Recife, o atual presidente está na segunda gestão (se reportando a ele mesmo) antes veio Abelardo Siqueira.”

Segundo os entrevistados, com o advento da Pandemia de Covid-19 no ano de 2020 a Escola e a Associação foram um dos poucos lugares que ficaram abertos e distribuindo alimentos para as pessoas mais carentes da comunidade, segundo a fala do Sr. Zé Luiz:

“A escola deixou: “uma parte para distribuir alimentos, associação também fez isso, conseguimos da prefeitura, com a prefeitura todo mês sessenta cestas básicas distribuídas pela associação durante a pandemia. A área mais carente é a área Canaã.<sup>25</sup>

Já outro entrevistado, o Presidente do Conselho de Moradores do LGR –CONLOGRAN, seu Tié, relata: Sobre a relação da comunidade com a escola. A escola tem um grande papel social na comunidade...

“A escola ajudou no desenvolvimento da comunidade, ajudou. Me dou muito bem com o professor que é o diretor-geral Wagner, quando aparece algum, alguma doação, algumas

---

<sup>25</sup> Localidade muito pobre dentre dessa comunidade.

cadeiras, alguns birôs, alguns alimentos, para o povo ele sempre tem doações lá, aí eu falo com ele e digo qual é as pessoas que vem buscar e suas doações através do colégio.”

Por outro lado, nos chama atenção como possuindo este tipo de relação com a escola, acabaram ocupando um terreno da própria escola? Será o desespero de não ter onde morar? Ou o que mais estaria envolvido nessa situação? Esperamos que nossos entrevistados e nossa pesquisa possam nos apresentar uma resposta ao final.

A área doada para a construção da escola é de um tamanho bem considerável, e após 14 anos da construção da Escola Senador Petrônio Portela, no dia 20 de julho de 1996, a área externa da Escola foi ocupada, a procuradoria do Estado narrou assim o episódio:

“No dia 20 de julho de 1996, a área externa da Escola Senador Petrônio Portela, situada no loteamento Grande Recife, s/n, Sucupira-Jaboatão dos Guararapes, pertencente à rede estadual de ensino, foi invadida por uma horda de invasores” (fls.03 dos autos).

De qualquer forma, o presidente da Associação, seu Zé Luiz, ao ser indagado sobre quando os moradores começaram a ocupar essa parte que era da escola, ele nos respondeu:

“Eu não tenho ideia não, o colégio tem mil metros quadrados (a área toda mais de 12 mil metros quadrados). A gente fazia plantação orgânica, nós tínhamos mil metros quadrados e era todo murado o colégio. Depois fizeram uma cerca e povo foi e derrubaram e foram construindo, tem um metro da Rua Uruguai, tudo pertence ao colégio, tem mil metros quadrados, é um desastre para comunidade? É, mas valeu, valeu, mas acabou o colégio.” “...acabou o colégio principalmente aqui na frente essa área aqui na frente isso aqui é município. Isso é uma Rua, Rua Paraguai indo para lá no muro para cá, é a rua ela tá embaixo a quadra também pertencia ao colégio agora a

comunidade acabou pegando para si uma quadra vira uma quadra particular.”

Sr. Tié, relata que participou da luta dos moradores em relação ao processo judicial para evitar a demolição dos imóveis ao redor do colégio, há nos autos declarações assinadas por ele à época. Em nossa entrevista colhemos algumas das suas observações, mesmo sendo ele um homem simples e um pouco acanhado. Nos afirmou: “moro aqui no loteamento desde 1981, sou presidente do conselho de moradores do Loteamento Grande Recife.”

Em relação à ocupação e construção dos imóveis na área do colégio ele nos informa:

“...A própria comunidade se interessou, levantou um muro, não tinha nada ali. Não tinha muro, não tinha quadra, não tinha nada, era aberta, era um terreno qualquer. Só que a comunidade começou se interessando por aquele terreno, aquele terreno era do Estado, só o colégio, o pessoal começou a levantar um muro, dá uma “capinaçãozinha” ali no terreno... E aí começou a levantar e com uma “quadrazinha e tal” começou a reunir com os meninos, e até hoje está ali.”

Para seu Tié, o loteamento tem uma quantidade significativa de moradores: “Sempre chega gente, sempre sai gente, e eu acho que a ideia aproximadamente de umas 10 mil pessoas, nessa faixa de 10.000 pessoas, muita gente”. Não há um dado exato da quantidade de pessoas que habitam o loteamento, de qualquer sorte, recorreremos ao TSE para sabermos o número de eleitores aptos a votarem, na última eleição apenas na Escola Senador Petrônio Portela tinha 6. 766 votantes registrados.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> <https://www.tre-pe.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/consulta-aos-locais-de-votacao-de-pernambuco> 26/05/23.

Um dos nossos primeiros entrevistados foi o senhor Edimilson José dos Santos, que embora residisse no Bairro de Cavaleiro, teve sua infância e adolescência marcadas profundamente pelo LGR, e quis a vida que ele quando adulto viesse a trabalhar na regional de Cavaleiro como assessor do presidente daquela regional, e mesmo hoje aos 51 anos de idade recorda de fatos ligados a aquela comunidade. Ele respondeu, com um sorriso no rosto:

“Eu tomei banho naquele açude quando criança...” “Hoje é um canal, tem casas em cima dele.” “Ali morreu muita gente. O cara pulava... Existia uma ‘história’ ali que, quando o cara pulava e desaparecia, diziam que eram uma boca que abriu...” (Risos) Quase que eu moro afogado ali...”

Sobre a questão da Ação de Reintegração de Posse:

“Naquela época (referência aos anos de dois mil e dez e dois mil e onze), nós trabalhamos na Secretaria de Ordem Pública Cidadã e que teve uma determinação do Ministério Público (MP), de onde não só naquela Escola, a Petrônio Portela, do LGR, mas, em todas as escolas do município. Uma determinação de tirar as barracas, residências, comércios e tudo que fosse em volta dessa escola, ou dessas escolas. No caso, escolas só do estado.”

Uma das melhores entrevistas que nos foi concedida, do ponto de vista técnico e de sensibilidade sobre a questão do direito à moradia, se deu com a Dra. Tereza Cristina Cavalcanti Borba Lima, advogada especialista em questões fundiárias, que desde muito jovem atua nesse setor, ela é uma profunda conhecedora da questão envolvendo as ZEIS:

“Existe uma Lei (LEI 10.454 de 1999) que impõe um limite para que seja implantada barracas, por conta da repressão a comercialização de entorpecente, álcool, cigarros. Enfim, evitar essa proximidade com o ambiente escolar, com crianças e



adolescentes.” Agora, e, aí, também, nas especificidades dessa escola<sup>27</sup>, se depara com as casas, porque o entorno era tomado por moradias. Então, assim isso também não é difícil de resolver, porque os princípios que norteiam a Lei que regula ZEIS, Lei 114/91, de Jaboatão (dos Guararapes), e Lei do PREZEIS<sup>28</sup> em Recife, um dos princípios norteadores é integrar políticas de programas e municipais, é de garantia permanência, de dotar infraestrutura, é, por exemplo, a escola é um equipamento que deve ter na comunidade, assim, como creches, comunidade de saúde, unidade de saúde, então, seria limitar a áreas, e dali já, desenhar o plano urbanístico. O ideal de urbanização, então, já tem uma escola. O que a gente precisa mais em termos de equipamentos...”

A nossa entrevistada também faz uma indagação acerca do tamanho da área doada para a escola:

“O Tamanho da área doada para o Estado para construção da escola foi realmente muito generoso 12.050, 00 m<sup>2</sup>” “... por que a amplitude desse terreno? Será que verdadeiramente o Estado tinha assim projetos exequíveis de ampliação dessa escola? Entendeu? Porque é uma proporção até desproporcional. Com esse tamanho todo, vai construir o quê mais?”

Indagamos a Dra. Tereza Cristina como seriam as ruas de um bairro para que fossem enquadrados dentro de uma ZEIS.

“... um dos princípios das ZEIS é garantir a tipicidade. A característica: aquela, não é Ruas largas, é aquele arruamento<sup>29</sup>, mais espontâneo. Então, não tem que ter de se impor um planejamento, que a rua tenha uma caixa mínima de tantos metros... Porque quem determina isso é a Lei de Uso de

---

<sup>27</sup> ESPPE – Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco.

<sup>28</sup> LEI N° 16.113/9 Dispõe sobre o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social — PREZEIS

<sup>29</sup> Aspecto de um conjunto de ruas. “Arruamento”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008, 2021, <https://dicionario.priberam.org/arruamento> [consultado em 22-11-2022].

Ocupação do Solo<sup>30</sup>, que é para a cidade formal, a cidade informal que é essa que se inventa e reinventa pela população, ela não tem regras, nem parâmetros urbanísticos, inclusive a própria lei das ZEIS tem um capítulo que trata do sistema viário das ZEIS. Que é compreendido por beco, ruas, entende, beco não tem dimensão...”

Ao buscar pela memória se recorda do início da sua carreira profissional como estagiária e, tempos depois dos fatos relacionados à reintegração de posse no Loteamento Grande Recife, ela nos diz:

“Bem, na época trabalhei na comissão de justiça e paz<sup>31</sup>, e entrei lá como estagiária de direito e fiquei pouco tempo como advogada porque depois houve a destituição por parte do arcebispo Dom José Cardoso. Por conta da mudança na linha pastoral e política da igreja...”

E recorda:

“... é, houve uma reintegração de posse lá no Loteamento Grande Recife, e aí a gente foi procurada por uma comissão de moradores para impedir, né, o cumprimento da liminar... Eu creio que a gente deve ter tomado alguma medida na época...”

---

<sup>30</sup> Lei Municipal n.º 972, de 16 de novembro de 2013, que “estabelece a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo do Município do Jaboatão dos Guararapes”, e a Lei Municipal n.º 973, de 16 de novembro de 2013, que “regula as condições das Edificações e Instalações, no Município do Jaboatão dos Guararapes.

<sup>31</sup> Comissão criada na década de 1960, pelo então arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, que tinha como finalidade promover os direitos humanos, o que envolvia direitos sociais, civis e políticos, além de direitos econômicos, culturais e ambientais, sobre o prisma da doutrina social da Igreja Católica que foi criada em 1985 e recriada em 2017, por Dom Antônio Fernando Saburido, à época Arcebispo de Olinda e Recife. Fonte: <http://www.arquidioceseolindarecife.org/dom-fernando-refunda-comissao-de-justica-e-paz-da-arquidiocese-no-recife/>. Acesso 26/05/23.

Só que há muito tempo e eu não tenho detalhes (risos)..., mas para dizer que a gente esteve lá, inclusive eram assim ruas acidentadas, é muito grande o loteamento. De grandes proporções né! Enfim...”

Uma das pessoas que se prontificou a nos conceder entrevista foi o senhor João Maciel Monteiro, de 63 anos, formado em Matemática e professor nessa área. Ele atuou como diretor da Escola Senador Petrônio Portela durante 11 anos, hoje, está aposentado e é morador da comunidade, bastante conhecido por todos, e carinhosamente chamado de professor João.

Homem de voz mansa, mas, determinada e que demonstra ter um grande carinho e respeito pela escola. Sua história com ela tem início em 1992, quando entrou para lecionar matemática. Tendo alcançado o cargo de diretor da escola no final do ano de 2002. Ele nos conta como foi tensa a relação da escola com a comunidade, em relação aos limites do terreno, e acrescenta que o avanço de parte da comunidade sobre essa aérea se deu de forma gradual:

“... antes de eu morar aqui já havia muitas invasões entendeu? E já existia essa quadra. Próximo à quadra existia o muro, aí derrubaram o muro, a própria comunidade e invadiram, aí o pessoal da polícia veio no outro dia, aí vieram e tiraram o pessoal né?”

Existia um “... muro de concreto, desses de cimento, bloco, era feito de bloco aí o pessoal levantava durante o dia e o povo derrubava durante a noite... era assim. Aí, ficou nisso um bom tempo e viram que não dava para ficar fazendo esse serviço! Era o Estado que estava fazendo esse serviço, aí abdicou de fazer esse serviço, aí começaram as invasões.” “... invadiram aí de noite não podia tá me arriscando, aí eu ia à noite né e fiquei lá dentro ‘para cá vocês não passam não’ por que queriam invadir a própria escola!”

Segundo o professor, acabou se dando um limite ao avanço na área da escola: “veio o pessoal da GRE<sup>32</sup> e fizeram reuniões com a comunidade e viram a condição de retirada do pessoal, aí o pessoal insistiu e disse que não ia sair e foi complicado, foi uma luta triste, do lado da escola você pode ver o lado do muro todinho é coberto”.

Mas, segundo o professor e ex-diretor João Marciel, a relação acabou se apaziguando:

“ocorreu uma proteção da própria comunidade ‘os maus elementos’ que vinham e falavam ‘João pode contar com a gente para o que você precisar... a gente tá aqui, porque o que vocês fazem aqui na escola e na comunidade não tem como a gente pagar não... agora ninguém mexe com vocês...’ então a questão do mau elemento e do desordeiro ou do ladrão... tudo eles eram muito com a gente. Porque diz assim: ‘a gente aqui ninguém mexe não, porque vocês fazem o que pode fazer’”.

A relação da escola com o comércio da comunidade e de outro bairro (Cavaleiro) é apontado pelo professor: “... o Supermercado Dia<sup>33</sup>... a maioria dos colaboradores, todos são alunos da Escola...”.

A escola tem o: “... EJA<sup>34</sup> nós tínhamos salas... para o pessoal que era da Metropolitana<sup>35</sup> entendeu... funcionou como base para a Metropolitana eles tinham (aulas) lá na própria Metropolitana foi uma parceria da Metropolitana com a escola, ...eles tinham aula lá e o certificado era dado pela escola, coisa muito boa.”

O depoimento do professor, na qualidade de morador do Bairro mostra as dificuldades de quem foi morar naquele local no início dos anos 1990:

---

<sup>32</sup> Sigla para Gerencia Regional de Educação

<sup>33</sup> Supermercado localizado na comunidade

<sup>34</sup> Sigla para educação de jovens e adultos

<sup>35</sup> Empresa de ônibus com sede no vizinho bairro de Cavaleiro

“quando compramos um terreno e fizemos uma casinha aqui, aí a gente construiu saia daqui e andando tudinho porque não tinha, não tinha ônibus a estrada era só barro, quando enchia a rua toda principalmente da Rua da Areia eu tinha que sair com duas roupas, quando eu ia pela Rua da Areia que eu morava e a outra que eu trocava lá na casa da minha mãe que minha mãe que mora lá em Areias<sup>36</sup>.”

Sobre sua realização por ter contribuído com a escola, ele nos diz de forma emocionada e com a sensação de dever cumprido:

“... é gostoso demais, é muito gostoso porque onde você tá todo mundo comenta com você dá aquele abraço... tem coisa melhor não, não tem coisa melhor... tanto aqui depois você vem aqui dentro da escola me tornaram imortal tem uma biblioteca com nome que os professores fizeram... já sou imortal de uma biblioteca com meu nome... quer dizer é uma maravilha. Isso é ser reconhecido...”.

E, finaliza: “... me sinto gratificado e orgulhoso por fazer parte da história da escola e da história da comunidade.”

Dando continuidade as nossas pesquisas de campo conseguimos entrevistar uma das cinco pessoas indicadas no processo contra quem foi, originariamente, movida a Ação de Reintegração de Posse, e o que teria a nos dizer esse senhor? Seu nome é João Leandro dos Santos, um senhor de 70 anos de idade que chegou ao loteamento há 37 anos e cursou o primeiro grau incompleto, lá mesmo, na Escola Senador Petrônio Portela e nos reportou esse fato com sua linguagem própria que para este pesquisador souou quase como um cântico popular:

Ele nos conta que:

---

<sup>36</sup> Bairro do município de Recife

“o loteamento aqui era somente lama, tinha um açude que existia aqui, o açude Pereira Carneiro, a ponte, e só e não existia casa, era pouca casa, quase não tinha nada aqui.” E continua: “Quando cheguei aqui era um barraco de tabua, o rio passava como passa. Comprei as tábuas de outra pessoa (sons de surpresa) entendeu? Foi por quatrocentos mil reais (risos) e gastei mais cinquenta para fazer uma escritura particular e na época a prefeitura não aceitava porque aqui era área verde e aqui até a casa de Marlene é área verde foi tudo invadido.”

Acessando sua memória, João Leandro nos fala que estudou na Escola Senador Petrônio Portela por um período muito curto:

“ fiz uma completção (complementação) lá para ver se melhorava a situação né, porque tinha que estudar mais um pouquinho, aí entrei lá se não me engano foi em dois mil e um ou foi dois mil e dois, eu tô bem esquecido foi com a professora Leticia, aí estudei para terminar o primeiro grau... passei uma faixa de oito meses, uma coisinha pouca, só para complementar.”

O senhor João Leandro não se lembrava de que seu nome estava na relação das pessoas contra quem o Estado moveu a ação originalmente, ao se reportar sobre a primeira reunião na quadra da escola, para tentar resolver a questão na justiça, ele nos conta:

“Nesta reunião (a primeira) eu não estava, estava em outra porque eles precisavam de gente da comunidade que morava aqui, como vi que aquilo não pertencia à escola, (Se referindo ao terreno da sua casa) eu observava à estaca, (Referência a um imaginável limite do terreno da escola), ela ainda existe na casa de um homem que se chama Matuto, eu já fui para saber sobre isso aí, se precisou assinar algo lá devo ter assinado lá.”

A certa altura da entrevista ele pareceu um pouco incomodado em tocar no assunto da ação judicial e o pesquisador lhe afirmou: Essa entrevista que estou

fazendo com o senhor não tem nada a ver com o despejo, por que é um estudo para mostrar a importância que a escola tem aqui na comunidade, certo? Para mostrar como se desenvolveram as moradias por aqui. Então ele nos confessa:

“Até por que naquela época, eu não fazia nem questão de sair, até por que isso aqui não valia nada, agora faço questão de receber meus ganhos, mas naquela época eu não ligava e dava tudo para todo mundo, mas todo mundo diz aí que cairá, mas isso aí é problema de igreja (sons de risadas)”.

Ele foi uma das pessoas indenizadas por ter que desocupar a área para construção da linha do metrô de Cavaleiro:

“... quando a gente saiu lá da vila que o metrô indenizou todo mundo, não sei se o senhor lembra disso, a gente fez a oficina do metro, hoje em dia nem existe mais, aí indenizou a pessoa, aí eu morava com meu cunhado e ele comprou uma casinha aqui em cima, aí eu morava com meu cunhado aí era solteiro na época e fui morar com minha irmã aí depois casei e comecei a procurar casa por aqui e quase que comprei uma casa naquela invasão (risos) foi... ali no... esqueci o nome (Canaã<sup>37</sup>) e quase comprei uma casa ali, só não comprei por que o cara não foi e eu sai andando e encontrei e perguntei a “mulé” e ela disse que era quatrocentos contos, aí entrei com um rapaz conhecido da CAFESA, quem vendeu tudo isso aí foi a Cafesa menos isso aqui, aí aproveitei o pessoal, o corretor, que fazia o serviço de papelada, um barraquinho de tabua e perguntei como era para fazer e pôr no meu nome e ele disse ser qualquer cinquenta reais, e ainda paguei IPTU<sup>38</sup> na época era o Banco Industrial.”

Outro entrevistado nosso que muito contribuiu para compreendermos essa relação da escola com a comunidade e a questão da ocupação do terreno da escola

---

<sup>37</sup> Lugarejo popularmente conhecido na localidade.

<sup>38</sup> Imposto predial e territorial urbano.

foi o senhor Joel Florentino dos Santos de 73 anos de idade, conhecido popularmente na localidade como Seu Joel. Ele nos relate que chegou ao loteamento em:

“1975, comprando, (comprando o local em que vive até hoje), eu morava lá em Cavaleiro onde tinha o antigo supermercado Matoso<sup>39</sup>, você lembra dele? Não, eu acho que você não era nem nascido, entendeu, então de lá fui batalhando e trabalhando, economizando e comprei um terreno, comprei pela quantidade de filhos. São três filhos eu e minha esposa acaba sendo cinco terrenos era barato na época.”

Seu Joel relata de forma idêntica aos demais entrevistados sobre a aparência do Loteamento Grande Recife em meados dos anos 1970 até 1990. “Aqui só era lama até aqui e mato capoeira como diz. O matuto só tinha mato de ladeira.” Para ele a ocupação do “Loteamento é de mil novecentos e setenta e cinco” (1975).

Sobre o Açude Conde Pereira Carneiro Seu Joel nos relata:

“O açude era a coisa mais linda do mundo, eu fui contra o aterro dele.” “Mário foi o maior beneficiário, ele e Marleno aí aterrou tudo para fazer motel, fazer comércio e lá o pessoal vinha muito para tomar banho, muita gente ele era melhor do que a Lagoa do Araçá<sup>40</sup>, ele era maior do que a lagoa do Araçá, Água doce, tinha animais de médio porte, jacaré, muita coisa.”

Ainda descrevendo as ações em torno do açude, acrescenta que o aterramento: “Demorou mais ou menos um ano”. Sobre a ocupação desordenada do loteamento, e algo que com certeza, causou um prejuízo ambiental significativo para aquela população, foi o aterramento do açude Conde Pereira Carneiro, que segundo Seu Joel, foi

---

<sup>39</sup> não conseguimos encontrar referências sobre esse estabelecimento.

<sup>40</sup> é uma área de lazer, situada no Bairro da Imbiribeira em Recife.



de forma concomitante a fundação estrutural para criação da Escola Senador Petrônio Portela:

“Aproveitou que tava se fazendo a fundação do colégio para aterrar também, (O açude) ‘por sinal’ onde tem uma ‘pontezinha’ que a gente passa do colégio, lotou meio mundo de oficina, fez uma oficina do tamanho do mundo e tá lá colocado e do outro lado tá tudo invadido, aí meu amigo a gente ficou aqui de mãos e ‘pés’ amarrados e os latifundiários viviam tudo em cavaleiro e só queriam usar a terra, já estavam tudo bem de vida, só política, sabe como é..., aqui participei de fundação de água com todo eles, eles eram de Recife, não eram daqui, aí eles aproveitaram.

No que diz respeito à construção da escola e a ocupação do terreno ele nos informa que:

“não demorou muito não. Demorou uns dois anos ou três de construção, eu lembro que botaram a placa e foi no governo de Marco Maciel, ele era meu amigo”.

“O povo invadiu a área de lazer, a área da pista de corrida, a parte de atletismo, vai dessa avenida até onde tem uma casa final, nessa pista ia ter tudo, ginástica, tudo era público, aí as pessoas se apossaram de tudo com o incentivo do vereador da época.” “... a população acabou invadindo e para evitar que os de fora invadissem a população acabaram invadindo, era uma área verde que vai até Dois Carneiros.”<sup>41</sup>

Sobre a questão do “despejo” ele nos conta, foi:

“Desespero. Muitos correram, foram pedir ajuda na Associação, o presidente era Zé Amaro, na época, e eu era o vice.”

Para nosso entrevistado a escola:

---

<sup>41</sup> Bairro próximo também pertencente à cidade de Jaboatão dos Guararapes.

“ajudou muito, ajuda até hoje” e continua sobre as ocupações: “... as invasões que têm ali no limite do colégio, foram todas defendidas na época, porque fizeram uma ‘maracutaia’, botaram um circo aí e todo mundo pensando ser um circo, mas não era, aí depois o circo foi embora, deixaram um empenado (se referindo a lona que cobre o circo), aí entraram embaixo do empenado e derrubaram o muro, derrubaram tudo.”

Ele confirma a relação de aproximação e de caráter coletivo que a escola possui em relação à comunidade através da Associação:

“A família queria elaborar um casamento, aniversário de um filho... tem um salão de festa, justamente que era de graça. Se programar vai lá fazer a limpeza do ambiente, isso dentro do colégio, decorava tudo, quando terminava a festa, tem obrigação de retirar os apetrechos que trouxeram e fazer a limpeza, entregar limpo, era assim, era assim a forma que a gente trabalhava.”

Seu Joel nos revela que foi um dos fundadores da Associação de moradores do LGR:

“... onde é a associação quem comprou foi, eu e Zé Amaro com a comunidade, aqui a gente fazia muita festa, aqui tinha vinte e três escolas (quer dizer cursos), para as senhoras aprenderem a trabalhar, aqui a gente tinha escola de karatê e judô, luta livre e fomos campeões pernambucanos aqui...”. “A associação é de mil novecentos e oitenta e dois” (1982).

E, continua:

“passei quatro anos aí, depois eu sair... José Amaro queria (ficar) e não queria, e eu não gostava de incerteza, eu disse que se isso fosse para frente (a luta coletiva para melhor o Bairro) eu entrava, se não ia, eu não entro, fazer a ponte ‘eu ajudo’ e ninguém ajudou, aí quando já tava no fim a prefeitura veio buscar o material, aí eu disse que não ia levar por que quem fiz fui eu e isso aqui era nosso, porque a prefeitura não podia

pegar por que era comprado com nosso recurso, aqui era complicado.”

Seu Joel nos fala da imobiliária que vendeu as terras onde hoje é o LGR:

“Aqui tem muita gente no bairro, tinha violência, atacou a CAFESA, isso você não conhece não, e você sabe onde a planta desse lugar, foi registrada, sabe onde? E responde “É registrado no Rio de Janeiro”.<sup>42</sup>

Em relação a viver e ter construído sua família no LGR ele nos revela:

“Sou (Feliz) porque tô na natureza (risos) isso aqui é meu, com muito trabalho...” “sou eletricitista industrial e predial, sou pedreiro, carpinteiro, encanador e serralheiro.” “...depois que eu me plantei aqui eu não paguei aluguel, construir-reconstruir aí deu tudo certo, para mim aqui, falar isso tenho quarenta e três (43) anos morando aqui.”

### **Considerações Finais**

Debruçamos-nos em um estudo de caso sobre o direito à moradia, em uma comunidade periférica, onde a ocupação de uma área pertencente a terceiros teria tudo para acabar em uma desocupação compulsória. O mais inusitado dessa situação é que nesse caso, o terceiro (dono dessa área), é o próprio Estado, que tem por obrigação legal e concorrente, se empenhar em concretizar esse direito constitucional.

E nesse caso concreto o Estado de Pernambuco, através da sua procuradoria, se empenhou ao máximo para retirada daquelas famílias de uma área que ele mesmo não fazia uso, tendo empregado o argumento na ação judicial,

---

<sup>42</sup> Sobre esse fato ainda não o conseguimos comprovar documentalmente.

que usaria uma pequena parte daquela área, gigantesca, no intuito de construir uma quadra para a Escola. Tendo de certo, que, em devido momento do caminhar da ação, depois que a reintegração de posse não foi efetivada, o Estado informa, nos autos do processo, que só deseja desapropriar uma pequena fração da área total que pertence à Escola. O que ao final, não o fez.

O intrigante, nesse caso, é que não pareceu ter havido nenhuma preocupação com a questão do direito à moradia em relação a aquelas pessoas por parte de quem representava o Estado, naquela ação, mesmo sabendo que é um dever legal e constitucional, concorrente, desse mesmo Estado à garantia a esse direito.

Pesquisar sobre a relação da Escola Senador Petrônio Portela com a Comunidade do Loteamento Grande Recife, nos trouxe um maior enriquecimento ao nosso trabalho e nos fez entender o grande papel que a escola tem dentro da comunidade, não só como um local de elaboração de conhecimento e construção de conhecimento, mas a atuação dela na própria vida econômica daquela comunidade, levando a um entrelaçamento do comércio local com à Escola ao fornecer-lhe mão de obra melhor qualificada.

O resgate de histórias vividas, sendo buscada em documentos e em fontes orais, foi essencial para configurarmos este estudo. Ser convidado e desafiado a entrelaçar os acontecimentos com o que nos foi narrado por pessoas que chegaram a aquela comunidade ainda muito jovens e que hoje estão no local a mais de quarenta anos, e que viram esse espaço tomar forma foi um grande desafio. O auge que um dia existiu e que hoje só existe em suas memórias de infância. A construção da Escola dentro de uma comunidade repleta de necessidades, a transformação desse espaço escolar como um equipamento público a serviço da comunidade são também parte desta

empreitada a partir da realidade vivida por pessoas que ocupam um espaço público para construção de suas moradias e sonhos de uma vida melhor.

Tentar com diálogo, fazer reviver uma história, da conquista de um espaço para morar, bem como de incerteza, por não saberem que aquele Mandado de Reintegração de Posse, virou uma fonte histórica, no arquivo do tribunal, por ter a ação sido arquivada, e que hoje a ameaça de terem seus imóveis demolidos, pela ação do próprio estado, não ocorrerá mais é mais uma interface desta história.

Passados mais de vinte e sete anos do início das ocupações naquela área, e doze anos em que atuamos no cumprimento do Mandado Judicial de Reintegração de Posse, temos a certeza que tomamos a decisão correta ao agirmos, dentro do estrito cumprimento do dever legal, não apenas enquanto operador do direito, mas, principalmente, na visão da perspectiva histórica do que é ser servidor público.

## Referências

*ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. O tecelão dos tempos: novos ensaios de Teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019.*

*BARDET, Gaston. O urbanismo. 2ª ed. tradução Flávia Cristina S. Nascimento. Campinas: Papirus, 1990.*

*CASTELLS, Manuel. A questão urbana. 8ª ed. Tradução Arlete Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2021.*

*CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.*

*\_\_\_\_\_. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.*

*ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.*

*Entrevistas realizadas*

FERRARI, Celso. *Dicionário de Urbanismo*. São Paulo: DISAL, 2004.

Fontes

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX*. Tradução Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLANDA, Frederico. *O espaço da exceção*. Brasília: UNB, 2002.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

JÚNIOR, Milton Esteves; URIATE, Urpi Montoya. (Orgs.) *Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade*. Salvador: EDUFBA, 2003.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

LANDIM, Paula da Cruz. *Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista*. São Paulo: UNESP, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. 7ª ed. Campinas: Unicamp, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. 2ª ed. Tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza, Et. all. *Os Poderes Municipais e a cidade: Império e República*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução Neri R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

*OLIVEIRA, Arlete B. de. O que faz a história oral diferente. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História. São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.*

*PERROT, Michelle. Os Excluídos da História: Operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.*

*Processo: Processo Nº 0004427-56.2001.8.17.0810; Classe: Reintegração de Posse; Segunda Vara da Fazenda Pública de Jaboaão dos Guararapes.*

*ROLNIK, Raquel. O que é cidade? São Paulo: Brasiliense, 1994.*

*VELOSO, Van-Hoven Ferreira. Jaboaão dos meus avós. 3ª ed. Recife: Centro de Estudos de História Municipal. Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 1991.*





**PARTE 3 - SOCIEDADES, TRABALHO, CULTURA  
E MEMÓRIA**



# **AS REPRESENTAÇÕES DAS FESTIVIDADES DO ROSÁRIO DOS PRETOS ATRAVÉS DE JORNAIS ENTRE OS ANOS DE 1830-1850**

**TIAGO DOS SANTOS SILVA  
LÍDIA RAFAELA DO NASCIMENTO SANTOS**

## **INTRODUÇÃO**

Entender a trajetória da escravidão na América Portuguesa é fundamental para compreender como os negros escravizados trazidos de África contribuíram para a formação da cultura brasileira, principalmente nas questões de divertimentos e festas ocorridas por em diversas regiões do Brasil. Por sua vez esses momentos de que muitos escravizados tinha a oportunidade de colocar no processo de escravidão sua cultura e o legado praticado por seus antepassados quanto à festa dedicada a Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos mais conhecidos como protetora do escravizados era também um momento de diversão que podiam nessas ocasiões eleger um rei e uma rainha do Congo serem coroados dentro da igreja.

Dentro da proposta de pesquisa buscamos compreender entre os anos de 1830-1850 essas representações através dos jornais da época como se dava essas festas e sua organização social, política e religiosa no Recife do século XIX. Perceber que as questões raciais presente em Pernambuco desde primórdios da colonização brasileira, o Recife foi palco de diversas embarcações de tráfico de seres humanos escravizados para serem comercializados em diversas atividades com fins lucrativos que enriqueceu muitas pessoas que praticavam esse tipo de comércio.

Por outro lado temos que compreender como se deu a construção desse templo localizado no Bairro de Santo Antônio do Recife na capital pernambucana. Segundo estudos por volta de 1654 foi criada a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos logo após a expulsão dos holandeses em terras pernambucanas. Sob esses eventos de quem autorizou a construção da igreja através do rei de Portugal Dom Afonso VI que reinava naquele momento permitiu esses irmãos construísse seu templo para seus santos negros uma forma de apaziguar todo aquele sofrimento vivenciado pelos irmãos escravizados.



Figura 01: Pintura a óleo de D Afonso VI rei de Portugal  
Localizada na Sacristia da Igreja de Nossa Senhora do Rosário  
dos Homens Pretos, Bairro de Santo Antônio Recife-PE. Coleção  
pessoal

Ainda segundo o historiador Flávio Cabral (2012, p.98), Nossa senhora do Rosário se tornando protetora dos homens de cor por esses brasis afora. Encastelados em derredor de uma irmandade, sob invocação da santa, os negros recifenses construíram uma suntuosa igreja no bairro de Antônio, concluída em fins do século XVIII.

O autor ainda diz que ser notório que os negros construíram no bairro de Santo Antônio do Recife um belo templo dedicado a sua padroeira, muito importante para as festividades que ocorreu nesse local.

Observa-se que estamos diante de um contexto muito diferente do que o Recife já tinha vivido em suas festas relacionadas as por homens de cor principalmente se tratado de um irmandade negra que tinha seus principais objetivos e finalidades ajudar seus irmãos escravizados.

Essas festas além se serem reconhecidas através de documentos eclesiásticos só poderia ir adiante quando tudo estivesse registrado era uma forma manter a ordem social quando em sua maioria esses momentos eram feitos muitos barulhos sendo reconhecida por balburdias e bagunças.



Figura 02: Imagem de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

Detalhes da imagem trazida de Portugal em estilo barroco de tamanho natural século XVII.

Outros pontos dessas festividades que eram acompanhadas pelas autoridades locais para manter a ordem tentam em vista que muito escravizados poderiam se rebelar e causar confusão.

Essas festas poderiam proporcionar a quem viva no cativo um momento de liberdade cultuar seus santos e diversão entre aqueles que acompanhavam esse evento que tinha características de manter viva a tradição prática em África as coroações do Rei e Rainha do Congo.

Festas essas organizadas que muitas vezes vinham suprir as despesas da Irmandade o que se observou na

época desses eventos ocorria uma eleição de um rei e uma rainha do Congo.

Através dessas coroações em que se comemorava Nossa Senhora do Rosário que além da diversão podemos observar a resistência de todo esse povo sob vigilância das autoridades presentes no local, percebesse que mesmo com esse momento de festa não era fácil à vida de quem muitas vezes só tinha algumas horas de lazer e voltar a vida daria de atividades.

Cabe lembrar aqui que essas festas estavam ligadas ao calendário tradicional das comemorações religiosas, visto que o papel da igreja e da religião. E o que chama atenção dessas festividades são as informações passadas nos jornais da época sobre os acontecimentos que ocorriam no período festivo.



Figura 03: Johann Moritz Rugendas  
Festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos Negros  
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil

Nessa imagem produzida pelo artista germânico Rugendas podemos observar uma festa de Congada em Minas Gerais , o mesmo visitou o Brasil na década de 1820 e fez esse registro de como era realizadas as festas de uma comunidade negra. Como era de costume autoridades nesses eventos o mesmo ainda mostra essas pessoas presentes uma forma de manter a ordem em dias de festas algo que deixava muitos preocupados.

Outro momento importante dentro dessas festas é que segundo Santos (2018, p. 185), nesses festejos citados por Korter Os registros também possibilitam entendermos o financiamento dos gastos em algumas festas de irmandades. Na década de 1810 ,quando foi assistir a uma festa de Nossa Senhora do Rosário em Itamaracá , relatou sobre um rateio que presenciou na hora da cerimonia. Estava na igreja quando teria visto um grupo de negros e negras vestidos de algodão branco e colorido , com bandeiras e tambores soando. No meio do grupo estava a corte , os reis com uma coroa de papel colorido dourado , o rei com uma roupa colorida e um cetro de madeira dourado , a rainha com um vestido de seda azul , de moda antiga.

O interessante nesse relato de Korter que ele nos dá uma dimensão de como era organizada essas festividades e sua estrutura social embora que momentos como esses festejos não fossem tão aceitos pelas autoridades locais como eles foram algo tão diferente nessas igrejas principalmente no que remetem ao Rosário dos Homens Pretos perceberem que as coisas se torna mais difícil de acontecer. Para Martha Abreu (1994), as festas organizadas pelas irmandades em homenagem aos santos padroeiros ou outros de devoção, eram o momento máximo da vida dessas associações. Por outro vamos compreender a riqueza desse momento para cultura tendo em vista que essas festas vão proporcionar surgimento de

outras formas de divertimentos associados ao calendário litúrgico católico.

Não também um momento de fácil de abertura para essas associações de Irmandades tendo em vista todo o processo escravista no Brasil naquele momento onde ser escravizados e em péssimas condições de trabalhos além das dificuldades do cativo.

Essas representações podem ser encontradas através dos jornais da época que relatavam os acontecimentos, eventos e pequenos furtos dentro dessas irmandades. Abaixo temos uma publicação do Diário de Pernambuco que relatava furtos de livros e objetos importantes da Irmandade.



AD. 1836.  
 A Mesa actual da Irmandade de N. S. do Rosário dos Irmãos pretos do Bairro de S. Antonio do Recife. participa a todos os Irmãos desta confraria q<sup>ue</sup> em conq<sup>ue</sup>ncia do roubo perpetrado no Consistorio á 11 de Setembro de 1835 pelos c<sup>on</sup>sollos Manoel da Paixão Paes de Carvalho, e João Paes Barreto, capatazes da jococeria Sociedade Politica, que ali foi creada pela ordem ill<sup>u</sup>stra, e m<sup>u</sup>ltos dos tempos; e por cujo crime se achão Pronunciados; fiou a Irmandade neste roubo sem dous Livros de Matrículas dos Irmãos, o compromisso velho, hum Livro de Termos modernos, outro de antigos de antigos, dous de Eleições hum do Patrimoni<sup>o</sup>, o Livro de N<sup>o</sup>ções, o da Receita, e despesa, dous Rosários de ouro oito veronicas de prata, sendo uma grande com imagem de ouro, doze copas dos Irmãos, um Livro de Inventario antigo, outro moderno, um dos fros, outro de passes, e entrego, e emãõ o S<sup>o</sup>llo de prata da C<sup>o</sup>nfraria! E portanto necessario, é que todos os Irmãos na proxima Fest<sup>iv</sup>id<sup>ade</sup> de N. S. compareçaõ com seus cadernos, para que sejaõ de novo escriturados, e rubricados, Vista a lista dos livros saqueaõ. E praça a De<sup>u</sup>s, que e este sacrilego roubo sirva de exemplo a confraria para: jamais consentir no Templo semelhantes conveni<sup>u</sup>ltos, votando e el<sup>u</sup>gindo o seu autor, que não comente do saque, que sirva de exemplo a Irmandade com a el<sup>u</sup>genda f<sup>u</sup>rtiva para se encaxar na Igreja.

Diário de Pernambuco ano de 1836

Edição 00216(1)

[https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_01&pasta=ano%20183&pesq=%22irmandade%20do%20rosario%22&pagfis=9738](https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_01&pasta=ano%20183&pesq=%22irmandade%20do%20rosario%22&pagfis=9738)

Na publicação acima do Diário de Pernambuco podemos observar dentro dos Avisos Particulares daquela Edição no ano de 1836 sobre os Furtos dos livros da irmandade que ocorreu em 11 de setembro de 1835 ano

anterior. Segundo ainda o jornal duas pessoas foram identificado como criollos Manuel da Paixão Paes de Carvalho, e João Paes Barreto capatazes da jococeria Sociedade Política. Ainda no aviso ele diz que foi crime cometido por esses dois senhores e diz os livros que foram furtados seriam de interesse da Irmandade provavelmente que eles se infiltram para cometer tal roubo. Dentre os livros e objetos citados percebessem que estavam livros de matrícula dos irmãos, compromisso velho, de Termos Modernos, Antigos de Antigos, de Eleições , Patrimônio , Nações, Receita e despesa, Rosários de ouro oito verônicas de prata, Inventário antigo, Selo de prata da Confraria. Observamos que foi prejuízo para a Irmandade do Rosário dos Pretos terem seus livros e pertencessem furtados ainda pedem que na próxima Festividade de N.S. do Rosário comparecessem com os seus cadernos para serem escriturados e rubricados visto à falta dos livros saqueados. Acrescenta que sirva de lição para confraria jamais permitir no Templo similares convertidos. Muito interessante entender esse contexto ocorrido na Confraria do Rosário dos Pretos de Santo Antônio.

Pessoas que provavelmente fizeram o trabalho a mando de alguém e prejudicou toda irmandade e pedem no final para não comentar sobre o saque. Além de caso que ocorreu podemos perceber ainda alguns conflitos entre essas irmandades que dividiam as capelas dentro de outra igreja era comum haver desavenças entre elas.

É importante pensar nesse contexto sobre os furtos ocorridos nesse templo analisando a situação dessas festas e suas finalidades em momento a mesa regedora tinha que desempenhar papel dentro da irmandade. Não apenas ser uma confraria mais entender que sua participação nessas festas traria outro olhar a pra cultura local do Recife.



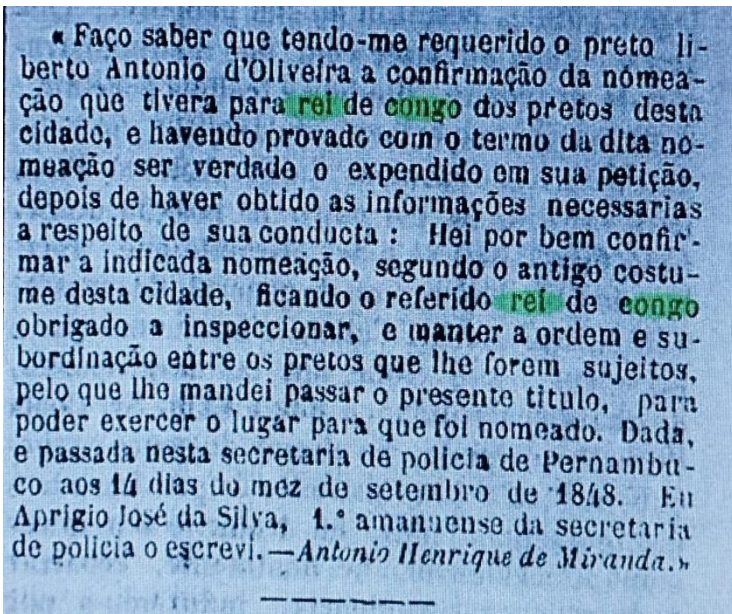
Figura 04. Fonte: Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio - aquarelas por Carlos Julião. Biblioteca Nacional / MEC, Rio de Janeiro, 1960.

Nessa ilustração do artista Carlos Julião ele traz como era as vestimentas das coroações no dia das festividades do Rosário, ao observamos percebemos que também havia uma hierarquia entre eles, pois pelas vestimentas entendemos sua posição social dentro da Irmandade. É a representação onde temos uma coroação na festa de Reis no Rio de Janeiro, tipo lembrando uma corte africana era assim constituído essas festas de N.S. do Rosário, de muitas alegrias e pompas de homens e mulheres de cor por esses brasis afora. É importante dentro de essas festas analisarmos a posição social de cada membro dessas irmandades e confrarias principalmente se tratando de uma festa urbano lógico que isso é visto como desconforto pelas autoridades quando entendemos a sociabilidades daqueles que viveram sobre os olhares da escravidão no Brasil, principalmente no Recife onde os números de pessoas de cor eram extensos. Além das ilustrações que diversos artistas retrataram em vida suas

principais obras sobre essas festas do Rosário entendemos os jornais deram grandes contribuições de analisarmos o contexto social desse momento tão importante para essas irmandades visto que as notícias deveria alcançar os seus correspondentes, encontramos nesses locais de imprensa anúncios de festas, coroações, conflitos ou até mesmo coroação de um Rei de Congo no ano de 1848 relatava assim a imprensa o jornal A UNIÃO publicava em sua edição 00017(1) VARIEDADES onde o mesmo era chefe de Polícia da cidade do Recife e juiz de Direito Sr. Antônio Henrique de Miranda relatava a nomeação de Rei de Congo. Segue abaixo a nomeação:

*Viva o Rei de Congo!* — O Sr. Antonio Henriques de Miranda, chefe de policia *nesta cidade do Recife de Pernambuco* — **HOUVE POR BEM** — confirmar a nomeação do Rei de Congo, feita pelos pretos desta cidade. Para que ninguem se chame á ignorancia transcrevemos essa regia nomeação publicada na folha official; e deslumbrados admiramos esse pendor, que o Sr. Miranda se arroga de — fazer Reis. Não enxergamos, porem, como quêrem alguns, no exercicio dessa soberania das soberantias o dezejo maligno de ridicularisar a Monarchia: desejariamos que o Sr. Miranda se não servisse da formula — **Hei por bem** — de que os Monarchas especialmente uzão, e que sempre lhes foi propria, e exclusiva delles, e maxime com o — **H** — capital, ou maiusculo. Emfim louvores ao Sr. Miranda, que — **Houve por bem** nomear o Rei de Congo! Els a regia nomeação:

\* O Dr. Antonio Henriques de Miranda, juiz de direito chefe de policia *nesta cidade do Recife de Pernambuco* por S. M. I. e C. o Senhor D. Pedro II que Deos guarde &c.



« Faço saber que tendo-me requerido o preto liberto Antonio d'Oliveira a confirmação da nomeação que tivera para rei de congo dos pretos desta cidade, e havendo provado com o termo da dita nomeação ser verdadeira o expellido em sua petição, depois de haver obtido as informações necessarias a respeito de sua conducta: Hei por bem confirmar a indicada nomeação, segundo o antigo costume desta cidade, ficando o referido rei de congo obrigado a inspecionar, e manter a ordem e subordinação entre os pretos que lhe forem sujeitos, pelo que lhe mandei passar o presente titulo, para poder exercer o lugar para que foi nomeado. Dada, e passada nesta secretaria de policia de Pernambuco aos 14 dias do mez de setembro de 1848. Eu Aprigio José da Silva, 1.º amanuense da secretaria de policia o escrevi. — Antonio Henrique de Miranda.»

Fonte:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=222658&pasta=ano%20184&pesq=rei%20de%20congo&pagfis=66>  
A UNIÃO : Virtus Unita Crescit (PE) 1848-1852  
Ano de 1848 / Edição 00017(1)

Na publicação do jornal A União tem uma nomeação de chefe de polícia e juiz de Direito do Recife nessa publicação ele faz um relato onde o mesmo diz que um os pretos dessa cidade nomearam o Rei de Congo o então escravizado liberto Antônio' d Oliveira. Ficando obrigado a inspecionar e manter a ordem e subordinação entre os pretos, através dessa nomeação percebemos o quanto as autoridades estavam presentes para manter a ordem nessas festas. Analisamos que uma de suas funções era manter principalmente a ordem nesses locais que muitas vezes eram acompanhadas de autoridades civis locais sob os olhares de vigilância. Através das festividades do Rosário entendemos as finalidades desse

momento para essas associações de irmandades e confrarias de irmãos cativos que desempenharam importantes papeis na sociedade urbana do Recife no século XIX, tendo, contudo ajuda aqueles que viviam se livrar do cativo e tiver um pouco de liberdade para divertimento.



Figura 05. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Recife, nesse local eram realizadas as Congadas já no século XVIII.

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Congada>

Temos acima uma foto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Recife local onde ocorriam essas festas no Centro do Recife no Bairro de Santo Antônio. Entendemos que as congadas também foram responsáveis pela difusão da festa de Nossa Senhora do Rosário.

Ainda nesse templo podemos compreender que tiveram diversas coroações dos reis e rainhas do Congo ao longo de sua história passando ser registrado através dos

livros de registrados da irmandade, embora que sabemos houve diversos furtos e roubos de livros dessa confraria. Os registros são testemunham desses momentos que eram tão importantes na vida dos escravizados no Recife do Século XIX.

## CONCLUSÃO

Nossa proposta de discursão é trazer o contexto dessas festividades do Rosário dos Homens Pretos localizada no Bairro de Santo Antônio do Recife na capital pernambucana. Enfatizando as questões raciais presente na história das Irmandades e Confrarias dedicada a ajudar seus membros visto que muitos foram às contribuições outrora dessas festas urbanas realizadas por homens e mulheres de cor, nas condições de escravizados e libertos.

A escravidão deixou marcas profundas na Sociedade brasileira ainda não podemos imaginar o tamanho dos acontecimentos que marcaram a historia do povo negro no Brasil. Muito tem se pesquisado sobre fatos históricos escravistas, porém sabemos que a contribuição dos escravizados vai muito além dos livros documentos se tratado nesses momentos de divertimentos e festas ocorridas nas grandes cidades ou pequenas sempre tinha uma igreja ou capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

E se observamos essas festas ambas tinham algo em comum, não eram apenas ser por que serem os objetivos eram diversos além de ajuda através de arrecadações de esmolas, dinheiros para gastos com finanças, existiam a mesa regedora principal que organizava os festejos.

Aos poucos vamos descobrindo a importância dessas festas urbanas para o Recife do século XIX entre os anos de 1830 -1850 na capital pernambucana.

Tendo em vista que nesse contexto o Recife tinha uma grande quantidade de escravizados sendo a Irmandade do Rosário de Santo Antônio a mais importante delas. Abrigava o maior número de pessoas de cor, levando em consideração que poderiam ter diversas etnias num mesmo espaço dividindo essas capelas ou igrejas.

Nesse artigo proponho se debruçar sobre As Festas de N.S. do Rosário dos Homens Pretos e entender como se deram esse momento de divertimento em uma sociedade tão escravista como os escravizados no Bairro de Santo Antônio conseguiram deixar registrados esses fatos que marcaram a cultura urbana do Recife. E mais do que importante identificar quem eram esses membros e seu papel na sociedade além de serem escravizados, quais funções desempenharam na Irmandade dos PRETOS.

## REFERENCIAS

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. *Em torno das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008.

ABREU, Martha. *Festas Religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, p. 183 – 203, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira*, Brasília, 2004.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017.

CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. *História da escravidão em Pernambuco / Flávio José Gomes Cabral, Robson Costa (organizadores)*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

HARTEN, M. M.; NASCIMENTO, Lídia Rafaela. *A arena judicial como estratégia: mulheres escravizadas em ações de liberdade no Recife oitocentista*. Revista Documentação e Memória, volume 5, p. 74-92, 2020.



MAC CORD, Marcelo. *O Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio: Alianças e conflitos da história social do Recife, 1848-1872. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2001.*

SANTOS, Lúcia Rafaela Nascimento dos. *Das festas aos botequins: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822 – 1850). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2011.*

SANTOS, Lúcia Rafaela Nascimento dos. *Festas, botequins e conflitos: uma análise sobre práticas de divertimentos e controle social do Recife oitocentista. Revista Documentação e Memória, v. 3, p. 63, 2015.*

SANTOS, Lúcia Rafaela Nascimento dos. *Luminárias, músicas e sentimentos patrióticos: Festas e política no Recife (1817-1848). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2018.*

## OS MESTRES DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SERGIPE (1930-1960)

MARIA JOSÉ TORRES LIMA

Este artigo é parte integrante da tese da seguinte tese: *A oferta do ensino doméstico através dos anúncios de jornais (1930 – 1960): da sombra para a história da educação*, defendida em 2023. Com o intuito de investigar a oferta e a prática educativa realizada no espaço doméstico das casas de aprendizes, professoras e professores para as crianças que iniciavam seus estudos no estado de Sergipe, no período de 1930 a 1960, nos propomos a registrar os indícios dessa prática no âmbito da História da Educação. A educação doméstica, conforme Vasconcelos (2005) trata-se do ensino que ocorre na casa do aprendiz ou do mestre, sob a vigilância e responsabilidade dos pais. Podendo haver uma variação que corresponde aos professores particulares, os preceptores e as aulas particulares:

No estado de Sergipe, ainda hoje, esta prática convive com o sistema público e privado de ensino resistindo ao tempo e à própria estrutura formal de educação escolar. Basta a criança ingressar nos anos iniciais do Ensino Fundamental que logo começará a frequentar a banca mais próxima de sua residência que sustentará em sua fachada um simples placa com os dizeres "Ensina-se banca". Uma prática tão comum, tão presente no cotidiano das crianças e de suas famílias, tão incorporada no inconsciente da população que pouco, ou nada, chamou atenção dos historiadores da educação local como um objeto de estudo a ser desvendado pela pesquisa histórica, para conhecer sua origem, suas formas de prática educativa, sua tão brava resistência em sobreviver educando e ensinando crianças

através de um sistema não formal de ensino (LIMA, 2016, p. 11).

Mediante o exposto acima, o objetivo deste trabalho é identificar através da prática da educação doméstica, as fragilidades e os ensaios de instalação de uma ordem educativa robusta em Sergipe, tendo como eixo principal os professores que lecionavam particularmente crianças e jovens, tornando os fatos descobertos componentes de um complexo de informações pertinentes ao presente, ou seja, a educação praticada hoje.

Para desvendar as imbricações da educação doméstica em Sergipe, utilizamos como fonte os jornais presentes no período delimitado pois, era nos impressos que os professores e/ou pessoas consideradas “habilitadas” para exercer o ensino ofertavam seus serviços.

De acordo com Lima (2016):

[...] aqueles que anunciavam costumavam designar as disciplinas a serem lecionadas, ou se fosse o caso, mencionavam o ensino da instrução primária. A maioria discorria sobre seus louros, especialidades, experiências e, quase sempre, acerca da formação moral que possuía, questão principal a ser analisada pelos contratantes (p. 14).

A maioria dos professores expunha as disciplinas que pretendia lecionar ou, determinavam que preparavam para o exame de admissão ao Secundário. Havia ainda, aqueles que comentavam acerca de suas habilidades e formação. Tudo isso com o objetivo de atrair seu público-alvo, os alunos. Além disso, num período em que a incompetência dos docentes era evidenciada como umas das causas principais do fracasso escolar, responsabilizando-o muitas vezes pela má-qualidade do ensino, por esta razão, para os docentes da educação

doméstica, era imperativo afastar-se das velhas práticas de educação, mesmo que eles próprios, fossem um dos pilares destas.

Já para aqueles que exerciam também uma função oficial numa escola pública ou particular, os anos que sucederam a década de 1930, consolidara novas formas de pensar o professor. O Movimento da Escola Nova, foi fundamental para que mudanças na formação profissional dessa categoria fosse concretizada.

A maioria dos professores particulares que atendiam em âmbito domiciliar, também faziam parte do rol de docentes das escolas públicas e particulares do estado. Ainda, de acordo com Santos (2016), aqueles que não se encaixavam nesta categoria, possivelmente um dia poderia ser convocado para adentrar a essa classe.

O escolanovismo definira, entre outras assertivas, a profissionalização do trabalho docente. Com os cargos administrativos de supervisão e inspeção atuando nos planejamentos das funções pedagógicas e nas orientações didáticas do professor, planejamento e organização das atividades escolares passaram a entrar nas pautas das ações que levariam a melhoria da educação brasileira.

A ideia de treinamento para o trabalho docente, tinha entre outros aspectos, afastar-se da velha profissão de mestre, deixada para trás junto com o Império. De acordo com Teixeira (1966), o intuito era acabar com paradoxal imediatismo escolar que, preconizava a educação mínima, com um maior número de alunos e de escolas.

Para o professor particular que lecionava em âmbito doméstico, as ideias escolanovistas, exigiram um modo diferente de pensar a profissão. Para aqueles que atuavam em Sergipe, a educação doméstica se convertera, principalmente, em reforço de disciplinas específicas, geralmente no preparo para os exames de admissão aos Colégios. Para estes docentes, a era republicana

preconizava industrialização, urbanização e modernidade, desse modo, exigia um professor moderno, que ensinasse com métodos modernos, afim de agradar seu público-alvo, centro de todas as atenções, futuro cidadão industrial (BRAGHINI, 2005).

Assim, se muitos professores da educação doméstica eram também funcionários de escolas públicas e/ou particulares, a escola moderna e a casa, tornavam-se uma dupla interligada pelos princípios da modernização. Formar o professor moderno consistia em “fazê-lo ver os novos métodos em funcionamento, pois seria inútil pensar em adquirir sem ter visto praticar” (CARVALHO, 1989, p. 29). Para tal, segundo a autora mencionada, a solução fora trazer professores de outros países e importar material didático, subsidiando assim, a formação docente no país.

Com o processo de instalação do capitalismo no país, a industrialização e a crescente taxas de urbanização permitiram a expansão da oferta de emprego, inclusive para os profissionais de educação, mudando substancialmente o panorama socioeconômico do Brasil.

A primeira feitoria rumo a essa prerrogativa, talvez tenha sido a reforma de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932<sup>1</sup>, com o objetivo de extirpar as falhas presentes nas metodologias empregadas na Escola Normal, Teixeira, descreve em carta ao Interventor suas razões para propor tais mudanças:

Na Escola de Professores, que se crea no presente projecto, é que se processa, realmente, a profunda renovação dos nossos methodos de formação do mestre.

Estivemos, até hoje, a preparar os nossos professores primarios em escolas secundarias em que se introduziam, para aquelle fim especial, cursos de pedagogia e de psychologia e uma pratica nominal do ensino.

---

<sup>1</sup> Decreto n. 3.810, de 19 de março de 1932.

Confundiamos, assim, finalidades culturais e profissionais em um só instituto, servindo mal a umas e outras.

Instituto de educação geral ou de cultura é o instituto em que se ministra o ensino para o proveito individual do aluno na formação de sua personalidade. Instituto de educação profissional é o instituto que ministra o ensino, tendo em vista a necessidade do aluno no exercício de sua futura profissão. No primeiro a matéria é absorvida pelo aluno para sua formação cultural; no segundo a matéria é o seu futuro instrumento especial de trabalho.

Parece-me que essa simples distinção viria subtrair muitas das nossas escolas superiores à permanente confusão em que vivem os seus cursos, que não são nem legitimamente profissionais, nem verdadeiramente culturais.

As nossas escolas normais sofrem igualmente desse vício de constituição. Pretendendo ser, ao mesmo tempo, escolas de cultura geral e de cultura profissional, falham lamentavelmente aos dois objectivos.

É em obediência às solicitações imperiosas de uma formação aprimorada do mestre, bem como às inevitáveis contingências de finalidades uniformes para os estabelecimentos de ensino, que o projecto ora submettido à apreciação de V. Ex. eleva, definitivamente, o preparo dos professores ao nível universitário, criando, na Escola de Professores, que se segue à Escola Secundaria, cursos nitidamente profissionais para o preparo do mestre. A primeira necessidade desse preparo profissional está na diferenciação dos programas, de accordo com os diversos tipos e graus de professores de que precisa um systema escolar (TEIXEIRA, 1932, p. 114).

Percebemos a defesa de Teixeira aos princípios norteadores de preparo técnico e cultural, que segundo o próprio, não estavam sendo bem aplicadas. Para ele, formar profissionais capacitados a nível universitário, incluindo as duas vertentes que não estavam sendo postas em prática, modificaria o sistema de escolarização já instituído.

Para Anísio Teixeira, era necessário investir na formação docente, no preparo dos profissionais de

educação face às novas exigências do ensino. Afim de capacitar técnica e culturalmente o professorado do país, a primeira estratégia utilizada seria voltada para a Escola Normal que, há muito se tornara um reduto do desenvolvimento de jovens mestras aptas à docência.

Para alcançar tal fim e acabar com a improvisação do professorado brasileiro:

a reformulação de todo o problema de formação do magistério, em face da transformação educacional, desde a fase primária até a superior, não chegou a se efetivar. Sobretudo, não se percebeu que a formação do professor secundário teria de acompanhar, senão anteceder, a formação do professor primário e, na formação do professor secundário, a universidade teria de assumir a responsabilidade principal. Com esta nova função dominante, sem perder as suas preocupações pela formação dos profissionais liberais e pelas novas ocupações de caráter técnico e científico da sociedade em vias de modernização, a universidade teria de se fazer a instituição, por excelência, de formação e professores, primeiro dos seus próprios, pela escola pós-graduada, e depois dos professores das escolas secundárias e das escolas normais para a grande expansão e conseqüente mudança, radical mudança, do sistema educacional. Não aos ministérios de educação, mas às universidades, caberia o estudo e a crítica dos sistemas escolares em expansão, a formação em massa dos professores necessários para conduzir a reformulação do ensino médio, e dos professores do ensino normal para a preparação em grande número do professor primário<sup>2</sup>

O professorado primário, se tornara uma das poucas opções para as mulheres que desejavam continuar os estudos após a conclusão da educação básica. Além do mais, o emprego em uma escola de nível primário, por exemplo, era algo quase certo. E, para aquelas que por algum motivo não fossem em busca da profissionalização

---

<sup>2</sup> Ibidem, 1966, p. 280

da docência, havia a possibilidade de lecionar particularmente em sua residência, mediante comprovação de suas habilidades com o ensino.

A Reforma de Anísio Teixeira, fora o pontapé inicial para que os primeiros incentivos à formação profissional docente fossem oficialmente implementados no país. Destacamos nesse sentido, as Conferências Nacionais promovidas pela Associação Brasileira de Educação e a Organização dos Institutos de Educação (1932), idealizado também, por Anísio Teixeira. De acordo com Saviani (2009), os Institutos de Educação eram ambientes de produção da educação, focados não somente no ensino, mas também na pesquisa, buscando assim, dar à profissão docente, um caráter científico.

Após essas primeiras iniciativas, em 1933, criou-se o primeiro Instituto de Educação do estado de São Paulo<sup>3</sup>. Estabelecido sob a Reforma Fernando Azevedo, teve como finalidade criar diretrizes para a formação profissional de professores primários e secundários e administradores escolares e, reformulou as Escolas Normais do estado (SAVIANI, 2009).

Em Sergipe, fora desenvolvido inicialmente o programa de viagens pedagógicas. Promovida pela ABE, essas viagens eram realizadas pelos profissionais da educação tanto em nível internacional quanto nacional, e objetivavam o conhecimento e a divulgação de métodos e práticas de ensino utilizados nas escolas do Brasil e do mundo (SANTOS, 2011).

Participar dessas “missões” era motivo de orgulho e a imprensa fazia questão de destacar as visitas e os seus visitantes.

Conhecendo as diferentes estratégias de instrução pública nos diversos estados da federação e divulgando os

---

<sup>3</sup> Decreto estadual nº 5846, de 21 de fevereiro de 1933.



novos métodos pedagógicos propostos pela Escola Nova, percebemos pela notícia, que a educadora era tida como uma visitante importante pois, encabeçava o seletor grupo de docentes escolhidos para colaborar com a renovação da educação no país e, Sergipe tinha a honra de fazer parte desse seletor grupo de locais escolhidos.

De acordo com Santos (2011), nas viagens os professores participavam de eventos e reuniões, davam entrevistas, conheciam instituições escolares e, posteriormente, o resultado dessas excursões eram publicadas em forma de relatório.

Se a visita de uma professora de outro estado proporcionou tamanha honra para a imprensa sergipana, imagine então quando o educador conterrâneo José Augusto da Rocha Lima fez parte desse limitado grupo

Pelo número de pessoas admiráveis que compareceram ao embarque do professor Rocha Lima, podemos perceber o quão importante era para a sociedade sergipana, buscar um novo horizonte para o ensino no estado. Na sua volta, José Augusto descreveu em seu relatório “a organização e os métodos empregados nas instituições de ensino visitadas, sugerindo que tais modelos fossem adotados pela Instrução Pública de Sergipe” (SOBRAL, 2010, p. 36).

Em meio a essas jornadas docentes, houveram também iniciativas que ao invés de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no país, serviam como mais um obstáculo para tal. Podemos citar, por exemplo, as Reformas realizadas em âmbito federal.

A Reforma Francisco Campos (1931), dava aos professores que atuavam no Secundário, o status de profissional liberal, dessa forma, eles podiam organizar melhor o seu tempo de exercício da docência entre vários estabelecimentos, além de lecionar no espaço domiciliar ou em salas alugadas e, ninguém os fiscalizava. “Porém,

não viviam apenas das aulas particulares. Lecionavam em cursos e colégios, nos quais recebiam por aula ministrada, sem pagamento em feriados e período de férias escolares. Eram autônomos e empregados [...] (MINHOTO, 2007, p. 56).”

Acreditamos que por esta razão, muitos professores acabaram deixando o ensino das primeiras letras de lado e focaram no que estava em voga, o Ensino secundário e a formação técnica e profissional. E, os docentes que davam aulas particulares domésticas mais conhecidos da capital, lecionavam também nos Colégios Secundaristas, algo que lhes conferia certo prestígio frente a clientela do ensino privado.

A Reforma Francisco Campos (1931) fez com que a frequência ao Ensino Secundário fosse obrigatória, ao passo que liberava a propagação de estabelecimentos de ensino particular e, remodelava os ofícios dentro das instituições escolares (inspeção, docência, administração), privilegiando os profissionais com formação acadêmica e/ou, como cursos de formação em sua área de atuação.

Em Sergipe, por exemplo, pelo que constatamos muitos professores do ensino secundário não tinha formação específica na disciplina a qual lecionavam, muitas vezes, eram formados em áreas correlatas à matéria, por exemplo, engenheiros civis estavam aptos a ensinar Matemática.

Fazendo parte da categoria dos profissionais liberais, os docentes necessitavam provar que possuíam capacidade para exercer o ofício. De acordo com Anísio Teixeira (1952), o profissional do ensino deveria ser formado, a partir da prática de ensino, porque...

será o novo professor que irá dar consistência e sentido às tendências de popularização da educação primária e do primeiro ciclo da escola média; que irá tornar possível e

eficiente o curso de colégio (segundo ciclo da educação média), com suas preocupações de dar cultura técnica, cultura preparatória ao ingresso na universidade e cultura geral de natureza predominantemente científica e que irá preparar a transformação da universidade para as suas novas funções de introduzir a escola pós-graduada para a formação dos cientistas e a formação do magistério, tendo em vista as transformações em curso no sistema escolar, sem esquecer que lhe caberá, inevitavelmente, uma grande responsabilidade na difusão da nova cultura geral, que a atual fase de conhecimentos humanos está a exigir (p. 130).

Anísio Teixeira coloca o professor como o principal responsável pelo fim da ineficiência escolar e o põe como o ser capaz de formar nos jovens a nova cultura brasileira.

Mas será que os docentes estavam realmente prontos para assumir tal responsabilidade?

Percebemos que o discurso político dispunha que os docentes deveriam ser um dos pilares da melhoria educacional no país, mas, pelo menos em Sergipe, o que se via era “a aprendizagem das primeiras letras ainda se dava em prédios improvisados nas casas de famílias, com recursos materiais insuficientes e programas de ensino não observados” (SANTOS, 2016, p. 55). De uma coisa sabemos, não estava apenas nas mãos do professorado sergipano salvaguardar o ensino republicano, pois, a modernização do sistema educativo vigente estava ainda arraigado em problemas de infraestrutura, em demandas curriculares ultrapassadas e de inúmeras limitações em seus regulamentos.

Bom, já que o problema e a solução eram estritamente pedagógicos, na década de 1940, a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.539/1946, tentava modernizar de vez o professorado brasileiro. Em seu artigo 1º, havia as seguintes prerrogativas: “1 – Promover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias; 2 – Habilitar

administradores escolares destinados às mesmas escolas; 3 – Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância” (BRASIL, 1946).

De acordo com Santos, algumas professoras do centro-sul sergipano tiveram a oportunidade de participar de cursos de formação oferecidos pelo governo do estado, contudo, a narrativa de uma docente ao ser indagada sobre o que aprendera é a seguinte: “Nada! Acho que eles misturavam em outra matéria e como todas faziam parte do currículo, como está aí no diploma, a nota era uma só” (Eleonora Leite Pereira, 2012, apud SANTOS, 2016, p. 72).

Para Bray (2021), o impacto das políticas públicas, como é o caso do curso de férias visualizado acima, para a educação doméstica consiste na concretização de melhores e mais efetivas regulamentações e monitoração dos envolvidos no funcionamento da escola. Ao assumirem as falhas do sistema formal de ensino e tentar consertá-las, provendo subsídios para tal, o governo inibe a tutoria privada.

Ainda que o curso realizado pela professora não tenha sido proveitoso para ela, percebemos que havia a iniciativa pública, mesmo que ainda sob o julgo de interesses particulares

Muitos professores que atuavam em Sergipe, não possuíam sequer um diploma da Escola Normal (no caso das mulheres), e no caso dos homens, formação específica em licenciatura. No ensino doméstico particular, de acordo com Santos (2016), muitas professoras “começaram a ensinar sem formação para o ensino primário e, ao longo da carreira profissional, que se estendeu na década de 1940, foram realizando cursos de capacitação e aperfeiçoamento” (p. 74).

A grande maioria dos docentes, fora atraído pela eminência educacional presente nas décadas de 1940 e

1950, os exames de admissão aos colégios. Essas provas irão se transformar em fator determinante para a elevação ou manutenção do status social para os pertencentes as elites. E para aqueles que não pertenciam a tal classe, a oportunidade de ascender profissionalmente dava ainda mais prestígio aos exames:

Mais que um instrumento de controle e seleção social para a preservação do status quo, o exame se configura como técnica que organiza, disciplina e prepara os indivíduos – alunos, professores, inspetores, pais – de distintas maneiras para uma integração “naturalmente” hierarquizada na sociedade. Além disso, a sua realização estandardizada acaba por auxiliar a transformação gradual de diferentes estruturas escolares em unidades comparáveis, bem como a padronização gradual de diferentes estruturas mentais (MINHOTO, 2007, P. 36).

A autora mencionada acima que, em sua tese de doutoramento faz uma crítica aos exames de admissão ao ginásio, relata que as transformações estruturais na escola, acabam por gerar competições de cunho laudatório, já que o controle social exercido pela função professor-escola, exigia que houvesse a divulgação de:

[...] viagens (nacionais e internacionais), torneios esportivos, encontros, comemorações cívicas; atividades religiosas ocorridas ao longo do ano, tais como encontros, missões, retiros e congressos; homenagens a pessoas importantes para a comunidade, tais como o reitor, o inspetor federal, sacerdotes, paraninfos, formandos, alunos, ex-alunos, times esportivos; premiações e condecorações de alunos e de pessoas importantes à comunidade; as matrículas e a formatura de alunos; a própria religião, com fotos de celebrações e ritos, ícones, membros da corporação; a instituição, com fotos e divulgação de benfeitorias realizadas; propagandas de empresas como tipografias, livrarias, bem como a oferta de serviços, como os de (MINHOTO, 2007, P. 134).

Cabe destacar que para afirmar o texto acima, a autora analisara em sua pesquisa, um impresso denominado Guia das Escolas (1935), neste ela encontrara menção à oferta de professores particulares, demonstrando assim, que a instituição escolar não apenas coexistia e dividia alunos com as casas privadas de educação, como também faziam propaganda desta prática, provavelmente, escolhiam os docentes que já conheciam, ou mesmo aqueles que trabalhavam em determinada escola.

Vemos que essas iniciativas, a partir de 1930, não era condizente com a veracidade, contudo, se tornava excelente estratégia na garantia de captação de alunos e no sucesso escolar a longo prazo. Essas táticas visavam entre outras coisas, reverenciar o trabalho do professor, um novo empregado, pronto para uma nova era. De acordo com Ghiraldelli (2001), diante da realidade dos professores do Primário e do Secundário, os primeiros, mal remunerados, já não mais podiam adquirir o *status* que era conferido ao professor do Ensino Médio (e porque não nos arriscar a dizer dos particulares também?) Sendo assim, segundo o autor, aí estaria uma das causas do insucesso das ações governamentais para a qualidade do ensino básico.

Apesar das diversas ações planejadas, realizadas e propostas pela ABE e os Institutos Pedagógicos, no sentido de capacitar os profissionais docentes afim de que se dedicassem o máximo possível em sua profissão, em território sergipano os baixos salários faziam com que os professores continuassem se revezando entre a docência nos Colégios de Ensino Secundário e o ensino particular na própria residência ou na casa do educando.

Segundo Bray (2021), O fato de muitos professores em oferecerem seus serviços de aula particular em domicílio se deve aos salários inadequados recebidos nas escolas do sistema formal, essa é uma das causas que, para

nós, fazia com que os docentes mais prestigiados de Sergipe, acabavam por acumular funções, dividindo-se entre lecionar em casa e lecionar na escola. Temos como exemplo: Penelope Magalhães, Glorita Portugal, Francisco Portugal, Rocha Lima, Misael Viana, Tenyson Ribeiro, Cecílio Cunha, Zilda Galrão Leite, entre outros.<sup>4</sup>

Para estes docentes, “os interesses estabelecidos, as tentadoras oportunidades do mercado e as deficiências vigentes, tornam a educação sombra necessária”<sup>5</sup>. Alguns deles podia até ter certa estabilidade financeira e desejava prestígio profissional, mas, havia os que tiravam das aulas particulares seu único sustento.

Para Santos (2016), a primeira motivação estava ligada à necessidade econômica, a segunda encontrava-se na credibilidade dada pelos pais e pela sociedade. Assim, afim de seduzir sua clientela, os anunciantes utilizavam-se de mecanismos que estivessem em seu alcance.

Desse modo, as estratégias utilizadas pelo Estado quanto a formação docente, à modernização de métodos e ao prestígio dado ao professorado, pode ter feito com que muitos professores sentissem a necessidade de aperfeiçoamento e, com essa nova percepção, suas práticas tenham se modificado. Contudo, concordamos com Bray (2021), quando ele assume que, mesmo com os avanços

---

<sup>4</sup> Em nossas pesquisas foi possível identificar os nomes destes professores em alguns trabalhos acadêmicos da História da Educação em Sergipe, bem como em algumas notas jornalísticas em que ficava exposto o corpo docente de Colégios, Ginásios e escolas particulares. Consultar: Souza, S. C. S. (2014). Os Professores de Matemática do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (1929-1940). *Revista Tempos E Espaços Em Educação*, (11), 37-46; BARROSO, Cristiane. A ação dos intelectuais da educação na conformação das reformas educacionais sergipanas (1911-1931). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 9.

em relação as políticas públicas educacionais em diversos países, a rede de desregulamentação que firmou a educação na sombra, não permitirá que ela desapareça por completo.

Concluímos afirmando que as características das ofertas que figuravam os jornais sergipanos, nos deram a convicção de que no período compreendido entre 1930 a 1960, a educação particular realizada em âmbito doméstico, alterou seu padrão de recrutamento frente à nova fase do processo de urbanização e industrialização do país. Como indicam os dados estudados, à medida que o secundário expandiu seu atendimento às elites que ansiavam aprovação nos exames de acesso a esse nível de ensino, os anúncios de aula alocados por professores nos impressos passam a apresentar contornos cada vez mais consistentes de uma rede de métodos e práticas de facilitação à admissão dos jovens privilegiados.

## REFERENCIAS

*BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.*

*BRASIL. Decreto – lei n. 8.529 de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Brasil: 1946.*

*BRAY, Mark. Educação sombra na África: tutoria privada e suas implicações para as políticas públicas. Comparative Education Research Centre (CERC), University, 176, (2021).*

*CARVALHO, Marta Maria C. de. A Escola e a República e outros ensaios. São Paulo: Brasiliense (Coleção Tudo é História), 1989.*

*GHIRALDELLI, P. J. História da Educação Brasileira. São Paulo. Cortez, 2001.*

*LIMA, Maria José Torres. A oferta de ensino através dos anúncios de jornais sergipanos: a educação doméstica na casa do mestre e da família (1880-1930). Dissertação (Mestrado em*



*Educação*) 131 f. – Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão – SE, 2016.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. *Da Progressão do Ensino Elementar ao Ensino Secundário (1931-1945): crítica do exame de admissão ao ginásio*. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2007.

SANTOS, Daniela Gardênia Vieira. *Os discursos pedagógicos em impressos sergipanos: a viagem de Mercedes Dantas a Sergipe (1930)*. Monografia – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011, 44 p.

SANTOS, Eliane Natiane dos; AMORIM, Simone Silveira; DIAS, Tatiane de Carvalho. *O fazer docente através dos jornais (XIX) e do Facebook (XXI): primeiras aproximações*. Comunicação apresentada no 7º SIMEDUC. 14 a 16 de setembro de 2016 – UNIT, Aracaju-SE.

SAVIANI, Dermeval. *Breves considerações sobre fontes para a história da educação*. In. LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas (SP): Autores Associados, 2009, p. 1-12.

SOBRAL, Maria Neide. *José Augusto da Rocha Lima: uma biografia (1897-1969)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. *A nova Lei de Diretrizes e Bases: um anacronismo educacional*. Comentário. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./mar. 1952. p.16-20.

TEIXEIRA, Anísio. *O problema de formação do magistério*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.46, n.104, p. 278-287. Out./dez. 1966.

TEIXEIRA, Anísio. *Reorganização do Ensino Normal e sua transposição para o plano universitário: criação*. *Boletim de Educação Pública*. Rio de Janeiro, v.2, n.1/2, jan./jun. 1932. p.110-117.

VASCONCELOS, M. C. C. *A casa e os seus mestres: A educação no Brasil de oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

# **"VAMOS FATURAR UM MILHÃO QUANDO VENDERMOS TODAS AS ALMAS DOS NOSSOS ÍNDIOS NUM LEILÃO": O PROCESSO DE APAGAMENTO CULTURAL DOS POVOS ORIGINÁRIOS (1960-1970)**

**MARIO GUILHERME DE OLIVEIRA  
PAULO HENRIQUE FONTES CADENA**

## **1 A colonização mascarada de invasão**

A colonização portuguesa iniciou no Brasil um processo de miscigenação e sobreposição de crenças e identidades históricas. Na mesma medida que a invasão e a colonização avançaram, o modo de vida dos nativos tornou-se ameaçado diante dos esforços portugueses para a catequização e instrução pretendidas, fazendo com que toda uma civilização se submetesse aos pés de seus “algozes torturadores”. Aspectos culturais, a aparência física dos habitantes nativos e a religiosidade são alguns dos pontos que Caminha destacou em sua correspondência à corte portuguesa. O significativo registro deste primeiro contato demonstra que embora desconhecidos um ao outro foram feitas algumas aproximações, em alguns momentos com certa dose de espanto, até que aos poucos lograram estratégias eficazes para convencer os indígenas de abrirem-se a novidade que foi o processo civilizacional. Whitman (2015, p. 154) analisa esse primeiro movimento de aproximação “como um flerte, quando se age, apesar da insegurança do desconhecido”; e continua: “é um momento de dar-se a conhecer”, apesar das impressões construídas mutuamente tenderem a não corresponder fielmente com a realidade.

Olhando para a colonização do Brasil, é perceptível a invisibilidade do índio durante o processo. A começar pela gênese do descobrimento, quando a posse do território foi concretizada mesmo em face da presença de habitantes aqui radicados anteriormente. E o desenrolar da história do Brasil não mudou esse quadro. No livro *A temática indígena na escola*, Funari e Piñon (2016, p. 110), creditam à “associação do índio com a floresta”, distante do convívio com a sociedade, o desconhecimento e a desvalorização da cultura ancestral desses povos e, por conseguinte, a sua condição de invisível perante a sociedade, que sempre existiu tendo logo um maior enfoque em meados do século 16 ao 21 (1540 até nossa atualidade) pois mesmo que o estatuto das leis Nº 6.001, De 19 De Dezembro De 1973, lei N 10.639/03, lei Nº 11.645/08 que incluem, dignificam e trazem foco ao povo originário que permanecia afastado de seu próprio espaço cultural e religioso.

Busca-se verificar a relação entre a destruição material a cultural indígena e as formas de colonização. Pois o colonizador não via humanidade na vida nativa apenas mais um objeto de trabalho e um objetivo a ser superado para o que eles acreditavam ser a evolução e colonização, que no final tomou a vida e as almas dos povos originários que lutaram e morreram por tantos anos para serem reconhecidos.

Depois de muitos anos o que resultou dessa luta fora apenas um mero dia comemorativo, logo alguns representantes desse movimento com muito arrojo conseguirão trazer o foco para os povos indígenas e seus direitos mesmo não sendo o ideal almejado.

## **2 A evolução dos povos originários**

As décadas de 60 e 70 foram fundamentais para a mudança do cenário internacional dos direitos indígenas e o início das reverberações das lutas dos povos originários. Segundo ótica de Paula Caleffi, que utilizaremos de referencial teórico, até este período havia basicamente duas visões sobre o indígena: a primeira supunha que assegurar-lhes direitos representaria um atraso no progresso dos Estados Nacionais e na expansão do comércio; e a segunda, dava continuidade a luta de Bartolomeu Las Casas, que defendia os indígenas do tratamento cruel dado pela sociedade etnocêntrica colonizadora.

No entanto, estas duas posições seguiam pela vertente do inevitável desaparecimento dos povos indígenas pela integração à civilização. Quando os colonizadores invadiram a América do Sul, não enxergavam os indígenas como humanos, mas como simples “animais”, passíveis de domesticação. Portanto, para eles, matar índios não era um crime. No mesmo caso, na lógica do colonizador, nem o racismo condizia com tal ato, dado que para o racismo existir, deveria se ter um mínimo de reconhecimento da humanidade daquele que morreu ficando evidente o quanto o colonizador era indiferente enquanto a isso enquanto promovia a imagem de querer trazer a civilização e ao avanço ao mundo.

Pelo enfoque passado envolto em descaso os povos originários vieram dos escuros das selvas e para tal voltaram esse semblante assustador denota o quão foram hostilizados e deixados à mercê da sorte acarretando na dissolução de varias tribos e povoados o que forma o claro etnocídio:

Etnocídio é um conjunto de práticas que busca, através da “integração cultural”, retirar/ negar o pertencimento da pessoa indígena à sua língua, saberes, modos de vida, à sua identidade de étnica. O objetivo é que, uma vez “integra-do”, homogeneizado, o indígena deixe de ser o que é. É, portanto, uma das principais formas de extermínio e negação das vidas indígenas (BANIWA, Gersem, 2011).

Casé Angatu Tupinambá sublinha que “o etnocídio é a negação da nossa existência ao afirmar que, para ser índio ou quilombola, é preciso que as pessoas vivam como no século XVI” (TUPINAMBÁ, s/p, 2019). Há, em decorrência disso, toda uma construção etnocida e racista de que populações indígenas “atrasam” o desenvolvimento do país, tornando nosso nhandereko<sup>1</sup> alvo de constantes ataques.

---

<sup>1</sup> Nhandereko é nosso modo de vida, ele inclui cosmovisão, hábitos alimentares, espirituais, formas de se relacionar com a terra, águas, demais animais.



Imagem 1 - Chegada dos portugueses – pintura desconhecida reproduzida artificialmente

Essa realidade logo se faz presente desde a chegada dos portugueses até os dias atuais onde muitas tribos se veem reclusas para não sofrer o assédio da mídia que inviabiliza e transforma sua crença muitas vezes em algo estranho anormal exemplo mais visível a tribo Fulni-ô em águas belas, apesar de não proibir a entrada de visitantes essa tribo os mesmos além que por conseguir manter viva sua religiosidade e ascendência não querem que intervenções externas afetem esse ritmo de vida.

Todos os Fulni-ô têm como norma a proibição de falar do ritual. Os anciãos asseguram que aqueles que infringiram esta norma tiveram morte estranha. Sem dúvida esta é uma advertência para evitar a quebra do sigilo. Inclusive até mesmo as mulheres da tribo estão proibidas de observar esse ritual bem como pessoas que não fazem parte da tribo ritual esse que acontece em duas

formas distintas um de domínio público efetivado na própria aldeia e o outro mais sigilosamente nos meios religiosos, mas esse estilo de vida não impede os fulni'ó de viverem em sociedade com os povos externos que ate participam de atividades fora da aldeia.

### **3 O Impacto da modernidade**

Nos últimos anos, as questões que envolvem o direito dos povos indígenas têm atraído a atenção de especialistas do Brasil e do mundo. No Brasil, o Governo Federal, promoveu a Conferência Nacional dos Povos Indígenas nos dias 12 a 19 de abril de 2006 em Brasília, “(...) fazendo cumprir seu compromisso de apoio e respeito às reivindicações de lideranças indígenas para a participação política e a incessante conquista pela autodeterminação dos povos indígenas do Brasil (...)” (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, 2006, p. 3.

Direitos esses que foram expostos diversas vezes inclusive pelas próprias autoridades indígenas ressaltando Ailton Krenak que é uma das vozes que ecoam em favor da resistência indígena no Brasil. Em 1987, realizou um discurso impactante na Assembleia Nacional Constituinte, no qual pintou seu rosto com jenipapo em protesto à opressão sofrida pelas comunidades indígenas. Sua liderança resultou nos artigos 231 e 232 da Constituição de 1988, que garantem os direitos denominados originários, concedendo aos indígenas autonomia sobre suas terras tradicionais nesse enfoque temos a noção de que os direitos dos indígenas vão além de suas terras, mas de tudo que é inerente ao ser pois o apagamento dessas vidas vem acontecendo de diversas formas.



Imagem 2 - Toré<sup>2</sup> Vila de Cimbres. Foto: Laércio Assis, 1998

Expressamente e visto que suas próprias formas de religiosidade e a ritualística e muitas vezes afetada pela interferência do homem branco, invadindo e desrespeitando a terra e o solo sagrado seja ate mesmo garimpando de forma ilegal o solo indígena.

#### **4 A Luta através das eras**

Como visto no titulo desse texto e escrito pela banda Legião Urbana “O Brasil vai ficar rico e vamos faturar um milhão quando vendermos todas as almas dos nossos índios num leilão” que pais e esse? E perceptível que esse trecho da musica refere-se ao ponto que muitas vezes o próprio governo não respeita a identidade indígena

---

<sup>2</sup> O Tore e uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de maracás, zabumbas, gaitas e apitos.



e traz o terror a mesma como o garimpo ilegal e a falta de visibilidade pois ao vender e distribuir terras indígenas e ate mesmo receber para fazer vista grossa por muito tempo vários povos principalmente do amazonas trazem à tona esse problema que parece que depois de tantas eras não existir solução já que possivelmente seria este o tipo de discussão que nenhum representante estadual busca com evidencia.

O que mostra outro problema tão grande quanto a mistificação dos indígenas mesmo com as resoluções de leis que trazem um respaldo para a criação de projetos que beneficiam e ajudam as tribos indígenas essa causa não é urgente para muitos governos estaduais que possuem assentamentos em suas delimitações um dos casos de demarcações que chamou a atenção nacional é o caso das terras de Raposo do Sol. Depois de um longo processo que durou 30 anos, em abril de 2005, a terra indígena Raposa Serra do Sol, no extremo nordeste de Roraima, foi homologada em área contínua (INFORMATIVO FUNAI, 2009, p.4). Também no Estado do Espírito Santo, os índios do município de Aracruz, após 40 anos de reivindicação, tiveram suas terras demarcadas (em 28 de agosto de 2008) e esperam a homologação pelo Presidente da República (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2007).

Mas porque parece ser tão difícil para os donos originais da terra poderem reaver as mesmas e seus direitos, aparentemente os donos naturais por usarem as terras para sua própria subsistência e religiosidade não traz benefício ao estado que não lucra com isso principalmente sendo este um enorme pedaço de terra, o conflito torna-se mais iminente e perigoso existem infelizmente sempre um vencedor este que vence desde o tempo dos conquistadores, nesse processo, os índios resistiram aos movimentos da modernidade e passaram a lutar pela

demarcação das terras reivindicadas exigindo o que não era direito mas que já existia nas história provando sua posse. Como bem observa Harvey (1992, p.189) refletindo sobre o espaço e o tempo, porque os significados de “territórios” são diferentes entre os grupos. “Na realidade, o conflito girou em parte precisamente em torno do sentido próprio de espaço e a ser usado para regular a vida social e dar sentido a conceitos como direitos territoriais.”

##### 5. A cultura e o Ensino da vida indígena

No mesmo instante que os territórios veem a ser uma luta constante pela vida e poder outra situação traz uma forte e específica necessidade de ser vista mesmo estando prevista em lei a cultura e vivencia indígenas não são passadas em muitas instituições educacionais, existe claro uma pluralidade e o que podemos observar e que mesmo após tanto tempo e preciso Desnaturalizar o racismo existente na escola, reconhecer e valorizar os alunos negros e indígenas ao trabalhar as questões étnico-raciais, com base na Lei Federal nº 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas e a Lei Federal nº 11.645/08 que inclui o ensino da História e Cultura Indígena no sistema de ensino.

Na observação de muitos estudiosos os povos indígenas têm direito à memória e reparação histórica, ao mesmo tempo em que é preciso perceber que os povos originários mudaram ao longo do tempo. Não dá para imaginar aquele índio romântico. Um estereótipo do indígena sem roupa, cabelo de cuia, no meio de uma floresta tropical. O povo indígena tem direito de se transformar ao longo do tempo, pontua Lara Erendira, muitos indígenas fazem uso de escolas estaduais assim como próprias de suas aldeias o que se deve tratar e problema da exclusão existente.



Imagem 3 - Criança indígena frequentando escola municipal – fotografia desconhecido

Todos têm direito a educação digna, saúde de qualidade, moradia e qualidade de vida isso não exclui os povos originários, e preciso desmitificar essa noção de exclusão que sofrem esses povos que merecem respeito e visibilidade vide esse fato um dos povos que de destaca na proximidade das cidades grandes e que estão abertos a mudanças e evoluções são o povo Xucuru, liderados pelo cacique Marcos Xucuru esse povo milenar que habita as altas montanhas de Pesqueira em Pernambuco desenvolveu uma forma de superar diversas formas de interposição que surgiram com o tempo um dos mais reconhecidos atualmente ao lado dos Fulni'ó e Kapinawa, desde muito tempo conflitos entre os Xucuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989 com a morte de um importante líder em 1990.

## 5.1 A Vontade de Mudança

A dificuldade para encontrar e punir o mandante do assassinato so demonstra o que é dito constantemente neste trabalho o descaso e apagamento indígena e fato preponderante nacional pois qual forma mais efetiva que desestabilizar uma tribo se não lhes tirando seu líder, sua fonte de vida e em seguida sua identidade, porem as tribos são fortes e seus descendentes trazem o sangue da terra e dos ancestrais em suas veias e darão continuidade ao trabalho pelos ciclos.



Imagem 4 - Campanha pressiona para que Marcos Xukuru assuma a prefeitura. (Imagem: Divulgação)

Marcos Xukuru atual cacique toma lideranças nas eleições de 2020, mas é impedido de assumir o indígena foi impedido de tomar posse em função de uma situação que o enquadra como “ficha suja”, embora ele não tenha participado do crime patrimonial que lhe foi imputado. Filho do cacique Xicão, líder assassinado em meio à luta pela demarcação do Território Xukuru em 1998, com 17.654 votos (51,6% dos votos válidos), ele foi o primeiro indígena eleito no estado — dominado pela oligarquia local, representante do agronegócio, há cerca de três décadas, a principal luta do cacique marcos e pela evidencia de seu povo e contra invasão de terras que acontece desde muitos anos a qual a oligarquia da cidade não permite mudar, restando assim ao líder Xukuru lutar pelos meios e formas que pode trazendo esses fatos aos olhos do espectadores sejam políticos que se compadecem até mesmo a população que participa da luta.



Imagem 5 - Povo Xukuru iniciando ritual tore em sua aldeia

Uma infeliz, mas presente luta e contra a má informação e nomenclatura errônea a luta contra o pardo que desmonta a imagem do pardo como o sendo a cor indígena predominante sabendo que não existe esse tipo de raça ou cor e que essa visão corresponde a um preconceito ancestral enraizado no medo da exclusão e perseguição nesse sentido surgem os movimentos, movimentos esses que os indígenas vem para buscar seu direito nativo, os conflitos entre facções rivais da tribo Xukuru; a influência do tráfico de drogas entre os Truká e a invasão de terras pertencentes aos Fulni-ô.

## **6 Uma triste realidade**

Mesmo depois de tanta luta e informações fica evidente que o povo indígena não so vive como tenta sobreviver aos ventos do tempo, e as mudanças no roteiro

mundial a tentativa de tantas tribos principalmente as existentes em Pernambuco que são o foco desse texto provasse difícil e complicada ao longo do tempo a história mostra o começo e o fim de povos que lutam por sua identidade e cultura pois nem todos tem a mesma vantagem dos Fulni'ó de permanecer com sua própria língua e estrutura religiosa intacta assim como o Xukuru e seus rituais mesmo abertos à visitação e as vezes participação não se tratando de um meio para se mas para preservar sua cultura e constituição pois como explicar, todo dia, que os povos indígenas do Nordeste foram os que mais sofreram com o contato dos colonizadores e suas interferências culturais torna-se difícil e repetitivo que em Pernambuco existem territórios demarcados e homologados.

Outro povo que vale destaque são os Kapinawá descendentes diretos, de índios que foram aldeados na Serra do Macaco ainda no século XVIII. Até o começo dos anos 80 não eram reconhecidos oficialmente como índios, ocupando de forma livre e tradicional as terras que se estendem entre os municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim, na área de transição entre o Agreste e o Sertão de Pernambuco, no Vale do Ipanema, no sertão do Moxotó” (Palitot, 2002). Em fins dos anos setenta, os Kapinawá “começam a ser pressionados pelo avanço de uma frente latifundiária e procuram, então, se organizar para conseguir a regularização de suas terras (...) O reconhecimento do grupo foi longo e marcado por vários conflitos, tanto com posseiros e fazendeiros, como entre os próprios índios que vivenciaram um doloroso processo de nacionalismo. (...) Resultado desses conflitos foi a demarcação da área, que contemplou apenas uma parte do seu território tradicional.” (Palitot, 2002).

Infelizmente os povos indígenas seguem sendo sempre os primeiros homenageados e os últimos a serem

reconhecidos principalmente na tomada de decisões políticas esse descaso e suficiente para gerar revolta e sofrimento, mas com sua identidade sempre em foco e líderes capazes os povos indígenas não perdem o foco da importância de suas batalhas e sua ancestralidade se permitindo ser controlado nem moldado a vontade do homem branco assumindo e buscando seu espaço pois os povos indígenas são indiscutivelmente os donos originais destas terras que aqui pisamos.



Imagem 6 - Povo indígena se preparando para rito de passagem da fase adulta-  
foto de Marina Florêncio.

## Referências

ANDRADE, L. E. A. de. *Povos indígenas, mapeamentos participativos e política de gestão territorial: O CASO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO*. Vivência: Revista de Antropologia, [S. l.], v. 1, n. 52, 2019.

BITTENCOURT, Libertad Borges. *O movimento indígena organizado na América*

*Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC.*



- BUENO, Eduardo. A Coroa, a Cruz e a Espada: Lei, Ordem e Corrupção no Brasil Colônia. Editora Objetiva. 2006.*
- CALEFFI, Paula. "O que é ser índio hoje?" A questão indígena na América. CLASTRES, Pierre. Do Etnocídio. Paris: Universalia, 1974. In: CLASTRES, Pierre.*
- COELHO, Mauro Cezar. A construção de uma lei: o Diretório dos Índios. In: Revista de Estudos do Discurso, São Paulo, n. 1, jun. 2010.*
- FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. Bakhtiniana – Revista de Estudos do Discurso, v. 1, n. 1, p. 115-126. (2009)*
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.*
- FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. A temática indígena na escola: subsídios para os históricos e fundação. 3ª ed. ilustrada. Manaus: Editora Valer, 2000.*
- GARCIA, Etelvina. Manaus, referências da História. 2ª ed. rev. Manaus: Norma Editora, 2005*
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989*
- GOMES, Mércio Pereira. Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e uma nova Nova Fronteira, 2013.*
- GUAJAJARA, Sonia. Nós lutamos sim pela Funai inteira e não pela metade. <[https://www.youtube.com/watch?v=5OqZNDV6Xnw&ab\\_channel=M%C3%ADdiaNI](https://www.youtube.com/watch?v=5OqZNDV6Xnw&ab_channel=M%C3%ADdiaNI)*
- NJA >. Acesso em: 28 janeiro. 2023*
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.*
- JECUPÉ, Kaká Werá. A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio. 2ª ed. São Paulo: Peirópolis, 2020.*
- MESQUITA, Otoni Moreira de. Manaus: história e arquitetura (1852-1910). 3ª ed. Manaus.*

*MONTEIRO, Mário Ypiranga. A Capitania de São José do Rio Negro – Antecedentes*

*PRADO JÚNIOR, Caio. A Formação do Brasil*

*Contemporâneo: Colônia. São Paulo:*

*professores. São Paulo: Contexto, 2016. Companhia das Letras, 2011.*

*Revista Fronteiras & Debates, Macapá, v. 2, n. 1, p. 149-63, jan./jun. 2015.*

*RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo:*

*RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização - A Integração das Populações Indígenas no*

*Brasil Moderno. - Edição brasileira (1°): Editora Civilização Brasileira, Rio, 1970.*

*São Paulo: Cosac Naify, 2003. Companhia das Letras, 1995.*

# **“MOVIMENTO DE ESCRITORES INDEPENDENTES DE PERNAMBUCO – 1980/1988”, DE FRANCISCO ESPINHARA: UMA ANÁLISE**

**LUIZ AUGUSTO ANDRADE DA COSTA**

## **INTRODUÇÃO**

No livro, *Movimento dos Escritores Independentes de Pernambuco-1980/1988*, Francisco Espinhara nos traz um relato pessoal e emocionante de um período marcante da literatura pernambucana. Ao longo de praticamente 230 páginas, o escritor e poeta arcoverdense registra o que veio a ser uma das iniciativas mais profícuas em termos de produção literária que o Estado de Pernambuco já viu. Lançado no ano de 2000 pela Editora Universitária da UFPE, este livro conta a história de um grupo de poetas, homens e mulheres, que acreditavam na força dos versos e no poder da poesia como elementos transformadores e libertários, num período em que, no Brasil, as liberdades individuais e os direitos constituídos tinham sido solapados por uma ditadura que já durava quase 20 anos.

## **1 O LIVRO**

No livro escrito por Francisco Espinhara que ora apresento, vemos um desejo de contar a história deste grupo de escritores, escritoras e poetas que na virada da década de 1980 produzia, confeccionava e vendia seus trabalhos em formato de jornais, fanzines e panfletos nos bairros centrais do Recife. Ao longo da leitura que o poeta de Arcoverde (PE) nos presentearia, não nos escapa, em

diversos momentos, um claro sentimento de revolta e indignação, mas também orgulho, coragem e lirismo, sentimentos que vão fazer parte da forma de atuar deste grupo que se autoneia “Movimento de Escritores Independentes de Pernambuco” (MEI-PE) e vão deixar uma marca indiscutível na arte literária do Estado.

Contando com a contribuição de poetas como Marcelo Mario Melo, Bráulio Brilhante, Fátima Ferreira e Lara, o livro resgata desde os momentos embrionários do MEI-PE, até sua dispersão entre os anos de 1987 e 1988. No texto, tomamos conhecimento, por exemplo, que foi em Salvador (BA) no ano de 1980 que a semente foi lançada. Na ocasião, ocorria na capital baiana o Encontro Nacional de Estudantes de Letras, e nada mais adequado do que, em paralelo a isso, acontecesse a 1ª Reunião de Escritores Novos. Logo ali, próximos um do outro, surgia um ideal de literatura alternativa e marginal, que não era novo na história, mas que nesse caso se enchia de significação e perspectivas.

No ano seguinte, em 1981, ainda ocorreria em Vitória (ES) a 2ª Reunião dos Escritores Novos, e é daqui que partem as ações mais objetivas e práticas para a propagação da ideia de uma união a nível nacional dos escritores independentes. Espinhara ilustra seu entusiasmo ao dizer “*Em síntese, o Brasil era uma grande arena experimental, onde nós, os gladiadores, tínhamos como gladio o verso, qualquer que fosse o verso*” (ESPINHARA, 2000, p.13). De Vitória, as comissões formadas ficam responsáveis de organizar os encontros a nível estadual. Em Pernambuco, assumem esta tarefa Francisco Espinhara e Eduardo Martins, este último também estudante de letras da Fafire e amigo de Espinhara desde então.

Espinhara registra essa empolgação:

O importante era ocupar um vácuo súbito, estabelecido, principalmente, em 1964, com o golpe. A semente fora plantada naquele abril de 1981. Todos, de todas as regiões, estavam unidos pela força e mistério da palavra. Hora de voltar às províncias de costume: malas prontas, endereços saltando à vista como a vida salta para a morte e, seriamente, tínhamos já, também, um rótulo “Movimento dos Escritores Independentes” (MEI), no qual depositamos nossos credos (ESPINHARA, 2000, p.14)

Aqui, é necessário destacar o importante incentivo que os poetas receberam para a realização do I Encontro que viria a se realizar no mês de agosto de 1981. Não só para esse evento como para a divulgação e reprodução de seus trabalhos nos anos que se seguiriam, veremos os nomes do sebeiro Pedro Américo; do jornalista e proprietário da antiga *Livro 7*, Tarcísio Pereira; do jornalista e escritor Marcus Accioly; do jornalista Jomar Muniz de Brito; da poeta da geração 45, Celina de Holanda; do artista plástico Giuseppe Baccaro, então fundador da Casa das Crianças de Olinda; e do já citado, Alberto da Cunha Melo.

Em nossa conversa virtual, a poeta Fátima Ferreira relembra a importância dos apoios recebidos nessa época:

*A gente teve muita gente boa que apoio a gente no período. Muita. Eu encabeço logo o Alberto Cunha Melo, Cláudia Cordeiro a esposa dele também. Foram pessoas que sempre estiveram atuantes com a gente, né? E compraram as nossas brigas. A gente dizia uma coisa e Alberto ia lá na frente e brigava com meio mundo de gente e conquistava aquilo pra gente. Celina Holanda foi uma pessoa que esteve com a gente. Eu dizia que a casa dela era nossa sala de visitas. Por que a gente vivia na casa dela, sabe? [...] a gente teve muito apoio. Jomar Muniz de Brito, que na época foi Secretário de Cultura da Cidade do Recife. E tanta gente boa que no período, Ângelo Monteiro, professor universitário da Federal. Tanta gente que às vezes tenho até medo de esquecer nomes.*

Fátima Ferreira nasceu em Olinda e desde o início da década de 1980 acompanhava a cena poética do Recife. Junto com Sérgio Lima Silva, Samuca Santos e Geni Vieira criou a Editora *Bandavuo* e o jornal alternativo *Agora Nós*. Foi uma das componentes mais ativas do MEI-PE, lançando seus livros e participando de diversas antologias poéticas. Em parceria com Hector Pellizzi lançou os jornais alternativos *Americanto* e *O Cântaro*.

O I Encontro Pernambucano de Escritores Independentes aconteceu em Olinda na Fundação Casa da Criança em agosto de 1981. No testemunho de Espinhara, foram mais de 60 participantes que durante 3 dias envolveram-se em oficinas, debates, venda de livros, exposições e recitais, tanto em Olinda quanto nas ruas de Recife. Nas palavras de Eduardo Martins, em entrevista realizada como parte de nosso projeto de mestrado:

*O que eu vejo como maior expressão do Movimento de Escritores Independentes é a mesma coisa que o Alberto da Cunha Melo falava, que é essa coisa da retomada da oralidade da poesia, não é? É a retomada do centro do Recife. Porque era aquilo que eu lhe disse, o que a gente tava assistindo era os poetas todos dentro dos gabinetes, Gabinete Português de Leitura, Fundação Joaquim Nabuco, e ninguém na rua. E nós realmente tomamos a rua de volta.*

Na matéria abaixo, publicada no Diário de Pernambuco de 19 de agosto de 1981, vemos, através da programação, o que viria a ser a proposta artística do grupo, com feiras de livros, debates, exposições e apresentações de violeiros, cantadores e repentistas. A ideia de formação de um grupo de poetas para defesa de seus interesses, a busca de uma identidade própria, a valorização da condição de independente, o senso de coletividade, a paixão pela cultura popular e o desejo de

divulgação de sua arte ficam claros, desde o primeiro momento, como pautas que fundamentarão as ações do grupo:

***Encontro em Olinda reúne escritores independentes***

**J**ovens de todo o Nordeste estarão reunidos, nos próximos dias 22 e 23, na Fundação Casa das Crianças de Olinda, para o I Encontro Pernambucano de Escritores Independentes. O conclave, coordenado por estudantes das Universidades Católica, Federal, Fesp e da Fafire, visa estabelecer propostas que serão levadas ao I Encontro Nacional de Escritores Independentes, a realizar-se de 5 a 7 de setembro deste ano, em Fortaleza.

Dentre os temas que serão debatidos no encontro de Olinda, destacam-se: O que é o escritor independente? Os problemas do escritor independente: publicações, distribuições etc; criação de uma entidade do escritor independente; o escritor independente no movimento alternativo nacional; o escritor independente e a literatura nacional; o escritor independente e a editora; a literatura de cordel;

qual a atitude do escritor independente frente à literatura clássica?

O encontro constará, além dos debates, de lançamentos de livros de escritores pernambucanos, troca de livros, exposição em cartazes das atividades dos escritores independentes, e apresentações de violões, cantadores, poetas de cordel etc.

As inscrições, gratuitas, ao congresso, podem ser feitas na Livraria Re-ler, à Rua José de Alencar, 133, na Boa Vista.

**COMECO**

A ideia da criação de uma associação que defendesse os interesses dos escritores independentes nasceu durante o I Encontro Nacional de Estudantes de Letras, realizado ano passado no Centro Acadêmico Patativa do Assaré, em Salvador, e foi crescendo e tomando corpo no encontro seguinte, realizado em abril deste ano, em

Vitória, Espírito Santo. Nessa oportunidade, ocorreu, paralelamente, a Reunião Nacional de Escritores Independentes, com a participação de nove Estados, em que ficaram estabelecidos os representantes de Cada Estado que formariam as comissões estaduais. Três meses depois, durante encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Salvador, ficou decidido que os representantes estaduais dos escritores independentes deveriam realizar encontros e reuniões.

Josualdo Menezes, estudante de História da Universidade Federal de Pernambuco e um dos organizadores do encontro de Olinda, estima que mais de 100 escritores independentes estarão participando da reunião, vindos de todos os Estados, pois tem sido excelente a receptividade de outros grupos estaduais à proposta de trabalho dos jovens pernambucanos.

Segundo Josualdo, este encontro é fruto, também, de várias reuniões realizadas na livraria Sinesse, do Recife, com escritores independentes da nossa cidade. Acreditada ele — que também é poeta — que os jovens talentosos já estão tendo consciência da necessidade de se unirem para a defesa dos interesses dos escritores independentes.

— Há muita gente boa escrevendo em Pernambuco e em todo o Nordeste — garante ele — e não podemos ficar de braços cruzados, permanecendo ineditos, quando há tanta possibilidade de se publicar.

Josualdo Menezes tem certeza que, tão logo seja encerrado o encontro de Olinda, a cooperativa dos escritores independentes estará formada e coesa, para imprimir, distribuir (através da livraria Re-ler) e valorizar, cada vez mais, os escritores independentes.

O livro de Espinhara, que às vezes toma a forma de caderno de memórias, constitui, talvez, o único material que relata com um bom nível de detalhes a vida do Movimento. Poderemos encontrar documentários e entrevista com ex-membros do grupo nas redes sociais e plataformas da internet, mas esta obra constitui o registro de próprio punho feito por um dos membros mais eminentes desta iniciativa que recebeu apoio de escritores como Paulo Caldas, Raimundo Carreiro e do poeta, filósofo e também escritor, Ângelo Monteiro.

O Movimento dos Escritores Independentes de Pernambuco era um grupo fora dos padrões estabelecidos pela política cultural e literária que estava em voga na época, um grupo que se posicionava à margem da estética, da produção e comercialização da poesia e, com o livro de Espinhara nas mãos, atestamos a importante significado que existe na ação de contar sua própria história. Desde o

início, existe uma preocupação destes poetas de ter em suas mãos seus destinos, sua história, a capacidade e a liberdade de contá-la.

O livro mostra que da mesma forma que eles desejavam a liberdade política e a liberdade criativa, não abriam mão do direito de contar a história e os fatos como eles os viam e sentiam. As suas impressões, seus posicionamentos políticos e estéticos e sua versão dos acontecimentos dão a Espinhara, e conseqüentemente ao Movimento, a identidade necessária ao sujeito da história, tirando-lhes do anonimato, algo comum entre grupos sociais excluídos ou marginalizados.

A ideia de autonomia e independência está presente em todo o livro. E a sua importância, como material único, está, também, em seu poder de constituir-se um registro de fatos, pessoas, pensamentos, ideias e realizações. Nele conheceremos, em suma, o resultado do I Encontro Pernambucano de Escritores Independentes, realizado em Olinda em 1981. A independência ante uma sociedade e seus valores opressivos; a oposição ao governo e seus órgãos estaduais de cultura e empresas editoriais; a aversão ao meio intelectual e político que tenta padronizar e restringir a livre expressão e criação; e a liberdade do escritor em manifestar as suas opiniões políticas, filosóficas e ideológicas, serão princípios básicos e gerais para a definição do que viria a ser independente para este grupo de artistas.

Nesse Encontro, algumas outras resoluções mais específicas foram debatidas pelos presentes. Vale lembrar que, no fundo, o que se buscava era encontrar o caráter do Movimento, um perfil mínimo que o definisse, que desse essência a um corpo que já agia e respirava. Assim, vemos uma clara preocupação de não se vincular a partidos políticos, ter um caráter coletivo e democrático, não esperar por dádivas e benesses estatais, repudiar todas as



formas de censura, defender intransigentemente os direitos autorais e não tomar como absoluta e intocável a definição do que é ser independente, e sim como algo construído coletivamente respeitando o momento histórico e as práticas sociais.

Além destas definições estabelecidas após um amplo debate, o grupo demonstra preocupação em levar para as escolas as produções de novos escritores e escritoras. Um forte desejo de possibilitar aos estudantes o acesso a novas produções poéticas e literárias, ao trabalho de artistas contemporâneos, bem como a ação conjunta com as outras expressões artísticas, como a fotografia, o teatro, a música e as artes plásticas. Com o desejo de aprimoramento da qualidade de suas produções poéticas e literárias, viram a necessidade de um espaço interno para a autocrítica e autoavaliação, como uma alternativa à apreciação academicista. Por fim, vemos uma genuína preocupação na editoração das suas produções, sugerindo aos jornais e revista independentes o estabelecimento de critérios para realizar não só a captação, a seleção e a revisão dos materiais, mas também a parte escrita, gráfica e de divulgação.

O grupo parte para iniciativas mais concretas, dentro da proposta de ocupar ruas e estender sua área de atuação. Logo no início, demonstram o interesse de transformar a então *Rua 7 de Setembro* no centro do Recife em um espaço de expressões artísticas e celeiro poético. Propunham, inclusive, mudar seu nome para *Rua da Arte* e estabelecer os dias de sexta-feira à noite e sábados pela manhã como os horários para os saraus, as exposições e os recitais.

Além disso, buscar lugares de vendas e exposições das produções independentes em livrarias particulares, como o que já existia na *Livro 7* e na *Reler*; encontrar formas inovadoras de divulgação das produções;

estabelecer contato com outras produções independentes em outros Estados; publicar de uma antologia poética com todos os presentes nesse I Encontro; e eleger de uma coordenação para o Movimento dos Escritores Independentes foram alguns dos itens prioritários pensados pelos artistas. Nomes como o de Marcelo Mário de Melo, Pedro Américo, Cida Pedrosa e Teresa Tenório compuseram a Coordenação que deveria se reunir semanalmente, em lugar público e aberta à participação. As informações sobre o trabalho da coordenação e sobre o MEIPE seriam expostas na *Livraria Releer*, na Rua José de Alencar, Bairro da Boa Vista.

O Movimento de Escritores Independentes de Pernambuco carregava em sua alma uma característica que talvez nos ajude a entender sua dispersão anos depois. O seu perfil anárquico e não institucional possibilitava uma fluidez de participação e assiduidade. Estava longe da proposta do grupo e de seus principais idealizadores, tornar-se algo parecido com um sindicato ou um partido político.

Estava na essência do grupo a liberdade de uma poesia que não “batia ponto”, como diria o poeta Valmir Jordão. As dificuldades de comunicação também dificultavam uma presença sempre maciça nos eventos organizados. A dispersão do grupo, por mais lamentável que possa parecer, parecia algo inevitável e natural.

No livro, observamos um detalhe curioso e não menos importante que para o poeta arcoverdense não pode ser desprezado. Por mais que nos preceitos do grupo existisse a ideia de não institucionalizar-se, de não se tornar algo parecido com o que eles tanto combatiam, a possibilidade de vencer as eleições para a direção da UBE-PE (União Brasileira de Escritores – Pernambuco) em 1987 parecia um passo importante para a propagação de seus ideais.

A chapa que concorreu ao pleito 87/88 tinha como candidato a presidente o também poeta e escritor Marcus Accioly, além de figuras bem conhecidas do meio acadêmico e literário pernambucano. É o caso de Ângelo Monteiro (1º Vice presidente), Paulo Caldas (2º Vice presidente), Raimundo Carreiro (Imprensa), Marco Polo (Departamento de Artes Plásticas) e Amaro Quintas (Conselho Fiscal), além de Fatima Ferreira, Francisco Espinhara e Eduardo Martins que compunham a chapa chamada UNIFICAÇÃO. A outra chapa concorrente era encabeçada por Nagib Jorge Neto com o apoio do então presidente em fim de mandato, o escritor Paulo Cavalcanti.

Sobre isso, Espinhara escreve o seguinte:

Em Janeiro de 1987, confrontaram-se forças antagônicas: de um lado, as retrógradas, apostando no continuísmo; do outro, as libertárias, ensejando o término coronelístico-cultural do estado. Nunca houve na história recente desse ‘antro de escritores’ registro de pleito tão acirrado. Com o propósito de rompermos o preconceito contra o Movimento, ‘batemos’ chapa com os renomados poetas Marcus Accioly e Ângelo Monteiro, para alternarem-se na presidência da ‘ entidade’, caso vencêssemos. (ESPINHARA, 2000, p. 131)

A eleição é vencida pelo grupo de Nagib Jorge Neto e suscita críticas pela condução do processo, deixando a impressão que esse foi um dos motivos para a dispersão do grupo embrionário e consequente esvaziamento do Movimento:

Sentimos essa perda como se fosse o fio do aço no osso das nossas aspirações democraticamente literárias. A dispersão não tardou. Foi incisiva. Os mais assíduos coordenadores (Cida Pedrosa, Eduardo Martins, Fátima Ferreira, Francisco Espinhara, Hector Pellizzi e Pedro do Amaral Costa) foram

impelidos por questões ‘desgostosas’ a se distanciarem do Movimento, deixando-o, de certa forma, acéfalo, sem disposição de seguir. (ESPINHARA, 2000, p.132)

Não existe um consenso sobre se o resultado do pleito causou a dispersão, mas compôs um quadro que tinha entre suas cores essa característica sazonal do grupo. O “entra e sai” das pessoas sem firmar uma presença constante, pelo menos da sua maioria, dava ao Movimento esse caráter fluido, solto. Durou enquanto o núcleo mais assíduo esteve presente.

Apesar de em menor intensidade, é claro que a iniciativa independente, de produção de poesia autônoma, de baixo custo, vendida nas calçadas, bares e becos permaneceu ativa e existindo através de poetas que seguiam o esteio dessa geração de fins dos anos 1970 e início dos 1980. Com isso não se pode negar que trata-se de um fato cultural deixou rastros que com o tempo transformam-se em posturas e tendências, resultado de suas influências. A história do Movimento contada no livro é carregada de sentimentos e, longe de querer se passar como uma versão imparcial dos fatos, este documento se coloca como a voz ou o ponto de vista dos marginalizados e periféricos.

## **2 ESPINHARA**

O escritor Francisco de Assis Silva nasceu no município de Arcoverde-PE em 27 de janeiro de 1960 e foi um dos mais combativos e atuantes idealizadores do Movimento. Adotou a alcunha de Espinhara ainda no início da década de 1980, pouco antes de se formar em Letras pela FAFIRE em 1984. Lecionou em escolas da rede pública e privada, vindo a falecer no dia 13 de fevereiro de 2007, com inúmeras publicações livros,

livretos e fanzines, como o *Vida Transparente* (1981), *A Batalha pelo poema* (1983), *Teje Preso seu Rapaz* (1989) e *Sangue Ruim* (2005).

O pessimismo e o erotismo serão marcas de seus poemas, como representações simbólicas da solidão e do desamor. A sua poética, se baseia nos fragmentos de uma realidade, subjetiva e concreta, que carrega além do lirismo reconhecido, dualidades como amor e ódio, prazer e sofrimento. Como uma das figuras mais expressivas da cultura marginal e da poesia *underground* recifenses dos anos 1980, sua obra é uma clara referência a um mundo de experiências pessoais e realidades vividas.

Na impossibilidade que um verdadeiro amor surja, abre-se o caminho para a desilusão, o pessimismo, a solidão e o ódio. Na poesia transcrita abaixo, temos um exemplo do caráter de dor e desengano de Espinhara:

#### **BLACK SABBATH<sup>1</sup>**

Quero as manhãs incendiadas.  
O resto do dia diabo aceso  
As cabeças das mães degoladas  
O monge da paz num poço preso.  
Que despenquem das varandas  
Flores de bálsamo perfumadas.  
Venham ungidas de lavanda  
As faces das crianças maceradas.  
Que o golpe destro do punhal  
Esfrie o sabor da língua.  
As vísceras deixemos ao chacal  
Ou morram mesmo à míngua.  
Que o ódio atropele o amor  
Não se dê à paz morada.  
O mundo seja um barril de dor  
A rolar incessantemente pela escada.

---

<sup>1</sup> ESPINHARA, 2000, p. 180

A poesia desinibida e as expressões coloquiais de Espinhara refletem o cotidiano e a realidade da grande maioria destes poetas marginais que, mesmo sem perder o lirismo, vão incorporar em sua arte a rebeldia e a insatisfação de uma geração bem como o desejo de lutar numa arena em que seus versos são suas armas.

### **3 O MOVIMENTO DOS ESCRITORES INDEPENDENTES DE PERNAMBUCO (MEI-PE)**

A ideia de disseminar a poesia, distribuir seus livros e protestar contra uma cultura editorial pautada nos lucros foi ganhando força entre poetas do MEI-PE, que acreditavam no Movimento e criaram uma nova maneira de encarar a edição, publicação e divulgação de sua literatura no Nordeste. O ato de tomar em suas mãos o protagonismo da sua produção artística nos faz lembrar o historiador inglês Peter Burke, que nos mostra, além da importância da História Cultural, a interessante relação entre cultura popular e cultura erudita, sem estabelecer uma rigidez conceitual, já que nem uma definição consensual destes dois termos existe.

Ele fala da produção cultural de grupos sociais diversos formados por homens e mulheres comuns que com suas práticas narrativas, crenças e normas de conduta nos dão pistas da realidade política, social e econômica onde essa cultura é produzida:

De maneira semelhante, o atual interesse histórico pela narrativa é, em parte, um interesse pelas práticas narrativas características de uma cultura em particular, as histórias que as pessoas naquela cultura “contam a si mesmas sobre si mesmas”. Tais “narrativas culturais”, como foram chamadas, oferecem pistas importantes para o mundo em que foram contadas. (BURKE, 2005, p. 158)

Aqui, não podemos deixar de notar um interessante paralelo com o pensamento que Michel de Certeau nos apresenta em seu trabalho *A Escrita da História*. Pois, se é verdade que a escrita historiográfica implica em escolhas, conscientes ou não, e que é necessário reconhecer o lugar social de quem conta a história, podemos dizer então que a produção poética dos Independentes também carrega em si a marca indelével do seu tempo e do seu lugar. Ou seja, essa ideia de lugar social defendida por Certeau atinge em cheio uma visão historiográfica mais ingênua que acreditava numa neutralidade axiológica ou numa produção de conhecimento com resultados racionais, universais e verdadeiros:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 1982, p. 57)

Então, por que não pensar dessa forma com o que era feito em termos de poesia pelos membros do MEI-PE? As suas produções giravam em torno de temas ligados às mazelas da cidade, aos desacertos políticos do país e ao cânone literário e poético estabelecido como norma na época. Era uma criatividade intimamente ligada a uma realidade vivida por eles, sentida por eles e interpretada por eles.

Os escritores e as escritoras do Movimento estavam inseridos em realidades políticas, sociais e culturais de seu tempo. Essas pessoas não estavam em

uma condição metafísica, ou pairando sobre um quadro de realidade que não era o deles. O que queremos dizer é que tanto na escrita historiográfica produzida nas academias quanto na poesia produzida por Cida Pedrosa e Chico Espinhara e tantos outros, a relação entre circunstâncias históricas e obra não pode ser negligenciada.

Para complementar o raciocínio defendido pelo historiador francês acerca do fazer historiográfico, mais uma coisa precisa ser lembrada. Para Certeau (1982), tanto o lugar social (como já falamos) quanto às práticas e as regras da pesquisa científica desaguam num discurso, num texto ou num trabalho final, formando assim o que seria para ele o tripé do fazer historiográfico moderno.

Esse Movimento dito "marginal", absorveu o grito silenciado pela Ditadura Militar no Brasil por meio da união de diversos artistas, agitadores culturais, educadores e professores. Assim, ele permitiu uma nova forma de divulgação da arte e da cultura, reprimida pelo sistema totalitário que vigorava no país.

Seguindo uma tradição entre grupos de resistência cultura e de contracultura espelhados pelo mundo afora, o MEI-PE tem na substituição dos meios tradicionais de circulação de obras para os meios alternativos de divulgação uma de suas principais características. Foi assim que artistas envolvidos no Movimento sentiram a necessidade de se expressarem e, sobretudo, divulgarem suas ideias. A partir desse movimento literário, a produção poética "fora do sistema" foi divulgada pelos próprios poetas a partir de pequenas tiragens de cópias. Elas eram produzidas nos folhetos mimeografados, os quais vendiam sua arte a baixo custo, nos bares, praças, teatros, cinemas, universidades, etc.

Neste momento de nossa observação surge o interesse de entender as práticas de enfrentamento, às formas de resistência e de combate encontradas pelos



escritores e escritoras contra uma estrutura de poder que tolhia, excluía e estigmatizava. Será que aqui, Michel de Certeau nos diria que nesse espaço, por meio de táticas, o MEI-PE burlou e escapou, até onde pôde, das regras de disciplinamento? Poderíamos pensar em um caráter ético das práticas cotidianas do grupo como uma vontade de afirmar a vida diante da ordem imposta? O MEI-PE buscou um meio de se defender ante um poder mais forte, e isso daria ao grupo o que o historiador francês designou de caráter polêmico em um conflito permanente, numa relação de forças antagônicas.

Os membros mais atuantes buscavam construir um lugar próprio de onde pudessem se expressar e publicar seus trabalhos que a mídia tradicional ocultava ou pouco dava atenção e compartilhavam sua própria produção artística sem ter que se submeter à indústria ou à censura. Constroem, desta forma, uma gama de meios alternativos de comunicação e de expressão artística nos quais eram possíveis divulgar ideias, textos literários e poesias que não seriam permitidas pela censura ou não seriam aceitas pela imprensa hegemônica, ou que simplesmente não encontrariam abrigo na indústria cultural. A imprensa alternativa, a poesia marginal, a “geração mimeógrafo”, o teatro de rua, o cinema Super-8 e o cinema marginal são exemplos da tentativa de construção de meios contra-hegemônicos de expressão artística e cultural.

Com Certeau, observamos o exercício pelos membros do Movimento dos Escritores, de estratégias cotidianas num nível micropolítico. Esse seria o estágio em que os indivíduos do grupo adotariam práticas de resistência, práticas de sobrevivência em meio a um difícil cenário político, econômico e cultural. As pessoas comuns, vivendo vidas comuns em um embate contra inimigos que eram, essencialmente, comuns a todos: a

opressão do Estado, as desigualdades sociais e a exclusão cultural.

Estas práticas, estas invenções do cotidiano e estas “artes do fazer” do MEI-PE não fogem da nossa atenção e se enquadram perfeitamente nas observações que Certeau nos traz em sua obra, *A Invenção do Cotidiano*:

Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 100)

Para reforçar esse pensamento, fazemos uso de mais um pensador que identificava as nuances e as conexões que permeiam as classes e os grupos sociais. Estamos falando de Norbert Elias, o sociólogo alemão que nos apresenta suas teorias acerca de conceitos como “interdependência e configuração”. Aqui, o professor de Frankfurt nos presenteia, em seu trabalho *A Sociedade de Corte*, com a ideia de que não devemos pensar em estruturas sociais estáticas, tampouco de considerar ações sociais como individuais, pois o indivíduo deve ser inscrito dentro de uma rede de relações. Seu projeto rompe com um pensamento fragmentário comum no início do séc. XX e estabelece uma íntima relação entre indivíduo e coletividade, numa permanente transformação vista, aliás, de longo prazo.

Para Elias (1969 apud CHARTIER, 2002), os indivíduos de classes sociais, gêneros e raças estabelecem redes sociais interdependentes, formam configurações e convivem num permanente equilíbrio de tensões com forças antagonicas. Através de um processo educacional longo, duradouro e verticalizado, o cidadão é moldado e

instruído a se adaptar. Seu corpo e sua mente precisam ser acomodados sob regras e será castigado se destoa do que lhe é programado. Para ele, o processo civilizatório diz respeito a uma civilização que se molda sob forças antagônicas, numa luta constante entre forças de dominação e artes de resistência.

Sendo assim, as formas com que os membros do MEI-PE encontraram para responder ao mundo adverso que lhes cercava, bem como às necessidades impostas a eles, seguiam um formato que tinha tudo a ver com suas relações interpessoais, com suas referências artísticas e com suas realidades sociais. As referências e os símbolos escolhidos por eles reforçam a ideia de “teias de interdependência”, tão cara a Elias, e nos mostra o formato de resposta encontrada pelos poetas às circunstâncias. Os trabalhos coletivos, as exposições em grupo, o apoio mútuo, seja na produção mimeografada ou na divulgação e venda dos poemas, caracteriza o MEI-PE em particular e o *modus operendi* da cultura *underground* ou marginal como um todo.

Aliás, esses poemas eram formados, em sua maioria, por pequenos textos, alguns com apelo visual (fotos, quadrinhos, etc.), absorvidos por uma linguagem coloquial (traços da oralidade), espontânea, inconsciente. A temática cotidiana e erótica era permeada de sarcasmo, humor, ironia, palavrões e gírias da periferia. Para Espinhara (2000, p. 64):

Outra referência importante é a herança contracultural, com as suas experimentações, seus diversos matizes, a espiritualidade oriental, etc. No ataque ao tradicionalismo, o choque alternativo é bem mais fundo, mais amplo, mais visceral que o choque modernista.

A temática da Contracultura, já bastante estudada, reveste-se de um fascínio provocador e instigante, pois é sempre abordada sob um viés épico e faz parte da eloquência literária, poética e artística de maneira geral. Além disso, é um fenômeno que, de certa forma, foi apropriado pelos intelectuais da cultura como um passaporte para a legitimação do discurso, supostamente forjador daquilo que se apresenta como manifestação cultural e estilo de vida à margem do que foi definido como aceitável pela sociedade tecnocrata.

A maioria dos teóricos que se dedicaram a estudar as nuances das manifestações desse fenômeno situam sua origem na década de 1950. Pereira (1992) afirma que as manifestações que começam a delinear o que depois vai ser categorizado como contracultura já eram anunciadas nos EUA na década de 1950, quando os primeiros uivos da geração *beat generation* começam a ser ouvidos:

Esse espírito libertário e questionador da racionalidade ocidental, que viria a marcar tão fortemente isso que ficou conhecido como a contracultura, já se anunciava nos EUA, desde os anos 50, com uma geração de poetas – a *beat generation* – que produziu um verdadeiro símbolo do fenômeno com o poema “Howl” (Allen Ginsberg, 1956) que, traduzido, significa uivo ou berro. (PEREIRA, 1992, p. 9)

A partir daí, uma conjunção de fenômenos que reuniam manifestações coletivas e individuais que desafiavam o que se considerava cultura da tecnocracia (*establishment*), viria derramar, sobre a sociedade ocidental, uma profusão de comportamentos que variava de acordo com o contexto, mas que, de modo geral, abrigava-se no imenso guarda-chuva do que se chamou contracultura. Festivais de música (Woodstock, Monterrey), debandada *hippie*, criação de comunidades, adoção de linguagem diferenciada, figurino descolado,

culto ao transcendental e admiração pela cultura oriental, experiências com drogas alucinógenas e viagens intermináveis pelo mundo parece que afirmavam para a sociedade tecnocrata capitalista que outro mundo era possível.

É muito importante pontuar que, embora visto como um fenômeno *drop out* (de não adaptação), para o qual a família e a tradição davam de ombros, havia em torno da contracultura um arcabouço intelectual diversificado. Convém assinalar a presença de pensadores importantes como o marxista Hebert Marcuse e o historiador e sociólogo Theodore Roszak. Aqui no Brasil temos os trabalhos de Carlos Alberto Masseder Pereira, Leon Frederico Kaminski e do jornalista e colaborador do *Pasquin* na década de 1970, Luis Carlos Maciel:

Acompanhando o próprio movimento de expansão do ensino universitário e dos cursos de pós-graduação, o número de pesquisas sobre temas relacionados à contracultura tem aumentado. Outros fatores, como o distanciamento temporal e o enfraquecimento da historiografia marxista na esfera acadêmica, contribuem para esse crescimento quantitativo. A emergência da História Cultural como campo de investigação colabora decisivamente para essa ampliação. O âmbito da cultura e suas manifestações deixou aos poucos de ser algo menos nobre de ser pesquisado, se comparado ao social e ao econômico. Com isso, mudou não somente em termos quantitativos, mas também qualitativos, com novas abordagens e temas, incluindo aqueles ligados aos movimentos contraculturais. (KAMINSKI, 2019, p. 11)

O que aproxima a reflexão de Maciel (apud PEREIRA, 1992), mesmo considerando sua autonomia de pensamento, das reflexões de Roszak (1972) na obra que inaugura uma teorização do fenômeno no campo da sociologia, e que servirá de referência principal para boa parte de nossos reflexões sobre o tema, é a tese de que o

principal alvo da contracultura era o combate às formas de expressão da sociedade burguesa tecnocrata, ou mais diretamente à tecnocracia, incluindo aí a própria racionalidade científica herdada da modernidade iluminista. Na visão de Roszak (1972, p. 22), a tecnocracia como modelo negado e combatido pela contracultura, consiste na “forma social na qual a sociedade industrial atinge o ápice de sua integração organizacional”. Nesse sentido, a tecnocracia projeta-se mais como um imperativo cultural imponente, incontestável e indiscutível que será questionado e recusado pelos jovens da contracultura.

Ainda que esses elementos sejam definidores do termo contracultura, convém sublinhar que outros tipos de manifestações juvenis em outros contextos históricos poderiam ser encaixados nessa concepção. Analisando as oito anotações de Luiz Carlos Maciel, Pereira (1985) assinala que se pode empregar o termo contracultura para designar um fenômeno mais geral, mais anárquico, que reaparece de tempos em tempos e em diferentes épocas, parece ter um espírito revigorador da crítica social:

Um tipo de crítica anárquica – esta parece ser a palavra-chave – que, de certa maneira, “rompe com as regras do jogo” em termos de modo de se fazer oposição a uma determinada situação. Aquela postura ou posição de crítica radical em face da cultura convencional, a qual se refere Maciel em suas anotações. Uma contracultura, entendida assim, reaparece de tempos em tempos, em diferentes épocas e situações, e costuma ter um papel fortemente revigorador da crítica social (PEREIRA, 1985, p. 22)

Como vimos, o Movimento dos Escritores Independentes de Pernambuco, ao longo de sua existência, longe de constituir uma cópia de qualquer outro movimento contracultural, possui características próprias de enfrentamento, de crítica artística e crítica social, com

uma forte conotação anárquica de seus principais componentes. O grupo criou meios alternativos de comunicação e de expressão artística, ao mesmo tempo em que dialogavam e se apropriavam de realidades que aconteciam nos planos regional e nacional produzindo sentido particular e os reproduzindo.

O experimentalismo das formas e do conteúdo dessas produções é bastante presente, bem como em outras tradições vanguardistas na história. Some-se a isso, a importância que seus componentes davam ao poder da oralidade aproximando-os de setores menos privilegiados de uma cidade “diluidora dos meus sonhos”, como era o Recife no dizer de Eduardo Martins no poema Geografia do Mal, e teremos um movimento de contracultura por excelência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa centrada no livro escrito por Francisco Espinhara coroa um desejo particular de adentrar num universo literário de escritores e escritoras que vivem à margem do mercado, da grande publicidade e dos grandes financiamentos públicos. É compreender que nesses artistas, em sua maioria, existe um desejo genuíno de não fazer parte deste modelo e de uma regra poética que delimita e normatiza.

Esse importante testemunho presente no livro “Movimento de Escritores Independentes de Pernambuco – 1980/1988” é um relato único e um exemplo mais do que incontestável de uma opção artística que escolhe um caminho alternativo de escrita e expressão literária. Esses homens e mulheres não inventaram a poesia *underground*, o autofinanciamento, nem o linguajar debochado, ferino e irreverente, mas deram força a uma forma poética e literária que prezava pelo poder da oralidade, pela

liberdade criativa e pela postura essencialmente anticanônica.

Como disse, isso não era novidade na história da literatura, mas não precisamos nos prender a uma Europa vanguardista, nem a um Estados Unidos *beatnik*, ou a um eixo Rio-São Paulo da geração mimeógrafo para compreendermos esse tipo de manifestação. Nós tínhamos essa força literária em pleno Centro do Recife, circulando entre becos, mercados, calçadas e bares. Eles ainda estão vivos e deitaram suas raízes. E não por acaso, os documentários, teses acadêmicas e artigos científicos continuam sendo produzidos em torno dessa temática que tinha a subversão artística como ponta de lança.

Esse trabalho, portanto, é um pequeno recorte de uma história que possui muitos detalhes ainda por serem descobertos e explorados, um retrato que pode compor com outras imagens feitas e por fazer, um quadro com cores, traços e relevos dignos de sua trajetória.

## REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CAPELLARI, Marcos Alexandre. *O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel*. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- \_\_\_\_\_; GIARD; Luce; MAYOL, Pierre. *Invenção do cotidiano Vol. 2: Morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A sociedade de corte. Formación social y economía psíquica: la sociedad cortesana en el proceso de civilización*. In: CHARTIER, Roger. *El mundo como representación: historia cultural entre práctica y representación*. Barcelona: Gedisa, 2002, p. 81-104



- ENCONTRO em Olinda reúne Escritores Independentes. Diário de Pernambuco, 19 ago 1981. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 25 set. 2021.*
- ESPINHARA, Francisco. Movimento dos escritores independentes de Pernambuco 1980-1988. Recife: CEPE, 2000.*
- KAMINSKI, Leon Frederico (Org.). Contracultura no Brasil, anos 70: circulação, espaços e sociabilidades. Curitiba [PR]: CRV, 2019.*
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O que é contracultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.*
- ROSZAK, Theodore. A contracultura. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1972*
- SANCHES, Maria Elizabete. Á margem do cânone: história e produção do Movimento dos Escritores de Pernambuco. 2014. Tese (mestrado) Universidade Federal de Rondônia. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/1006>>*
- \_\_\_\_\_. Á memória dos esquecidos: história e produção do MEIPE. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015*
- SOUSA, Pâmela. A poesia marginal no Recife de 80 com o Movimento dos Escritores Independentes de Pernambuco. Disponível em: <[www.controversourbano.wix.com](http://www.controversourbano.wix.com)>. Acesso em: 15 de nov. de 2016.*

# **VIVÊNCIAS E SABERES QUE FAZEM HISTÓRIA: MEMÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SEIVAL EM CANDIOTA-RS**

**DAIANA DE MOURA ETCHEVERRIA  
RENATA BRAZ GONÇALVES**

## **Introdução**

O presente artigo apresenta a estruturação da pesquisa sobre a Escola Estadual de Ensino Fundamental Seival, fundada em 1940 na comunidade de Seival, localizada na cidade de Candiota no estado do Rio Grande do Sul. A investigação visa abordar desde sua fundação até os dias atuais, vivenciando décadas de boa educação em diferenciadas metodologias, até a atualidade. Atualmente, a instituição encontra-se fechada, depois de um fato sinistro ocorrido com a merenda escolar que os alunos consumiram, foram encontrados estilhaços de uma substância acrílica na vitamina de banana. Além deste fato, a instituição já vinha sofrendo decadência nos últimos anos, como a enturmação<sup>1</sup> e fechamento de um turno.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Seival é importante não só para comunidade de Seival, é uma instituição de ensino com 83 anos de atuação e estudos e

---

<sup>1</sup> Enturmação é o termo também conhecido por multisseriação, onde alunos de diferentes anos, ou seja, diferentes níveis de conhecimento e idades dividem a mesma sala, na qual o professor trabalha com todos ao mesmo tempo.

pesquisas sobre esta escola é o tema principal deste projeto.

Dessa forma temos como objetivo geral: Registrar a história da Escola Estadual de Ensino Fundamental Seival a partir de memórias da comunidade escolar e do acervo documental.

Como objetivos específicos, propomos: evidenciar sua relação com a comunidade; verificar quais foram as práticas pedagógicas ao longo do tempo; contribuir para a valorização da Escola; preservar sua história; entender como se dá o processo de criação e de proposição de fechamento de uma escola.

Como justificativa para esta pesquisa temos a responsabilidade e comprometimento, da pesquisadora principal, que é moradora da comunidade e acredita que a instituição é muito necessária para as famílias dos moradores da comunidade. O bairro é distante dos demais da cidade, até mesmo os vínculos de amizades e convívio entre as crianças e adolescente se dão através da escola. E principalmente por acreditar que somente através da educação é possível um futuro melhor para os moradores locais.

A realização dessa investigação é importante porque supomos que esta escola durante suas atividades por décadas desenvolveu seu papel com êxito em suas práticas pedagógicas. Além disso, atualmente a escola vive um quadro de fechamento temporário, sendo possível tornar-se definitivo.

Por fim, os fatores emocional e afetivo influenciaram na escolha pela temática uma vez que a escola possui uma relação afetiva com comunidade que está inserida, e com a pesquisadora que foi aluna da escola na década de 1990.

## **As instituições escolares como objeto de pesquisa**

Conforme indicado por Sanfelice (2008), estudar a história de uma escola é um trabalho realizado no campo da história das instituições escolares. Esse campo tem se desenvolvido muito entre os historiadores da educação mais recente.

O autor afirma que: “As abordagens visando captar os objetos podem e devem ser múltiplas, pois são como instrumentos do pesquisador empenhado em captar o real tal como ele é.” (SANFELICE, 2008 p. 2 – 8).

Ao falar sobre os procedimentos para a prática da pesquisa sobre a história das instituições escolares, Nosella e Bufa (2009), dizem que: “Os grupos escolares tornaram-se , recentemente, objeto de vários estudos, provavelmente como reação a atual decadência do ensino fundamental público [...]” (BUFFA, E, NOSELLA 2009, p. 8 – 17)

Por outro lado, Gatti Júnior e Gatti (2015) afirmam que:

“A importância de estudar e de investigar as instituições escolares ao longo do tempo rende-se, de um lado, a necessidade de melhor compreensão da forma como foi buscada a criação de um homem e uma sociedade novos, seja no marco das sociedades liberais, como também naquelas que se organizaram nos marcos do comunismo.”(GATTI JÚNIOR E GATTI 2015, p. 12 – 33).

Nesta pesquisa, consideramos importante abordar a memória individual e coletiva, para tanto, utilizaremos Bosi (1994), que diz que a memória “[...] é fundamentalmente, uma doutrina psicológica pois parte da experiência individual do perceber e do lembrar.”(BOSI 2004, p. 8)..Também se faz relevante para este artigo outra citação da autora que diz: “A Memória, é sim um trabalho

sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo.”(BOSI 2004, p. 5 – 8).

Além desses autores também pretende-se trabalhar com: Halbwachs (1990); Le Goff (1990), Nora (2007), Santos e Vechia (2019).

## **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa será desenvolvida na forma de pesquisa documental. Esta metodologia de pesquisa trabalha com fontes primárias, arquivos que ainda não foram tratados, como atas, fotografias, publicações na internet, etc... Estes arquivos estão disponíveis na Escola Estadual de Ensino Fundamental Seival, na Secretaria Estadual de Educação, nas redes sociais, e também podem ser oriundos das famílias que já tiveram parentes estudantes, assim como outros que poderão surgir durante a pesquisa. A pesquisa terá o cuidado em publicar os registros com datas, onde os leitores e pesquisadores em geral tenham a informação por completo.

Também utilizaremos a História Oral, a qual será registrada através de entrevistas orais, com alunos, ex-alunos, parte do corpo docente atual e de outras décadas e comunidade escolar em geral. As entrevistas serão agendadas com antecedência dependendo da disponibilidade dos entrevistados voluntários.

Procuraremos analisar a estrutura física e arquitetura da escola bem como seu espaço no interior e exterior. Compreender seu funcionamento e distribuição dos alunos nas salas de aulas com a enturmação e sendo apenas no período matutino. Sendo possível uma breve comparação ao funcionamento dos anos anteriores quando todas as salas foram ocupadas separadamente conforme o ano de cada aluno e com funcionamento em dois turnos, ou seja, integralmente.

As fontes analisadas serão: Atas, Plano Político Pedagógico, Regimentos internos, fotografias, pertencentes à escola. Além dessas também serão utilizadas como fontes: notícias em jornais, plantas, registros de alunos, ex-alunos e ex-professores e professores em redes sociais, etc...

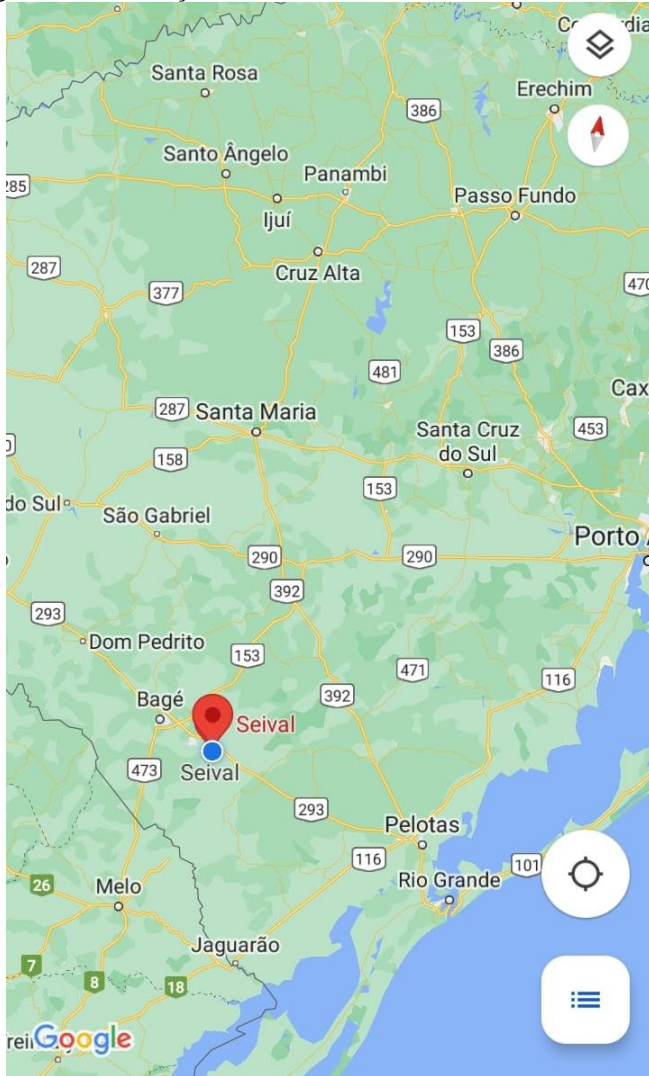
### **Achados iniciais: a comunidade de Seival e a cidade de Candiota**

Antes de abordar diretamente a escola, é preciso situá-la. Ela fica localizada na cidade de Candiota, emancipada em 24/03/1992, até então fazia parte do município de Bagé. Atualmente, Candiota possui, aproximadamente, 10.000 habitantes, localiza-se na metade sul do estado do RS, próximo à fronteira com Uruguai.

O acesso ao município se dá pela BR 293. A cidade possui duas usinas termoelétricas. Além das usinas, empresas, comércios, agropecuária, fruticultura e agronomia fazem parte da economia local. Seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é de – 0,698 (2010) e PIB (Produto Interno Bruto) é de – 163.593,81 (2020). Possui 14 Escolas, entre educação infantil e níveis fundamental e médio. Não há universidade.

No mapa que segue é possível visualizar a localização de Candiota no Rio Grande do Sul.

Figura 3 - Localização de Candiota no Rio Grande do Sul.



Fonte: Google Maps

A comunidade de Seival desenvolveu-se nos últimos anos com a construção da Usina Termoeletrica “Pampa Sul”, feita a 3 km do bairro. Muitas famílias têm seu sustento devido ao trabalho realizado diretamente para a

empresa proprietária ou para empresas terceirizadas. Mesmo com os avanços trazidos pela indústria carboquímica, a comunidade ainda se sente e está isolada, citamos exemplos: Não há pavimentação do trajeto total até o próximo bairro, não existem farmácias, posto de gasolina, não tem atendimentos diários de médicos, o transporte coletivo para acesso aos outros bairros possui poucos horários.

A cidade de Candiota é dividida por bairros de longas distâncias, o exemplo mais pertinente é a comunidade de Seival, que fica aproximadamente a 20 km da sede que é Dario Lassance e de muitos assentamentos, alguns distantes em mais de 50 km.

A Comunidade de Seival tem cerca de 700 Habitantes, está localizada na cidade de Candiota. Caracteriza-se como uma comunidade rural, com acesso por estradas de terra.

Seival possui uma escola de ensino fundamental; uma escola de educação infantil; um posto de saúde, três sedes de igrejas; um PTG (Piquete de Tradições Gaúchas), uma praça, uma quadra poliesportiva, alguns armazéns e alguns prédios em ruínas.

### **Escola Estadual de Ensino Fundamental Seival**

Em 20 de janeiro de 1940, foi inaugurado o Grupo Escolar Santa Rosa. A escola foi construída em terreno doado por Floriano da Rosa. Rosa era filho de Egydio Rosa e Isolina, oriundos da família Rosa que influenciou a formação da vila Santa Rosa que posteriormente veio a se chamar Seival. Vasco da Gama Filho foi o engenheiro responsável pela construção.

Em 1944, o Grupo Escolar Santa Rosa mudou o nome para Grupo Escolar Seival. Há a afirmativa de que foi necessária a mudança porque o bairro mudou o nome,



pois também chama-se santa Rosa anteriormente. Há relatos que os mantimentos chegavam até a comunidade por trem, pois lá existia uma estação férrea, que entre suas funções era transportar o charque que era produzido. Porém, houve alguns conflitos de entrega, quando uma outra cidade, chamada Santa Rosa, recebia os mantimentos que deveriam ser entregues. A fim de acabar com estes conflitos, a comunidade começou a chamar-se Seival, em homenagem a vegetação chamada “seibo” que existia na época em abundância.

Em 1980, a escola recebeu nova denominação deixando de ser Grupo Escolar, para receber a denominação Escola Estadual de Ensino Fundamental Seival.

Através de relatos informais sobre a escola da ex-presidente do Conselho de Pais e mestres senhora Deise Dias, no ano 2019 iniciaram os movimentos em prol da não enturmação e fechamento de um turno, o que não foi obtido êxito. Algumas mães se reuniram e foram até a 13ª Coordenadoria Regional de Educação na cidade de Bagé para fazer a solicitação. Também esteve a representante das demais e do Conselho de Pais e Mestres da escola de Seival na Câmara de vereadores de Candiota para expor a situação.

Em 2023, a escola atende 74 alunos, possui seis professores e uma Diretora. A escola está organizada em formato multisseriado, ou seja, primeiro, segundo e terceiro anos estudam em uma mesma sala de aula, e as demais em duplas por sala: quarto e quinto, sexto e sétimo e oitavo e nono. Seu funcionamento está restrito ao turno da manhã.

No mês de junho de 2023, a escola foi fechada temporariamente e os alunos foram encaminhados para outra escola.

Na imagem que segue, pode ser vista a fachada da instituição na década de 1940.

Figura 4 - Fachada da Escola Estadual de Ensino Fundamental Seival, provavelmente década de 1940.



Fonte: Momo (2015)

Este registro faz parte do acervo pessoal do senhor Marco Antônio Marimom e está no Livro Seival, passados e memórias, escrito por Nadiane Momo, através dos relatos do senhor Gregório Ferreira.

A obra de Momo (2015) auxiliará muito na pesquisa, pois constitui-se em uma das raras obras que tratam da comunidade de Seival e de Candiota. Contudo, faz poucas referências à escola. Em relação à escola, a autora comenta apenas quatro páginas com algumas imagens e história da fundação.

A fotografia tem como legenda “Atividade na Escola”. Pelas vestes e letreiro na fachada supõe-se que o registro é da década de 1940.

Outra obra que tem grande contribuição é a obra de Lima (2016), pois o autor aborda a história de fundação da escola desde a doação do terreno e nomes de algumas professoras e diretoras.

A imagem que segue apresenta uma fotografia da escola realizada em junho de 2023. Passados prováveis 80 anos entre uma fotografia e outra, podemos observar que não houve muitas alterações na fachada. Observa-se que foi construído um muro, essa construção deu-se na década de 90 a fim de maior segurança para os alunos.

Também se observa que ainda neste ano de 2023, a Escola recebeu pintura externa nova, a arquitetura das paredes mantém-se a mesma nesses mais de 80 anos. Nota-se que a cobertura recebeu telhas novas há alguns anos.

Figura 5 - Fachada da Escola Estadual de Ensino Fundamental Seival em 2023



Fonte: Acervo pessoal.

Ao analisar os registros das imagens da escola, podemos inferir sobre diversos aspectos relacionados à escola que vão desde as práticas escolares até a importância dada a sua estrutura física. Também vale destacar que essa estrutura física e localização podem interferir diretamente na cultura escolar e nas práticas pedagógicas. Esses aspectos serão melhor analisados no decorrer da investigação.

## **Considerações Finais**

Esta pesquisa busca divulgar o valor dessa escola como patrimônio da comunidade de Seival. As entrevistas através da pesquisa oral servirão como embasamento para compreensão de como esta instituição é representada na memória coletiva da comunidade.

Nessas oito décadas de existências muitas mudanças provavelmente ocorreram, assim como devem ter permanecido muitos aspectos que serão revelados após a pesquisa.

A escola está vivenciando uma fase terrível, pois está fechada e seus alunos estão sendo deslocados para uma escola Municipal a aproximadamente 20km de distância, cujo trajeto para chegar é realizado em estradas de terra.

A história da Escola, passado presente e futuro será escrita com referências fiéis documentadas e através das memórias da comunidade e pessoas diretamente ligadas a instituição. Cabe a nós, a partir desta investigação procurar responder as seguintes questões:

Qual o valor dessa escola como patrimônio da comunidade do Seival? Como ela é representada na memória coletiva desta comunidade? Que mudanças e permanências ocorreram nessas oito décadas de existência? Por que se propõe o fechamento de uma escola? Esperamos que possamos responder ao longo da pesquisa, e é possível que as fontes ainda apontem outras questões.

## **Referências**

*BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.*

GATTI JÚNIOR, Décio; DO VALE GATTI, Giseli Cristina. *A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente*. Revista Educativa-Revista de Educação, v. 18, n. 2, p. 327-359, 2015.

GERVÁSIO, S.; BICA, A. *Retalhos de memórias: lembranças docentes que contam o trabalho de sala de aula*. Revista Educere et Educere, vol. 13, n. 28 maio/agosto. 2018. Disponível em <http://e-revista.unioste.br/index.php/educereeteducare/article/view/18723/13314>. Acesso em 05 de novembro de 2022.

GONDAR, J. *Memória individual, memória coletiva, memória social*. Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social, [S. l.], v. 7, n. 13, 2015. Disponível em: <http://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>. Acesso em: 14 jun. 2023.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, Carlos Taylor Souza. *Candiota Terra de Riquezas Lutas e Conquistas*. Porto Alegre: Renascença, 2016.

MOMO, Nadiane. *Seival Passado & Memórias*. Santa Maria: Palloti, 2015.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. n° 10. 1993.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas: Alínea, 2009.

RICOEUR, Paul. *Memória, história e esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANFELICE, J. L. *História das instituições escolares: desafios teóricos*. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, [S. l.], n. 25, 2013. DOI: 10.20435/serie-estudos.v0i25.212. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/212>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SANTOS, Ademir Valdir dos; VECHIA, Ariclê. *As escolas que construímos: a história de instituições escolares na Revista Brasileira de História da Educação*. Revista Brasileira de História da Educação, v. 19, 2019.

# **FORMAÇÃO TERRITORIAL E IDENTIDADE: REFLEXÕES SOBRE A EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SIRINHAÉM**

**ÁLVARO GABRIEL DOS SANTOS PINHO**

## **INTRODUÇÃO**

Para quem se aventura ao extremo sul da cidade Maurícia<sup>1</sup>, no caminho das Alagoas, se descortina entre os verdejantes campos e as suaves colinas, uma cidadezinha. Encimada por algumas igrejas e preenchida por baixas casas, ela se equilibra esparsamente no topo dum morro, servindo de outeiro e bastião para os que ali moram. De lá se vê o mar, que sutilmente compõe o distante horizonte e o fino rio que seguindo até aquela imensidão dá nome e vida aquela localidade. Chamam-no de Sirinhaém, algo que em tupi significa "bacia de siris"<sup>2</sup>, ele tal qual as paragens ao seu redor, viram ao longo do tempo os primeiros humanos ali se assentarem e tantos outros por ali passarem. Esses, independente do tempo, seja nas carroças ou nos carros, percorreram um trajeto muito semelhante. Porém, o que os distanciava e os diferenciava eram os olhares, pois cada um visualizava a pacata cidadezinha com uma intenção, um desejo e uma perspectiva diferente. Foram esses olhares que ao longo das eras, deram forma aquela localidade, que construíram o imaginário daquela cidade em terras tão distantes para além daquele mar. É justamente ao esforço de localizar

---

<sup>1</sup> Sirinhaém está localizada a 77 km do Recife, ao largo do Litoral

<sup>2</sup> In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 18. p. 285.

esses olhares que damos o nome de História e ao desafio de perscrutar essas perspectivas chamamos de Iconografia. Dessa forma, tal qual Sirinhaém se equilibra no dorso dos morros, este artigo se sustenta nos esforços supracitados e propõe-se a analisar as perspectivas históricas sobre a localidade a partir de quatro representações pictóricas<sup>3</sup>, tendo em vista como se formou o território e a identidade desta tão antiga cidade.

---

<sup>3</sup> Todas as quatro imagens desta parte foram tiradas do "Atlas of Mutual Heritage" ou Atlas da Herança Mútua que é um banco de dados contendo informações e imagens das áreas de atuação da VOC (Companhia Holandesa das Índias Orientais) e da WIC (Companhia Holandesa das Índias Ocidentais). As imagens apesar de envelhecidas se encontram em excelente estado de preservação, tendo sido digitalizadas de forma a permitir enxergar mínimos detalhes. O atlas é resultado da cooperação do Arquivo Nacional Holandês, da Agência do Patrimônio Cultural Holandês, da Real Biblioteca de Amsterdã e da Biblioteca Nacional Holandesa.

## ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DE SIRINHAÉM SEGUNDO AS OBRAS PRODUZIDAS DURANTE O BRASIL HOLANDÊS



Figura 1 - Gezicht op Serinhaim

FONTE: Barlaeus, Caspar, *Rerum per octennium in Brasilia* (1647)

"Gezicht op Serinhaim" (FIGURA 1) é provavelmente o primeiro panorama de que se tem registro da cidade<sup>4</sup>. A gravura de 1647 é de autoria do icônico pintor holandês Frans Post, que foi o primeiro artista europeu a pintar paisagens nas Américas. Post que era um

---

<sup>4</sup> Além de ser a mais icônica representação de Sirinhaém essa também é uma obra bastante reproduzida, temos conhecimento de três exemplares: esta acima, que está depositada no Atlas of Mutual Heritage; outra versão que consta no acervo da Brasiliana Iconográfica e a gravura original que está exposta no Instituto Ricardo Brennand. Muito possivelmente essa é a primeira retratação de Sirinhaém pois não se tem registro de obra anterior a esta.



dos integrantes das expedições científicas que circularam o Nordeste do Brasil, durante a Ocupação Holandesa, estabelece nesta gravura as bases para as vindouras representações da cidade de Sirinhaém. Em uma paisagem de traços sutis, ele dispõe os principais elementos da localidade que estão legendados em latim na parte inferior da gravura. Lá podemos ver as igrejas da vila assinaladas com a letra A, marcando a capela de São Roque (maior) que perdura até os dias atuais e uma pequena capela provavelmente dedicada à Virgem Maria. Vemos na letra B o cenóbio, uma palavra arcaica que é sinônimo de convento. Já na letra C temos a "casa do governador", ou seja, o centro político e militar local. E, por fim, na letra D e E estão assinalados, respectivamente, uma das margens do rio e o principal meio de transporte na época, a carroça movida a tração animal. Essa objetividade na descrição era um aspecto da época, principalmente se considerarmos que a gravura de Frans fazia parte de um grande compêndio, o "Rerum per Octennivm in Brasilia", um livro editado por Gaspar Barléu em Amsterdã. A obra era uma espécie de síntese do governo de Maurício de Nassau que visava registrar toda a vasta colônia (BOXER, 1961), marcando as principais cidades e descrevendo os fatos que se sucederam à conquista.

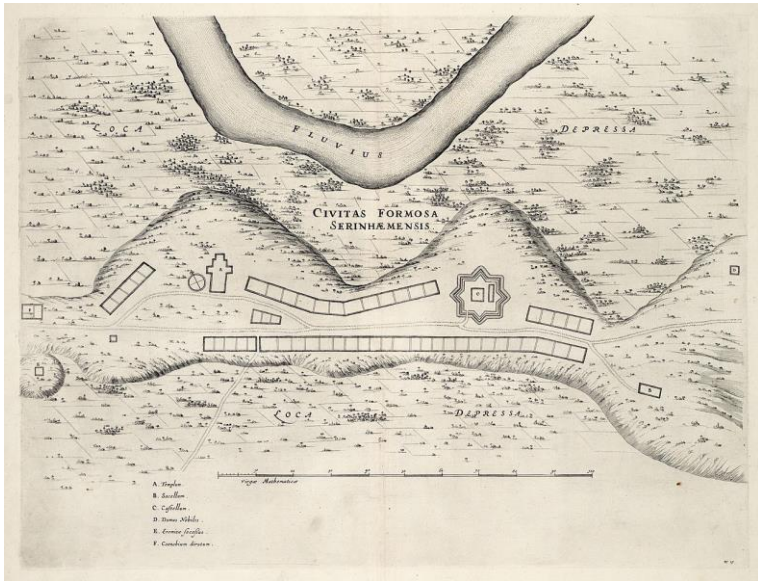


Figura 2 - Plattegrond van Serinhaim

FONTE: Barlaeus, Caspar, *Rerum per octennium in Brasilia* (1647)

A objetividade ganha contornos analíticos quando nos deparamos com "Plattegrond van Serinhaim" (FIGURA 2) ou na tradução livre "mapa de Sirinhaém". Nessa obra de autoria de Georg Marcgraf<sup>5</sup>, temos uma perspectiva de cima da localidade podendo observar o traçado da rua principal e a disposição de algumas estruturas. Esta obra também faz parte do "Rerum per Octennium in Brasilia" e acaba se complementando com a

<sup>5</sup> Georg Marcgraf, naturalista e astrônomo alemão, foi autor de "Historia Naturalis Brasiliae". Em 1637, foi nomeado astrônomo de uma expedição formada para navegar para o Brasil holandês. Depois, entrou a serviço do governador holandês do Brasil, Johan Maurits van Nassau-Siegen, cujo patrocínio lhe proporcionou o meio de explorar uma parte considerável do Brasil. Ele chegou ao Brasil no início de 1638 e realizou a primeira expedição zoológica, botânica e astronômica lá, explorando várias partes da colônia para estudar sua história natural e geografia.

gravura de Post. Aqui por exemplo, obtemos a informação na letra F que o cenóbio (convento) se encontra destruído, porém, se recorremos ao artigo da professora Ana Maria Moraes Guzzo, veremos que o convento foi abandonado ainda em construção, pois com a chegada dos holandeses e o advento da guerra, os frades franciscanos foram obrigados a interromper sua empreitada.

Também vemos escrito ao redor da cidade as inscrições "Loca depressa" ou "lugar deprimido" esses lugares são ambivalentes pois na mesma medida que são sujeitos a enchentes do "fluvius" (rio) também representam as terras mais férteis, onde se deu o plantio da cana de açúcar. Ao contrário da gravura de Frans Post, que aparentemente visava ilustrar o panorama da localidade, nesse mapa temos detectamos o intuito do autor de levantar para fins científicos e militares a geografia da localidade. Científicos pois Georg Marcgraf, era naturalista e astrônomo, interessado na botânica e na geografia do Brasil e militares pois como os holandeses ainda enfrentavam resistência nos interiores, ter um mapeamento do relevo e das guarnições era de muita utilidade no campo de batalha.



Figura 3 - Gezicht op Serinhain  
FONTE: Atlas of Mutual Heritage.

Novamente nos deparamos com o termo "Gezicht" que seria algo como "Vista de"; nessa obra contemplamos o panorama que Johannes Vingboons teve de Sirinhaém por volta 1665 (FIGURA 3). Diferentemente das obras anteriores, essa possui duas peculiaridades: é a única colorida já que se trata de uma aquarela e justamente por isso não trás inscrições em seu corpo. Esse último fato, apesar de num primeiro momento aparentar ser uma lacuna, muito mais nos fala do que qualquer texto, isso porque, se analisarmos o contexto de produção da obra, veremos que ela está inserida num período conhecido como "Século de Ouro dos Países Baixos". Essa época, que também abrange as outras figuras aqui analisadas, foi um momento, segundo o historiador da arte Ernst Gombrich (, de expressiva produção artística que se aliava ao constante crescimento econômico que a Holanda passava. A aquarela nos revela um apreço as paisagens, visto que, por causa do Calvinismo que proibia imagens

em igrejas, os artistas se concentraram em paisagens do campo, da cidade e do mar, cenas da vida rural e naturezas-mortas. É justamente essa tendência que a obra traz consigo.

Vingboons claramente prioriza as formas suaves e expande o panorama feito por Frans Post, ele está bem mais interessado em transmitir o ar pastoril daquelas paragens, do que em registrar e catalogar um lugar. Sua aquarela se comunica com uma série de outras obras, que sempre se utilizando de ricas cores, transportam o observador para um tempo e lugar idílico. Esse aspecto era bastante celebrado pelos contemporâneos de Vingboons<sup>6</sup>, já que grande parte do público era curioso das terras recém adicionadas as possessões ultramarinas dos Países Baixos, mas sobre a 'curiosidade' a próxima obra nos fala mais.

---

<sup>6</sup> De cerca de 1644 até sua morte em 1670, Johannes foi empregado como cartógrafo e aquarelista pela editora de Joan Blaeu, em Amsterdã . Ao combinar seu artesanato como cartógrafo com suas qualidades artísticas como aquarelista, ele foi capaz de se concentrar cada vez mais na produção de aquarelas de áreas exóticas. Ele baseou isso em instruções e esboços de situação que capitães, timoneiros e comerciantes levaram com eles de suas viagens em nome da VOC e WIC. Ele fez paisagens urbanas, mapas, perfis costeiros e mapas do mar e combinou partes destes em uma série única de desenhos que dá uma imagem de grande parte do mundo então conhecido que era importante para a posição comercial holandesa. O trabalho de Vingboons era único e já era um item de colecionador popular para indivíduos ricos em seu tempo. O maior número, uma série de 130 aquarelas ligadas a três atlas, foi comprado pela Rainha Christina da Suécia em 1654. Após sua morte, esses atlas entraram na posse do Papa Alexandre VIII, de modo que eles estão agora na biblioteca do Vaticano.



Figura 4 - Gezicht op Serinhaim (de Jacob van Meurs)  
FONTE: Atlas of Mutual Heritage.

A obra de Jacob van Meurs de 1671 além de ser a mais tardia produzida é a que mais evidencia uma intencionalidade. Segundo Michael Baxandall em "Olhar Renascente" (1991), o pilar fundamental das artes durante a renascença italiana era a relação pintor - mecena, pois a demanda era ditada pelas ricas famílias das Cidades-Estados italianas. Porém, se deslocando rumo ao norte, atravessando os Alpes e chegando nos Países Baixos, essa relação se altera drasticamente, ali com a vanguarda do capitalismo o sistema de guildas e mecenas começava a se desfazer, o público burguês tinha mais voz na construção da demanda e agora o interesse não se restringia apenas a algumas poucas famílias, mas sim a toda uma classe que incorporava a ideia de nação, dessa forma o eixo se torna: pintor - nação.

E esse sentido de nacionalidade é reforçado quando observamos que Post e Marcgraf estavam a serviço do estado holandês sob comando Nassau e que Vingboons serviu não somente a WIC (Companhia das Índias Ocidentais), mas, despertou o interesse do público que se deixou capturar pelas paisagens de terras tão distantes. Toda essa conjuntura encontra sua síntese na figura de van Meurs, pois ele é um conhecido editor holandês, livreiro e gravador. Ao contrário de alguns de seus contemporâneos, Meurs nunca pisou em solo sirinhaense, seu trabalho se dava nas gráficas e o panorama que o permitia gravurar eram os relatos dos viajantes e seus escritos. Como editor, ele se aproximou de muitos viajantes e publicou diversas obras sobre a China, Japão, África e as Américas. É por causa disso que sua gravura é mais narrativa e cheia de elementos; o foco aqui é enredar para o público aquelas longínquas terras.

Ao observarmos a obra é impossível não nos perguntarmos o que cada personagem está por fazer; quem se aproxima na liteira tão fortemente guardada? Qual será a conversa reservada que os homens atrás da igreja estão tendo? Por que as três figuras no centro da gravura estão ajoelhadas perante a Cruz? São penitentes ou fiéis a enterrar um conhecido? O que os lanceiros conversam? Estão a preparar um ataque? Todas essas questões se interpõem de maneira a dar uma vida narrativa à imagem. Jacob van Meurs exemplifica aqui algo que Walter Benjamin em "Magia Técnica, Arte e Política" conceitualiza como "aura", isto é, a singularidade da figura, composta de elementos temporais e espaciais: "a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja" (BENJAMIN, 1987). A gravura lança uma aura sob Sirinhaém, condensa elementos das figuras anteriores e os arranja numa composição única.

Portanto, podemos constatar que essas quatro imagens apresentam quatro perspectivas diversas de Sirinhaém, elas também têm funcionalidades específicas, usos próprios. O panorama de Frans Post nos apresenta a Sirinhaém quase como um cartão de visitas, mostra de maneira simples seus arredores e nos situa as disposições de alguns lugares. Já o mapa de Georg Marcgraf nos situa incisivamente, quase como um raio x, do traçado básico das casas e da localização das principais estruturas. Algo que Vingboons transmuta artisticamente para ressaltar muito mais a beleza em detrimento da informação ou localização. Por fim, Jacob van Meurs, realiza uma amálgama e concebe uma gravura que é um convite à imaginação.

## CONCLUSÃO

Esse ponto nos leva a esquadrihar que por trás do "tema primário, ou original" que é a forma por si (no caso as representações de Sirinhaém) há o "significado intrínseco", que como nos aponta Erwin Panofsky, são os "princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica - qualificados por uma personalidade e condensados numa obra." (PANOFSKY, 2017, pág. 52). Sendo assim, ao estudarmos essas imagens não temos apenas um recorte de como Sirinhaém era naquele momento histórico, mas obtemos também uma noção da mentalidade e da arte holandesa no século XVII. Essa mentalidade muito estava associada a um esplendor civilizacional tal como ocorreu no Renascimento Italiano, em que arte não apenas era uma consequência mas parte ativa do andamento da civilização (HUBERMAN, 2013).

A iconografia produzida sobre Sirinhaém nesse período servia a um projeto de franca expansão colonial,



sob a vanguarda da WIC os Países Baixos tentavam correr atrás do "atraso" e garantir um império além-mar para chamar de seu, como nos aponta John Darwin no excelente "Ascensão e Queda dos Impérios Globais". É nessa toada que podemos inferir que a produção sobre Sirinhaém tem um sentido de "expor perante as massas" (BENJAMIN, 2012) a nova possessão colonial. As imagens servem tanto para o comandante que planejou o ataque como para o acionista da Companhia que investiu seu capital, para o comerciante que procura uma matéria prima ou para o nobre que é curioso da geografia ou da botânica daquele peculiar e distante lugar. A arte se configura como um valoroso canal de comunicação da história da construção identitária.

## REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Petronella J. *Arte e ciência no Brasil holandês "Theatri Rerum Naturalium Brasiliae": um estudo dos desenhos*. Revista Brasileira de Zoologia [online]. 1986, v. 3, n. 5, pp. 249-326. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-81751986000100001>>.

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau Erc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Tradução de Maria Cecília Preto da Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BENJAMIN, Walter. *Magia Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Braziliense, 1987.

BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

CARVALHO, Alfredo. *Os Brazões d'Armas do Brasil Holandez*. Revista do Instituto Archeologico e Geographico

*Pernambucano*. 1904. v. 11, páginas 574-589. (n. 60-64) Disponível em:

<[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/01/Revista\\_do\\_Instituto\\_Archeologico\\_e\\_Geographico\\_Pernambucano%2C\\_Tomo\\_XI\\_%281904%29.pdf](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/01/Revista_do_Instituto_Archeologico_e_Geographico_Pernambucano%2C_Tomo_XI_%281904%29.pdf)>.

DARWIN, John. *Ascensão e Queda dos Impérios Globais: 1400-2000*. Lisboa: Edições 70, 2015.

DESCENDRE, Romain. *A politização do mundo*. Campinas, SP: Unicamp, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

DOS SANTOS, Christian Fausto; DE LIMA, Priscila Rubiana; DA SILVA CAMPOS, Rafael Dias. *A Natureza Do Brasil Holandês: Piso, Marcgrave e uma História Natural do Brasil Ilustrada*. 2010. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/232708161\\_A\\_Natureza\\_do\\_Brasil\\_Holandese\\_Piso\\_Marcgrave\\_e\\_uma\\_Historia\\_Natural\\_do\\_Brasil\\_Ilustrada/link/0912f508c4a4e5686b000000/download](https://www.researchgate.net/publication/232708161_A_Natureza_do_Brasil_Holandese_Piso_Marcgrave_e_uma_Historia_Natural_do_Brasil_Ilustrada/link/0912f508c4a4e5686b000000/download)>.

GALINDO, M. (org). *Viver e Morrer no Brasil holandês*. Recife. Editora Massagana. 2005.

GOMBRICH, Ernst Hans. *A História da arte*. 16 ed. Rio De Janeiro: Editora LTC - Livros Técnicos e Científicos, 2015.

GUZZO, Ana Maria. *O ÔNUS E O BÔNUS DO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL*. 6º Conferência sobre patologia e reabilitação de edifícios. 2018. Disponível em:

<<https://www.nppg.org.br/patorreb/files/artigos/80696.pdf>>.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PARDO, Alejandro Bañón. *Rampjaar 1672: el ocaso de los Países Bajos*. XVII.ES - Historia y Arte [online]. 2022. Disponível em: <<https://xvii.es/rampjaar-1672-el-ocaso-de-los-paises-bajos/>>.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo e SANTOS, Luis Henrique Souza dos. *A eloquência dos frontispícios: discurso político sobre a presença holandesa em Pernambuco*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material [online]. 2020, v. 28, e16. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e16>>.

THÉRY, Hervé. *Heráldica e geografia*. Revista Mercator de Geografia da UFC, v. 12, n. 29, p. 7-22, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2736/273629350002.pdf>>.

# A SOCIABILIDADE NAS FESTAS DA ASSOCIAÇÃO DE CULTURA NIPO-BRASILEIRA DE PELOTAS

BREADELYN CORRÊA PIRES

## Introdução

A sociabilidade é uma das categorias que permite a análise da nossa sociedade, a partir de uma perspectiva que engloba questões como convivência e as mais variadas formas de relações interpessoais. Este conceito é uma forma de analisar as relações estabelecidas e os eventos que ocorrem nesse espaço. Assim, este artigo busca fazer uma discussão sobre a sociabilidade e entre os imigrantes japoneses na cidade de Pelotas e a Associação de Cultura Nipo-Brasileira (ペロタス日伯文化協会).

Para iniciar essa breve discussão acerca dos imigrantes japoneses e seus descendentes que são chamados de *Nikkeis*<sup>1</sup> faz-se necessário trabalhar com um dos principais autores desse conceito, Maurice Agulhon. Em uma de suas obras mais importantes acerca da Sociabilidade “El Círculo Burgués”, o autor dá duas definições do conceito. A primeira definição é mais geral seria a aptidão da espécie humana em viver em sociedade, essa aptidão que os animais não possuem, a não ser de

---

<sup>1</sup> Nikkei, “emigrantes japoneses e seus descendentes que fundaram novas comunidades em todo o mundo” Disponível em <  
<http://www.discovernikkei.org/pt/about/what-is-nikkei> >  
Acesso em 05/06/2023.

forma mais primitiva. Para o autor, a sociabilidade ajuda a definir o que separa o ser humano do resto dos animais. A segunda definição que Maurice Agulhon pontua no texto refere-se à capacidade do indivíduo de conviver agradavelmente com seus pares, nesse sentido o ser humano sociável é o oposto de uma criança tímida, retraída. Portanto, a sociabilidade seria então, um traço de caráter, que geralmente se apresenta como uma virtude.

É importante ressaltar que esse artigo vai trabalhar com um dos tipos de sociabilidade, a sociabilidade formal. Os lugares em que a sociabilidade formal ocorre podem ser caracterizados, de acordo com Müller (2010, p. 35) como locais “mais fechados, organizados através de estatutos, normas e regulamentos, com caráter de permanência, com a presença de sócios ‘iguais’ e local específico”.

De acordo com Ramos (2000), nas associações voluntárias há uma sociabilidade formal, e a Associação dos japoneses de Pelotas é um exemplo desse tipo de associação. Também conhecida como *Nihonjinkai* (日本人会), se enquadra nessa forma de sociabilidade formal, na qual há regras, distribuição de cargos, as pessoas que frequentam são convidadas e configura como um grupo fechado.

Para o autor Maurice Agulhon (2009, p. 39), a existência dessas associações configura uma “evolução progressiva da sociabilidade”, em que essas associações voluntárias estão cada vez mais numerosas e diversificadas. As associações são criadas para variados fins e atualmente ganharam popularidade, espalhando-se por diversos lugares e agrupando pessoas de acordo com o seu propósito e sua organização.

Nesse sentido, a Associação de Cultura Nipo-Brasileira de Pelotas reúne pessoas que visam manter viva

a cultura japonesa no extremo sul do Rio Grande do Sul. Fazem parte dessa associação imigrantes japoneses, seus descendentes e demais pessoas interessadas na cultura japonesa. A seguir será discutido o contexto histórico da vinda dos japoneses para o Brasil.

## **Imigração Japonesa no Brasil**

Com o fim do período de escravocrata no Brasil, o país precisou de braços para fazer o serviço pesado e mal remunerado que se tinha aos montes. De acordo com a autora Nogueira (1973) “o fato é que desde o período imperial a necessidade de braços se tornou uma constante”. Infelizmente, os negros que foram escravizados por séculos foram deixados à marginalização e sem qualquer tipo de reparo pelos danos causados, danos esses, que refletem a sociedade que somos hoje com um sistema racista. Entretanto, como se necessitava de força de trabalho e o embranquecimento a sociedade brasileira era um objetivo, acreditava-se que com a vinda de novos imigrantes brancos para o Brasil, a miscigenação faria com que ao longo das gerações ela fosse embranquecendo e diminuindo a quantidade de pessoas pretas no país.

Os imigrantes não eram escravos, embora com frequência fossem maltratados. Muitos imigrantes se segregam, muitas vezes de forma agressiva, dos escravos ou de pessoas livres de ascendência africana. Essa separação foi constante e dinâmica (LESSER 2015, p. 34).

É possível perceber que mesmo vindo para o país com promessas de enriquecimento que não foram cumpridas, os imigrantes ainda assim tinham privilégios a vista de pessoas negras. Não eram tratadas de forma tão

cruel, mas eram constantemente enganados e forçados a trabalhar em péssimas condições.

Em “A negociação da identidade nacional” de Lesser (2001, p. 300), o autor afirma que, “sempre foi da mais profunda ironia o fato de que as políticas de imigração, concebidas para refazer o Brasil tornando-o mais ‘europeu’, tenham na verdade, criado uma sociedade imensamente multicultural”. Apesar de ser um projeto de Estado, as políticas higienistas do século passado não obtiveram a desejada heterogeneização da sociedade brasileira, muito pelo contrário, o Brasil se tornou um país em que “a homogeneização da identidade nacional e cultural jamais veio a ocorrer” (LESSER, 2001, p. 23). Visto que, durante algumas décadas o governo teve uma grande preocupação com a questão da identidade nacional e buscou criar uma identidade e unificar o país. Para isso, houve uma campanha de nacionalização durante o Estado Novo, com políticas que visavam fortalecer a identidade, proibindo, por exemplo, o uso de línguas maternas por imigrantes de países que faziam parte das potências do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. Com isso, os imigrantes enfrentavam repressão e eram, inclusive, impedidos de ensinar e transmitir a sua cultura.

Nogueira (1973, p. 57) afirma que “para o Japão, a importância do Brasil como país receptor de braços foi crescendo na medida em que outras nações tradicionalmente imigrantistas foram fechando a porta aos japoneses”. Entretanto, o Estado brasileiro só passou a se interessar a trazer os imigrantes do extremo oriente após o governo italiano proibir que novos imigrantes saíssem da Itália para o Brasil. Segundo Saito (1961), essa proibição ocorreu devido à impossibilidade dos fazendeiros brasileiros de pagarem os salários aos imigrantes colonos que se encontravam no país, isso ocorreu como consequência da baixa do preço do café. Outro ponto a se

destacar em relação a imigração japonesa é que o governo brasileiro tinha o intuito de aproximar suas relações com o país do sol nascente, pois seria muito vantajoso para o Brasil que necessitava exportar sua principal produção agrícola para outra área do globo. Além disso, Nogueira (1973) ainda afirma que desde o império se pensou na possibilidade de trazer imigrantes orientais ao Brasil, entretanto, isso não foi considerado prioridade, pois os orientais eram vistos como “inassimiláveis” por terem costumes muito diferentes dos nossos.

A imigração japonesa no Brasil teve seu início no ano de 1908 quando o navio Kasato Maru desembarcou no porto de Santos. Segundo Handa (1980), este navio continha 781 imigrantes sob contrato para trabalhar no Brasil. Com o passar dos anos, a imigração japonesa foi aumentando exponencialmente, chegando a entrar no país mais de 100 mil imigrantes em uma década.

Para Nogueira (1973 p. 67), “na verdade não há qualquer sombra de dúvida de que o governo paulista só foi levado a experimentar o braço japonês em nossa lavoura devido aos apelos constantes dos fazendeiros por maior número de braços”. Porém, devemos ressaltar que, inicialmente, devido à escassez de mão de obra, houve uma alta demanda que obrigou o Estado brasileiro a convocar a vinda de novos imigrantes para o país.

De acordo com Flores (1975), a política imigratória brasileira, até o fim da “República Velha”, foi orientada pela vontade de trazer a maior quantidade de imigrantes possível, com o objetivo de povoar as terras desocupadas e torná-las férteis. Na área de cafeicultura, o imigrante trabalhava por um salário ínfimo, sem esperança de possuir terra própria, tentando apenas juntar algum dinheiro que lhe permitisse mudar para um centro urbano.

Em seu texto “Japoneses no Sul”, Laytano (1980), apresenta alguns dados estatísticos em relação à imigração

japonesa no Rio Grande do Sul, havendo no estado 2.249 japoneses em dezembro de 1965. Na cidade de Pelotas, segundo o autor, havia 30 famílias com um total de 151 pessoas, sendo destes 32 nipo-brasileiros. Atualizando esses dados, segundo Gaudioso (2019), no ano de 2008, o número de japoneses residentes no Rio Grande do Sul era de 2.412 pessoas, e na cidade de Pelotas, foram identificadas 258 imigrantes e seus descendentes.

Segundo Gaudioso (2008, p. 239), em janeiro de 1957, foi criada a Associação Japonesa de Pelotas. Entretanto, “só em 15 de abril de 1986, a entidade foi registrada como Associação Cultural Nipo-Brasileiro de Pelotas”. Essa instituição possui um papel muito importante como centro de encontro para o mantimento da cultura japonesa no extremo sul do estado.

Os registros dos primeiros imigrantes japoneses vindos para o estado do Rio Grande do Sul afirmam que eles vieram inicialmente por terra, décadas depois, uma nova leva de imigrantes acabaria vindo direto do Japão por via marítima. Segundo Laytano (1980, p. 38), “os japoneses do Rio Grande do Sul cobrem quase toda a área do estado, apresentando-se nas regiões mais diversas [...] ocupam zonas de heranças antropológicas contraditórias, aspectos originais e contatos inesperados”. A vinda dos imigrantes especificamente para a cidade de Pelotas se deu na década de 1930, como aponta Gaudioso:

A entrada de japoneses vindos de outras regiões do Brasil para o município de Pelotas ocorreu muito cedo, remontando nos fins da década de 1930. Na época, considerada segunda maior cidade do estado, atraiu os imigrantes que buscavam os novos investimentos, de forma que, no período entre 1939 e 1952, já havia em torno de 15 famílias japonesas (GAUDIOSO, 2008 p. 239).



A segunda leva veio direto do Japão, no período de 1955 a 1963. Vindos para o Estado somente décadas depois que o primeiro navio aportou no país. Os navios conforme saíam do Japão iam parando em alguns portos do país mais ao norte até de fato deixar os japoneses no porto da cidade do Rio Grande.

No dia 20 de agosto de 1956, atracou no porto da cidade de Rio Grande, que fica a aproximadamente 320 km ao sul de Porto Alegre, o navio Brasil-Marú com 23 jovens nipônicos solteiros e formados no kookoo (equivale ao atual ensino médio brasileiro) (USHIDA, 1999, p. 21).

Antes de virem de forma mais expressiva para o Rio Grande do Sul, houveram várias tentativas de introduzir a comunidade japonesa no estado, a maior parte não obteve sucesso. Inclusive, há registros de uma tentativa falha na cidade de Santa Rosa, no noroeste do estado.

É comum que os imigrantes mantivessem relações com os seus semelhantes em um país estrangeiro. Assim, na medida em que os japoneses aportavam nas cidades onde iriam trabalhar, passavam a se relacionar com outros imigrantes japoneses, mesmo que essas pessoas viessem de regiões completamente diferentes do Japão. E conforme as relações iam se aprofundando, com o tempo viriam a surgir algumas associações, espaços nos quais eles poderiam manter a sua cultura viva, mesmo com algumas adaptações e estando do outro lado do mundo.

## **Eventos Culturais**

A Associação de Cultura Nipo-Brasileira de Pelotas realiza ao longo do ano três eventos culturais que atuam para realizar a manutenção da identidade étnica dos

Nikkeis que a frequentam e seus associados. Por isso, a associação é entendida como um lugar de memória, conforme discute Nora (1993, p.7) ao dizer que esses são “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia”, e que “a memória emerge de um grupo que ela une [...] a memória enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993 p. 9). Desse modo, a Associação de Cultura Nipo-Brasileira de Pelotas configura um local que abriga a memória da comunidade japonesa através de eventos, atividades, fotografias e objetos que evocam essas memórias e agem no sentido da sua manutenção e preservação.

Para entender a importância e apropriação da associação pela comunidade japonesa e pessoas que possuem interesse na cultura, foi utilizada a história oral com um roteiro de perguntas semiestruturado<sup>2</sup>. Em meados de 2021, Erica Kitamura foi entrevistada remotamente através do *Google Meet*. Ela intermediou ainda, a entrevista com o seu avô, o senhor Sakyo Kitamura<sup>3</sup>. Além disso, também utilizamos como fonte os convites<sup>4</sup> que são feitos para convocar a comunidade a

---

<sup>2</sup> Devido ao contexto pandêmico, foi possível realizar apenas duas entrevistas, que, embora não sejam suficientes para compreender o todo, traz, de todo modo, a perspectiva daqueles que frequentam a associação, sendo relevante para esta pesquisa e artigo.

<sup>3</sup> No caso do senhor Kitamura, foi impossível conduzir até mesmo uma entrevista remota devido a sua idade avançada e questões de saúde e segurança devido à pandemia de Covid-19. Assim, Erica a partir do questionário fechado, estruturado por mim, fez as perguntas ao seu avô, que respondeu oralmente ao passo que ela escreveu suas respostas e enviou posteriormente para mim

<sup>4</sup> Esses convites foram retirados da página do *Facebook* da Associação de Cultura Nipo-Brasileira de Pelotas. Visto que, este é o meio de comunicação utilizado pelos Nikkeis para divulgar os eventos e convidar a comunidade a participar.

participar dos eventos que são realizados anualmente na associação.

O objetivo das perguntas era, principalmente, entender qual a relação da família com a Associação de Cultura Nipo-Brasileira de Pelotas e a importância de fazer parte e frequentar este espaço. Tendo em vista que esse espaço é um lugar que evoca a memória dos fundadores e de toda uma comunidade que é afiliada e mantém viva a cultura japonesa.

A história oral é essencial para esta pesquisa na medida em que se faz necessário acessar as narrativas dos frequentadores da Associação para entendermos como acontece a sociabilidade nesse espaço e qual sua relevância para a manutenção da memória em torno da cultura japonesa no extremo sul do Rio Grande do Sul. Como defende Alberti (2005):

Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas (ALBERTI, 2005, p. 165).

A Associação de Cultura Nipo-Brasileira de Pelotas é um lugar onde a sociabilidade ocorre em torno da cultura japonesa, pois é um espaço destinado à manutenção e fortalecimento dessa identidade nipo-brasileira. Para que isso ocorra de forma efetiva, memórias a respeito da cultura japonesa são transmitidas e vivenciadas nesse espaço, através de eventos, culinária e objetos, por exemplo, como dito anteriormente. Para Fentress e Wickham (2003, p.14) "os tipos de memórias que são compartilhadas com outras pessoas são aquelas que são importantes para elas no contexto de um grupo social de um tipo particular, seja ela estruturada e duradoura".

Desde o primeiro caso de infecção pelo coronavírus no estado do Rio Grande do Sul, que foi registrado no início de março de 2020, até meados de 2022, as atividades da Associação de Cultura Nipo-Brasileira de Pelotas permaneceram suspensas. Porque além de estarem proibidas quaisquer aglomerações, os Nikkeis que a frequentam possuem idade mais avançada e fazem parte do grupo de risco. As atividades foram normalizadas apenas neste ano de 2023.

Além da festa de ano novo, *Shinnenkai* (新年会) que ocorre em meados de janeiro, há mais duas festas que ocorrem de forma regular. São elas o *Keiroukai* (敬老会), a festa de valorização a pessoa idosa, e o *Undoukai* (運動会), que é uma gincana poliesportiva.

Figura 1: Fachada da Associação.



Fonte: Página do Facebook Associação de Cultura Nipo-Brasileira de Pelotas<sup>5</sup>.

O relato de Sakyō Kitamura, 96 anos, imigrante japonês que atualmente mora em Pelotas e veio da região

5

Disponível

em:

<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=444331275900998&set=pb.100079342663147.-2207520000.>> Acesso em: 06/06/2023

de Hokkaido, fala da importância de frequentar a associação por aproximá-lo da sua cultura através das atividades que ocorrem nesse espaço:

Durante muitos anos, eu e minha falecida esposa, junto da família, participamos dos encontros e eventos da Associação Nipo-Brasileira de Pelotas. Gostamos de participar e estar próximos de amigos e conhecidos das pessoas que gostamos e também por estar tão próximo a nossa cultura. Uma das partes que eu mais gostava era de cantar ou ouvir alguém cantar as músicas tradicionais do Japão. Minha esposa fazia questão de participar (Sakyo Kitamura, 07/03/2022).

Para compreender como se dão as formas de sociabilidade na Associação de Cultura Nipo-Brasileira de Pelotas, faz-se necessário compreender como são esses eventos culturais que ocorrem ao longo dos meses do ano. O *Undoukai* (運動会) é uma de gincana poliesportiva japonesa que ocorre tanto em festivais culturais de grande porte, quanto em eventos de menor porte, como os eventos realizados nas associações. No Japão, o *Undoukai* acontece geralmente no mês de outubro por conta do clima estar começando a esquentar e ter o dia do esporte o *Taiiku no Hi* (体育の日) no seu calendário. Já no Brasil, acontece no mês de maio por causa do clima e por ter no calendário japonês o *Kodomo no Hi* (子供の日) o dia das crianças. Seu propósito é unir as famílias e realizar atividades físicas ao ar livre de forma que proporcione interação e fortaleça as relações.

O relato de Erica Kitamura, 33 anos, fala sobre as atividades realizadas no *Undoukai*:

Frequento desde pequena tenho muitas lembranças de brincadeiras principalmente a parte do *Undoukai* que é a gincana de esportes. Lembro bastante de brincadeiras como a corrida de saco, a corrida com a colher sem deixar o ovo cair.

Tem para várias idades e para idosos também, como por exemplo, quem descasca a laranja mais rápido, quem deixa a casca mais comprida. Ali tem prêmios e cada família leva um prêmio de acordo com o seu bolso desde uma barrinha de sabonete até um edredom. Quando participamos têm prêmios de primeiro, segundo e terceiro colocado e também têm prêmios de participação (Erica Kitamura, 08/04/2021).

Nesse tipo de evento ocorrem as mais diversas modalidades, algumas das atividades que são comuns de ocorrerem na Associação de Cultura Nipo-Brasileira de Pelotas são: *Gojyu Meedorū Kyosō* e *Hyaku Meedorū Kyosō* (50メートル競争; 100メートル競争), que são as corridas de 50 e 100 metros respectivamente feitas para crianças e jovens; *Ninin Sankyaku* (二人三脚) é a atividade a qual os participantes ficam em dupla e fazem uma corrida com uma das pernas amarradas, essa atividade é feita para jovens e adultos; A *Supuun Reesu* (スプーンレース) é uma expressão que vem do inglês da atividade “Spoon Race” que em português significa “corrida de colher”, é voltada para senhoras, como eles mesmo descrevem, para mulheres casadas. Na qual as mulheres devem percorrer uma distância com um ovo equilibrado em uma colher; Há também o *Kani Kyosō* (かに競争), a atividade consiste em crianças e mulheres em duplas abraçadas de costas e correndo de lado; O *Sakana Tsuru Kyosō* (魚釣り競争) esta atividade é para homens e mulheres adultos, na qual os participantes fazem uma espécie de pescaria com uma garrafa vazia; Já o *Tamairu Kyosō* (玉入れ競争) é uma atividade a qual as crianças se dividem em dois times e para encher cestos que ficam no alto e são suportados por uma vara e, ganha o time que conseguir preencher mais o cesto com as bolas coloridas da cor do seu time, geralmente as cores são vermelho e branco; Ainda no *undokai* acontece *Tsunahiki*

(綱引き), essa atividade é mais conhecida no Brasil como cabo-de-guerra. O *tsunahiki* segue as mesmas regras do cabo-de-guerra, como um grupo misto de adultos e crianças puxando de dois lados opostos.

Figura 2: *Undoukai*



Fonte: Página do Facebook Associação Nipo-Brasileira de Pelotas<sup>6</sup>.

Keiroukai (敬老会), a festa de valorização da pessoa idosa é um tipo de evento que não possui tantas atividades quanto o anterior. Ele é sempre realizado no domingo mais próximo ao *Keirou no Hi* (敬老の日), esta data é o dia da pessoa idosa no Japão e ocorre sempre na terceira segunda feira do mês de setembro.

A festa de valorização a pessoa idosa sempre conta com buffet comunitário, composto pelos associados e visitantes além de vender comidas típicas dos dois países como a anchova grelhada, churrasco, lâmen e guioza.

---

6

Disponível

em:

<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=444330119234447&set=pb.100079342663147.-2207520000>>. Acesso em: 06/06/2023

Figura 3: Buffet Comunitário na Associação.



Fonte: Página Facebook Associação Nipo-Brasileira de Pelotas<sup>7</sup>.

A festa de ano novo, mais conhecida como *Shinnenkai* (新年会) entre os nikkeis é um evento que ocorre em meados de janeiro todos os anos para celebrar o início de um novo ano os japoneses e seus descendentes participam para partilhar este momento significativo perto de seus semelhantes.

Como aponta a autora Hatugai (2011, p. 80), “As sociabilidades que envolvem os alimentos são capazes de marcar e produzir identificações ao aproximar as pessoas da associação por via do preparo e consumo da comida japonesa”. Desse modo, em alguns eventos há o preparo de um doce típico do japão o *Mochi* um doce feito à base de arroz japonês, sendo feito no pilão, uma técnica muito antiga. Eles chamam esse preparo de *Mochitsuki* (餅つき),

---

7

Disponível em:  
<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=444331019234357&set=pb.100079342663147.-2207520000.>> Acesso em: 06/06/2023



sendo esse feito no *Usu* (臼) o pilão. Todos esses eventos contam com almoços comunitários e karaokê durante o dia para integrar a comunidade e perpetuar as relações entre os imigrantes e as gerações seguintes. Erica narra sua experiência participando desses momentos na associação:

Todos esses eventos nós vamos na parte da manhã, as próprias pessoas que participam dessa comunidade ajudam na preparação. Cada pessoa leva um alimento nós colocamos em uma mesa grande. Todo mundo se divide e ajudamos na parte da decoração e de brincadeiras. Sempre tem um bingo uma brincadeira em que os prêmios são esses produtos que as famílias levam. Tem muito Karaokê que nós gostamos muito, principalmente a parte dos idosos que gostam de cantar e participam. Geralmente iniciamos às 9 horas da manhã e entre 3 e 5 horas da tarde termina (Erica Kitamura, 08/04/2021).

A fala de Erica demonstra que a sociabilidade que ocorre na associação começa no preparo e organização dos eventos, pois os próprios frequentadores realizam a preparação dos alimentos, decoração e até mesmo os brindes para o bingo. Os eventos costumam durar o dia todo e são momentos de socialização entre os membros da comunidade nipo-brasileira, que organizam, brincam, cantam, jogam etc, e tudo isso evoca memórias e consolida o sentimento identitário entre essa comunidade étnica.

## **Considerações Finais**

O *keiroukai*, o *undokai*, o *shinnenkai*, são modalidades de eventos culturais de tradição japonesa que ocorrem nas Associações Nipo-Brasileiras e alguns, como a gincana poliesportiva, são feitos em menor escala em relação aos que ocorrem no Japão. Esses eventos agem como uma forma de viabilizar a manutenção da identidade

étnica desse povo, na medida em que ocorre a sociabilidade nesse espaço.

É importante ressaltar que, para além do entretenimento e das comemorações, esses eventos são de suma importância para manter viva a cultura desses imigrantes que vieram para a cidade de Pelotas no século passado em busca de oportunidades e de uma vida melhor, e que acabaram não retornando ao seu país de origem. É importante valorizar a Associação de Cultura Nipo-Brasileira de Pelotas, que após décadas da sua criação, se mantém ativa sendo também um espaço de memória e culto aos antepassados.

## Referências

AGULHON, Maurice. *El Círculo Burgués*. (Tradução de Margarita Polo). Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2009.

ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*. IN: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*, v. 2, p. 155-202, 2005.

FACEBOOK. ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA ペロタス日伯文化協 [página]. Disponível em <<https://www.facebook.com/JapaoemPelotas>> acesso em: 06/06/2023.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memoria Social*. Universitat de València, 2003

GAUDIOSO, Tomoko Kimura. *OS IMIGRANTES JAPONESES NA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL*. Núcleo de Estudos Japoneses/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura. *A Presença do Governo Japonês e sua Política para a Preservação de Memória, da Identidade e Perpetuação da Etnia Japonesa no Exterior: Brasil, século XX* / Tomoko Kimura Gaudioso.-2019.

HANDA, Tomoo. *Memórias de um imigrante japonês no Brasil*; Tradução de Antônio Thiago Nojiri. — São Paulo; T. A. Queiroz: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1980.

HATUGAI, E. R. *Alimentando Japonêsidades: Tradição e Substância em um Contexto Associativo Nipodescendente*. In: MACHADO, I. J. R. (Org.). *Japonesidades Multiplicadas: Novos*

*Estudos sobre a presença japonesa no Brasil. 01ed.* São Carlos: EDUFSCar, 2011, v. , p. 59-85.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração / Jeffrey Lesser; tradução Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. – 1 ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2015*

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil / Jeffrey Lesser; tradução Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. – São Paulo: Editora Unesp, 2001.*

MÜLLER, Dalila. “Feliz a População que tantas Diversões e Comodidades Goza”: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). 2010. 338f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2010

RAMOS, E. H. C. da L. *O teatro da sociabilidade – Um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo (1850/1930). 2000. 408f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.*

SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Autores: Arlinda Roche Nogueira. Petrópolis: Vozes; São Paulo:Edusp, 1973.*

USHIDA, Marco Antônio Tuchtgen. *A imigração Nipônica no Rio Grande do Sul. Monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, PUCRS, Porto Alegre, dezembro de 1999. [PUCRS]*

## **ANÔNIMOS DAS LADEIRAS: OS BONECOS GIGANTES DE OLINDA**

**CLÁUDIA MARIA XAVIER ELOY NEVES**

### **O carnaval de Pernambuco**

O carnaval de rua de Pernambuco encanta foliões e foliões de todas as partes do Brasil e do mundo, com uma diversidade cultural extraordinária das quais destacamos as troças, os clubes, os blocos, os maracatus, as serestas, os afoxés, com ritmos musicais variados e, os famosos bonecos gigantes que, no sobe e desce das ladeiras arrastam multidões numa combinação perfeita com seus monumentos, prédios históricos e belezas naturais. Em Olinda, além do mundialmente famoso carnaval, a cidade é um polo multicultural, com manifestações artísticas e culturais, como a Mostra Internacional de Música de Olinda (Mimo), a Festa Literária Internacional de Pernambuco (Fliporto), a mostra Olinda Arte em Toda Parte e exposições nos ateliês espalhados pelo Sítio Histórico. Olinda tem uma história cultural muito rica, apresentando um acervo histórico de grande importância para o Brasil e o mundo e isso se reflete nos títulos recebidos pela Cidade, sendo eles: Em 1968, o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico foi tombado pelo IPHAN; Em 1980, Título de Monumento Nacional; Em 1982, Título de Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade, pela UNESCO; Em 1982, Título de Cidade Ecológica; Em 2005, Título de Capital Brasileira da Cultura; Em 2008, Título de Registro Memória do Mundo no Brasil, por deter o conjunto Documental Livros Foreiros (Foral), pela UNESCO.

Dentro desse universo multicultural, o carnaval de Pernambuco possui várias representações, como os ritmos musicais, as danças, agremiações carnavalescas de diversas origens e categorias, formadas, inicialmente por pessoas das classes menos favorecidas. Em 2016, o Frevo recebeu da UNESCO, o Título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. As principais agremiações carnavalescas de Pernambuco foram relacionadas e descritas pela jornalista Katherine Coutinho (G1/PE, 2012): **Clube de frevo:** Os primeiros clubes de frevo surgiram no final do século 18, com as comemorações festivas realizadas pelos grupos de trabalhadores urbanos, geralmente da mesma profissão. Cada clube costuma ter o seu próprio repertório, levando para a avenida uma orquestra composta por saxofones, clarinetes, pistões, trombones, tubas, taróis, surdos e bombardinos. A música é sempre o tradicional frevo de rua; **Troças:** As troças carnavalescas são originalmente pequenas agremiações que se parecem com os clubes de frevo, mas costumam ser menores e mais simples. Saem pela manhã ou à tarde, tendo o improvisado, a descontração e a irreverência como marcas; **Bloco de Pau e Corda:** São também conhecidos como blocos líricos. O nome Pau e Corda é uma referência à orquestra que acompanha o bloco. Os encontros organizados pelos blocos líricos para ensaiarem suas marchas são comumente conhecidos como acertos de marchas. Diferentemente da maioria das agremiações carnavalescas que tem o estandarte como abre-alas, no Bloco de Pau e Corda o desfile é aberto pelo flabelo, alegoria de mão que traz o nome, a data de fundação e o símbolo da agremiação; **Clube de boneco:** A tradição dos bonecos gigantes é mais comum em Olinda, onde acontece a “Corrida dos Bonecos Gigantes” e também o encontro mais tradicional. Ao contrário dos clubes, blocos e troças que possuem estandartes, a figura alegórica é o boneco;

**Caboclinhos:** Grupo formado por homens e mulheres, trajando cocares de penas de avestruz e pavão, com saias também de penas. Trazem adereços nos braços, tornozelos e colares, também em penas. Desfilam em duas filas fazendo evoluções das mais ricas ao som dos estalidos secos das preacas (espécie de arco e flecha), abaixando-se e levantando-se com agilidade, como se tivessem molas nas pernas, ao mesmo tempo que rodopiam apoiando-se nas pontas dos pés e calcanhares; **Tribo de índio:** É um folguedo originário da Paraíba e que hoje alcança um grande número de simpatizantes no carnaval do Recife. Nas Tribos de Índios, os organizadores são denominados mestres e quase sempre são seguidores de cultos indígenas como a Pajelança, sendo da linha do Catimbó, dão um toque místico ao folguedo onde, segundo eles, desfilam por vezes "atuados" (incorporados) pelos espíritos dos caboclos; **Maracatu de Baque Virado:** Fortemente ligados às religiões afro-brasileiras, em especial o Candomblé e a Jurema, os grupos de maracatu nação mais "tradicionais" têm estreitas relações com os orixás e outras entidades. Na rua, as nações de maracatu se apresentam com uma corte ricamente trajada com sedas, veludos, bordados e pedrarias, acompanhadas de instrumentos de percussão, como a alfaia (tambores feitos de madeira). Quem comanda o batuque ou baque, como é conhecido, é o Mestre de Apito, que conduz na hora certa cada batida e toada; **Maracatu de Baque Solto:** Também conhecido como maracatu rural, tem uma grande ligação com as culturas afro-indígenas. O maracatu de baque solto traz uma fusão de vários folguedos populares existentes no interior de Pernambuco, como reisado, pastoril, cavalo-marinho, bumba-meu-boi e caboclinhos. A música é comandada pelo mestre, que trabalha improvisando versos e loas, acompanhado por instrumentos como de percurso e também de sopro. Uma das figuras mais emblemáticas é o

caboclo de lança, figura que veste gola bordada com materiais reluzentes, que formam desenhos; **Bois de carnaval:** O auto do bumba-meu-boi, presente no ciclo natalino, se transforma e integra as festas de carnaval. Com um colorido e coreografia própria para os dias de folia, os bois vêm acompanhados de outras figuras do ciclo natalino, como as burras, Calus, Mateus, Catirina, Sebastião, Mané Pequeninino e Babau, que ganham as ruas sob o comando do capitão, no seu cavalo marinho. Abrindo o desfile, os bois normalmente trazem estandartes ou faixas com uma mensagem ou com um tema, mas não são itens obrigatórios; **La ursas ou ursos:** La Ursa ou o urso do carnaval tem origem nos ciganos da Europa que percorriam a cidade com seus animais, presos numa corrente, que dançavam de porta em porta em troca de algumas moedas, ao som da ordem: "dança la ursa!". A figura central é o urso, um homem vestindo um velho macacão coberto de estopa, veludo, pelúcia ou agave com sua máscara de papel machê pintada de cores variadas, preso por uma corda na cintura. Segurado pelo domador, a figura dança para alegria de todos ao som de toadas do próprio grupo ou sucessos das paradas carnavalescas, podendo variar para o baião, forró, xote e até polca; **Afoxés:** É uma expressão artístico-religiosa com forte definição estética ligada às nações africanas, caracterizadas por um caráter religioso e de manutenção de valores. A presidência e diretoria geralmente são compostas por um babalorixá ou ialorixá e por algumas pessoas com cargos significativos dentro da hierarquia dos terreiros, o que não impede agregar pessoas que não façam parte da religião dos orixás. Suas sedes, na maioria das vezes, funcionam no interior dos terreiros de Candomblé. aspectos religiosos e/ou reforçam a origem étnica das diferentes nações; **Escolas de samba:** Se assemelham às encontradas em outros lugares do Brasil, apresentando a

mesma estrutura de carros alegóricos e alas. Em Pernambuco, têm também influência do frevo, do maracatu e da capoeira em sua música, instrumental e coreografias. Nos estudos realizados por Peter Burke, para ele “cultura é um sistema de significados, atitudes e valores compartilhados, e as formas simbólicas (apresentações, artefatos) nas quais eles se expressam ou se incorporam”.(BURKE, 1989. p. 17).

## Os Bonecos Gigantes de Olinda

### ***BONECO GIGANTE***

*O homem da meia noite*

*É boneco de Olinda*

*Desfila no carnaval*

*Faz folia que não finda*

*Dança frevo no compasso*

*Na ladeira cai no passo*

*Torna a festa bem mais linda.*

***Rômulo Bourbon***<sup>1</sup>

Cada agremiação tem uma participação importante no carnaval, mas vamos destacar os bonecos gigantes de Olinda, que invadem e transcendem o imaginário popular, encantam os foliões e foliãs representando personagens, nacionais e internacionais, nas áreas da música, televisão, cinema, literatura, política, religião e esportes, são tantos que fica difícil relacionar. Os bonecos são criados considerando, também, a situação social e política em que o Brasil e o mundo se encontram. São personagens polêmicos, carismáticos, revolucionários, ídolos, religiosos, onde cada um provoca reações diversas nos foliões e foliãs. Segundo Ulpiano Meneses, “História Visual” tem haver com uma metodologia para se entender a sociedade, “trata-se apenas de um campo operacional,

---

<sup>1</sup> Escritor pernambucano. Disponível em:  
[http://www.vieiralent.com.br/autor/Romulo\\_Bourbon/115/](http://www.vieiralent.com.br/autor/Romulo_Bourbon/115/).



em que se elege um ângulo estratégico de observação da sociedade - *de toda a sociedade*". (MENESES, 2003, p. 25).

A história dos bonecos gigantes faz parte da memória do carnaval de Pernambuco, desde o seu surgimento no município de Belém de São Francisco, no Sertão de Pernambuco, idealizado a partir das narrativas de um Padre Belga, no início do século XX, sobre a utilização de bonecos gigantes durante as festas religiosas da Europa, representando os santos católicos. Em 1919, Gumerindo Pires de Carvalho, inspirado pelas histórias do padre, decidiu criar o primeiro boneco gigante, que foi batizado de Zé Pereira e, 10 anos depois, foi criada a sua companheira, a boneca Vitalina. Em 2019, o Zé Pereira completou 100 anos que foram comemorados com muita festa.



Figura 1: Zé Pereira e Vitalina - 2019<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Foto: Eryck Gomes/G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/carnaval/2019/noticia/2019/02/27/comemoracao-do-centenario-do-primeiro-boneco-gigante-de-pe-encanta-turistas-com-o-clima-do-carnaval-do-recife.ghtml>

O primeiro gigante a desfilar pelas ladeiras de Olinda foi o calunga do Homem da Meia-Noite, que surgiu a partir de uma briga entre os Diretores da tradicional Troça Cariri de Olinda, que abria o carnaval da Cidade Alta. Os dissidentes, Benedito Bernardino da Silva (Benedito Barbaça) - marceneiro; Cosme José dos Santos, encadernador; Luciano Anacleto de Queiroz, pintor de parede; Manuel Pereira da Silva, sapateiro (Neco Monstro) e o encadernador de livros Heliodoro Pereira da Silva, todos olindenses, resolveram inventar outra agremiação que desse uma rasteira no Cariri, surge, em 1932, a Troça CM O Homem da Meia-Noite, boneco gigante que desfila a partir das 00:00h da noite do sábado de Carnaval antes da madrugada de domingo quando sai o Cariri. Em 1936 mudou de categoria e passou a ser Clube de Alegorias e Crítica Homem da Meia-Noite, com estandarte, alas de fantasias nas cores verde e branco, carros alegóricos e orquestra de metais. Em 2006, o Homem da Meia-Noite recebeu o Título de Patrimônio Vivo de Pernambuco. O termo “calunga” que é dado ao boneco do Homem da Meia-Noite tem um significado místico, como descreve Bonald:

[...] O termo calunga, que sempre foi associado à boneca de madeira preta dos maracatus Nações, ou de baque virado, tem outro significado no vocabulário popular dos mais antigos brincantes de Bumba meu Boi e de carnavalescos olindenses. A palavra calunga, é plena de sugestões mágicas, que por sua origem mística africana, que pelo significado nos Maracatus, no Mane-gostoso ou Mane Pequenino do Bumba meu Boi ou no Homem da Meia Noite. Na língua quimbunda, do grupo Banto, falado em Angola, - local de onde vieram numerosos grupos de escravos para Pernambuco – Kaluga significa boneco pequeno, ratinho, e também designa uma divindade secundária do culto Banto, tudo levando a aceitar o sentido

místico e talvez até mágico que bonecos gigantes têm na concepção popular.<sup>3</sup>

Esse misticismo está ligado a data da sua fundação, 02 de fevereiro, dia de Iemanjá, fazendo do boneco um objeto sagrado, segundo Silva:

O Homem da Meia-Noite também é conhecido como “calunga”, referindo-se à sua ligação com o Candomblé e Maracatu, e está ligado ao fato de que o boneco seria uma espécie de objeto sagrado que contém um espírito, além é claro de referir-se a data de sua fundação, 02 de fevereiro, dia de Iemanjá.<sup>4</sup>

Inicialmente, o calunga do Homem da Meia-Noite pesava 50kg e 3,5m de altura e foi confeccionado pelos artistas plásticos Benedito Bernardino da Silva e Luciano Anacleto de Queiroz. Com a estrutura em madeira, o boneco original tinha a cabeça, o busto e as mãos em papel gomado e massa corrida para o acabamento, pintados numa tonalidade semelhante à da pele humana. Seus braços eram recheados de palha para colchão e, assim como os punhos e as mãos, continham areia para mantê-los em posição durante as evoluções. Para a confecção das roupas foram necessários mais de 22 metros de tecido. Em 1967, foi criada a companheira do Homem da Meia-Noite, a Mulher do Dia, feita pelo mestre artesão Julião das Máscaras. “Desde de sua fundação será o gigante de cartola eterno sorriso quem inaugura as loucuras de Momo com toda a força do frevo estourando no passo pelas ruas ladeirasas de Olinda”. (BONALD, 1992, p.63).

---

<sup>3</sup> BONALD NETO, Olimpio. Os gigantes foliões em Pernambuco. Olinda, ed. Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1992, p. 37.

<sup>4</sup> SILVA, Felipe Gustavo Soares da. *O Misticismo do Bloco Carnavalesco Homem da Meia-Noite*. *Revista Missioneira, Santo Ângelo*, v. 20, n. 1, p. 45.



Figura 2: 1º Homem da Meia-Noite <sup>5</sup>

Figura 3: Homem da Meia-Noite - 2020<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Primeiro Homem da Meia-Noite. Disponível em : <https://www.instagram.com/homemdameianoiteoficial/>

<sup>6</sup> Foto: Aldo Carneiro/Pernambuco Press. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/carnaval/2020/noticia/2020/02/23/homem-da-meia-noite-desfila-por-olinda-fotos.ghtml>.

Existem muitos mestres bonequeiros em Olinda, dentre eles destacamos o artista plástico Sílvio Botelho, natural de Olinda/PE, considerado o pai dos bonecos gigantes, criou o terceiro boneco gigante de Olinda, O Menino da Tarde, em 1974 e, em 1978 criou a Menina do Dia, “os filhos” do Homem da Meia-Noite com a Mulher do Dia. O artista já criou mais de 1000 bonecos em sua oficina no Alto da Sé e, ainda, é o responsável pelas versões atuais do Homem da Meia-Noite e da Mulher do Dia, inclusive recebe o famoso calunga todos os anos em seu ateliê, para deixá-lo bonito para o desfile. O artista também é o idealizador do Encontro dos Bonecos Gigantes, na terça-feira de carnaval, arrastando multidões pelas ladeiras de Olinda, desde 1987. Inicialmente, os bonecos gigantes eram confeccionados utilizando estrutura de madeira para o corpo e a cabeça era feita com a técnica de papel machê e pesavam 30 quilos, que se multiplica quando são carregados pelos “manipuladores”, que dividem as ladeiras do Sítio Histórico com os foliões e foliãs, embaixo de muito calor. O artista vem aperfeiçoando a técnica de produção dos bonecos gigantes, utilizando materiais mais leves e resistentes, reduzindo o peso dos calungas, e conta com uma equipe de artesãos e colaboradores, desde a concepção do personagem até seu desfile pelas ladeiras do Sítio Histórico, como descreve Gaspar:

Sílvio Botelho vem aperfeiçoando cada vez mais a sua técnica de criação de bonecos, evoluindo da tradicional modelagem em barro para a modelagem direta em bloco de isopor, conseguindo leveza e versatilidade nos Gigantes. O corpo é feito com fibra de vidro. Atualmente, os bonecos chegam a medir três metros de altura e pesar de treze a quinze quilos,

bem diferente dos primeiros que pesavam cerca de cinquenta quilos.<sup>7</sup>

Em 2008, surge a nova geração de bonecos criada pelo empresário e produtor cultural Leandro Castro junto com uma equipe formada por diversos artistas, são eles: Antônio Bernardo, Aluísio de Nazaré da Mata e a estilista Sineide Castro, responsável pelos figurinos dos bonecos, materializaram grandes ícones da história e cultura brasileira e personalidades mundiais e trouxe uma evolução nos materiais utilizados, proporcionando uma redução do peso dos calungas, amenizando o trabalho dos bonequeiros, pois hoje eles pesam, aproximadamente 22 quilo, com altura média de 3,90m, o que torna os bonecos gigantes impossíveis de serem ignorados. Eles passam por moldes feitos na argila que servem de base para a fibra de vidro, material este mais leve e duradouro, as mãos dos bonecos permaneceram em isopor para não machucar nenhum folião. Em 2009, foi realizada na segunda-feira de carnaval, a primeira Apoteose dos Bonecos Gigantes no Sítio Histórico de Olinda com 30 bonecos, em 2016 o evento contou com mais de 80 bonecos e, no mesmo ano foi criada a Embaixada de Pernambuco dos Bonecos Gigantes de Olinda, que surgiu da grande necessidade do turismo de Recife e Olinda de possuir um espaço cultural estruturado a receber turistas e recifenses para contemplar a grande magia da nova geração dos Bonecos Gigantes não só no carnaval, mas sim o ano inteiro.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> GASPAR, Lúcia. Silvio Botelho e seus bonecos gigantes. *In*: PESQUISA Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

<sup>8</sup>EMBAIXADA DE PERNAMBUCO - BONECOS GIGANTES DE OLINDA. Recife, 2009. Disponível em: <http://www.bonecosgigantesdeolinda.com.br/embaixada.php>. Acesso em: 11 jul.2022.

## **Anônimos das ladeiras**

Diante de toda a grandeza do carnaval de Olinda, sendo uma festa democrática, sem distinção de raça, gênero e classe social, com suas agremiações carnavalescas que encantam e arrastam multidões de foliões e foliãs de todas as partes do Brasil e do mundo, no sobe e desce das ladeiras, fantasias diversas, muito frevo, maracatu, samba, afoxé, coco de roda, ciranda, fazendo do carnaval de Olinda uma manifestação multicultural e, que simboliza a identidade pernambucana. A importância histórica e cultural dos bonecos gigantes e de sua notoriedade nessa comemoração do carnaval, há um fato que é imprescindível investigar: “Os anônimos”, as pessoas que fazem a magia acontecer a cada ano, os artistas plásticos, as costureiras, os alfaiates, os artesãos, as artesãs e os manipuladores e manipuladoras dos bonecos gigantes, pois são essas pessoas, cada uma com seu ofício, que participam de todo o processo de produção de um gigante, com muita dedicação e paixão. Para Martha Abreu a maior contribuição de Thompson para os estudos de cultura popular é que ele recomenda muita atenção para os perigos de se trabalhar com uma ideia de cultura popular com uma perspectiva ultraconsensual e simplificadora: “E. P. Thompson, nas suas reflexões, cultura é um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole.” (apud ABREU, 2003, p. 91).

Destacando a importância dos bonecos gigantes e dos indivíduos anônimos, tanto no âmbito social, quanto historiográfico, por meio da História Cultural e da História Vista de Baixo, com a finalidade de se entender o universo

popular que esses atores sociais menos favorecidos expressam, por meio da produção e transporte desses bonecos, que proporcionam alegria aos amantes do carnaval de rua. Diante da desigualdade social que existe no Brasil, conhecer a história dessas pessoas requer uma abordagem social de como essas pessoas estão inseridas na sociedade, pois cada uma tem sua história de vida, com sonhos, anseios, angústias, mas, quem são os anônimos das ladeiras? Essa pergunta nos leva ao modo como Jim Sharpe, no seu texto “A história vista de baixo” utiliza vários conceitos de construção da história, levando a um olhar mais social, onde homens e mulheres comuns são agentes da história:

Tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes. O interesse na história social e econômica mais ampla desenvolveu-se no século dezanove, mas o principal tema continuou sendo a revelação das opiniões da elite.<sup>9</sup>

A tarefa dos envolvidos na produção dessa emblemática representação cultural do carnaval de rua de Olinda não é fácil, requer comprometimento com o trabalho, visto que o processo de fabricação de um boneco gigante leva de 15 a 30 dias para ser concluído. São pessoas das periferias de Olinda com poucos recursos e pouco acesso à educação, mas que contribuem com o fortalecimento da identidade cultural do carnaval de rua da histórica Marim dos Caetés<sup>10</sup>. Os bonecos gigantes além de sua importância cultural, possuem uma importância social, segundo Ferraz, 2007: “O boneco gigante hoje tem reconhecida importância econômica e social para o município. Na economia porque gera renda. E na

---

<sup>9</sup> SHARPE, JIM. *A História vista de baixo*. In. BURKER, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 42.

<sup>10</sup> Caetés - grupo indígena que acupava a costa de Pernambuco. (GASPAR, 2003)



sociedade porque a arte de confeccionar bonecos tem proporcionado profissionalização de garotos de comunidades de baixa renda.”(FERRAZ, 2007, p. 17)

Os bonecos gigantes são carregados ou manipulados por jovens da comunidade e que participam do processo de produção e manutenção dos gigantes, fazendo com que eles valorizem tanto o seu papel nos dias de folias e, fazem disso sua profissão, incentivados pelos artistas plásticos. Os manipuladores e as manipuladoras, pois existem mulheres que também carregam bonecos gigantes pelas ladeiras de Olinda nos dias de festas, alguns começam ainda criança, carregando os bonecos gigantes mirins. Eles recebem um valor pelo seu trabalho durante o carnaval, não é muito, mas ajuda na renda familiar, pois são pessoas simples e de poucos recursos e, sem eles os bonecos gigantes não podem abrilhantar, alegrar e emocionar a multidão que invade as ladeiras históricas da Cidade Alta. Considerando a estrutura do carnaval de Pernambuco, que tomou uma proporção gigantesca, com o aumento do número de bonecos gigantes e, conseqüentemente o número de carregadores e carregadoras, que assumem a tarefa de manipular os gigantes, como uma profissão abraçada com paixão e orgulho, pois é quando estão carregando os bonecos que eles são notados, reverenciados, em busca de seu lugar dentro da cultura popular do Estado. Ser um manipulador e manipuladora de gigante durante a folia de momo, requer preparação durante o ano todo, eles se revezam a cada 40 minutos no sobe e desce das ladeiras, precisam cuidar da alimentação, do físico e não fazer extravagâncias. É preciso ter resistência para conseguir manter o molejo de um dos principais símbolos do carnaval pernambucano, são recompensados com o carinho, o respeito e a alegria dos foliões e foliãs. Em suas ponderações, Martha Abreu propõe que cultura popular

também possa ser usada para se observar a sociedade e sua produção cultural: “O fundamental, no meu modo de ver, é considerar a cultura popular como um instrumento que serve para nos auxiliar, não no sentido de resolver, mas no de colocar problemas, evidenciar diferenças e ajudar a pensar a realidade social e cultural [...]”. (ABREU, 2003, p.84)

Nas entrevistas realizadas com alguns manipuladores de gigantes, pela jornalista Isabela Veríssimo e publicada no Diário de Pernambuco, em 2017, observa-se que são jovens da periferia, sonhadores, felizes com a função de manipuladores e manipuladoras, como se vê em alguns relatos: “Se eu fosse Prefeito de Olinda, queria que fosse carnaval o ano todinho”, esse é o sonho de Diogo Adriano, 24 anos e bonequeiro há 7 anos. “Não sei não, não teria como. É isso que eu quero fazer para sempre”, a profissão escolhida por Cauã Fábio, de apenas 12 anos e manipulador de bonecos gigantes mirins. O experiente Rodrigo Soares de Oliveira, bonequeiro há 19 anos relata, “Cada minuto com eles no corpo faz o peso dos gigantes se multiplicar, não vejo a hora de colocar o boneco para cima e começar o movimento”. Para Rogério Barbosa, manipulador da Embaixada dos Bonecos Gigantes, uma das exigências para ser bonequeiro “Tem que saber dançar. Se não souber danças, fica meio ruim”. (VERÍSSIMO, 2017)

Há alguns anos, as mulheres estão ganhando espaço nos ateliês de produção de gigante e, também, como carregadoras ou manipuladoras dos calungas, atividades que sempre foram dominados pelos homens. Em reportagem realizada pela jornalista Beatriz Castro, exibida pela Rede Globo, em 2020, mostra algumas mulheres que estão engajadas nesse processo de criação e produção cultural, como mostrado a seguir: Jaqueline Leite é da nova geração de bonequeiras e trabalha duro

para lixar a fibra de vidro e dar forma às criaturas gigantes. “Puxado é, mas a gente gosta. Quando se gosta do que faz, a gente tá aqui fazendo”. Maria das Dores da Silva, a Dora, é pioneira na tarefa de carregar gigantes. “As pessoas acham que a mulher não tem força, não consegue levantar peso, mas aí ó, para todo mundo ver. É capaz sim”, mostra, movimentando um boneco gigante. A bonequeira e produtora cultural Sônia Costa teve a ideia de criar uma equipe feminina para produção de bonecos gigantes. “O que a gente quer, né, levar o boneco gigante em exposições, visitas, nos interiores e também fora do Brasil. Fico muito satisfeita quando tenho uma equipe feminina. A gente vê o brilho que dá, o diferencial no trabalho”. (CASTRO, 2020)

O calunga do Homem da Meia-Noite, o mais pesado, foi carregado por 57 anos pela mesma pessoa, o bonequeiro Cidinho, um desconhecido que não mediu esforços para cumprir sua tarefa com dedicação e, em 1989 passou o posto para Pedro Garrido, carregador oficial do calunga por 30 anos. Hoje, o carregador oficial do gigante é Carlos Alberto Fernando da Silva, 50 anos, o Carlos da Burra, que em entrevista concedida ao jornalista Samuel Calado e publicada no Diário de Pernambuco, em 2020, apesar de desconhecido é o atual responsável pela performance do ícone do carnaval de Olinda pelas ladeiras da Cidade Alta. O bonequeiro, a exemplo dos outros entrevistados, também é um sonhador, um cidadão pobre, humilde, que na infância sonhava em ser um bonequeiro, como ele relata: “No começo, o pessoal não acreditou muito. E eu sempre pedindo uma chance para levar. Até que surgiu a chance de carregar o Menino da Tarde. Foi tão bom que depois me chamaram para o John Travolta, o Chorão, o Menino Rosado e o Garoto de Vassoura. Depois disso, não parei mais. Hoje em dia, me falta tempo para carregar. Se eu pudesse levava tudinho”. Em outro trecho

da entrevista, Carlos da Burra mostra toda a emoção e paixão por ser bonequeiro: “O pessoal pergunta se carregar boneco é fácil. Eu digo que sim, mas para aqueles que amam o que fazem. Antes de levar, é preciso estudar a identidade de cada gigante. Eu coloco um estilo em cada um. Tem um que eu saio mais contente, tem outro que eu mostro mais calma. O Homem da Meia-Noite, por exemplo, eu faço questão de andar majestoso e elegante, como ele é. Quando eu boto o boneco na cabeça, boto porque eu gosto de fazer. Pode me dar qualquer boneco e eu conduzo”. (CALADO, 2020). Os relatos dos bonequeiros, mostra que cada um quer fazer parte da história cultural de Olinda, apesar de suas origem humildes e das dificuldades. Nesse contexto, para Martha Abreu, as pessoas de baixa renda e socialmente discriminadas, transformam seu próprio mundo em função da herança cultural:

Como agentes de sua própria história (e cultura), homens e mulheres das camadas pobres criam, partilham, apropriam-se e redefinem os significados de valores, hábitos, atitudes, música, danças e festas de qualquer origem nacional, regional ou social. Neste sentido, cultura popular não é apenas entendida como o conjunto de objetos ou práticas que são originárias ou criadas pelos setores populares.<sup>11</sup>

Considerando a escassez de fontes que tratam da trajetória de vida das pessoas responsáveis pela realização dos desfiles dos bonecos gigantes no carnaval de Olinda, pouco se pode saber sobre esses agentes da história do carnaval de Pernambuco, pois nas entrevistas que foram citadas, mostrou-se apenas que eles exercem a tarefa como a profissão escolhida e com muita diversão, dedicação e

---

<sup>11</sup> ABREU, Martha. *Cultura Popular: um conceito e várias histórias*. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Orgs) *Ensino de História: conceitos, temática e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 97.

paixão, apesar da realidade social em que vivem. Mas qual a história social e cultural de cada um, quais as ações criadas pelos agentes públicos a favor desses homens e mulheres, que fazem pulsar os corações dos bonecos gigantes de Olinda. Bonald, em suas conclusões descreve:

Os gigantes olindenses e recifense são autênticos foliões risonhos, debochados, brincalhões dançarinos e gozadores natos, que alegam os adultos e enternecem as crianças. São gerados nos fundos dos quintais de casas humildes e centenárias residências olindenses ou à beira dos manguezais e na periferia das vilas populares. Feitos para encantarem pela leveza e graça com que flutuam nos ares acima das cabeças dos foliões, nas tardes luminosas de Carnaval. [...] existem para alegrar animando as ruas tristes dos subúrbios para fazer saírem as troças mais pobres sem verba nem sedes que não podem manter alas de fantasias de luxo nem custosas orquestras de frevo.<sup>12</sup>

## Figuras

*Figura 1: GOMES, Eryck. G1 PE. Disponível em:*

*<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/carnaval/2019/noticia/2019/02/27/comemoracao-do-centenario-do-primeiro-boneco-gigante-de-pe-encanta-turistas-com-o-clima-do-carnaval-do-recife.ghtml> (Acesso em 20 jun.2023)*

*Figura 2: O primeiro Homem da Meia Noite. Disponível em:*

*<https://www.instagram.com/homemdameianoiteoficial/> (Acesso em 20 jun.2023)*

*Figura 3: CARNEIRO, Aldo. G1 PE. Disponível em:*

*<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/carnaval/2020/noticia/2020/02/23/homem-da-meia-noite-desfila-por-olinda-fotos.ghtml>. (Acesso em 27 jun.2023)*

---

<sup>12</sup> BONALD NETO, Olimpio. Os gigantes foliões em Pernambuco. Olinda, ed. Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1992, p. 92-94.

## Referências

- ABREU, Martha. *Cultura Popular: um conceito e várias histórias*. In: ABREU. M.; SOIHET. R. (Orgs) *Ensino de História: conceitos, temática e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 87-102.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Carnaval no Nordeste do Brasil*. *Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 28 jul.2022.
- BONALD NETO, Olimpio. *Os gigantes foliões em Pernambuco*. Olinda, ed. Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1992.
- BURKE, Peter. *A Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CALADO, Samuel. *Carlos da Burra, o homem que dá vida aos bonecos gigantes de Olinda*. *Diário de Pernambuco*. Recife, fev.2022. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2020/02/carlos-da-burra-o-homem-que-da-vida-aos-bonecos-gigantes-de-olinda.html>. Acesso em: 18 jul.2022.
- COUTINHO, Katherine. *Blocos, troças, urso, maracatu ...Saiba quem é quem no carnaval de Pernambuco*. G1/PE. Recife, jan.2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/carnaval/2012/noticia/2012/01/bloc-o-troca-urso-maracatu-saiba-quem-e-quem-no-carnaval-de-pe.html>. Acesso em: 23 jul.2022.
- FERRAZ, Maria C.F. *Clube de Alegoria e Crítica Homem da Meia-Noite: Da criação à símbolo da primeira capital brasileira da cultura*. Recife, 2007. *Monografia de conclusão de curso de especialização em cultura pernambucana, FAFIRE*, 97p. Disponível em: <http://www.ladjanebandeira.org/cultura-pernambuco/artigos.html>. Acesso em: 27 jun.2023.
- GASPAR, Lúcia. *Agremiações Carnavalescas do Recife e Olinda: Clubes de Frevo*. In: *Pesquisa Escolar*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/agremiacoes-carnavalescas-do-recife-e-olinda-clubes-de-frevo/>. Acesso em: 27 jun.2023.
- GASPAR, Lúcia. *Silvio Botelho e seus bonecos gigantes*. In: *PESQUISA Escolar*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/silvio-botelho-e-seus-bonecos-gigantes/>. Acesso em: 10 jun.2023.

GASPAR, Lúcia. *Índios em Pernambuco. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2007. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/*. Acesso em: 27 jun.2023.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória. Tradução Bernardo Leitão, et al. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.*

LIMA, Irenilda de Souza; SILVA, Felipe Lima; SANTOS, Marco Antônio Gomes; LEÃO, Renata Sá Carneiro. *O Carnaval de Olinda como fomento ao desenvolvimento local: alguns elementos de associativismo, educação popular e folkcomunicação. Recife, UFRPE, 2014. Acesso em: 19 jul.2022.*

MAUAD, Ana Maria. *Sobre imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. Revista Maracanan, v. 12, n. 14, p. 33-48, jan/jun 2016.*

MENDONÇA, Rani. *Olinda: terra do carnaval e dos bonecos gigantes. Brasil de fato. 25 fev. 2020. Disponível em: https://www.brasildefatope.com.br/2020/02/25/olinda-terra-do-carnaval-e-dos-bonecos-gigantes. Acesso em 22 jul. 2022.*

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-45, 2003.*

SHARPE, JIM. *A História vista de baixo. In. BURKER, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.*

SILVA, Felipe Gustavo Soares da. *O Misticismo do Bloco Carnavalesco Homem da Meia-Noite. Revista Missioneira, Santo Ângelo, v. 20, n. 1, p. 43-53, jan./jun.2018. Acesso em 24. jul.2022.*

VERÍSSIMO, Isabela. *Corações que pulsam nos Bonecos Gigantes. Diário de Pernambuco, Recife, fev. 2017. Disponível em: http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/suplementos/comportamento/2017/02/os-coracoes-que-pulsam-nos-bonecos-gigantes.html. Acesso em: 08 jul.2022.*

VILLELA, Sumaia. *O esforço de quem carrega os bonecos gigantes de Olinda. Agência Brasil. Olinda, fev.2017. Disponível em: https://agenciabrasil.etc.com.br/cultura/noticia/2017-02/vida-por-baixo-dos-bonecos-gigantes-de-olinda-os-bonequeiros. Acesso em: 22 jul.2022.*

## **ROMARIAS E PEREGRINOS NA CULTURA POPULAR**

**ANTONIO JOSÉ VILLARIM ALVES DA SILVA**

### **Significado Religioso da Romaria**

Romaria na visão religiosa, consiste em um percurso em direção a algo sagrado, uma jornada interior, onde a própria vida pode ser entendida como uma peregrinação, numa busca do autoconhecimento, onde a situação peregrina representa o ser humano como um viajante de sua própria existência, representando uma ligação com o Criador, separado pelo pecado, necessitando se encontrar com Ele. Um sentimento de separação que motiva o “caminho”, o esforço e as escolhas que realiza na vida (CORDEIRO, 2011, p. 45).

Romarias ou o termo de origem provençal romagens, é a palavra que se usa mais comumente no português para designar o fenômeno das peregrinações. O termo designa, pois, a viagem ou peregrinação religiosa a um santuário ou lugar considerado sagrado, de modo especial aquela que se faz por devoção, e, numa derivação de sentido, designa ainda a festa popular que é celebrada nas proximidades de um santuário ou local de peregrinação em dia de comemoração religiosa do lugar, em geral com danças populares, feiras, comidas, comércio, Arraial etc (BARROS, 2014, p. 357).

No início da Era Cristã as peregrinações eram motivadas pelo desejo de viajar e como castigo ou sacrifício que impunham a si próprio, assim como penitência para a expiação de erros, para pagar pecados. A partir do século III, as peregrinações consistiam em visitar



lugares sagrados por curiosidade e vontade de ver, tocar, no sentido de perceber objetivamente o transcendente como realidade e esclarecer incertezas. Nessa idealização, os motivos para empreender a jornada estão relacionados também a pedidos de cura e agradecimento de benefícios alcançados pela ajuda divina (CORDEIRO,2011, p. 81).

Na sua essência, os Romeiros e Peregrinos afastavam-se de suas famílias e seus lugares, seguiam em sacrifício e muito esforço físico por terras alheias na direção de Roma para visitar os Lugares Santos, onde jazem os corpos de São Pedro, São Paulo e dos outros santos, que sofreram martírio por Nosso Senhor Jesus Cristo. O termo Peregrino quer dizer o homem estranho que vai visitar o Santo Sepulcro de Jerusalém e outros Santos Lugares, em que o Nosso Senhor Jesus Cristo, nasceu, viveu e sofreu a morte e paixão pelos pecadores.

A veneração a Terra Santa, ficou atestada por um fluxo de homens que não temeram nem mesmo a morte para tentar seguir os passos de Cristo e se mostrarem piedosos. Do século XII e XIII, as expedições missionárias e armadas são o distintivo das viagens a Jerusalém, sonhando obterem remissão dos seus pecados. O convite para a missão partiu do Papa Urbano II, que alegava a necessidade de socorrer os cristãos do Oriente.

Explorar os lugares santos com os pés, os olhos, o coração e as lembranças. Foi assim que ao longo de séculos muitos homens saíram de suas terras de origem em busca de perdão ou de redenção. Entre os séculos IX e XI, na Europa, acreditava-se na peregrinação como penitência e principalmente como garantia para o perdão dos pecados; alguns peregrinaram por imposição eclesiástica ou de outra autoridade, outros se auto impuseram viajar como penitência ou simples devoção. Viajava-se por piedade, arrependimento ou castigo (FRANÇA; NASCIMENTO; LIMA, 2017, p.141).

A religião enquanto experiência do sagrado é uma dimensão presente em todas as culturas. Os estudos antropológicos e neles os estudos sobre o fenômeno religioso tem demonstrado que a religião é parte integrante da cultura e que a pessoa é naturalmente religiosa. O termo religião, como entendemos no Ocidente, consiste no ato de religar ao transcendente ou a uma divindade. Em todas as culturas existe uma linha imaginária que separa o que é considerado humano daquilo que é considerado não humano ou sobrenatural (BRANDÃO; CABRAL, 2015, p. 171).

Desenvolve-se ao longo da história em todos os países um catolicismo popular, representado pelo constructo simbólico, pelas crenças e os ritos incorporados pelas populações mais pobres de católicos. Em suas práticas utilizando a religião como possibilidade de solução para as suas necessidades e angústias cotidianas. No Brasil, as peregrinações relacionam-se diretamente a festas do catolicismo popular, festas de santos padroeiros e parte delas são comumente associadas a fluxos de romeiros, ultrapassando em muitos eventos a dimensão de festividade local (BARROS, 2014, p. 353).

Várias interpretações circulam nos meios sociológicos e antropológicos para os fluxos religiosos e, de uma forma geral, são elaboradas sistematicamente por meio de explicações que atendem ao caráter variado dessas práticas. A matriz interpretativa das peregrinações é frequentemente a mais utilizada para pensar as romarias que apresentasse como um campo rico em possibilidades de investigação, considerando seu potencial de estabelecer identidades culturais. Sendo assim o suporte conceitual tem sido construído por investigações antropológicas (CORDEIRO, 2011, p. 28).

## **A Romaria e o Turismo Religioso**

É considerado como turismo religioso a atividade realizada por pessoas que se deslocam por motivos religiosos ou para participarem em evento religioso. É um segmento do turismo, cuja proposta é a valorização e preservação das práticas religiosas, de uma forma estruturada, com o propósito de trazer o desenvolvimento local e a conservação da cultura.

A religião sendo vista como um produto turístico, proporciona a oportunidade de viagens. Igrejas, mesquitas, catedrais e monumentos que revelam algum tipo de arquitetura sagrada de uma forma geral são apontados ostensivamente na literatura promocional do turismo, de forma que lugares sagrados têm sido mais visitados por turistas que por peregrinos espirituais. Isso tem acontecido porque governos e agências de turismo, ao tomar conhecimento do incremento em visitação aos locais sagrados, têm investido na ampliação da visibilidade desses lugares com interesse em captar um público com potencial econômico significativo, ou seja, os “turistas religiosos”.

Os lugares venerados estão sendo posicionados no mercado turístico como recursos que podem ser mercantilizados para viajantes em locais de interesse cultural e histórico. A ideia de que as manifestações religiosas produziram um novo tipo de lazer e sugere haver uma tensão entre fé e diversão que favorece o surgimento de uma nova categoria: o turismo religioso, o que tem provocado uma tensão entre comunidade e visitantes, por promover no turista um distanciamento revertido em refinamento de sua identificação e reforço da diferença, sem mais a comunhão do encontro com o outro (CORDEIRO,2011, p. 103).

## **A Promessa na Caminhada**

A caminhada ao encontro com o sagrado, chamado de romarias, reafirmando e mantendo viva a relação entre devoto e santo, ressalta uma característica marcante presente na romaria, especificamente nesse ritual que envolve o pagamento de promessas que é a relação direta que o romeiro estabelece como uma pessoa íntima, amiga, capaz de auxiliar ou até mesmo resolver os seus problemas cotidianos, mas não deixando de prestar o devido respeito (STEIL, 1996, p. 93).

O principal de uma promessa é que seja cumprida. A ênfase na palavra empenhada faz pensar nos códigos de honra mediterrâneos, sinal de lealdade que prevalece nas relações que possuem valor, a palavra honrada. O devoto cumpre com a palavra a um santo de sua devoção, que por sua crença, realizou uma graça que o beneficiou. Quando se busca uma graça, há quem recorra

às promessas. Elas consistem em prometer fazer algo para obter a intercessão dos santos, deixando claro o quanto aquilo é importante. A fé e a postura moral valorizam a interioridade da consciência que nunca está afastada de si mesma e não tem como se afastar do olhar divino. Os promesseiros possuem vínculos essenciais expressos em obrigações e rituais, situados em um outro plano de vida. O devoto não se apresenta como um modelo de vida moral. A devoção é necessária justamente porque o devoto está distante do seu santo (FERNANDES, 1994, p. 127).

## **A Romaria e o Santuário**

Em um Santuário os diversos grupos que chegam para a romaria demonstram divergências, numa variedade de discursos, muitas vezes contraditórios e competitivos

entre romeiros, moradores e dirigentes. São mútuos os desentendimentos e as maneiras como cada um interpreta as ações e os motivos das outras realizarem seus cultos. Quando evocam a tradição, esses diversos atores pretendem, na verdade, acionar um estoque de referências religiosas e práticas rituais que foram sendo acumuladas em torno do santuário. Observando a prática das romarias na modernidade, teremos a compreensão das transformações que vem ocorrendo no contexto social e religioso, na medida em que oferecem um amplo repertório linguístico de signos, símbolos e ritos que os romeiros manipulam para lidar com as situações novas colocadas (STEIL, 1996, p. 59).

### **A Procissão na Romaria**

Existe uma íntima relação entre a romaria e a procissão dentro da longa jornada de peregrinação. O seu ritual surge como um movimento do “sagrado”, mapeando o espaço e demarcando a paisagem religiosa. A procissão possibilita a experiência de uma certa igualdade. Há uma tensão importante que se pode observar entre a missa e a procissão, de forma que, enquanto a missa representa o movimento de interiorização, que tenta valorizar o espaço do santuário, controlado pelo clero e estabelecer uma ordem ritual, com programação definida, distribuição dos papéis e codificação dos símbolos, a procissão representa o movimento de exteriorização, que busca ultrapassar os limites oficiais impostos ao sagrado (STEIL, 1996, p. 29).

“Olha lá vai passando a procissão  
Se arrastando que nem cobra pelo chão  
As pessoas que nela vão passando  
Acreditam nas coisas lá do céu  
As mulheres cantando tiram versos  
E os homens escutando tiram o chapéu  
Eles vivem pensando aqui na Terra  
Esperando o que Jesus

prometeu E Jesus prometeu coisa melhor [...]” (GIL, 1966).

A letra da música “A procissão” de Gilberto Gil, músico baiano, retrata e nos fornece a noção da dimensão simbólica do poder do sagrado no espaço. A poesia representa o ponto de vista do artista ao ver a paisagem religiosa materializada no espaço. Na formação do espaço geográfico, a religião exerce importante função, em um espaço construído com a participação de suas práticas religiosas, simbolismo na paisagem humanizada, no lugar de identificação. A procissão exerce o papel de demonstração da fé e reafirmação das crenças (ROSENDAHL, 2018, p. 387).

## **Conversas de Romeiros**

Em um contexto oral, transmitem um considerável repertório cultural em sua circulação, indissociavelmente ligadas à experiência de uma comunidade de romeiros em sucessões de situações concretas que são vividas. Produzidas coletivamente, apresentam uma série de temas e relações que são apresentados, combinados e invertidos para criar um corpo narrativo que definem as bases e regras de convivência de uma comunidade de homens, santos e deuses (STEIL, 1996, p. 143).

Própria do meio oral, transcrevê-las para a linguagem escrita não é uma fácil tarefa, em que se perde o contexto original da fala, permanecendo somente os fragmentos. O antropólogo Ítalo Calvino fala da adequação do não-escrito ao escrito, que é sempre problemática, porque “ao se dar conta da densidade e da continuidade do mundo que nos rodeia, a linguagem escrita se revela lacunosa, fragmentária e diz sempre menos com respeito à totalidade do que foi experimentado” (CALVINO, 1988, p. 88).

Os romeiros constantemente reinventam em suas conversas fazendo do contexto um objeto de negociação, a partir do encontro sempre reiterado com a cultura da escrita. No entanto, significa que estas mudanças estão colocando em xeque os princípios de aceitação que sustentaram até hoje as crenças populares que se definiam como verdadeiras no contexto cultural e comunicativo da romaria. As falas são parte da dinâmica de negociação estabelecida no culto do santuário que, ao mesmo tempo em que reinventam a tradição também são as mudanças (e a resistência a elas) a sanção do precedente, inserindo-as na continuidade histórica (HOBSBAWM, 1996, p. 12).

Em tais conversas, a presença de mitos, de práticas religiosas e sociais, que deixam dúvidas ao invés de certezas, envolvendo suas afirmações numa cortina de nuvens. E quando vista da perspectiva da sua composição, se caracteriza pela uniformidade e formalização. Se existe uma

grande variedade de conversas também existe uma estrutura comum que se repete em cada conversa e que assegura uma sequência narrativa previsível. Apesar dessa uniformidade de composição, há um espaço amplo para manusear a narrativa dentro da estrutura, de forma que as conversas tanto podem se reduzir a um conteúdo mínimo essencial, como podem ser conversadas com uma variação de combinação quase ilimitadas de detalhes narrativos (STEIL, 1996, p. 148).

## **A Romaria e a Geografia do lugar**

Novas abordagens no estudo da cultura têm revelado no âmbito da geografia as diversas atividades religiosas, entre elas a Romaria. Trata-se de um campo de atuação pouco conhecido na ciência geográfica, sobretudo quando

consideramos as vivências imaginárias e simbólicas das pessoas como dimensões culturais de análise.

A pouca compreensão teórica e metodológica da peregrinação como prática geográfica pode explicar a quantidade de estudos que tratam dessa relação. Em todo caso, o ato de peregrinar traduz um uso espacial sublime. Ao realizar uma peregrinação, o homem lança-se ao encontro do sagrado, por um espaço que na maioria das vezes possui formas que o engrandecem espiritualmente e contribuem para sua empreitada até seu ponto de chegada – um santuário. A geografia dos espaços percorridos na romaria, permite ao romeiro um sentimento de pertencimento e de comunhão com a paisagem, onde demarcam lugares e objetos, fazendo-os sentisse mais próximos de Deus, em relação a outros lugares. Na sua consciência o território passa a ser sagrado, existindo a possibilidade de tocá-lo.

A romaria sensibiliza e permite que seus atores entrem em contato com sua própria subjetividade, projetando luz e sentido sobre sua experiência existencial e convívio social. Conecta o conteúdo universal do catolicismo ao local e situa os seus significados num espaço concreto que torna portador dos mitos que tecem as narrativas que circulam em torno do santuário. O espaço ganha uma função metafórica e se apresenta como um texto que possibilita o acesso às múltiplas interpretações (STEIL, 1996, p. 23).

## **A Sacralidade dos Lugares**

A religião cria a ideia do espaço sagrado ou lugares sagrados através da presença de processos rituais e elementos simbólicos que conferem a sacralidade do lugar. A reflexão sobre o sagrado constrói uma ponte



interpretativa entre a natureza transcendente da religião e sua materialidade.

A manifestação do sagrado contribui para uma nova semântica de relações que podemos caracterizar como: O homem religioso imprime ao mundo sensível uma descontinuidade, que reclassifica qualitativamente os objetos. Ao sacralizar o mundo, o homem religioso atribui a significação plena de um espaço sagrado em oposição a todo o resto, como sendo sem forma e sentido (GIL FILHO, 1999, p. 91).

“O Santuário é um lugar de peregrinação. O povo começa a se reunir nestes lugares e os sacraliza por conta própria. Declara por conta própria que tal lugar é santo e abençoado. Necessariamente a Igreja, deve entrar, porque o povo que se reúne é um povo que é Igreja” (STEIL, 1996, p. 37).

Os peregrinos possuem um magnetismo aos lugares, capazes de produzirem poderosos sentidos e significados. A ação humana apresenta-se como o princípio fundante e instaurador do sagrado, como a explicação que dá significado a origem do culto, o sagrado deixa de ser visto como algo instituído por Deus e se torna uma instituição humana. O Santuário surge, assim, como o arquétipo de um centro mítico onde o céu e a terra se encontram, abrindo a possibilidade de se penetrar o domínio do transcendente. Seu poder de atração emana diretamente de uma paisagem animada por poderes que preexistem à ação humana (STEIL, 1996, p.37).

## **A Anti-Romaria ou a Festa da Carne**

As Festas populares religiosas são carregadas de sentidos e significados simbólicos e míticos e apresentam duas dimensões, a sagrada e a profana, cada uma com características próprias social. Nas frequentes

comemorações que ocorrem em lugares sagrados, além do religioso, ocorre também o profano. Pensando a romaria como uma festividade, somos remetidos a pensar em um acontecimento total, algo que ultrapassa a perspectiva de um ajuntamento de fieis voltados as atividades religiosas. As dimensões penitenciais e festiva apontam para a romaria como um evento onde o corpo tem um lugar central, enquanto elo de continuidade que relaciona morte e vida, dor e prazer, excesso sensual e êxtase místico, privação de jejum e saciedade comungante.

A romaria não é apenas uma sensação subjetiva e individual da continuidade da vida, mas um mergulho coletivo num acontecimento social total. O ritual e a festa na romaria são a performance de um mundo onde a vida e a morte não se excluem, mas estão em permanente confronto. A romaria atualiza a “dialética entre vida e morte”. A festa traz para o centro da

romaria o drama da vida, mas não simplesmente da vida material de cada indivíduo particular, mas da vida do grande corpo popular (STEIL,1996, p.134).

## **Os Fogos nas Procissões e nos Santuários**

São práticas religiosas, portanto, que se desenvolvem independentemente dos dirigentes do santuário e através das quais o povo faz seu culto para além dos limites espaciais e institucionais fixados pelo clero e das prescrições morais definidas pela ortodoxia católica. Em alguns lugares organizadores competem em quantidade e autonomia dos fogos, já esperados pelos romeiros, turistas e população local. O clero faz dos fogos um de seus alvos prediletos de ataque as crenças e práticas dos romeiros. Argumentando ser uma prática que desagrada a Deus por desperdiçarem dinheiro (STEIL, 1996, p. 138).

## **Relações assimétricas na Romaria**

De acordo com Hobsbawn (BAUMAN, 2003, p. 20), a palavra comunidade nunca foi utilizada de modo mais indiscriminado e vazio do que nas décadas em que as comunidades, em sentido sociológico, passaram a ser difíceis de encontrar na vida real, e comentou “que homens e mulheres procuram por grupos a que poderiam pertencer, com certeza e para sempre, num modo em que tudo se move e se desloca, em que nada é certo”.

A horizontalidade das relações entre os romeiros deixa de existir quando o organizador da romaria é um político ou uma pessoa de posição mais elevada. Nestes casos, o que se observa é a reprodução do clientelismo e da patronagem dentro da própria romaria, que acaba fortalecendo as relações de dependência entre fortes e fracos, entre os políticos locais e o povo. As romarias tanto servem para a renovação dos laços de solidariedade entre parentes e vizinhos, quanto para a manutenção das relações de dependência. A relação da romaria com a manutenção da estrutura social assimétrica entre senhores e peões e entre políticos e camadas populares. Os chefes de romarias são cadastrados na secretaria dos santuários, recebem cartas com a programação das festas e orientações de ordem prática e espiritual. Através da legitimação institucional dos chefes de romaria, o clero acaba formalizando relações de poder que estavam marcadas pela informalidade (STEIL, 1996, p. 66).

## **Considerações finais**

Nesta pesquisa bibliográfica busquei destacar fatos vistos nas Romarias no Brasil, utilizando os autores: STEIL. Carlos Alberto, autor de “O Sertão das Romarias”;

BARROS. Luitgarde Oliveira Cavalcanti, autora de “Juazeiro do Padre Cícero: A TERRA DA MÃE DE DEUS”; GUIMARÃES. Fausto da Costa. Autor de “Memórias de um Romeiro”, e outros autores que serão citados na bibliografia. O tema me despertou a curiosidade, por se tratar de um ato religioso, de cultura popular, envolvendo um contexto político e social, que envolve pessoas de diferentes classes sociais, níveis de escolaridade, cor, gênero, ideologia, trazendo objetivos comuns e específicos, além das formas de manifestações que variam de acordo com o imaginário popular, e muitas vezes em desencontro com a doutrina religiosa.

## Referências

- BARROS. Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *Juazeiro do Padre Cícero: A terra da mãe de deus*. Fortaleza: Editora IMEPH, 2008.
- BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BRANDÃO. *Sylvana*; CABRAL. *Newton de Andrade. Histórias das religiões no brasil*, vol. 7. Ed. AIP, 2015.
- CALVINO, Italo. *As cosmicômicas*. Tradução de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CORDEIRO. *Maria Paula Jacinto. Entre chegadas e partidas*. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.
- FERNANDES. *Rubem César. Romarias da paixão*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.
- FRANÇA. *Susani Silveira Lemos*; NASCIMENTO. *Renata Cristina de Sousa*; LIMA. *Marcelo Pereira. Peregrinos e peregrinação na idade média*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2017.
- GIL FILHO, *Sylvio Fausto. Espaço sagrado: estudo em geografia da religião*. Curitiba: IBPEX, 2008.
- GILBERTO GIL. *A procissão*. Phillips, 1966.
- HOBBSAWM, Eric (org); RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ROSENDAHL, Z. *Tempo e temporalidade, espaço e espacialidade: temporalização do espaço sagrado. Uma Procissão na Geografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2018.

*STEIL, Carlos Alberto. O sertão das Romarias. Petrópolis, RJ.  
Ed. Vozes. 1996*



**PARTE 4: PODER E MINORIAS NA SOCIEDADE  
BRASILEIRA**



# **DENUNCIANTES E DENUNCIADAS: AS MULHERES NA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO EM PERNAMBUCO (1593-1595)**

**MÔNICA MARIA DIAS DE QUEIROZ**

## **INTRODUÇÃO**

Em 31 de março de 1492, completada a Reconquista, os reis Isabel de Castela e Fernando de Aragão decretaram a expulsão de seus territórios daqueles que não se convertessem ao catolicismo. A saída de milhares de súditos da religião judaica importou enormes prejuízos para a economia espanhola, porquanto tratava-se de uma comunidade vinculada a diversos ofícios, com membros na alta burguesia financeira, além de influente intelectual, científica e culturalmente. Atento aos benefícios que poderia colher, D. João II, então Rei de Portugal, não fechou suas fronteiras aos fugitivos, entre os quais estavam muitas famílias ricas, pessoas que passaram a constituir significativa parte da burguesia lusa (ASSIS, 2011, p. 29-32).

Contudo, pouco tempo depois, houve uma reversão nesse quadro. A sucessão dinástica levou ao trono D. Manuel e uma das cláusulas do seu acordo de casamento com a infanta D. Isabel, filha dos reis católicos, em 1496, previa a expulsão dos judeus e muçulmanos de Portugal. Tentando evitar maiores problemas para o Reino, em 1497, o monarca converteu os judeus por força à fé católica, transformando-os em cristãos-novos. Essa determinação, no entanto, desagradou aos cristãos-velhos, que passaram se sentir incomodados com os espaços que os neoconvertos passaram a ocupar dentro do Reino,



inclusive a função de recolhedores de impostos (WECKWERTH; HERNANDES, 2021, p. 89-90).

A animosidade entre cristãos-novos e cristãos-velhos não arrefeceu com o correr dos anos, antes o contrário. Em 23 de maio de 1536, por insistência de D. João III, pela bula *Cum ad nihil magis*, o papa Paulo III instituiu em Portugal o Tribunal do Santo Ofício, o qual, no ramo português, era uma lei em si mesmo, isento de qualquer interferência episcopal (BOXER, 2011, p. 261). Simultaneamente régio e eclesiástico, o Tribunal se inseria na política de centralização do poder. Isso porque, embora sua criação e os seus membros estivessem ligados à Igreja, todo o funcionamento do Tribunal era controlado pelo rei, da nomeação dos inquisidores-gerais à execução das penas de morte, que eram providenciadas pelo braço secular. Ao Tribunal interessava identificar e punir práticas consideradas heréticas como bigamias, sodomias, blasfêmias, porém seu objetivo principal era combater o judaísmo, crime cuja suspeita recaía principalmente sobre os cristãos-novos.

Alguns anos antes, o mesmo monarca interessou-se por dinamizar o povoamento da América portuguesa com uma colonização de base agrícola, visando evitar ônus e obter proveitos para a metrópole. Para incentivar as viagens ultramarinas, estabeleceu, na década de 1530, as capitanias donatárias, concessões de enormes extensões de terra, acompanhadas da outorga de vários poderes governativos. Entre 1534 e 1536, D. João III dividiu o Brasil em quinze lotes e atribuiu-os a doze donatários, a quem foram dados privilégios, concessões e isenções, porém sem desembolsos por parte do tesouro real.

Aos agraciados com as capitanias competiria impor e cobrar impostos, nomear funcionários judiciais, fundar vilas e aldeias, promover a agricultura e o cultivo da terra e atribuir sesmarias (terras) a indivíduos

devidamente qualificados (BETHENCOURT; CURTO, 2010, p. 183-184). Entre os escolhidos estava Duarte Coelho Pereira, com domínios que se estendiam desde o Rio São Francisco até o Canal de Santa Cruz. A capitania duartina foi chamada por seu proprietário de “Nova Lusitânia”, porém o epíteto não vingou, vindo a prevalecer o nome de Pernambuco.

## **A VINDA DOS CRISTÃOS-NOVOS PARA A AMÉRICA PORTUGUESA E A PRESENÇA DA INQUISIÇÃO DO BRASIL**

Duarte Coelho escolheu a cultura da cana-de-açúcar para desenvolver sua capitania e, ante as grandes possibilidades de lucro, Pernambuco atraiu muitas pessoas desejosas em investir naquele ramo, entre elas muitos judeus, conhecedores desse manejo agrícola por experiências anteriores na Ilha da Madeira e em São Tomé. Parte desse contingente era constituído de homens e mulheres de posses, que receberam terras e, com o capital que trouxeram, fizeram progredir suas propriedades. Foi esse cenário de prosperidade que animou um número significativo de judeus a se transferir para Pernambuco, fugindo da perseguição religiosa em Portugal. Parte dos cristãos-novos que aqui se abrigaram tornaram-se senhores de engenho, sesmeiros, mercadores, inclusive firmando comércios com negociantes e várias casas comerciais europeias (CABRAL; SANTOS, 2021, p. 36-37).

O desempenho das atividades econômicas locais evidencia o desenvolvimento de estreita convivência entre as comunidades de cristãos-novos e cristãos-velhos, apesar das proibições para o contato entre os dois grupos. Possivelmente em função das dificuldades passadas em comum, como a defesa da terra aos ataques indígenas, o

próprio viver em colônia, teriam facilitado as sociabilidades e suavizado as barreiras discriminatórias entre os católicos de nascimento e os batizados por determinação real. Houve, então, uma certa cumplicidade e harmonia entre os grupos e o conflito religioso ficou em segundo plano. Os neoconvertos encontraram no Novo Mundo possibilidades de crescimento social e passaram até mesmo a fazer parte da alta burguesia da América portuguesa (HERMANN, 2009, p. 339-340), integraram-se na política local, não tendo sido incomum o casamento entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Nesse panorama, eles sofreram influências recíprocas, de modo que muitas das práticas tidas por heréticas no além-mar eram vivenciadas por todos sem noção exata de sua origem.

É bem verdade que não obstante entre seus investigados estivessem os transgressores da moral oficial como bígamos, mouriscos, blasfemadores, luteranos e feiticeiros, a perseguição dos cristãos-novos foi o alvo maior da atividade inquisitorial ibérica e motivo explícito da fundação dos tribunais de fé na Espanha e em Portugal (BETHENCOURT, 2000, p. 338).

Nesse espírito, relacionada à atitude de expansão dos órgãos de controle do Reino e às visitas do Santo Ofício estava a necessidade de uma vigilância maior sobre as áreas que apresentavam aumento da prosperidade colonial, êxito em grande parte creditado aos neoconvertos vindos de Portugal.

A partir da segunda metade do século XVI, as instâncias do Santo Ofício se intensificariam nas colônias lusas, inclusive na América portuguesa, onde havia um expressivo número cristãos-novos, muitos dos quais secretamente continuavam a praticar sua religião primitiva, os chamados criptojudes. Esse fato abalou sensivelmente a aparente harmonia entre os colonizadores. A propósito, pontua Ângelo Assis:

“Os atos, palavras e pensamentos tidos como criptojudáicos acabavam, não raras vezes, por recair como suspeita generalizada sobre toda a comunidade recém-conversa, vista de forma homogênea e pejorativa pelos cristãos-velhos. Estes, podiam perfeitamente confundir os indivíduos judaizantes com os que expressavam efetivo anseio de integrar a nova fé, gerando, com isso, o aumento das desconfianças e da má vontade dos colonos de “sangue puro” com o grupo de cristãos-novos, combustível para o aparecimento de intrigas de toda espécie.” (ASSIS, 2011, P. 39)

A Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil se deu em 28 de julho de 1591, na Bahia. A apresentação do licenciado Heitor Furtado de Mendonça à sociedade foi feita de modo tal a não deixar dúvidas sobre a força e a legitimidade do poder que lhe foi conferido, nem sobre o apoio que recebia das classes dirigentes.

Uma procissão extremamente solene percorreu as principais ruas da cidade da Bahia e contou com a participação do Bispo, dos cônegos do Cabido, de todos os oficiais da Governança e da Justiça, além de um grande número de religiosos de hierarquia inferior e do povo que ocorreu vindo de toda a Capitania.

Também foram lançados dois Editais da Fé, onde se declarava que Sua Majestade perdoava o sequestro dos bens daqueles transgressores que tomassem a iniciativa de se confessar dentro dos próximos 30 dias, o chamado "tempo da graça". Luiz Mott sintetiza a situação vivida na cidade da Bahia:

“Em resumo: toda a sociedade baiana, do Bispo e Governador aos Vereadores e representantes do povo, se curvavam de joelhos perante a autoridade máxima do representante da Santa Inquisição e da Bula Papal, prometendo obediência e empenho na perseguição de todos os desvios contrários à pureza da Santa

Religião Católica. Na porta da Catedral é pregado o Monitório através do qual todos os moradores de Salvador e dentro de uma légua ao redor da cidade, ficavam obrigados a denunciar e se confessar, no prazo máximo de trinta dias corridos, "tudo o que souberem de vista ou de ouvida, que qualquer pessoa tenha feito, dito ou cometido contra nossa Santa Fé Católica," especificando-se quais os "crimes" do conhecimento do Santo Ofício que deviam ser denunciados, a saber: judaísmo, luteranismo, proposições heréticas, descrença nos artigos da fé, bigamia, feitiçaria e pacto com o demônio, leitura de livros proibidos, apostasia, leitura da Bíblia em língua vernácula, fornecimento de armas aos indígenas ou adoção dos costumes gentílicos." (MOTT, 2010).

Na Visitação à Bahia, Heitor Furtado de Mendonça ouviu ao todo 121 confissões e mais de trezentas denúncias. Entre os principais "crimes" apontados estavam as blasfêmias, a distorção ou omissão de práticas litúrgicas, a sodomia e as práticas judaizantes. O número elevado de denunciação se explica: o temor das apenações advindas do poder eclesiástico levou muitos a adotar a estratégia - acusar, antes de ser acusado -, atitude que igualmente daria a parecer que o intuito do denunciante era colaborar com a Inquisição e com a defesa da fé católica. Significativa parte das inculpações era dirigida contra cristãos-novos.

Em 24 de agosto de 1591, Belchior Mendes de Azevedo, cristão-velho que estava na Bahia a negócios, procurou a Mesa do Santo Ofício para, entre outros moradores da capitania duartina, denunciar a pessoa de Branca Dias como praticante do judaísmo (ASSIS, 2011, p. 23).

A presença do Santo Ofício na Bahia se estendeu por mais de dois anos, tendo o visitador partido para Pernambuco apenas em 02 de setembro de 1593.

## **A VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO**

Em 21 de setembro de 1593, Furtado de Mendonça chegou ao Arrecife (hoje Recife), a uma légua da vila de Olinda e, pelo meirinho do Santo Ofício, logo mandou à câmara daquela vila a carta de Sua Majestade que o creditava para atuar em nome do Santo Ofício. No dia 24 do mesmo mês, ao aportar no Varadouro, entre outras autoridades, o aguardavam o capitão loco-tenente governador D. Felipe de Moura, o vigário da vara eclesiástica Diogo do Couto e o ouvidor geral do Brasil Gaspar de Figueiredo Homem, além de membros da câmara, oficiais e os principais da terra (PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO, 1984, p. 1).

A instalação da inquisição não foi menos espetacular do que aquela feita na Bahia e ocorreu na Matriz de S. Salvador do Mundo (atual Sé de Olinda) no dia 24 de outubro de 1593, em um estupendo ato em que contou, igualmente, com a participação das autoridades civis e religiosas e “grande número de gente e povo” que concorreu de toda a Capitania. Precedeu-a uma impressionante procissão, que partiu da Igreja da Misericórdia, tendo o visitador sido levado debaixo de um púlpito.

Já na matriz, após missa solene pregada pelo Reverendo padre frei Damião Cordeiro, provincial da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, foram publicados no púlpito o Editto e monitório geral, o Editto da Graça e o Alvará de Sua Majestade do perdão das fazendas, e o moto próprio do Santo Padre Pio V em favor da Santa Inquisição contra os que ofendem a seus ministros. Em seguida, as autoridades se dirigiram perante o visitador que se encontrava “sentado em uma cadeira na capela maior, tendo diante de si armado um altar com uma cruz

arvorada no meio e com dois livros missais abertos sobre os quais estavam deitadas duas cruzes”(PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO, 1984, p. 6) e perante ele fizeram o juramento da fé conforme o Regimento do Santo Ofício, postos de joelhos com as mãos sobre ditos livros e cruzes. Enquanto isso, o povo, de joelhos, com os olhos na cruz acompanhava o ritual.

A presença do visitador encheu de medo os habitantes da Nova Lusitânia e não era para menos, pois a situação era mesmo aterradora, conforme observa Charles Boxer:

“Enquanto máquina de perseguição, a Inquisição portuguesa foi considerada mais eficiente e mais cruel do que a célebre Inquisição espanhola pelas vítimas que experimentaram a severidade destas duas infames instituições. As pessoas levadas a responder perante estes tribunais nunca sabiam os nomes dos seus acusadores, nem lhes eram nunca dadas informações adequadas acerca das acusações que lhe eram feitas secretamente. Eram utilizadas livremente tanto lisonjas como ameaças e torturas para extorquir confissões da culpa verdadeira ou pretensa dos acusados e, sobretudo, para os induzir a denunciar outros, a começar pelas próprias famílias.” (BOXER, 2011, 261-262)

Por aquele tempo, para o centro urbano da vila de Olinda convergiam pessoas não só da capitania de Pernambuco, como também da Paraíba e de Itamaracá. Nele estavam edifícios públicos, as principais igrejas e centros de comércio, sendo também o local onde, por vezes, cristãos-novos e cristãos-velhos residiam na mesma rua da casa do governador ou nas proximidades da matriz, como ocorreu com o casal Diogo Fernandes e Branca Dias.

Ante o vívido temor do poder eclesiástico que ali se fazia presente, sobreveio um grande número de denúncias, feitas por pessoas dos mais diversos

estratos. Houve um esfacelamento de relações sociais, com rompimento de lealdades familiares e amizades. Como observa Janaína Silva:

“Muitos dos denunciante eram vizinhos uns dos outros. Assim, a janela tornou-se local privilegiado de observação, especialmente na vila de Olinda, onde as ruas estreitas, com casas conjugadas, permitiam que se visse o interior da residência dos vizinhos e, ainda, que se observasse qualquer caminhante suspeito.” (SILVA, 2017, p. 51-52).

As denúncias não poupavam nem mesmo os já falecidos, os quais poderiam ser condenados e, nessa condição, ser queimados em efígie nas cerimônias de auto de fé, mortos outra vez pelo didatismo controlador da Inquisição (ASSIS, 2011, p. 51).

Por outro lado, as gestões do Santo Ofício serviram também para revelar dissensões entre os poderosos. Muitos enxergaram nas perseguições inquisitoriais a oportunidade de se livrarem de desafetos e concorrentes. Foram então trazidas à baila velhas desavenças, cujos protagonistas viram na presença do visitador o momento propício para revanche, vingança e resolução de querelas, declaradas ou não, haja vista que as intrigas estariam salvaguardadas pelo segredo imposto quanto à origem das denúncias. É o que destaca Elias Lipiner:

“Protegidos pelo segredo, sob o traiçoeiro manto de forjado anonimato, vários denunciante se excediam na sua narrativa, já que encontraram um tribunal predisposto a tomar por devoção religiosa aquilo que em muitos casos não passava de mesquinha desforra pessoal contra um velho inimigo.” (LIPINER, 1969, p. 37).

Embora os denunciante proviessem das mais diversas classes sociais, destaca-se a prevalência dos cristãos-velhos com posição privilegiada na economia e na



administração colonial. As acusações mais frequentes eram relacionadas à prática do judaísmo e os alvos principais eram os cristãos-novos, o que evidencia o descontentamento com o crescimento do poder desta classe na sociedade.

Outro dado importante: os homens eram menos denunciados por práticas judaizantes que as mulheres, tendo em vista que o ensinamento e a manutenção desses costumes ficavam a cargo delas. Essas eram as condutas suspeitas que lhes eram comumente relacionadas: nunca pronunciar o nome de Jesus, limpar e preparar a casa na sexta-feira, aprontar e comer iguarias especiais, observar o calendário judaico.

Dentre os indivíduos mais denunciados a Heitor Furtado de Mendonça emerge o nome de Branca Dias.

## **AS MULHERES E O CRIPTOJUDAÍSMO**

Impossibilitados de exercer sua religião a descoberto, somente em suas moradas os homens podiam seguir os ritos da fé mosaica. Eram cristãos para o mundo e judeus em casa. Isso teria sido impossível sem a participação da mulher.

Os representantes da Inquisição não ignoravam a importância das mulheres na propagação do criptojudaísmo e, por essa razão, descobrir a fonte de disseminação dessa prática e reprimir exemplarmente as responsáveis se fazia imprescindível.

Branca Dias é citada como possível exemplo do "rabinato feminino" exercido na Colônia, e se destaca entre os denunciados não só pelo número de acusações que recebeu, mas também pela riqueza de detalhes sobre as práticas de judaísmo que mantinha em seu cotidiano.

Era casada com Diogo Fernandes e ficou no Reino já com alguns filhos, quando ele veio tomar posse de uma

sesmaria em Camaragibe/PE. O marido de Branca Dias era pessoa bem relacionada e com projeção na sociedade, mantendo laços estreitos com Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, contudo há suspeitas de que ele teria vindo para o Brasil principalmente para escapar de eventuais problemas com a Inquisição.

Com essa sorte não foi favorecida Branca Dias, que se viu condenada pelo Santo Ofício de Lisboa por práticas judaicas, denunciada que foi pelas próprias mãe e irmã, Violante e Isabel, ambas também presas pelo Tribunal Inquisitorial por idêntico motivo. José Antônio Gonsalves de Mello registra os detalhes da acusação:

“O libelo do promotor do Santo Ofício resumia essas acusações e dizia que, sendo ela cristã batizada, veio a judaizar e apostatar da fé Católica, honrando os sábados e obedecendo a ritos e cerimônias judaicas de oito anos a esta parte (portanto desde cerca de 1535); que às sextas-feiras punha mais uma matula (isto é, mecha, torcida) no candeeiro por honra do sábado e vestia camisa limpa e punha lençóis lavados na cama, tudo por honra do dito dia e que jejuava o jejum de Quipur, que os Judeus chamavam o Dia das Perdoanças (ou dos Perdões).” (MELLO,1996, p. 119).

Embora tenha tentado se defender, contrapondo os argumentos que constavam contra si, Branca Dias percebeu que dificilmente se livraria da prisão se não admitisse realizar práticas judaicas. Sua confissão foi aceita pelos Inquisidores, que a receberam em reconciliação com Santa Madre Igreja e lhe impuseram a condenação de dois anos de cárcere, além do uso do hábito penitencial, o chamado sanbenito. A abjuração da fé judaica se deu em 2 de abril de 1544 e um ano depois, alegando que era muito doente e não tinha marido em Portugal e possuía filhos para criar, Branca Dias conseguiu que os Inquisidores lhe dispensassem o restante

do seu tempo de prisão e também que lhe fosse tirado o hábito penitencial, porém foi determinado que ela não saísse fora do Reino sem especial licença para isso. Contudo, não se sabe se a viagem de Branca Dias para o Brasil com seus filhos foi autorizada ou não pelo Santo Ofício, pois não foram encontrados documentos nesse sentido e tampouco que referissem a uma eventual fuga (MELLO,1996, p. 120-122).

Tendo se juntado ao marido, Branca Dias teve outros filhos e criou um internato para moças da Colônia, onde lhes ensinava a lavrar, costurar, cozinhar, trabalhos do lar e boas maneiras. O negócio obteve sucesso especialmente em razão da escassez de mulheres brancas casadoras que se verificava à época. Não só por isso, o casal gozava de prestígio na sociedade. Diogo Fernandes e Branca Dias possuíam casa na rua de Palhaes, próximo à matriz da vila de Olinda, e também eram proprietários do engenho Camaragibe, onde costumavam receber muitas pessoas importantes, além de frequentarem a família do donatário (SILVA, 2017, p. 52). À exceção de uma das filhas que tinha problemas de saúde, o casal logrou que toda a sua prole fizesse bons casamentos, sempre com pessoas de projeção, ligadas à governança da terra: duas moças se casaram com cristãos-novos e cinco com cristãos-velhos, e o único filho casou-se com uma cristã-velha.

Quando o licenciado Heitor Furtado de Mendonça chegou à capitania de Pernambuco, Branca Dias era morta há mais de trinta anos e seu marido há ainda mais tempo. No entanto, isso não foi óbice à denúncia de ambos.

Beatriz Luís, cristã-velha, que durante muitos anos morou a duas casas da residência do casal na vila de Olinda, declarou que era de “fama pública” que Branca Dias teria chegado ao Brasil degredada pelo Santo Ofício e que, quando estava em seu leito de morte, Diogo

Fernandes teria se recusado a olhar para um crucifixo, preferindo olhar para o lado.

Foram também denunciante de Branca Dias algumas de suas ex-alunas, a essa altura já adultas: Joana Fernandes, cristã-velha, nascida em África, filha de dois africanos; Isabel Fraso, cristã-velha, natural de Pernambuco; Ana Lins, cristã-velha, de fato mameluca, filha de um alemão e de uma índia, natural de Olinda; Maria Lopes, cristã-velha, natural de Olinda; e Isabel de Lamas, cristã-velha, na verdade mameluca, natural de Olinda. A esse respeito, detalha José Antonio Gonsalves de Mello:

“O que contavam aquelas cinco ex-alunas denunciante era que Branca Dias, cristã-nova, juntamente com as filhas maiores, cumpria a prática judaica da guarda dos sábados, a partir da sexta-feira à noite, quando mandava varrer e lavar a casa e no sábado não trabalhava e vestia então o melhor vestido que tinha e comia certa iguaria de que não se servia nos demais dias, iguaria esta da qual uma das denunciante faz minuciosa descrição. Outras acusações faziam-se-lhe também: de ter um “toura” em casa, que expunha aos sábados sobre a cama; de nunca mencionar o nome de Jesus; de manter atitude desrespeitosa durante a missa, etc. Diziam alguns que ela e o marido haviam vindo de Portugal degredados e penitenciados pela Inquisição; outros que ela fora a degredada e o marido viera fugido; Maria Camela contou que ela ao chegar do Reino trazia consigo suas filhas (MELLO, 1996, p. 118).

A respeito dessa “toura”, que foi confundida com um tipo de ídolo simbolizado pela cabeça de um animal, tem-se que se tratava do Torá (*Torah*) - reunião dos cinco livros de Moisés, guardados em rolos de pergaminho e usados em cerimônias religiosas nas sinagogas (HERMANN, 2009, p. 344).

No judaísmo tradicional a leitura e discussão dos livros sagrados estavam afetas somente aos homens. Às

mulheres cabia apenas ocupar posições secundárias no culto e exercer papéis públicos limitados, recebendo uma educação mínima. Todavia, no espaço doméstico a elas competia obrigações fundamentais à transmissão e vivência da fé mosaica, não só no que concerne à educação dos filhos, mas também a atividades cotidianas como o preparo de certos alimentos, a celebração de festas, o respeito a dias sagrados e obediência aos costumes jejunais (ASSIS, 2006, p. 180).

Ocorre que, ante a necessidade escapar das malhas da Inquisição, para os cripto judeus, a casa passou a ser o espaço primordial para exercitar a fé que verdadeiramente professavam. Além disso, a educação no lar ganhou ainda maior importância, com ênfase para divulgação oral dos ensinamentos, dado o perigo de se possuir textos hebraicos. O ambiente hostil fez necessária uma flexibilização dos papéis tradicionalmente destinados ao homem e à mulher para a transmissão dos conhecimentos religiosos e elas se transformaram nas principais mantenedoras da cultura judaica. Na prática, a morada dessas pessoas passou a abrigar as funções simultâneas de lar-escola-sinagoga, espaço multifuncional onde a mulher exerceria conjuntamente as tarefas de provedora, mãe, educadora, catequista e rabi (ASSIS, 2002, p. 56).

Não se pode afirmar que com certeza que Branca Dias participava de rituais religiosos com o Torá, contudo, sem dúvida, quando chegou ao Brasil, ela trouxe consigo uma bagagem de práticas e rituais cripto judaicos que provavelmente aprendera com sua mãe, que fora da geração dos “batizados em pé”.

A documentação relativa ao período inquisitorial em Pernambuco dá conta de que, além dela própria, suas filhas e netas foram acusadas perante o Santo Ofício de práticas judaizantes.

Certo é, também, que mesmo após a morte de Diogo Fernandes, a residência do casal, a “esnoga” de Camaragibe, foi lugar de encontro permanente de cristãos-novos até pelo menos os anos de 1560. Inegável, portanto, que Branca Dias, de numerosa descendência, foi um exemplo de resistência da antiga fé na Colônia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Tribunal da Inquisição, criado em Portugal por insistência de D. João III, era simultaneamente régio e eclesiástico, natureza híbrida que se inseria na política de centralização do poder. Embora tivesse entre seus objetivos reprimir transgressores da moral oficial como bigamos, blasfemadores e homossexuais, seu escopo principal era combater o judaísmo, crime cuja suspeita majoritariamente recaía sobre os cristãos-novos.

Para fugir do estado de terror instalado na Península Ibérica, muitos neoconvertos se transferiram para o Novo Mundo. Na América portuguesa, eles se integraram aos colonos que os precederam, parte deles cristãos-velhos, e aqueles que detinham posses passaram a ter presença significativa na sociedade, na economia e na política das capitânicas. Inclusive, eram frequentes os casamentos entre cristãos-novos e cristãos-velhos.

Entretanto, quando o braço do Santo Ofício cruzou o Atlântico, a situação mudou drasticamente, sobrevindo uma onda de denúncias contra os cristãos-novos, que nem sempre eram movidas pelo medo ou fervor religioso, mas antes como parte de um jogo de poder, posto que a prosperidade dos neoconvertos incomodava bastante os cristãos de sangue.

Parte significativa do contingente dos cristãos-novos que aportaram no Brasil era constituída de criptojudeus, pessoas que, na vida pública, aparentavam

ter efetivamente se inserido na fé católica, mas que no recesso do lar continuava professando sua crença ancestral. Foi nesse cenário que as mulheres desempenharam papel fundamental na preservação dos costumes e da cultura judaica e se tornaram alvos preferenciais das denúncias ofertadas ao Santo Ofício.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. *As “mulheres-rabi” e a Inquisição na colônia: narrativas de resistência judaica e criptojudaísmo feminino – os Antunes, macabeus da Bahia (séculos XVI-XVII)*. In: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno; LIMA, Lana Lage da Gama (Org.). *A inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 179-191.

ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. *Inquisição, religiosidade e transformações culturais: a sinagoga das mulheres e a sobrevivência do judaísmo feminino no Brasil colonial — Nordeste, séculos XVI-XVII*.

ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. *João Nunes, um rabi escatológico na Nova Lusitânia*. São

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (dir.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2011.

CABRAL, Flavio José Gomes; SANTOS, Vinicius de Castro Coimbra dos. *“Piores que a peste”: os indesejados do reino entre delitos e punições em Pernambuco quinhentista*. In: CESAR, Tiago da Silva; SILVA, Wellington Barbosa da; ALBUQUERQUE NETO, Flavio de Sa Cavalcanti de (Org.). *Crime, Justiça e Sistemas Punitivos*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021, p. 33-57.

HERMANN, Jacqueline. *As metamorfoses da espera: messianismo judaico e cristãos novos no Brasil colonial*. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). *Temas Setecentistas. Governos e populações no Império português*. Curitiba: UFPR/Fundação Araucária, 2009, v. 1, p. 339-354.

LIPINER, Elias. *Os judaizantes nas capitanias de cima (estudos sobre os cristãos-novos do Brasil nos séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Brasiliens, 1969.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Fundaj; Massangana, 1996.

MOTT, Luiz Mott. *Bahia: inquisição & sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2010, Edição do Kindle.

Paulo: Alameda, 2011.

*Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n° 43, pp. 47-66 2002.

SILVA, Janaina Guimarães da Fonseca e. *Cristãos-novos em Pernambuco*. In: LEITE, Edgar; *Centro de História e Cultura Judaica (Org.)*. *História dos cristãos-novos no Brasil*. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2017, p. 49-68.

WECKWERTH, M. R. T.; HERNANDES, P. R. *A conversão ao cristianismo imposta aos judeus no reinado de Dom Manuel I de Portugal*. *Cadernos de História*, v. 22, n. 36, p. 80-97, 30 jun. 2021.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

*BULA "CUM AD NIHIL MAGIS" DO PAPA PAULO III dirigida aos bispos de Coimbra, Lamego e Ceuta pela qual os constitui seus comissários e inquisidores no reino de Portugal como também outra pessoa eclesiástica que o rei D. João III nomeasse para procederem contra os cristãos novos e mais pessoas que incorressem em crimes de heresia, com as penas declaradas*. Arquivo da Torre do Tombo. Disponível em:

<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908041>, acesso em: 25/06/2023.

PRIMEIRA, *Visitação do Santo Ofício as Partes do Brasil: Denúncias e confissões de Pernambuco 1593-1595*. Recife, FUNDARPE, 1984.

TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO, *descrição do fundo a título de História Administrativa/Biográfica/Familiar*. Arquivo da Torre do Tombo. Disponível em:

<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2299703>, acesso em: 25/06/2023.



## **PRETOS, PARDOS E CRIoulos E A CRIMINALIDADE NO RECIFE IMPERIAL (1842- 1850)**

**ELANIA NUNES BEZERRA**

No século XIX, o Recife era um dos principais centros urbanos da província. Suas ruas, becos e pontes foram cenários de inúmeras histórias de homens e mulheres, cativos ou libertos, que dentro das condições econômicas e sociais apresentadas buscavam resistir as dificuldades e traçar caminhos de sobrevivência. Muitas delas já reveladas por trabalhos historiográficos como o de Marcos Joaquim Maciel de Carvalho (2002), o de Clarissa Nunes Maia (2001) e Wellington Barbosa da Silva (2003). E muitas e muitas outras ainda estão ocultas, mas podem ser descobertas a qualquer momento e apresentadas pela nova geração de pesquisadores.

O Recife, na primeira metade do século XIX, passava por muitas transformações. “Tornou-se capital da província e suplanta a antiga capital, Olinda, em prestígio e poder, firmando-se como centro decisório da província e espaço de transferência e circulação de riquezas produzidas regionalmente” (ARRAES, 2004, pg. 24). A chegada da família real, o processo de independência e os agitados anos do período regencial trouxeram mudanças profundas na história da cidade. Um período bastante significativo ocorreu durante a administração do presidente da província Francisco do Rego Barros, ocorrida entre os anos de 1837 a 1844. Ele ficou conhecido por promover ações de “aformoseamento” da cidade. De acordo com Gaspar (2003 apud Araújo e

Ribeiro, 2010) o Conde da Boa Vista, como ficou conhecido:

construiu estradas ligando à capital as áreas do interior produtoras de açúcar, a ponte pênsil de Caxangá, o Teatro de Santa Isabel, a Penitenciária Nova – hoje, Casa da Cultura -, o Cemitério de Santo Amaro, o edifício da Alfândega – hoje, o Shopping Paço Alfândega -, canais, estradas urbanas, um sistema de abastecimento de água potável, a reconstrução das pontes de Santa Isabel, Boa Vista e Maurício de Nassau, além da construção de sua maior obra, o Palácio do Campo das Princesas. GASPARD (2003 apud Araújo e Ribeiro, 2010)

As mudanças no cenário urbano do Recife não era o suficiente para enquadrar a cidade em um novo tempo. Era necessário também um ordenamento social que tranquilizasse a todos. Os motins, quarteladas e insurreições, ocorridos durante todo o período regencial, aumentaram ainda mais o medo e a desconfiança que as autoridades provinciais tinham em relação as desordens e as insubordinações. Mas para isso, era preciso controlar, através de mecanismos repressores, as desordens oriundas principalmente das camadas mais pobres da população, “ao que tudo indica, composta por um grande número de indivíduos pretos, pardos, crioulos e mestiços” (SILVA, 2003, pg. 20).

Como sugere o trabalho de Santos (2005) as classificações de cor sugerem um designativo social e não apenas a cor da pele do indivíduo. Dando evidências assim, do local de origem, do estatuto legal e das condições de vida do indivíduo, como por exemplo, o sentido dado a classificação de “crioulo” que era aplicado aos descendentes de escravos, mas que também podia ser atribuído àqueles escravos vindos de uma parte da África (SANTOS, 2005, pág. 119).

E para a concretização desse objetivo a camada dominante da sociedade recifense contou com a ajuda das forças repressivas. Silva (2003), apresenta a criação, estruturação, do aparato repressivo nos primeiros anos após a abdicação de D. Pedro I. Com o intuito de manter a ordem num período tão turbulento o governo regencial procurou organizar uma força policial que trouxesse tranquilidade e sossego à província pernambucana. Os cidadãos alistados para essa difícil tarefa deram origem ao Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Mais tarde, essa instituição passaria a ser denominada simplesmente Corpo de Polícia de Pernambuco. Eles deveriam estar sempre prontos e disponíveis para reprimir qualquer tentativa de violação da ordem pública.

De acordo com Silva (2003) o aparato de policiamento civil que atuou, a partir de abril de 1842, paralelamente com a polícia militar, foi o das delegacias de polícia. Quando os conservadores assumiram o poder, no final da década de 1830, eles pretendiam retirar das assembleias provinciais e devolver ao governo central o controle do sistema judicial e policial do império. E para isso, tinha como objetivos básicos a reforma do Código do Processo Criminal de 1832 e a interpretação do Ato Adicional de 1834. O que acabou ocorrendo no início da década de 1840. E com a aprovação da lei de 3 de dezembro de 1841 criaram-se os cargos de delegados e subdelegados (agentes que seriam escolhidos pelos representantes do imperador na província).

Silva (2003) expõe que com a posse do chefe de polícia Antonio Ignácio de Azevedo e do chefe de polícia interino Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, os cargos de delegados e subdelegados foram sendo preenchidos. As propostas foram enviadas para o presidente da província, Francisco do Rego Barros. E em pouco menos de um mês estava montado um novo aparato de policiamento civil

configurados em três principais figuras, o delegado, o subdelegado e o inspetor de quartelão que juntos deveriam instalar a ordem e a tranquilidade.

Uma das maneiras que encontramos para melhor compreender a atuação da força policial na repressão “a população de cor” foi à quantificação das prisões ocorridas. Coligimos 4.097 prisões. Iniciamos pelo mês de abril de 1842, o primeiro mês da atuação das delegacias de polícia, até o final de 1850. Os documentos que utilizamos são manuscritos que foram legados pela burocracia policial da época, as chamadas partes. São documentos comunicando as ocorrências policiais de determinado dia ou semana. São dados registrados pelos delegados de polícia e seus subalternos e enviados ao chefe de polícia ou enviado por este ao presidente da província. Mas não podemos esquecer-nos de dizer que esses documentos também são fragmentados e lacunares. No que diz respeito a esses anos, somente conseguimos coligar dados mais consistentes em alguns anos, principalmente os de 1842, 1849 e 1850. Por isso, decidimos não fazer comparações estatísticas mais aprofundadas neste relatório. Para facilitar o nosso trabalho separamos as informações pelo estatuto legal dos prisioneiros, em seguida pelos locais onde ocorreram às infrações e os motivos que as ocasionaram.

**TABELA N° 1**  
**Estatuto legal das pessoas presas**

<i>Ano</i>	<i>Home ns livres</i>	<i>Mulhe res livres</i>	<i>Escrav os</i>	<i>Escre vas</i>	<i>Estran geiros</i>	<b>Total</b>
1842	139	25	66	10	20	260
1843	47	6	10	0	1	64
1844	60	2	0	0	1	63
1845	94	0	2	2	1	99
1846	24	0	0	0	1	25
1847	9	0	0	0	0	9
1848	324	16	67	6	35	448
1849	1.015	25	159	14	35	1.248
1850	1.195	92	390	46	158	1.881
<b>Total</b>	<b>2.907</b>	<b>166</b>	<b>694</b>	<b>78</b>	<b>252</b>	<b>4.097</b>

Fonte: Coleção Polícia Civil, 1842-1850.

O Recife da época estudada possuía uma população livre bem maior que a cativa. Carvalho (2002) apresenta os dois censos encomendados pelo presidente da província em meados do século XIX. O primeiro censo, concluído em 1828, sob os cuidados de Jerônimo Martiniano Figueira de Mello calculou a população das três principais freguesias do Recife em torno de 25.678 pessoas, 17.743 (69,0%) eram livres e 7.935 (31,0%) eram escravas. O segundo censo, publicado em janeiro de 1856, contou 40.977 habitantes no mesmo espaço urbano, 33.270 (81,2%) livres e 7.707 (18,8%) eram escravos. Coerentemente com os dados citados, o número de presos livres ou libertos que foram parar nas mãos da polícia (2.907 homens e 166 mulheres) foi superior aos dos escravos (694 escravos e 78 escravas).

Das prisões coligidas apenas em 1.295 prisões é declarada a cor dos indivíduos. A maior porcentagem era de pardos (41,77%), seguidos de pretos (36,37%), crioulos (10,81%) e brancos (6,17%). O pequeno número de presos declarados brancos não quer dizer que só as pessoas apresentadas como sendo “de cor” ignoravam as leis. Na maioria das vezes os escrivães de polícia só registravam essa informação quando percebia que era algo importante a ser descrito no relatório. O impulso do registro da cor podia estar vinculado as percepções e experiências de cada escrivães ao descrever o preso.

Nas ocorrências coligidas, por exemplo, encontramos muitos estrangeiros (americanos, portugueses, ingleses e franceses) que também acabaram atrás das grades (252 presos). E, mesmo sem o registro da cor, podemos levantar a possibilidade de que eles eram brancos – pelo menos em sua maior parte.

Podemos dizer com exatidão que ocorreram, ao menos, 1721 prisões nas três principais freguesias da cidade. Houve um predomínio delas na freguesia de Santo Antônio, com 742 prisões. O fluxo populacional e o intenso comércio da região são fatores que podem explicar esse destaque de prisões na região. De acordo com Arraes (2001) Santo Antônio era o bairro mais populoso, concentrava-se o comércio de luxo. Em 1844, ocorreu a divisão da freguesia de Santo Antônio em dois bairros, a porção norte seria Santo Antônio e a porção sul seria o bairro de São José do Ribamar.

Em segundo lugar veio o Recife, com 612 prisões, e em seguida Boa Vista, com 367. No entanto, em 1.450 casos não foram declarados os locais onde foram efetuadas as prisões. Uma grande lacuna da documentação que não nos permite localizar a região em que ocorreram as prisões. E as demais 926 ocorrências ficaram diluídas pelos arrabaldes do Recife e em outras localidades.

Nossa abordagem neste trabalho se voltará principalmente para os motivos que ocasionaram as prisões. Queremos através de uma reflexão das ações criminosas praticadas pela população “de cor” apreender o modo de vida dessas pessoas e como elas agiam e o porquê agiam fora dos padrões impostos pelos mecanismos de poder dominante.

Os motivos que ocasionaram as prisões dos escravizados de ambos os sexos, foram dos mais diversos. Porém, listamos os que tiveram o maior número de ocorrências. Nosso referencial para elaboração das tabelas dos motivos das prisões foi o Código Criminal de 1830 que divide os motivos de prisões nas seguintes categorias: crimes públicos, crimes particulares e crimes policiais.

**TABELA N°2**  
**Os principais motivos das prisões de escravos, 1842-1849**

<b>Crimes públicos</b>	N°
Contra a segurança e tranquilidade pública	14
Contra a boa ordem e administração pública	3
<b>Crimes particulares</b>	
Contra a segurança individual	47
Contra a segurança da honra	12
Contra a pessoa e a propriedade	47
<b>Crimes policiais</b>	37
<b>Infrações de Posturas Municipais</b>	49
<b>Diversos Motivos</b>	407
<b>Motivos não declarados</b>	78
<b>Total</b>	694

Fonte: Coleção Polícia Civil, 1842-1849



Os motivos mais predominantes das prisões de escravos não são crimes propriamente ditos, pois não se inserem nas três categorias estabelecidas pelo Código Criminal de 1830. Esses motivos são diversos, como as brigas, embriaguez, denúncia, correção, suspeita, requisição do senhor, andar fugido, pedido da justiça e outros.

Desses diversos motivos o mais predominante foi às correções. Tudo indica que esse tipo de prisão tinha os dedos dos senhores dos escravos que eram presos, visto que, não havia nos relatórios a descrição de nenhuma prática criminosa. De acordo com Maia (2001) a necessidade da passagem do trabalho escravo para o livre levou as elites brasileiras a aceitar que o monopólio da violência e da repressão escrava ficasse nas mãos do Estado, o que antes era exercido com frequência pelos senhores de terras e escravos. O mau comportamento e os constantes aborrecimentos que os escravos causavam a seus senhores faziam com que eles recorressem a polícia. O enclausuramento do escravizado por alguns dias era como uma forma de castigo que objetivava uma possível mudança de comportamento. Ao passar alguns dias na cadeia, sem as mesmas possibilidades que ele desfrutava sobre as ordens do seu senhor, havia a possibilidade do escravo poderia voltar para o seu senhor mais calmo e submisso. O cativo vinculado aos mandos do seu senhor poderia tornar-se mais agradável depois dessa experiência. Assim pensava muitos senhores dos escravos.

Em seguida vieram as suspeitas e averiguações policiais que na contagem incluímos como se fosse um único motivo, pois são bastante semelhantes, pelo fato de que em ambos não há necessariamente a certeza prática do crime. Hollooway (1997) enquadra esse tipo no grupo de delitos ligados a ofensas públicas. Em alguns casos não é afirmado o motivo da suspeita, mas em outros essa

informação é registrada, como por exemplo, a prisão do preto escravo Manoel por suspeita, fato ocorrido no segundo distrito do Recife, por ter sido encontrado às duas horas da manhã a dormir na estrada da Trempe e supor fugido.<sup>1</sup> Dos casos que são declarados, a maioria das suspeitas é por achar que a pessoa estar fugida.

Qualquer atitude de um homem negro que transcendesse o limite do normal e do aceitável era um sinal de alerta para as autoridades policiais, que não mediam esforços para efetuar a prisão, pois desta forma estariam prevenindo futuros delitos. Sidney Chalhoub (2011) ao estudar a escravidão na corte nas últimas décadas do século XIX declara que se tornava cada vez mais difícil identificar os indivíduos e os sentidos dos seus movimentos no meio urbano. Segundo o autor, a cidade do Rio de Janeiro, possuía na época mais de 50 mil escravos e outras duas ou três dezenas de milhares de pretos e pardos libertos e livres. O Recife também se apresenta como uma das cidades mais importantes da época e com um grande número de libertos e escravos. Logo a suspeição, a desconfiança também eram constantes.

O terceiro motivo que mais apareceu foi o de requisição do senhor. Essas requisições tinham variados motivos e finalidades. Poderia ser pelo fato de o escravo ter cometido um crime contra alguém, inclusive contra o seu próprio senhor ou também para ser capturado de uma possível fuga- quarto motivo mais predominante.

Encontramos 22 casos de escravizados presos por estarem fugidos. Segundo João José Reis e Eduardo Silva (2009), as fugas eram a unidade básica de resistência no sistema escravagista. Muitos cativos faziam da cidade o

---

<sup>1</sup> Ofício do chefe de polícia, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, ao Presidente da Província, Manoel Vieira Posta, 17 de janeiro de 1849, APEJE, PC, cód. 21, fl. 71.

seu esconderijo e contavam com a astúcia de passar por homens livres para ludibriar a polícia. O crescimento da população livre permitia o escravo misturar-se no meio do burburinho urbano e passar despercebido. Por isso, alguns escravos, moradores de regiões distantes, ao fugir vinham para a cidade do Recife, como foi o caso do preto José, escravo de Alexandre Ferreira Calassa, preso em São José.<sup>2</sup> A prisão só foi possível por causa de uma requisição do procurador de seu dono que mora na Barra Grande. Provavelmente o escravo também morava na Barra Grande.

De acordo com Carvalho (2002) muitos dos cativos fugidos passavam anos e anos sem serem descobertos, outros podiam passar a vida inteira se passando por livres, mas este não foi o caso do preto José nem de Zeferino, escravo de Luís Inácio Ribeiro Roma, que foi preso pela patrulha de polícia, no Lugar da Ribeira, por estar fugido.<sup>3</sup>

Outros motivos de prisões também merecem ser discutidos, como por exemplo, os furtos. Um crime particular que atenta contra a pessoa e a propriedade. Uma ação motivada pelos mais diversos motivos, como o desejo de possuir o objeto de furto, juntar dinheiro para comprar a sua alforria ou de uma outra pessoa, etc... Na maioria das ocorrências policiais desse tipo não há por escrito que se foi furtado, se dinheiro ou algum objeto. Só em alguns casos e descrito o que foi furtado, e quando ocorre isso, na maioria das vezes, o furto era de algum escravo.

---

<sup>2</sup> Ofício do chefe de polícia, José Nicolau Regueira Costa, ao presidente de polícia, Honório Hermeto Carneiro Leão, 27 de fevereiro de 1850, PC, Cód. 28, fl. 281.

<sup>3</sup> Ofício do chefe de polícia, Antonio Ignácio de Azevedo, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 08 de junho de 1842, APEJE, PC, cód. 03, fl. 181.

Quanto às agressões físicas, elas com apareceram em 31 casos. Um crime particular contra a segurança individual bastante comum na época. Parece que alguns cativos não pensavam duas vezes quando sentiam a necessidade de ferir alguém, seja por defesa, por vingança ou coisa parecida. Como ocorreu com o preto Joaquim, preso pela patrulha rondante na freguesia do Recife, no mês de agosto de 1842, por espancar uma preta<sup>4</sup> e com o preto Venâncio, escravo de Antônio da Silva Gusmão, preso no mês de janeiro de 1850, por dar uma cacetada em um indivíduo, cujo nome não foi declarado.<sup>5</sup> E em alguns casos os escravos agrediam os seus próprios senhores. De repente, quem por muito tempo era vítima se transformava, pelo menos por alguns instantes, em agressor. Como foi o caso do preto escravo Manoel que foi preso, em 1848, por rebelar-se contra seu senhor.<sup>6</sup> Outro caso foi o do escravo Damião, preso no mês de agosto de 1850, por ter “tentado contra sua senhora”.<sup>7</sup> Esse “tentar” pode até não ter sido através de uma agressão física e sim por um envenenamento, emboscada ou coisa parecida.

O crime por desordem também era freqüente. Elas aparecem como uma infração de postura Municipal. Muitas vezes não se declara o tipo de desordem cometida,

---

<sup>4</sup> Ofício do chefe de polícia, Antonio Ignácio de Azevedo, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 12 de agosto de 1842, APEJE, PC, cód. 05, fl. 160.

<sup>5</sup> Ofício do chefe de polícia, José Nicolau Regueira Costa, ao presidente de polícia, Honório Hermeto Carneiro Leão, 19 de janeiro de 1850, PC, Cód. 28, fl. 84.

<sup>6</sup> Ofício do chefe de polícia, Firmino Antônio de Souza, ao presidente de polícia, Comendador Herculano Ferreira Penna, 12 de dezembro de 1848, PC, Cód. 20, fl. 360.

<sup>7</sup> Ofício do delegado de polícia, Rodolfo João Barata de Almeida, ao presidente de polícia, José Idelfonso de Souza Ramos, 21 de agosto de 1850, PC, Cód. 31, fl. 294

como a que ocorreu com o pardo Luis, escravo de Miguel Francisco de Seixas, que fora preso no dia 10 de abril de 1842<sup>8</sup> e com o escravo Antonio que fora preso na Boa Vista pela patrulha rondante no dia 29 de agosto de 1842.<sup>9</sup> Porém em alguns casos as desordens são bastante claras. Como a que ocorreu no dia 27 de dezembro de 1843 com seis escravos que foram presos na maior desordem com outros três indivíduos por se acharem em uma venda bebendo e proferindo palavras obscenas.<sup>10</sup>

Em relação aos motivos que levaram os homens libertos irem parar na cadeia muitos deles eram os mesmos dos escravos.

---

<sup>8</sup> Ofício do chefe de policia, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 10 de abril de 1842, APEJE, PC, cód. 03, fl. 36.

<sup>9</sup> Ofício do chefe de policia, Antonio Ignácio de Azevedo, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 9 de novembro de 1846, APEJE, PC, cód. 05, fl. 226.

<sup>10</sup> Ofício do delegado de policia, Joaquim José da Fonseca, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 27 de dezembro de 1843, APEJE, PC, cód. 07, fl. 306.

**TABELA N°3**  
**Os principais motivos das prisões de homens livres,**  
**1842-1849**

<b>Crimes Públicos</b>	N°
Contra a segurança e tranquilidade pública	288
Contra a boa ordem e administração pública	9
<b>Crimes particulares</b>	
Contra a segurança individual	174
Contra a segurança da honra	43
Contra a pessoa e a propriedade	72
<b>Crimes policiais</b>	142
<b>Infrações de Posturas Municipais</b>	49
<b>Diversos Motivos</b>	1.696
<b>Motivos não declarados</b>	434
<b>Total</b>	2.907

Fonte: Coleção Polícia Civil, 1842-1849

Como mostra a tabela nº3 os motivos das prisões dos homens livres eram também dos mais diversos. Havia aqueles que atentavam diretamente contra a pessoa física, como as agressões, os assassinatos, as brigas, os insultos e as ofensas físicas.

Os assassinatos não eram tão frequentes. Uma vez por outra aparece nos relatórios da polícia um preso que cometeu esse crime. No dia 2 de janeiro de 1846 o caboclo José Luís dos Santos assassinou um negro com um tiro.<sup>11</sup> Procuramos nos dicionários da época a definição do termo “caboclo”, mas não encontramos. O trabalho de Lima (1999) revela que o termo e o uso dessa palavra refletem a história da formação da sociedade amazônica, mas também ela observa que é usado como termo coloquial aplicado a uma sequência de grupos sociais menos abrangentes de uma maneira segmentada. Carregado de um desprezo em relação ao outro percebido como um selvagem, cruzamento entre um índio e um ameríndio.

No dia 14 de fevereiro do mesmo mês e ano, Joaquim Gonçalves dos Santos, com a ajuda de Manoel Veríssimo de Abreu e Melo, assassinou seu irmão.<sup>12</sup> Em relação a esses casos, pelo que consta na documentação, todos os criminosos foram presos na freguesia da Boa Vista. Não deu para identificar se as prisões dos criminosos se deram no mesmo dia em que praticaram o crime.

Nos anos de 1848, 1849 e 1850 ocorreram em maior número às prisões por assassinato, 22 casos. No mês de julho de 1848, foi preso, pelo povo, em São José, um

---

<sup>11</sup> Ofício do chefe de polícia, Antonio Affonso Ferreira, ao Presidente da Província, Antonio Pinto Chichorro da Gama, 18 de abril de 1846, APEJE, PC, cód 13, fl. 177-178.

<sup>12</sup> Ofício do chefe de polícia, Antonio Affonso Ferreira, ao Presidente da Província, Antonio Pinto Chichorro da Gama, 18 de abril de 1846, APEJE, PC, cód 13, fl. 177-178.

indivíduo, cujo nome não foi declarado, por assassinato.<sup>13</sup> No mês de agosto de 1849 foi preso Manoel Ferreira Crespo, em São José, por crime de morte.<sup>14</sup> No dia 26 de maio de 1850, foi preso o pardo Francisco Ignácio dos Santos, em Afogados, por crime de morte.<sup>15</sup> Entre outros. Esse número maior de prisões que encontramos pode estar associado a Revolução Praieira que causou bastante agitações sociais durante esses três anos.

As suspeitas foram um dos motivos bastante presentes que ocasionou a prisão de muitos homens livres. Aos olhos das elites e das autoridades policiais, os homens livres, principalmente aqueles classificados de cor, podiam ser possíveis transgressores das leis. Mesmo possuindo legalmente a liberdade os negros eram vítimas da pobreza e dos preconceitos, pois na sociedade oitocentista a cor negra era um fator que diminuía as oportunidades sociais, pois como afirmou Marcus Carvalho (1998) para que um homem negro livre fosse aceito por aquela sociedade, a ele cabia “provar que era legalmente livre ou liberto”. No entanto, não podemos deixar de perceber que a sociedade escravagista, principalmente do século XIX, onde os ideais de fim da escravidão estiveram fortemente presentes, as possibilidades de mobilidades sociais que muitos indivíduos livres e até escravos encontraram de ser assimilado na sociedade. O caso do africano Manoel Joaquim Ricardo analisado por Reis (2016) revela uma

---

<sup>13</sup> Ofício do delegado de polícia, Feliciano Joaquim dos Santos, ao chefe de polícia, Antônio Henrique de Miranda, 19 de julho de 1848, PC, Cód. 19, fl. 213.

<sup>14</sup> Ofício do chefe de polícia, Jerônimo Martiniano Ferreira de Melo, ao presidente de polícia, Honório Hermeto Carneiro Leão, 24 de agosto 1849, PC, Cód. 24, fl. 279.

<sup>15</sup> Ofício do chefe de polícia, José Nicolau Regueira Costa, ao presidente de polícia, José Ildefonso Regueira de Souza Ramos, 27 de maio de 1850, PC, Cód. 30, fl. 296.



história de um liberto que conseguiu fazer parte da rede de relações comerciais da época e tornando-o uma pessoa rica, com diversas propriedades.

O grande destaque entre os motivos de prisão dos homens livres foram os recrutamentos-1.048 casos. Muitos indivíduos, na condição de homens livres, considerados de má conduta eram obrigados a prestar o serviço militar ao Estado. Não constatamos nenhuma prisão por recrutamento no ano de 1842. Em todos os anos posteriores apareceram prisões deste tipo. Ser de má conduta e não ter família para sustentar era um dos principais requisitos. Segundo Barreiro (2002), o sistema de recrutamento inscreve-se na história da arbitrariedade que marcou a relação das classes subalternas com o Estado. Os recrutamentos ligados às milícias e ordenanças e os vinculados aos regimentos da linha procuravam controlar o movimento da população que se dedicava às atividades autônomas, bem como modificar suas disposições criminosas (BARREIRO, 2002. p. 115-116). Foi o que notamos no ofício enviado pelo chefe de polícia, Antonio Affonso Ferreira, ao Presidente da Província, Conselheiro Antonio Pinto Chichorro da Gama, no ano de 1846, pedindo que ele assentasse praça a um preto perigoso:

Será apresentado a V. Ex.<sup>a</sup> para si que dignar mandar assentar praça na Marinha, o preto Luiz Hipolito Mariano. Este preto não deve continuar a estar nesta província, por que da sua estada pode resultar grave mal à segurança pública. É um dos pretos enfim que pode concorrer para uma insurreição.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Ofício do chefe de polícia, Antonio Affonso Ferreira, ao Presidente da Província, Antonio Pinto Chichorro da Gama, 9 de novembro de 1846, APEJE, PC, cód 15, fl. 219.

Segundo o chefe de polícia o preto Luiz Hipolito Mariano era um perigo para a sociedade da época. Mandá-lo assentar praça na Marinha era o remédio prescrito para retirá-lo da cidade e assim prevenir as desordens que ele futuramente poderia cometer. Nas palavras de Antonio Affonso Ferreira não se deixa explícito a conduta de Luiz, mas certamente não era das melhores. Mas a sua cor por si só o tornava suspeito, pois como já foi dito antes, naquela época, a cor da pele tornou-se um sinal indicativo da condição social.

Os homens sem ocupação eram também as vítimas dos recrutamentos. O trabalho, para a sociedade moderna, servia para educar os desprovidos de moral e caráter. Uma concepção de trabalho ligada ao progresso e a riqueza das nações. Para muitos viajantes, o brasileiro vivia na situação de miserabilidade porque era ocioso, e suas atividades estavam ligadas ao trabalho artesanal e assistemático (Barreiro, 2002. p. 160-161). O trabalho evitaria que Marcos José Vieira, andasse pelo distrito de Afogados em casa de sua mãe e em sítios ranchos, vagando fora de horas esperando o momento adequado para furtar alguns cavalos. Ações que ele havia se habituado. Por isso, ele foi recrutado no mês de junho de 1849.<sup>17</sup>

Os recrutamentos causavam medo e terror entre a população. Para muitos servir as forças armadas, principalmente a marinha, era algo semelhante a estar no purgatório, redimindo seus pecados. Longe de suas famílias, enquadrados dentro de um sistema de regras, sujeitos a castigos corporais pelos superiores. Silva (2003) afirma que muitas pessoas quando sabiam que havia um

---

<sup>17</sup> Ofício do chefe de polícia, Jerônimo Martiniano Ferreira de Melo, ao presidente de polícia, Manoel Vieira Posta, 16 de junho 1849, APEJE, Cód. 23, fl. 270.

grupo de soldados no seu bairro recrutando pessoas, fugiam, para não serem capturados. Em janeiro de 1845 foram presos dois recrutas fugidos pelo delegado suplente de Olinda de nomes João Baptista de Melo e Antônio José de Barros.<sup>18</sup> As informações sobre esse caso não foram suficientes para sabermos se esses recrutados chegaram a exercer suas atividades nas forças armadas, ou se recrutados, logo fugiram.

Encontramos nas documentações muitos familiares, os chamados suplicantes, pedindo a soltura do recruta. Em alguns casos os suplicantes eram os próprios recrutados. Na maioria das vezes a principal argumentação é a falta de qualificação. Encontramos um caso bastante interessante, pois nos revela muito sobre as características dos recrutamentos. No ano de 1845, um recruta suplicou a sua soltura, seu nome era João Damasceno. Um dos primeiros relatórios em que consta o nome de Damasceno tem data de 05 de agosto de 1845 e afirma que ele foi recrutado, em São José, para servir na Marinha.<sup>19</sup> Posteriormente seu nome aparece em outros relatórios, cujo conteúdo e a sua petição em torno da sua não qualificação Segundo o delegado de São José ele foi recrutado, no dia 25 de julho de 1845, em São José. Ele foi preso pela patrulha rondante de Afogados por estar em um beco escuro e se fazer suspeito. Em seguida foi feito as interrogações e averiguações e se contatou que ele era solteiro, não tinha ocupação honesta, com pai e irmão e que ele tinha deflorado uma rapariga de 17 anos. A sua petição continha três documentos no qual tentava

---

<sup>18</sup> Ofício do chefe de polícia, Antônio Joaquim Nogueira, ao presidente de polícia, Conselheiro Thomas Xavier Garcia de Almeida, 17 de janeiro 1845, PC, Cód. 10, fl. 10.

<sup>19</sup> Ofício do chefe de polícia, João Francisco Arruda da Camara, ao presidente de polícia, Conselheiro Antônio Pinto Chichorro da Gama, 05 de agosto de 1845, PC, Cód. 11, fl. 05.

comprovar sua boa conduta e ocupação. João Damasceno dizia ser pescador, ter família e já ter sido Guarda Nacional.<sup>20</sup>

O caso de João Damasceno gerou muitas trocas de ofícios entre o presidente da província, o chefe de polícia e o inspetor de quarteirão da vila de pescadores em Afogados, local em que ele morava. Cujo objetivo era esclarecer melhor as informações sobre o suplicante para poder dar o fim necessário a questão. No entanto, apesar dos três documentos que o suplicante conseguiu ao seu favor tudo se voltava contra ele. O delegado de São José e o inspetor de quarteirão afirmavam com toda a certeza que o suplicante estava nas condições do recrutamento.<sup>21</sup> Uma pessoa, que não o identificamos, de nome Felix Soares de Carvalho, tinha redigido um dos documentos a seu favor, no entanto escreveu um ofício se desculpando pelo engano, pois descobriu que o individuo era vadio e de má conduta.<sup>22</sup>

Não descobrimos um ofício que desfechasse a história do João Damasceno. No entanto, supomos pelos documentos que encontramos que ele continuou servindo na marinha, pois para as autoridades policiais ele estava em perfeito estado de qualificação.

---

<sup>20</sup> Ofício do delegado suplente, Manoel Camillo Pessoa, ao chefe de polícia, José Francisco de Arruda Camara, 13 de agosto 1845, PC, Cód. 12, fl. 06.

<sup>21</sup> Ofício do delegado suplente, Manoel Camillo Pessoa, ao chefe de polícia, José Francisco de Arruda Camara, 30 de agosto 1845, PC, Cód. 12, fl. 47 e Ofício do inspetor de quarteirão Joe Veríssimo dos Anjos, ao chefe de polícia, Manoel Camillo Pessoa, 27 de agosto 1845, PC, Cód. 12, fl. 49.

<sup>22</sup> Ofício do inspetor de quarteirão, Felix Soares de Carvalho, ao delegado de São José, Manoel Camillo Pessoa, 26 de agosto 1845, PC, Cód. 12, fl. 50.

Mas se o recrutamento de João Damasceno não foi um engano, muitos foram. O tumulto era tanto nos momentos de recrutamento que, muitas às vezes, os policiais capturavam pessoas não-qualificadas, até mesmo escravos. No ano de 1843, temos registro de um escravizado, de nome Boaventura, que foi capturado para ser recrutado. Possivelmente o engano foi desfeito, pois sua senhora, Thereza de Jesus Maria, moradora no Lugar do Manguinho, fez a reclamação no momento em que o escravo ainda se encontrava no quartel da polícia.<sup>23</sup> Outro caso ocorreu no início de 1850. O pardo escravo Antonio da Costa Rego Monteiro foi recolhido à cadeia para ser recrutado.<sup>24</sup> Tendo conhecimento dessa informação as autoridades policiais estavam tomando as medidas necessárias.

No período da rebelião praieira<sup>25</sup> o número de presos para servir as forças armadas aumentou bastante em relação aos anos anteriores. Só no ano de 1849 foram registrados 419 casos. Para as autoridades policiais os recrutamentos serviram principalmente para retirar da província os rebeldes e os desordeiros envolvidos na

---

<sup>23</sup> Ofício do Chefe de polícia, Antônio Ignácio de Azevedo, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 08 de julho de 1843, APEJE, cód. 07, fl. 11/ 11 v.

<sup>24</sup> Ofício do Chefe de polícia, José Nicolau Regueira Costa, ao Presidente da Província, Honório Hermeto Carneiro Leão, 22 de janeiro de 1850, APEJE, PC, cód. 28, fl. 98.

<sup>25</sup> Os dois grupos políticos mais influentes, os conservadores e liberais uma vez por outra entravam em choque. No final de 1848 os desentendimentos acabaram se transformando em um sério confronto armado. Em 1848, o ministério conservador ganhou a cena e os liberais foram derrotados. Sob a direção de Araújo Lima, os políticos liberais pernambucanos viram a estrutura de poder, que havia sido montada enquanto eles dominaram o cenário político provincial, ser desmontada pouco a pouco. Inconformados com a derrota deram origem a uma verdadeira rebelião.

última das rebeliões ocorridas no período imperial no Recife.

O que ocorreu neste período da praieira foi uma verdadeira erupção de rebeldia na província pernambucana. Como já foi dito nos anos iniciais da década de 1840 a polícia atuou reprimindo e prevenindo os delitos costumeiros e as pequenas insurreições. No entanto, nos meses finais de 1848, a polícia teve que trabalhar de forma redobrada para retomar a ordem. Os números de prisões aumentaram consideravelmente. Na documentação encontramos listas e mais listas de pessoas presas como rebeldes, agitadores e coniventes com a rebelião. Nos anos de 1848 e 1849 apareceram 209 prisões deste tipo. E as prisões por suspeitas aumentaram ainda mais, só nestes dois anos ocorreram 109 casos.

As pessoas presas neste período pertenciam em grande parte ao universo masculino. Em relação aos homens livres, muitos “engrossaram as fileiras dos rebeldes”<sup>26</sup> pela identificação dos ideais da rebelião que estavam sendo difundidos. Muitas eram as reivindicações dos praieiros, entre elas, estava o combate a monopolização do comércio a retalho por parte dos portugueses, mudanças no sistema de recrutamento militar e a extinção do poder moderador. Por isso, os policiais não podiam deixar de prender essas pessoas aliciadoras de gente. No final do ano de 1848, em dezembro, foi preso Antônio Sinfrônio Rodrigues de Luna. Segundo as informações contidas na documentação, ele “é casado, mas espaça sua mulher que vive as custas de um cunhado e ele é distribuidor de proclamações sediosas para a

---

<sup>26</sup> Palavras do Chefe de polícia Jerônimo Martiniano Ferreira de Melo. Ofício do Chefe de polícia, Jerônimo Martiniano Ferreira de Melo, ao Presidente da Província, Manoel Vieira Tosta, 17 de janeiro de 1849, APEJE, PC, cód. 21, fl. 71

revolta pública, convoca o povo para revolta, vai de porta a porta chamar o povo e foi três vezes a Catucá”.<sup>27</sup> No dia 16 de janeiro de 1849 foi preso outro Sinfrônio, agora Sinfrônio Pacheco de Queiroga, talvez seja até parentes. Preso pelo comandante da 1.<sup>a</sup> Companhia de Linha do Corpo de Polícia,<sup>28</sup> e dois dias depois Diogo Machado Portella, ambos estavam tentando seduzir pessoas para entrar nas fileiras da rebelião.<sup>29</sup>

No mês de fevereiro de 1849, quando as tropas rebeldes desfecharam um frustrado ataque à capital da província houve um pequeno aumento de presos em relação aos outros meses do ano. Mas é preciso dizer que esse aumento se deu pelo elevado número de homens que foram presos para servir ao exército. Infelizmente não foi possível coligar as prisões de todos os meses do ano de 1849, pois a documentação não nos permitiu. Os PC,s estavam bastante deteriorizados, bastava um simples toque para as folhas se quebrarem. Mas os meses que foram possíveis coligar notamos claramente esse aumento. A tabela n° 5 nos permitirá vislumbrarmos melhor esta informação.

---

<sup>27</sup> Ofício do delegado suplente, Luiz Paulino, ao desembargador, Firmino Antônio de Souza, 14 de dezembro de 1848, PC, Cód. 20, fl. 372.

<sup>28</sup> Ofício do Chefe de policia, Jerônimo Martiniano Ferreira de Melo, ao Presidente da Província, Manoel Vieira Tosta, 17 de janeiro de 1849, APEJE, PC, cód. 21, fl. 71.

<sup>29</sup> Ofício do Chefe de policia, Jerônimo Martiniano Ferreira de Melo, ao Presidente da Província, Manoel Vieira Tosta, 19 de janeiro de 1849, APEJE, PC, cód. 21, fl. 79.

**TABELA N°4**  
**Quantidades de presos pela polícia no ano de 1848 e seu estatuto legal**

<i>Estatuto legal</i>	<i>Ja</i>	<i>fe</i>	<i>ma</i>	<i>ab</i>	<i>ma</i>	<i>ju</i>	<i>ju</i>	<i>ag</i>	<i>se</i>	<i>ou</i>	<i>no</i>	<i>de</i>	<b>Total</b>
Homens livres	2	1	0	1	1	2	4	0	3	44	96	13	324
Mulheres livres	0	0	0	0	0	0	0	0	7	5	4	7	16
Escravos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	26	31	67
Escravas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5	6
Estrangeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	13	16	35
<b>Total</b>	2	1	0	1	1	2	4	0	7	66	14	19	448

Fonte: Coleção Polícia Civil, 1848

**TABELA N° 5**  
**Quantidade de presos pela polícia no ano de 1849 e seu estatuto legal**

<i>Estatuto legal</i>	<i>Jan</i>	<i>Fev</i>	<i>Mai</i>	<i>Jun</i>	<i>Jul</i>	<i>Ago</i>	<b>Total</b>
Homens livres	273	322	111	153	56	100	1.015
Mulheres livres	6	1	3	4	6	5	25
Escravos	32	9	22	30	16	50	159
Escravas	3	0	7	1	1	2	14
Estrangeiros	5	2	4	2	3	19	35
<b>Total</b>	319	334	147	190	82	176	1248

Fonte: Coleção Polícia Civil, 1849

Os escravizados também participaram da rebelião. Nos anos de 1848 e 1849 não encontramos nenhum preso como rebelde, nem agitador ou conivente com a rebelião. Mas no mês de janeiro de 1850, quando a rebelião estava



quase sendo sufocada, quatro casos foram encontrados. No dia 17, foi preso, como rebelde, Martinho, o escravizado de José Ferreira de Mello.<sup>30</sup> Nada mais é dito. No dia 19, foram presos, como rebeldes, três pretos, de nomes Antônio, Lourenço e Pedro, todos eram escravizados de Felis da Cunha.<sup>31</sup>

Chegamos nas mesmas constatações que Carvalho (2002) e Silva (2003) revelaram sobre o fato de muitos escravizados terem aproveitado dos períodos de confusão para fugir ou até mesmo para praticar algum ato criminoso, achando que o momento poderia ser favorável para eles. No dia 23 de janeiro de 1849 foi registrada a prisão do preto escravizado, Amaro, que foi preso por estar fugido.<sup>32</sup> Depois de dois dias registrou-se a prisão do escravizado Raimundo em São Frei Pedro Gonçalves por briga.<sup>33</sup> Passando-se mais outros dois dias foi registrado a prisão de outro Raimundo, preso também em São Frei Pedro Gonçalves por furto.<sup>34</sup> E no mês de fevereiro, entre as muitas prisões de homens livres, aparecesse sete prisões de escravizados. Dois por estarem fugidos, dois por terem insultado e desafiado um cabo do batalhão de voluntários,

---

<sup>30</sup> Ofício do chefe de policia, José Nicolau Regueira Costa, ao Presidente da Província, Honório Hermeto Carneiro Leão, 17 de janeiro de 1850, APEJE, PC, cód. 28, fl. 70.

<sup>31</sup> Ofício do chefe de policia, José Nicolau Regueira Costa, ao Presidente da Província, Honório Hermeto Carneiro Leão, 19 de janeiro de 1850, APEJE, PC, cód. 28, fl. 84.

<sup>32</sup> Ofício do delegado de policia, Joaquim José da Fonseca, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 23 de janeiro de 1849, APEJE, PC, cód. 21, fl. 95.

<sup>33</sup> Ofício do delegado de policia, Joaquim José da Fonseca, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 25 de janeiro de 1849, APEJE, PC, cód. 21, fl. 105.

<sup>34</sup> Ofício do delegado de policia, Joaquim José da Fonseca, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 27 de janeiro de 1849, APEJE, PC, cód. 21, fl. 117.

um por suspeitas, um por fazer em um açougue reuniões ilícitas, um por ter vindo para o Recife fugido no Vapor Pernambuco e outro para uma averiguação policial.

O escravizado que foi preso por fazer reuniões ilícitas no açougue em que trabalhava se chamava Ignácio e seu senhor João de Freitas Guimarães. Ele foi preso na freguesia de São Pedro Gonçalves. Talvez ele tenha pensado que aquele era o momento certo para a realização das reuniões, momento em que a polícia estava mais preocupada com a prisão dos rebeldes. Mas mesmo ocupados com a repressão aos revoltosos, as autoridades policiais não podiam fazer vista grossa a esses tipos de ações. Essas reuniões podiam até não ser “conspiratórias”, mas o medo de uma nova insurreição de escravizados era presente em todos os momentos. A revolução escrava do Haiti e do levante dos malês, na Bahia, não saía da memória das elites. E a polícia repercutia os anseios dessa elite. Um grande medo era que os escravizados aproveitassem os tumultos da rebelião praieira para fazerem uma fuga em massa. Dessa forma, os ajuntamentos em céu aberto, nas casas, bodegas e estabelecimentos comerciais, como foi o caso, era muito perigoso. Durante muito tempo eles foram proibidos.

No início da década de 1850, em 5 de janeiro, encontramos um ofício enviado pelo chefe de polícia interino, José Nicolau Regueira Costa, ao presidente da província, Honório Hermeto Carneiro Leão bastante revelador quanto ao medo que as autoridades policiais com a escravaria.

Respondendo o officio, que V. Ex. me indereçou/ com data de hontem, significo á V. Ex., que ficarão expe-/didás as necessarias ordens, afim de que as Autori/dades policiaes da Província observem na parte,/ que lhes diz respeito, quanto V. Ex. me determino/ em que o citado officio relativamente aos escravos,/ que forem encontrados com armas prohibidas,/ que

cometterem delictos policiais, que se por-/tarem com insubordinação, ou que forem desor-/deiros.<sup>35</sup>

Este ofício é uma resposta do chefe de polícia interino as solicitações do presidente da província. Ao que tudo indica Honório Hermeto Carneiro Leão tinha enviado um ofício dando ordens para que a repressão a escravaria se intensificasse. O intuito era que nenhum escravizado transgressor poderia passar despercebido, nem muito menos que deixasse de ser punido. Neste momento a praieira já estava no seu fim. Mas quem dera que as desordens ocorressem apenas em dias de rebeliões.

Reprimindo transgressões rotineiras, sufocando rebeliões ou mesmo agindo no intuito de prevenir possíveis crimes, a polícia, atuava em grande parte do tempo nas ruas. A maioria dos delitos ocorria nelas - pano de fundo de brigas, furtos, arruaças e todo tipo de desordens. Por isso, as autoridades policiais sentiam a necessidade cada vez maior de requisitar soldados para fazer as rondas diárias, sobretudo durante a noite. Com o toque de recolher, as ruas pertenciam à polícia, que só por falta de pessoal deixavam que outros ocupassem o espaço público da cidade tarde da noite, ou seja, quando por insuficiência de soldados de polícia precisavam que alguns cidadãos comuns os auxiliassem no serviço de patrulhamento.

Não eram apenas quando eclodiam as rebeliões, os motins e as insurreições que ocorriam as desordens, as arruaças e as escaramuças dos populares com a polícia. Durante os momentos de lazer ocorriam grande parte das transgressões rotineiras. Muitos aproveitavam esses momentos para se rebelar ou fugir, pois a vigilância estava

---

<sup>35</sup> Ofício do chefe de polícia, José Nicolau Regueira Costa, ao Presidente da Província, Honório Hermeto Carneiro Leão, 05 de janeiro de 1850, APEJE, PC, cód. 28, fl. 26

mais frouxa. Outros iam dançar e beber. O que para os olhos da polícia eram atos perigosos, pois podiam resultar em arruaças, jogos e brigas. No final do ano de 1843, caso já supracitado, foram presas no Recife, por ser acharem em uma venda à uma hora da noite, nove pessoas, entre elas, seis escravizados bebendo e proferindo palavras obscenas.<sup>36</sup> Por causa das comemorações do final do ano, nos meses de dezembro ocorriam muitas arruaças. Outro mês propício as desordens era o de junho, como nos mostra a tabela 6.

**TABELA N° 6**  
**Prisões de escravos nos meses do ano de 1842**

<i>Estatuto legal</i>	<i>Abr</i>	<i>Mai</i>	<i>Jun</i>	<i>Jul</i>	<i>Ago</i>	<i>Set</i>	<i>Out</i>	<i>Nov</i>	<i>Dez</i>	<b>Total</b>
Escravos	10	19	25	1	8	2	1	0	0	66

Fonte: Coleção Polícia Civil, 1842.

É possível esclarecer o aumento das prisões, de escravos do sexo masculino, no mês de junho de 1842. Nesse mês ocorriam as tradicionais festas juninas. “A população se reunia nos locais de festejo e o aparato repressor do estado ainda era mais solicitado” (SANTOS, 2011, pg. 92). Sendo assim, podemos deduzir que muitos escravos participavam dos festejos, escondidos dos seus senhores ou com a sua permissão. Na comilança e na folia muitos se envolviam em brigas, desordens e bebedeiras - motivo de prisão mais predominante neste mês referência.

O lançamento de fogos nesses festejos também era motivo de prisão. As posturas municipais de 1831

<sup>36</sup> Ofício do delegado de polícia, Joaquim José da Fonseca, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 27 de dezembro de 1843, APEJE, PC, cód. 07, fl. 306.

passaram a proibir tal prática. O costume do uso de fogos já combatidos tornava-se mais perigoso frente aos desvios do uso da pólvora por eles utilizado (SANTOS, 2011, pg.46).

Logo, a polícia encontrava muitas dificuldades durante o cumprimento dos seus deveres. Controlar as desordens e as transgressões rotineiras era uma árdua tarefa e se tornava mais árdua ainda em períodos agitados por festejos e por rebeliões, como foi o final da década de 1840. Era mais fácil para as autoridades policiais por o fim numa rebelião do que controlar o comportamento diário das pessoas.

Todas essas dificuldades faziam com que as autoridades policiais sentissem a necessidade de redesenhar e fortalecer os mecanismos de repressão, pois estes se mostravam ineficientes e limitados. Um dos grandes problemas enfrentados pelas autoridades policiais, na época, era a insuficiência de soldados de polícia. Para os delegados, quase sempre, o número era insuficiente para tomar conta de toda a área que estava sobre sua direção. Por isso, constantemente eles requisitavam soldados e armamentos para melhor policiar as ruas. Em 1842, o chefe de polícia requisita para o presidente da província uma guarda para a Ribeira da Boa Vista.<sup>37</sup> Em 1843, o subdelegado da freguesia de São Pedro Gonçalves reclama da falta de policiais para se fazerem às rondas diárias.<sup>38</sup> Esses pedidos seguem toda a década de 1840. Os

---

<sup>37</sup> Ofício do chefe de polícia, Antonio Ignácio de Oliveira, ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 2 de maio de 1842, APEJE, PC, cód. 03, fl. 78.

<sup>38</sup> Ofício do delegado de polícia, Joaquim José da Fonseca, ao chefe de polícia, Caetano José da Silva Santiago, 18 de outubro de 1843, APEJE, PC, cód. 07, fl. 182.

delegados afirmavam que sem os soldados eles não poderiam socorrer as diligências que eram muitas. Em algumas vezes os pedidos eram atendidos, outras não. O chefe de polícia via-se com as mãos atadas, pois a organização do Corpo de Polícia não lhe autorizava requisitar praças sem a autorização do presidente da província.

No entanto, por mais que a repressão se intensificasse os populares não se inibiam diante das leis e da possibilidade do castigo, a prisão. Tanto os escravos, como os homens livres pobres, não deixaram de se impor ao sistema social excludente. Uma resistência tenaz, teimosa, expressa diuturnamente na prática de ações delituosas e um sem-número de outras estripulias que iam de encontro com o poder vindo se cima. O que tornava a repressão sempre deficiente e ilimitada.

Percebemos também que a polícia que atuava na primeira metade do século XIX, tinha funções e objetivos bem distintos da polícia dos dias atuais. Sua grande preocupação não era com a prevenção e combate ao crime e sim a comportamentos inadequados que ofendia a ordem pública, comportamentos do tipo, vadiagem, violação do toque de recolher, insulto verbal etc. Isso ocorria por que o controle dos movimentos da crescente população formada por cativos e livres aparecia como uma necessidade premente.

## **REFERÊNCIAS**

*ARAÚJO, Eduardo O. H. de, RIBEIRO e Anália Keila R. Francisco do Rego Barros e o Recife Neoclássico: uma transformação sócio-espacial. Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. Nº 01 – Ano I – Agosto /2010. Disponível em: [www.revistapindorama.ifba.edu.br](http://www.revistapindorama.ifba.edu.br)*

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. 552 p. Bibliografia: p. 523-555. ISBN 85-7506-080-5.

BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e Viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*, São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

CAVALCANTI JÚNIOR, M. N. *As Transformações da Paisagem Urbana em Santo Antonio e São José: Ruas, Edifícios e Marginalidade (1837-1844)*. [S.l.: S.n], [S.d].

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

FIGUEIREDO apud MELLO, J. A. G. de. *O Carapuceiro: o padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco 1840-1845*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1996.

HOLLOWAY, Thomas. H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. 344 p. Bibliografia: p. 307 -336.

LIMA, Deborah de Magalhães. *A construção histórica do termo caboclo-sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico*. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

MAIA, Clarissa Nunes. *Policidados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915*. 2001. 246 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

REIS, João José. *De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista*. rev. hist. (São Paulo), n. 174, p. 15-68, jan.-jun., 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.108145>

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. *Das festas aos botequins: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850)*, tese de mestrado, Recife, 2011.

*SILVA, Kalina Vanderlei. O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.*

*SILVA, Wellington Barbosa. Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). 2003. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.*



# **ESTRATÉGIAS E PERCURSOS DE CONTESTAÇÃO A PARTIR DAS PETIÇÕES DE SENHORES E ESCRAVIZADOS ENVIADAS AO EXECUTIVO PROVINCIAL PERNAMBUCANO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

**JOYCE CONCEIÇÃO DE MESQUITA**

## **1 A questão da escravidão e a construção do Estado Nacional alinhada ao abolicionismo atlântico**

Já presentes nas primeiras cortes portuguesas, as petições constituíram-se em um importante canal de acionamento ao rei e outras autoridades durante o Antigo Regime. Com a instituição da monarquia brasileira por meio da Carta Outorgada em 1824, no § 30 do artigo 179, ficava prescrito que:

“todo o Cidadão [poderia] apresentar por escrito ao Poder Legislativo, e ao Executivo, reclamações, queixas, ou petições, e até expôr qualquer infração da Constituição, requerendo perante a competente Auctoridade a effectiva responsabilidade dos infractores” (NOGUEIRA, 2012, p. 87).

A cultura peticionária que já existia ganhou ainda mais força com o status de direito constitucional que possibilitou, pela indeterminação de quem não podia peticionar, que todo e qualquer indivíduo se dirigisse aos representantes do legislativo ou executivo, incluindo ao próprio Imperador.

Entendendo as petições como um importante canal cívico-constitucional, o presente trabalho não se destina a discutir as transformações da sua utilização ao longo do

tempo, como feito por Ventuil Pereira (2010), mas busca reiterar a sua contribuição na construção de noções cidadãs na segunda metade do século XIX (CESAR, 2015) a partir dos requerimentos ainda pouco explorados de senhores, escravizados e libertos, enviados em sua maioria ao Presidente da Província de Pernambuco entre os anos de 1851 e 1885.

Sabemos que ainda entre 1806 e 1807, a Inglaterra extingue o tráfico negreiro e passa a fazer disso marca de sua política externa. Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808 – por intermédio da Inglaterra –, D. João VI assina os primeiros tratados comerciais e compromete-se em abolir o comércio de escravizados, o que começaria a entrar em prática com medidas paulatinas a partir de 1815 quando na ocasião do Congresso de Viena se estabelece o fim do tráfico português ao norte da Linha do Equador. Os acordos mútuos garantiram à Grã-Bretanha o direito de abordar qualquer embarcação portuguesa suspeita de comportar escravizados trazidos de África, além de instaurar Tribunais e comissões mistas em Serra Leoa e Rio de Janeiro para julgarem aqueles que estivessem dentro da ilegalidade. Ao contrário do que se pretendia, o tráfico de pessoas trazidas da África foi intensificado ainda mais (CONRAD, 1978, p. 31; BETHEL, 1976).

Em 7 de novembro de 1831, é promulgada a Lei Feijó, primeiro movimento legislativo a fim de acabar com o tráfico de escravizados ao Brasil. Para além de uma artimanha que enganasse os ingleses ou cedesse às suas contínuas pressões, a popularmente conhecida “Lei para inglês ver” foi sobretudo um meio que garantiria a soberania nacional frente os ares “modernizantes”. Ficava prescrito que:

Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres.

Art. 2º Os importadores de escravos no Brazil incorrerão na pena corporal do artigo cento e setenta e nove do Codigo Criminal, imposta aos que reduzem á escravidão pessoas livres, e na multa de duzentos mil réis por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despesas da reexportação para qualquer parte da Africa; reexportação, que o Governo fará effectiva com a maior possível brevidade, contrastando com as autoridades africanas para lhes darem um asylo. Os infractores responderão cada um por si, e por todos (BRASIL, 1831).

Aqueles que entrassem após 1831 seriam considerados “africanos livres” – o que intrinsecamente já é um paradoxo se levamos em consideração que na mentalidade do séc. XIX “africano” seria sinônimo de “escravizado” –, assim como aqueles que praticassem o tráfico estariam sob as penas da Lei, o que na prática os próprios integrantes do governo faziam vista grossa – por serem eles mesmos, muitas vezes, traficantes. Apesar da promulgação da lei, o tráfico ilegal ainda trouxe ao Brasil cerca de 760 mil africanos que deveriam ser considerados livres, mas foram mantidos como escravizados (MAMIGONIAN, 2011).

Se voltarmos nosso olhar à Província de Pernambuco, os navios que não mais poderiam desembarcar no porto do Recife passaram a fazer em outros pontos da costa, configuração naturalmente propiciada pelos arrecifes litorâneos.<sup>1</sup> Mesmo com a promulgada lei Eusébio de Queiróz de 1850 e com o aumento dos esforços por parte do Estado em cessar o tráfico – diante as inúmeras

---

<sup>1</sup> Marcus Carvalho (2009) aponta como os principais pontos de desembarque: Rio Formoso, Tamandaré, Porto de Galinhas, Itamaracá, Goiana, e Ipojuca, além de outras rotas, distribuídos em praias particulares e levados por trilhas às caravanas comerciais.

pressões –, Pernambuco ainda continuou sendo procurada por navios de contrabando por tratar de ser uma rota menos patrulhada<sup>2</sup>. Ademais, como já fora apontado nas reflexões do último desembarque comprovado<sup>3</sup>, os proprietários da costa que possuíam portos ilegais eram “delegados, juízes [e] coronéis [...] vinculados à elite imperial por laços políticos e familiares” (MARCUS; CADENA, 2019, p. 667, 672).

Apesar da dificuldade em demarcar com exatidão o quantitativo de africanos que aqui foram introduzidos durante o período ilegal, as fontes inglesas e portuguesas indicam que pelo menos quarenta mil escravizados teriam vindo à Pernambuco entre as décadas de 1830 e 1850 (CYRA, 2010). O ofício da Tesouraria da Fazenda, entre os anos de 1832 e 1851 indicava a arrematação por parte de concessionários particulares de cento e quarenta e sete africanos<sup>4</sup>, número certamente bastante inferior ao número real de africanos livres apreendidos, sem contar com aqueles que foram incorporados não como africanos livres, mas como escravizados.

Os africanos livres aqui apreendidos poderiam seguir dois caminhos: servirem aos órgãos públicos<sup>5</sup> ou a

---

<sup>2</sup> E “Logo depois de 1850, o tráfico deu um salto em Pernambuco, como mostrou Peter Eisenberg, principalmente por causa da maior vigilância no sudeste” (MARCUS; CADENA, p. 667).

<sup>3</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. CADENA, Paulo Henrique Fontes. A política como “arte de matar a vergonha História. Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 651-677, set – dez, 2019.”: o desembarque de Sirinhaém em 1855 e os últimos anos do tráfico para o Brasil. Topoi Revista de História. Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 651-677, set – dez, 2019.

<sup>4</sup> APEJE, coleção: Tesouraria da Fazenda – vol 25. Relação dos africanos apreendidos e que foram arrematados desde o ano de 1832 até o ano de 1851.

<sup>5</sup> Como nos Arsenais da Marinha e Guerra, na Casa dos Expostos, no Colégio de órfãos, na Casa de Detenção, no Cemitério Público, na

consignatários particulares sob a proteção do governo imperial por meio do Ministério de Justiça e do Presidente da Província, que “determinava as funções a serem exercidas” (CYRA, 2010, p. 36). O que nos importa destacar é que muitas embarcações trouxeram à província centenas de escravizados provenientes do tráfico ilegal e que esses sujeitos desenvolveram inúmeras atividades<sup>6</sup> em diferentes âmbitos, permitindo através de contatos diários a formação de redes de solidariedade e o desenvolvimento de táticas de resistência. Boa parte da documentação contida no fundo de “petições de senhores e escravos” foram produzidas por esses indivíduos.

A construção do Estado Nacional alinhada ao avanço do abolicionismo atlântico foi responsável por engendrar cada vez mais a intervenção Estatal na relação entre senhores e escravizados. Buscava-se no direito positivo a justificação da prática escravizatória fundamentando-se no direito à propriedade tão quista ao liberalismo e garantida pela constituição de 1824<sup>7</sup>. Para além da questão diplomática na fronteira sul do Brasil com o Uruguai, que havia abolido a escravidão em 1842, somava-se um segundo momento da política diplomática britânica em 1863 com os esforços do ministro William Christie na publicização dos casos de cativo ilegal, e a declaração de emancipação de Lincoln, também em 1863. Para o

---

Santa Casa de Misericórdia, no Hospital Militar, no Hospital Pedro Segundo, no Lazareto do Pina, entre outros

<sup>6</sup> Nos serviços de botica, nas construções, nas cozinhas, nas lavanderias...

<sup>7</sup> Em “Dialética da colonização”, Alfredo Bosi procura entender a articulação de ideologia liberal com a prática escravista tendo como ponto de partida os modos de pensar dominantes da classe política brasileira que se impôs nos anos da Independência e trabalhou pela consolidação do novo Império entre 1831 e 1860 aproximadamente (BOSSI, 1992).

Brasil, última nação escravista, a questão da escravidão tornou-se ainda mais incômoda (MAMIGONIAN, 2011). Já em 1864 D. Pedro II apontava uma solução gradual a partir da emancipação das crianças que nascessem de escravizadas (SALLES, 2009) e ainda em setembro, como resultado das pressões, o governo emitiu um novo decreto<sup>8</sup> que reforçava o resguardo da liberdade de africanos livres que haviam prestado serviço em repartições públicas.

A questão abolicionista não estava restrita aos representantes do governo, mas já havia ganhado força em algumas camadas da sociedade como no caso dos estudantes que faziam parte das Faculdades de Direito de São Paulo e Recife. Longe de supor que a derrocada da escravidão no Brasil foi resultado apenas das ações governamentais e de estudantes engajados com a causa abolicionista, é nesse período que vemos os próprios escravizados – a respeito de instrumentos legais – multiplicarem as ações de liberdade, ocasionando, inclusive, debates no Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) que apesar de muitas vezes se posicionar contra a escravidão, dificilmente se colocava contra a propriedade (PENA, 2000). Como exemplo dos que intermediavam as ações de liberdade, não podemos deixar de citar o desempenho de Luiz Gama, ex-escravizado que advogou a favor das causas de emancipação se utilizando muitas vezes da lei de 1831 (BERTIN, 2006), pois como aponta Sidney Chalhoub, desde sua promulgação estabeleceu-se uma prática institucionalizada em considerar escravizados os africanos ou crioulos que não atestassem dono ou carta

---

<sup>8</sup> Em 28 de dezembro de 1853 o governo já havia lançado um decreto (nº 1003) que “Declara que os Africanos livres, cujos serviços foram arrematados por particulares, ficam emancipados depois de quatorze anos, quando o requeirão, e providencia sobre o destino dos mesmos Africanos” (BRASIL, 1853).

de alforria<sup>9</sup> (CHALHOU, 2009). O que não podemos perder de vista é que os próprios escravizados que enfrentavam os seus senhores nos tribunais desenvolviam uma “experiência pessoal dos embates políticos em torno do significado da lei de 1831 e podiam multiplicá-la com efeitos mais rápidos na desintegração da ordem escravista” (MAMIGONIAN, 2011, p. 30).

É com esse aumento progressivo das pressões na década de 1860 e a ameaça de uma solução radical à questão da escravidão que se observou o crescimento de grupos que defendiam uma maior intervenção estatal na remodelação escravista, visando assegurar uma emancipação gradual. A partir disto, um projeto que já tramitava na Câmara e no Senado se tornou lei em 28 de setembro de 1871, estabelecendo que os filhos de mulheres escravizadas que nascessem dali em diante seriam considerados livres. Junto a isso, também foi instituída a matrícula geral dos escravos e fundo de emancipação.

A matrícula seria responsável por regulamentar a posse senhorial, registrando nas coletorias provinciais todos os escravizados a partir de informações pessoais que possibilitassem uma identificação individual<sup>10</sup>, ficando os senhores responsáveis pelo pagamento de impostos (tanto para matricular, quanto na forma de multa aos que

---

<sup>9</sup> Discussões a cerca da reescravidão ilegal podem ser encontradas em: MAMIGONIAN; GRINBERG. O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 13, p. 1–21, 2021. DOI: 10.5007/1984-9222.2021.e79922. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/79922>. Acesso em: 10 out. 2022.

<sup>10</sup> Nome, naturalidade, idade, cor, sexo, estado, ofício e marcas corporais (MAMIGONIAN, 2011, p. 34).

descumprissem). Já as juntas emancipatórias, garantiriam a aplicação das matrículas e propiciariam a liberdade daqueles que não estivessem devidamente registrados. As medidas evitariam que houvesse absorção de novos escravizados no Brasil e com a emancipação do ventre das mulheres escravizadas a escravidão caminharia ao fim, o que gerou divergências principalmente na classe senhorial.

É diante toda essa configuração de leis, decretos, persistência do tráfico ilegal, presença de africanos livres, abolicionismo e embates acerca da propriedade entre Estado-senhores-escravizados e libertos que o trabalho toma como ponto de partida as "Petições de senhores e escravos" enviadas em sua maioria ao Presidente da Província de Pernambuco entre os anos de 1851 e 1885 e que intitulam o nº 45 do Catálogo Geral das Petições do Arquivo Publico Jordão Emereciano (APEJE), além do volume 38.4 que configuram "Petições de pequenos assuntos – Negros, escravos e abolicionismo". O conjunto documental conta com cerca de trezentas e cinquenta petições com anexos, totalizando mais de mil páginas. Aqui, analisaremos uma pequena amostra de quarenta e quatro documentos que compõem a fase inicial de nossa pesquisa de doutoramento.

Através de um levantamento prévio de seus conteúdos, constatamos que tratam, em grande parte, de multas impostas aos senhores por determinados atos de infração à legislação escravista, como também, pedidos de alforria sob alegações legais, fazendo-se mais ou menos necessária a consulta aos decretos provinciais do período. Dentre os anexos, merecem destaque alguns pedidos de alforria acompanhados de todo processo de julgamento que os precedeu, as próprias cartas de alforria, certificações, matrículas, procurações, recibos, dentre outros.



## 2 O instrumento peticionário

Ao levantarmos o questionamento sobre a relação de sujeitos escravizados e libertos com as súplicas destinadas às autoridades governamentais na forma de petições, constatamos mediante investigação prévia *in situ* no APEJE que esses sujeitos não apenas conheciam o canal peticionário, mas também lançavam mão do mesmo.

O direito a petição, garantido na Constituição do Império em 1824 (parágrafo 30 do artigo 179), provinha de uma extensa tradição “cujas raízes se colocaram no alvorecer da Idade Moderna, em especial, o *right of petition* que permitiu aos súditos ingleses dirigirem representações ao rei” (CAMPOS; MOTTA, 2015, p. 1) – também concedido na Declaração de Direitos da Pensilvânia de 1776 e na Constituição Francesa de 1791. O historiador Ventuil Pereira (2010), quem melhor se debruçou sobre a prática peticionária no primeiro reinado, *situa-nos* em um Brasil recém-independente que herdara o instituto peticionário do Reino Unido de Portugal e Algarves, visto que os portugueses tinham autorização em queixar-se mediante envio de representação ao monarca sobre atos que considerassem excessivos de sua parte.

Trabalhos que comprovam a presença de um hábito peticionário prévio a 1824 já foram publicados, como os de Adhemar Lourenço da Silva Júnior intitulado *Estado e Sociedade: notas sobre requerimentos à Presidência da Província de São Pedro* (2001) e o de André Fertig, em especial sua dissertação que tem por nome *Entre súditos e Cidadãos – os suplicantes da capitania do Rio Grande de São Pedro no início do século XIX (1800-1815)*, de 1998. Neste sentido, inúmeras outras produções também

tomaram as petições como ponto de partida de suas análises que abrangem desde o período colonial.<sup>11</sup>

Apesar de a origem datar de um longo período, o certo é que com o registo do direito na carta magna brasileira em 1824 a prática peticionária reforçou-se ao receber a categoria de direito constitucional, permitindo que qualquer sujeito apresentasse “por escrito ao Poder Legislativo e ao Executivo reclamações, queixas ou petições” podendo expor “qualquer infração da Constituição requerendo perante a competente autoridade a efetiva responsabilidade dos infratores”.<sup>12</sup>

Porém, mais do que um canal ao qual se aciona o *Soberano Congresso*, “é o próprio instrumento peticionário uma arena de disputa pelo cumprimento ou alargamento dos direitos civis” (CESAR, 2020, p. 132). Dito isto, torna-se de extrema importância apontar como basilares às nossas reflexões os trabalhos<sup>13</sup> desenvolvidos pelo historiador Tiago da Silva Cesar, que há tempos vem se debruçando nas representações destinadas as mais diversas autoridades ao analisar o sistema prisional oitocentista.

Em estudo sobre a utilização do recurso peticionário por parte dos encarcerados na Província do Rio Grande do Sul (1850-1888), como aprendiam, produziam ou encontravam maneiras de se valer do dispositivo peticionário, Cesar parte do entendimento de três questões básicas. Primeiro que a cultura peticionária já vinha de

---

<sup>11</sup> RODRIGUES, 1995; RUSSEL-WOOD, 1995; NEVES, 1997; FERTIG, 1998; SILVA JUNIOR, 2001; RAMINELLI, 2006; PEREIRA, 2008a, 2008b e 2010; JESUS, 2009; SABA, 2012; SANT’ANNA, 2014; PIROLA, 2016. Sobre a prática em outros países: VOSS, 2001 e SABA, 2009.

<sup>12</sup> Constituição Política do Império do Brasil (1824), Título 8º, Art. 179, § 30.

<sup>13</sup> CESAR; 2015a, 2015b, 2016, 2019, 2020a, 2020b, 2021, 2022.

longa data; segundo que a Constituição não classificava quem podia peticionar – o que o fez se deparar com petições de escravizados – e terceiro, mas não menos importante, que a situação de privação de liberdade acabava transformando o canal no que ele chama de “autêntica tábua de salvação”. Tidos como os “mais baixos cidadãos do império”, os presos se valeram do direito peticionário a partir de uma *linguagem suplicante* baseada na submissão e humildade que mesmo em período constitucional anunciava as permanências do Antigo Regime (CESAR, 2020). Ao apresentar detalhadamente as diferentes estratégias empreendidas nas narrativas mediante uma brilhante instrumentalização dos requerimentos por parte dessa *arraia-miúda*, “fossem homens, mulheres, livres, escravos, sentenciados ou não” (TRINDADE, 2013, p. 77) o autor não apenas evidencia a manifestação da leitura política da realidade por parte dos requerentes, mas suas capacidades de enxergarem “no mecanismo peticionário e nos representantes do executivo provincial as relações de força, forma e meio para o exercício de direitos” (CESAR, 2020, p. 152).

Aspecto igualmente importante é que muitas das petições selecionadas testemunham e revelam práticas de hierarquização sociais expressas nas relações de poder entre senhores e escravizados. Essas petições se conectam ainda com eventos de grande envergadura, como as promulgações de leis abolicionistas. Ademais, através do “discurso oculto” (SCOTT, 1992, p. 40), falam muito de vivências de africanos livres, egressos do cativeiro e escravizados, bem como da resistência da classe senhorial frente ao anunciado fim da escravização.

Nas “Petições de senhores e escravos” encontramos não só aqueles que foram privilegiados na produção historiográfica, como os anônimos (VAINFAS, 2002) ou representantes do que também já se chamou de excluídos

da História (PERROT, 2006): escravizados/as, egressos/as e homens e mulheres negras livres. Como documentos administrativos, tratam-se de fontes oficiais, mas onde sujeitos considerados mais miseráveis surgem “não por [terem] sido involuntariamente alvo ou presa” (CESAR, 2016, p. 173) dos “raios de poder” (FOUCAULT, 2014, p. 127), mas por exercita-lo, apropriando-se “ao menos por um instante desse poder” (2014, p. 131).

### **3 Amostra documental**

A proposta em questão passa por um estudo serial, o que significa que fizemos um levantamento massivo de petições, ou seja, de um determinado tipo de fonte (homogênea e referente a um período coerente com o problema a ser examinado) e que nos permitiu uma forma de tratamento específico (serialização de dados, identificação de ocorrências e elementos conjuntos que estabeleceram padrões, tanto em similaridades quanto em diferenças).

Através da documentação tratada, foi possível alçar uma argumentação acerca do papel das petições como um exercício de cidadania, onde homens e mulheres pertencentes a diferentes classes sociais nos deixaram fragmentos da apropriação de poder, como diria ainda Foucault, “ao menos por um instante desse poder” (2014, p. 127 e 131).

Mediante o primeiro levantamento, foi possível encontrar cerca de 350 petições que serão tratadas ao longo do doutoramento, das quais selecionamos 44 para o presente trabalho. A partir das leituras realizadas, identificamos alguns assuntos mais recorrentes que foram devidamente analisados e separados em seis tipologias documentais. Elaboramos uma tabela que nos permite visualizar quantitativamente o que foi coletado:

**Tabela 1 – Tipologias documentais**

Nº da tipologia	Classificação	%
01	Manutenção da posse	27,3
02	Luta por emancipação	27,3
03	Multas	18,2
04	Lei do Ventre Livre	4,5
05	Compra	2,3
06	Outros	20,5

**Fonte:** APEJE, Fundo de petições. Elaboração própria.

A leitura quantitativa desses documentos nos permitiu tomar algumas conclusões. Os documentos que mais apresentam-se estão relacionados à manutenção da posse, conjunto que corresponde 27,3%, e a luta por emancipação que possui a mesma porcentagem. No primeiro conjunto os documentos são produzidos estritamente pela classe senhorial enquanto que no segundo são redigidos por africanos livres e escravizados.

Nos casos alocados em “manutenção da posse”, é comum que os senhores demonstrem insatisfação frente às fugas de seus escravizados, que ao fugirem, trocam de nome e assentam praça em algum batalhão de infantaria ou cavalaria, ou ainda em companhias como as de aprendizes imperiais, de voluntários da pátria ou dos homens pretos. Aqui, alegam o domínio muitas vezes oferecendo documentos que comprovam o direito da posse e pedem que o bem – entenda-se pelo escravizado – lhe seja reintegrado, como no caso de Joaquim Rodrigues de Oliveira:

morador no engenho Livramento, no termo/ de S.<sup>to</sup> Antão, sendo senhor do escravo Paulo/ como provão os documentos juntos, tem sciencia de que o dito escravo, **que fugira do**

**poder do/ Supp.<sup>e</sup>** no dia 12 do cadente mez, se alistara/  
**disendo ser livre como praça no 2º batalhão de infantaria**  
de linha, no dia 21 do mês-/mo mez, por isso vem o Supp.<sup>e</sup>  
requerer a/ V. Ex.<sup>a</sup> que depoes das informações necessa-/rias se  
digne mandar dar baixa de pra-/ça ao mesmo escravo a fim de  
ser entregue ao/ Supp.<sup>e</sup>/ Recife, 20 de maio de 1873<sup>14</sup> [grifos  
nosso].

A petição acompanha alguns anexos como uma  
procuração e o documento da relação de escravizados  
pertencentes ao senhor, registrados na coletoria provincial  
mediante o art. 2 do regulamento de 1º de dezembro de  
1871<sup>15</sup>. Através do despacho identificamos que seu pedido  
foi concedido. Examinamos, de acordo com a análise  
quantitativa, que as alegações de fugas<sup>16</sup> crescem  
proporcionalmente ao passar dos anos na medida em que,  
também, o movimento abolicionista ganha mais força.  
Observemos a petição na forma de abaixo-assinado  
produzida por proprietários de escravizados do Município  
de Ipojuca:

---

<sup>14</sup> APEJE, Petições de senhores e escravos, Recife I, D550001-D550008.

<sup>15</sup> “Art. 2º A matricula dos escravos será feita no municipio em que elles residirem, á vista de relações, em duplicada, contendo as declarações exigidas no art. 1º nos 1 e 3, pela fórmula do modelo B. Paragrapho unico. As relações dos escravos deverão ser datadas e assignadas pelas pessoas a quem incumbe a obrigação de dal-os á matricula, ou por alguém a seu rogo com duas testemunhas, si essas pessoas não souberem ou não puderem escrever”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4835-1-dezembro-1871-552265-publicacaooriginal-69374-pe.html>. Acesso em: 15 de jun. 2023.

<sup>16</sup> Aqui, entendemos a fuga como uma “unidade básica de resistência do sistema escravista” (REIS; SILVA, 1989, p. 62), que além de configurar um ataque frontal ao direito de propriedade, “é um ato extremo e sua simples possibilidade marca os limites da dominação” (REIS; SILVA, 1989, p. 63).

Os abaixo assignados, proprietários e agricultores do Municipio de/ Ipojuca, da Comarca do Cabo, vem com todo acatamento/ pedir providencias a V. Ex. no sentido de cessarem os vexames e extorsões exercidos n'esta Capital, contra os senhores de escravos, por/ **homens desordeiros e anarchistas, que se dizem abolicionistas**, compro-/metendo aquelles que são sinceramente emancipadores destro das raias/ legaes, sem abalo e perigo para ordem e tranquillidade publicas [...] Os abaixo assignados, Ex. Snr., **achão-se sob a pressão e ameaças/ dos abolicionistas intransigentes** d'esta Capital, muitos dos quaes não re-/ceão diante dos meios mais reprovados para pôrem em pratica os/ seus criminosos intentos contra a propriedade alheia. Assim é, que/ de proposito **se insinúa aos escravos, que não devem mais trabalhar aos/ seus senhores** por estarem libertos, acontecendo que muitos destes infeli-/zes se tem apresentado ás sociedades emancipadores e a diversos advogados/ [...] assinando suas cartas de emancipação [fl. 2] Nas fazendas ruraes mais proximas a esta capital, já começam a ap-/parecer indicios de desorganização do trabalho escravo [...] **Escravos fugidos das fazendas, para ahí correm, contando com a/ proteção dos abolicionistas exaltados, que os acoutão e escondem** [...] Este estado de cousas, Ex. Snr. não pode continuar. Os abaixo/ assignados querem saber se o governo do seu paiz está disposto a garantir-/lhes a vida e a propriedade, ou abandona-/los á discrição e mercê dos desordeiros... [...] medidas emergenciais para se contar os excessos criminosos... 17 de abril de 1873"<sup>17</sup> [grifos nosso].

Na petição acima, constata-se não só os empreendimentos no que diz respeito às fugas alinhadas ao movimento abolicionista, mas a busca por emancipação por meios regulares através de advogados que entram com ações – das quais resultavam em liberdade.

A despeito de instrumentos legais, os requerimentos que avultam o conjunto documental nº 02, intitulado “Busca por Emancipação” e que correspondem a 27,3% da

---

<sup>17</sup> APEJE, Petições Pequenos Assuntos – Negros, escravos e abolicionismo, D210001- D210008.

amostra coletada, assemelham-se com as ações de liberdade movidas no judiciário em determinados aspectos, pois fossem africanos livres, escravizados, egressos ou reescravizados, os sujeitos necessitaram de meios e cúmplices para fazerem chegar seus pedidos e reclamações às autoridades. Vale salientar que devido ao baixo nível de letramento, as petições de escravizados geralmente eram escritas a rogo como constatado na análise.

Aqui, a maioria dos requerimentos são produzidos por africanos livres que alegam ter cumprido o tempo de trabalho estabelecido por lei em repartições públicas (Arsenal da Marinha e Arsenal de Guerra) ou a consignatários. Nove (9) dos doze (12) documentos citam o decreto 1303 de 28 de dezembro de 1853 que estabelece a emancipação dos mesmos após 14 anos de serviços prestados. Além da boa instrumentalização das leis e decretos por parte desses sujeitos, é perceptível o esforço de sensibilização e convencimento não só nas palavras que denotam subserviência, mas nos próprios argumentos em si, baseados em suas boas condutas:

Izabel, Africana Livre, vem impretar a V. Ex./ a graça de mandar passar-lhe carta de emancipa-/ção/ A Supp.<sup>e</sup>, Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Snr., pro-/vou perante o juízo dos Feitos da Fazenda/ [...] que **serve/ em estabelecimentos públicos a espaço ex-/cedente a quatorze annos**, e dest'arte que, **tem as-/tisfeito de sobejo ao disposto em o Decreto nº/ 1303 de 28 de dezembro de 1853**, a que se refere/ o aviso do ministério da justiça de 4 de Fe-/vereiro de 1862 acrescndo que durante este longo/ período, **o seu proceder tem sido sempre regu-/lar** [...] Em taes circunstancias, espera/ que V. Ex. digne-se de acolher benigno sua/ humilde supplica que com o mais **profun-/do e indizimavel respeito**, depõe aos pés de V.Ex./ e tanto mais o espera quanto muito **confia/ nos sustentos de justiça** que por



extremo/ [fl. 2] **caracterizam a V.Ex., muito ilustre e muito/nobre** 22 de abril de 1853<sup>18</sup> [grifos nosso].

A africana Livre que servia na cozinha do Arsenal de Guerra, além da petição ao Presidente da Província, anexa à documentação petições enviada a outras autoridades<sup>19</sup>, uma procuração, a justificação da boa conduta e os testemunhos. No fim das contas seu pedido foi acatado em 14 de maio de 1863 quando foi expedido despacho que lhe concedia carta de emancipação. O mesmo destino não teve Henrique José da Costa, africano livre que em 29 de julho de 1864, baseado na mesma lógica do Decreto 1303, procurou informar ao executivo provincial que havia peticionado anteriormente ao Presidente antecessor e que este havia expedido em 28 de novembro de 1863 que fosse de conhecimento do Inspetor da Marinha o tempo de serviço prestado pelo africano livre. Acontece que havia se passado sessenta e seis dias e nada foi feito.

Requer o Supp.<sup>o</sup> a V. Ex. seja/ servido de providenciar no sentido/ de ser ministrada a mencionada/ informação, á fim de que não/ continue assim o mesmo Supp.<sup>o</sup>/ a ficar **prejudicado em seos direitos**<sup>20</sup> [grifos nosso].

Encontramos uma segunda petição deste africano livre datada do mesmo mês reforçando o pedido. Ambas as petições não tiveram despacho. Nota-se uma mudança clara na postura entre os Presidentes da Província que consequentemente agiam também de acordo com seus interesses e conchavos políticos.

---

<sup>18</sup> APEJE, Petições de senhores e escravos, Recife I, D310001-310024.

<sup>19</sup> Ao coronel e ao Diretor do Arsenal de Guerra.

<sup>20</sup> APEJE, Petições de senhores e escravos, Recife I, D330001- 330025.

Outro caso que nos chama atenção é do africano livre José Fidelis. Em sua petição datada de 18 de julho de 1864, afirma que entrou no Brasil em 1853 e ficou a serviço do desembargador João Pereira da Costa Motta. Este, “ora o aluga lhe dando uma pequena quantia, ora lhe faz de escravo” e sua senhora lhe inflige “graves castigos” além de ameaças de transporta-lo à outra Província. O requerente alega que enviou uma petição anteriormente e que teve despacho de ser encaminhada ao curador de africanos, mas que a petição misteriosamente sumiu, motivo pelo qual veio requerer novamente. Mais adiante, em 13 de outubro do mesmo ano, José Fidelis peticionava reiteradamente, relatando as mesmas informações e requerendo a mesma coisa. Ambas as petições também não tiveram despacho.

Na amostra de 44 documentos do trabalho em questão, puderam ser observados outros casos de escravizados que peticionaram repetidamente em decorrência da ausência de resposta. Em contrapartida, não foi possível constatar a mesma ocorrência por parte dos senhores. Isso porque todas as petições produzidas por esses sujeitos possuem despacho – e sem sua maioria, favorável.

O terceiro conjunto de documentos referente às “multas”, que corresponde 18,2% do total, trata em sua maioria de pedidos para que tais multas sejam reavaliadas ou relevadas, como se vê a seguir:

Sabino José Maria de Mello, tendo sido multado/ em cem mil reis (100) pelo coletor de Rendas Geraes/ do Municipio de Bezerros, por ter matriculado fora do/ praso legal dois menores nascidos de ventre livre de/ nomes Maria e José, filhos de sua escrava Rita, ma-/triculada com o nº 2536 em 16 de setembro de 1872, vem requerer a V.Ex. que **se digne absolvêlo** da multa im-/posta/ Sendo o supp. morador longe da Villa, e **sem-**

**/do pessoa muito ignorante, não sabia qual era o praso/** concedido aos senhores... 4 de julho de 1874.<sup>21</sup>

Diz D. Maria Concha Borges/ moradora no Sitio Borges da Gregue-/sai da Matriz da Varzea, que che-/gando agora ao seo conhecimento estar/ sujeita a pagar uma multa de cem/ mil reis, p. não ter dado para a Repar-/tição comp.<sup>te</sup> a relação do nassimento/ do liberto Augusto, no praso da lei,/ filho de sua escrava de nome **Fausti-/na/ e por que é a Supp.<sup>e</sup> moradôra no mat-/to, velha e ignorante, não sabia desse/ praso [...]** sem intenção/ de infligir a mesma lei, por isso **vem respeitizam.<sup>te</sup> implorar a graça de V. Ex./ dispença-la da dita multa...** 16 de junho de 1873<sup>22</sup>

As duas petições acima tiveram o despacho favorável. Outras petições de dispensa de multa apresentam os mesmos argumentos: a ignorância quanto ao prazo nas Coletorias Gerais. O cenário esboçado não nos deixa dúvidas quanto às tentativas de se ludibriar a Lei de Matricula, responsável por evitar a escravização de pessoas trazidas de África após 1831 e nascidas do ventre livre. Apesar da Lei que vigorava desde 1871, os despachos são em sua maioria favoráveis, nos dando a entender que havia uma grande flexibilização na punição daqueles que se colocavam como proprietários e burlavam as leis abolicionistas.

A tipologia intitulada “Lei do ventre livre” (4,5%) abarca as petições onde senhores e senhoras pedem que se deem rumo às crianças nascidas de suas escravizadas por não pretenderem mantê-las devido aos gastos, sendo assim, dispensam os serviços. Já o que diz respeito a “Compra” (2,3%) refere-se à regulamentação da posse

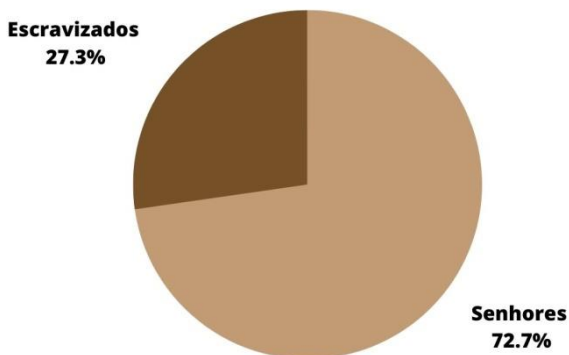
---

<sup>21</sup> APEJE, Petições pequenos assuntos – Negros, escravos e abolicionismo, D140001- D140003.

<sup>22</sup> APEJE, Petições pequenos assuntos – Negros, escravos e abolicionismo, D570001- D570004.

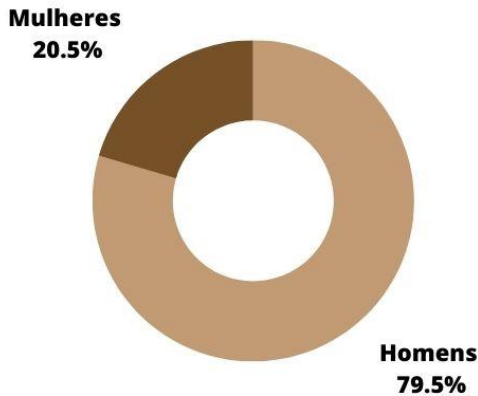
mediante a transação comercial. Outros documentos (20,5) devem ser realocados em novas tipologias documentais.

**Figura 1 – Divisão de petições produzidas por senhores e escravizados**



**Fonte:** Petições de senhores e Escravos; Petições Pequenos Assuntos – Negros, escravos e abolicionismo, (APEJE). Elaboração própria.

**Figura 2 – Divisão de petições por gênero**



**Fonte:** Petições de senhores e Escravos; Petições Pequenos Assuntos – Negros, escravos e abolicionismo, (APEJE). Elaboração própria.

A partir dos dados coletados, identificamos que 72,7% dos 44 requerimentos foram produzidos por parte da classe senhorial, enquanto que 27,3% foram produzidos por pessoas escravizadas. Números que reforçam a maior facilidade de senhores e senhoras acessarem o dispositivo constitucional, mas que não anulam o fato de cativos estarem buscando cumprir ou alargar seus direitos. Poucas são as petições de senhores que são assinadas por procuradores; a maioria delas é escrita a próprio punho, diferentemente daquelas que buscavam carta de emancipação frente aos interesses senhoriais – apenas uma das 12 petições de escravizados não foi escrita a rogo. Se observarmos a divisão de requerimentos a partir do gênero, temos que 79,5% pertencem ao masculino em oposição a 20,5% do feminino. Quantitativamente, senhores homens estão no topo daqueles que peticionavam, seguidos por escravizados homens, senhoras mulheres e escravizadas mulheres.

A partir das petições, do mesmo modo que podemos constatar a participação ativa por parte de africanos em busca de suas liberdades após longo período de trabalhos compulsórios (dentre outras contestações), também observamos a busca por parte dos senhores no sentido de garantir a legitimidade da posse (como nas alegações de escravizados fugidos se passando por africanos livres em repartições públicas) e as constantes tentativas de burlar as leis antiescravagistas, visto que muitos dos requerimentos são pedidos de exoneração de multas (de matrícula, venda, falecimento, mudança de domínio, entre outras). Desfrutando de uma documentação rica e ainda pouco explorada, acreditamos lançar luz sobre as estratégias e os percursos de contestação pela manutenção ou conquista da libertação por parte de africanos livres, egressos do cativo e escravizados em face da resistência da classe senhorial a partir das petições assinadas pelos respectivos agentes dirigidas, em sua maioria, ao Presidente de Província de Pernambuco entre 1851 e 1885.

## REFERÊNCIAS

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1976.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. *Lei de 7 de novembro de 1831*. Coleção *Leis do Império do Brasil de 1831*. Disponível em: [LIM-7-11-1831 \(planalto.gov.br\)](http://lim-7-11-1831.planalto.gov.br). Acesso em 20 de dez. de 2021.

CAMPOS, Adriana Pereira; MOTTA, Kátia Sausen da. *A liberdade nas petições do Brasil Império: o caso do liberto Delfino*. In: *ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*, 7., 2015, Curitiba, *Anais [...]* Curitiba: UFPR, 2015. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos7/adriana%20pereira%20campos%20katia%20sausen%20da%20motta.pdf>. Acesso em: 07 out. 2022.

CARVALHO, M. J. M. de. *A repressão ao tráfico atlântico de escravos e a disputa partidária nas províncias: os ataques aos desembarques em Pernambuco durante o governo prairieiro, 1845-1848*. Revista Tempo (UFF-RJ), v. 27, p. 133-149, 2009.

CARVALHO, Marcus J. M. de. CADENA, Paulo Henrique Fontes. *A política como “arte de matar a vergonha História”: o desembarque de Sirinhaém em 1855 e os últimos anos do tráfico para o Brasil*. Topoi Revista de História. Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 651-677, set – dez, 2019.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822- 1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CESAR, TIAGO DA SILVA . *A (in)salubridade do cárcere e outras causa mortis na Casa de Correção de Porto Alegre, 1855-1888*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos , v. 22, p. 829-848, 2015b.

CESAR, Tiago da Silva da. *Espera Receber Mercê: os requerimentos de presos e suas relações com o Estado (1850-1888)*. In: REGUERA, Andrea; FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Uma História Social e Cultural do Direito, da Justiça e da Política: Do antigo regime ibero-americano à contemporaneidade latino-americana*. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2015b, p. 378-403.

CESAR, Tiago da Silva. *A arte de requerer dos presos da Província de São Pedro - Século XIX*. In: Paulo Roberto Staudt Moreira; Tiago da Silva Cesar; José Carlos da Silva Cardozo; Fabiano Quadros Rückert; Jonathan Fachini da Silva. (Org.). *Instituições e práticas de controle social: perspectivas de pesquisa*. 1ed.São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2016, v. , p. 172-209

CESAR, Tiago da Silva. *A visita de sua majestade o Imperador e os pedidos de perdão de presos da cadeia civil de Porto Alegre*. Almanack, v. s/v, p. 1-54, 2021;

CESAR, Tiago da Silva. *“Para preso Ex.mo Senhor: não hai hospital”: a assistência médica oferecida aos presos pobres da província de São Pedro (1855-1888)*. História Unisinos, v. 19, p. 218-228, 2015a.

CESAR, Tiago da Silva. *A linguagem e as imagens da pobreza nas petições de encarcerados sul-rio-grandenses (1850-1888)*. In: Fabiano Quadros Rückert; Jonathan Fachini da Silva; José Carlos da Silva Cardozo; Tiago da Silva Cesar. (Org.). *Histórias da Pobreza no Brasil*. 1ed.Rio Grande: Furg, 2019, v. 6, p. 161-188;

CESAR, Tiago da Silva. *As prisioneiras de Clio*. In: Ana Silvia Volpi Scott, José Carlos da Silva Cardozo, Jonathan Fachini da Silva. (Org.). *História das mulheres no Brasil Meridional*. 1ed. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2022, v. , p. 185-243;

CESAR, Tiago da Silva. *El ejercicio peticionario de presos durante el segundo reinado brasileo (Pernambuco/Rio Grande do Sul)*. In: Pedro Oliver Olmo; Maria del Carmen Cubero Izquierdo. (Org.). *De los controles disciplinarios a los controles securitarios. Actas del II Congreso Internacional sobre la Historia de la Prisión y las Instituciones Punitivas*. 1ed. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2020b, v. , p. 621-634;

CESAR, Tiago da Silva. *Os mais baixos cidadãos do Império: o dispositivo peticionário e a linguagem suplicante de presos do sistema prisional do Rio Grande do Sul (1850-1888)*. In: Tiago da Silva Cesar; Pedro Oliver Olmo; Marcos Luiz Bretas. (Org.). *Polícia, Justiça e Prisões: Estudos Históricos*. 1ed. Curitiba: Appris, 2020a, v. , p. 129-158;

CHALHOUB, S. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*: São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CYRA, Luciana Ribeiro de Oliveira; MARCUS, Joaquim Maciel de Carvalho. *Os africanos livres em Pernambuco, 1831-1864*. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FERTIG, André. *Entre súditos e cidadãos - os suplicantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro no início do século XIX (1800-1815)*. Dissertação (Mestrado em História) - Propragama de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

FOUCAULT, Michel. *La vida de los hombres infames*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2014.

GRINBERG, Keila. *Liberata - a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

JESUS, Ronakdi Pereira de. *Visões da monarquia: escravos, operários e abolicionismo na corte*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.



MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, 632p.

MAMIGONIAN; GRINBERG. *O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista*. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 13, p. 1-21, 2021. DOI: 10.5007/1984-9222.2021.e79922. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/79922>. Acesso em: 10 out. 2022.

MAMIGONIANM, Beatriz. *O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872*. *Almanack*. Guarulhos, n.02, p.20-37, 2º semestre de 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). *Culturas políticas na História: novos estudos*. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 13-37.

NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: a mesa da consciência e ordens e o clero secular no Brasil 1808-1828*.

NOGUEIRA, Otaciano. *Constituições Brasileiras: volume I*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Edições Técnicas, 2012.

PENA, Eduardo S. *Pajens da Casa Imperial: juriconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas: Ed. da Unicamp; Cecult, 2000.

PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.

PEREIRA, Vantuil. *'Ao soberano congresso': petições, requerimentos, representações e queixas à câmara dos deputados e ao senado - os direitos do cidadão na formação do estado imperial brasileiro (1822-1831)*. 2008. 417 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2008.

PEREIRA, Ventuil. *Petições: liberdades civis e políticas na consolidação dos direitos do cidadão no Império do Brasil (1822-1831)*. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1830*. São Paulo: Alameda, 2008b. p. 197-129.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. 4ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

RAMINELLI, Ronald. *Serviços e mercês de Vassalos da América Portuguesa*. *Revista História y sociedade*, Medelin, n. 12, p. 107-131, nov. 2006.

RODRIGUES, Jaime. *Liberdade, humanidade, e propriedade. Os escravos e a Assembléia Constituinte de 1823*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, v. 39, p. 159-167, 1995.

RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio – Propostas e experiências no Final do Tráfico de Africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Vassalo e Soberano: apelos extrajudiciais de africanos e de indivíduos de origem Africana na América Portuguesa*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 215-233

SABA, Roberto Nicolas Ferreira. *As vozes da Nação: a atividade peticionária e a política do início do segundo Reinado*. São Paulo: fapesp, 2012.

SALLES, Ricardo. *As águas do Niágara: 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.) *Coleção Brasil Imperial, 1871-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.62-64

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Europress, 1992.

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. *Estado e sociedade: notas sobre requerimentos à Presidência da Província de São Pedro*. In: SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO AHRs, 1., 2992. Porto Alegre. Anais [...] 2001, p.1-15.

THOMPSON, E.P. *Senhores e caçadores: A origem da lei negra*. Rio de Janeiro: PAZ E Terra, 1987.

TRINDADE, Cláudia Moraes. *Ordem e desordem: correspondência de presos e vida prisional na Bahia no século XIX*. In: LOURENÇO, Luiz Claudio; GOMES, Geder Luiz Rocha. (Orgs.). *Prisões e Punição no Brasil Contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 143-176.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

# O PENSAMENTO POLÍTICO DE ALCIDES CRUZ: CONCEITOS, SEPARAÇÃO DE PODERES, ATUAÇÃO ESTATAL

**WAGNER FELONIUK**

## **Introdução**

Este trabalho parte do acesso aos livros publicados por Alcides Cruz, dos discursos parlamentares encontrados pela Assembleia Legislativa e uma grande quantidade de artigos encontrados em longo trabalho realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul<sup>1</sup> em periódicos como A Federação<sup>2</sup>,

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa teve apoio fundamental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, especialmente da arquivista Vanessa Gomes de Campos, que buscou documentos originais, ofereceu dados, materiais indispensáveis para a construção dos dados biográficos do autor. Igualmente, foi grande a importância do doutor Miguel Frederico do Espírito Santo, presidente do instituto e um idealizador da retomada dos estudos sobre Alcides Cruz, sempre aberto para discutir o tema com entusiasmo. Agradeço ainda a Priscila Pereira Pinto e Thais Nunes Feijó pela atuação constante neste e em outros projetos.

<sup>2</sup> Este era o “órgão” oficial do Partido Republicano Rio-Grandense, o jornal de divulgação do partido. Ele circulou a partir de 1884 e a primeira publicação de Alcides parece ter sido em 12 de fevereiro de 1892, no seu segundo ano de faculdade, um comentário sobre o Romance Quintas Borba, o seu primeiro artigo sobre política foi em 18 de agosto de 1892, em texto defendendo o seu partido e criticando os gasparistas e as aspirações parlamentaristas defendidas por eles. Foram muitas publicações posteriores, a última encontrada pelo Instituto Histórico e Geográfico é de 8 de janeiro de 1915, um ano antes de seu falecimento.

Annuario do Estado do Rio Grande do Sul<sup>3</sup>, A Nação<sup>4</sup>, Gazêta do Foro<sup>5</sup>. Com essas fontes, tentar-se-á entender como pensava o pesquisado a respeito da política e da organização do Estado, o papel dos poderes constituídos e qual deveria ser atuação deles.

Não se perguntaria, por sua trajetória política, se ele apoiava Júlio de Castilhos, a quem chama de genial estadista rio-grandense no discurso de seu falecimento<sup>6</sup>, e que aderisse o positivismo com ênfase. Mas veremos uma pessoa matizada, e certamente distante do positivismo ortodoxo, mais próximo de uma posição em que aceitava diversas correntes e autores para explicar diferentes

---

<sup>3</sup> Alcides Cruz não apenas publicou, mas assumiu, ao lado de Graciano de Azambuja, a direção do anuário. Nessa publicação, no ano em que a assume, em 1911, ele fala sobre as dificuldades de publicar no Rio Grande do Sul, com dados interessantes sobre o cenário editorial local e suas dificuldades: “Seguro conhecedor do meio em que vivia, Graciano de Azambuja não era tão ingênuo que não previsse logo, que a terra não comportaria uma revista, nem mesmo da índole das chamadas magazines.

Já, porém que o periódico não podia ser nem trimestral, nem semestral, ao menos que fosse anual. E praticamente havia uma única forma a dar-lhe, a de almanaque. Só assim, poderia vingar a empresa. Amadurecida a ideia, a propriedade foi imediatamente esposada pela antiga firma editora Gundlach & Cia., hoje Krahe & Cia., que assim se tornou benemérita, amparando aquela modesta causa, mais tarde estimulada, aplaudida pelos competentes, imitada por outros, e que, afinal, após vinte e oito anos de indefesso labor, nenhuma compensação material tem outorgado àqueles honrados livreiros”. CRUZ, Alcides de Freitas. Annuario do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1912 – ano XXVIII, Porto Alegre, 1911.

<sup>4</sup> Periódico paulista

<sup>5</sup> Essa publicação também foi editada por Alcides entre 1902 e 1903. Era um periódico jurídico, no qual havia produções dos editores e convidados, traduções de trabalhos (de Cesare Lombroso, inclusive) e respostas à consultas feitas. Nas revistas acessíveis,

<sup>6</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Discurso na romaria ao túmulo de Júlio de Castilhos. A Federação, Porto Alegre, 24 de outubro de 1910.

fenômenos. Procuraremos saber o quanto ele se apoiava em ideias do positivismo comtiano e, também, a influência do constitucionalismo norte-americano, das ideias evolucionistas do positivismo de Herbert Spencer e talvez de posições contrárias ao positivismo. Com essas passagens se pode até caracterizar um pouco mais a elite do Rio Grande do Sul no início do século, na pessoa de um de seus membros.

José Murilo de Carvalho, ao apresentar o governo que se instala no Brasil a partir de Vargas, afirma que: “[a] maior influência do positivismo ortodoxo no Brasil verificou-se no estado do Rio Grande do Sul. A constituição republicana gaúcha incorporou várias idéias positivistas<sup>7</sup>”. Conhecer o pensamento de Alcides Cruz reforça o dado, mas também ajuda a mostrar os matizes, reafirmando que os juristas gaúchos estavam também próximos das ideias que no centro do país serviam até como contraponto ao positivismo, como o constitucionalismo norte-americano, doutrina utilizada em 1890 para criar uma Constituição em que os principais valores positivistas já não aparecem com peso<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. 11a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 111.

<sup>8</sup> “Todavia descançavam no prestígio de Benjamin Contant. Essa influencia tendeu a diminuir, pela resistencia que lhe oppuzeram os outros membros do governo, de educação científica e política muita diversa do Comtismo. E então os actos que se seguiram aos em que a influencia positivista é incontetavel, foram della expurgados. Não só nas reformas dos serviços administrativos, como no projecto de Constituição, eIa não se fez mais sentir”. FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Historia constitucional da republica dos estados unidos do Brasil*. Volume II. Rio de Janeiro: Typophafia Moreira Maximino, 1894, p, 200.

Com relação ao uso das fontes, pode parecer que o livro “Noções de Direito Administrativo Brasileiro”<sup>9</sup>, a obra de maior fôlego, pudesse se tornar o principal meio para cumprir o objetivo. A publicação tem uma parte longa sobre o Estado e sua organização política, no entanto, o livro tem um caráter predominantemente didático e se dedica mais ao Direito Administrativo, apresentando com simplicidade os conceitos políticos, de tal forma que até mesmo as influências podem ser difíceis de reconhecer. Os escritos mais relevantes estão nas outras fontes, na medida em que Alcides se deparava com situações concretas que demandavam sua opinião ou decidia escrever em particular sobre um tópico. Assim, essas fontes esparsas serão muito utilizadas, mas, exatamente por serem dadas predominantemente dentro de contextos políticos ou de resoluções de casos, é preciso considerar esses posicionamentos com atenção, pois parte de sua carga poderia estar voltada ao posicionamento no caso debatido. Apesar da necessidade de atentar ao contexto, foi possível notar uma constância no pensamento do autor, que propõe ao longo de anos os mesmos pensamentos sobre os temas abordados.

## **1 Dados da vida de Alcides de Freitas Cruz**

Alcides de Freitas Cruz viveu apenas 49 anos, entre 14 de maio de 1867 e seu falecimento por tuberculose, em 14 de março de 1916. O principal de sua atuação política e jurídica se deu a partir do ingresso na Faculdade de Direito de São Paulo, iniciado quando ele possuía 24 anos, em 1891. Nesse intervalo, ele foi

---

<sup>9</sup> A primeira edição, de 1910, tem esse título. A segunda edição, mais difundida no Brasil, seria lançada em 1914 com o título “Direito Administrativo Brasileiro”.

deputado estadual por sete mandatos a partir de 1897, lente de Direito Administrativo da Faculdade Livre de Porto Alegre (atual UFRGS) desde julho de 1909, capitão do 7º Batalhão de Infantaria da Guarda durante a Revolução Federalista, Promotor de Justiça desde 1900, advogado, autor, editor e tradutor de diversas publicações.

Dois elementos são importantes para iniciar o seu pensamento político. Primeiro, o autor afirmava ser como seus pais e avós: eram mestiços, mulatos ou negros – denominações que ele afirmava não o incomodar e que não havia impedido os antepassados de participar das guerras de seu tempo<sup>10</sup>. Sua cor lhe rendeu discriminações, foi chamado de Corvo do Príncipe Perfeito por Arthur Pinto da Rocha<sup>11</sup>, desrespeito que ele respondeu com ênfase na defesa e reconhecimento de sua origem. Como escreve, “[n]ão sou branco, porque minha mãe e minha avó e minha bisavó não o eram”<sup>12</sup>. Adelaide Leopoldina de Freitas, sua mãe, era de uma família remotamente vinda para a então freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, atual Porto Alegre, após a rendição da Colônia de Sacramento em 1763 e, como tantas outras famílias que fizeram a migração, tinham ascendência africana. Do seu pai, ele ignorava a cor, o pernambucano chamado Manuel Pinto Lacerda da Cruz faleceu quando Alcides tinha um ano de idade e ele não conhecia as origens de sua família na cidade de Goiana.

---

<sup>10</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Carta aberta a Arthur Pinto da Rocha. A Federação, Porto Alegre, 12 de janeiro de 1903. In: CRUZ, Alcides de Freitas. Mestiço, mulato ou negro. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017, p. 6.

<sup>11</sup> *Ibid*, p. 5.

<sup>12</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Troco miúdo. A Federação, Porto Alegre, 9 de julho de 1913. In: CRUZ, Alcides de Freitas. Mestiço, mulato ou negro. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017, p. 9.

Em segundo lugar, sua família materna, no momento de seu nascimento, tinha recursos e uma boa posição social, seu avô fora da Legião de São Paulo, parte de uma família tradicional daquela capitania e seu tio fora o conselheiro Leopoldino Joaquim de Freitas<sup>13</sup>. Alcides Cruz estudou no Colégio Souza Lobo, participou ainda jovem da fundação Club Literário Democrático Vinte de Setembro e de atividades do Club Republicano de Porto Alegre e, por fim, foi realizar seu curso de Direito na prestigiada Faculdade de Direito de São Paulo. Alcides Cruz teve um acesso privilegiado à educação e contatos sociais que ele soube cultivar em sua trajetória. Assim, estudaremos o pensamento de um político que enfrentava dificuldades, mas teve uma educação formal de alta qualidade e tinha uma posição social que lhe permitia mais o acesso à política.

## **2 Fundamentos do Pensamento de Alcides Cruz**

A primeira parte da pesquisa está voltada às estruturas básicas do pensamento filosófico e histórico do autor. A partir delas, é possível ter mais clareza sobre quais marcos fundamentais e estruturas eram utilizadas por ele para construir suas opiniões sobre o governo. A partir desse estudo inicial, será possível ver o quanto, na política, Alcides Cruz mantém a aderência aos grandes marcos teóricos adotados.

### **2.1 Filosofia e Organização Social**

Iniciamos a reconstrução do pensamento de Alcides Cruz com o Programa de Ensino escrito para lecionar na disciplina de Filosofia de Direito da Faculdade Livre de

---

<sup>13</sup> *Ibid*, p. 9.



Direito, em 1905, quando ele era Lente Substituto<sup>14</sup>. A disciplina era a primeira ser dada aos alunos que ingressavam no curso e introduzia não apenas o Direito, mas elementos de compreensão da realidade com base em outros ramos das ciências.

Com o programa é possível verificar como ele organizava o ensino jurídico e quais autores eram utilizados. Como o documento é uma contribuição de importância para compreender o pensamento e influências de Alcides Cruz, ele será mostrado sem alterações. É o curso:

## **PHILOSOFIA DO DIREITO**

### **PROPEDEUTICA**

#### **I**

Quadrupla explicação do Universo, segundo as escholas dualista, monista, positivista e evolucionista. Noção da lei da evolução.

#### **II**

Do methodo geral. Analyse e synthese. Observação, experimentação, analogia e comparação. Inducção e deducção.

#### **III**

Organismo vivo e organismo social. Em que se assemelham e em que differem. Do methodo a seguir no estudo da sociologia.

#### **IV**

Idéa retrospectiva da Sociedade e do Estado atravez da História. A sociedade moderna no seu organismo physico, economico e intellectual.

---

<sup>14</sup> O acesso a esse livro com planos se deu pelo apoio das bibliotecárias da Faculdade de Direito da UFRGS, especialmente Nariman Marisa Nemmen, que cederam acesso às obras raras, encontraram o material e tentaram encontrar outros semelhantes dos anos seguintes, a partir do seu ingresso como professor de Direito Administrativo. Infelizmente parecem não estar no acervo ou não terem sido elaborados.

## PARTE GERAL

### V

Noção de philosophia do Direito. Do methodo a seguir estudado da materia.

### VI

Theorias antigas acerca do Direito Natural. Crítica da Idéa do Direito natural.

### VII

Doutrina da eschola historica. Seus defeitos; suas vantagens.

### VIII

O Direito considerado quanto aos seus fundamentos naturaes.

### IX

O Direito considerado quanto a sua evolução historica.

### X

Características do Direito antigo. Symbolismo e formalismo do mesmo. Direito e Religião; Direito e Moral; sua indistinção primitiva.

### XI

Fontes do Direito: o costume; a lei; a obra dos jurisconsultos.

### XII

Relatividade do Direito. O Direito e as condições sociaes relativamente a moral, ao territorio, a psychologia, a politica, a cultura, a religião, a esthetica e a economia dos povos.

### XIII

Definições mais notaveis do Direito dadas pelos juristas romanos, pelos juristas medievaes e pelos metaphysicos. Ihering, Spencer e seus discipulos. Sylvio Roméro e Tobias Barreto: como todos elles definiram o Direito.

### XIV

O Direito considerado como conjuncto de <<normas coercitivas>>. O seu ponto de vista formal e utilitario.

## PARTE ESPECIAL

### XV

Sujeito de Direito - pessoa physica ou natural; pessoa juridica ou moral. Objecto do Direito - Cousa. Modo de exercer-se o Direito - Acção.

XVI

Primeira forma de organização social: a família; sua constituição, seu futuro. Theorias modernas acerca da família primitiva.

XVII

Matrimonio ou relações legais entre o homem e a mulher. Feição religiosa do matrimônio; caracter jurídico. Indissolubilidade do vínculo conjugal, e divorcio.

XVIII

A propriedade primitiva. O solo como sujeito da propriedade. Conceito jurídico de propriedade.

XIX

Successão legítima e sucessão testamentaria. A sucessão na antiguidade. Seu caracter religioso. Liberdade de testar.

XX

A força obrigatoria dos contractos. O primeiro contracto.

XXI

Noção e fundamento das obrigações.

XXII

Natureza e fins do Estado. A boa organização do poder publico.

XXIII

Direito publico e Direito privado.

XXIV

Fundamento do Direito de punir. Este Direito pressupõe o crime. Theorias acerca do crime.

Porto Alegre, 4 de março de 1905.

O lente substituto,

**Dr. Alcides Cruz.**

Aprovado em sessão da Congregação de 31 de Março de 1905.

O Secretario,

**Dr. Leonardo Macedonia Franco e Souza<sup>15</sup>.**

---

<sup>15</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Programma de Ensino para o anno de 1905 da 1.<sup>a</sup> cadeira do 1.<sup>o</sup> anno. Filosofia do Direito, apresentado

O plano é afastado do positivismo comtiano. A primeira aula é sobre a quádrupla explicação do Universo, uma referência ao pensamento evolucionista de Herbert Spencer<sup>16</sup> que é defendido no Brasil com força nas publicações de Silvio Romero. Pela estrutura da ementa, é possível concluir que a aula era encerrada dando a explicação spenceriana como principal forma de compreensão. Na segunda e terceira aulas a frente, há novo uso de Spencer, por meio da explicação da sociedade a partir da noção de um organismo vivo<sup>17</sup>.

É interessante observar a viva oposição ao positivismo comtiano nos únicos autores brasileiros citados nominalmente (ver aula XIII), e o fato de diversas aulas se apoiarem em Spencer e não em Augusto Comte,

---

pelo Lente Substituto Dr. Alcides Cruz. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria do Commercio, 1905.

<sup>16</sup> Sobre o tema, o próprio Silvio Romero faz uma síntese: " Funda-se o evolucionismo spenceriano nas quatro idéias capitaes de todo o desenvolvimento philosophico e scientifico moderno: a critica do conhecimento, iniciada por Hume, desenvolvida por Kant e levada ás suas ultimas consequências por Hamilton e Mansel; o principio fundamental da evolução, do *werden* perpetuo, que lhe passou, do próprio Kant, de Góthe, de Hegel; a applicação pratica desse principio á biologia pelo experimentalismo iransformistico, de von Baer, Darwin, Wallace; finalmente, a concepção monistica do universo, preparada pelas descobertas de Grove, Meyer, Youle, Helmholtz e trinta outros, aceita hoje geralmente por naturalistas, como Hæckel e por philosophos, como Noiré". SILVIO, Roméro. Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo na Republica do Brasil. Rio de Janeiro: Editor - J. B. Nunes, 1894, p. 115-116.

<sup>17</sup> Tradução livre de passagem de Spencer: "Um organismo social, assim como um organismo individual, passa por modificações até estar em equilíbrio com as condições ambientais; e após continua sem novas alterações de estrutura". SPENCER, Herbert. The Principles of Sociology. Vol 1. Nova Iorque: D. Appleton and Company, 1898, p. 96.

especialmente as introdutórias. Silvio Romero escreveu em uma seção intitulada Spencer versus Comte no "Doutrina contra Doutrina" e afirmou que "[a]final o positivismo reduziu-se a uma synthese subjectiva, que se oppõe radicalmente á portentosa synthese objectiva do evolucionismo naturalista"<sup>18</sup> Tobias Barreto, que não era adepto de Spencer, mas igualmente criticava o comtismo<sup>19</sup>. Em 1905, Alcides Cruz parece estar filosoficamente mais vinculado ao pensamento de Spencer.

A produção rio-grandense envolvendo o positivismo evolucionista é antiga. Trinta anos antes das aulas de Alcides, em 1875, aparece "O Fim da Criação ou a Natureza Interpretada pelo Senso Comum", de José de Araújo Ribeiro, que no seu final trata da origem do homem recorrendo a Laplace e Darwin. Pouco depois, veio a grande produção relacionada ao tema. Graciano Alves de Azambuja publicou pelo Jornal Gazeta de Porto Alegre, em 1880, o seu livro "Lições de Filosofia Elementar". Na obra, mostra-se o avanço da assimilação dessas ideias no Rio Grande do Sul, a publicação foi considerada por autores como Silvio Romero e Carlos Maximiliano como uma obra de filosofia de grande relevância no Brasil. Conforme Martins, Silvio Romero

---

<sup>18</sup> SILVIO, Roméro. Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo na Republica do Brasil. Rio de Janeiro: Editor - J. B. Nunes, 1894, p. 115.

<sup>19</sup> Um exemplo das críticas de Tobias Barreto é a passagem: "Ainda aqui importa observar que o meu ponto de vista é alguma cousa diverso do da escola positiva, para quem toda a metaphysica é um producto da insensatez; o que aliás não obsta que ella tenha creado uma metahistoria e uma metapolitica, tão pouco adaptadas aos facto se tão difficeis de compreender, como a velha sciencias dos noologos e transcendentalistas". BARRETO, Tobias. Ensaio e Estudos de Filosofia e Crítica. Pernambuco: José Nogueira de Souza, 1889.

chegou a incentivar o seu uso como livro texto para o Colégio Dom Pedro II, onde lecionava filosofia<sup>20</sup>.

Na obra aparecem as concepções de Comte e Spencer, e Azambuja acolhe o pensamento positivista desses autores como o mais avançado a respeito da definição de filosofia. Aparecem as ideias de indução, partindo da observação para depois abstrair e criar regras gerais, e a ideia de que a filosofia deveria atentar ao que era observável, sem adentrar nas indagações inacessíveis à inteligência. As ciências estavam restritas pela imperfeição e limites da inteligência humana, precisavam de demonstrações empíricas, feitas com método científico, para deixaram de ser simples hipóteses<sup>21</sup>.

Azambuja utiliza autores de grande importância, vários deles representantes de pensamentos vigentes na Europa naquele momento - Kant, Hegel, Fichte, Schelling, Krause, Locke, Leibniz, Comte, Spencer, Lamarck, Darwin, Haeckel, Tyndall, Huxley. José Salgado Martins, no entanto, coloca que Azambuja é, sobretudo, o precursor de Herbert Spencer no estado do Rio Grande do Sul. Assim como Alcides Cruz seria décadas depois, ele era

---

<sup>20</sup> Esses dados são retirados da obra de José Salgado Martins, que traça com detalhes relevantes o precoce desenvolvimento intelectual do Rio Grande do Sul a partir do início dos 1800, avançado, ainda que restrito a uma parcela pequena da população. Ele mostra como, apesar de afastado, o estado mantinha forte ligação com a doutrina europeia mais recente, não muito afastado do restante do país em sua temática e autores do liberalismo europeu. Como exemplo da narrativa na obra, ainda anos de 1820 havia no Rio Grande do Sul aulas sobre a filosofia kantiana no estado. MARTINS, José Salgado. *Breve História das Idéias no Rio Grande do Sul (Século XIX e Princípios do Atual)*. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul, 1972, p. 7-8.

<sup>21</sup> *Ibid*, p. 9-11.

simpático à filosofia positiva de Comte, mas sua afinidade maior era com as concepções evolucionistas do inglês<sup>22</sup>.

Nesse mesmo período, enquanto Azambuja já defendia Spencer sobre Comte, grandes condutores da política rio-grandense estariam em São Paulo e voltariam para difundir o pensamento comtiano com o qual haviam entrado em contato durante sua formação<sup>23</sup>. Júlio de Castilhos e Demétrio Ribeiro são os dois principais e, dada a enorme ascendência que o primeiro teria sobre toda a política estadual, o comtiano logo se tornaria um guia da política, da formação das instituições, da atuação do grupo dominante no Rio Grande do Sul. A adesão seria ampla e logo transformada em diretriz política definitiva por meio da Constituição de 14 de julho de 1891<sup>24</sup>. Como coloca Martins: "Embora dúctil a posição de Spencer, no âmbito do positivismo, havia um motivo político determinante da dissensão filosófica. A doutrina de Comte

---

<sup>22</sup> *Ibid*, p. 11-12.

<sup>23</sup> "Embora o comtismo já existisse como orientação política incipiente e desorganizada antes de 1881, é somente com o retorno do grupo de estudantes gaúchos reunidos em torno do Clube Vinte de Setembro na Faculdade de Direito de São Paulo que essa corrente ganha corpo. As atividades de propaganda desse grupo - ideologicamente liderado por Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Alcides Lima - encontram apoio em Demétrio Ribeiro, no plano político, e a assistência de positivistas e cientificistas em geral como Damasceno Vieira, Alarico Ribeiro, Torres Homem, Pereira Parobé, Graciano Alves de Azambuja e Argemiro Cícero Galvão, no terreno mais geral da crítica dos valores culturais ligados ao regime imperial". BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: RS: Cultura & Ideologia. DACANAL, José H. (org.); GONZAGA, Sergius (org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 38.

<sup>24</sup> MARTINS, José Salgado. Breve História das Idéias no Rio Grande do Sul (Século XIX e Princípios do Atual). Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul, 1972, p. 13.

desfrutava do prestígio oficial e, por isso, a ela sincera ou hipocritamente, aderiu o maior número"<sup>25</sup>.

Na última década dos 1890, surgem até publicações gaúchas discutindo a contraposição entre spencerismo e comtismo, mas o tema não tomou a dimensão de criar problemas políticos no partido. Júlio de Castilhos poderia ser comtista, mas os spencerianos não parecem ter sido tolhidos, o que explica o posicionamento tão aberto de Alcides Cruz anos depois, lecionando Spencer na Faculdade de Direito apesar da sua autodeclarada fidelidade ao Partido Republicano Rio-Grandense.

Em 1899, Dinarte Ribeiro traduz os "Opúsculos de Filosofia Social", de Comte, e o defende das críticas dos spencerianos. Apesar dessa contraposição, as duas vertentes pertenciam ao positivismo, convergindo sobre parte do método de compreensão dos fenômenos, refutando outras correntes e se unindo em suas críticas ao pensamento oriundo da filosofia clássica, que era aceito no Rio Grande do Sul muito antes da chegada do positivismo e continuava com adeptos. Demonstrando essa situação de críticas "ponderadas" entre positivistas, há a passagem de Alcides Maia, publicada no jornal A República, em 12 de setembro de 1898, em trecho retirado da obra de José Salgado Martins:

---

<sup>25</sup> Ver MARTINS, José Salgado. Breve História das Idéias no Rio Grande do Sul (Século XIX e Princípios do Atual). Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul, 1972, p. 15. Com a mesma posição, de crescimento do pensamento ligado à adesão oficial, BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: RS: Cultura & Ideologia. DACANAL, José H. (org.); GONZAGA, Sergius (org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 38.



Não pertencemos à escola do grande filósofo de Montpellier, certamente um das recebrações geniais destes tempos; em filosofia, em moral, em direito e em estética, somos spenceristas puros. Mas, com Augusto Comte, concordamos em um ponto capital, e foi esse justamente o alvejado pelo padre Locher. Aludimos ao método positivo, cuja excelência ninguém discute hoje, fora dos arraiais escuros da reação católica<sup>26</sup>.

Assim, uma pureza do pensamento comtiano pode não ter existido no Rio Grande do Sul. A adesão oficial, gerada pela posição de Júlio de Castilhos, não impede que se reconheçam haver vários positivismos<sup>27</sup>, não apenas por terem variado no tempo, conteúdo, objetivos e patamares de difusão social entre 1870 e 1930<sup>28</sup>, mas também por terem, desde o início, sido formados por uma contraposição em relação ao pensamento de Comte, que permaneceu viva por décadas e ainda podia ser sentida com força nos ensinamentos que Alcides Cruz dava em 1905 na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre.

Como fator importante para o pensamento político de Alcides Cruz, não apenas o filosófico, Silvio Romero apresenta sua própria versão sobre a organização política baseada no spencerianismo, que pode não ser completamente fiel ao pensamento original, mas

---

<sup>26</sup> MARTINS, José Salgado. Breve História das Idéias no Rio Grande do Sul (Século XIX e Princípios do Atual). Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul, 1972, p. 14.

<sup>27</sup> BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: RS: Cultura & Ideologia. DACANAL, José H. (org.); GONZAGA, Sergius (org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 34.

<sup>28</sup> Boeira narra o período de 1928 a 1937 como o período no qual as obras se tornam cada vez mais raras e espaçadas. BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: RS: Cultura & Ideologia. DACANAL, José H. (org.); GONZAGA, Sergius (org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 59.

representava parte do pensamento brasileiro. Ela estava bastante afastada do pensamento interventor do positivismo comtiano, de avanço social baseado na educação e trabalho com grande controle estatal:

Ora, nós aspiramos a uma organização politica, onde o governo tenha o minimo de poder e seja apenas uma garantia de policiamento geral. Em um regimen de praticas pacificas, de conquistas industriaes, onde o voto de todas as classes pôdese fazer valer, a dupla dictadura da lei e da acção - é simplesmente um anachronismo, que nem sacerdócios, nem *Grand-Prêtre*, nem patriciatos, nem proletariatos podem disfarçar para illudir<sup>29</sup>.

O plano mostra uma aproximação do evolucionismo de Spencer e, por consequência, ao pensamento positivista liberal inglês e norte-americano. Apesar disso, Alcides Cruz não aderiu estritamente à organização política narrada por Romero. Voltou-se a um modelo no qual aceitava usar os recursos estatais para resolver os problemas da sociedade - esse tema será retomado na seção sobre seus pensamentos a respeito da atuação estatal.

## 2.2 Escrita da História

Um dado importante para a composição do pensamento de Alcides Cruz está em um escrito publicado n'A Federação, em 26 de agosto de 1900, cinco anos antes do plano de aula ser publicado<sup>30</sup>. Spencer é novamente

---

<sup>29</sup> SILVIO, Roméro. Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo na Republica do Brasil. Rio de Janeiro: Editor - J. B. Nunes, 1894, p. 120.

<sup>30</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. A Ilha de Santa Catarina. Por Virgílio Várzea. A Federação, Porto Alegre, 26 de agosto de 1900. In: CRUZ,

mostrado com proeminência, mas, no tema, aparenta haver a conclusão de que vários autores caminham em um percurso comum na melhoria da compreensão da história e do modo como ela deve ser escrita.

Alcides Cruz cita que os maiores remodeladores do estudo histórico foram, na Inglaterra, Macauley, Spencer e Buckle e, na França, Comte e Taine. Afirma que a única história com valor prático poderia chamar-se sociologia descritiva. Alcides narra as características que ela deveria ter. A história deveria estabelecer as "leis naturais que subordinam os fatos, como aplicando eficazmente as generalizações do método indutivo". A historiografia, para Alcides Cruz, deveria descrever o "passado intelectual, moral e físico", e esses fatos deveriam ser estudados com o objetivo de proceder a uma síntese que ao mesmo tempo mostrasse os fatos e fosse uma chave explicativa deles. Seria necessário um plano sistemático que partia do particular para o geral, da análise para a síntese - e cita como aquele que foi mais longe na historiografia nacional Virgílio Várzea<sup>31</sup>.

Ele critica os textos antigos de história geral, que fariam uma recapitulação de todas as intrigas e biografias dos chefes de estado. A história deveria consistir pouco de uma cronologia de festas militares e "esse indigesto amontoado de datas e de atritos entre povos e semiligeiras consequências para o direito e à civilização"<sup>32</sup>.

Alcides faz duas citações literais para embasar melhor seu posicionamento sobre história, ambas instrutivas sobre seu pensamento. A primeira é a Pompeio

---

Alcides de Freitas. Notas de leituras e outros escritos. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017.

<sup>31</sup> *Ibid*, p. 51

<sup>32</sup> *Ibid*, p. 51.

Gener, na obra "Amigos y maestros", lançado em 1915. Alcides Cruz cita, por meio do autor, que a história deveria ser "análise psicológica e visão fisiológica de uma época, de uma raça, de um movimento, de um aspecto do progresso humano". Sua segunda citação é ao político inglês Thomas Macauley, no livro *History of England*, de 1863, e do livro afirma que a história deveria "[r]elatar tanto a história do povo como do seu governo, descrever o progresso das belas artes, estudar a formação das seitas religiosas e as variações do gosto literário, reproduzir os costumes das gerações sucessivas"<sup>33</sup>.

Alcides Cruz escreve duas obras históricas maiores em sua vida - "Epitome da Guerra entre o Brasil e as Provincias Unidas do Prata"<sup>34</sup> e "Vida de Raphael Pinto Bandeira"<sup>35</sup>. Em nenhuma delas o autor retoma seu pensamento sobre historiografia. Ambas tratam de uma visão histórica construída a partir das decisões dos grandes homens, como Lecór no primeiro livro e Pinto Bandeira no segundo<sup>36</sup>.

Em suas noções de filosofia e de história, Alcides Cruz parece estar mais próximo do positivismo de

---

<sup>33</sup> *Ibid*, p. 51.

<sup>34</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Epitome da Guerra entre o Brasil e as Provincias Unidas do Prata. Volume I. Porto Alegre, Oficinas tipográficas da Livraria do Commercio, 1907.

<sup>35</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Vida de Raphael Pinto Bandeira. Ligeiras notas esparsas para a biographia do heróe continentino. Porto Alegre: Oficinas typographicas da Livraria Americana, 1906.

<sup>36</sup> Um exemplo do tratamento do personagem pode ser visto no final do livro: "Este é um fugitivo bosquejo biographico do paladino emerito, sem par nem precedente, que encheu de fama não sómente o Rio Grande do Sul no primitivo periodo da sua formação política e social, mas do Brasil inteiro". CRUZ, Alcides de Freitas. Vida de Raphael Pinto Bandeira. Ligeiras notas esparsas para a biographia do heróe continentino. Porto Alegre: Oficinas typographicas da Livraria Americana, 1906, p. 105.

Spencer, mas não deixam de aparecer as citações a Comte. A noção metodológica adotada pelos dois autores introduzia uma sociologia baseada em métodos positivistas como caminho necessário para a compreensão dos acontecimentos sociais. Um pensamento baseado nas observações empíricas, de fenômenos concretos, que culminaria em uma melhor compreensão da vida, da sociedade, e das necessidades da organização social. Comte, baseado na ideia de ordem e progresso para evolução da sociedade; Spencer, na ideia de sociedade como organismo social, ambas amplamente debatidas no Brasil e geradoras de correntes específicas sobre como deveria ser a atuação estatal.

### *2.2.1 Visão da História do Rio Grande do Sul*

Na mesma publicação em que fala de seu método, foi escrito que a história do Rio Grande do Sul era dotada de uma dificuldade insuperável, por ter sido este o Estado brasileiro com passado mais cheio de guerras e agitações. Ele foi palco de mais campanhas que qualquer outra região. Por um lado, esses acontecimentos haviam recebido grande atenção dos especialistas, mas, por outro, eles haviam deixado de seguir a produção da história como ela deveria ocorrer por estarem concentrados nesses fatos. Não haviam estabelecido a situação intelectual, os usos trazidos do exterior e os aqui adquiridos, as disposições para com o governo local, com a justiça, com o progresso material e o desenvolvimento das atividades econômicas comercial agrícola e industrial<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. A Ilha de Santa Catarina. Por Virgílio Várzea. A Federação, Porto Alegre, 26 de agosto de 1900. In: CRUZ, Alcides de Freitas. Notas de leituras e outros escritos. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017, p. 51.

Uma segunda abordagem do Rio Grande do Sul foi feita 14 anos depois. Em 22 de setembro de 1914, Alcides Cruz esboça uma interpretação da história do Rio Grande do Sul. Nessa oportunidade, fica fortalecida a sua percepção de que há evolução social e a história é um fenômeno que ocorre em ritmo constante para uma direção. Além do evolucionismo, há aparente citação à lei dos Três Estados - teológico, metafísico e positivo -, ainda que utilizando as expressões "guerreira", "metafísica" e "científica", em referência às condições sociais e históricas em cada fase:

Pinto Bandeira, como Bento Gonçalves, como Gaspar da Silveira Martins, como Julio de Castilhos, cada um por sua vez e em seu tempo, assinalam uma época histórica na vida sulista; **mas os seus feitos relevantes, embora destacados, se coordenam e encadeiam numa ordem natural, sem sobressaltos nem hiatos, de modo a poder dizer-se que culminam e se integram a final, constituindo a verdadeira evolução política e social do Rio Grande.**

São fatos estes, verificados sob aspecto tão distinto pela clareza e naturalidade com que se manifestam num discurso de século e meio, que a **qualquer espírito, mesmo medianamente informado em filosofia elementar, não escapam à, já hoje clássica, distinção em fase guerreira, metafísica e por último científica.** Sem grande penetração, vê-se facilmente que com Pinto Bandeira corresponde a época da conquista e constituição geográfica; com Bento Gonçalves, a tentativa frustrada da definitiva organização política que, entretanto por ser prematura, falhou; com Gaspar Martins, o amadurecimento e o peso da influência rio-grandense nas deliberações da Coroa, conjuntamente operados através da política monárquico-parlamentar, que serviu de transição entre o passado colonial e o presente republicano; com Júlio de Castilhos, a definitiva concretização da forma entrevista por Bento Gonçalves. Estas duas figuras, por assim dizer, completam-se. Sendo então quatro vultos, representam e sintetizam, aliás, três épocas, porque um procurando adiantar-se e agir fora do seu tempo, não logrou alcançar o êxito colimado e isto, longe de o

amesquinhar, pelo contrário, o engrandece, fazendo-se admirar pelo seu arrojado descortino<sup>38</sup>.

A parte sobre História, especialmente a estruturação final da história do Rio Grande do Sul, permite concluir que há uso do comtismo e do evolucionismo em conjunto no pensamento do autor. Essa é uma visão adequada com o que veremos a frente. Essa estrutura mostra o espaço para que a construção de conceitos políticos fosse feita utilizando elementos, no mínimo, dos dois pensamentos. E não será surpreendente notar que estruturas liberais inglesas e norte-americanas, das quais o pensamento de Herbert Spencer faz parte, sejam utilizadas com grande frequência. Não se afirma que Spencer fosse uma ponte para que Alcides chegasse aos conceitos norte-americanos ou ingleses. Era um sinal de compatibilidade, mostrando como o positivismo comtiano no Rio Grande do Sul não impediu que altos membros do partido fossem em outras direções e que elas sequer lhes pareceria inteiramente colidentes. Era, também, um amostra de aproximação do pensamento do restante do Brasil, pois Alberto Sales, o mais importante doutrinador do pensamento republicano no período, era um grande defensor do spencerianismo<sup>39</sup>.

Independentemente de qualquer autor, o constitucionalismo norte-americano circulava no Brasil, e com força desde 1870<sup>40</sup>. Um estudante de Direito, como

---

<sup>38</sup> Grifo nosso, ressaltando a interpretação do autor. CRUZ, Alcides de Freitas. Discurso ao Grêmio Gaúcho. A Federação, Porto Alegre, 22 de setembro de 1914.

<sup>39</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. Da monarquia à oligarquia. História institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930). São Paulo: Alameda, 2014, p. 89-90.

<sup>40</sup> BASTOS, Tavares. A Província. Estudo sobre a descentralização no Brasil. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870, *passim*.

foi Alcides Cruz em São Paulo, certamente iria entrar em contato com essas obras durante sua formação, o contato independia de uma afiliação filosófica. Tais doutrinas tinham enorme influência por terem sido adotadas desde as últimas décadas do Império pelo grupo econômico dominante, os proprietários rurais, e pela sua compatibilidade com o objetivo de criar uma república federada com ampla descentralização de poderes, ideia que prevaleceu no pensamento do republicanismo após o fim da monarquia<sup>41</sup> e era defendida também pelo Partido Republicano Rio-Grandense de Alcides Cruz.

### 3 Conceitos Políticos

Ao contrário da primeira parte, nos conceitos políticos há uma forte ligação com os Estados Unidos e a Inglaterra<sup>42</sup>, especialmente com o primeiro país, e o uso de ideias liberais não necessariamente ligadas ao positivismo. É possível indicar preliminarmente essa influência estrangeira quando ele discute uma intervenção estadual sendo julgada pelo Supremo Tribunal Federal (a seguir, STF) e usa a doutrina norte-americana como exemplo para negar a possibilidade de o Judiciário avaliar casos de

---

<sup>41</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. Da monarquia à oligarquia. História institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930). São Paulo: Alameda, 2014, p. 99-100.

<sup>42</sup> A Inglaterra é representada sobretudo por Spencer e Comte. Mas o autor cita outros autores, como Macauley, Buckle, Gladstone, e, tratando de questões históricas, da importância do pensamento de Hume e Harley. Ver: CRUZ, Alcides de Freitas. A Ilha de Santa Catarina. Por Virgílio Várzea. A Federação, Porto Alegre, 26 de agosto de 1900. In: CRUZ, Alcides de Freitas. Notas de leituras e outros escritos. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017 e CRUZ, Alcides de Freitas. Discurso Comemorativo aos 25 Anos da Proclamação da República no Theatro São Pedro. A Federação, Porto Alegre, 17 de novembro de 1914.



decisão Política do Executivo. Sobre os Estados Unidos, ele afirma: “naquele país, republicanamente educado, cujas instituições, cujas praxes jurídicas, cujos métodos e cujas interpretações constitucionais nós brasileiros frequentemente invocamos”<sup>43</sup>, mostrando reconhecer a influência ampla. Em seu manual, escreve sobre a federação e afirma categoricamente: “Estados Unidos, cujas instituições políticas são fontes das nossas”<sup>44</sup>. Na sua vida, Alcides Cruz ainda realizou a tradução do livro "Princípios Gerais de Direito Constitucional" de Thomas Cooley<sup>45</sup>, confirmando a influência e dando contribuições para aumentá-la.

### 3.1 Democracia e liberdade

É em uma resenha sobre o livro “A Ilha de Santa Catarina”, de Virgílio Várzea, que Alcides Cruz apresenta um conceito elaborado sobre democracia e aborda, marginalmente, seu conceito de liberdade. A democracia seria uma forma de governo presente nos Estados Unidos e no Brasil. O autor afirma que se poderia notar ela a partir da leitura das constituições dos países. É uma conceituação curta, mas instrutiva como introdução ao pensamento do autor:

---

<sup>43</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. A Intervenção. A Federação, Porto Alegre, 8 de janeiro de 1915.

<sup>44</sup> O livro inicia com uma história política dos Estados Unidos, com foco nos acontecimentos que levaram à promulgação da Constituição de 1787, e depois apresenta didaticamente o conteúdo da norma e a interpretação das cortes judiciais. CRUZ, Alcides de Freitas. Direito Administrativo Brasileiro. Exposição summaria e abreviada. 2a ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte; Paris; Lisboa: Francisco Alves & cia; Aillaud, Alves & cia, 1914, p. 112.

<sup>45</sup> COOLEY, Thomas. Princípios Geraes de Direito Constitucional dos Estados Unidos da América do Norte. Tradução: Alcides de Freitas Cruz. Porto Alegre: Livraria Universal, 1909.

Em face dos mais recentes estudos, porém, os publicistas chegaram à conclusão, definitiva, talvez, de que a Democracia nada mais é do que *a forma de governo na qual, perante a lei, são reconhecidas todas as condições de igualdade e a Liberdade a atribuição do governo ao que lhe é severamente necessário para o desempenho da lei*; de onde se infere que, sob pena de se confundir com a Anarquia, a Liberdade não é a faculdade possuída por qualquer indivíduo para fazer o que bem lhe parecer sem o impedimento de nenhuma lei<sup>46</sup>.

Apesar do conceito liberal de democracia, Alcides escreve que muito recentemente conceitos como “Democracia, a Soberania do Povo, a Liberdade” haviam sido modificados e que, naquele momento, ainda não havia uma resposta definitiva para esses conceitos de difícil interpretação. Até o momento anterior, eles dependiam de várias ideias administradas *a priori* e que, quando não removidas, elas ocasionavam grande confusão. Ele afirma que essas alterações conceituais recentes se deram pela inclusão da sociologia às considerações. Alcides não chega a explicar como os conceitos sociológicos haviam dimensionado o conceito defendido na passagem acima. E, conforme José Murilo de Carvalho, poucos meses depois da publicação desse texto, haveria a participação de apenas 2,2% da população no pleito que elegeu o presidente Prudente de Moraes, em 1894<sup>47</sup>, o que mostra o ambiente político para que considerações assim fossem feitas.

---

<sup>46</sup> Itálico do autor. CRUZ, Alcides de Freitas. Literatura e Política. A Federação, Porto Alegre, 23, 24 e 28 de janeiro e 9 de fevereiro de 1893.

<sup>47</sup> Ver tabela com a participação em todas as eleições da Primeira República em: CARVALHO, José Murilo de. Os Três Povos da República. Revista Usp. São Paulo, n. 59, p. 96-115, set./nov. 2003, p. 104.

Ele afirma no mesmo texto que os Estados Unidos eram uma democracia, pois não poderia ser dado outro nome a uma república nos quais todas as funções governamentais eram eleitas. Assim, pode-se concluir que a democracia para Alcides Cruz também estava ligada à eletividade e liberdade de escolha dos representantes<sup>48</sup>.

Sobre liberdade, abordada conceitualmente na última frase, a semelhança com a famosa conceituação de Montesquieu é grande: “[a] liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; e se um cidadão pudesse fazer o que ele desejasse, ele não teria mais liberdade, porque os outros teriam igualmente este poder”<sup>49</sup>. O conceito, no entanto, é abordado de maneira tão ampla que não se poderia afirmar a existência de uma origem, seja do liberalismo político de Montesquieu ou de outros autores<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Literatura e Política. A Federação, Porto Alegre, 23, 24 e 28 de janeiro e 9 de fevereiro de 1893.

<sup>49</sup> Tradução livre de: “*La liberté est le droit de faire tout ce que les lois permettent; et si un citoyen pouvait faire ce qu’elles défendent, il n’aurait plus de liberté, parce que les autres auraient tout de même ce pouvoir*”. MONTESQUIEU. De l’Esprit des lois, I. Paris: Folio Essais, 1748/1955, p. 325.

<sup>50</sup> Sobre o tema, vale a passagem seguinte sobre o pensamento comtiano a respeito: “Dessa forma, há uma organização institucional para a regulação da vontade; ela tem que ser livre e livremente regulada, no sentido de que não cabe ao poder Temporal, ao Estado – cujo instrumento específico é a violência física –, querer mudar as vontades, as idéias e os valores da sociedade. A constituição desses elementos tem que ocorrer por meio do convencimento, da persuasão, dos exemplos, da mobilização de afetos, ou seja, com base em instrumentos intelectuais e afetivos (COMTE, 1929, v. 4, p. 280); institucionalmente, ela deve ocorrer na sociedade civil (COMTE, 1929, v. 4, p. 167)”. LACERDA. Gustavo Biscaia de. Vontades e Leis Naturais: liberdade e determinismo no positivismo comtiano. Mediações, Londrina, vol. 20, n. 1, p. 307-337, jan./jun. 2015, p. 325-326.

### 3.2 Representação

Uma vez que a democracia direta seria inviável em um Estado com grande população, era um tema importante encontrar os melhores meios para garantir que os cidadãos tenham sua vontade reconhecida e atendida. O autor dá importância ao assunto, tratando em diversos momentos da sua obra, tanto enquanto conceito, como ser verificado nesta seção, quanto tematizada frente aos problemas de fraudes eleitorais criticadas por ele, de sistemas eleitorais ou da falta de consistência de membros de partidos políticos e suas coalizões temporárias<sup>51</sup>.

Afirma Alcides Cruz: “o deputado não é mandatário do eleitor e sim do país e que não há nenhum interesse, quer para o eleitor, quer para o deputado, que ambos se conheçam pessoalmente, bastando, apenas, não haver equívoco acerca do programa político, econômico e social do deputado”<sup>52</sup>. Representação era cuidar dos interesses dos representados.

---

<sup>51</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. A Nova Lei Eleitoral (II). A Federação, Porto Alegre, 11 de junho de 1913.

<sup>52</sup> Nessa publicação, ele criticava o sistema majoritário de apenas uma vaga para formar legislativos, quando pequenas circunscrições são criadas, uma para cada vaga de deputado, e os candidatos disputavam pela maioria dos votos apenas entre os cidadãos residentes ali. Era o sistema vigente na Lei Saraiva de 1881, que ele afirma ser especialmente propício para que fossem feitas promessas, favores e, não raro, tinha seu resultado decidido pela capacidade de sustentar campanhas mais dispendiosas. Assim, apesar de ser possível conhecer bem o posicionamento e ele ser o dominante, é de se ressaltar que ele foi redigido dentro de um contexto de especial atenção e rechaço às ligações negativas entre eleitores e candidatos. CRUZ, Alcides de Freitas. A Nova Lei Eleitoral (II). A Federação, Porto Alegre, 11 de junho de 1913.

O conceito apresentado por Alcides é feito a partir do jurista francês León Duguít, um expresso adepto da filosofia de Augusto Comte. Apesar da ligação com o positivismo pelo autor utilizado, o conceito não vai além da teoria da representação moderna na sua faceta mais aceita, desenvolvida conforme os Estados estabeleceram sistemas indiretos. Era ligado, sobretudo, ao pensamento liberal europeu. Uma definição que pode ser atribuída, pelo menos, ao discurso do inglês Edmund Burke, no século XVIII<sup>53</sup>.

### 3.3 Soberania

Um dos temas de Direito Público e política analisados com mais atenção por Alcides Cruz no manual de Direito Administrativo é a questão da soberania. Ele colocava que ela era “a faculdade de uma nação de se organizar politicamente como melhor lhe parecer”<sup>54</sup> e que “todo o poder deve vir do povo; deste modo o povo é

---

<sup>53</sup> “Mas sua opinião desenhada, seu julgamento maduro, sua consciência esclarecida, ele não deveria sacrificar por vocês, por qualquer homem, ou por qualquer conjunto de homens vivos. Esses atos que ele pratica não derivam do prazer de vocês – não, nem da lei ou da Constituição. Eles são uma confiança na Providência, por cujo abuso ele é profundamente responsável. Seu representante deve-lhes não somente sua diligência, mas seu julgamento; ele trai-os, em vez de servi-los, caso ele sacrifique seu julgamento em favor da opinião de vocês”. Discurso de Edmund Burke aos eleitores de Bristol, ao ser declarado pelos juízes devidamente eleito como um dos representantes desta cidade no Parlamento, na quinta-feira, 3 de novembro de 1774. BURKE, Edmund. Discurso aos Eleitores de Bristol. Traduzido por Gustavo Biscaia de Lacerda. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 97-101, nov. 2012, p. 100.

<sup>54</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Direito Administrativo Brasileiro. Exposição sumária e abreviada. 2ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte; Paris; Lisboa: Francisco Alves & cia; Aillaud, Alves & cia, 1914, p. 30.

quem designa os seus governos e dita a maneira pela qual quer ser governado”<sup>55</sup> e afirma que historicamente, no Brasil, ela deve ser atribuída ao povo desde a Constituição da República<sup>56</sup>.

Ele afirma, no entanto, que a questão é das mais infecundas e obscuras, que ela poderia ser contornada, por não ser ligada ao tema do manual, que era indemonstrada e inútil, conforme já afirmara Diguit<sup>57</sup>. Atualmente, o tema dificilmente seria tratado como possuindo tal controvérsia, mas Alcides Cruz estava no ambiente em que se discutia acirradamente sobre teorias dualistas e monistas da soberania em Estados federados, se a soberania era única ou cada estado federado possuía ela junto da União. O tema não era novo, Campos Sales, o político mais relevante para a conformação da política brasileira na época de Alcides Cruz, fora um dos maiores defensores do reconhecimento da soberania estadual ainda na constituinte de 1890<sup>58</sup>. Já na constituinte havia discordâncias, tanto sobre haver soberania dual, quanto sobre a necessidade de discutir o tema se outorgar direitos amplos aos estados federados poderia ser feito independentemente da definição.

Apesar da indefinição de décadas, Alcides trata o tema com bastante profundidade e se posiciona claramente. Ele afirma que em Estados Federados, como o brasileiro, havia duas ordens separadas de manifestações políticas, as federais e a locais, e isso gerava dois poderes públicos, o federal e o estadual. Assim, os habitantes estavam sujeitos a duas soberanias. Seu posicionamento,

---

<sup>55</sup> *Ibid*, p. 30.

<sup>56</sup> *Ibid*, p. 30-31.

<sup>57</sup> *Ibid*, p. 24.

<sup>58</sup> BRASIL. Annaes do Congresso Constituinte da Republica. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, p. 244-247.

afirma, não estava de acordo com a escola que defende a unidade e a indivisibilidade, mas era o que os fatos lhe revelavam. A soberania no Brasil deveria ser apreendida a partir das instituições norte-americanas e reconhecida a dualidade. A soberania não era atributo exclusivo da União porque os Estados tinham vontade própria para se organizar e para tomar decisões sobre seus cidadãos. Afirmar que os estados estavam limitados por normas não era suficiente para lhes retirar o atributo porque a União estava igualmente limitada<sup>59</sup>. Assim, Alcides Cruz adota a posição que futuramente não iria prevalecer, mas era forte naquele momento em que a política nacional estava enfraquecida e os estados haviam sido dotados de amplos poderes.

### 3.4 República

A república é conceituada no início do Direito Administrativo com simplicidade, com termos semelhantes aos utilizados hodiernamente em textos introdutórios. Alcidez afirma que o Brasil é uma república porque, após um exame “da situação jurídica das pessoas que detem a autoridade, as revela não só sujeitas ao princípio da responsabilidade como electivas e de exercício temporário. A responsabilidade, a elegibilidade e a temporariedade são, pois, os únicos característicos da forma republicana”<sup>60</sup>.

A implantação da república era um tema já resolvido no Brasil quando Alcides Cruz escreve seus

---

<sup>59</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. *Direito Administrativo Brasileiro. Exposição sumaria e abreviada*. 2a ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte; Paris; Lisboa: Francisco Alves & cia; Aillaud, Alves & cia, 1914, p. 28-31.

<sup>60</sup> *Ibid*, p. 28.

textos, todos elaborados após a derrocada da monarquia. Apesar disso, o assunto é tratado por ele com semelhança às defesas feitas no período anterior, como por exemplo, no Manifesto Republicano<sup>61</sup>. Afirmava com grande determinação a necessidade de um sistema no qual todos os cargos fossem eleitos. Escreveu Alcides:

Bem se sabe que a República não faz impossíveis, nem contém princípios infalíveis, nem opera com métodos impecáveis; porque virtudes sobrenaturais, como seriam estas, não existem; basta entretanto que cada qual reconheça, como ensina o admirável Scherer, que as liberdades políticas não são o fim da sociedade, mas apenas garantias para que ela possa viver normalmente, segundo o seu curso natural, para ver que a **República, melhor que todas as outras criações governativas, é a única que pode fazer tudo quanto politicamente promete**<sup>62</sup>.

A sua conceituação do republicanismo era bastante majoritária e pouco se modificou no último século. Nota-se, no entanto, como não estavam superadas as questões de sua defesa naquele ambiente político que sucedia décadas de luta pela sua implantação no Brasil. O mais relevante sobre o tema da república é notar como há

---

<sup>61</sup> “Para que um governo seja representativo, todos poderes devem ser delegações da nação, e não podendo haver um direito contra outro direito segundo a expressão de Bossuet, a monarchia temperada é uma ficção sem realidade. A soberania nacional só pôde existir, só pode ser reconhecida e praticada em uma nação cujo parlamento, eleito pela participação de todos os cidadãos, tenha a suprema direcção e pronuncie a última palavra nos públicos negocios”. O Manifesto Republicano. Itú: 1870. In: Cadernos ASLEGIS. Número 37. Brasília: Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, 2009, p. 56.

<sup>62</sup> Grifo nosso. CRUZ, Alcides de Freitas. Discurso Comemorativo aos 25 Anos da Proclamação da República no Theatro São Pedro. A Federação, Porto Alegre, 17 de novembro de 1914.



aderência ao pensamento do Partido Republicano Rio-Grandense e aos dos demais republicanos brasileiros<sup>63</sup>.

### 3.5 Federação

No manual, Alcides Cruz afirma que Estado-composto é um Estado Federal, e que a federação, ou Estado de Estados, tinha uma composição com quatro elementos: “nação, território, governo e a união de um certo numero de Estados-membros”<sup>64</sup>. No Brasil, sua origem fora o despedaçamento de um Estado unitário<sup>65</sup>.

O tema da soberania dual, em outros termos, a defesa de que os entes federados locais eram soberanos, apresenta bastante do posicionamento de Alcides sobre a prática da federação. No Brasil, ela tinha sido feita de acordo com modelo norte-americano<sup>66</sup>, com amplo reconhecimento de poderes e liberdades aos Estados. Assim, os entes federados eram supremos naqueles assuntos determinados pela Constituição, tinham liberdade

---

<sup>63</sup> Em um sentido menos conceitual, Alcides Cruz também mostra sua pouca simpatia com a família real: "E o Imperador, primeiro do nome Pedro, recém coroado, mas deslumbrado pelas funções majestáticas, cambaleava entre a reaccionaria facção lusitana e a orgia. Instigado pela aulica camarilha de favoritos arrogantes e incultos, ou recebendo inspirações na alcova de uma dama, o Bragança iniciava uma política vilipendiosa; movia-se dentro desse fatalissimo circulo vicioso: o seio aflante da marquês de Santos e os conselhos e imposições do gabinete aulico". CRUZ, Alcides de Freitas. *Epitome da Guerra entre o Brasil e as Provincias Unidas do Rio da Prata*. Volume I. Porto Alegre: Oficinas tipograficas da Livraria do Commercio, 1907, p. 2.

<sup>64</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. *Direito Administrativo Brasileiro*. Exposição sumaria e abreviada. 2a ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte; Paris; Lisboa: Francisco Alves & cia; Aillaud, Alves & cia, 1914, p. 28.

<sup>65</sup> *Ibid*, p. 28.

<sup>66</sup> *Ibid*, p. 29.

para se organizar, criar suas administrações e executavam as competências reconhecidas no ordenamento jurídico com liberdade<sup>67</sup>.

Todos esses posicionamentos permitem concluir que as estruturas e instituições norte-americanas são de grande importância na concretização da organização estatal, até mesmo que elas são as predominantes. O positivismo não deixa de aparecer direta ou indiretamente, como por meio de Duguit, mas o principal dos conceitos para estruturação estatal está no pensamento predominante no restante do país, ligado ao constitucionalismo norte-americano.

#### 4 Poderes do Estado

A tripartição de poderes, pilar do constitucionalismo norte-americano, é encarada com ceticismo por Alcides Cruz. Após uma construção tão liberal de conceitos políticos, da tradução de obras e constante uso do direito norte-americano, há descrença sobre seu funcionamento e até existência. No manual, a introdução ao tema da separação dos poderes é inequívoca: "[e] opinião vencedora entre os mais recentes mestre de direito público, que a tese da separação de poderes, não encerra em teoria nenhum conteúdo científico. Não tem o carácter de verdade jurídica pretendida pelas Constituições dos povos que adoptando-a, veem nella uma panacéa capaz de os salvar em qualquer emergência"<sup>68</sup>. A separação de poderes seria algo radical em tese, e haveria um notável baralhamento deles na situação concreta<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> *Ibid*, p. 28-31.

<sup>68</sup> *Ibid*, p. 41.

<sup>69</sup> *Ibid*, p. 44.

A explicação dada é a de que os poderes penetram e invadem suas competências a tal ponto que a tendência geral dos juristas seria a de reconhecimento da impropriedade da denominação, que seria, na teoria e na prática, indemonstrável. Alcides Cruz não faz essas considerações a respeito do Brasil, escreve que a teoria de Montesquieu nunca pode ser aplicada em geral e que o seu incompleto estudo das instituições inglesas tinha servido apenas para mostrar como a sua constituição havia criado, por meio de sua divisão de funções e colaboração de órgãos, um ambiente favorável à liberdade. Mesmo nos Estados Unidos haveria uma geral irrelevância e descrença<sup>70</sup>. É de se cogitar, ainda que faltem elementos escritos, que o positivismo defensor de um Presidente da República forte, e a circunstância de um partido político tão dominante no Rio Grande do Sul tenham relevância nessa posição.

Afirma Alcides Cruz, utilizando o jurista francês Joseph Barthélemy, que não havia poderes. Há apenas um poder, o Poder Público, e as manifestações de sua atividade teriam diversas formas. Seriam apenas órgãos os denominados poderes, aos quais se atribuiria a função executiva e as demais. No entanto, o uso do termo poder já estava a essa altura consagrado<sup>71</sup>.

No discurso proferido no falecimento de Júlio de Castilhos e publicado n'A Federação, o tema reaparece, abordado da mesma forma, tratando os poderes como funções:

A Constituição de 14 de Julho estabeleceu em toda a sua pureza o verdadeiro tipo do sistema chamado presidencial, **pois que ao chefe de Estado conferiu toda a soma da atividade, iniciativa e autoridade dirigentes, sem que semelhante**

---

<sup>70</sup> *Ibid*, p. 41-42.

<sup>71</sup> *Ibid*, p. 42.

**preponderância, num destaque intenso, prejudique a autonomia, a independência das demais funções por onde se reparte a suprema ação do governo do Estado<sup>72</sup>.**

O trecho reafirma sua posição, mas também deixa vislumbrar o que outros posicionamentos confirmam, o Poder Executivo é tratado como uma fonte de iniciativa e de força particularmente grandes.

#### 4.1 Poder Executivo

Enquanto na teoria o papel do Executivo consistiria em executar a vontade do legislador, o exame dos fatos, escreveu Alcides, mostrava uma ampla gama de atividades que superavam a previsão legal, que envolviam não apenas todas as previstas em lei, como outras não previstas, além do dever de tomar iniciativas conforme o interesse público e de representação do Estado perante todos - interna e externamente. Sua limitação estaria, ele afirma, na proibição de praticar atos contrários à lei<sup>73</sup>.

Alcides afirma que os fatos traziam uma dificuldade de definir o que seria o Poder Executivo em uma república, a teoria seria excessivamente simplificadora. Se previa o Estado de maneira abstrata, como se ele fosse um mero criador e mantenedor do Direito, no qual alguns órgãos assumiriam a responsabilidade por tarefas específicas. No entanto, "a atividade concreta do Estado é a administração pública, a

---

<sup>72</sup> Grifo nosso. CRUZ, Alcides de Freitas. Discurso na romaria ao túmulo de Júlio de Castilhos. A Federação, Porto Alegre, 24 de outubro de 1910.

<sup>73</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Direito Administrativo Brasileiro. Exposição summaria e abreviada. 2a ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte; Paris; Lisboa: Francisco Alves & cia; Aillaud, Alves & cia, 1914, p. 42-43.

gestão dos negócios públicos, praticável independentemente da vontade do legislativo"<sup>74</sup>, e era uma função com um grande leque de atividades e o papel do Executivo nelas era preponderante.

A posição do Executivo fica fortalecida também em relação aos outros poderes. Sobre o Poder Legislativo, ele escreve passagem significativa imediatamente a frente da que descreve as atividades concretas do Estado:

Assim, portanto, movendo-se numa órbita muito ampla, e com inteira liberdade, **quando as assembleias legislativas não cumprem a sua missão assinalada em lei**, dissipando o tempo de duração do seu funcionamento, sem nenhum proveito para o país, **porque nos revoltarmos quando o chefe do executivo, se for homem revestido de ânimo, iniciativa e vontade firme, procura resolver magnas questões, que, retardadas, conduziriam à mais espantosa anarquia?**<sup>75</sup>

Assim, na falta do Legislativo, Alcides Cruz vê no Executivo um dever de atuação - talvez afastando-se da visão norte-americana de Judiciário, especialmente Suprema Corte, atuando para garantia da Constituição e das leis. Nesse possível embate com o Legislativo há ainda mais desenvolvimento por parte de Alcides. Ele cita Esmein, o francês teria dito que nas republicas espano-portuguêsas (inclusive o Brasil) havia um grande mal na separação entre Legislativo e Executivo, conforme a separação de poderes feito nos Estados Unidos<sup>76</sup>. E

---

<sup>74</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. A questão do "habeas-corpus" e o Presidente da República IV. A Federação, Porto Alegre, 1 de abril de 1911.

<sup>75</sup> Grifo nosso. *Ibid.*

<sup>76</sup> A leitura da passagem parece indicar que o autor indicava o uso de um parlamentarismo a esses países. Alcides Cruz não chegou a discutir essa possibilidade de interpretação.

afirmou: "o remedio que talvez produzisse o salutar effeito de diminuir a reproducção das contínuas commoções politicas e motins á mão armada, seria - pensamos nós - a preponderancia da autoridade presidencial executiva sobre tudo mais, ficando a legislação entregue ao plebiscito e este depois submetido ao simples *referendum* do Congresso..."<sup>77</sup>. Portanto, ainda que permanecesse um papel grande no Legislativo, o papel do Executivo é alargado em suas concepções.

As posições práticas sobre esse posicionamento aparecem também. Alcides citou os artigos correspondentes da Constituição de 1891 e considerou um "baralhamento" caber ao Legislativo conceder previamente autorização sobre empréstimos e outras operações de crédito, dívida pública, assim como ter papel nas nomeações a cargos diplomáticos e do Judiciário. Essas decisões seriam restrições ao presidente, que não eram justas em um regime de responsabilidade presidencial<sup>78</sup>. Assim, mais do que verificar qual era a divisão estabelecida na norma, Alcides parece ter uma concepção do que seriam as atividades do Executivo, ainda que elas não tenham sido apresentadas em uma lista.

Essas competências envolvendo vários poderes, assim como o funcionamento do *impeachment* perante o Senado, seriam uma tentativa de criar um sistema equilibrado por meio de intromissões e compensações. Na prática, no entanto, elas geraram as turbulências do primeiro ano de vigência da Constituição Federal e

---

<sup>77</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Direito Administrativo Brasileiro. Exposição summaria e abreviada. 2a ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte; Paris; Lisboa: Francisco Alves & cia; Aillaud, Alves & cia, 1914, p. 43.

<sup>78</sup> *Ibid*, p. 44.

deixaram o Executivo e o Legislativo em um estado de permanente antagonismo<sup>79</sup>.

É importante notar que ele mesmo afirma dar suas opiniões com base no conturbado momento político brasileiro no que tange ao Executivo. Suas opiniões indicam poderes extensos, mas não há plena certeza se sua opinião era geral ou se decorria do cenário nacional. Suas críticas não se estendem abstratamente à política nesses momentos, como ocorre com a separação de poderes, mesmo a afirmação de que o fortalecimento do Executivo seria uma solução é feita dentro do cenário local e sua citação de Esmein é sobre a América Latina. Afirmou-se que a instituição dos Estados Unidos não era adequada às repúblicas hispano-portuguesas, mas não ao país de origem.

#### 4.2 Poder Legislativo

Genericamente, escreve, o Poder Legislativo é o responsável por fazer as leis. Alcides Cruz apresenta a teoria, a partir da qual se concluiria que a vontade do Legislativo seria o único fator na formação lei, salvo nos casos previstos de atuação do Poder Executivo ou Judiciário. No entanto, os fatos relevavam que ao Executivo não caberia essa "acanhada tarefa de simples executor"<sup>80</sup>. Na questão de um *habeas corpus*, ele narrara como a falha do Legislativo em cumprir suas tarefas induzia a atuação do Executivo<sup>81</sup>. Imerso nesse caso e defendendo o Presidente da República, Alcides Cruz

---

<sup>79</sup> *Ibid*, p. 45.

<sup>80</sup> *Ibid*, p. 42.

<sup>81</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. A questão do "habeas-corpus" e o Presidente da República IV. A Federação, Porto Alegre, 1 de abril de 1911.

escreveu em favor do presidente e do papel diminuído do Legislativo quando ele não cumpre bem suas tarefas e o chefe do Executivo, por sua vez, o faz<sup>82</sup>.

Essa ampla possibilidade de atuação do Executivo, no entanto, não parece ter dado azo para conclusão de que o Legislativo deveria se submeter às decisões que violassem a Constituição. Citando Woodburn em longa consideração, ele defende que se o Presidente da República caíssem em erro e invadisse os direitos do povo, caberia ao Congresso a aplicação do remédio constitucional previsto, a responsabilização política<sup>83</sup>. É o mesmo argumento utilizado por ele quando defende que o Executivo devesse ter mais liberdade na nomeação a altos

---

<sup>82</sup> O trecho mais significativo daquela discussão, no qual ele dava amplo apoio à decisão do presidente, foi: "De sorte que a causa de tais movimentos, cuja consequência é sempre o acréscimo de autoridade pessoal, verdadeira projeção de governo individual, sempre lícito quando bem intencionado, é a incúria das assembleias deliberantes, que perdem todo o longo período das suas sessões nas mais estéreis e desnecessárias discussões, que aos interesses do país não aproveitam.

Disso tem resultado o desprestígio dos parlamentos, em favor do fortalecimento da autoridade primordial do executivo, quando sabe aproveitar-se do ensejo, e está no seu papel legítimo, pois o presidente da República também, e pelos mesmos títulos que o parlamento, representa o povo.

Por esse modo a opinião pública, ensina o professor Barthelemy, também vai governando, mas através do presidente.

Quando não se dá isso, invertem-se na prática as instituições políticas do país: a lei desconhece o regime parlamentar, mas passa-se a sofrer os efeitos do parlamentarismo, apresentando todos os seus inconvenientes sem oferecer nenhuma vantagem!". CRUZ, Alcides de Freitas. A questão do "habeas-corpus" e o Presidente da República IV. A Federação, Porto Alegre, 1 de abril de 1911.

<sup>83</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. A questão do "habeas-corpus" e o Presidente da República IV. A Federação, Porto Alegre, 1 de abril de 1911.



cargos - o de que ao Legislativo caberia punir se houvesse abuso<sup>84</sup>.

Portanto, Alcides Cruz defende um Legislativo que cria leis e responsabiliza o presidente, não se afastando da estrutura criada em 1787 na Constituição dos Estados Unidos. No entanto, nas discussões práticas, se posiciona fortalecendo o Executivo quando necessário. Aparentemente, ele via essa necessidade com frequência no cenário político de então.

### 4.3 Poder Judiciário

O Judiciário reestabeleceria o Direito quando violado<sup>85</sup>. Para Alcides Cruz, a instituição não seria separada em sua essência do Executivo, ao contrário do que se acreditara no passado. Em publicação de 1911, ele afirma que estariam corretos os mestres que combatiam a ideia antiga de que ele seria um poder<sup>86</sup>. Em seu manual, afirma o mesmo, e lista Berthélemy, Jacquelin e Michoud<sup>87</sup>, como autores que defendiam que "o chamado poder judiciário nem sequer constitui um poder à parte, mas apenas uma face do Executivo"<sup>88</sup>. São afirmações controversas atualmente e, mesmo no período, eram

---

<sup>84</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. *Direito Administrativo Brasileiro. Exposição sumária e abreviada*. 2a ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte; Paris; Lisboa: Francisco Alves & cia; Aillaud, Alves & cia, 1914, p. 44.

<sup>85</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. A questão do "habeas-corpus" e o Presidente da República IV. *A Federação*, Porto Alegre, 1 de abril de 1911.

<sup>86</sup> *Ibid.*

<sup>87</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. *Direito Administrativo Brasileiro. Exposição sumária e abreviada*. 2a ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte; Paris; Lisboa: Francisco Alves & cia; Aillaud, Alves & cia, 1914, p. 45.

<sup>88</sup> *Ibid.*, p. 45.

minoritárias no cenário nacional. Como o próprio Alcides afirma, as posições dos Estados Unidos eram a fonte de inspiração do Brasil<sup>89</sup>, e elas tratavam o Judiciário como um poder e davam grande espaço institucional para a Suprema Corte, como a guardiã da Constituição, abarcando papéis além da aplicação da lei aos casos, como o controle de constitucionalidade e a interpretação das leis. O posicionamento de Rui Barbosa<sup>90</sup>, concretizado na Constituição de 1891, não foi o defendido por Alcides Cruz.

Em outra abordagem que se afasta da doutrina norte-americana, críticas à Suprema Corte americana são feitas por Alcides com base em sua história. Ele conhecia casos como Dred Scott, que causou grandes críticas pela corte não aceitar julgar um escravo que havia fugido para um estado no qual a escravidão era proibida e, potencialmente, contribuiu para o início da Guerra de

---

<sup>89</sup> "Passando a outra ordem de considerações, começa dizendo que o ilustre deputado dr. Joaquim Osório, como todos aqueles que estudam as nossas instituições e procuram a interpretação exata de algum texto constitucional, recorrem logo à Constituição dos Estados-Unidos, procurando derivar dela os princípios do nosso direito". CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 43ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 15 de novembro de 1909.

<sup>90</sup> "Os atos, que, justos ou injustos, acertados ou errôneos, não têm corretivo na ordem jurídica do regimen, são aqueles, em que um poder constitucional, na órbita de uma autoridade incontestável, exerce uma atribuição exclusiva, suprema, ou discricionária. Assim o Supremo Tribunal Federal, como a voz viva e o último árbitro da Constituição, quando se pronuncia sobre a validade constitucional dos atos do Executivo e do Congresso, discrimina os atos políticos dos não políticos, e traça a divisória entre os vários poderes da União". BARBOSA, Rui. Obras Completas de Rui Barbosa. Vol. XXXVIII, Tomo II. Trabalhos Jurídicos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1911, p. 141.

Secessão de 1861<sup>91</sup>. Ele cita a história da corte para afirmar que ela é considerada infalível apenas no estrangeiro, mas sua história tivera momentos de envolvimento ruidoso com a política, e que ela não pode ser considerada modelo em qualquer situação:

Como vê a Assembleia, as decisões da Suprema Corte dos Estados Unidos não têm e não devem exercer sobre nós a autoridade que se lhes pretende atribuir, e mormente o ilustre colega, e para corroborar a sua afirmativa lê novos trechos, mostrando que a infalibilidade daquele tribunal afigura-se muito grande só no estrangeiro, onde não chega o eco da ruidosa politicagem que lá reina<sup>92</sup>.

Um segundo dado importante, separado doutrinariamente da posição institucional do Judiciário, é sobre a atuação da magistratura em atos políticos. Alcides Cruz defende a possibilidade de o Executivo resistir a decisões judiciais que adentrassem no âmbito político. Não era um questionamento sobre o papel do Judiciário em causas civis, comerciais ou criminais, como em geral não se questionou o papel nessas competências. Fora da política, o Judiciário era reconhecido como legítimo e necessário decisor - podia até se discutir a jurisprudência

---

<sup>91</sup> "Numa obra recente, do professor James Woodburn, *The American Republic* (1906), se nos não falha a memória exaltada pelos louvores de outra conhecida autoridade, o sr. Ruy Barbosa, historiando as ocorrências verificadas por ocasião do célebre caso Dred Scott, escreve que Lincoln considerava como errônea essa decisão, "negando que o país estivesse obrigado a acatá-la, ambos, ele e Seward, acusavam o Presidente da República (Buchanan) e o Chief Justice (Taney) de conluio, e não há dúvida de que, como Presidente, Lincoln teria recusado submeter-se à decisão do Supremo Tribunal" CRUZ, Alcides de Freitas. A questão do "habeas-corpus" e o Presidente da República III. A Federação, Porto Alegre, 31 de março de 1911.

<sup>92</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 43ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 15 de novembro de 1909.

em seus méritos, esse é o papel dos advogados e professores, mas não afirmava que o Judiciário deveria deixar de julgar causas e aplicar a lei<sup>93</sup>. Por outro lado, havendo a decisão nas áreas restritas a política, iniciavam os questionamentos sobre quais poderiam ou não ser apreciadas.

Alcides Cruz estava participando de uma discussão com quase um século no Brasil, e naquele momento ganhara força novamente pela atuação do STF por suas novas competências previstas na Constituição de 1891. Durante o Império, o movimento pendera para afastar o Judiciário e reforçar o Poder Moderador e do Conselho de Estado<sup>94</sup>. Durante a maior parte do período, até mesmo contratos firmados pelo governo eram assunto reservado ao conselho, algo que atualmente seria inserido no Direito Administrativo e o Judiciário seria responsável pelo julgamento ao menos em questões não discricionárias. Só perto do fim do regime, o quadro começa a se modificar<sup>95</sup> e, na República, a possibilidade de atuação se desenvolveu

---

<sup>93</sup> Um caso de apreciação do papel de aplicador estrito da lei é o do mais relevante autor de Direito Constitucional do Império, Pimenta Bueno: "A missão directa e fundamental devia dirigir-se a reconduzir os tribunaes ao sagrado respeito da lei, á pureza e uniformidade de sua applicação, a obedecê-la religiosamente". BUENO, Jose Antonio Pimenta. Direito publico brasileiro e analyse da Constituição do Imperio. Rio de Janeiro: Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1857, p. 346.

<sup>94</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. A idéia de um Conselho de Estado brasileiro: uma abordagem histórico-constitucional. Revista de informação legislativa, v. 42, n. 168, p. 45-63, out./dez. 2005, p. 53-54.

<sup>95</sup> GARCIA NETO, Paulo Macedo. O Judiciário no crepúsculo do Império (1871-1889). In: LOPES, José Reinaldo de Lima (org.). O Supremo Tribunal de Justiça do Império: (1828-1889). São Paulo: Saraiva, 2010, p. 133. Coleção direito, desenvolvimento e justiça. Série Produção Científica.

ao longo de décadas, lentamente, em favor do Judiciário verificando o que não forem consideradas decisões discricionárias. Alcides escrevia durante parte conturbada da transição, pouco após ocorrerem os embates de diversos grupos contra os presidentes militares. Sobre as questões políticas, o posicionamento de Alcides pode ser visto já em um processo de atenuação da posição adotada durante grande parte do funcionamento do Conselho de Estado no Império, pois previa que parte dos atos do Executivo, os administrativos, deveriam também ser decididos por cortes judiciais, ficando afastados apenas os políticos. Ainda assim, era uma visão que restringia o Poder Judiciário e favorecia a liberdade do Executivo:

É ponto unanimemente aceito e ensinado, sem discrepância, por todos os mestres e tratadistas, que as variadas e múltiplas **atribuições dos chefes de Estado se exteriorizam, na prática, por uma série de atos, em última análise reduzidos a dois únicos tipos – atos políticos e atos administrativos.**

Se os da segunda natureza não são suscetíveis, tal a sua diversidade e multiplicidade, de uma rigorosa enumeração, não sucede o mesmo quanto aos primeiros.

**Em qualquer compendio de direito público, especialmente administrativo, não deixará de vir uma sucinta referência a todos os atos políticos.**

Não há estudante do 5º ano da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre que não saiba, por ter ouvido de nós mesmos, conforme se vê a pp. 20 e 21 das Noções de Direito Administrativo, que são atos políticos os concernentes à ação e às relações exercidas pelos órgãos políticos entre si, e também os de ordem política e constitucional feitos com o desígnio de ser mantida a unidade política.

“Tais são [...]. **SOBRE ESTES ATOS OS TRIBUNAIS NENHUMA AÇÃO EXERCEM E, PORTANTO, ESCAPAM A TODA A ORDEM DE RECURSOS**”<sup>96</sup>.

---

<sup>96</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. A questão do “habeas-corpus” e o Presidente da República III. A Federação, Porto Alegre, 31 de março de 1911.

Apesar da justificativa doutrinária e da discussão longa, o contexto é relevante. As posições do STF sobre a intervenção nos estados e ampliação do conceito de *habeas corpus*, dois temas políticos de grande repercussão na época, influenciavam diretamente na atuação dos partidos estaduais<sup>97</sup>. Com essa posição, Alcides se aproximava do pensamento de autores que participavam dos grupos políticos dominantes, que frequentemente viam seus atos resistidos por meio dessas ações. Um exemplo paradigmático é Campos Sales, o maior político do período e responsável pela implantação da Política dos Governadores que regeria o cenário até 1930. Sales fora um ardente defensor do Poder Judiciário e do STF na constituinte, mas nos anos seguintes passou a defender a limitação dele para atuar em assuntos políticos - sobre isso, ver Christian Lynch no estudo sobre a judicialização da política ocorrida no cenário nacional Primeira República<sup>98</sup>.

---

<sup>97</sup> Sobre o tema, a tese de Andrei Koerner elaborou profunda reflexão. Um trecho específico é: "Vimos que, para Rui Barbosa, os direitos civis não diziam respeito apenas aos indivíduos, mas à própria ordem pública, a qual, fora da legalidade, transformava-se em tirania. Do mesmo modo, o *habeas-corpus* era um instrumento da ordem pública, destinado não só a defender a liberdade individual contra prisões ilegais, mas em geral a defender a liberdade constitucional dos cidadãos contra os atentados ilegais das autoridades públicas". KOERNER, Andrei. *O Habeas-Corpus na Prática Judicial Brasileira (1841-1920)*. Tese de Doutorado - Faculdade de Direito de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 431-432.

<sup>98</sup> "Na qualidade de Ministro da Justiça do Governo Provisório (1889-1891), Sales havia sido um dos principais defensores da introdução da jurisdição constitucional atribuída ao Supremo Tribunal Federal, cuja neutralidade lhe parecia indispensável à preservação da forma ultrafederativa de Estado por que tanto se batera sob a monarquia e que era e havia desde sempre sido a sua principal obsessão.

Para demonstrar como os posicionamentos podem ser relacionados às questões contextuais do Poder Judiciário federal, há as críticas feitas por Alcides aos membros do STF na 43ª Sessão Parlamentar, de 15 de novembro de 1909, quando se discuta a cobrança de impostos sobre o vencimento de magistrados. Ao questionar o julgamento do STF, afirmou: "[q]ue importa a maioria se a sabedoria do Supremo Tribunal, com franqueza, é escassa, porque os luzeiros do direito, excetuando Pedro Lessa, Oliveira Ribeiro e Amaro Cavalcanti, lá não estão"<sup>99</sup>. Para ele, o grande saber jurídico estava com os professores da faculdades, advogados notáveis e membros da magistratura estadual<sup>100</sup>. E afirma que, mesmo sendo a posição

---

Entretanto, ao assumir a liderança do governo Floriano no Senado, Sales dedicou todos os seus esforços no sentido de construir uma jurisprudência constitucional que permitisse ao Poder Executivo, por meio do estado de sítio, enfeixar a maior soma possível de poder a fim de reprimir a oposição rebelde ou inconformada. Ele abandonou a tese de que o regulador do regime deveria ser o Supremo Tribunal, para atribuir semelhante função ao Presidente da República, entendido como vigilante ou sentinela do federalismo oligárquico. O conservadorismo de Sales combinava assim interpretação ampliativa do estado de sítio (destinada à repressão) e interpretação minimalista da intervenção federal (destinada a proteger as oligarquias estaduais)" LYNCH, Christian Edward Cyril. Esforços de Judicialização da Política na Primeira República: o voto vencido do Ministro Pedro Lessa no julgamento do Habeas Corpus nº 3.528/1914. *Revista dos Tribunais* (São Paulo. Impresso), v. 916, p. 22-33, 2012, p. 27-28.

<sup>99</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 43ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 15 de novembro de 1909.

<sup>100</sup> "Também ele tem a coragem de dizer que o saber jurídico não está com a magistratura federal, mas com os professores das faculdades de direito, os advogados notáveis e vários membros das magistraturas dos Estados, sem contudo querer dizer que na magistratura estadual não seja muito regular o número dos incompetentes. A prova está nos julgados do Supremo Tribunal, que constituem um acervo de contradições". *Ibid.*

minoritária e derrotada, era preferível resolver o caso com o voto do Ministro Amaro Cavalcanti, pela sua qualidade e pela compreensão que o autor tinha de impostos e de Direito Constitucional<sup>101</sup>. Talvez pela repercussão das falas, cerca de um mês depois, em 18 de dezembro de 1909, publica artigo n'A Federação afirmando que as críticas não eram à magistratura em geral: "... não deixariam de concordar que os conceitos expendidos por nós todos, naquele dia, não podiam visar senão a magistratura federal; tais foram as claríssimas referências feitas. E basta considerar que só ela é que se tem manifestado sobre o assunto debatido"<sup>102</sup>.

Encerrando a sistematização do Poder Judiciário e sumarizando os achados sobre a organização estatal, nota-se a consistência do autor nessa estruturação. Alcides Cruz nega a existência dos poderes, haveria apenas um poder em cada soberania - um Poder Público estadual e outro, federal. Esses poderes, únicos em suas esferas, tinham órgãos aos quais eram atribuídas funções, como a legislativa, a executiva e a judiciária. Ter essas funções não os transformava em um poder, permaneciam órgãos. Também se observa uma tendência de fortalecimento do Poder Executivo em diversos momentos, que não era isento de responsabilidade e nem avocaria as funções de outros órgãos, mas teria seus atos menos vigiados se comparado com a posição de políticos que seguiam um modelo mais próximo do constitucionalismo norte-americano e de fortalecimento do Poder Judiciário. Uma passagem de muitos anos anteriores a essas discussões, 1897, na qual ele discute a história inglesa e a compara ao

---

<sup>101</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 43ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 15 de novembro de 1909.

<sup>102</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. A magistratura. A Federação, Porto Alegre, 18 de dezembro de 1909.



seu ambiente, mostra elementos importantes desse contexto:

Lembro-me de que li em Macaulay uma interessante passagem em que esse poderoso historiador britânico, referindo-se aos clássicos partidos de sua pátria, o whig e o tory, dizia que um representava as velas do navio e o outro o lastro. Que eram os elementos indispensáveis: a vela para fazer o barco andar, simbolizava o partido progressista; o lastro, o elemento de estabilidade, era indispensável para fazer a embarcação suportar o temporal e simbolizava a segurança: o partido da ordem.

Um completando o outro, eram forças necessárias à harmonia das instituições.

Nós, no Sul, não precisamos disso. O partido republicano é uma nau com todos os seus aprestos: velame, artilharia e lastro<sup>103</sup>.

Alcides Cruz, com posicionamentos que favoreciam o Executivo forte.

## **5 Atuação estatal**

A última etapa proposta para conhecer o pensamento político de Alcides Cruz é seu posicionamento sobre a atuação estatal, o modo como deveria funcionar o Estado e em quais áreas ele deveria intervir. O objetivo é concluir a pesquisa não com as estruturas teorizadas por ele, mas com dados sobre seus posicionamentos concretos na gestão do Estado.

No seu manual, Alcides aborda rapidamente essa questão quando relacionada à saúde, mas apenas para afirmar que "[e'] um problema difficilimo, o de assinalar o

---

<sup>103</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Do Sul II. A Nação, São Paulo, 12 de setembro de 1897.

papel do Estado perante a mendicidade..."<sup>104</sup>. O melhor posicionamento teórico encontrado é dado em uma discussão legislativa de 1913. Nela são narradas estruturas que parecem mais próximas do positivismo ou, simplesmente, de implementação de um Estado de Bem-Estar Social como começava a se desenhar na Europa e ocorreria, a partir de 1929, também nos Estados Unidos. É notável a diferença em relação à passagem de Silvio Romero, citada durante a análise de suas bases filosóficas, que defendia um estado com o mínimo de poder e ingerência:

Não sigo certas doutrinas pregadas por economistas de autoridade, porém hoje considerados retardatários que baseiam o seu programa na inflexibilidade da fórmula - *laissez faire, laisser aller*. **Segundo a orientação desses economistas, a missão única do Estado é zelar pela ordem no interior e no exterior pela segurança das fronteiras. O direito público moderno, no entanto, não se satisfaz apenas com a manutenção da força armada, com a aplicação da justiça e o policiamento.**

A política contemporânea, o desdobramento econômico e industrial sempre novo criam outros deveres para o Estado sob múltiplos aspectos que o obrigam a intervir em assuntos de outra ordem, por interessarem do perto essa interdependência em que na sociedade se acham os indivíduos uns para com os outros.

**É isso que provoca essa nova missão dos governos modernos, sob uma forma não expressa em leis, mas tácita, no sentido de serem tomadas umas tantas resoluções que, parecendo estranhas, dão lugar, como a atual, a que se diga que estamos indo de encontro à Constituição**<sup>105</sup>.

---

<sup>104</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Direito Administrativo Brasileiro. Exposição sumária e abreviada. 2a ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte; Paris; Lisboa: Francisco Alves & cia; Aillaud, Alves & cia, 1914, p. 246.

<sup>105</sup> Grifo nosso. CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 50ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 9 de novembro de 1913.

O contexto dessa afirmação é a criação de um imposto sobre a exportação de gado e sobre bovinos abatidos durante a gestação. A discussão com outros deputados versava sobre a conveniência do imposto sobre a economia estadual, e o aumento de custos para o consumidor. Alcides Cruz não é a favor aumentar impostos em geral, mas apoia a medida com base na ideia de que o Estado se vê diante de crescentes necessidades e essa é uma das maneiras legítimas para viabilizar os recursos.

Alcides Cruz, em resumo inicial, não se apoia em uma expansão generalizada do Estado, mas vê áreas específicas em que ele deve atuar. Uma melhor compreensão dessas afirmações, visto que ele não faz associação expressa com nenhuma linha de pensamento, pode ser dada a partir do seu posicionamento sobre os impostos e porque eles eram cobrados.

## 5.1 Cobrança de Tributos

O tema dos tributos é tratado por Alcides Cruz em diversos momentos - quando ele trata do imposto sobre cerveja e tabaco<sup>106</sup>, sobre os vencimentos dos magistrados<sup>107</sup>, sobre o abate de gado<sup>108</sup>, sobre a o desmatamento e o imposto sobre lenha<sup>109</sup>. Nessas oportunidades, aspectos diversos dos impostos foram

---

<sup>106</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 24ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 14 de novembro de 1911.

<sup>107</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 43ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 15 de novembro de 1909.

<sup>108</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 50ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 9 de novembro de 1913.

<sup>109</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 18ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 11 de outubro de 1909.

abordados<sup>110</sup> e elas poderiam render uma pesquisa específica. O tema aqui é a abordagem na atuação do estado, então haverá restrição apenas aos pensamentos concernentes ao papel do imposto na sociedade.

"O imposto é um instrumento da ação e do progresso social"<sup>111</sup>, escreve Alcides Cruz. Ele explica a colocação fazendo a leitura de um trecho escrito pelo sociólogo francês Guillaume de Greef, professor da Universidade Nova de Bruxelas. De Greef escreve sobre Spencer e Comte<sup>112</sup>, cita-os como os representantes mais científicos da sociologia de sua época<sup>113</sup>, os dois chefes das ciências sociais, mas afirma que Spencer estava mais próximo da verdade apesar do protagonismo e da enorme importância do trabalho de Augusto Comte<sup>114</sup> sugerindo substituir a ideia de organização baseada na ordem e no progresso pela ideia de organização e de vida de acordo com a biologia e a interação entre organismos<sup>115</sup>.

Sobre os impostos, a citação feita por Alcides de De Greef foi a seguinte:

1º - O imposto, sendo o cumprimento de um dever social, todos os indivíduos devem pagá-lo. 2º - Sendo o cumprimento de um dever social, cada um deve pagar o imposto na medida de suas forças. 3º - Devendo ser pago segundo as forças de cada qual, há uma tendência a concluir que para cobrar equitativamente o imposto é preciso conhecer exatamente as forças de cada qual. Deve-se ter em conta a situação pessoal de cada indivíduo, indagar se ele tem dívidas ou não. Por outras

---

<sup>110</sup> Como cobrar, quais geram efeitos sociais melhores (diretos ou indiretos), quais as últimas tendências para a limitação de cobrança.

<sup>111</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 43ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 15 de novembro de 1909.

<sup>112</sup> GREEF, Guillaume de. Introduction à la sociologie. Bruxelles; Paris: Gustave Mayolez; Félix Alcan, 1886, p. 2, 5, 8.

<sup>113</sup> *Ibid*, p. 8.

<sup>114</sup> *Ibid*, p. 9.

<sup>115</sup> *Ibid*, p. 10-19.

palavras, os impostos devem ser tanto quanto possível pessoais e não reais: os impostos reais, aqueles que não levam em conta a situação pessoal do contribuinte, de suas dívidas, do seu encargo de família, parecem injustos. Tal é, em particular, o caso dos impostos de consumo. 4º - Pela mesma razão, o imposto deve ter em consideração a origem das rendas e da fortuna do contribuinte. Aquele que aufera os seus rendimentos do seu trabalho deve ser menos tributado que os que os tiram do seu capital (terras, prédios, valores mobiliários...) outrora os governos se dirigiam, de preferência, aos impostos de consumo porque, se dizia, o consumidor os paga sem sentir<sup>116</sup>.

Alcides Cruz não cita outros fundamentos de De Greef naquele momento, mas na obra do francês o fundamento dos tributos está no liberalismo e na defesa da propriedade privada - "*[l]e développement de la propriété privée coïncide avec une nouvelle forme de la consommation publique: l'impôt*"<sup>117</sup>. Afirma o professor francês que na medida em que o poder supremo dos reis foi abolido e a propriedade passou a ser das pessoas, a sociedade precisou estabelecer uma organização preocupada com os seus interesses de desenvolvimento. Assim, ao governo foi progressivamente cabendo regular as despesas sociais, buscar em que haveria interesse na utilização de recursos. Como as decisões necessárias à organização social não cabiam mais ao monarca unilateralmente e ele não arcaria com as despesas por recolhimentos feitos nos termos do antigo regime, a sociedade cobrava impostos de seus próprios membros,

---

<sup>116</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 26ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 17 de novembro de 1911.

<sup>117</sup> Tradução livre: "[o] desenvolvimento da propriedade privada coincide com uma nova forma de consumo público: o imposto". GREEF, Guillaume de. Introduction à la sociologie. Bruxelles; Paris: Gustave Mayolez; Félix Alcan, 1886, p. 75.

dentro de condições adequadas, para manter seu funcionamento e progresso<sup>118</sup>.

Essa visão estabelece que os tributos não podem servir de meio para o fim da propriedade privada, mas não estabelece que o Estado deva ter uma atuação mínima e, sim, de acordo com os interesses da sociedade. Spencer, o grande inspirador de De Greef, aposta na educação como meio de ensinar as pessoas a concorrerem por recursos na sociedade. De Greef afirma sua esperança de que um dia ela pudesse ser feita inteiramente pela sociedade e os profissionais da área, mas que naquele momento o Estado ainda tinha um papel a cumprir<sup>119</sup>.

Essa é uma forma de estabelecer o pensamento de Alcides Cruz que será vista a seguir. Uma aparente regra geral de limitada atuação na sociedade, mas diversos pontos em que ele acredita haver interesse estatal e, nesses casos, defende impostos, obras, incentivos, leis reguladoras. Ele afirma, inclusive, que naquele momento os Estados veem a necessidade de aumentar sua receita a cada ano, o que levava ao aumento de impostos<sup>120</sup>.

Alcides Cruz afirma também que esse crescimento de despesas chegou a criar monopólios estatais em nações modernas, voltados a cobrir as necessidades crescentes:

As nações modernas tendem a estabelecer vários monopólios e, num país cuja administração o nobre deputado conhece melhor do que eu - a Alemanha - as estradas de ferro são exploradas

---

<sup>118</sup> *Ibid*, p. 74-76.

<sup>119</sup> *Ibid*, p. 236-237.

<sup>120</sup> A afirmação sobre o aumento progressivo de despesas é feito em uma discussão sobre aumento de taxação de tabaco, no qual Alcides Cruz não teoria longamente esse aumento de atuação estatal, mas afirma que essa é a realidade e que melhor, pelos motivos apresentados, seria aumentar o imposto da cerveja. CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 24ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 14 de novembro de 1911.

pelo Estado, o que se explica perfeitamente, porque nos Estados modernos, onde os orçamentos de despesa cada vez aumentam mais, se as rendas crescem, paralelamente crescem as despesas, donde a necessidade de procurar outras fontes de renda que não em novos impostos porque os contribuintes não são inesgotáveis<sup>121</sup>.

Apesar dessa realidade descrita, há uma reticência com despesas novas. Ele coloca que os gastos com a saúde eram uma questão difícil<sup>122</sup> e mostra, por sua atuação, que sua posição dependia bastante da análise individual das situações. Dois casos específicos podem ser citados para defender essa percepção sobre a atuação: o primeiro, sobre a subvenção um Instituto de Belas Artes e o pagamento de passagens à Europa para o aperfeiçoamento de Anna Rörecke<sup>123</sup>; o segundo, a proteção de florestas com a possibilidade de criar um Código Ambiental para o Rio Grande do Sul<sup>124</sup>.

## 5.2 O Pedido de Anna Rörecke

Germano Rörecke fez pedido para que sua filha, Anna Rörecke, recebesse uma pensão para se aperfeiçoar

---

<sup>121</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 26ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 17 de novembro de 1911.

<sup>122</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Direito Administrativo Brasileiro. Exposição sumária e abreviada. 2a ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte; Paris; Lisboa: Francisco Alves & cia; Aillaud, Alves & cia, 1914, p. 246.

<sup>123</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 33ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 9 de outubro de 1909.

<sup>124</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Pela preservação das Florestas de Encruzilhada (Excerto do ensio Município de Encruzilhada - Esboço Geográfico). Anuario do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1901, Porto Alegre, 1900 e CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 18ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 11 de outubro de 1909.

na Europa no estudo da pintura. A Comissão de Petições e Reclamações do parlamento deu parecer contrário, com base na falta de previsão na Constituição do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1891. No dia 29 de outubro de 1909, o caso foi retomado, e foi feita a leitura de uma proposta substitutiva, que autorizava o governo do Estado a despendar 2:400\$000 anuais, na Europa ou no Rio de Janeiro, caso entendesse que Anna merecia tal deferência. Citou-se o precedente de que pedido semelhante fora aceito no passado, quando Olga Fossati recebeu apoio semelhante<sup>125</sup>.

Diversos deputados participaram da discussão. A posição contrária, defendida principalmente pelos deputados Armênio Jouvin, Luiz Englert, via na concessão anterior uma ilegalidade pela falta de previsão constitucional. A concessão exorbitaria as funções do Estado previstas na Constituição<sup>126</sup>.

Um dos argumentos utilizados ao longo dela foi o de que o Rio Grande do Sul pagava vinte contos de reis anualmente ao Instituto de Belas Artes local, contanto que ele aceitasse dar instrução gratuitamente. A isso, um deputado não identificado anuncia que o instituto não possuía nenhum professor de pintura. Nesse momento, o deputado Armênio Jouvin afirma que se ele não cumpria seus objetivos, deveria ser encerrado<sup>127</sup>.

Alcides Cruz se posicionara logo no início da discussão pela correção da negativa do auxílio por parte do Legislativo sem, no entanto, se posicionar sobre o substituto que permitia ao Executivo concedê-lo se julgasse conveniente. No entanto, afirma ele, isso não

---

<sup>125</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 33ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 9 de outubro de 1909.

<sup>126</sup> *Ibid.*

<sup>127</sup> *Ibid.*



mudava o fato de que faltava ao Brasil o desenvolvimento das artes e o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul praticamente não existia. Após a fala de muitos outros deputados e da crítica de Jouvin ao instituto, Alcides assume novamente a palavra para uma intervenção longa. Ali ele afirma que a questão do financiamento instituto era uma questão de Filosofia do Direito. De fato, a Constituição de 14 de julho não permitiria subvencionar esses estabelecimentos de instrução dentro da doutrina estabelecida, mas interpretação constitucional não resolveria o problema<sup>128</sup>.

Afirma ele que em sucessivas legislaturas, o Estado vinha se posicionando constantemente no sentido de prestar auxílios a tais estabelecimentos e que os governos estaduais que se sucederam não discordaram dessa prática. O Estado era alheio à fundação e funcionamento de tais estabelecimentos, mas socorria eles com concurso pecuniário. No caso do pedido de Anna, ele via o assunto como um favor pessoal, não uma medida geral, e que o Estado poderia excepcionalmente concedê-la se lhe parecesse oportuno, não havendo nisso uma inconstitucionalidade<sup>129</sup>, apesar de não ser, como dissera o relatório, decisão do Legislativo.

Depois de Alcides Cruz, apenas Joaquim Osório se manifestou, contra ao substituto. Na votação, a visão de Alcides Cruz prevaleceu, o substituto foi aprovado<sup>130</sup>.

Esses argumentos parecem reforçar a posição sobre o Estado e os impostos. Alcides Cruz adota o posicionamento de analisar os casos de acordo com o seu conteúdo, sem um posicionamento determinado previamente sobre a atuação estatal. Partia da análise das

---

<sup>128</sup> *Ibid.*

<sup>129</sup> *Ibid.*

<sup>130</sup> *Ibid.*

normas jurídicas e da crença de uma intervenção estatal pequena, mas não resolvia os casos com base nessas premissas. Enquanto reconhecia a falta de previsão constitucional para criar um Instituto de Belas Artes, não era contra o desenvolvimento de algo considerado importante para ele e, por isso, aceitava que o Estado concedesse auxílios.

### 5.3 A Proteção das Matas e o Código Florestal

Três anos antes de falecer, Alcides Cruz afirma que há 20 anos vinha se posicionando na imprensa e em debates sobre a necessidade de "conservação de várias forças vivas da natureza", cita as matas, pesca, caça, e afirma que para garantir essas riquezas, haveria a necessidade de intervenção dos governos<sup>131</sup>. No anuário de 1900, treze anos antes, ele afirmava a mesma necessidade, e propunha uma união pela defesa das florestas que envolvia o restante da sociedade, ela deveria ser feita por meio de uma "propaganda tenaz e ao alcance de todos", a ser mantida pela imprensa, professorado público, sacerdócio, intendência e todos os que conhecessem os benefícios da preservação e da silvicultura, esta última uma prática que poderia levar os proprietários rurais e donos de matas a defender o patrimônio natural<sup>132</sup>.

Quanto à atuação estatal, na publicação do anuário, ele afirma que a exposição de motivos da nova Lei de Terras, feita por Júlio de Castilhos em 1897, na abertura da Assembleia dos Representantes, mostrava como a questão estaria afeta também ao Poder Público. Júlio de

---

<sup>131</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 50ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 9 de novembro de 1913.

<sup>132</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Anuario do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1901, Porto Alegre, 1900.

Castilhos fizera na oportunidade uma defesa das florestas, chamando a atenção para os resultados nocivos e irremediáveis que a devastação constante e imprevidente iria causar<sup>133</sup>. Alcides assume, portanto, a defesa da posição que encontrava acolhida no Partido Republicano Rio-Grandense, que era a de regular a atividade privada para defender um bem especialmente relevante para todos.

Em discussão parlamentar, em 1909<sup>134</sup>, o assunto é novamente abordado sob a perspectiva da atuação estatal. Alcides Cruz afirma não haver competência do governo estadual para legislar diretamente sobre florestas de propriedade privada pela redação da Constituição, mas defende que fosse criada uma lei para regular aquela exploração no estado por meio de tributos. As soluções dadas por Alcides Cruz, como se nota, unem a atuação estatal e a ideia de informar a sociedade e levar os que detinham conhecimento a atuar para defender as florestas.

Alcides Cruz, em suma, parece ver no Estado um agente de promoção de determinadas pautas relevantes. A iniciativa deveria ser da sociedade quando possível, mas não estava negada a possibilidade de atuação direta para alcançar fins importantes. Esse posicionamento pode vir do positivismo vigente no Rio Grande do Sul, que tinha características interventoras em relação a sociedade e, em temas como a educação, atuou fortemente<sup>135</sup>.

---

<sup>133</sup> Trechos do discurso de Júlio de Castilhos e um aprofundamento da questão da lei podem ser encontradas em: MACHADO, Ironita Policarpo; FARIAS, Álisson Cardozo; SANTOS, Caroline Lisboa dos. A questão florestal na legislação agrária rio-grandense. *MÉTIS: história & cultura*, v. 12, n. 23, p. 177-201, jan./jun. 2013, p. 182.

<sup>134</sup> CRUZ, Alcides de Freitas. Debates parlamentares, 18ª Seção Legislativa. Porto Alegre, 11 de outubro de 1909.

<sup>135</sup> "A política educacional implementada pelos republicanos positivistas, na Primeira República, integrou uma estratégia mais abrangente de ação do Estado, que atuou de forma interventora no

## Conclusão

Alcides Cruz foi um importante político, inserido nas discussões de seu tempo, atento aos pensamentos produzidos na academia e ao ambiente político que o rodeava. Seu pensamento estava próximo principalmente do positivismo, tanto de Spencer quanto de Comte, e do constitucionalismo norte-americano. A pesquisa separou seu pensamento em quatro partes, e a partir delas se verificou como o autor construiu seus conceitos.

Na primeira parte, sobre filosofia e história, parece haver uma divisão. A compreensão da sociologia de Alcides Cruz parece se encaminhar para o pensamento de Herbert Spencer, de sociedade como um organismo vivo. As aulas que dava na Faculdade Livre de Direito são a principal evidência inicial nesse sentido - a disciplina era listada como a primeira a ser dada aos que ingressavam no curso, e ao final da primeira aula, os alunos ouviriam sobre a *Quadrupla Explicação do Universo e a Lei da Evolução*. Quanto à história, mormente quando resumo a do Rio Grande do Sul, o pensamento de Augusto Comte também se torna relevante, construir a história do Estado a partir da noção de que ela, como em todas as outras sociedades, passou pela fase guerreira, metafísica e, por último, científica é uma indicação forte, não bastasse a citação direta de Comte, ao lado de outros, como autores necessários para se construir o único tipo de história, que ele chama de "sociologia descritiva".

---

âmbito da sociedade, desenvolvendo uma série de políticas entre as quais teve destaque a relativa à educação...". CORSETTI, Berenice. *Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930)*. Caderno de Educação, Pelotas, n. 31, p. 55-69, jul./dez. 2008.

A segunda parte da pesquisa foi sobre os conceitos de democracia, liberdade, representação, soberania, república e federação. Logo ao tratar dos dois primeiros, Alcides afirma que eles estavam, recentemente, sendo reescritos pela sociologia. Apesar disso, nesse momento do trabalho, o mais notável é a sua influência liberal norte-americana. Os conceitos são feitos de maneira a estruturar um Estado semelhante ao defendido por seu partido, com forte marca liberal daquele país. A defesa de que havia soberania estadual nas federações, sobretudo, mostra sua proximidade com as discussões vividas e a defesa das ideias que naquele momento moldavam a política brasileira. Defendiam uma república federada com outorga de ampla liberdade aos estados-membros e pouca intervenção da União.

A terceira parte, sobre a Separação de Poderes, representa um afastamento relativo do pensamento norte-americano. Alcides Cruz não reconhece haver poderes, eles seriam meros órgãos de um Poder Público existente em cada ente soberano. Desses, ele vê no Executivo uma competência muito ampla, de iniciativa nas necessidades sociais que ia além da mera execução de leis, de resistência aos outros poderes quando houvesse entrada em suas prerrogativas. Nessas posições, ele se aproximava do pensamento político que os positivistas tinham no Brasil. A defesa de um Executivo forte e, na vertente comtiana, a existência de um estado promotor de atividades e interventor em alguns campos sociais como educação e trabalho.

A quarta parte pesquisou as opiniões sobre a atuação do Estado na sociedade, tanto em teoria, quanto em dois casos específicos - do Instituto de Belas Artes de Porto Alegre e da proteção do meio ambiente por meio da criação de um Código Florestal. Essa parte permite notar que Alcides não defende um estado puramente baseado no

que ele refere como *laissez faire, laisser aller*, marcado pela atuação apenas com a manutenção das forças armadas, aplicação da justiça e realização do policiamento. Alcides Cruz não defende uma atuação ampla, nota-se que ele propõe a educação e o engajamento de membros da sociedade para encontrar solução, mas, se, afinal, o Estado precisasse intervir em causas consideradas por ele importantes, ele não tinha uma restrição à atuação. Nesse aspecto, também, ele estava próximo do positivismo tão forte no seu partido.

O pensamento do autor está inserido nos debates e posições regionais e nacionais. Sua admirável trajetória de vida, ainda que breve, mostra a capacidade de se inserir no pensamento de seu tempo a despeito de qualquer dificuldade e ajudar a moldar o pensamento político do Rio Grande do Sul.

## Referências

BARBOSA, Rui. *Obras Completas de Rui Barbosa. Vol. XXXVIII, Tomo II. Trabalhos Jurídicos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1911.*

BARRETO, Tobias. *Ensaio e Estudos de Filosofia e Crítica. Pernambuco: José Nogueira de Souza, 1889.*

BASTOS, Tavares. *A Província. Estudo sobre a descentralização no Brasil. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870.*

BERCOVICI, Gilberto. *O Estado Integral e a Simetização das Classes Sociais em Pontes de Miranda: o Debate dos Anos 1930. Revista Direito & Praxis, Rio de Janeiro, vol. 06, n. 11, p. 272-293, 2015.*

BOEIRA, Nelson. *O Rio Grande de Augusto Comte. In: RS: Cultura & Ideologia. DACANAL, José H. (org.); GONZAGA, Sergius (org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.*

BRASIL. *Annaes do Congresso Constituinte da Republica. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.*

BUENO, Jose Antonio Pimenta. *Direito publico brasileiro e analyse da Constituição do Imperio. Rio de Janeiro: Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1857.*

BURKE, Edmund. *Discurso aos Eleitores de Bristol*. Traduzido por Gustavo Biscaglia de Lacerda. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 97-101, nov. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. 11a ed. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os Três Povos da República*. *Revista Usp*. São Paulo, n. 59, p. 96-115, setembro/novembro 2003.

COOLEY, Thomas. *Princípios Geraes de Direito Constitucional dos Estados Unidos da América do Norte*. Tradução: Alcides de Freitas Cruz. Porto Alegre: *Livraria Universal*, 1909.

CORSETTI, Berenice. *Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930)*. *Caderno de Educação*, Pelotas, n. 31, p. 55-69, jul./dez. 2008.

CRUZ, Alcides de Freitas. *A Ilha de Santa Catarina*. Por Virgílio Várzea. *A Federação*, Porto Alegre, 26 de agosto de 1900. In: CRUZ, Alcides de Freitas. *Notas de leituras e outros escritos*. Porto Alegre: *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 2017.

\_\_\_\_\_. *A Intervenção*. *A Federação*, Porto Alegre, 8 de janeiro de 1915.

\_\_\_\_\_. *A magistratura*. *A Federação*, Porto Alegre, 18 de dezembro de 1909.

\_\_\_\_\_. *A Nova Lei Eleitoral (II)*. *A Federação*, Porto Alegre, 11 de junho de 1913.

\_\_\_\_\_. *A questão do “habeas-corpus” e o Presidente da República II*. *A Federação*, Porto Alegre, 30 de março de 1911.

\_\_\_\_\_. *A questão do “habeas-corpus” e o Presidente da República III*. *A Federação*, Porto Alegre, 31 de março de 1911.

\_\_\_\_\_. *A questão do “habeas-corpus” e o Presidente da República IV*. *A Federação*, Porto Alegre, 1 de abril de 1911.

\_\_\_\_\_. *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1901*. Porto Alegre, 1900.

\_\_\_\_\_. *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1912 – ano XXVIII*. Porto Alegre, 1911.

\_\_\_\_\_. *Assumptos políticos*. *A Federação*, Porto Alegre, 18 de agosto de 1892.

\_\_\_\_\_. *Carta aberta a Arthur Pinto da Rocha*. *A Federação*, Porto Alegre, 12 de janeiro de 1903. In: CRUZ, Alcides de Freitas. *Mestiço, mulato ou negro*. Porto Alegre: *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 2017.

\_\_\_\_\_. *Debates parlamentares, 18ª Sessão Legislativa*. Porto Alegre, 11 de outubro de 1909.

- \_\_\_\_\_. *Debates parlamentares, 24ª Sessão Legislativa. Porto Alegre, 14 de novembro de 1911.*
- \_\_\_\_\_. *Debates parlamentares, 26ª Sessão Legislativa. Porto Alegre, 17 de novembro de 1911.*
- \_\_\_\_\_. *Debates parlamentares, 33ª Sessão Legislativa. Porto Alegre, 9 de outubro de 1909.*
- \_\_\_\_\_. *Debates parlamentares, 43ª Sessão Legislativa. Porto Alegre, 15 de novembro de 1909.*
- \_\_\_\_\_. *Debates parlamentares, 50ª Sessão Legislativa. Porto Alegre, 9 de novembro de 1913.*
- \_\_\_\_\_. *Direito Administrativo Brasileiro. Exposição summaria e abreviada. 2a ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte; Paris; Lisboa: Francisco Alves & cia; Aillaud, Alves & cia, 1914.*
- \_\_\_\_\_. *Discurso ao Grêmio Gaúcho. A Federação, Porto Alegre, 22 de setembro de 1914.*
- \_\_\_\_\_. *Discurso Comemorativo aos 25 Anos da Proclamação da República no Theatro São Pedro. A Federação, Porto Alegre, 17 de novembro de 1914.*
- \_\_\_\_\_. *Discurso na romaria ao túmulo de Júlio de Castilhos. A Federação, Porto Alegre, 24 de outubro de 1910.*
- \_\_\_\_\_. *Do Sul II. A Nação, São Paulo, 12 de setembro de 1897.*
- \_\_\_\_\_. *Epítome da Guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Volume I. Porto Alegre: Officinas tipograficas da Livraria do Commercio, 1907.*
- \_\_\_\_\_. *Literatura e Política. A Federação, Porto Alegre, 23, 24 e 28 de janeiro e 9 de fevereiro de 1893.*
- \_\_\_\_\_. *Pela preservação das Florestas de Encruzilhada (Excerto do ensio Município de Encruzilhada - Esboço Geográfico). Anuario do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1901, Porto Alegre, 1900.*
- \_\_\_\_\_. *Programma de Ensino para o anno de 1905 da 1.ª cadeira do 1.º anno. Filosofia do Direito, apresentado pelo Lente Substituto Dr. Alcides Cruz. Porto Alegre: Officinas Typographicas da Livraria do Commercio, 1905.*
- \_\_\_\_\_. *Troco miúdo. A Federação, Porto Alegre, 9 de julho de 1913. In: CRUZ, Alcides de Freitas. Mestiço, mulato ou negro. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017.*



\_\_\_\_\_. *Vida de Raphael Pinto Bandeira. Ligeiras notas esparsas para a biographia do heróe continentino*. Porto Alegre: Officinas typographicas da Livraria Americana, 1906.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Historia constitucional da republica dos estados unidos do Brasil. Volume II*. Rio de Janeiro: Typophafia Moreira Maximino, 1894.

GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O Judiciário no crepúsculo do Império (1871-1889)*. In: LOPES, José Reinaldo de Lima (org.). *O Supremo Tribunal de Justiça do Império: (1828-1889)*. São Paulo: Saraiva, 2010. *Coleção direito, desenvolvimento e justiça. Série Produção Científica*.

GREEF, Guillaume de. *Introduction à la sociologie*. Bruxelles; Paris: Gustave Mayolez; Félix Alcan, 1886.

KOERNER, Andrei. *O Habeas-Corpus na Prática Judicial Brasileira (1841-1920)*. Tese de Doutorado - Faculdade de Direito de São Paulo, São Paulo, 1998.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. *Vontades e Leis Naturais: liberdade e determinismo no positivismo comtiano*. *Mediações*, Londrina, vol. 20, n. 1, p. 307-337, jan./jun. 2015.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *A idéia de um Conselho de Estado brasileiro: uma abordagem histórico-constitucional*. *Revista de Informação Legislativa*, v. 42, n. 168, p. 45-63, out./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. *Da monarquia à oligarquia. História institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

\_\_\_\_\_. *Esforços de Judicialização da Política na Primeira República: o voto vencido do Ministro Pedro Lessa no julgamento do Habeas Corpus nº 3.528/1914*. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 916, p. 22-33, 2012.

MACHADO, Ironita Policarpo; FARIAS, Álisson Cardozo; SANTOS, Caroline Lisboa dos. *A questão florestal na legislação agrária rio-grandense*. *MÉTIS: história & cultura*, v. 12, n. 23, p. 177-201, jan./jun. 2013.

MARTINS, José Salgado. *Breve História das Idéias no Rio Grande do Sul (Século XIX e Princípios do Atual)*. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul, 1972.

MONTESQUIEU. *De l'Esprit des lois, I*. Paris: Folio Essais, 1748/1955.

SILVIO, Roméro. *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo na Republica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editor - J. B. Nunes, 1894.

*SPENCER, Herbert. The Principles of Sociology. Vol 1. Nova  
Iorque: D. Appleton and Company, 1898.*

# **A GATA DA NOITE: RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, COTIDIANAS E A PRESENÇA FEMININA NA CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE (1955)**

**LUCAS VIEIRA DA SILVA SANTOS**

## **1 “Reprimindo a ação dos gatunos: A perigosa e temível gata da noite”**

Supostamente o primeiro contato de Antonia Francisca da Conceição (Outro dos muitos nomes pelos quais ela é referenciada) com as autoridades policiais, para responder por seus crimes, se deu no ano de 1940 onde teria, aproximadamente, 16 anos. A notícia foi veiculada pelo Jornal Pequeno (PE) no dia 09 de março, ocupando as manchetes da gazeta pela natureza peculiar de suas investidas, já que com a ajuda de um parceiro, realizou uma série de furtos e roubos na região de Olinda (PE), cuja especialidade e apreço pessoal se manifestava na apropriação de joias, vestidos finos, perfumes e artigos de luxo.

Sua última empreitada, que resultou em sua prisão no ano de 1940, ocorreu dois dias após um casamento. Quando Antônia, aliás gata da noite, percebeu que os recém casados haviam se ausentado em virtude de um almoço familiar, fingiu-se de funcionária, munida de uma mangueira para regar o jardim, em pleno dia, com isso logrou acesso a casa e conseguiu violar uma das portas, tomando posse então de várias joias e vestidos finos da noiva. Ao ser capturada, foi encontrado com sua pessoa “aproximadamente 15 contos de joias, além de vestidos

finos e perfumes.” (Jornal pequeno, 09 de março.1940, p.3)

Neste mesmo recorte de notícia, passamos a entender a origem do apelido que perseguiria Antônia ao longo de toda sua vida, durante sua jornada criminosa na sociedade livre, tal como em sua estadia nos cárceres. A alcunha de gata da noite endossava suas habilidades incomuns de escalar muros, madrugada a dentro, a fim de cometer seus delitos. Também respondia, neste momento, por faísca, já que comumente empreendia fuga através de uma bicicleta, onde desenvolvia uma velocidade extraordinária. Apelido que será esquecido no amadurecimento de suas atividades já que posteriormente pouco faria sentido:

“Antonia da Conceição praticou vários furtos escalando muros, alta madrugada, vindo dahi a sua alcunha de “gata da noite”. Monta muito bem em bicycleta, e na direcção de uma machina desenvolve uma velocidade extraordinária, dahi o motivo de a chamarem de “fahisca”(...)esse facto foi que deu logar a captura da audaciosa gatuna, que até então era desconhecida da policia.” (Jornal pequeno, 09 de março.1940, p.3)

É pertinente apontar que assim como a maioria das classes subalternas, em qualquer que seja a sociedade – neste escopo, uma mulher preta, marginalizada e criminosa, na configuração brasileira durante a primeira metade do século XX –, estes sujeitos dificilmente escrevem sua própria história. Tendo seus vestígios registrados a partir do momento que são confrontados por um dispositivo de poder, neste caso, a policia ou as instituições punitivas. E esta é uma problemática enfrentada pelos historiadores que se propõem a manusear fontes de origem policial, jurídica ou de qualquer matriz governamental, já que exige sempre uma avaliação refratária do historiador (influenciado também por seu local social) já que o passado de “grupos sociais que não

deixam os seus próprios registros, mas que estão documentados por aqueles que os dominam, são frequentemente constituídos por uma combinação de fragmentos históricos registrados e de memórias sociais” (CHAKRABARTY, D. 2010, p.287). Isto é, ler estes fragmentos às avessas é uma categoria de análise imprescindível para que estas migalhas não desvançam no ar e se perca de vista os agenciamentos sociais e políticos que estes personagens possam representar.

Outro elemento nos atentarmos, de início, se apresenta na linguagem sensacionalista empregada pelos veículos midiáticos que atendem uma população ainda apreendida na ditadura Vargasista, embriagada pelos valores de uma cartilha de soberania a propriedade privada e com sede de punir melhor. Sendo assim, discursos que acentuam termos como “Temível, perigosa, aterrorizante” são facilmente atribuídos à gata da noite por se tratar de uma iminente ameaça aos preceitos quase dogmáticos que regiam essa sociedade. Sobretudo quando recapitulamos sua afeição excepcional por joias, artigos de grife e itens finos, presentes majoritariamente em parcelas abastadas da população.

Assim como o título que dá voz à manchete “reprimindo a ação dos gatunos” imbuindo no imaginário coletivo a memória que se reproduzirá a posteriori, de uma polícia eficiente, que defende os interesses sociais para com suas propriedades e que não mais se qualifica como um aparelho repressivo de um estado autoritário. Trazendo novamente à baila as percepções de classes subalternizadas apresentadas há pouco, juntamente com a compreensão de que seus registros históricos são instrumentalizados e majoritariamente apropriados pelas classes que as dominam, podemos concluir que a linguagem, nesta configuração, denota não só um caráter meramente de reprodução de uma realidade social, mas

ostenta também características de um agente disruptivo e produtor dessa mesma realidade (CABRERA, Miguel A. 2001). Naturalmente não desconsideramos o produto essencialmente comercial que se cria a partir de narrativas oriundas do microcosmos carcerário, assim como de práticas criminosas. Todavia não seria prudente ignorar os paradigmas indiciários que criam respaldo para essas provocações.

A próxima ocorrência da gata da noite entre os jornais e periódicos se dá 09 anos após sua primeira prisão, em 22 de setembro de 1949, novamente no Jornal Pequeno (PE). Antônia já era conhecida por seus furtos e roubos. Nesta ocasião foi presa por participar de crimes cometidos em Campina Grande (PB) com mais dois parceiros e afirmou ter escondido os itens roubados no quintal de uma casa em Igarassu (PE) perto de onde sua irmã morava. As autoridades, após uma busca no local, recolheram 1 colar de 130 gramas de ouro, 1 pulseira com 80 gramas também de ouro, 1 anel com 4 brilhantes, outro anel com um topázio, um colar de ouro com um pingente de esmeralda, uma pulseira de ouro com enfeite também do mesmo metal, 2 broches de ouro, e um revólver smith welson calibre 38. Após a apreensão os objetos foram enviados novamente ao delegado de Campina Grande para que ele tomasse as devidas providências.

Posteriormente, em 1951, foi presa novamente e como de praxe o Jornal Pequeno (PE) noticiou em 10 de outubro. Desta vez referenciada como Laura Silva de Almeida (outro nome por qual ela responde) foi acusada de roubar joias, no início de janeiro deste mesmo ano, de Henrique de Aguiar Almeida. Após o ato fugiu para Maceió, em seguida para Joazeiro (BA) onde foi capturada após mais um roubo na região. Nessa mesma ocasião foi apontada como autora de um grande roubo de joias no Rio de Janeiro, estimadas no valor de 600.000,00 cruzeiros.

Um dia após o Jornal pequeno (PE), o diário de Pernambuco também veiculou esta notícia de maneira mais detalhada acerca dos desdobramentos investigativos que levaram a prisão da “Habil gatuna” (Diário de Pernambuco, 11 de out.1951. p,5), revelando aos leitores estratégias adotadas pela ladra em suas manobras de evasão que se baseavam em retornar para Igarassu (PE) ou as regiões próximas, já que tinha família pelas redondezas e poderia esconder os itens roubados. Com isso, foi transferida para Pernambuco onde foi sentenciada a cumprimento de sentença na colônia penal de mulheres delinquentes da Iputinga, isso acontece por estar ela em avançado estado de gestação e colônias correccionais, penais e agrícolas tinham como proposta abarcar indivíduos acusados de crimes brandos, com perspectiva de reabilitação. Sendo assim, apenas com essa infraestrutura disponível, seria possível dar continuidade à sua gravidez de maneira minimamente confortável e humana.

Alguns dias depois de realocada para a colônia penal, a ladra conseguiu realizar, mais uma vez, a ardilosa operação de fuga. Prática recorrente pela qual já angariava fama. Tanto que o diretor de Segurança publica chegou a alertar previamente e designar atenção privilegiada na encarcerada, a fim de reprimir uma eventual tentativa de fuga. De nada adiantou, já que esta disfarçou-se com um hábito de freira (não se sabe como obteve posse de tais vestes) e logrou êxito em evadir-se. Populares relataram estranheza ao se deparar com a presença de uma suposta religiosa na avenida caxangá antes das 6 horas da manhã, no entanto acabaram por ignorar e deram continuidade aos seus afazeres. Aproximadamente 3 horas depois a colônia telefonou para a secretaria de segurança publica após constatarem a ausência da gata da noite dentro da instituição.

Cerca de 05 dias depois foi novamente capturada, desta vez na Paraíba e novamente chamamos a atenção para a linguagem sensacionalista empregada nas manchetes de jornais que não se contentavam em veicular o produto que já havia se tornado a simples menção ou associação às práticas criminosas da gata da noite:

“Antonia Francisca da Conceição, vulgo “Gata da Noite”, a mais temível ladra de que a crônica policial já teve notícia neste estado, e que há poucos dias logrou evadir-se da colônia Penal de Mulheres delinquentes na Iputinga, acaba de ser presa pelo delegado de policia de Itabaiana, na Paraíba (...) deste modo encerra-se mais um capítulo da vida pregressa e agitada de Antonia Francisca da Conceição que, aliás, gosta de usar diversos outros nomes” (Diário de Pernambuco 27 de out. 1951, p.5)”

Sua longeva permanência dentro das crônicas policiais, assim como sua muitas vezes inexplicável habilidade de furtar, camuflar-se e fugir, adicionaram ao currículo da Gata da Noite uma espécie de curiosidade popular, sobretudo se acrescentarmos à conta elementos culturais de um imaginário popular que ainda guardava resquícios de um banditismo urbano não tão distante. Claro, não pretendo em nenhuma medida assimilar as “brandas” infrações da Gata da Noite e de seus parceiros conjunturais (Como o gasolina, seu antigo amante) aos movimentos articulados e propriamente hierarquizados que se fizeram presentes em estruturas sociais onde o poder público não os alcançava. Portanto não categorizo ela, a Gata da Noite, como um personagem remanescente das *classes perigosas*. Todavia, mesmo com o risco de me lançar ao purgatório do anacronismo, ousou sugerir que em outra época, outro recorte e outro arranjo político/social, essa ginástica mental se apresentasse em vestes mais apropriadas.



Essa curiosidade popular fez com que ao ser encaminhada para o Juízo da 1ª vara responder ao processo instaurado em virtude de crimes cometidos 02 anos antes, atraísse pessoas que cercaram o prédio a fim de sanar suas dúvidas quanto a ré, ou mesmo poder visualizá-la e se certificarem de que se tratava de uma mulher comum. Entre dezembro de 1951 e maio de 1952, a renomada ladra respondeu por dois novos processos de supostos crimes cometidos anos antes, um arrombamento e furto na Caxangá e outro de mesma tipologia em Santo Amaro. Foi absolvida em ambas as acusações por falta de evidências que sustentassem uma culpa formada. O que nos leva a questionar a natureza destas acusações, uma vez que os desdobramentos judiciais necessários para se caminhar à condenação de uma mulher preta com extenso currículo criminal não costumam ser necessariamente longos e devidamente fundamentados.

Já em agosto de 1952 novamente empreende fuga da cadeia de Timbaúba, onde o correspondente do Diário de Pernambuco, José Cabral, relatou: “Perigosa ladra recolhida á cadeia desta cidade, por crime de furto, fugiu espetacularmente da prisão da prisão esta madrugada, utilizando-se de chave falsa.” (Diário de Pernambuco, 10 de Ago, 1952. P.07). Respondia, como de praxe, por furto cometido em parceria com seu antigo amante, gasolina. O jornal, por sua vez, noticiou junto a matéria de sua fuga, a antiga promessa de regeneração feita às autoridades policiais ao ser recolhida à cadeia. “contudo, não cumpriu a promessa que fizera a si mesma e ás autoridades, pois foi para o interior e ali retornou á antiga e nociva atividade de furtar.” (Diário de Pernambuco, 10 de ago, 1952, p.07).

## **2 “Relações institucionais, cotidianas e a presença feminina na Casa de Detenção do Recife”**

A próxima aparição da gata da noite se dá no ano de 1955, desta vez longe dos veículos midiáticos, em uma esfera bem mais complexa e delicada, através de um inquérito administrativo instaurado durante sua estadia na Casa de Detenção do Recife. Que além de ser propriamente peculiar, levanta questões de reflexão quanto ao microcosmo carcerário desta instituição. Por este mesmo inquérito é possível documentar várias práticas e ações que demonstram a construção de teias relacionais nem sempre fraternas e pacíficas, uma vez que o sistema de convivência forçada poderia tanto favorecer o estreitamento de laços, como fomentar inimizades. Trabalhava-se, alimentava-se e não raramente se suplicava coletivamente. Vale à pena trazer à baila um exemplo de irregularidades constatadas em 1955, nas celas das presas Antonia dos Anjos Almeida, aliás (mais um dos vários nomes que referenciam a gata da noite) e Elzira Vieira da Silva.

A primeira se encontrava grávida e declarou ter “relações sexuais com o detento de nome Antônio de Tal, vulgo ‘piegas’ e com o guarda Presciliano de Moraes”<sup>1</sup>. Sobre as relações mantidas com Piegas, a própria Antonia afirmara ter consentido algumas vezes em troca de dinheiro que utilizava para a compra do leite de sua filha, a mesma criança de quem engravidara anteriormente e foi motivo de sua transferência para uma colônia penal. A isso acrescera que por diversas vezes Piegas também ingressava em sua cela armado, pelas noites, coagindo-a a manter relações sexuais com ele. O guarda Presciliano, por sua vez, tinha ciência dessas práticas e nada fez para

---

<sup>1</sup> APEJE, relatórios da secretaria de Justiça, n.453

cessá-las, pelo contrário, manteve-as e ainda reforçou o abuso. E, ao que tudo indica, manteve relações sexuais não consentidas com Antônia. Elementos como o dinheiro, a inobservância por parte das autoridades desse microcosmos, (que podem ser compreendidos como instrumentos dos raios do poder nesta configuração) nos mostra que o cárcere, em específico a Casa de Detenção do Recife, se trata de mais uma esfera apenas realocada na sociedade onde se “se reproduziam, em boa medida, as velhas estratificações com suas representações das hierarquizações sociais” (CESAR, 2022, p.198).

Uma realidade que espelha significativamente a percepção social sobre o corpo feminino já que ainda que ocupasse o espaço do cárcere, tal qual Piegas, nada podia fazer para impedir que fosse atravessada pelas relações de poder que foi submetida, em uma escala onde ela constituía o elo mais fraco, já que evidentemente não eram destinados a todos os enclausurados o mesmo tratamento. Alguns gozavam de sórdidas regalias dos guardas e carcereiros, nesta configuração, o corpo masculino. Ao indicarmos a representação de corpo a fim de contextualizar essa discussão, defendemos também o entendimento de que os sistemas punitivos se lastreiam em um substancial “economia política do corpo”<sup>2</sup>, ademais, “ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos “suaves” de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata — do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão” (FOUCAULT, 1987, p. 36).

O contingente majoritário de corpos masculinos nas prisões por vezes ofuscava a presença de mulheres, uma

---

<sup>2</sup> Conceito empregado por Michel Foucault em sua obra amplamente discutida *Vigiar e Punir*.

vez que o vislumbre feminino na instituição, por si só, caracterizava-se como objeto de cobiça sexual e estranheza, como citado no próprio inquérito o efeito entre os detentos e guardas que apenas permitiam sua saída ao pátio se Antonia dos Anjos estivesse trajando um “vestido decotado”<sup>3</sup>. Isso nos leva a ponderar, em concordância com Cesar, que:

embora causassem espanto e desconcerto em alguns internamente, como quaisquer outros sentenciados reparavam ao seu redor e faziam certamente uma leitura de suas vidas, e por mais que não se quisesse admitir, experimentavam o cárcere de maneira muito mais dura (CESAR, 2022, p.194).

As dinâmicas cotidianas da simples presença feminina nesse ambiente também podem ser interpretadas através de um escopo crítico que nos leva a apreender, conseqüentemente, que embora o meio em que estes indivíduos estão inseridos esteja talhado a partir de restrições e subserviência, os corpos que ali ocupam espaço são capazes de realizar influências reais ao seu redor, de modo a construir um arcabouço orgânico ocultado atrás dos grilhões e muralhas do cárcere.

Isso suscita outra reflexão acerca deste cotidiano, fundamentado em alguns conceitos empregados por Michel de Certeau em sua obra *A invenção do cotidiano*. Deste modo, redirecionarmos uma perspectiva à compreensão de que mesmo a mais singela e trivial postura pode ser categoricamente apontada em um espectro de subversão, consciente ou inconsciente. Na obra em questão, Certeau busca também percepção do cotidiano como um conjunto de práticas comuns que podem estar desprendidas de uma lógica prescrita por institucionalidades, sendo um ambiente onde

---

<sup>3</sup> APEJE, relatórios da secretaria de justiça, n.453

desenvolvem-se micro-resistências compostas por táticas antidisciplinatórias. As táticas correspondem à instrumentalização de práticas realizadas pelos indivíduos que estão submetidos aos espaços regidos pelas estratégias, de modo a delimitar uma ambiência própria para si e seus pares – como ler, falar, circular por entre uma instituição punitiva –, já as estratégias são ações vinculadas às próprias instituições, existindo a partir da delimitação de um ambiente circunscrito para o sujeito cujo poder e vontade lhe é cabível em relações distintas com a exterioridade (CERTEAU, 2002).

Desempenha papel de relevante importância entre as propostas desta discussão o entendimento de que, entre os encarcerados, suas experiências e vivências prévias representam orientação de acoplamento entre os dois mundos, elemento imprescindível que constituirá objeto de referência no que concernem as ações e práticas diárias dentro da prisão. Estas vivências sociais prévias são essenciais para demarcar coletivamente estes corpos sem nos limitarmos ao estigma que adquirem após a introdução no sistema penal, deste modo, tratamos estas figuras como sujeitos históricos com um acervo sociocultural exógeno ao aparelho penal e que não pode ser pifiamente enquadrado (em uma totalidade), como uma resposta adaptativa ao cárcere. Esta percepção nos leva a atestar que estes corpos expostos e instrumentalizados pelas relações de poder que foram expostas, “foram capazes de organizar levantes coletivos ponderando as correlações de força com a diretoria e isso ocorreu a partir da mobilização dos recursos intelectuais e simbólicos que portavam” (BRITTO, 2014, p.36).

## Referências

- ALBUQUERQUE neto, Flávio de Sá Cavalcanti. *A reforma prisional no Recife Oitocentista: da Cadeia à Casa de Detenção (1830-1874)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- ALBUQUERQUE Neto, Flávio de Sá Cavalcanti. *Punir, recuperar, lucrar :o trabalho penal na casa de detenção do Recife (1862-1879)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e crítica cultural*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRITTO, Aurélio de Moura. “O germe da indisciplina”: negociações, embates e enfrentamentos coletivos na Casa de Detenção do Recife (1930-1935). Tese- (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco. /Recife. – 2019
- BRITTO, Aurélio de Moura. *Fissuras no ordenamento: sociabilidades, fluxos e percalços na casa de detenção do Recife (1861-1875)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2019.
- CABRERA, Miguel Ángel. *História, lenguaje y teoria de la sociedad*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.
- CARNEIRO, Vinicius Gonçalves. *História Cultural da Imprensa*. Revista *Navegações*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 112-114, jan./jun. 2012. Disponível em: [revistaseletronicas.pucrs.br](http://revistaseletronicas.pucrs.br). Acesso em: 28/09/2022.
- CESAR, Tiago da Silva . *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888)*. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- CESAR, Tiago da Silva . *As prisioneiras de Clio*. In: Ana Silvia Volpi Scott, José Carlos da Silva Cardozo, Jonathan Fachini da Silva. (Org.). *História das mulheres no Brasil Meridional*. Ied.São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2022, v. , p. 185-243.
- SILVA FILHO, Aluizio Medeiros da. *Cotidiano violento no Recife: controle social na redemocratização (1946-1964)*. Tese- (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2014.
- CHAKRABARTY, D. *História Subalterna como pensamento político*. In: DIAS, B. P; JOSÉ, N. (Eds.). *A política dos muitos. Povo,*

*Classes e Multidão. Lisboa: EDP/Tinta da China, 2010.*

*Diário de Pernambuco. 11 de Outubro de 1951. Disponível em: Diário de Pernambuco (PE) - 1950 a 1959 - DocReader Web (bn.br)*

*Pequeno jornal: Jornal Pequeno. 09 de Março de 1940. disponível em: Pequeno Jornal : Jornal Pequeno (PE) - 1898 a 1955 - DocReader Web (bn.br)*

*DIRCEU, Ferreira franco. Rebelião e reforma em São Paulo: Aspectos socioeconômicos e desdobramentos políticos da primeira fuga em massa de um presídio brasileiro (Ilha Anchieta, 1952). Dissertação – (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.*

*FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987*

*FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979*

*GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989*

*GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.*

*GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. Ed, Rio de Janeiro: LTC, 2004.*

*GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1987. GOMES DA COSTA, A. C. Os Regimes de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: perspectivas e desafios. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006*

*GOIS, Mariana Emanuelle Barreto de. Nas muralhas sombrias: Experiências Carcerárias na Penitenciária Modelo. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.*

*MELOSSI, Dário; PAVARANI, Massimo; Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário, séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Revan, 2006.*

*MONSMA, Karl. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o Estudo de relações interétnicas”. In: DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo (org.). Estudos migratórios: perspectivas metodológicas. São Carlos: EDUFSCAR, 2005.*

*MOREL apud COIMBRA, C. Operação Rio: O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2001.*

*PEDROSO, Célia Pedroso. Os signos da opressão: História e violência nas prisões brasileiras/ São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.*

*PERROT, Michelle. Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.*

*RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. Punição e estrutura social. Rio de Janeiro: Revan, 2004.*

*SALLA, Fernando. As prisões em São Paulo: 1822-1940. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999*

*SANTOS, myrian Sepúlveda. Os porões da Republica: A barbárie nas prisões de ilha grande. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.*

*SCOTT, James C.. A dominação e a arte da resistência: Discursos Ocultos. 1ª edição. Lisboa: Letra Livre, 2013.*

*SÜSSEKIND, Elizabeth. Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro. Tese – (Doutorado em História) - Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.*

*THOMPSON, E.P. A Formação da classe operária inglesa. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 vol.*

*WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.*



**CONTANDO HISTÓRIAS, LUTAS E  
RESISTÊNCIAS: AS REPRESENTAÇÕES  
NEGATIVAS DA COMUNIDADE DO TURURU  
(PAULISTA/PE) NOS JORNAIS  
PERNAMBUCANOS E O CONTRAPONTO POR  
PARTE DOS HABITANTES (1979-1990)**

**GILMARA SILVA DOS SANTOS**

Uma das funções sociais do Historiador é levar em consideração diferentes posicionamentos, visões e interpretações a respeito de um determinado acontecimento, sobretudo em se tratando de uma fonte de estudo. Dessa maneira, estará ele evitando “comprar como verdade” qualquer discurso que lhe apareça, pois, sem essa análise, o historiador corre o risco de reproduzir em sua narrativa preconceitos e estereótipos contra um determinado grupo ou indivíduos. Por este motivo, é extremamente importante estar atento aos posicionamentos, opiniões e comentários da sua fonte, especialmente dos que são formadores de opinião: a mídia e os jornais.

Esta observação foi de grande importância para a elaboração deste anteprojeto, quando analisado as matérias dos jornais a respeito dos moradores do Tururu, uma comunidade periférica localizada no município de Paulista, nas proximidades do Bairro do Janga. A população do Tururu era composta por familiares de pescadores, artesãos e ex trabalhadores fabris da antiga Companhia de Tecido de Paulista (CTP), que pertenceu à Família dos Lundgren.

Quando observamos a história dessa comunidade, vimos que o local era chamado de “Vila do Tururu”, sendo então ocupado desde 1974 pelos seus habitantes. Tão logo percebemos que o contexto desses indivíduos repleto de lutas sociais, que vão desde o reconhecimento habitacional do espaço para com melhorias sociais do local. Esta luta se intensificou após um incêndio em 1979 que deixou inúmeros residentes desabrigados:

O incêndio que invadiu a Vila do Tururu começou às 22 horas da última sexta-feira e prolongou-se pela madrugada do sábado. Mas só ontem, passados três dias, é que as vítimas do ocorrido começam a avaliar a situação de extrema pobreza em que ficaram depois que o fogo destruiu totalmente ou parcialmente suas casas. Das 50 famílias que há três anos invadiram uma faixa de terreno no Janga, hoje, chamada de Vila Tururu, situada na estrada de enseadinha, em paulista, 10 tiveram prejuízos e só não estão dormindo na rua porque a vizinhança segue à risca o ditado " onde comem dois, comem três". (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Local- Caderno A-7, Recife, 04/09/1979)

Tendo em conta essa situação, após o incêndio, os moradores ocuparam um espaço de terra, também no Janga, que era propriedade da Arquidiocese de Olinda e Recife, construindo habitações precárias de Taipa. O local, embora propriedade da Igreja, passou a ser alvo da especulação imobiliária na época, que desejava ocupar terrenos próximos no litoral para construção de edifícios, como ocorria em Olinda. Assim, os moradores foram ameaçados de despejos.

A Igreja, por outro lado, tinha o interesse de evitar que o local caísse nas mãos dos empresários, colocando-se favorável à permanência das famílias, buscando regularizar a situação desses indivíduos. Foi então que começou, na mídia, uma campanha de difamação ao local visando atribuir inúmeras características negativas aos

moradores do Tururu. Agora, estes, além de lutarem para conquistar um espaço territorial, tinham também que se defender da campanha negativa feita pelos jornais. Encontramos, por exemplo, uma matéria do Diário de Pernambuco cujo título é denominado de “Igreja Orienta Invasor”:

Membros da comissão de justiça e paz da arquidiocese de Olinda e Recife, juntamente com funcionários da Cohab, reuniram-se ontem à noite com famílias que invadiram as casas do recém construído Parque Residencial Maranguape II, em Paulista, a fim de explicar como será feita a legalização da posse das terras do Tururu. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, a-12, Recife 20/09/1981)

Foi então que no ano de 1983, a Arquidiocese de Olinda e Recife, através de Dom Helder Câmara, que houve a doação do Terreno ao local. É importante ressaltar assim o comprometimento e visão social de grupos progressistas da Igreja Católica ao apoio às famílias, pois, mostravam a sua oposição ao modelo urbano de cidade da Ditadura Militar, em privilegiar a especulação imobiliária e excluir as camadas populares dos planejamentos urbanos das cidades- vide a reforma da Cidade do Recife, na década de 70, na gestão do prefeito Augusto Lucena (BERNARDES, 1996)<sup>1</sup>:

O arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara, enviou no início da semana um documento a todos os moradores do

---

<sup>1</sup> O autor Dennis Bernardes na obra Recife, o caranguejo e o viaduto descreve como se deu o processo de lutas entre as camadas populares e as elites no processo de remodelagem urbana do Recife. O contexto também aborda o Regime Civil-Militar (Ditadura), algo que o nosso recorte temporal também estaria inserido, onde é possível ver os resquícios dessa política higienista e elitista para com as camadas populares por parte do Poder Público

Tururu, anunciando que a Arquidiocese pretende doar às famílias pobres residentes nos sítios do Coqueiral, Amparo e Nossa senhora do ó, em Paulista, o terreno situado no Janga, onde encontram-se atualmente radicados na condição de posseiros[...]. Por outro lado, esclareceu que a Arquidiocese não se opõe à realização de qualquer projeto de urbanização para o Tururu, desde que este seja amplamente discutido e aprovado pelos moradores de baixa renda ali residentes ou que venham a residir. ( DIÁRIO DE PERNAMBUCO, A-7, Recife, 15/07/1982)

Após a aquisição dessas terras e, ao mesmo tempo, com o começo de Obras de infraestrutura iniciadas pela Cohab- Companhia de Habitações de Pernambuco, o Tururu ainda estava nas manchetes de Jornais, sempre representado com uma visão preconceituosa, relacionado à pobreza, miséria, doenças e violência pela mídia.

Dias após a doação de terras da Igreja, no mesmo mês, com o título de “Tururu, uma herança de miséria. Viver em Tururu: curso da sobrevivência em condições infectas e inumanas”, a matéria do Diário de Pernambuco começa citando o Tururu e sua localização, enfatizando que “a poucos metros da praia do Janga, local de alta especulação Imobiliária, cerca de 600 famílias residentes na favela do Tururu enfrentam uma vida marcada pela miserável situação econômica, e ausência de infraestrutura urbana.” ( DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Caderno a-4, Recife, 29/07/1982)

Ou seja, mesmo o local tendo sido doado pela Igreja, a mídia ainda não havia “aceitado” a perda do espaço para a especulação imobiliária, passando a atacar o local e também os moradores:

as casas, construídas com palhas de coqueiros, não tem iluminação nem água. As crianças são dizimadas por febres e doenças infecto-contagiosas, que se propagam através da água estagnada em todas as primitivas vias de acesso e que invadem

as casas a cada chuva. [...]. No mês passado, duas crianças morreram em consequência de doenças contraídas nas poças de água pútrida, enquanto outras apresentam febres não diagnosticadas, convulsão cerebral, enterites, diarreias, manifestações alérgicas, problemas respiratórios e feridas que se alastram por todo o corpo. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Caderno a4, Recife, 29/07/1982)

Tudo isto demonstra uma política de caráter preconceituosa e higienista contra as camadas populares, relacionando-as com locais insalubres e sujos. Política esta que em Pernambuco ganhou apoio com a destruição dos Mocambos, no tempo de Agamenon Magalhães e que se perpetua por muito tempo para com os pobres (GOMINHO, 2007)<sup>2</sup>.

A historiadora Sandra Pesavento fala que:

Gente morando em precárias condições não só agredia a vista, o olfato, a saúde, quem sabe a vida das elites dirigentes. Era uma chaga exposta, um problema a ser resolvido. Um elemento de tensão social, sem dúvida. Mesmo que a motivação de um crime, um furto ou uma greve não fosse explicitamente relacionada com as penosas condições de habitações do pobre, havia uma condição de precariedade presente à vista de todos (PESAVENTO, 1994, p.104).

Assim, espaços de moradias populares como cortiços, favelas e aglomerados, eram frequentemente associados a miséria, doenças e problemas sociais, devendo as autoridades intervirem a fim de obter uma solução, ou, sendo entregues à especulação imobiliária como uma possível solução. Chalhoub comenta que:

---

<sup>2</sup> Maiores informações podem ser obtidas através da obra *Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife* (décadas de 30 e 40), de Zélia Gominho.

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo do contágio[...] E houve um diagnóstico de que os hábitos de moradias dos pobres eram nocivos à sociedade. Isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos (CHALHOUB, 1996, p. 29).

Daí a importância de realizar um contraponto crítico para com o que a mídia explana. Por outro lado, em diálogo com os moradores que residiram no Tururu na década de 80, percebemos uma visão diferente daquilo que era apresentado na mídia tradicional de grande circulação do Estado, pois destacavam que embora houvesse problemas, eles eram combatidos pelos moradores, mas que nunca tinham seu lugar de fala nos jornais: sempre eram representados de maneira negativa.

Dessa maneira, resolvemos produzir este trabalho abordando as representações midiáticas negativas que eram repassadas nos jornais de grande circulação de Pernambuco, como o Diário de Pernambuco, Jornal da Manhã e Jornal do Comércio, para realizarmos o contraponto feito entre os moradores residentes. Assim, vamos dar espaço para adentrar no cotidiano daqueles indivíduos, atentos às minúcias, particularidades e resistência desses atores sociais em busca de reconhecimento, respeito e luta por melhores condições de vida.

Esta pesquisa tem como fundamentação Teórica os estudos de Roger Chartier, a respeito das representações, bem como Tânia de Lucca, sobre os estudos nos jornais e periódicos. Ao mesmo tempo, destacamos Michel de Certeau em suas análises sobre o Cotidiano, a fim de mostrarmos os mecanismos de resistência dos moradores

do Tururu neste conflito de narrativas que estavam inseridos. No que tange à História Oral, destacamos a importância dos estudos nesta vertente, onde contaremos com o suporte de autores sobre o tema, como Janaína Amado e Marieta de Moraes.

Metodologicamente, as nossas fontes serão baseadas no cruzamento de fontes jornalísticas para com o acervo privado dos moradores, que incluem fotografias, registros de cartório e, ao mesmo tempo, entrevistas orais. Ao fim do Mestrado pretendemos fazer uma cartilha, destacando as matérias jornalistas e, em contraponto, a visão exposta pelos moradores. Reiteramos que este projeto está sujeito a alteração, conforme as observações da banca de seleção e do Orientador selecionado em caso de aprovação.

## **JUSTIFICATIVA**

A realização dessa pesquisa abrangendo o estudo de uma comunidade periférica teve como motivação inicial o fato de que eu, na condição de Professora Municipal da cidade de Olinda/PE, ensino em escolas que estão localizadas em locais menos favorecidos, os quais são frequentemente, em pleno século XXI, relacionados com locais perigosos, de pobreza e de violência. Este fator, inclusive, tem prejudicado inúmeros moradores e alunos desses espaços, sobretudo quando saem das comunidades e partem para outros espaços.

Desse modo, vi a importância de se discutir o tema, cuja escolha da comunidade do Tururu, em específico, deveu-se ao contato com moradores da comunidade, que guardam fotografias, documentações e carregam consigo inúmeras memórias daquele espaço. Ainda em 2022, é possível ver matérias de jornais que relacionam o local aos mesmos problemas da década de 80, mas, repetindo o

mesmo erro de sequer visitarem o local e dar voz aos moradores do Tururu.

Em minha pesquisa prévia para a compreensão histórica do Espaço, pude observar como se deu a relação da Igreja Católica naquela época, ao não permitir que o espaço fosse cedido à especulação imobiliária e, ao mesmo tempo, para acolher os moradores daquele espaço- sem pedir reintegração de posse. Assim, a escolha do recorte temporal da pesquisa tem relação com o momento em que foram residir no local, em 1979, até o final da década de 80, cujo período leva em conta a doação de terra pela Igreja, as reformas de infraestrutura feitas pela Cohab e as representações negativas que continuaram a surgir neste processo.

Com isso, pretendo fazer uma análise histórica da primeira década do Tururu, descrevendo histórias de vida, relatos, memórias e informações que pude obter, indo de encontro com o que a mídia explanava. Vejamos, por exemplo, a questão imagética. Quando observamos imagens que saíam nas matérias dos jornais, sempre eram associados conteúdos negativos. Vide este exemplo:



Imagem 1- Comunidade do Tururu na Matéria do Diário de Pernambuco



Fonte: (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Caderno a-4, Recife, 29/07/1982)

Além do título discriminatório, é possível ver que a imagem capturada pretende enfatizar a narrativa de pobreza do local, com casas em péssimas condições de estrutura.

Diferentemente desta imagem abaixo, que nos foi cedida por um morador do Tururu:

Imagem 2- Moradores do Tururu na década de 80



Fonte: acervo privado do senhor Edson Nunes

Por outro lado, o acesso a imagens que coletamos acima, por parte dos moradores, nos mostra uma visão, de crianças com boas condições de saúde, de trabalhadores e pessoas que estavam em busca de melhores condições de vida, algo que não era exposto nos jornais. Por este motivo, vem a importância de se discutir os conteúdos que são explanados nos jornais, uma vez que em se tratando do Tururu, havia o interesse de retratar a miséria e aspectos negativos. Roger Chartier, a respeito dessas representações, fala que:

Qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação. (CHARTIER, p.2, 2011)

Destacamos que estas imagens são inéditas e que não estão presentes em nenhum trabalho acadêmico, uma vez que, tanto na área de História, Sociologia e outras áreas de conhecimento, não encontramos nenhuma

produção a respeito do Tururu em específico, sobretudo neste período. Tem-se, portanto, a oportunidade de contribuição para a historiografia local com a realização desta pesquisa, sobre o Tururu e a relação das representações midiáticas para com as comunidades periféricas.

Trabalhos acadêmicos a respeito de outras comunidades do Recife, como o Coque, foram de grande importância para o nosso estudo. Destacamos a dissertação de Mestrado de Georgina Aureliano, ex aluna do PPGH/UNICAP, intitulada de Acordes do Coque: orquestra Criança Cidadã, uma perspectiva histórica (2006-2020), onde ela retrata as situações de estereótipos negativos para com os moradores do Coque. Assim como no Coque, existem trabalhos sociais no local, como o Coletivo Força Tururu, criado em 2008, que visa integrar os moradores e romper preconceitos criados para com o local.

Desse modo, justificamos a importância de discussão do assunto abordado neste tema em um estudo aprofundado, nível Mestrado Profissional. Pelo conteúdo abordado, este projeto está interligado com a Linha 1 de Pesquisa, Relações de poder, política e instituições, do Programa de Pós-Graduação em História do PPGH/UNICAP.

## **OBJETIVO GERAL**

- Realizar o contraponto entre as representações dos jornais, a respeito dos moradores e da Comunidade do Tururu, para com os Relatos Oraís dos que residem neste local, entre os anos de 1979-1990. Ao final do mestrado, será apresentado uma

cartilha como produto final, contendo as matérias analisadas, as narrativas e documentações privadas dos habitantes do Tururu.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

a) Coletar informações em diversos jornais pernambucanos entre os anos de 1979 a 1990, referentes à comunidade do Tururu. Assim podemos compreender como a mídia se referia ao local e aos seus habitantes, bem como identificar os que escreviam as notícias e em quais cadernos dos jornais os conteúdos eram veiculados.

b) Entrevistar os moradores que residem na comunidade do Tururu, bem como coletar fotografias e diversas documentações que mostrem a relação desses indivíduos para com o lugar. Isto nos possibilitará narrar a história na visão dos grupos menos favorecidos, no olhar destes atores sociais.

c) Compreender como se deu a relação da doação do terreno por parte da Arquidiocese de Olinda e Recife, através de Dom Helder Câmara, para os moradores do Tururu. Este fator é importante para a compreensão da posse definitiva do local, levando em conta as disputas envolvendo a especulação imobiliária.

d) Analisar a realização obras de saneamento e planejamento urbano na década de 80 na comunidade do Tururu, cuja pesquisa nos possibilitará compreender quais intervenções foram feitas para melhorais na comunidade.

## EMBASAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO

O debate envolvendo as comunidades periféricas e os olhares midiáticos é algo que atrai os olhares de diversos pesquisadores, sobretudo na área de História, uma vez que isto nos mostra preconceitos e construções que herdamos desde o fim da escravidão- onde negros e pobres eram frequentemente associados à Classes Perigosas. Sidney Chalhoub em seu livro Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial (2006) debate este conteúdo, expondo a visão sanitaria e elitista que se tinha de controle social para os ambientes populares, ao mostrar a destruição do Cortiço Cabeça de Porco, no Rio de Janeiro.

Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão "classes pobres e viciosas", vemos que as palavras "pobres" e "viciosas" significam a mesma coisa (CHALHOUB, 2006, p. 22)

Assim, com base nesta citação de Chalhoub, podemos afirmar que a mídia acaba sendo uma das formas de ratificar esta visão de mundo que se tem para com os pobres, onde podemos perceber este exemplo a respeito do Tururu nesta reportagem do Diário de Pernambuco

Quase sempre, pessoas mal-encaradas chegam às barracas, bebem e começam a brigar com os proprietários de botecos e até revolveres e faca peixeira são usadas pelos marginais, que à calada da noite chegam com madeiras e carroças de barro para construam novas favelas no Tururu (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, A-2, Recife, 28/08/1983)

Este entendimento de Chalhoub será importante para o nosso trabalho, pois demonstraremos inúmeras visões preconceituosas que são atribuídas pela mídia ao se referir ao Tururu, incluindo o uso do termo “favelados”, muitas vezes citadas no Diário de Pernambuco. Indo nesta linha de pensamento, a associação de comunidades periféricas para com a violência, especialmente em Pernambuco, é algo que foi destacado por Georgina Aureliano, mestre em História na UNICAP. Georgina, ao comentar uma matéria da Folha de Pernambuco sobre Coque, destaca o sentido pejorativo com a mídia se refere ao Coque na questão de segurança:

Nesta última matéria, a mídia fazia correlação da pobreza à violência, que consiste numa ideia perversa e cruel, porque rotula pessoas residentes em comunidades como propensas à prática do crime. Geralmente era enaltecida e mantida pelo conteúdo das reportagens, a associação de carência financeira com delinquência. Os programas de televisão proporcionaram um estigma muito forte ao bairro do Coque, por exemplo, em programas policiais, chegou a ser retratado como A Morada da Morte (MARANHÃO, 2020, p.3)

Podemos sem dúvidas dizer que a fundamentação teórica e, ao mesmo tempo, metodológica do trabalho de Dissertação de Mestrado de Georgina, será de grande importância para o nosso estudo, uma vez que ela apresenta os problemas relacionados no Coque por parte da mídia e dá possibilidades de os moradores se apresentarem e demonstrarem uma visão diferente de como o Coque é retratado, algo que pretendemos fazer no Tururu.

Por isto, trazer à tona a memória dos moradores do Tururu serão importantes para o nosso estudo, motivo pelo qual faremos a utilização da História Oral, metodologia

extremamente importante para a História, por conter relatos, informações e, ao mesmo tempo, mecanismos que possibilitam ao historiador adentrar no cotidiano desses indivíduos, os quais mostram a sua resistência a todo estereótipo e estigmas que lhes são atribuídos. O historiador Michel de Certeau fala que:

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores), não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam (CERTEAU, 1998, p.40).

Isto quer dizer que embora o local seja retratado na mais absoluta miséria e com diversos sentidos pejorativos pela mídia e detentores do Poder, isto não quer dizer que eles sejam, de fato, como são representados. Justamente por isto que devemos analisar o contraponto. As entrevistas, assim, serão elaboradas com moradores que residiam no Tururu desde os anos de 80, onde muitos deles ainda adolescentes presenciaram as modificações ocorridas no local, bem como relatos de pessoas que perderam suas casas no Incêndio de 1979, descrevendo as dificuldades enfrentadas.

Os autores que utilizaremos para o nosso estudo da História Oral são Lucilia Delgado, no artigo História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidade (2003) e Usos & abusos da história oral (2006), de Janaína Amado e Marieta Ferreira Morais. Consideramos também extremamente importante a contribuição de autores que falam sobre as Fontes Jornalísticas, visto que elas serão utilizadas por nós nesta pesquisa. Teremos como base Tânia de Lucca, na obra “História dos, nos e por meio dos periódicos”:

O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. (LUCCA, 2008, p. 139).

Nesta linha de entendimento, Roger Chartier, sobre as representações sociais, nos mostra como os discursos são produzidos e dirigidos a um determinado grupo:

As percepções do social não são de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 2002, p 17).

Assim, a luta desses moradores é, ao mesmo tempo, uma luta contra as representações que lhes eram atribuídas. Por este motivo, trabalharemos com o conceito e entendimento das Representações, que são apresentados por Roger Chartier em suas obras *A Beira da Falésia*, no artigo *Defesa e Ilustração da Noção de Representação*, e *História Cultural entre Práticas e Representações*. Desse modo, a nossa metodologia dará através da consulta de jornais, de consultas do acervo privado dos moradores e de entrevistas orais.

Reiteramos também que, apesar dos jornais apresentarem estas representações negativas da comunidade, eles também nos fornecem informações de



como se deu o período de reformas de infraestrutura no local, vide esta matéria:

A companhia de Habitação Popular de Pernambuco- COHA- investirá Cr\$ 1 Bilhão em obras de infra-estrutura e melhoria de imóveis da Favela do Tururu, localizada num terreno de 10 hectares doados aos moradores pela Arquidiocese de Olinda e Recife. Técnicos já concluíram e enviaram o projeto para aprovação do BNH(DIÁRIO DE PERNAMBUCO, A-4, Recife, 04/07/1983)

Encontramos também diálogos envolvendo o Governador Marco Maciel e, posteriormente, o Governador Roberto Magalhães para revitalizar o Tururu. Por este motivo, as matérias dos jornais serão bastante exploradas.

#### FONTES

Este trabalho conta com fontes periódicas e, ao mesmo tempo, fontes privadas dos moradores, vide fotografias, documentos privados e registros de habitações. Sobre as fontes jornalísticas, destacamos o Jornal da Manhã, Jornal do Comércio e Diário de Pernambuco, estas que foram previamente apresentadas neste trabalho através das seguintes matérias: I) DIÁRIO DE PERNAMBUCO, a-12, Recife 20/09/1981), II) (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Local- Caderno A-7, Recife, 04/09/1979), III) . (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Caderno a-4, Recife, 29/07/1982), IV) (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, A-2, Recife, 28/08/1983).

#### FORMATO DO PRODUTO

O produto deste anteprojeto, ao final do Mestrado, pretende realizar a produção de uma Cartilha, cuja produção será destinada para Historiadores, Sociólogos, Professores e para o Público Geral, sobretudo os Moradores do Tururu, como forma de retratar a História de

vida desses indivíduos, envolvendo Lutas Sociais e Resistências.

Pretende-se elaborar a cartilha contendo as matérias dos jornais, em ordem cronológica, com os conteúdos que terão legendas comentadas por nós, de acordo com o nosso viés crítico e embasamento teórico.

Na segunda parte da Cartilha, apresentaremos a História na ótica dos moradores residentes da comunidade, sendo então o contraponto da primeira parte da Cartilha. Ali teremos os depoimentos, fotografias e demais registros que venham a fazer parte da História daquela comunidade contada por estes atores sociais. Reiteramos também que a escolha do formato também está a critério da banca e do orientador, em caso de aprovação, podendo ser modificada

## REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006
- BERNARDES, Denis. *Recife, o Caranguejo e o Viaduto*. Recife: Ed. da UFPE, 1996.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de Imagens como Evidência Histórica*. Bauru: EDUSC, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982
- CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Defesa e Ilustração da Noção de Representação*. *Fronteiras, Dourados, MS*, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.
- \_\_\_\_\_. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002
- DELGADO, L.A.N. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. *HISTÓRIA ORAL*, 6, 2003, p. 9-25. Disponível em:

[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod\\_resource/content/1/DELGADO,%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO,%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf). Acesso: 20/01/2023

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40) – Jaboatão dos Guararapes: Livro Rápido*, 2007.

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008

MARANHÃO, Georgina Aurélia de Lorena. *Acordes do Coque : orquestra Criança Cidadã, uma perspectiva histórica (2006-2020)*. 2021. 85 fl. Relatório técnico

(Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco.

Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2021.

\_\_\_\_\_. *XIV COLÓQUIO DE HISTÓRIA UNICAP | IV COLÓQUIO DE HISTÓRIA DO PPGH - ST9 - Trajetórias: cultura, memória e narrativas biográficas MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: A ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ MENINOS DO COQUE E OS IMPACTOS CULTURAIS NA COMUNIDADE*, Anpuh, Recife, 2020

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho*. Porto Alegre; Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

## **MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA: ONDE TUDO COMEÇOU?**

**VALÉRIA SANTOS PAULO**

### **Introdução**

Início este texto fazendo algumas considerações a respeito do motivo que me levou a construí-lo: trata-se da busca de resgatar acontecimentos que, porventura, contribuíram para o desenrolar do quadro político de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro nas urnas, e a assunção da extrema-direita tanto no poder central, quanto, de certo modo, nas mais variadas vozes ecoantes na sociedade. Não se trata, obviamente, de apontar um fato/evento isolado, mas da tentativa de retomar alguns acontecimentos que precederam esse estado de coisas que alguns chegaram a classificar como fascismo. Aqui cabe a mesma descrição do fascismo italiano feita por Umberto Eco: “O fascismo foi certamente uma ditadura, mas não era completamente totalitário, nem tanto por sua brandura, mas pela debilidade filosófica de sua ideologia”. (ECO, 2022, p.26-27)

Neste artigo não há a pretensão de entrar nessa discussão, mas tão somente resgatar, independentemente de classificações, um conjunto de eventos ocorridos no Brasil, entre 2013 e 2018 (algumas dinâmicas se estenderam até 2022), os quais apontam uma tendência de retorno ao “tradicional” por parte da sociedade brasileira. Esse tradicional, leia-se como conservador no sentido de fazer retroceder

políticas públicas e direitos conquistados a grande custo.

Pois bem, meu projeto de pesquisa tem como recorte o período em que ficou mais acentuada e, por que não dizer institucionalizada, a tentativa de coibir as discussões sobre a temática de gênero em sala de aula, sobretudo em se tratando da educação básica. Este texto, entretanto, recorre às chamadas “Jornadas de Junho de 2013” como um dos possíveis marcos para compreender a ascensão da onda conservadora que se fez terreno fértil para o resultado das eleições de 2018 e suas consequências imediatas.

### **Por que pensar as manifestações de junho de 2013 como possível início de tudo?**

As manifestações ocorridas em junho de 2013 representam um marco na vida política e sociocultural brasileira, sendo importante, de início, destacar dois motivos: um deles é o fato de esse período representar um novo ciclo de participação na sociedade brasileira. Segundo Gohn, o cenário de participação no Brasil - da década de 1960 a 2010 - pode ser subdividido em quatro ciclos de protestos políticos: resistência à repressão da ditadura (anos 1960), participação popular/associativismo (anos 1970), Diretas Já e processo constituinte (anos 1980) e participação cidadã (pós-1988), sendo que os protestos de junho de 2013 compõem o quinto ciclo. (GOHN, 2019)

O segundo motivo, vale dizer, que justificou taxar o período esboçado como sendo um marco, diz respeito ao fato de as redes sociais despontarem como instrumento de articulação das manifestações - as quais passaram a ter um alcance nacional, ocorrendo simultaneamente em várias cidades do país -, bem

como porque as redes se tornaram os próprios ambientes de protesto.

Antes de prosseguir com algumas considerações sobre as ditas Jornadas de Junho, cabe mencionar qual conceito de participação foi utilizado para a compreensão desse último ciclo. Como se trata de um conceito polissêmico e que varia conforme referenciais teórico-metodológicos, além de princípios e fins distintos, novamente recorro a Gohn (2019) a fim de oferecer um suporte para o entendimento inicial - já que neste artigo não existe a pretensão de aprofundar o conceito - a respeito do assunto: aqui participação, além do nível conceitual o qual já foi mencionado - com sua variedade teórica -, possui uma dimensão política, que está relacionada aos processos de democratização e uma dimensão prática, que está relacionada mesmo às “ações concretas engendradas nas lutas, movimentos e organizações para realizarem algum intento (...)”. (2019, p. 28)

Ainda segundo Gohn (2019), vale ressaltar um ponto de convergência nas abordagens sobre participação a partir do século XX, o qual contribui para a compreensão das Jornadas de Junho de 2013 como um marco. Este mesmo ponto também contribui para a compreensão da própria dinâmica de participação que se desenhou a partir de então. Trata-se do engajamento. Essa categoria, vale dizer, é apresentada pela autora a partir de dez abordagens explicativas. Aqui serão apresentadas, em linhas gerais, apenas duas delas, justamente porque trata-se de duas direções, pode-se dizer, majoritárias, as quais guiaram os principais protagonistas presentes nas manifestações de 2013. Refiro-me às abordagens designadas como escolha e cálculo racional e aos autonomistas.

É de grande relevância fazer esta distinção tendo em vista que o que ficou conhecido como “Jornadas de Junho de 2013” teve continuidade nos anos seguintes, sendo que as características de protesto e de demandas iniciais, além do destaque dos protagonistas das manifestações, foram se modificando já no ano seguinte. Mas, a despeito das variações posteriores, é possível dizer sobre esse período que “um dos grandes legados foi a legitimação do protesto social nas ruas como forma de busca por mudanças estruturais.” (GOHN, 2019, p. 135)

Sobre este novo desenho, vale dizer, da rua como palco de reivindicações diversas, Freixo e Pinheiro-Machado (2019) colocam duas outras questões relevantes: pela primeira vez, desde a transição democrática, o Partido dos Trabalhadores não foi um dos principais protagonistas, ao contrário, foi alvo das principais críticas dos manifestantes, e o outro destaque se deu pelo fato de as direitas terem passado a ocupar as ruas numa espécie de “descoberta”, sendo que esse sempre foi o espaço primordial de atuação de grupos/movimentos democráticos progressistas, desde a ditadura. (p. 10)

A esse respeito, se faz necessário resgatar que este período de efervescência das manifestações e protestos nas ruas - que vai de 2013 a 2018 - aconteceu justamente no período em que a então presidenta Dilma Rousseff ocupava a cadeira presidencial, após dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, e mesmo após o *impeachment* de Dilma. A menção a este fato político é importante não apenas para fins de contextualização do projeto político-institucional que estava em vigor no país, mas para vislumbrar, posteriormente, o percurso e o fim dos atos de protesto ocorridos no período indicado.

Sobre a diferenciação entre os projetos políticos, sobretudo os que declaradamente se puseram em disputa, ou seja, entre esquerda e direita, vale dizer que esses conceitos aqui são utilizados tendo como referencial que enquanto na esquerda prevalecem os ideais igualitários, na direita a desigualdade é tida como algo inerente à própria humanidade, de modo que não é estranho a esse campo a “intolerância à diversidade étnica, cultural e sexual”. (MESSEMBERG, 2019, p. 26-28)

Nesse sentido, aqui há o entendimento de que as visões de mundo e atuações - a partir do pertencimento à esquerda ou à direita - mais do que se manifestarem no campo político, se expressam nas relações sociais cotidianas. Partir desse pressuposto é condição indispensável para compreender os diferentes atores que protagonizaram as Jornadas de Junho.

De acordo com Gohn (2019), em se tratando dos dois grandes direcionamentos que encabeçaram os protestos de junho de 2013, é possível denomina-los “indignados” e “Organizações Movimentalistas”. Os indignados, primeiros inclusive na linha do tempo dos protestos de 2013, na realidade, surgem a partir de movimentos de indignação que se formaram em várias partes do mundo, no final dos anos 1990, em contraposição à globalização econômica neoliberal. Essas influências dos movimentos sociais de atuação internacional chegaram ao Brasil no início dos anos 2000, quando da realização do I Fórum Social Mundial.

É importante mencionar que aqui não se usa a categoria movimento social para falar dos protestos, uma vez que as manifestações de que trata este artigo não são realizadas necessariamente por movimentos, mas por pessoas que, muitas vezes, sequer se identificam como militantes. Ou seja, sequer são



afiliadas a movimentos, partidos, etc., são pessoas que se identificam como ativistas, vez que atuam em função de causas, mas não tem pertencimento fixo. Aqui trata-se da linha de atuação autonomista, a qual se caracteriza mais pela fluidez das experiências de sujeitos que agem de forma coletiva e menos pela formalização. (GOHN, 2019, p.110-114)

Sobre a abordagem autonomista Gohn (2019) coloca que não se trata de uma nova forma de participação, mas de uma reelaboração que ganha vigor em 2013. Tal direcionamento tem como pressuposto fundamental a horizontalidade e como base “teorias e ideais advindos de outros aportes como o socialismo libertário e o novo humanismo holístico”, além de influências anarquistas e dos próprios libertários e autonomistas do “Maio de 68” - uma das maiores mobilizações estudantis do mundo, ocorrida na França, entre março e maio daquele ano. (p. 55-57)

Como nova “versão” autonomista, os indignados também questionam o *status quo* na medida em que fazem críticas severas às políticas públicas, ao papel do Estado e à forma de fazer política. Aqui entram em cena o Movimento Passe Livre (MPL), os coletivos secundaristas e os ativistas transnacionais até então quase desconhecidos, os Black Blocs. A pauta dos protestos diz respeito, em linhas gerais, a denúncias e combate à corrupção, sobretudo no que se refere à prioridade dada aos gastos com a Copa do Mundo, mas também ao aumento nas tarifas do transporte coletivo. (GOHN, 2019, p. 123)

Os indignados, apesar de atuarem em paralelo com outras vertentes, protagonizaram a cena de protestos nas ruas, em junho de 2013. As redes sociais funcionaram como suporte para ampliar manifestos relativos à mobilidade, os quais já aconteciam em anos

anteriores, porém que não alcançaram tamanha repercussão. Ainda sobre esses sujeitos coletivos é importante mencionar que esses manifestantes autonomistas negavam a política partidária da forma como ela é praticada, porém não se definiam como apolíticos. Vale ressaltar, segundo Gohn (2019), que a negação da política, ou seja, a “não política”, foi difundida nesse período, sobretudo pela mídia, como um valor, de modo que” uma nova representação da cultura política formou-se a partir desse valor.” (p. 135)

De acordo com Gohn (2019), caracterizadas como o quinto ciclo de protestos no país, as manifestações de junho de 2013 podem ser subdivididas em quatro momentos: 2013 (força dos jovens nas ruas), 2014 (criação das organizações movimentalistas), 2015/2016 (multidão nas ruas) e 2017/2018 (novas alterações no cenário das ruas). É necessário fazer um breve resgate de todo esse período (de 2013 a 2018) na tentativa de uma melhor compreensão do encadeamento de elementos/fatos que contribuíram para a chegada ao poder, em 2018, de um projeto político totalmente diferente do que se mantinha há quatro eleições presidenciais. Antes, porém, tal como já foi dito, é importante resgatar que os jovens que iniciaram as manifestações em 2013, e suas pautas majoritárias, já não eram os mesmos no ano seguinte. (p. 129-139)

Ainda segundo a autora, a partir de 2014, ano de eleição presidencial, houve um recuo dos coletivos autonomistas - representados principalmente pelo MPL - e um avanço das contracorrentes conservadoras, as quais já se faziam presentes no ano anterior, sendo que não eram majoritárias. Esses grupos, que nos estudos compõem as organizações movimentalistas, eram representados, principalmente, pelo Movimento Brasil

Livre (MBL) e o Vem Pra Rua (VPR). Eles, em se tratando de engajamento, encaixam-se na abordagem da escolha e cálculo racional na medida em que a participação se dá conforme o cálculo dos custos e benefícios - fato que vai ganhando nitidez na medida em que algumas das lideranças desses grupos passam a disputar/ganhar eleições. (GOHN, 2019)

As organizações movimentalistas, com inspiração neoliberal ou conservadora, compõem a nova direita. No geral, defendiam o Estado mínimo e o fim do financiamento das políticas públicas, as privatizações e propostas neoconservadoras em se tratando de direitos sociais. “Parte delas tem pautas que fazem retroceder direitos sociais adquiridos, a exemplo das propostas para não se abordar questões de gênero nas escolas de ensino básico do país.” (GOHN, 2019, p. 37-121)

Em artigo sobre a cosmovisão da nova direita, Messenberg (2019) apresentou os resultados de um estudo que apontou os três campos semânticos centrais presentes nos discursos dos grandes formadores de opinião da direita nas mobilizações de 2015: o antipetismo, o conservadorismo moral e os princípios neoliberais. No que tange ao conservadorismo:

“Os elementos discursivos que com maior frequência se relacionam a ideia-chave de ‘família tradicional’ são os seguintes: oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, ao aborto, à ideologia de gênero nas escolas, à expansão do feminismo e a concordância com a ‘cura gay’.” (MESSEMBERG, 2019, p. 40-41)

Outro ponto de relevância para a compreensão e distinção dos coletivos que participaram das Jornadas de Junho de 2013 e, em momentos distintos foram protagonistas, diz respeito ao fato de que as organizações movimentalistas contaram com apoio de grupos empresariais e, apesar de se apresentarem como

apartidários, combateram correntes político-partidárias específicas.

Essas organizações acabam por transmutar a pauta de reivindicações de 2013 - que focava, entre outras coisas, na luta pelo direito à cidade - para o tema da corrupção, sendo que em 2014 contribuíram para o crescimento de uma espécie de aversão à política. Obviamente, também contribuiu para esse sentimento as denúncias e escândalos envolvendo a Petrobrás, bem como a criação da Operação Lava Jato - a qual se atribuía o combate à corrupção e à prisão de políticos e empresários envolvidos com ela. (GOHN, 2019, p.140)

Em 2015 já deixaram pautado e claro o interesse no *impeachment* da presidenta Dilma. Com a bandeira anticorrupção ganharam apoio das massas, bem como da grande mídia. Entretanto, com a queda da presidenta, em agosto de 2016, as manifestações convocadas pelos movimentistas tiveram uma redução considerável. As pretensões políticas desses grupos ficaram cada vez mais evidentes, inclusive porque muitos dos seus membros concorreram às eleições municipais já em 2016. (GOHN, 2019, p.141-145)

É importante resgatar que não foi sem a luta/contraponto dos movimentos sociais clássicos (sindicatos e movimentos populares) e dos novos movimentos sociais (feministas, negros, etc.) que aconteceu o *impeachment*. Houve uma grande mobilização desses movimentos no sentido de apontar/denunciar que se tratava de um golpe. Contudo, os atos organizados por eles não tiveram tanta expressão quanto aqueles em favor do *impeachment*. Assim também se sucedeu com as manifestações Fora Temer, contra as reformas e o corte de gastos públicos, contra os projetos de lei como o Escola Sem Partido,

etc.: a maioria dos atos não atraiu novos adeptos, apenas seu público usual. (p.143-146)

Assim, seguiu o Governo Temer, em meio a protestos, mas dando conta de uma agenda diferente daquela a partir da qual foi eleito vice-presidente. Vale ressaltar: nem mesmo as denúncias de corrupção contra Temer, que vieram à tona em 2017, fizeram retornar às ruas o grande quantitativo de pessoas de antes.

“O silêncio da multidão que saiu às ruas em 2015-2016, diante das novas convocações em 2017, pode ser explicado por um misto de sentimentos de desilusão, descrença e ou abandono do interesse no coletivo, como também uma introspecção nos interesses individuais.” (GOHN, 2019, p. 148-149)

As organizações movimentalistas, por sua vez, também se mantiveram em silêncio diante da reforma trabalhista, que foi aprovada em 11 de julho de 2017. A questão a se fazer é: diante do que levantavam como bandeira, caberia esperar outra postura? Os atos dos movimentalistas, na realidade, passaram a focar diretamente as eleições de 2018, criando a denominada “Frente pela Renovação” a qual elaborou uma cartilha cujo posicionamento era a favor da continuidade das reformas e pela diminuição do Estado. (GOHN, 2019, p. 149-154)

De acordo com Gohn, (2019), o MBL, particularmente, além de passar a agir em função das eleições de 2018, articulou atos em favor do projeto Escola Sem Partido, contra exposições em museus onde a temática era gênero, diversidade sexual, etc. Também agiu ofensivamente contra uma estudiosa da temática de gênero, Judith Butler, a qual veio ao Brasil, à época, para participar de um seminário em que a autora, ironicamente, estava programada para discutir “o fim da democracia”. (BARRETO, 2017)

A despeito de se definir a partir da ideia de renovação da política, ainda em 2017 o MBL chegou a promover naquele mesmo ano um congresso que recebeu apoio dos líderes do PSDB e a presença dos prefeitos João Dória (São Paulo) e ACM Neto (Salvador). (GOHN, 2019, p. 154)

O MPL, por sua vez, apesar de ter perdido o protagonismo, teve divisões internas e dissidências. Voltou sua atuação para a periferia e não tanto para o centro da cidade. Algumas lideranças autonomistas, vale dizer, sofreram repressões judiciais - o que contribuiu para que recuassem ou passassem a se concentrar no combate ao projeto Escola Sem Partido. (GOHN, 2019, p. 155)

O Escola Sem Partido, vale dizer, é um grupo que existe desde 2004, atuando na defesa de uma suposta “neutralidade” e no combate à “doutrinação”. Buscam proibir a educação sobre gênero e sexualidade, utilizando o termo “ideologia de gênero” para propagar a ideia de que se trata de um “esforço feminista e ‘gay’ para atacar os valores ‘tradicionais’ (...)”. Mais de 200 projetos de lei - em nível federal, estadual e municipal - foram apresentados com essa perspectiva desde 2014. (HRW, 2022, p. 1-5)

Chega 2018, período de eleições presidenciais. Alguns fatos merecem destaque, tendo em vista comporem parte da cena que viria a se construir. Um deles foi a prisão do ex-presidente Lula, em 7 de abril de 2018 - forte candidato, não fosse também o indeferimento do seu registro de candidatura. Outro fato importante foi a polarização entre os grupos “Ele não” - capitaneado sobretudo por mulheres, que se posicionavam com veemência contra o então candidato Bolsonaro - e os que se diziam antissistema e “contra tudo que está aí”. (GOHN, 2019, p. 158-159)

Freixo e Pinheiro-Machado (2019), ao enfatizarem a “descoberta das ruas pela direita” no ano de 2013, já mencionavam que entre os grupos que faziam parte dela, encontravam-se desde “organizações nacionalistas extremistas até jovens manifestantes que mesclavam a retórica de uma ‘antipolítica rasa’ - contra tudo e contra todos’ (...).”, que faz lembrar esse mesmo “contra tudo que está aí” tão verbalizado no período próximo às eleições de 2018. (p. 10)

Outro fator de grande relevância para compreender o que, para muitos até então era incompreensível e até mesmo impossível de acontecer - a eleição de Bolsonaro à presidência -, foi o atentado ao então candidato. Este ocorrido gerou bastante repercussão, sendo que de um lado gerou muita comoção e de outro gerou até mesmo “teorias da conspiração”. Independentemente de quem estava com a razão, o fato é que após a “facada” o candidato cresceu nas pesquisas. De acordo com o Site UOL, no primeiro levantamento feito após o atentado o então presidenciável cresceu quatro pontos, tendo seu melhor desempenho até então. (SARDINHA, 2018)

Segundo Dieguez (2022), Bolsonaro conseguiu reunir os mais diversos grupos (evangélicos, ruralistas, militares, jovens ativistas, etc.), inclusive eleitores de Lula, quando esse foi impedido de concorrer às eleições. A autora coloca que o candidato “arrebanhou os votos de brasileiros que, de uma hora para outra, passaram a se identificar como ‘de direita’ (...)”. Tal fenômeno teria passado a se chamar “bolsonarismo”, sendo que a nova direita agregaria para além dos bolsonaristas, conservadores, liberais, “caçadores de corruptos”, entre outros. Sobre a ascensão de Bolsonaro, Dieguez coloca:

“Esta é a história de como um ex-capitão do Exército, desconsiderado por seus superiores - e posteriormente também por seus pares no Parlamento -, se tornou presidente da nova economia do mundo com o apoio de 57,8 milhões de eleitores.” (2022, p. 27)

A suposta renovação da política, titulação a qual se atribuía o MBL em 2017, é outro ponto importante, não apenas por se tratar de uma falácia - já que o candidato eleito, Bolsonaro, desde 1988 fôra eleito vereador no Rio de Janeiro, tendo passado a deputado federal em 1990, cargo a que foi reeleito sete vezes. (SILVA, s.d.)

O discurso da “renovação” merece ser retomado também porque, de acordo com Gohn (2019), a criação de uma representação de que havia necessidade de mudanças radicais, é um processo que se dá desde 2013. Aqui prevalecia a ideia/representação de que já que havia corrupção, deveria se buscar a renovação. Essa evocação, apesar de contraditória - tal como foi dito anteriormente -, também pode ter contribuído para a eleição de Bolsonaro. Vale dizer que naquele mesmo ano, o PSL - sigla vencedora na disputa à presidência - elegeu mais de cinquenta deputados. (p. 159-160)

## **Considerações Finais**

A discussão sobre gênero na escola apesar de não ser o foco deste artigo, é foco da minha pesquisa e foi o que me estimulou à leitura acerca das Jornadas de Junho de 2013 - que apesar do nome, compreendem o período 2013-2018 (pelo menos) e envolvem, quando examinadas com maior atenção, várias dimensões da vida coletiva. Este texto jamais conseguiria esgotá-las. Aqui houve a busca, inicial, de estabelecer correlações



que pudessem contribuir para a pesquisa futura, bem como para os interessados em estudos correlatos.

Diante do que foi exposto, se ainda resta dúvidas quanto ao desenrolar - não linear, mas qualitativo - entre os acontecimentos de 2013 e 2018, só resta trazer à tona um último ponto: a proposta de banir o estudo de gênero nas escolas antes mesmo de ser amparada pelo governo Bolsonaro, já fazia parte da sua campanha.

“Durante sua campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro protestou contra a ‘ideologia de gênero’ e desde então continua acusando professores de ‘doutrinar’ estudantes por meio da educação sobre gênero e sexualidade, argumentando que esse conteúdo representa uma ‘sexualização precoce’. (...)”. (HRW, 2022, p. 2-3)

De acordo com relatório da Human Rights Watch (2022), à época da corrida eleitoral, Bolsonaro chegou a acusar o oponente (Fernando Haddad), de ter criado um “kit gay”, quando era ministro da Educação. Tal retórica teria como norte deturpar o projeto “Escola Sem Homofobia”, que foi um projeto encomendado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o qual visava “promover ‘valores de respeito à paz e a não-discriminação por orientação sexual’ nas escolas”. Ainda segundo o relatório, é possível dizer que a estratégia foi eficaz já que o candidato ganhou votos por meio de informações falsas sobre o projeto: uma pesquisa revelou que 84% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram nos ditos “kits gay”. (p. 41)

Ao assumir a cadeira da presidência, Bolsonaro criou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em lugar do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos - o qual, é importante mencionar, havia sido extinto por

Temer em 2016. Damares Alves foi a escolhida para assumir a pasta.

“Menino veste azul e menina veste rosa”. Essa foi uma das falas mais marcantes da então Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, após assumir a pasta em 2 de janeiro de 2019. A fala da então ministra repercutiu bastante nas redes e sites jornalísticos do país. Em O Globo, por exemplo, foi noticiado “‘Menino veste azul e menina veste rosa’: Nova ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos afirma que Brasil entra agora em uma ‘nova era’”. O El País, por sua vez, assim colocou: “Os meninos não se vestiram sempre de azul, nem as meninas de rosa: No início do século XX se recomendava o rosa para os meninos, por ser ‘mais resoluto e mais forte’.”

No dia da posse a ministra prometeu acabar com a “doutrinação ideológica de crianças e adolescentes” e, embora a pasta não fosse dela e o próprio Ministério da Educação também tivesse contribuído bastante para a “agenda antigênero na educação”, Damares teve um papel crucial “como pilar dessa agenda ultraconservadora e anti laicidade do Estado”. (HRW, 2022, p. 47-49)

Mas, como já foi dito, esse não é o tema central do artigo. Então, de acordo com o objetivo mais do que explanado, não é exagero lembrar: embora tenha se iniciado uma “nova era” (palavras da então ministra) com a assunção de Bolsonaro à presidência, as investidas para coibir a educação de gênero, seja através de projetos de lei, seja através de ativismo, vem desde 2014 e parte dos seus autores estiveram nas Jornadas de Junho de 2013.

## Referências

*BARRETO, Marcelo Menna. Judith Butler, o MBL e o fim da democracia. Jornal Extra Classe, 2017. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2017/11/judith-butler-o-mbl-e-o-fim-da-democracia/>, acesso em: 20/6/2023.*

*BRASIL. Lei 13.266, de 5 de abril de 2016. Extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113266.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113266.htm), acesso em: 28/6/2023.*

*BRASIL. Lei 13.341, de 29 de setembro de 2016. Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113341.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113341.htm), acesso em 28/6/2023.*

*DIEGUEZ, Consuelo. O ovo da serpente: nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.*

*ECO, Umberto. O fascismo eterno. Tradução: Eliana Aguiar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.*

*FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. (Orgs). Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.*

*GOHN, Maria da Glória. Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.*

*HANCOCK, Jaime Rubio. Os meninos não se vestiram sempre de azul, nem as meninas de rosa: No início do século XX se recomendava o rosa para os meninos, por ser “mais resoluto e mais forte”. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/estilo/1546614596\\_209570.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/estilo/1546614596_209570.html), acesso em: 13/1/2023.*

*HRW. “Tenho medo, esse era o objetivo deles”: Esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil.*

*HUMAN RIGHTS WATCH, 2022. Disponível em:*

*<https://www.hrw.org/pt/news/2022/05/12/brazil-attacks-gender-and-sexuality-education>, acesso em: 13/1/2023.*

*MESSEMBERG, Debora. A cosmovisão da “nova” direita brasileira. In FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. (Orgs). Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.*

*PAINS, Clarissa. ‘Menino veste azul e menina veste rosa’, diz Damares Alves em vídeo. Matéria O Globo, 03-01-2019.*

*Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>, acesso em: 13/1/2023*

*SARDINHA, Edson. Bolsonaro cresce e chega a 30% após facada, mostra pesquisa BTG Pactual. UOL-Congresso em Foco, 2018. Disponível em:*

*<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/bolsonaro-cresce-e-chega-a-30-apos-facada-mostra-pesquisa-btg-pactual/>, acesso em: 20/6/2023.*

*SILVA, Daniel Alves. Jair Bolsonaro. Brasil Escola.*

*Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/jair-bolsonaro.htm>, acesso em: 20/6/2023.*



**FURG**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE